BOLETIM

DO

Conselho Nacional de Geografia

(INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA)

INFORMAÇÕES
NOTÍCIAS
BIBLIOGRAFIA
LEGISLAÇÃO

MENSÁRIO

ANO I ABRIL DE 1943 N.º 1

BOLETIM
DO
CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

Diretor
ENG. CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO

Secretário
CARLOS PEDROSA

•

Mensário editado pela Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia e elaborado pela sua Carteira de Intercâmbio e Publicidade

•

O "BOLETIM" não insere matéria remunerada, nem aceita qualquer espécie de publicidade comercial.

•

ASSINATURAS

•

Ano ..... Cr$ 60,00
Semestre ..... Cr$ 30,00

REDAÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA (CARTEIRA DE INTERCÂMBIO E PUBLICIDADE)

Praça Getúlio Vargas, 14-5.º andar
Edifício "Serrador"-Rio de Janeiro
DISTRITO FEDERAL

•

Pede-se permuta
Pidese canje
We ask for exchange
On démande l'échange
Man bittet um Austausch
Si richiede lo scambio
Oni petas intersânĝon

SERVIÇO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA FISIOGRÁFICA

ÓRGÃO EXECUTIVO CENTRAL DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, CRIADO PELO DECRETO-LEI N.º 782, DE 13 DE OUTUBRO DE 1938

DIRETOR — Eng. Cristóvão Leite de Castro

ASSISTENTE DE COORDENADAS — Eng. Alírio Hugueney de Matos.

ASSISTENTE DE EFEMÉRIDES — Bel. José de Sá Nunes

SECRETÁRIO ASSISTENTE — Prof. Orlando Valverde

Encarregado da Mecanografia — Marina Leite de Castro Soares

Encarregado do Pessoal e Contabilidade — Contador Paulo Rocha Freire.

Encarregado do Material — Eng. Jorge Pereira de La Rocque

Encarregado do Almoxarifado — Lourival Cavalcante de Meneses Guerra

Encarregado da Portaria — Antônio de Oliveira

Encarregado do Gabinete de cópias — Alcion da Fonseca Dória

CHEFE DA 1.ª SECÇÃO — Eng. Virgílio Correia Filho

Encarregado da Biblioteca — Edina Taunay Leite Guimarães

Encarregado da Fototeca — Sílvia Fernandes dos Santos

Encarregado do Arquivo Corográfico — Miguel Alves de Lima

CHEFE DA 2.ª SECÇÃO — Eng. José Carlos Pedro Grande
Encarregado da Mapoteca — Paulo Augusto Alves

CHEFE DA 3.ª SECÇÃO — Eng. Mário Celso Suarez

Carteira de Divisão Territorial (C.D.T.) — Eng. Artur Cardoso de Abreu

Encarregado da Estereografia — Arquiteto Armando Sócrates Schnoor

CHEFE DA 4.ª SECÇÃO — Eng. Fábio de Macedo Soares Guimarães

Encarregado de Estudos Geográficos — Prof. Lúcio de Castro Soares

ENCARREGADO DA *REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA* — Eng. Ag. Eduardo Pessoa Câmara

CHEFE DA CARTEIRA DE INTERCÂMBIO E PUBLICIDADE (C.I.P.) — Carlos Pedrosa

Sumário dêste número

EDITORIAL DO MÊS: Apresentação — J. C. DE MACEDO SOARES (pg. 3).

COMENTÁRIO DO MÊS: Concurso de monografias de aspectos geográficos municipais — JOSÉ VERÍSSIMO DA COSTA PEREIRA (pg. 5).

TRANSCRIÇÕES DO MÊS: Nota preliminar sôbre as regiões pastorís do Brasil — OTÁVIO DOMINGUES (pg. 9) — A Geografia na Escola Primária — VIDAL DE LA BLACHE (pg. 18).

RESENHA: A divisão administrativa e judiciária a vigorar no qüinqüenio 1944/48 (pg. 25) — O crescimento da população brasileira através da última operação censitária (pg. 26) — A distribuïção da população pelas regiões brasileiras (pg. 26) — População estrangeira em quatro Estados brasileiros (pg. 26) — Súditos dos países do eixo residentes no Brasil (pg. 27) — A tendência urbanística da população do país (pg. 27) — O tipo regional do vaqueiro (pg. 27) — Aproveitamento da terra nos municípios paulistas (pg. 28 — Parque Nacional da Serra dos Órgãos (pg. 28) — Aerofotogrametria de zonas agrícolas (pg. 29) — Ventos predominantes em Vitória (pg. 29) — Valor da produção industrial em 1940 (pg. 29) — A "Hora dos Prefeitos" (pg. 29) — Monumento aos bandeirantes (pg. 30) — Principais repartições americanas (pg. 30) — Academia de cultura guaraní (pg. 30).

OPINIÕES: Brasil — expoente da ciência geográfica (pg. 31) — A beleza de um gesto (pg. 31) — O povoamento do Brasil (pg. 32) — Documentação Bibliográfica do Conselho Nacional de Geografia (pg. 33) — Mudança de nomes geográficos (pg. 33) — Os intelectuais aplaudem as campanhas geográficas (pg. 34) — Exploração científica no Nordeste (pg. 34).

CONTRIBUÏÇÃO DIDÁTICA: Divisão regional do Brasil (pg. 35) — Distribuïção da área do Brasil, por Unidades Federadas e regiões (pg. 41) — Programas de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade de São Paulo (pg. 42).

INFORMAÇÕES: QUADRO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA — Administração federal (pg. 45) — Administração regional (pg. 53) — Administração municipal (pg. 58) — Nominata Geral das instituïções e certames culturais (pg. 67).

NOTICIÁRIO: DA CAPITAL FEDERAL — Administração federal (pg. 73) — Instituïções particulares (pg. 94) — Certames (pg. 97) — DAS UNIDADES FEDERADAS (pg. 98) — DOS MUNICÍPIOS (pg. 104).

BIBLIOGRAFIA: APONTAMENTOS BIO-BIBLIOGRÁFICOS DE GEÓGRAFOS BRASILEIROS CONTEMPORÂNEOS — Professor Everardo Adolfo Backheuser (pg. 109) — REGISTOS E COMENTÁRIOS BIBLIOGRÁFICOS — sôbre livros (pg. 113) — sôbre mapas (pg. 120) — CONTRIBUÏÇÃO BIBLIOGRÁFICA ESPECIALIZADA — Achegas para uma bibliografia da "pororoca" amazônica (pg. 121) — RETROSPECTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO — "Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro — Índice das matérias insertas — (1885 a 1893) (pg. 123) — A cartografia brasileira nos periódicos estrangeiros — I (1836-1885)

(pg. 131) — Bibliografia estrangeira sôbre o Brasil — I (1504-1649) (pg. 133) — Mapoteca central do Conselho Nacional de Geografia — Catálogo geral — (mapas de ns. 1 a 100) (pg. 137) — LISTA DE PUBLICAÇÕES — Biblioteca Central do Conselho Nacional de Geografia — Publicações entradas durante o ano de 1942 (pg. 141) — Relação das edições do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (pg. 147).

LEIS E RESOLUÇÕES: LEGISLAÇÃO FEDERAL — Ementário dos decretos-leis baixados durante o mês de dezembro de 1942 (pg. 149) — Íntegra da legislação de interêsse geográfico (pg. 156) — LEGISLAÇÃO DAS UNIDADES FEDERADAS — Íntegra dos decretos e decretos-leis e de resoluções de interêsse geográfico (pg. 157) — LEGISLAÇÃO MUNICIPAL — Íntegra de decretos, decretos-leis e de resoluções de interêsse geográfico (pg. 162) — RESOLUÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA — ASSEMBLÉIA GERAL — Ementário das resoluções aprovadas no ano de 1936 (pg. 164) — JUNTA EXECUTIVA CENTRAL — Ementário das resoluções aprovadas no ano de 1937 (pg. 165) — Íntegra das resoluções de interêsse geográfico (pg. 166) — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA — ASSEMBLÉIA GERAL — Ementário das resoluções aprovadas no ano de 1937 (pg. 167) — Íntegra das resoluções (ns. 1 e 2) (pg. 167) — Índice analítico das resoluções aprovadas nos anos de 1937 a 1942 (pg. 170) — DIRETÓRIO CENTRAL — Ementário das resoluções aprovadas nos anos de 1937 e 1938 (pg. 178) — Íntegra das resoluções (pg. 179) — DIRETÓRIOS REGIONAIS — Amazonas (1 a 5) (pg. 182) — RETROSPECTO ESPECIALIZADO DA LEGISLAÇÃO GEOGRÁFICA — Decretos e decretos-leis referentes à mineração (pg. 184).

★

Boletim
do
Conselho Nacional de Geografia

Ano I	ABRIL, 1943	N.º 1

Editorial do mês

Apresentação

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, com a resolução n.º 91, de 23 de julho de 1941, deliberou que a Secretaria do Conselho editaria mensalmente um boletim de informações.

A resolução n.º 91, — baixada quando o Brasil já sofria os efeitos da guerra mundial, em cuja trama afinal foi envolvido — prudentemente não fixou prazo para o aparecimento dêsse boletim, pois lhe antevia dificuldades na organização, que efetivamente ocorreram mas foram hàbilmente contornadas.

Proveito houve na demora, pois surge agora um boletim mais amplo e mais útil do que aquele esboçado na resolução citada, com um programa firmando para a novel publicação periódica do Conselho Nacional de Geografia características próprias, contextura adequada, entrosamento com os demais periódicos editados pelo Conselho.

Compõem-no uma parte introdutória enfeixando selecionado conjunto de editoriais, comentários, transcrições, resenhas e contribuïções especializadas e mais quatro alentadas secções que o tornam a um tempo cultural, informativo, noticioso, bibliográfico e repositório de legislação, em harmônica e equilibrada distribuïção de valiosas e oportunas divulgações.

A Secção "INFORMAÇÕES" reünirá informes de caráter duradouro, sejam referentes a determinados assuntos culturais merecedores de ampla, adequada e rápida divulgação, sejam os relativos ao aparelhamento administrativo do país em geral e à sua organização, em matéria de pesquisa geográfica.

Como o nome bem o indica, a Secção "NOTÍCIAS" destina-se a informar o público dos fatos instantes, a dizerem das atividades momentâneas da geografia brasileira, desenvolvidas nas três esferas concêntricas da administração pública do país — a federal, a regional e a municipal —, e também na órbita das atividades privadas, culturais ou técnicas.

A Secção "BIBLIOGRAFIA", de suma importância, será valioso repositório de apontamentos, comentários e contribuïções a indicarem livros e mapas aos estudiosos da geografia do Brasil, elaborados em tôrno de temas gerais ou especializados.

Cabe, por fim, à Secção "LEIS e RESOLUÇÕES" colocar o leitor a par de quanto deliberarem os órgãos públicos competentes àcêrca dos trabalhos geográficos no país.

Assim concebido e lançado, o "Boletim do Conselho Nacional de Geografia" cuidado no preparo material mas, sobretudo, seguro e superior no seu conteúdo informativo, terá êxito plenamente assegurado pela utilidade que indiscutìvelmente oferece.

Rio de Janeiro, abril de 1943.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES
Presidente do Instituto

Dirija-se à Secretaria do Conselho Nacional de Geografia, solicitando assinatura dêste "Boletim" para receber os seus números em casa.

Comentário do mês

Concurso de Monografias de Aspectos Geográficos Municipais

JOSÉ VERÍSSIMO DA COSTA PEREIRA

Antigo professor-chefe do Colégio Universitário e membro da Comissão da "Biblioteca Geográfica Brasileira"

O estudo da adaptação do homem às condições geográficas, revela que nem sempre os grupos humanos ficam sob o império dos fatores espaço, distância e diferença de nível relativamente à realização dos seus naturais anseios de progresso na escala dos valores culturais do *ecumeno*.

Nos países dotados de grande espaço como o Brasil, o maior problema para a consecução daquele *desideratum*, reside em povoá-lo de modo adequado, tornando ativas tôdas as regiões que integram o território do Estado.

A posição, porém, do país na carta particular do continente e, em geral, com referência às massas continentais mais civilizadas — observada, é claro, dentro da perspectiva da juventude do seu quadro evolutivo — parcialmente explica o congestionamento humano periférico da extensa orla marítima, até agora eixo incontestável de sua circulação geral, imposto pelas necessidades e pelas circunstâncias do momento histórico.

A questão do espaço, que tantas vêzes tem ensangüentado — como ainda ensangüenta, particularmente os continentes extra-americanos — no Brasil significa luta de outra natureza. Restringe-se à ocupação pacífica e inteligente pelo homem, da grande área, que, embora vazia de gente, encontra-se tòdavia, com os seus limites já regulados, em obediência aos acordos e tratados, discutidos e aceitos pela sua diplomacia, e a dos seus tão caros vizinhos do continente.

Mas, se a ocupação efetiva do solo que lhe pertence é dever político dos governantes atentos para o futuro da Nação, o problema da distância a vencer, — de par com as diferenças de nível comuns ao país — surge como um desafio ao esfôrço do homem, obrigando-o a vencer as dificuldades, topográficas ou não, na ânsia de valorizar as terras e tornar econômicamente aproveitado, o riquíssimo patrimônio com que surgiu a nação independente.

O desenvolvimento das vias de comunicação e dos meios de transporte, além de ter o mérito de servir à expansão da economia, trabalha ainda, para estreitar os laços da unidade nacional, fortalecendo a coesão interna indispensável ao progresso do país.

Num Estado de tão grande área como o Brasil, aquele desenvolvimento tem de ser incontestàvelmente lento, dadas as possibilidades do tesouro nacional, e a marcante característica da civilização atual, baseando-se na circulação que mede o valor das distâncias pelo fator tempo empregado em percorrê-las.

Nestas circunstâncias — de vez que se aceita como um imperativo do momento histórico, a impossibilidade de se alargar com a rapidez desejada, a rêde de nossas comunicações e transportes — os instrumentos com os quais o Brasil há de vencer o seu inimigo principal: a distância, são conforme bem mostrou um geógrafo ilustre, o avião e o rádio.

O rádio, permitindo comunicação rápida de notícias e de ordens, trabalha — com a multiplicação das estações emissoras poderosas — para a unificação espiritual de terras imensas, outrora jacentes em absoluto isolamento ou, colhidas, então, pela propaganda intensiva de países longínquos, na voragem disfarçada de uma propaganda cultural, em muitos aspectos, indesejável ao processamento sadio da fortaleza do Estado, em bases fundamentalmente brasileiras.

Não apenas pela economia de fôrças que representa, com seu largo e amplo raio de ação, como pelo seu preço relativamente barato, o avião parece ter sido destinado — visto ser uma invenção brasileira — a fazer o país inteiro ingressar na vida de relação a que está destinado o Brasil, como intermediário das comunicações entre a distante e turbulenta Europa e os vários países sul-americanos da fronteira do Pacífico.

Veículo capaz de encurtar as distâncias, varando os espaços, sobrepondo-se aos obstáculos da nossa topografia, o avião aproxima, une, aperta não só os laços da unidade nacional, como estreitará, mais tarde, os liames de uma verdadeira fraternidade universal, caso venham a se empregar todos os países numa real, duradoura e permanente campanha de pacificação do mundo.

Como instrumento de defesa da integridade territorial, ainda há pouco brutalmente violada pelo inimigo, o avião já provou ser a arma, talvez principal, com que contará o Brasil para resguardar da invasão, o patrimônio de quatro séculos.

Traduzindo a importância que a navegação do ar tem para o presente e o futuro do Brasil, é lícito ainda chamar a atenção para o fato de que, ao facilitar a revolução dos transportes — até agora não realizada efetivamente no país — o avião desviará, como já vem desviando para o interior, o eixo da circulação geral, circunstância sem dúvida notável, porque a ela se seguirá o indispensável povoamento do *hinterland* mais afastado do litoral.

Ao lado, porém, do problema da ocupação efetiva do território, marcha *pari-passu,* o do conhecimento certo, preciso e científico da terra para que melhor possa ser utilizada, civilizada e, em conseqüência, superiormente administrada.

Eis porque, focalizando e estudando, nas diferentes regiões, as relações de interdependência entre o solo, o clima e o homem; investigando as ações e reações que tais fatores entre si exercem; reünindo posteriormente os resultados daqueles estudos e daquelas investigações, numa síntese final explicativa, a geografia constitue, no momento, e para o Brasil em particular, a principal ciência de observação. E com a estatística — que lhe fornece os elementos numéricos relativos — a geografia há-de socorrer o governante desejoso de encontrar — fora do empirismo puro — as soluções para os problemas nacionais, devidamente postos em equação.

Consoante o melhor critério, ao meu ver, tais problemas devem ser geogràficamente sempre examinados, em um dado momento da história do país e em uma certa oportunidade da história da evolução da Terra. Daí a extraordinária importância da geografia, ao concorrer com os valores de algumas incógnitas para a verificação da igualdade e, conseqüentemente, para a solução de cada problema.

De certo, só uma instituïção culturalmente aparelhada e poderosa, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, poderia realizar no país, uma obra de tamanha envergadura e de tão elevado alcance patriótico para a solução dos magnos problemas nacionais, a que diretamente se ligam os interêsses da administração pública.

Não obstante, dada a natureza dos estudos a que se dedica e em face da organização de que se reveste dentro do gigantesco organismo do I.B.G.E., ao Conselho Nacional de Geografia, lògicamente tocava a ingente tarefa de encetar, como encetou, tôda uma série de empreendimentos memoráveis.

A campanha das coordenadas geográficas, por exemplo, para o efeito da obtenção de uma representação cartográfica cientìficamente correta; o estudo sério e meticuloso da fisiografia territorial, constituem alguns aspectos daquela

série, aos quais ainda se ajuntam as atividades culturais a que se dedicou, tais como a publicação da *Revista Brasileira de Geografia* e o preparo do *Dicionário Geográfico Brasileiro*.

Em datas mais recentes, cumpre assinalar a criação da Biblioteca Geográfica Brasileira, a organização de excursões científicas, a instituïção de reüniões mensais de geógrafos e professores de geografia, o estabelecimento de tertúlias semanais para o debate de assuntos técnicos e científicos. Por último, a organização de reüniões privativas dos funcionários do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, para o efeito de aprimorarem os conhecimentos geográficos em elevado teor científico.

A instituïção, porém, do "Concurso de Monografias de Aspectos Geográficos Municipais", pelo alcance eminentemente educativo de que se reveste, sobreleva, pela extensão da medida, a tôdas as que foram até agora empreendidas pelo C. N. G.

Se bem que, a geografia regional, no seu mais amplo sentido deva ser, em geral, o coroamento sintético e não o comêço analítico da pesquisa geográfica, como acentuou JEAN BRUNHES, é fora de dúvida, no entanto, que nos países novos, como o Brasil, dotados de grande extensão territorial e ainda não devidamente povoados e econômicamente utilizados pelo homem, a ocupação humana esbarra, no caso brasileiro, por exemplo, com tôda uma série de obstáculos diferentes que precisam ser prèviamente conhecidos, para que melhor possam ser transpostos ou dominados.

O ajustamento humano às condições físicas, implica, assim, e às vêzes, o conhecimento prévio de certos aspectos da geografia física do país, afim de evitar as ocupações efêmeras, as construções passageiras, os erros e imprevidências já históricamente verificados, aliás, no caso do Brasil, os quais, em julgamento aparentemente seguro, têm sido apontados, mais de uma vez, como uma decorrência das qualidades "inferiores" da gente que o habita.

Por isso mesmo, o "Concurso de Monografias de Aspectos Geográficos Municipais", empreendido pelo Conselho Nacional de Geografia e focalizando estudo de qualquer assunto da geografia municipal, tanto um assunto geral, compreendendo o território do município, no seu todo, como, os limites do município, o relêvo, a vegetação, as estradas, as culturas agrícolas, um acidente geográfico particular, físico ou humano, um estabelecimento rural relacionado com a paisagem geográfica que o abriga, etc., longe de ser uma iniciativa prematura, quando rigorosamente vista sob o ângulo da metodologia especial, constitue antes uma espécie de verdadeira tribuna. Tribuna — como diria DEFFONTAINES — aberta para o estudo de geografias locais, dela participando ativamente todos os componentes e dela se servindo tôdas as peças do vultoso mecanismo do Conselho Nacional de Geografia.

Por outro lado, o "Concurso de Monografias" permite, com especialidade nas regiões pioneiras, a auscultação direta, *in-loco*, de tôdas as ligações existentes entre o conjunto das atividades humanas e os meios físicos onde se rasgam os diferentes horizontes de trabalho e se assentam os diversos gêneros de vida da grande massa anônima que, em maior grau, sente e reflete as vicissitudes das crises econômicas por que tem passado o mundo e com êle o país.

A escolha inteligente de um campo bem restrito, onde possam ser melhor apreciadas, de futuro, as relações entre as condições geográficas e os fatos sociais, além de constituir, *a priori*, um dos preservativos indispensáveis ao perigo das generalizações prematuras, concorreria do melhor modo para surpreender tais relações, como escreveu VIDAL DE LA BLACHE, numa composição de estudos analíticos, enfeixados em monografias regionais.

Ao lançar em 1941, o "Concurso de Monografias de Aspectos Geográficos Municipais", o Conselho Nacional de Geografia visou atingir quatro objetivos essenciais: generalizar a pesquisa, em aperfeiçoamento sempre crescente, dar um

objetivo funcional ao mecanismo do Conselho, obter uma copiosa documentação de estudos e informações regionais e, sobretudo, alcançar uma finalidade cultural, levando uma contribuïção valiosa, na quantidade e qualidade, original, metódica, eficiente, aos Congressos de Geografia realizados no país, sob seu alto patrocínio.

Com a generalização da pesquisa, com efeito, empreende o Conselho uma verdadeira corrente anual de contribuïções geográficas, nas quais se avaliam não só as possibilidades dos colaboradores, como os seus méritos culturais particularmente no que tange ao objeto e ao método próprio da ciência geográfica. Nesse sentido, o "Concurso de Monografias de Aspectos Geográficos Municipais", é uma verdadeira campanha educativa antes de ser uma autêntica concentração nacional de cultura.

É, porém, fora de dúvida, que o Conselho põe, ainda, em movimento, todo o seu mecanismo dando-lhe objetivo funcional.

Êsse mecanismo, composto dos órgãos centrais, dos órgãos regionais e dos órgãos locais, se comporta como se fôssem aqueles órgãos, as grande peças de um exército, preocupado em vencer a Campanha Brasileira da Geografia.

Através seus órgãos territorialmente mais avançados, penetra a fundo no seio da terra brasileira, vasculhando-a, desvendando-a, descrevendo-a, tudo segundo instruções dos Diretórios Regionais, que, por seu lado, refletem nas capitais das unidades políticas, a orientação e a supervisão do Diretório Central, sediado na capital e cérebro da República.

À ação construtora dos órgãos centrais, se comunicando aos órgãos locais, através os Diretórios Regionais, corresponde uma reação, expressa no caso, pela quantidade de monografias apresentadas, das quais são tiradas três vias, visando o objetivo documental do Conselho: uma para o Diretório Municipal, outra destinada ao Diretório Regional e, finalmente, uma terceira enviada para julgamento definitivo, na sede do Conselho. Aí ficará perpètuamente arquivada, como documento corográfico de real valia para estudos e considerações posteriores, indispensáveis à elaboração das sínteses, coroamento de todo estudo geográfico sério.

Em verdade, o "Concurso de Monografias de Aspectos Geográficos Municipais", representa um meio de ação ativo de que a superestrutura cultural do Conselho se vale para progressivamente estimular e educar as "avançadas" locais — que são os Diretórios Municipais — na pesquisa generalizada e de caráter geográfico científico.

Pela natureza de seus trabalhos e pela importância de seus objetivos; respirando uma atmosfera pura de princípios e elevada de intenções, o Conselho Nacional de Geografia é a grande árvore da cultura nacional que, plantada pelo Presidente GETÚLIO VARGAS, fincou, com firmeza, suas raízes no solo fértil do Brasil.

Anualmente o Conselho Nacional de Geografia realiza um concurso de monografias de aspectos geográficos municipais, com direito a prêmios. Concorra com os seus estudos geográficos, seus levantamentos, sua documentação.

Transcrições do mês

Nota preliminar sôbre as regiões pastorís do Brasil

Boletim da Sociedade Brasileira de Agronomia, vol. IV, n.º 3, set. 1941.

Prof. OTÁVIO DOMINGUES
Catedrático de Zootecnia da Escola Nacional de Agronomia

Em 1939, para atender à solicitação de alunos de um curso de zootecnia, dado na Sociedade Nacional de Agricultura, imaginei uma divisão do Brasil em sete regiões, de acôrdo com a fisiografia, os recursos forrageiros, o gado criado e os estados de desenvolvimento da pecuária. E essas regiões seriam:

1.ª NORTE — Compreendendo o Acre; no Amazonas — Rio Branco; no Pará — Marajó, Amapá e Salgado; os campos do Baixo-Amazonas, nos limites do Pará e Amazonas; e, finalmente, os campos do Maranhão.

2.ª NORDESTE — Compreendendo o sertão criador do Piauí, Ceará, R. G. do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e porção norte da Baía.

3.ª CENTRO-NORTE — Compreendendo a porção meridional da Baía, noroeste de Minas Gerais e o Estado de Goiaz.

4.ª CENTRO-SUL — Compreendendo as partes do sul e do sudeste de Minas, Espírito-Santo, Rio de Janeiro e São Paulo.

5.ª SUL — Compreendendo Paraná, Santa Catarina, norte do Rio Grande do Sul.

6.ª FRONTEIRA — Compreendendo a região meridional do Rio Grande do Sul, chamada mesmo "Fronteira".

7.ª MATO-GROSSO — Compreendendo o Estado do mesmo nome, especialmente a porção meridional ou "Pantanal".[1]

1.ª Região — "Norte"

Compreende as seguintes sub-regiões: No Acre, os campos semi-naturais às margens do rio Acre, nos limites com a Bolívia; no Amazonas, os campos do rio Branco, ao norte, e que se estendem até os limites com a Guiana Inglêsa; no Pará, os campos naturais da ilha de Marajó, os do Amapá, na região do mesmo nome, e os do Salgado a nordeste do Estado; os campos que marginam o rio Amazonas, nos limites do Amazonas com o Pará, na região chamada do "Baixo-Amazonas"; e, finalmente, os campos dispersos no oeste e no leste do Maranhão, sem formarem um todo contínuo.

---

[1] A divisão acima elaborada pelo A. em 1939, não coincide com a que foi organizada pelo Conselho Nacional de Geografia, para fins práticos e administrativos, cuja adoção oficial foi determinada pelo Sr. Presidente da República, em 31 de janeiro de 1942 e a respeito da qual inserimos uma notícia noutro local dêste *Boletim*. O presente estudo versa, aliás, sôbre uma divisão para fins especiais, no caso, referente a pecuária.

Clima úmido, equatorial, temperaturas regulares, grande pluviosidade, com uma estação sêca (verão), na qual só muito raramente chove ou há mesmo ausência de chuvas em pequeno trecho do ano.

É uma região tôda ela escassamente povoada.

Nessa primeira zona, falando sempre de um modo geral, as pastagens são em sua maioria planas e alagadiças, com exceção das do rio Branco (Amazonas) e as do Acre. Há abundância de gramíneas, deficiência de leguminosas. Pastagens naturais em sua maioria ou quase totalidade. A plantação de forrageiras é relativamente pequena e o capim mais espalhado em cultura é o "de planta" *Panicum barbinode,* Trind.).

O sistema de criação é o francamente extensivo, salvo nas proximidades das capitais onde já há uma exploração semi-intensiva do gado leiteiro, mas na maioria das vêzes ainda não bem racionalizada. Nela já se faz um pouco de profilaxia contra o carbúnculo hemático e o sintomático. O berne e os carrapatos não apresentam ou não constituem embaraço à criação nessa extensa zona.

A produção pecuária não é industrializada. Seus produtos são bois para carne; porcos para banha, em reduzida proporção; cavalos para montaria, e burros para carga; e, finalmente, couro de boi e ainda de búfalo. Êste último, produto para exportação, e os outros para consumo interno.

Caracteriza-se sobretudo, porém, pela criação generalizada de bovinos, proporcionalmente grande, em relação às outras espécies. A criação de carneiros e cabras, por exemplo, é reduzidíssima, sendo mais encontradiça nas sub-regiões do Salgado e do Estado do Maranhão.

Dos bovinos são criados animais de sangue "crioulo" e mestiços de Zebú, e da raça Turina. Tem havido introdução de reprodutores das raças Schwyz, Charolesa, Holandesa e de outras raças, mas ainda com pouco êxito; e de raças Zebú, das Nelore e Indú-Brasil, principalmente, nos últimos anos.

Dos búfalos, são criadas as raças "cinzenta" e "preta", em pequena escala. Sobretudo sem muito entusiasmo.

Dos eqüinos, criam-se cavalos nativos, descendentes da mescla colonial primitiva, Barbe-Árabe, mas tem havido introdução de um ou outro reprodutor Puro-Sangue-Inglês, Anglo-Árabe, Barbe, e isto mais ùltimamente, por via do fomento do cavalo de guerra promovido pelo Serviço de Remonta do Exército. Da "crioulada", destacam-se os cavalos do Baixo-Amazonas, pelo porte e pelas qualidades: são os melhores animais de sela da região.

Dos suínos, há o porco "Bayé" (variedade do *S. Indicus*), o "Furão" ou porco "Vara", forma degenerada do Canastra; mas foram importados reprodutores Polland-China, Berkshire, Duroc-Jersey e até "Casco de Burro", mas sem muito êxito.

2.ª Região — "Nordeste"

Compreende as sub-regiões do sertão criador dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe, Alagoas e do norte da Baía, e as do litoral, nas proximidades das capitais; estas porém muito limitadas, em relação às primeiras, tanto que na verdade são elas (as primeiras) que ainda caracterizam a região.

Clima sêco continental, irregular, com a ocorrência das sêcas em épocas não definidamente periódicas, contando-se até 39 anos de sêcas desastrosas, intercalando-se com inundações calamitosas, e com 32 anos sem sêcas. Duas são as estações e bem definidas — a do inverno ou das chuvas, e a do verão, sem chuva completamente. No litoral o clima é equatorial e úmido, sem o fenômeno das sêcas.

É uma região mais densamente povoada.

De um modo geral, as pastagens aquí são planas ou quase planas, mas às vêzes meio-acidentadas, ora em vales de rio, ora em tabuleiros, chapadas e ariscos, constituídas quase sempre de caatingas e mesmo de capoeiras. Os pastos são de plantas herbáceas — gramíneas e leguminosas, e ainda semi-arbustivas e mesmo arbóreas, de várias famílias. São pastagens naturais, em sua maioria, constituídas por forrageiras tais como: o "mimoso", o "panasco", o "pé de galinha", as cactáceas ("mandacarú", "xique-xique", "cardeiro") e a "macambira" e entre as chamadas "ramas", a "canafístula", o "joazeiro", o "pau branco", a "faveira", o "mororó", as "melosas" e outras. Cultivam-se, principalmente, o "capim de planta" e a "palma", além de outras forrageiras em escala muito reduzida.

Nela já há o emprêgo de forragens concentradas tais como o caroço, o "resíduo" ou torta de algodão, o milho, e em menor escala os farelos. E, ainda, a mandioca e a cana de açúcar, menos generalizadamente. O caroço e mesmo o resíduo do algodão constituem o grande recurso do verão sêco e faminto, sem "verde" nenhum.

O sistema de criar, é extensivo e sòmente êle, no sertão, em campos indivisos em sua maioria. No litoral a criação já pode entrar na classificação de semi-intensiva, pois nela já se processa o arraçoamento do gado explorado para leite.

Cuida-se de defender o gado contra o surto de certas epizootias: vacinação contra o carbúnculo hemático e sistemático; e mesmo contra a diarréia dos bezerros.

A produção desta região é mais variada. Produzem-se animais para corte (bois, carneiros, chibarros, capados); cavalos para sela e trabalho, muares e jumentos para trabalho; queijo para consumo local, e pequena exportação para o sul; couros (de boi) e peles (de carneiro e cabra) para exportação exterior.

O que pode caracterizar esta região, em relação às demais são os seus carneiros sem lã, as cabras produtoras de pele e os jumentos, inconfundíveis e abundantes.

Os tipos raciais criados são os seguintes:

Bovinos de raças nativas — Curraleira, Crioula, Malabar, Turina; mestiços de Holandês e Schwyz; assim como animais puros dessas raças, em escala reduzida. Tem havido introdução de reprodutores de mais outras raças, tais como a Charolesa, Polled Angus, Red Polled, Hereford, Devon, etc. em ensaios de aclimação indireta, na mor parte.

Zebuínos — mestiços de Guzerá, Nelore, Gir e ùltimamente de Indú-Brasil, assim como animais puros dessas raças, ou pelo menos em processo de seleção.

Eqüinos — cavalos crioulos, descendentes dos cavalos coloniais com sangue Barbe-Árabe, dos quais há exemplares marchadores excepcionais, porém raros; mestiços de puro-sangue de corrida, e também animais puros, salientando-se mesmo o "Haras" do Sr. Frederico Lundgren, de onde saiu um dos mais célebres campeões nacionais, o "Mossoró". De introdução recente temos o "crioulo" do Rio Grande ou do Sul, o Mangalarga, o Bretão, o Anglo-Árabe.

Asininos — jumentos nativos, de pequeno porte, mas notáveis pela sua resistência e sobriedade. Em várias épocas foram importados reprodutores de raça Italiana e Espanhola, Poitou, e recentemente o Pêga.

Caprinos — raças nativas, entre as quais convém salientar a cabra de lombo preto (ou Moxotó). Criam-se também em pequeníssima escala, mestiço de Toggenbourg, Nubiana, Murcia, Maltesa e recentemente se pronuncia certo entusiasmo pela raça Angorá.

Ovinos das raças nativas zootècnicamente degeneradas, porque perderam a função econômica primacial da espécie — a produção de lã, chegando mesmo a se constituir um novo tipo étnico, o carneiro deslanado de Morada Nova, de

pêlo caprino. Criam-se ainda, em proporção insignificante, mestiços de raças importadas como a Romney Marsh, a Lincoln, a Bergamasca (esta em maioria) e Shropshire.

Suínos das raças comuns, nativas: Baié, Canastra, Furão, e mestiços e puros das raças Duroc Jersey, Polland China, Berkshire, Canastra, Pereira e outras.

3.ª Região — "Centro-Norte"

Compreende aquela porção meridional do Estado da Baía, e que não pode ser incluída no "Nordeste" e a porção noroeste de Minas, bem diferente em suas características pecuárias, da região seguinte ,"Centro-Sul", e ainda de todo o Estado de Goiaz.

Trata-se de uma região do planalto, de clima mais doce, já com quatro estações mais definidas: primavera, verão (chuvoso), outono e inverno (sêco).

Ela se estende em regiões de pastagens naturais em sua grande parte, de feição levemente acidentada ou mesmo plana. Aquí já encontramos pastagens artificiais ou preparadas pelo homem, que se aproveitou da facilidade oferecida pelo meio, para isso. São pastos de gramíneas com o "gordura", o "jaraguá", o "sempre-verde", "o guiné", "o colonião" e ainda algumas leguminosas dos gêneros *Meibomia, Crotolaria, Stylosanthes, Zornia, Aeschinomene,* etc.

O meio, pelo seu clima e pelas suas pastagens, é mais propício já, para a exploração de bovinos, eqüinos, suínos e asininos melhorados, ou pelo menos de maior rendimento. Aquí já se verifica preocupação dos proprietários em cuidar de suas fazendas, tendo desaparecido ou quase o sistema de campos indivisos, havendo mesmo já certo cuidado com as pastagens.

A prática da vacinação do gado é usada.

O sistema de criação continua sendo o extensivo, e trata-se de uma zona produtora de animais de corte, mas já começa nela a exploração leiteira. Além daquelas espécies, acima citadas, criam-se também carneiros e cabras.

A produção pecuária já começa a ser industrializada com a fabricação de queijo e manteiga. São produtos dessa região: bois de corte para consumo interno (no país), bois magros e garrotes para recria e engorda, destinando-se aos frigoríficos; porcos, carneiros e bodetes para consumo local, assim como capados gordos para frigorífico; peles e couros; cavalos para montaria, cavalos e muares para trabalho.

Caracteriza-se pela naturalização das raças zebuínas, com o melhor êxito operada na sub-região do chamado "Triângulo Mineiro".

São os seguintes os tipos étnicos criados:

Bovinos das raças nativas, com mais ou menos sangue indiano, constituindo a massa da população dessa espécie. Zebuínos puros e mestiçados das raças Gir, Nelore, Guzerá e mais recentemente de Indú-Brasil, em formação. Devem ser citados ainda os mestiços de vários graus de sangue e indivíduos puros das raças européias: Holandesa, Charolesa, Schwyz, Polled-Angus e outras.

Eqüinos "crioulos" descendentes do cavalo colonial de filiação Barbe-Árabe, salientando-se as raças Campolina e Mangalarga, em fase de seleção. Há ainda mestiços de Puro-sangue-inglês.

Asininos comuns, tendo-se verificado a introdução de jumentos italianos para a produção de muares.

Do grupo dos suínos devem ser citados os porcos da raça Canastrão, Canastra, Piau e outras. Além disso mestiços e animais puros das raças Duroc-Jersey, Polland-China, etc.

Carneiros e cabras comuns, criados aquí, ainda, mais para a produção de peles, e também o carneiro italiano Bergamasca e a cabra Angorá, ambos em ensaios de aclimação.

4.ª Região — "Centro-Sul"

Compreende os campos de criação do Estado de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e a porção sul e sudeste de Minas Gerais.

É uma zona de clima de planalto, com as quatro estações definidas até certo ponto, e com inverno ameno e sem chuvas, e verão chuvoso e quente, e na qual mais se acentua a melhoria das condições do meio para a criação. Pastagens naturais ou preparadas, na maioria mais ou menos acidentadas, distribuïdas na Mantiqueira, vale do Paraíba, Serra do Mar, oeste de São Paulo. As forragens constituintes dos pastos são na maioria de capim "gordura" e "jaraguá", e em pequenas porções de "colonião" e outros. Já há cultura de outras forrageiras para a alimentação do gado, inclusive cana de açúcar e mandioca, e ainda o milho que vem sendo aquí utilizado (embora em pequeníssima escala) também para silagem, prática adotada nessa zona , na qual já se conta um bom número de silos — o maior dentre tôdas as regiões pecuárias.

Devido à presença de centros industriais já se regista a utilização, em maior escala, de alimentos concentrados — farelos diversos, tortas, fubá, refinazil. Por isso, deve-se salientar que o sistema de criação aquí adotado já é mais adiantado, e onde encontraremos uma pequena minoria de animais mantidos em regime semi-intensivo, no intuito de proceder-se a uma correção da deficiência das pastagens, e até certo ponto, do clima.

Nesta zona, que é de agricultura algo adiantada, a criação do gado serve como fator de progresso para a lavoura, em certos casos, fornecendo o adubo orgânico útil na refertilização das terras. Aquí temos o emprêgo dos animais domésticos como motores vivos, sejam muares, sejam bovinos. Nesta zona verifica-se o fenômeno interessante da agricultura brasileira, que é a substituïção dos cafezais por pastagens em geral, para criação de gado leiteiro.

Trata-se de uma região de pecuária mais leiteira, na sua maior extensão, assim como de criação de reprodutores, e ainda de engorda e acabamento de novilhos para o matadouro. Nela já se pode registar um surto da avicultura industrial.

Será quase desnecessário dizer que as medidas profiláticas são aplicadas em maior escala do que nas anteriores regiões, podendo-se mesmo dizer que a concentração de banheiros carrapaticidas é aquí maior.

A produção pecuária é, principalmente, a de laticínios, manteiga, queijo e demais sub-produtos, mas há nela, também, o acabamento e mesmo a formação de boiadas para consumo interno e para frigoríficos; e ainda capados gordos para industrialização, e carneiros e cabritos para consumo interno. Regista-se também a produção industrial de ovos, que não ocorre ainda nas outras zonas, e destinados parcialmente à exportação. Produzem-se ainda cavalos de sela e muares para trabalho; pequena produção de lã, de sêda, mel e cêra de abelha. Devido aos frigoríficos há a industrialização de certos produtos pecuários — carne em conserva, extrato de carne e demais sub-produtos.

Pela variedade e valor dos produtos arrolados pode-se depreender logo da atividade e progresso relativo da indústria pastoril dessa região.

Os tipos raciais encontrados aquí alcançam uma grande variedade.

Entre os bovinos, criados nesta região, temos, como nas outras a "crioulada" com sangue caracú ou azebuada. A criação de reprodutores das raças melhoradas, em fase de aclimação ou já aclimadas, é regularmente desenvolvida, citando-se as raças: Holandesa, que constitue o rebanho mais numeroso de mestiços em exploração leiteira, a Holstein-Friesian, a Schwyz, a Jersey, a Guernesey e ainda a Simmenthal, a Red-Polled, a Normanda, a Ayrshire. Caracteriza-se ainda porque nela é onde estão sendo selecionadas duas raças brasileiras — a Caracú e a Mocha.

A criação de zebuinos está em plena fase de entusiasmo, havendo rebanhos puros e mestiços de Gir, Nelore, Indú-Brasil, Guzerá.

Os eqüinos estão aquí bem representados pelas raças brasileiras Mangalarga e Campolina. Das raças estrangeiras existe criação, em mais larga escala, do que nas outras regiões, do cavalo puro-sangue de corrida, e ainda, porém menos significativamente, de Anglo-Árabe, Árabe, Bretão.

Os asininos mais importantes são os da seleção Pêga e "Paulista", recentemente reünidos oficialmente em uma única raça com o nome de Jumento Brasileiro. Criam-se também reprodutores das raças Italiana e Espanhola.

Dos suínos, os tipos étnicos predominantes são os porcos brasileiros — Canastrão, com padrão racial estabelecido, Canastra e mais ainda o Canastra-Pereira, o Piau, o Pirapitinga, o Nilo-Canastra, o Tatú. Das raças estrangeiras sobressaem-se a Duroc-Jérsey, o Polland-China, a Middle-White, a Edelschweine, a Wessex saddle-back, a Hampshire, a Berkshire.

O rebanho de carneiros ainda é constituído pela "crioulada", mas há o emprêgo de reprodutores das raças Romney-Marsh, Shropshire, e outras.

A mesma coisa acontece com os caprinos. O grosso constitue-se de "crioulos", mas há também mestiços e puros de Toggenbourg, Nubíana, Murcia e outras.

Uma espécie que já pode ser citada no rol das outras, pelo surto industrial de sua criação, é a galinha, explorada já industrialmente, e a raça utilizada é a Legorne branca. Há ainda criação de outras raças, porém sem uma significação econômica suficiente.

5.ª Região — "Sul"

Compreende os campos naturais ou preparados, que se intercalam com as terras agricultadas, nos Estados do Paraná e Santa Catarina, e a porção serrana do R. G. do Sul, onde já se depara um clima temperado doce, pois já não se está mais entre os trópicos. Isto favorece muito as possibilidades da pecuária, donde o gado ser mais raciado, de maior valor e melhor rendimento.

Com exceção da sub-região da serra (R. G. do Sul) não há aquí, pròpriamente, grandes áreas naturais ininterruptas, capazes de servirem a uma pecuária em alta escala. Mas o favor do clima e o surto progressista, nas colônias agrícolas da região, permitiram que se desenvolvesse uma indústria pastoril mais rendosa, notadamente de gado leiteiro e de suínos. Na verdade, as pequenas propriedades rurais, dessas colônias estrangeiras de Santa Catarina, Paraná e R. G. do Sul, são pequenos núcleos de boa pecuária, a salientar num estudo como êste. Nelas há a exploração de gado leiteiro, com o complemento da indústria de laticínios e a exploração industrial dos suínos. O clima ainda vem favorecendo a criação de ovinos e caprinos melhorados, estes últimos em muito menor quantidade.

As pastagens da região são naturais e algumas artificiais, tomadas à mata, sucedendo à agricultura, sendo estas às vêzes melhores do que aquelas. E assim verifica-se a cultura de cereais e forrageiras para o gado. São pastagens planas ou mais ou menos acidentadas, em sua maioria de altitude, e constituídas por gramíneas do gênero *Paspalum, Axonopus,* etc. e leguminosas dos gêneros *Trifolium, Asdesmia,* etc.

Nesta região a produção é característicamente de exploração leiteira e de suinocultura: queijo, manteiga, banha, capados gordos, produtos de *charcuterie.* E mais ainda bois de corte, couros, lã, peles, mel, cêra; e, finalmente, cavalos e muares para trabalho.

Os tipos étnicos disseminados são já bem apreciáveis pelo seu rendimento econômico. Entre os bovinos há a "crioulada", mas encontram-se numerosos mestiços de raças melhoradas, ao lado de animais puros, das seguintes raças: Holandesa, Schwyz, Normanda, Red Polled, Jersey, Guernesey, Holandesa vermelha, Oldenburguesa (leiteiras) e a Charolesa, Polled Angus, Devon, Hereford, Shorthorn (de corte).

No grupo dos eqüinos temos os cavalos "crioulos" comuns, e a raça brasileira "crioula" pròpriamente, e puros e mestiços do cavalo inglês-de-corrida, e ainda cavalos de tiro, característicos desta região, onde são empregados em trabalhos agrícolas, e transporte de produtos da agricultura.

Dos suínos são criados animais puros e mestiços da raça Duroc-Jersey, Polland-China, Berkshire e porcos comuns, não raciados.

Entre os ovinos criam-se puros e mestiços das raças — Romney-Marsh, Merino e Cara Negra. Pode-se citar ainda o Karakul, como tentativa de aclimação.

De asininos há jumentos comuns e da raça Catalã e Italiana.

6.ª Região — "Fronteira"

Em extensão, essa é a menor zona pastoril de nossa divisão, todavia é nela que vamos deparar com o rebanho mais valioso, constituïdo, na sua quase totalidade, de raças melhoradas. Suas pastagens são naturais, e em geral muito planas ou levemente onduladas, formadas de ervas em sua totalidade. De essências florestais, o que existe são bosques ou maciços de eucaliptos, plantados pelo homem, e que conferem à paisagem uma fisionomia própria, quebrando um pouco a monotonia dos pampas. Mesmo nos cursos dágua, nas sangas, a vegetação arbórea é por demais sóbria, podendo ser considerada como inexistente.

Trata-se de uma zona pecuária a mais adiantada do Brasil, característica de gado de corte e de lanígeros, o que decorre de um clima apropriado — temperado doce, com invernos chuvosos, e de suas ricas pastagens de gramíneas e leguminosas.

A criação de bovinos é a mais importante porque é constituïda de animais altamente raciados, e de matrizes excelentes das raças de corte aclimadas na região. A de ovinos é muito desenvolvida também, embora carecendo de ser modificada na parte referente à defesa dos rebanhos. A criação de eqüinos é bem cuidada, porém em menor escala, assim como a de jumentos para a produção de muares. Os caprinos são em número muito menor. A de suínos é também valiosa e desenvolvida.

As pastagens são excelentes, favorecidas por um clima adequado e um solo rico, na maioria das vêzes, e constituídas pelas seguintes forrageiras, entre as mais vulgares: "flexilha", "grama", "forquilha", "pé de galinha", "milhã", "treme-treme" e o variado grupo dos trevos. Já se cultivam intencionalmente a aveia, o centeio, o azevém, a alfafa, trevos diversos para arraçoamento do gado.

Os animais, mesmo de puro sangue, são criados no campo. Só os reprodutores é que vivem em regime de galpão.

A pecuária tem aquí, como uma de suas atividades mais importantes, e que a caracterizam, a produção de reprodutores de raças melhoradas e já em alto grau de aclimação. Sua produção mais característica é a de gado de corte, bois e capados gordos para frigorífico, e bois para charqueada. Sua exportação é de carne, carne conservada, charque, banha, couro, lã, peles. E ainda há a produção de cavalos e muares, e de reprodutores das espécies criadas.

Seus tipos raciais são os mais apurados do Brasil, dentro das raças de corte: Hereford, Shorthorn, Polled-Angus, puros e mestiços, e ainda Devon, Charolês. Criam-se também raças mistas e leiteiras, tais como: Red-Polled, Normanda, Jersey, Guernesey. A "crioulada" constitue uma porcentagem reduzida, pois mesmo os bois de trabalho e carro são raciados.

Dentre os eqüinos há que salientar a raça "crioula" que é realmente um tipo étnico notável pelas suas qualidades, tendo-se em vista sua utilização particular (cavalo campeiro e para caminhadas longas) e sua comprovada fixidez de caracteres como nenhuma outra raça de eqüinos brasileiros. Criam-se também animais puros e mestiços da raça Árabe, Puro-sangue de corrida, Anglo-Árabe.

As raças ovinas da "Fronteira" são a Romney-Marsh, constituindo a grande maioria; seguem-se os Merinós, Southdown, Shrospshire, Lincoln, Corriedale, Ryeland e ainda Ideal ou Pollwarth. Os criadores costumam operar a cruza entre Romney e o Merinó para obter determinados tipos de lã, afim de satisfazer a certas exigências do mercado.

Os suínos criados são os comuns, e mestiços e puros das raças Duroc-Jersey, Polland-China, Berkshire, Yorkshire.

7.ª Região — "Mato-Grosso"

Compreende a região meridional do Estado de Mato-Grosso, chamada do Pantanal, largamente utilizada para a criação de bovinos, principalmente, e também de eqüinos, jumentos e muares.

É uma zona muito característica pelos seus campos naturais extensos e parcialmente alagados, e seu clima sub-tropical com uma estação fria e sêca (sem chuvas) e com temperaturas altas no verão chuvoso.

O sistema de criar é o mais extensivo possível, quase limitando-se o homem ao trabalho da "colheita" dos bois para serem invernados. Essas pastagens são constituïdas de gramíneas e ciperáceas, e ainda leguminosas, em geral úmidas, pouco próprias para a criação de ovinos e caprinos, e mesmo para animais melhorados de outras espécies criadas. Não quer isso dizer que tais campos não sirvam à exploração pastoril, porquanto neles se criam e multiplicam fàcilmente bovinos das raças nativas, e eqüinos e porcos também de raças "crioulas".

A feição da região é plana, banhada de rios e aguadas rasas. As forrageiras mais comuns são gramíneas: capim "flexinha" e "flexa" (ambos do gênero *Tristachya*), algumas do gênero *Panicum*, e ainda *Paspalum, Eragrostis*, etc. Das leguminosas citam-se as *Melbomias, Crotolarias, Stylosanthes* e outras.

Os bovinos criados são das raças Pantaneira, China, Cuiabana e mestiços dessas raças com sangue indiano, os quais se apresentam com melhor pêso e melhor rendimento. As tentativas de introdução de raças de corte melhoradas não deram resultados. Recentemente o govêrno federal passou a se preocupar com o estudo de cruzamentos realizados *in loco*, entre reprodutores das raças de corte melhoradas e fêmeas "crioulas" azebuadas da região.

Os produtos da região são o boi em pé destinado às invernadas de São Paulo, charque, couro e demais sub-produtos. Criam-se ainda cavalos para montaria, de raça comum, e ainda muares também exportados para fora do Estado.

NOTAS

1 — Não querendo retardar mais a publicação destas observações, fixadas em suas linhas gerais, em aulas do Curso de Aperfeiçoamento e Especialização, em zootecnia, da E. N. A. sai êle sem o seu complemento indispensável, que vem a ser a população animal, de cada região; isto porque, processando-se agora a apuração do recenseamento realizado em 1.º de setembro de 1940, tudo o que atualmente se disser sôbre estatística do Brasil, torna-se desinteressante, pois só poderá ter como apoio dados em véspera de obsoletos.

2 — Absolutamente não imagino ser esta uma obra perfeita e completa. Considero-a apenas como uma simples tentativa de divisão das regiões pastoris do Brasil, tendo por base elementos de natureza geral, e que poderá servir, pelo menos, como contribuïção ou ponto de partida para um estudo mais pormenorizado e desenvolvido do assunto.

3 — A divisão proposta nada tem de rígida e imutável, sendo o resultado de minha observação no momento, na atualidade, devendo ser muito natural que daquí a anos, com a evolução dêstes ou daqueles núcleos pastoris, possa haver modificação nas lindes agora estabelecidas (fatalmente no sentido de uma simplificação), porquanto a base da divisão não é constituïda apenas por fatores de natureza fisiográfica, mas também por outros de natureza econômica e de ordem étnica.

4 — A inclusão do Maranhão na 1.ª região ("Norte") pareceu-me menos errôneo do que incluí-lo no "Nordeste". Êsse Estado verdadeiramente é um ponto de transição entre a Amazônia e o Nordeste, porém se assemelha muito mais, na sua economia pastoril, ao Pará, do que ao sertão criador nordestino: a alagação dos campos baixos, no inverno, o regime de chuvas, a formação dos campos são característicos comuns entre a zona nordeste do Pará e alguns núcleos pecuários maranhenses"

5 — No acabamento dêste trabalho tive a colaboração dos técnicos que em 1939-1940 constituíam a turma do C. A. E. na carreira de zootecnista, os quais forneceram excelentes informes que me permitiram melhor caracterizar as regiões delimitadas. Aquí deixo por isso consignado o meu agradecimento aos mesmos, extensivos ainda ao Dr. Nélson Maia que me prestou esclarecimentos sôbre o assunto.

6 — Convencido como estou de ter feito um trabalho não acabado, serei muito grato aos que quiserem contribuir, com seus conhecimentos, para ajudar a corrigir falhas ou omissões que depararem, nos pormenores da distinção a estabelecer entre as sete regiões da pecuária brasileira, assim como oferecer elementos para a perfeita delimitação de certas zonas, sem limites ainda, por lhes faltarem os limites políticos.

7 — Finalmente, devo informar que, com exceção da 7.ª Região ("Mato Grosso"), conheço tôdas as outras em sua maior extensão, por viagens empreendidas ao Sul, ao Nordeste, à Baía, a Minas Gerais, ao Estado do Rio, e por ter residido no Maranhão, no interior de São Paulo e do Pará.

Se lhe interessa adquirir as publicações do Conselho Nacional de Geografia, escreva à sua Secretaria (Praça Getúlio Vargas, 14 — Edifício Francisco Serrador - 5.º andar — Rio de Janeiro) que o atenderá pronta e satisfatòriamente.

A geografia na escola primária

VIDAL DE LA BLACHE

Capítulo IV do livro *La Enseñanza de la Geografia*, da lavra de GIBBS, LEVASSEUR, S. LUYS Y VIDAL DE LA BLACHE, *"La Lectura"*, Madrí, 1928.

Traduzido para a língua espanhola por ANGEL RÊGO.

O ensino da geografia na escola: o que é e o que deveria ser. — É necessário saber orientar-se. — Noções de distância e de extensão. — O estudo das formas. — Papel das fôrças ativas. — Os climas. — Observações dos fenômenos naturais. — Adaptação do homem ao solo. — A geografia política. — O mestre deve estudar a geografia local

O ensino da geografia na escola primária, como nas demais esferas, é um dos ensinos sôbre o qual menos idéias precisas possuímos. Todo mundo sabe que a geografia faz parte da bagagem da instrução elementar, e pensa que é fácil a sua explicação e que não exige amplas reflexões. Alguns nomes na cabeça das crianças, algumas noções indispensáveis para que o futuro soldado ou eleitor não pareça demasiado ignorante do seu país. Não é isto tudo o que, no fundo, sugere à maior parte das pessoas o têrmo geografia? Deveria, penso eu, sugerir outra cousa distinta. Êste ensino deveria servir para desenvolver e aclarar certas idéias no espírito das crianças; deveria associar-se às suas primeiras impressões e despertar nelas o espírito de observação. Se as reflexões seguintes acêrca disso podem ser de alguma utilidade, os leitores o poderão apreciar por si próprios, comprovando-as com as obtidas pela sua própria experiência. Só lhes peço uma cousa: que não me considerem como um ideólogo. Levo muito em conta as condições em que se encontram e as exigências (exames, inspeções, etc.), de que não se podem livrar. Tão pouco tenho a ilusão de crer que a geografia possa aprender-se sem algum esfôrço de memória, esfôrço que, afinal de contas, a idade da criança torna fácil e que pode ser singularmente ajudado, além disso, pela contemplação dos mapas colocados permanentemente na parede das salas. Foi assim que, em uma época já longínqua, ficaram gravados indelèvelmente na minha memória os nomes das 12 tribus de Israel. Mas é preciso que estes nomes despertem idéias, que venham unidos a fatos e, caso possível, também a imagens. Cousa muito delicada, e sôbre a qual talvez seja útil refletir e raciocinar ao mesmo tempo.

I

Se eu tivesse que ensinar geografia às crianças de uma escola primária, creio que me dedicaria primeiramente a ensinar-lhes a orientar-se. Muitos processos existem. É meio dia: a sombra se projeta do lado norte.* O sol sai ou se põe: observemos que, conforme a época do ano, aparece ou desaparece atrás de tal casa, tal árvore ou tal objeto. Estes pontos de referências variáveis, mas contidos num raio determinado, ajudam a fixar, não sòmente os pontos cardeais, mas também a marcha das estações, visto que no verão o deslocamento se efetua para o norte e no inverno para o sul. É isso que nos livros de outros tempos se indicava com os têrmos de "sair e pôr do sol de inverno" e "sair e pôr do sol de verão".

---

* Nota da redação: O autor se refere ao hemisfério norte.

Sabido isso, será um problema fácil para a criança dizer para que ponto está orientada a escola, que direção deve seguir para chegar a ela, em que sentido deve caminhar para chegar ao povoado vizinho. Ademais, estas direções estão assinaladas nos mapas murais. Acostumamo-nos a situar o norte na parte alta do mapa e o sul na baixa, disposição completamente convencional, que freqüentemente não reconheciam os mapas de outros tempos. Convidar-se-á o aluno para que busque a posição recíproca dos lugares inscritos no mapa. Dirá também que direção deveria tomar para chegar a tal lugar, afastado, do qual lê o nome. Mas quanto tempo despenderia em tal trajeto? Eis aquí uma noção nova que se apresenta e que precisa ser resolvida: a da distância.

A nossa vista se exercita nos limites de um horizonte mais ou menos vasto, balizado por pontos de referência situados a distâncias diversas em relação à nossa. Estes são outros tantos têrmos de comparação dos quais mais adiante poderemos tirar partido.

Quando a criança saiba, por exemplo, que se caminhasse em linha reta chegaria a tal ponto ao cabo de 2 horas e que percorreria uma distância de 10 quilômetros, então é o momento de chamar a sua atenção para a escala quilométrica colocada na parte baixa dos mapas. É claro que nos mapas escolares existe uma desproporção tal entre a realidade e a sua representação, que tôda a relação sensível escapa à sua inteligência. Mas hoje em dia a carta do Estado Maior francês está ao alcance de todo mundo. Podei servir-vos da fôlha em que figura a localidade. Ser-vos-á fácil, graças à sua grande escala, fazer sensíveis e claras as relações quilométricas e referí-las a experiências pessoais; e eu estranharia que a criança, seduzida pelos nomes que alí encontra, não tratasse de conseguí-lo por si próprio.

Proceder-se-ia do mesmo modo para as noções de extensão. Aquí também a observação necessita de ponto de referência. A criança pode formar uma idéia completa da extensão de um campo, de uma propriedade, de sua aldeia ou povoado, e atribuir um valor sensível aos números que a expressam. Uma simples multiplicação será suficiente para apreciar do mesmo modo a extensão das superfícies mais extensas de que terá de ocupar-se durante o curso.

Não julgo necessário insistir mais sôbre o método. Apresenta-se por si mesmo à inteligência do mestre. Mas, não obstante deslizamos ràpidamente sôbre essas noções, desdenhando-as, talvez, por julgá-las demasiado elementares. Basta percorrer as minhas lembranças de examinador para ver como estão esquecidas em nossas escolas. Que equívoco! São entretanto o princípio e a base de tôda a geografia. É necessário deixar impresso nos nossos alunos o hábito de que cada vez que se pronuncie o nome de uma localidade sintam a necessidade e o desejo de saber onde se encontra, em que parte do globo, em que posição em relação à que êles ocupam, em que condições de extensão e distância em relação com aquelas que podem apreciar diretamente por si próprios. Muitos dos preconceitos e idéias falsas dêste mundo procedem de que não sabemos *localizar*.

Estas noções nos parecem modestas, porque esquecemos a base científica em que descansam e os esforços de investigação e de especulação que custaram. O velho geógrafo PTOLOMEU apresenta como uma das mais sublimes concepções do espírito humano, a idéia da relação matemática entre os corpos celestes e as posições de diferentes pontos da Terra.

Com efeito, o espetáculo do céu permitiu levantar o mapa da Terra. Mas foram necessários mais de quatro mil anos de investigações, de cálculos, de medidas e de explorações para que hoje em dia possamos assinalar com relativa exatidão, e graças a instrumentos cujo aperfeiçoamento tardou-se bastante em alcançar, a posição dos principais lugares. De quando em quando, uma palavra acêrca disto na classe, e se entre os alunos existe algum com uma inteligência de qualidade superior, essa palavra bastará para ser recolhida e para que frutifique mais adiante.

II

O estudo das formas oferece outras dificuldades. Não há nada mais complexo na geografia. O problema das formas é o principal objeto sôbre o qual se exercem as investigações dos especialistas, inesgotável aos esforços combinados de topógrafos e geólogos. Não se trata de submeter a semelhante prova a inteligência dos alunos nem confundir o seu cérebro com o desejo de fazer-lhe demasiado bem. Mas, na inesgotável variedade de formas que apresenta a superfície terrestre, há traços principais, essenciais, com os quais convém familiarizá-los. As palavras planícies, montanhas, rios, costas, ilhas, penínsulas, etc., devem tomar forma sensível para êles; é preciso não contentar-se com sêcas definições. Mas, como proceder? Suponhamos que se trata de pequenos alunos de Paris, que só conhecem o rio que corre entre os cais e a erva que nasce entre as pedras do calçamento; claro está que esta ignorância chegará, a ser muito depressa tão rara como a própria erva nas ruas de Paris. Ou sejam alunos de Brie, de Champagne, que na sua vida não viram nem mares nem montanhas.

Estas palavras por si mesmas não dizem nada, e eu não me atrevo a esperar que os recursos dos nossos orçamentos permitam multiplicar o bastante as colônias escolares de férias para que possam ilustrar-se *de visu*. Resta, é verdade, a imagem.

Não é êste certamente um meio que se deva desprezar; deve-se aplaudir tudo aquilo que desde há algum tempo se vem fazendo sob a forma de álbuns, cartões postais, etc., para popularizar a vista de paisagens, embora a escolha não se inspire senão muito raramente num verdadeiro espírito geográfico. Mas mesmo a imagem precisa ser explicada e interpretada. Não será interessante nem verdadeiramente instrutiva se não corresponde de alguma forma às impressões que a criança pode receber diretamente, ou às observações que possa realizar nos arredores com a ajuda do mestre. É isto possível?

Devemos, antes de tudo, fazer observar que por desnuda que uma região possa aparecer de acidentes do solo, não existe nenhuma em que o relêvo seja perfeitamente plano e geométrico. Uma colina ou ainda uma ondulação do terreno, um barranco ou uma simples dobra, são traços que no modelado terrestre, por mais uniforme que se suponha, não faltam nunca. A observação pode efetuar-se com êxito também em formas minúsculas, porque mostram a seu modo as causas que as formaram e as ações que se exerceram para modelá-las tal como as vemos.

Estas causas — salvo as que procedem de movimento internos da crosta terrestre e cujo exame não achamos que deva entrar num ensino elementar — não têm nada de misterioso e oculto. Podem-se vê-las em ação e surpreendê-las ao vivo. Ontem, por exemplo, as águas, depois de um grande aguaceiro, correram sôbre os flancos dêste barranco, arrancando pedaços do terreno e amontoando seus restos fragmentados em forma de cone ou lóbulos mais ou menos alargados, na base do talude. Estes lóbulos se aproximaram uns aos outros e formaram pequenas superfícies onduladas. Algum bloco mais duro foi escavado pelas águas sem chegar a ser deslocado e permanece sobressaindo do terreno. Depois desta crise, o solo se encontra mais ou menos removido e o seu modelado toma novas formas. Nesta renovação se manifesta o papel das fôrças ativas; a presença das causas atuais se denuncia nas modificações das superfícies. Alí existe um princípio de interpretação.

Nada há de rígido nem imutável no desenho que a natureza põe ante nossos olhos. A água torrencial, que destrói e reconstrói; a água corrente, que descreve meandros, enlaça ilhas; a água estagnada, cujos bordos formam contornos caprichosos, prodigalizam casos e exemplos de formas e mudanças geográficas. Produz-se uma enchente e os arabescos que os areais desenham às margens do

leito do rio mudam de forma; o tanque, aumentado pelas chuvas, inunda suas margens, desfaz os cabos, rompe os promontórios. Eis aquí outra nova evolução observada ante os fatos.

O mestre sabe bem que causas, insignificantes na aparência, são capazes, pela repetição e duração, de transformar montanhas em colinas, golfos em terra firme. E por isso que o sabe deve fazer apreciar aos demais a importância dos fenômenos que se sucedem ante nossos olhos. Mas não creio que esta idéia esteja ao alcance da psicologia da criança; a desproporção é demasiado violenta; e, ao invés de instruí-la, assombrá-la-ia e a desconcertaria. Em compensação, o que ela compreenderá perfeitamente são os efeitos imediatos que a água e o vento, escultores infatigáveis da superfície terrestre, exercem sôbre as formas. Estas experiências, que ela própria pode fazer e comprovar, podem chegar a ser o princípio de idéias fecundas. Põem-na a caminho de investigar as causas. Ensinam-lhe que as formas do relêvo que tem sob seus olhos são o resultado de um equilíbrio cuja estabilidade não está assegurada. E o mestre pode tirar daí mais de uma lição. Se, por exemplo, a imprudência dos homens talasse as alturas, o arroio se converteria em torrente; se na planície cortasse as árvores, o vento sopraria sem obstáculos e os agentes atmosféricos atacariam com maior facilidade a superfície terrestre e talvez viriam em seguida os desastres.

III

As grandes regiões terrestres diferem uma das outras pelo clima. Em nosso país estamos acostumados a uma ordem dada das estações e às diferenças marcadas que imprimem nas temperaturas; a chuva é um hóspede familiar dos nossos climas; não nos falta em nenhuma época do ano; porém o faz de uma maneira desigual nas distintas regiões. Há comarcas em que reina durante todo o ano uma temperatura quase uniforme; outras, em que as diferenças são extremas; aquí falta a chuva; alí, cai periòdicamente durante um espaço mais ou menos longo do ano. Estas diferenças de clima se traduzem na vegetação, no regime dos rios e também nas formas do terreno.

É necessário, pois, explicar à criança estes fenômenos dos quais depende a fisionomia das comarcas. A chuva caída a tempo, que faz reverdecer os prados; o sol, que no verão faz amarelecer as messes, são espetáculos a que assiste e dos quais se fala em sua volta; existe entre nossos camponeses um grande número de refrães e provérbios nos quais a observação rural consignou suas experiências. A questão está em que o mestre obtenha proveito para suas lições de geografia dêste empirismo local. Para que o aluno compreenda que o encadeamento de efeitos e de causas que constitue um clima se traduz em certos casos de maneira diferente, é necessário dar-lhe uma idéia do mecanismo a que obedecem os fenômenos do ar. Temos que arrancar-lhe o preconceito, muito natural, que o faz crer que as cousas se sucedem de igual modo nas outras regiões segundo o ritmo a que êle está acostumado; não existe outro meio para penetrar na análise das causas. E' uma tarefa que exige certo tento, porque é necessário sempre evitar as fórmulas abstratas. Mas, onde se nos apresentam melhores ocasiões para mostrar ao aluno experiências sensíveis, que no domínio do ar? Assim, nas antigas mitologias o domínio das mudanças e das transformações incessantes se personificava em figuras divinas; a natureza, com sua complacência inesgotável é para a ciência física moderna um teatro de experimentação abundante se nos sabemos valer dos nossos olhos. A névoa ascende pelos vales durante as horas da manhã; dissipa-se com os raios do sol; mas, à tarde, se forma uma faixa de nuvens nas vertentes da montanha. Ora, nuvens de formas e côres diferentes se superpõem na atmosfera; marcham em sentido inverso, empurradas por ventos diferentes; mas chega um momento em que uma das correntes, vencida, cede ao impulso da outra; êste é o sinal da chuva. As modificações da temperatura presidiram a estas mudanças de tempo. Estas mesmas

temperaturas são regidas pela hora, a posição do sol, a inclinação dos seus raios, a espessura das camadas que atravessam, ou também pelos ventos, mensageiros ativos que transportam para longe a temperatura e a umidade dos lugares em que sopram, agentes que produzem mudanças nas diferentes partes da superfície do globo.

O campo oferece diàriamente semelhantes motivos de observação, e por isso eu me compadeço do estudante da cidade. Estes fenômenos, tão interessantes para a vida rural, lhes são menos familiares. Não vê céu senão aquele que se divisa nas ruas. Como bom cidadão, não pensa na chuva, no vento e na neblina senão, por causa das moléstias que lhe causam. Mas como tem o espírito vivo e a inteligência desperta, segue-os nas vossas explicações. Observa os charcos de água que depois de um aguaceiro se formam nas ruas ou nos páteos; depois de certo tempo diminuem, e finalmente desaparecem: mais depressa se o ar está quente do que se está frio, e também mais depressa se está agitado do que se está calmo. Em que se transformaram essas gotas de água? Mudaram de estado. Transformadas em vapor dágua flutuam invisíveis no ar. Mas se neste elas se acumulam excessivamente, isto é, além de um grau variável, que se chama ponto de saturação, fazem-se novamente visíveis sob a forma de nuvens e por último, devido ao resfriamento, se convertem outra vez em chuva. Eis aquí um círculo de transformações que, já com rapidez, já lentamente, faz com que se sucedam as formas visíveis às invisíveis ou vice-versa. A história de uma gota de água, primeiro molécula de vapor, que depois se condensa e forma a nuvem ou a neblina, que se precipita em forma de chuva e que, finalmente, se converte em arroio ou rio, se compõe de diversas vicissitudes, cada uma das quais depende das variações que se produzem no estado da atmosfera.

Mas estas variações podem fazer-se esperar ou também não se produzirem. A evaporação pode não ir acompanhada de condensação, nem esta de precipitação. Existem regiões nas quais, conforme a direção dos ventos ou o grau calorífico do sol, não se produzem chuvas durante vários meses; outras que se vêem totalmente privadas delas e outras em que, apesar das brumas e das névoas que as envolvem, não se efetua a precipitação. A análise dos fenômenos deve facilitar a explicação destas diferenças e deve ir acompanhada da descrição das regiões.

IV

A coleção das inadvertências geográficas pôde enriquecer-se há vários anos com um caso bem característico. Ocorreu durante a expedição a Madagascar: acreditou-se que seria maravilhoso contratar cabilas para empregá-los como condutores de comboios, e como era de esperar, estes montanheses, de país sêco, morreram aos montes sob os rigores de um clima quente e úmido, do mesmo modo que se recrutassem anamitas para servirem na Argélia. Tanto é assim que, depois de julgarmos que todos os países da Terra se parecem com o nosso, nosso espírito deve defender-se da outra ilusão, que consiste em imaginar que todos são diferentes do mesmo.

Efetivamente, existe tal gênero de relações entre uma região e os homens que nela vivem, que lhes é muitas vêzes difícil chegar a se aclimatarem noutra, ou pelo menos lhes é indispensável tomar precauções e cuidado. Seus órgãos acomodados por uma longa herança a certas condições climatológicas não cumprem suas funções vitais senão à custa de um esfôrço penoso e, com o tempo, perigoso fora do lugar de sua residência habitual; sofrem com o excesso de esfôrço que se lhes impõem. As enfermidades do fígado, tão comuns nos europeus transplantados para os países tropicais não obedecem a outra causa.

Mas não é sòmente pelas relações de temperamento fisiológico que o homem vive arraigado ao solo. Poucas regiões existem na Terra que êle não haja mais ou menos adaptado às suas necessidades alimentícias. Aquí cria culturas, alí

procura pastos; e na preferência concedida a estas diferentes formas de vida, guia-se, não sem uma certa liberdade de eleição, pelas condições físicas da comarca. As plantas que escolhe para sua cultura, arroz, trigo, milho, etc., são as que convêm a determinados climas. Constrói suas casas e se associa, não ao azar, mas em lugares em que crê encontrar alguma vantagem para suas culturas, para seu comércio, para sua defesa. Inspira-se nas propriedades do terreno e nos caracteres do relêvo para o traçado dos caminhos e vias de comunicação. Sem dúvida alguma o homem não permanece escravo de um rincão da Terra e nosso estado de civilização o livra cada vez mais de uma sujeição por demais estreita; mas apesar de tudo, em tôdas as suas obras fica sempre impresso um cunho mais ou menos profundo da localidade.

Também moralmente, isto é, pelos seus sentimentos, pelos seus hábitos, pelas suas lembranças, está ligado ao país de origem. Dentre todos aqueles que êle possa ver ou aos quais a sorte o conduza, sempre há um que, segundo a expressão do poeta, lhe sorrí mais que os outros. Isto é inexplicável e, no entretanto, é real. Porque tal objeto, tal forma, ou tal imagem particular se apoderou de tal maneira das nossas lembranças? Não podemos dizê-lo; mas basta que o mais insignificante pormenor se apresente ante nosso espírito para evocar tudo o mais. Com tôdas estas cousas escondidas na nossa memória, mas sempre dispostas a sair delas, nossa imaginação forma um conjunto, um total; isto é, ao que sabemos, o que acontece com um homem que todo mundo compreende: o apêgo ao país, ao torrão.

Por esta razão, no estudo da geografia, o homem e a Terra são dois têrmos inseparáveis. Uma região influe nos seus habitantes; e o homem por sua vez, com suas obras, com um poder cada vez maior sôbre a natureza, modifica a fisionomia da Terra. Como todo soberano, tem a sua côrte formada de plantas e animais de adoção, que leva consigo. Por isto a América forneceu certas plantas à Europa, e esta, por sua vez, ao Novo Mundo. À medida que as comunicações se estendem, reduzindo o obstáculo das distâncias, as divisões políticas aumentam também de extensão. Hoje em dia assistimos ao desenvolvimento de vastos impérios, de imensas colônias, e por falta de uma dominação direta, as relações comerciais abrangem superfícies quase ilimitadas. O têrmo *mundial* é um neologismo nascido das circunstâncias.

A geografia política é por isto, e sòmente por isto, uma aplicação legítima da geografia. Sua significação se estriba nas relações que existem entre a Terra e o Homem. Com freqüência nos equivocamos neste ponto; ao meu modo de ver, é um êrro sobrecarregar êste ensino com dados administrativos ou estatísticos. Arriscamo-nos a que se esqueça a idéia essencial. É preciso reconhecer que a um cidadão francês lhe é muito útil estar informado sôbre o mecanismo administrativo e as atribuïções dos funcionários; mas êste ensino nada tem de comum com a geografia.

A geografia política tem por objeto associar intimamente o que eu chamaria a idéia terrestre com êste sentimento instintivo de curiosidade que o homem experimenta pelos seus semelhantes. A idéia terrestre comprende as noções de posição, extensão, distâncias, formas, climas, que a geografia ilustra e que devem encorporar-se aos nossos hábitos de pensar. Tratemos de levar em conta o papel que desempenham estes fatores geográficos nas obras humanas. A variedade de costumes e maneiras de viver, quando nos são apresentadas sob a forma de narrações de viagens, nos divertem como curiosidades anedóticas; tomarão porém um novo sentido se descobrirmos nas circunstâncias que nos rodeiam a sua razão de ser.

A história política tirará proveito desta aproximação. As nações e os estados seguem uma evolução, na qual o elemento geográfico opera muitas vêzes sem que os mesmos agentes o saibam, mas com maior eficácia por ter a seu favor o elemento tempo. A natureza não estabelece leis nem forma com antecedência

os quadros dentro dos quais se move o destino dos Estados. Assinala as condições e deixa à competição, lei universal dos seres vivos, o cuidado de obter os resultados. Nunca ela foi mais ativa do que agora. Cada dia se manifesta mais violenta: da Europa à América, da América à Ásia. Daí surge a necessidade que tem cada povo de informar-se sèriamente dos recursos próprios que êle traz à luta. Temos que estabelecer um balanço exato das fôrças que o país ao qual vai unida a nossa ação mundial emprega ou tem em reserva. A França, pela posição que ocupa em contacto com os grandes focos de atividade, vizinha de 5 ou 6 Estados diferentes, seria a última das regiões que se subtrairia às leis da competição. Para isto, a geografia é também uma boa conselheira.

Seja-me permitido terminar estas reflexões com um conselho, que muitos mestres já põem em prática, e que me foi sugerido pelo seu exemplo. A perfeição dos livros e dos instrumentos de trabalho serve para facilitar a tarefa do mestre; tal é o fim e a esperança daqueles que se consagraram a tal obra. Mas nenhum espírito sensato pensará que o livro pode substituir a ação direta e pessoal do mestre. Se é certo que o ensino da geografia deve despertar o espírito de observação, apoiar-se em realidades sensíveis, recorrer às impressões e à experiência, êste programa não atribue aos mestres obrigações particulares? Porque não é sôbre o aluno em geral, ou sôbre uma coletividade abstrata, sôbre a qual se exerce o seu influxo, senão sôbre as inteligências de crianças formadas em um determinado meio, plasmadas em certos hábitos. Nesse meio, e valendo-se dêsses hábitos, é que se encontrarão os exemplos e os pontos necessários de comparação. Eu lhe direi, pois: "Estude o país onde vai ensinar". Despertarei o seu interêsse pela sua natureza e pelo seu passado. Sei que tem para isto iniciativas felizes e bons exemplos. Uns prestam bons serviços à meteorologia, com suas observações constantes da temperatura e da chuva; outros estudam as rochas e os terrenos; aqueles, a flora; aqueles outros prestam sua atenção ao passado, descobrem restos arqueológicos, ou investigam nos arquivos e nos documentos privados o passado histórico do seu povo. Sucedeu-me ver coleções, ler interessantes monografias, frutos de pacientes esforços. Tenha-se presente que fazemos trabalho pedagógico trabalhando pela ciência, porque uma e outra vivem de realidades e observações e se formam na escola da natureza.

★

AOS EDITORES: Êste "Boletim" não faz publicidade remunerada, entretanto registará ou comentará as contribuïções sôbre geografia ou de interêsse geográfico que sejam enviadas ao Conselho Nacional de Geografia, concorrendo dêsse modo para mais ampla difusão da bibliografia referente à geografia brasileira.

Resenha

A divisão administrativa e judiciária a vigorar no qüinqüênio 1944/48

No dia 1 de janeiro do próximo ano começará a vigorar o novo quadro territorial do país, cuja vigência compreenderá o qüinqüênio 1944/48, o qual será organizado de acôrdo com as normas estabelecidas pelo decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938 — a "lei geográfica do Estado Novo" para usar aquí a expressão que o consagrou.

Entre outras providências mandadas adotar pelos governos das unidades federadas — os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre — o decreto 311 determinou: a correção da divergência existente entre os nomes dos municípios e distritos e os das respectivas sedes, prevalecendo os nomes destas; a redução da divergência existente entre os nomes dos municípios e distritos e os das respectivas sedes, prevalecendo os nomes destas; a redução dos nomes muito longos de circunscrições; a substituïção de nomes de circunscrições, visando dêsse modo suprimir a existência de mais de uma circunscrição territorial, sob u'a mesma denominação, dentro da área territorial de um mesmo Estado; a uniformização da categoria das sedes circunscricionais estabelecendo que sejam vilas tôdas as sedes distritais e cidades tôdas as sedes municipais; a superposição das divisas administrativas e judiciárias, mediante o cômputo do distrito como unidade primária comum; a invariabilidade dos quadros territoriais, administrativos e judiciários, que sòmente por leis gerais qüinqüenais podem ser revistos; a definição dos âmbitos municipais e distritais, mediante descrição sistemática das respectivas divisas; a continuïdade territorial de tôdas as circunscrições administrativas (municípios e distritos) e judiciárias (comarcas, têrmos e distritos).

O decreto-lei 311 também impôs providências úteis e oportunas aos prefeitos municipais, destacando-se a que determinou a delimitação das zonas urbanas e suburbanas das sedes municipais e distritais.

Os resultados decorrentes da aplicação dos sábios preceitos da chamada "lei geográfica do Estado Novo", já se pode inferir através de fatos concretos. Para citarmos sòmente um dêsses fatos, basta que se diga aquí que foi, graças à divisão territorial elaborada para vigorar no qüinqüênio 1939/43, estudada e executada dentro das diretrizes, daquele decreto que pôde ser levada a efeito a confecção das cartas geográficas municipais das 1 574 comunas brasileiras, cuja exposição pública nesta capital mereceu os mais irrestritos aplausos de todos quantos visitaram o "maior certame cartográfico realizado no país".

Serviu, ainda, a lei 311 de ponto de partida para a objetivação de vários empreendimentos técnicos e científicos levados a efeito em benefício da geografia nacional e, porque não dizer mesmo, de modo geral, em benefício do próprio Brasil? Considerando que o nosso maior problema consiste, precisamente, em conhecermos bem e melhor os nossos próprios problemas, muitos dos quais são nìtidamente de ordem geográfica, por dizerem êles respeito à Terra e ao Homem brasileiros.

Antes da vigência da "lei geográfica do Estado Novo" encontravam-se na nomenclatura geográfica do país, graves defeitos, oriundos da ausência de uma sistemática geral, pois, cada govêrno regional agia isoladamente dentro das fronteiras das suas respectivas unidades políticas, sem que fôsse computado o quadro territorial geral do país.

Os efeitos desastrosos de semelhante praxe ficaram patentes logo quando, em 1938, foram aplicados, pela primeira vez, os dispositivos daquele decreto, visando o conjunto do quadro político-administrativo do Brasil.

As falhas, encarado o assunto de modo geral, foram tantas e de tal natureza que sòmente por etapas qüinqüenais poderão ser corrigidos certos e pequenos pormenores. O que conforta é podermos dizer que com a sua vigência cessou a balbúrdia.

Moldado dentro das realidades brasileiras, o decreto-lei 311, embora surgido do poder federal, não eximiu, entretanto, os poderes estaduais e municipais da faculdade de legislar sôbre a matéria, determinando, porém, que a divisão territorial de cada unidade estadual fôsse revista qüinqüenalmente, por intermédio de comissões regionais compostas de técnicos e de geógrafos, observada uma sistemática vigorante em todo o país.

Durante o corrente ano deverão ser, em cada um dos Estados brasileiros, revistos os respectivos quadros territoriais, para efeito de organização da futura divisão administrativa e judiciária a vigorar no próximo qüinqüênio 1944/48.

Em vários Estados, os poderes públicos locais e os Diretórios Regionais do Conselho, considerando que semelhante tarefa exige longo tempo de estudo e, por vêzes, exames locais, já adotaram providências a respeito dos próximos trabalhos.

Nos Estados do Rio de Janeiro, Baía, São Paulo e em outros mais, os problemas referentes à futura divisão territorial já estão sendo ativados.

O Diretório Regional de São Paulo em uma das suas últimas resoluções adotadas, solicitou ao govêrno paulista a nomeação da comissão regulamentar a ser encarregada do estudo do futuro quadro territorial daquele Estado.

Sugeriu ainda o Diretório Regional de São Paulo que, para melhor coordenação dos trabalhos e colaboração dos órgãos que se relacionam com estudos administrativos, geográficos e judiciários, seja a comissão constituída dos seguintes membros: representantes da Secretaria da Justiça, do Departamento das Municipalidades, do Instituto Estadual de Estatística e do Diretório Regional de Geografia.

★

Envie os livros de sua autoria, ou os que se encontrem em duplicata em seu poder, à Biblioteca Central do Conselho Nacional de Geografia, para maior benefício da cultura geográfia do Brasil

Propôs mais o Diretório Regional paulista, que a referida comissão, a exemplo da de 1938, fique subordinada ao Secretário da Agricultura por pertencer a essa secretaria o órgão técnico geográfico local.

Os governos de outras unidades políticas do país já estão adotando providências sôbre a matéria.

✶

O crescimento da população brasileira através da última operação censitária

O censo de 1940 — segundo informou, recentemente, o Serviço Nacional de Recenseamento — revelou grande aumento da população do Brasil, pois sendo apenas de ..... 14 333 915 habitantes em 1890, quase triplicou em 50 anos.

Considerando que de 1890 a 1940 a população total da América aumentou de 123 para 275 milhões, isto é, 124%, merece relêvo o crescimento de 190% verificado no Brasil. No mesmo intervalo a população cresceu de 69,9 para 146,5 milhões, ou sejam 110% nos países americanos de língua inglêsa, e de 36,8 para 83,6 milhões, ou 127%, nos de língua espanhola. A quota da população do Brasil na da América subiu, assim, de 11,6%, em 1890, a 15,1% em 1940.

No crescimento da população brasileira durante êsse meio século, foi de 9% a taxa do excesso das imigrações, sôbre as emigrações, ao passo que, para o conjunto do continente, essa mesma proporção foi de 15%. O desenvolvimento demográfico do Brasil é devido, sobretudo, à alta capacidade de reprodução dos seus habitantes, o que constitue uma característica da população brasileira, em face da queda mundial da natalidade.

✶

A distribuïção da população pelas regiões brasileiras

Para melhor compreender como se distribue a população no nosso território, — informa o Serviço Nacional de Recenseamento— convém referí-la à nova divisão do país em regiões fisiográficas, adotada pelo Conselho Nacional de Geografia.[1] Essas regiões, com as unidades da federação que as compõem, são as seguintes:

I — *Região Norte*: Acre, Amazonas e Pará;

II — *Região Nordeste*: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas;

III — *Região Leste*: Sergipe, Baía, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal;

IV — *Região Sul*: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

V — *Região Centro-Oeste* Goiaz e Mato Grosso.

Do ponto de vista demográfico, a nova divisão em regiões fisiográficas revela zonas ainda pouco povoadas (regiões I e V) e zonas de população relativamente densa (regiões II, III e IV).

As regiões Norte e Centro-Oeste, que compreendem 64,3% da área total da União, com a extensão de 5 475 171 quilômetros quadrados (maior do que a Europa, exclusive os territórios soviéticos nas fronteiras de 1938), têm apenas 2 758 563 habitantes, isto é, 6,6% da população total. Mesmo estimando-se muito largamente em um quarto de milhão o número dos índios bravios não incluídos no censo, a população dessa imensa zona não excederia a três milhões. A densidade é mínima: 0,5 habitantes por quilômetro quadrado.

As demais três regiões — Nordeste, Leste e Sul, com uma superfície de 3 036 018 quilômetros quadrados, 35,7% do total da União, têm 38 806 520 habitantes, ou sejam 93,4% da população total. Postas em confronto com as regiões acima consideradas, estas se apresentam satisfatòriamente povoadas, tendo a média de 12,8 habitantes por quilômetro quadrado.

✶

População estrangeira em quatro Estados brasileiros

O último número da *Revista de Imigração e Colonização* (n.º 1, ano III), baseado em dados fornecidos pelos órgãos regionais especializados existentes nos Estados do Rio Grande do Sul, Goiaz, São Paulo e do Rio de Janeiro, publicou oportunas informações estatísticas acêrca da população estrangeira existente nessas unidades políticas, servindo-se de números apurados até 1941.

Pela oportunidade que essa espécie de informação oferece no momento, transportamos a seguir, para as nossas páginas, os dados estatísticos oferecidos pela conhecida revista, que é o órgão oficial do Conselho de Imigração e Colonização.

Os números apurados até o fim de dezembro de 1941, sofreram, como é de supor, sensível alteração, pois, com a entrada do Brasil na guerra, os trabalhos de fichamento e conseqüente registo dos habitantes alienígenas foram ativados, devendo os números correspondentes a 1942, quando forem conhecidos, superar grandemente os resultados apurados até aquele ano.

Rio Grande do Sul. — Até o fim de 1941, foram expedidos no município da capital do Estado 14 193 carteiras de estrangeiros, aduzindo-se ao número acima a quantidade de 39 456 carteiras expedidas no interior do Estado, atingindo a 53 649, a soma de estrangeiros regularizados até aquela data.

Contribuíram com mais de 1 000 estrangeiros registrados as seguintes nacionalidades: alemã, 12 138; uruguaia, 8 311; italiana, 7 354; polonesa, 6 076; portuguêsa, 4 929; russa 4 070; argentina, 1 831; espanhola, 1 769; libanesa, 1 374 e rumena, 1 343.

Foram, também, registrados 117 heimatlos.

São os seguintes os municípios em que o número de estrangeiros registrados excedeu de 1 000: Pôrto Alegre, 14 193; Santa Rosa, ... 3 957; José Bonifácio, 3 627; Rio Grande, ... 3 438; Livramento, 2 446; Pelotas, 2 411; Cruz Alta, 2 065; Uruguaiana, 1 278; Bagé, 1 229 e Ijuí, 1 615.

Em Pôrto Alegre, predominaram, em ordem decrescente, as nacionalidades: alemã, polonesa, italiana e portuguêsa; em Santa Rosa —

---

1 — A nova divisão referida pelo Serviço Nacional de Recenseamento se bem que tivesse predominado, na sua elaboração, o caráter fisiográfico, não deve rigorosamente ter essa designação, e sim *divisão regional*, como foi ela aprovada, para atender a fins estatísticos.

russa, polonesa e alemã; em José Bonifácio — alemã, italiana e russa; em Rio Grande — portuguêsa, uruguaia, polonesa, alemã e italiana; em Livramento — uruguaia e espanhola; em Pelotas — portuguêsa uruguaia e alemã; em Cruz Alta — alemã, russa e italiana; em Uruguaiana — uruguaia e argentina; em Bagé — uruguaia; em Ijuí — alemã e russa.

Goiaz — O Serviço de Estatística Policial dêsse Estado, remeteu ao Conselho de Imigração e Colonização um relatório dos trabalhos de registro de estrangeiros levados a efeito até setembro de 1941.

Até aquele mês foram registados 1 362 estrangeiros, notando-se maior freqüência nas nacionalidades seguintes: 432 sírios, 236 alemães, 147 japoneses, 132 italianos, 118 portuguêses e 90 espanhóis.

Quanto à descriminação por municípios e o total dos registos correspondentes a cada um deles, destacamos: Goiânia, 254 — Anápolis, 277 — Ipamerí, 144 — Catalão, 131 — Goiaz, 98 e Pires do Rio, 87.

Rio de Janeiro — Montou ao número de 8 181, a quantidade de estrangeiros regularizados nessa unidade política até junho de 1941. A mencionada revista pormenoriza sòmente o movimento efetuado no segundo semestre daquele ano, o qual se elevou a 897 carteiras expedidas.

São Paulo — Do relatório enviado ao Conselho de Imigração e Colonização pela Delegacia Especializada de Estrangeiros do Estado de São Paulo destacamos os seguintes dados:

O total dos estrangeiros residentes no Estado de São Paulo, de acôrdo com o censo demográfico procedido pelo Estado em 1934, acrescido de 10% relativo ao período de 1934 a 1940 atinge o total de 1 029 050, assim discriminado:

Zona urbana	317 963
Zona rural	711 087
Total	1 029 050

Foram registados, de 15 de maio de 1939 a 30 de junho de 1941, 335 852 estrangeiros naquele Estado, sendo 139 304 na zona urbana e 196 548 na zona rural.

Deduzindo-se do total global de estrangeiros residentes no Estado o total dos já registados, verifica-se que o número de estrangeiros ainda não regularizados atinge a .... 693 198. Dêsse total, 178 659 encontram-se localizados na zona urbana e 514 539 na zona rural.

★

Súditos dos países do eixo residentes no Brasil

De acôrdo com cálculos realizados pelo professor GIORGIO MORTARA, consultor-técnico da Comissão Censitária Nacional, baseado em publicações divulgadas pela mesma Comissão, atualmente existem no Brasil, aproximadamente:

400 000	naturais da Itália.
160 000	" do Japão.
100 000	" da Alemanha.
30 000	" da Áustria.
29 000	" da Rumânia.
6 000	" da Hungria.
725 000	

Avaliando-se nesse total o número dos naturais de países aderentes ao Eixo, não se computando os naturais da Bulgária e da Finlândia por ser insignificante o seu número, conclue-se que êsses estrangeiros correspondem apenas a 1,7% da atual população brasileira.

Com relação a brasileiros natos, cujos pais um pelo menos é das referidas nacionalidades, pode o seu total ser avaliado em cêrca de ... 1 450 000, o que corresponde a 3.4% da população total do país, figurando os dois grupos, no conjunto, mais ou menos com 5% da população brasileira.

★

A tendência urbanista da população do país

Destacadas dos resultados preliminares do censo demográfico as cifras correspondentes aos municípios das capitais dos Estados, — escreveu o professor JÚLIO BENEVIDES UCHOA — tem-se um total de 3 879 452, assim distribuídos; Maceió, 91 120; Manaus, 107 456; Salvador.... 291 000; Fortaleza 174 855; Vitória, 46 057; Goiânia 48 473; São Luiz, 86 575; Cuiabá,..... 54 259; Belém, 208 706; João Pessoa, 95 386; Curitiba, 142 185; Recife, 348 472; Natal, 55 119; Pôrto Alegre, 275 739; Niterói, 143 004; Florianópolis, 47 142; Teresina 68 520; Aracajú, ... 59 460; Belo Horizonte, 211 650; São Paulo, 1 308 000; Rio Branco, 16 264.

Juntando-se ao total acima indicado a população do Distrito Federal, 1 781 567 habitantes, tê-lo-emos aumentado para 5 661 019 habitantes, ou sejam 13,6% da população do país.

Ora, os resultados do recenseamento de 1920 apresentaram nesse particular, uma conclusão bem diversa. A população do Distrito Federal e dos municípios das capitais chegava apenas a 2 473 689 almas, constituindo, portanto, 8,6% dos trinta milhões e meio que habitavam todo o país naquele ano. Houve, conseqüentemente, uma elevação, bem significativa, de 5%.

De maior interêsse do que êsses dados, serão, mais adiante, os da distribuïção das populações segundo as zonas urbana e rural. Mas, sabido que a grande maioria da população dos municípios das capitais, como do Distrito Federal, não está na zona rural e sim nas zonas urbanas e suburbanas, é evidente a intensidade do fenômeno urbanista no país, com um elevado índice de desenvolvimento nos dois últimos decênios, tanto mais quanto, é fora de dúvida que a natalidade tem decaído justamente nos centros procurados pelas correntes migratórias que abandonam o interior.

O êxodo rural está, desde já, testemunhado, sugerindo observações várias e reclamando a intensificação das providências com que os poderes públicos têm demonstrado empenho em fixar o homem brasileiro ao seu *habitat*.

★

O tipo regional do vaqueiro

O vaqueiro, — escreve *A Manhã*, desta capital — constitue um dos nossos tipos nacionais que, pela sua tradição de nobreza e coragem, mais se tem imposto à admiração pública. Dele se ocuparam quase todos os escritores que tiveram de estudar a fisionomia social e etnográfica do nosso povo. EUCLIDES DA CUNHA, SAINT-HILAIRE, CAPISTRANO DE ABREU e muitos outros, a êle se referiram com especial

aprêço. O que muita gente ainda ignora, porém, é que o vaqueiro não constitue, embora sua denominação genérica, uma classe inteiramente uniforme, na sua ampla distribuïção pelas numerosas regiões geográficas do país.

O vaqueiro dos campos gaúchos difere, por exemplo, do da Amazônia, enquanto que o dos cerrados goianos ou matogrossenses, nada têm de comum, quer com êsses, quer com o das caatingas nordestinas. Em nenhum de tais setores, o vaqueiro de cada um dos diferentes *habitats*, apresenta, quanto aos dos demais, uma convergência integral, quer de indumentária, quer de hábito. Na Amazônia, por exemplo, o campeiro se distingue por vestir tecidos claros, chapéu de palha, e utilizar o próprio boi como animal de montada e de transporte. No Nordeste, já êle usa, em regra, roupa de couro de veado ou de caprino, chapéu da mesma matéria prima, e poderosa faca de aço. Em regra, cavalga bucéfalos de grande agilidade, que se destinam a varar, as caatingas pouco densas, em perseguição ao gado bravio. O vaqueiro do Rio Grande do Sul, é, ao contrário, o cavaleiro das planícies gramadas, despidas de matas de alto porte que, envolvido no seu ponche de tecido claro, se movimenta ostentando chapéu de feltro e largas bombachas. E' uma singularidade do meio geográfico; com o auxílio de um "pingo" de agilidade comprovada e apenas armado da boleadeira, que atira de encontro à pata dos animais perseguidos, subjuga-os em pleno campo raso.

Do ponto de vista psicológico, pode-se, também dizer, que cada um dos grupos dos nossos vacueiros, detém uma fisionomia própria, moldada por tradição secular, e por lendas que se perdem em passado remoto, que estão a desafiar estudo profundo e meticulosa investigação.

★

Aproveitamento das terras nos municípios paulistas

Uma recente publicação da Secretaria da Agricultura de São Paulo, — esclarece o *Monitor Mercantil*, desta capital — estampa aspectos interessantes relativos ao aproveitamento das terras naquele Estado. E as revelações são significativas. Num raio de 200 quilômetros em linha reta a contar da capital, só há 2 municípios que utilizam mais de metade de suas terras: Grama, com 61,6% e Amparo, com 60,9%. De 30% para cima, temos os seguintes: São João da Boa Vista, 30,0; Rio Claro, 30,3; Itapira, 30,5; Campinas, 31,5; Indaiatuba, 31,5; Caçapava 32,4; Piracicaba, 33,6; Capivarí, 37,7; Santa Bárbara, 39,4. Admitem os técnicos paulistas que o aproveitamento de 30% das terras de um município, é satisfatório. Esta percentagem, não será tão baixa, como parece onde houver cerrados e capoeiras, que se contam como desaproveitamento e, todavia, são as maiores reservas florestais, que se devem conservar carinhosamente. Abaixo de 30%, porém, patenteia-se a rarefação demográfica, índice da rarefação econômico-rural. Contam-se a 200 quilômetros da capital, 20 municípios entre 20 e 30% de terras cultivadas; 30 outros 10 e 20%; 15 mais, entre 5 e 10%, finalmente, com menos de 5%, até 1,4%, o que é, em realidade, muito pouco. Segundo as zonas contam-se:

No vale do Paraíba:

Bananal 1,4; Cachoeira, 1,8; Barreiro 2,4; Pinheiros 2,6; Salesópolis 4,2; Silveiras, 5,0; Queluz 5,7; Cruzeiro 6,4; Areias 7,9; Mogí das Cruzes 11,5; Guaratinguetá 12,1; Pinda 12,3; Natividade 12,5; Tremembé 12,5; Redenção 13,0; São Bento 14,2; Lorena 14,4; Aparecida 14,5; Jambeiro 15,3; Santa Branca 16,3; São José dos Campos 16,8; Paraibuna 18,0; Campos do Jordão 18,9; São Luiz 19,4; Guararema 20,3; Cunha 21,4; Jacareí 21,6; Taubaté 27,1; Caçapava 32,4.

Em tôrno da capital:

Pilar 4,5; Parnaíba 4,7; Nazaré 8,8; Una 9,4; Santa Isabel 10,0; Juqueri 10,6; Guarulhos 13,6; Itapecerica 15,5; Atibaia 18,1; Cotia 19,0; Bragança 24,1; Parnaíba, 25,6; Joanópolis 26,3; Itatiba 26,5.

Na Sorocabana:

Sarapuí 2,5; Pirambóia 3,6; Itapetininga 4,7; Capão Bonito 6.3; São Miguel Arcanjo 6,4; Burí 6.8; Fofete 7.2; Angatuba 7,3 Guareí 8,1; Botucatú 10,1; Cabreúva 10,6; Tatuí 11,3; São Roque 11,5; Boituva 11,6; Conchas 14,0; Sorocaba, 16.2; Campo Largo, 16,7; Tietê 17,0; Pôrto Feliz 18,6; Pereiras 22.7; Salto 22,8; Laranjal 24,1; Itú 27,5; Porangaba 28,1; Monte Mor 28,7.

Na Paulista e na Mogiana:

Mogí-guassú 6,1; Ibirapina 7,5; Pedreira 9,0; Casa Branca 9,4; Brotas 10,5; Santa Rita 12,8; Descalvado 13.3; A'guas da Prata 13,6; Anápolis 15,3; Mogí-mirim 17,3; Pirassununga 18,1; Vargem Grande 19,1; Leme 19,3; Araras 23,2; São Carlos 23,9; Palmeiras 25,0; Serra Negra 28,7; Limeira 29,4.

★

Parque nacional da Serra dos Órgãos

Prosseguindo na política de proteção à flora e à fauna regionais do país, após haver inaugurado o Parque Nacional de Itatiaia, procede, agora, o govêrno federal, à instalação de mais dois outros, o de Iguassú e o da Serra dos Órgãos.

O Parque Nacional da Serra dos Órgãos, subordinado como os demais ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, foi criado em novembro de 1939, abrangendo uma área de cêrca de 30 mil hectares nos municípios de Teresópolis, Magé e Petrópolis.

O govêrno fluminense doou parte dessas terras. Dentro dessa grande área, correm diversos rios entre as quais o Paquequer-Pequeno, o Beija-Flor, o Imbuí, o Garrafão, o Boa Esperança, o Bonfim e o Itamaratí. São muitas também as cachoeiras, destacando-se a do Imbuí. O famoso "Dedo de Deus" é uma das atrações turísticas do Parque, sendo a Pedra Assú o ponto mais alto, com 2 300 metros. O campo das Antas, forma um planalto, com flora peculiar. Nas florestas são encontrados jacús, macacos, antas, onças, aves, insectos, etc.

Constituem a flora do Parque os jequitibás, as canelas, as guapevas, os cedros, as cangeranas, as palmeiras. E' grande a variedade de plantas leguminosas e ornamentais, sobressaindo-se as orquídeas, os fetos, as begônias, a esponginha, que substitue o "ficus" bem como numerosas outras espécies próprias do clima tropical e sub-tropical.

O Parque Nacional da Serra dos Órgãos é administrado atualmente pelo agrônomo W. Duarte de Barros.

Conta o Parque com algumas benfeitorias, alí existindo uma casa para hóspedes e naturalistas e duas para residências de auxiliares. A casa do administrador já teve sua construção iniciada. Serão levantados ainda um depósito, um estábulo e um prédio para a sede. O pôsto meteorológico está quase concluído

De acôrdo com as determinações do ministro da Agricultura, o Serviço Florestal, atualmente sob a direção do agrônomo ALFEU DOMINGUES, vem incrementando os trabalhos nos parques nacionais. No da serra dos órgãos, estão sendo planejadas e abertas diversas "picadas" de acesso às matas. Procede-se ao ajardinamento da entrada do parque, junto ao romântico Paquequer, no alto de Teresópolis. A bandeira nacional é hasteada no alto de uma pedreira, a 1 300 metros. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro tem recebido farto material dos parques nacionais, para classificação e estudo, visando a ampla rehabilitação da flora brasileira.

O Parque Nacional da Serra dos Órgãos é de grande importância para a ciência e o turismo, além de constituir uma garantia de proteção aos mananciais que nascem naquela zona e beneficiam muitos milhares de brasileiros.

✶

Aerofotogrametria de zonas agrícolas

O levantamento de plantas de extensos territórios de utilização agrícola e florestal, tem sido feito ùltimamente pelos processos de fotogrametria aérea: na planimetria, a exatidão, a rapidez e a economia do processo nada deixam a desejar e na própria altimetria os aperfeiçoamentos introduzidos o recomendam. Em culturas extensas, que ocupam vastas áreas despovoadas, como nos Estados Unidos certas zonas algodoeiras, também a aviação presta serviço apreciável no combate econômico às pragas que invadem os campos e que são atingida por espêssas nuvens de fumaça tóxica desprendida pelo avião voando a pequena altura e em condições atmosféricas favoráveis.

Mesmo o serviço de vigilância indispensável em regiões vestidas de extensas florestas, é poderosamente auxiliado pela aviação em certos países e assim evitado a propagação de possíveis focos de incêndios.

✶

Ventos predominantes em Vitória

Baseado em dados que lhes foram fornecidos pelo Sr. JOAQUIM SOBROSA NUNES, o Departamento Municipal da capital do Estado do Espírito Santo, distribuiu, recentemente, um comunicado sôbre os ventos predominantes no município de Vitória. Por êle os estudiosos da geografia e dos fenômenos climáticos terão excelentes elementos, pois, as informações abaixo transcritas foram colhidas de acôrdo com observações precisas, levadas a efeito pela estação meteorológica local.

De acôrdo com a opinião dos responsáveis e encarregados do serviço de meteorologia, em Vitória, tendo-se em conta as primeiras e segundas direções predominantes dos ventos em cada mês — diz o comunicado — verifica-se para aqui, um bem equilibrado regime de ventos. De setembro a fevereiro, por exemplo, predominam os ventos de norte a nordeste, e de março a agôsto, as calmas, seguidas pelo sudoeste. O este sopra com freqüência, no verão e no outono; entretanto, pelo período relativamente curto do dia, em que sopra, (geralmente das dez às dezesseis horas) tem uma contribuïção pouco relevante, entre os ventos predominantes. Eis aí o regime dos ventos que, com mais assiduidade, atingem a nossa cidade. Os de outras direções, pelo número pequeno de vêzes em que aparecem, não merecem ser considerados para o fim colimado. O do sul que é sempre desagradável e, por essa característica, famoso, durante os últimos nove anos não teve, uma só vez, predominância nessa, região. E quanto às velocidades, o equilíbrio é, também, patente. Nas médias anuais, os valores oscilam entre 3m.6, e 4m.4, com uma diferença de 0m.8, que é pouco ressaltante. E é bom notar-se que, de 1933 a 1941, em cinco anos, portanto mais da metade do período observado, a média anual foi sempre a mesma, ou seja, 4m.1. Nas médias mensais, encontra-se uma diferença mais acentuada, pois que, nos meses de maio e junho, temos 3m.3, até atingir 4m.9, em outubro. Isto, aliás se justifica, tomando-se em consideração que os dois primeiros meses, aquí citados, são os da predominância das calmas. Em resumo: o regime dos ventos, para a nossa capital, é bastante variável. Não há predominâncias efetivas que, se poderiam ser um bem, também poderia ser um mal, uma vez que tal fenômeno se registrasse para com o vento sul, por exemplo, que é bastante desagradável e, parece (tem a palavra a ciência!), prejudicial à saúde. Essa variação, que afugenta a monotonia, é uma expressão de estabilidade climática.

✶

Valor da produção industrial em 1940

Os dados coligidos pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira — informa o último número do *Boletim do Ministério do Exterior* mostram que o valor da produção industrial do Brasil, sujeita ao imposto de consumo aumentou de Cr$ 735 148 814,00 em 1940, atingindo o total de Cr$12 840 074 310,00.

Êsse total distribuído pelas unidades federadas indica que a posição percentual de cada uma delas foi a seguinte: Amazonas, 0,14; Pará, 0,48; Maranhão, 0,26; Piauí, 0,04; Ceará, 0,55; Rio Grande do Norte, 0,09; Paraíba, 0,61; Pernambuco, 3,78; Alagoas, 0,53; Sergipe, 0,46; Baía, 1,23; Espírito Santo, 0,20; Rio de Janeiro, 4,90; Distrito Federal, 16,04; São Paulo, 51,52; Paraná, 1,42; Santa Catarina, 1,99; Rio Grande do Sul, 8,21; Minas Gerais, 7,39; Goiaz, 0,07 e Mato Grosso, 0,09.

✶

A "Hora dos Prefeitos"

O govêrno de São Paulo, por intermédio do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, criou, recentemente, um serviço de distribuïção de notícias aos jornais do interior paulista, as quais são transmitidas, diàriamente, pela estação PPN2, do mesmo Departamento, nos horários de 18,30 às 19 horas e das 23 às 24 horas.

Atendendo aos bons resultados dêsse serviço de transmissão e com o fim de orientar os prefeitos do interior, melhor articulando-os com as autoridades superiores do Estado, intensificando, ainda, as atividades dos vários órgãos da administração que têm ligação com os municípios, resolve o govêrno paulista também organizar uma "Hora dos Prefeitos", durante a qual são irradiadas, em ondas curtas, através da mesma estação transmissora, todos os dias, às 18 horas, na onda de 39 metros (17 635 quilociclos), boletins fornecidos pelo Departamento das Municipalidades do Estado e instruções de maior urgência do D. E. I. P.

A "Hora dos Prefeitos" foi inaugurada no dia 10 de novembro, sob a presidência do professor CÂNDIDO MOTA FILHO, diretor geral do

D. E. I. P., e pelo Sr. GABRIEL MONTEIRO DA SILVA, diretor geral do Departamento das Municipalidades.

Iniciando a transmissão, o professor CÂNDIDO MOTA FILHO dirigiu-se aos prefeitos municipais, expondo os grandes serviços que as prefeituras prestam ao D.E.I.P. e a necessidade de ser, cada vez mais, aperfeiçoada a ligação entre o Departamento das Municipalidades, o D.E.I.P. e as prefeituras.

A seguir o diretor do Departamento das Municipalidades leu ao microfone o discurso inaugural do novo serviço, no qual salientou a importância da atuação dos prefeitos em seus rinções, no comprimento dos deveres e obrigações inerentes à função pública de que se acham investidos.

★

Monumento aos bandeirantes

Em Goiânia, realizou-se no dia 9 de novembro a inauguração do monumento aos bandeirantes.

Teve a iniciativa da criação do monumento, que perpetua em bronze a figura de BARTOLOMEU BUENO DA SILVA, o Anhanguera, o Centro Acadêmico Onze de Agôsto, da Faculdade de Direito de São Paulo.

Estiveram presentes à inauguração o Sr. JOÃO TEIXEIRA ÁLVARES JÚNIOR, interventor federal interino, todo o secretariado do Estado, altas autoridades federais e militares e u'a missão especial de São Paulo, chefiada pelo Sr. ANTÔNIO BUENO DA CUNHA, representante do professor FRANCISCO MORATO. Falaram evocando as bandeiras, o jornalista Sr. JUREMA DI GUIMARÃES, em nome do govêrno de Goiaz, o Sr. ANTÔNIO CUNHA BUENO, um dos indealizadores do monumento, o acadêmico FERNANDO MELO BUENO, o Sr. ULISSES GUIMARÃES e o acadêmico GÉRSON DE CASTRO, em nome do Centro Acadêmico Onze de Maio, da Faculdade de Direito de Goiaz.

★

Principais repartições americanas

O Escritório de Expansão Comercial do Brasil em Nova York, (Brasilian Government Trade Bureau, 551 Fifth Avenue), pede à imprensa e às organização interessadas a divulgação da seguinte lista das principais repartições do govêrno americano, que freqüentemente são mencionadas em estudos econômicos e em notícias relacionadas às questões comerciais inter-americanas e aos problemas de guerra dos Estados Unidos. Damos com êsses nomes as combinações de iniciais pelas quais são designadas e conhecidas essas repartições.

AAA — agricultural Adjustment Adminstration; AMA — Agricultural Marketing Administration; BAE — Bureau of Agricultural Economics; BEW — Board of economic Warfare; BLS — Bureau of Labor Statistics; CAA — Civil Aeronautics Administration; CAB — Civil Aeronautics Board; CCC — Civilian Conservation Corps e Comoodity Credit Corporation; DPC — Defense Plant Corporation; DSC — Defense Supplies Corporation; EHFA — Electric Home and Farm Authority; FBI — Federal Bureau of Investigation; FCA — Form Credit Administration; FCC — Federal Communication Comission; FCIC — Federal Crop Insurance corporation; FDA — Foor and Drug Administration; FDIC — Federal Deposit Insurance Corporation; FHA — Federal Housting Administration; FHLBB — Federal Home Bank Board; FLA — Federal Loan Agency; FPC — Federal Power Commission; FSA — Farm Security Administration ou Federal Security Agency; FTC — Federal Trade Commission; FWA — Federal Works Agency; GAO — General Accounting Office; GPO — Government Printing Office; HOLC — Home Owers' Loan Corporation; ICC — Interstate Commerce Commission; MRC — Metals Reserve Company; NACA — National Advisory Committee for Aeronautics; NLRB — National Labor Relations Board; NRPB — National Resources Planning Board; NWLB — National War Labor Board; NYA — National Youth Administration; OAWA — Office for agricultural War Relations; OCD — Office of Civilian Defense; ODT — Office of Defense Transportation; OEM — Office for Emergency Managemen; TOGR — Office of Government Reports; OLLA — Office of Lend- Lease Administration; OOC — Office of Censorship; OPA — Office of Price Administration; OSRD — Office of Price Administration; OSRD — Office of Scientific Research and Development; OWI — Office of War Information — PBA — Public Buildings Administration; PRA — Public Roads Administration; PWA — Public Works Adiminstration; REA — Rural Electrification Administration; RFC — Reconstruction Finance Corporation; RRB — Railroad Retirement Board; RRC — Rubber Reserve Company; SCS — Soil Conservation Service; SEC — Securities and Exchange Commission; SMA — Surplus Marketing Administration; SSB — Social Security Board; SSS — Selective Service System; — TVA — Tennessee Valley Authority; USA — United States Army; USCG — United States Coats Guard; USDA — United States Department of Agriculture; USES — United States Employment Service; USHA — United States Housing Authority; USN — United States Navy; USMC — United States Marine Corps; USO — United Service Organizations; WCB — War Communications Board; WPA Work Projects Adiminstration; WPB — War Production Board.

★

Academia de Cultura Guaraní

Segundo comunicação recente vinda do Paraguai, foi fundada, em novembro do ano findo, em Assunção, capital daquele país, a Academia de Cultura Guaraní.

A atuação programática da nova entidade cultural está consubstanciada nos seguintes pontos:

Provar que os antigos povos guaraní-tupís haviam chegado a notável elevação cultural e que, no período da conquista espanhola, se encontravam em plena civilização agrícola que, em grande proporção, influiu na situação atual; que os guaraní-tupís do Paraguai, Brasil e Argentina constituíam uma absoluta unidade étnica, linguística e cultural; que as línguas nativas da América são fatores de civilização e foram parte integrante dos povos autóctones dêste continente; que o cultivo do idioma guaraní e seu ensino científico é necessário e deve ser feito oficialmente não só para evitar que a língua genuinamente nacional do Paraguai seja corrompida, como para impedir que êle perturbe a pureza do idioma espanhol; e que o folclore, as artes e os costumes dos indígenas são preciosas fontes de investigação histórica, social e econômica.

★

Em setembro de 1943 haverá o X Congresso Brasileiro de Geografia em Belém, capital do Estado do Pará, sob o patrocínio do Conselho Nacional de Geografia. Empreste sua solidariedade, aderindo ao congresso e apresentando sua tese.

Opiniões

Brasil — expoente da ciência geográfica

O professor colombiano HUMBERTO A. ROBLES, de Santa Marta, em carta dirigida recentemente à direção da *Revista Brasileira de Geografia,* manifestou a opinião de que o Brasil sendo um grande expoente da ciência geográfica está predestinado a "desempenhar nesta época de obnubilação intelectual da Europa, a mesma tarefa que desempenharam a Península Ibérica, a Alemanha, a França e a Inglaterra no século passado e no princípio do século presente.

A única cousa que há hoje a lamentar nos povos hispano- americanos — disse o professor ROBLES, ainda em sua carta — é o esquecimento prejudicial e lamentável da grande língua de CAMÕES, esquecimento êste que nos trouxe como conseqüência, o desconhecimento quase completo de um dos países que está chamado a desempenhar um importante papel no ciclo cultural que lhe corresponde na América.

Terminou o intelectual colombiano por fazer oportuna sugestão sôbre o ensino oficial da língua portuguêsa na América.

"Quão vantajoso seria para a América espanhola e a anglo-saxônica encorporar ao seu programa de ensino secundário o estudo do idioma português, para que a juventude da América tenha pleno conhecimento de quanto vale o Brasil, como fôrca ativa, científica e intelectual no conceito das nações americanas.

A encorporação do português nos programas de ensino secundário, em tôda a América, finaliza o missivista seria um dos passos mais avançados de transcendência cultural que poderíamos dar nesta época de fraternidade americana. Os quase quarenta e cinco milhões de brasileiros têm direito à integração da cultura americana geral, da maneira mais efetiva e isso só pode ser levado a cabo de u'a maneira rápida, encorporando-se o português às línguas vivas que os jovens americanos aprendem".

★

A beleza de um gesto

A Notícia, que se edita nesta capital, ao comentar em um dos seus tópicos o gesto do embaixador MACEDO SOARES que, na qualidade de presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, mandou adquirir, em nome do sodalício que preside, a perpetuidade do túmulo em que se acha sepultado o saudoso e ilustre geógrafo brasileiro TEODORO SAMPAIO, assim se expressou:

"Realmente TEODORO SAMPAIO foi notável na realização de suas obras. Vários Estados do Brasil sentiram os benefícios da sua infatigável capacidade de trabalho e São Paulo lhe deve, particularmente, assinalados serviços no setor das águas e esgotos, cuja rêde remodelou, estendendo novas, que ainda hoje asseguram à bela metrópole perfeito abastecimento e escoamento. O que, entretanto, mais comove nesse simples registro de uma deliberação, é o gesto do eminente embaixador MACEDO SOARES.

Nesta hora de sombrias conjecturas preparadas as nossas energias materais e alertados os espíritos, é grato e oportuno rememorar a vida e a obra de grandes brasileiros O eminente diplomata, a quem devemos tanto e a quem a própria América deve grande parte da paz que desfruta neste hemisfério, não perdeu de vista o nome de um grande trabalhador e agiu sem alardes, no silêncio dignificador dos grandes gestos. Adquiriu-lhe o túmulo. Poderia ter promovido outras, homenagens com que muita vez se explora a morte de grandes homens. O Sr. MACEDO SOARES preferiu assegurar aos despojos de TEODORO SAMPAIO a morada final definitiva. Que meditem todos sobre a grandeza e a beleza desta atitude.

★

O povoamento do Brasil

O serviço de estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, — escreveu recentemente o Sr. ANGIONE COSTA — está proporcionando com regularidade ao povo brasileiro o conhecimento de aspectos da nossa vida que, anteriormente, só conhecíamos parcialmente, fornecidos por um ou outro Estado, çomo São Paulo, que dispunham de departamentos especializados e, por isso mesmo, não podiam dar ao país informações de conjunto. Agora, êste prejuízo desapareceu diante da realização levada a efeito pelo embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, servido pela capacidade técnica do Sr. TEIXEIRA DE FREITAS. E é pelos estudos plenamente realizados por essa escola, que os brasileiros podem hoje ter uma orientação segura sôbre as questões de estatística e povoamento, que são das mais importantes para imprimir diretrizes certas à vida de uma nacionalidade.

O problema do povoamento, por exemplo, foi há pouco discutido num artigo, com segurança e patriotismo, por um dos formadores desse *team,* o Sr. FERNANDO MIBIELI DE CARVALHO, em publicação feita na *Revista Brasileira de Estatística,* artigo que merece ser comentado pelas afirmações que alí se fazem. Não desconhece o articulista o esfôrço que os nossos governos têm feito para incrementar a população brasileira, mas coloca-se no ponto de vista em que há muitos anos me mantenho pelas colunas de *A Gazeta,* de que a população do nosso país não pode ficar à mercê do crescimento vegetativo.

O Brasil, como tenho escrito muitas vêzes, é um continente despovoado, que se mantém despovoado numa hora em que há povos hábeis sofrendo da angústia do espaço para realizar sua expansão. Não se segue que abramos nossas fronteiras a essa invasão, mas tudo nos aconselha a que façamos nós mesmos, pela nossa iniciativa e pelos nossos recursos, o povoamento do país. Deixá-lo como está, é que não; antes devemos voltar à organização do povoamento intensivo, contratando o emigrante, localizando-o e fornecendo-lhes as primeiras instalações, de maneira que êle possa ficar a coberto de necessidades até as primeiras colhei-

★

Êste "Boletim" compromete-se a registar os livros, as revistas e os mapas que sejam enviados ao Conselho Nacional de Geografia, bem como a fazer comentários e notas sôbre as contribuïções merecedoras de notícia destacada.

tas, mas para isso, fornecendo-lhe assistência médica e escolar, casa, terras aráveis e instrumentos mecânicos para trabalhá-la.

Os emigrantes que nos servem, nós já sabemos onde estão. Primeiro o português, que é nosso irmão mais velho, depois o espanhol, que é parente afim e, logo após o italiano, que tem provado tão bem, aquí, nos Estados Unidos, e em todos os países novos onde foi levado a trabalhar. Não se argumente com o fascismo para repudiar o colono italiano. O fascismo é uma coceira brava, uma sarna que está passando e não deixará nem na epiderme sinal dos males que, na sua fase aguda, produziu. MUSSOLINI é um episódio de um trágico-caricato que cedo o mundo esquecerá. Não tem fôrça para derrogar as grandes qualidades do homem italiano. Não pode ser invocado para impedir-nos de receber os remanescentes peninsulares, que procurem refazer sua vida no solo da liberdade. Tudo está em sermos nós quem tome a iniciativa de tudo, para darmos maior contingente humano às terras improdutivas por falta de braços, que formam dois terços da extensão territorial do país.

Temos hoje precisamente no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o órgão que deve ser o coordenador dêstes serviços. Eficiente pelo conjunto dos seus homens e pela maneira pela qual tem sabido agir, aquele instituto poderia ser o órgão especializado para a realização dessa grande obra retardada sem a qual não haverá um grande Brasil; o povoamento do deserto que são os nossos sertões. Não sei porque, mas tenho a convicção de que êsses homens saberiam acertar a mão.

★

Estudos geográficos

O Brasil, — afirmou, em recente artigo, o Sr. SOUSA BRASIL — tinha uma grande dívida consigo mesmo. A de não haver incrementado o estudo da sua própria geografia. Nossos programas de ensino preocupavam-se, em demasia, com aspectos exteriores e que, via de regra, pouco interêsse tinham para com a nossa vida. Além disso, os estudos de geografia eram perfunctoriamente encarados, pois, antes da reforma Campos, em dois anos, estudava-se tôda a geografia geral e do Brasil. Reserva-se para o quinto ano de ginásio o conhecimento da cosmografia, sempre ministrada de afogadilho e superficialmente.

Não se pode negar que a reforma Campos deu aos estudos geográficos uma grande ampliação, programando-os em tôdas as cinco séries do curso secundário fundamental e dando várias e importantes especialidades geográficas em algumas secções didáticas do curso secundário complementar.

A atual lei orgânica do ensino secundário não revogou o que havia de bom na reforma Campos. Em se tratando da geografia, por exemplo, tanto a geral como a do Brasil muito lucraram com a nova seriação. Assim no curso ginasial, antigo fundamental do decreto 21 241, a geografia geral é ministrada nas 1.ª e 2.ª séries, cabendo à geografia do Brasil os dois últimos anos do citado curso. Nos cursos colegiais, substitutos do antigo complementar, tanto no currículo clássico como no científico, bem aquinhoada está a geografia. No currículo clássico, é a mesma ensinada nas suas duas primeiras séries, reservando-se a terceira e última para a geografia do Brasil. No curso científico, também é seguida a mesma seriação.

Como se vê, os altos poderes do Estado bem compreendem a necessidade de haver no Brasil, uma sã e verdadeira mentalidade geográfica. Nos primórdios da República, uma grande influência filosófica fêz com que procurássemos resolver os problemas da superestrutura social sem cuidarmos, primeiramente, de solidificar a estrutura econômica do país. Nesse tempo, era comum louvar-se exageradamente a terra e detratar-se o homem, como se êsse não fôsse, em grande parte, uma conseqüência do meio geográfico-histórico. Nem mesmo EUCLIDES DA CUNHA, fazendo o elogio do sertanejo, por êle bem apreciado *in-loco*, conseguiu desvanecer a impressão de que a terra era boa e o homem ruim.

Os apoucados estudos geográficos de então, quase todos vazados no velho método descritivo, faziam com que os estudiosos das nossas cousas olhassem para o Brasil através dum prisma deturpador e inverídico. O primeiro passo para um melhor conhecimento da nossa corografia foi a fundação da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Seus debates, suas sessões de estudos, reünindo o que de melhor havia no setor geográfico, determinaram várias e originais interpretações da nossa geografia regional, antes tão malbaratada. Concretizando êsses empreendimentos, quis a benemérita entidade realizar vários e importantes congressos de geografia, sempre em lugares diferentes do nosso território. O último deles, reünido em Santa Catarina, constituiu espetáculo inesquecível a quantos tiveram a ventura de lá estar.

Mas, ao lado disso, temos que reconhecer que a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro é uma entidade privada, sem, por conseguinte, dispor do prestígio e dos meios que aureolam as colegiadas públicas.

Necessário era, por isso mesmo, que o govêrno tomasse a si o patriótico mister de estimular, sistematizar e coordenar os estudos geográficos, libertando-os do cunho didático tão do nosso agrado. Para isso, criou o presidente GETÚLIO VARGAS o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entregando-o a MACEDO SOARES, a LEITE DE CASTRO e a TEIXEIRA DE FREITAS, figuras de escol que fizeram daquela casa a magna assembléia dos estudos estatísticos e geográficos do Brasil.

Dispensamo-nos de falar, pormenorizadamente, nos grandes trabalhos empreendidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e pelas suas duas abnegadas alas. Queremos, hoje, registar, com aplausos, mais uma iniciativa dêsse memorável cenáculo

Inaugurou-se, com brilho, primeira das sessões públicas promovida pelo Conselho Nacional de Geografia. Nessas sessões terão lugar estudos, comentários e comunicações, desenvolvendo, também, em tôrno dos temas apresentados, tertúlias cientìficamente orientadas.

Desnecessário frisar a repercussão e a importância de tais debates, para um melhor conhecimento e seguro aperfeiçoamento da nossa geografia.

Serão os mesmos superintendidos pelo professor FRANCIS RUELLAN, antigo catedrático da Sorbonne e atualmente exercendo o magistério na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Parece-nos que a simples menção da entidade e do nome do orientador dispensa maiores comentários, aliás plenamente justificados pelo sucesso da sessão inaugural. Queremos, apenas, como dever sagrado, registar mais êsse acontecimento, como meritório serviço prestado ao Brasil e aos brasileiros pelo benemérito Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

★

Documentação bibliográfica do Conselho Nacional de Geografia

O escritor CLOVIS DE GUSMÃO, autor do livro *Rondon*, que vem obtendo grande sucesso em todos os centros culturais do país, tem em preparo um livro sôbre o rio Amazonas, no qual faz um estudo completo em tôrno da missão civilizadora do nosso grande rio, apoiado em valiosa bibliografia.

Tendo recebido um exemplar de um dos números da *Revista Brasileira de Geografia*, dedicado ao Amazonas, na carta que dirigiu ao eng. LEITE DE CASTRO, secretário geral do C. N. G., agredecendo o envio da aludida revista, assim se expressou o conhecido homem de letras sôbre a documentação bibliográfica do Conselho Nacional de Geografia:

"Ao escrever esta, desejo assinalar a impressão que me causaram os trabalhos que vêm sendo realizados pelo Conselho de que V. S. é digno secretário geral. Já conhecia outros números da *Revista*, mas êste me interessou muito particularmente. Estou escrevendo uma obra sôbre o rio Amazonas e a bibliografia divulgada pela *Revista* me revelou uma dezena de livros que eu não conhecia ainda, bem como a existência aí de outros que eu em vão havia procurado na Biblioteca Nacional e na do Instituto Histórico.

A rica hemeroteca do Conselho, por outro lado, me permitiu encontrar devidamente classificados muitos trabalhos preciosos publicados em jornais e revistas e dêste modo quase impossíveis de ser encontrados. Ao iniciar as pesquisas para o meu futuro livro eu havia feito também uma larga bibliografia sôbre o mesmo assunto. Mas devo confessar que a existente no Conselho muito me ajudou, principalmente na parte mais recente da história".

★

Mudança de nomes geográficos

A origem das denominações dadas a cidades, vilas e povoações é um tema que ùltimamente vem sendo estudado com certo interêsse.

Procura-se saber as razões que influíram ou determinaram o nome escolhido, redundando êsse esfôrço para um melhor conhecimento da nossa geografia.

Focalizando o aspecto curioso da denominação, em alguns casos a sua excentricidade, combatendo mudanças, ou tendo em conta apenas a origem dos nomes, os estudiosos difundem um assunto geográfico e contribuem, desta maneira, para a sua maior divulgação.

Em artigo publicado na *A Tarde*, da cidade do Salvador, sob a epígrafe "Nomes geográficos", o Sr. ANTÔNIO OSMAR GOMES põe em destaque o "uso e abuso", que se está notando ùltimamente, "do erudito sufixo grego" "polis" na mudança de nomes de cidades.

Inicia assim o seu trabalho:

"Como os nomes de ruas, os nomes de lugares, povoações, vilas e cidades, no Brasil, apresentam a sua maior parte, as mais curiosas e interessantes variedades, algumas até, realmente extravagantes. Enumerá-los todos, em particular, seria trabalho não só de muita paciência, como sobretudo, de muito fôlego, propósito que não temos nestes breves e mais ou menos superficiais comentários.

Tais nomes, em geral, ao serem consignados e consagrados, depois, pelo tempo e pelo uso, obedeceram de princípios, a razões bastante ponderáveis, baseadas na tradição de um acontecimento da história, de uma vida marcante ou de um acidente topográfico, característico, ordinàriamente de identificação mais plebéia do que erudita.

Assim é que se contam várias localidades chamadas VITÓRIA, e até mesmo uma capital de Estado, tôdas, certamente, pelo motivo histórico de guerras ou batalhas ali ganhas ou, então, travadas em tais lugares, que, por isso, vieram a ser, mais tarde, habitados, tornando-se núcleos populosos".

Refere-se, depois, o Sr. ANTÔNIO OSMAR GOMES às localidades que têm nomes de pessoas e de santos da Igreja, nomes indígenas, etc.: a êsse respeito diz êle o seguinte:

"Ainda e em grande número, há os nomes indígenas, estes, a nosso ver, muito significativos e muito brasileiros. Por exemplo, os que são formados pelo prefixo ITA, do tupi, apresentam variadíssimas formas, tôdas elas com a sua própria razão de ser. Senão, vejamos — ITAPARICA, ilha e cidade na Baía de Todos os Santos, que, segundo o sábio TEODORO SAMPAIO, *siginifica "tapagem de pedra, ou cêrca feita de pedras"; ITAPECERICA, cidade de Minas Gerais, significando "laje escorregadia, ou a penha lisa"; ITAPORANGA, em Sergipe e em São Paulo, com a significação de "pedra bonita"; ITAQUÍ, cidade gaúcha, que quer dizer "a pedra aguçada, a pedra de amolar"; e também outras com outras tantas raízes na linguagem dos nossos indígenas. Citemos mais, entre muitas, ARACAJÚ, a moderna capital sergipana, que* TEODORO SAMPAIO *consignou como significando, brasileiramente, "o cajueiro dos papagaios"; e ARACATÍ, a conhecida cidade cearense, traduzindo-se em "o vento de maresia"; e ATIBAIA, em São Paulo, com a doce significação de "pomar saudável"; e PARANAGUA', cidade e pôrto do Paraná, que se traduz" o seio de mar"; e mesmo PARANA' — "o que é semelhante ao mar".*

A propósito das mudanças das denominações assim conclue o seu artigo:

"Ora, houve em certo tempo uma tendência muito forte de se mudarem os nomes vernáculos de inúmeras de nossas cidades e vilas, para os seus equivalentes indígenas. Era uma forma ingênua de se fazer nacionalismo... Muitos, realmente, foram mudados e pegaram, ficando até hoje.

Foi assim que na Baía, para não nos estirarmos citando outros Estados, se fizeram várias mudanças dessa espécie, em muitas localidades. A Palmeiras deu-se o novo nome de INDAIA', que identifica mesmo uma palmeira daquela região; a Pedra Branca — ITAMOTINGA, de significado igual; a Barro Vermelho — IBIPITANGA, que é o mesmo; a Espera d'Anta, o correspondente em tupi — TAPIRAMUTA'; e, assim, muitos outros, mais ou menos apropriados, mas que, de certo modo foram, geralmente, bem aceitos.

O contrário, porém, é que nunca se poderá, em boa razão, justificar; queremos dizer — trocar-se um nome indígena, já tradicional e secular, por um outro alienígena, esdrúxulo, absolutamente inaceitável. Foi o caso da sugestão manifestada por certa autoridade local, mas logo repelida por tôda a população da localidade, de ser trocada a denominação velha e revelha na antiga povoação, vila e hoje cidade alagoana de PIASSABUÇÚ, na margem esquerda do rio São Francisco e a duas léguas de sua foz, pelo inexpressivo e até ridículo nome de "Rizópolis". Segundo nos constou, a alegação do proponente de tal estravagância era a de que ali, havendo plantações de arroz, bem se poderia dar-lhe o nome meio grego e muito arrevezado significando "cidade do arroz". Felizmente, a autoridade recuou no seu descabido propósito, e lá ficou mesmo PIASSABUÇÚ, que TEODORO SAMPAIO *dá com a tradução de "pôrto grande, ancoradouro amplo", e onde de fato existe um ancoradouro chamado pelo povo, de "pôrto grande".*

★

Os intelectuais brasileiros aplaudem as campanhas geográficas

As campanhas culturais lançadas pelo Conselho Nacional de Geografia têm sido recebidas com constantes e renovados aplausos por parte dos intelectuais brasileiros.

O jornalista FRANKLIN SALES, brilhante intelectual mineiro, compreendendo a magnitude de uma dessas nossas campanhas, — O Concurso de Monografias de Aspectos Municipais — em brilhante artigo da sua lavra sob o título "Uma tarefa patriótica" teceu judiciosos comentários sôbre êsse empreendimento cultural cujo trabalho largamente transcrito na imprensa do país, constituindo ainda essa particularidade, outro motivo de alegria para os que integram a ala geográfica do I. B. G. E.

O movimento de curiosidade que de algum tempo a esta parte, o Brasil vai despertando no estrangeiro, — começou por afirmar o articulista — é um sintoma auspicioso. Não se trata pròpriamente de turismo; não é gôsto pelas viagens, pela simples curiosidade de ver terras estranhas, pelo prazer de conhecer mundos estranhos. O estrangeiro que aporta ao Brasil, não traz a inquietação do *globetrotter que se satisfaz com uma olhadela abrangente* e uma rápida impressão, indo adiante, cumprindo a sua missão ambulatória. O nosso caso é diferente: a maioria dos nossos visitantes nunca desembarca em nossa terra de navios cruzeiros com dia marcado para zarparem de volta. A viagem é sempre a resultante de um plano preconcebido e se faz em período de férias. O estrangeiro desembarca e começa a olhar, a querer ver, a admirar a terra boa e a gente amável. Vai a São Paulo e se extasia diante do trabalho admirável dos paulistas, nas suas indústrias, no seu comércio, no oceano verde de seus cafezais. Vem a Minas, relicário das tradições de uma terra opulenta no passado que trabalha no presente para continuação de sua grandeza. Em Ouro Preto, evoca as origens de nossos anseios de liberdade e escuta ressoando ainda pelas encostas daqueles morros circundantes o murmúrio lamentoso das liras de GONZAGA; em Santa Luzia, revê, na história de 42, a figura gloriosa do soldado brasileiro, na lembrança tutelar de CAXIAS e ouve, ainda lá, o clamor da rebeldia, pelas reivindicações do direito do povo. E olhando o Rio das Velhas, debruando, lá em baixo, as fraldas da cidade, o estrangeiro vai saber que, caido às suas margens, — "à feição de um tronco derribado", foi que FERNÃO DIAS — o plantador de cidades — morreu sonhando o sonho verde das esmeraldas; em Sabará, no barroco das igreias, olhará com ternura para os santos bochechudos do artista mutilado e vendo as colunas retorcidas, os altos relevos em flores estranhas, as imagens dos santos e profetas, sentirá palpitando em tudo aquilo o anseio genial da ignorância criadora.

Entretanto, — finaliza o Sr. FRANKLIN SALES — o Brasil não é apenas o Rio, São Paulo e Minas Gerais. O Brasil é êsse imenso território, que se alarga e se estende por oito milhões, quinhentos e onze mil quilômetros quadrados, abrindo-se aos olhos estrangeiros em cenários magníficos, que o próprio brasileiro não conhece bem. Mas, já é tempo de conhecê-lo. E é isso, justamente, que está promovendo o Conselho Nacional de Geografia, instituindo um concurso de monografias municipais em todo o país. E assim, o estrangeiro que já tiver visto um pedaço apenas do Brasil, temendo que o tempo lhe roube da memória a visão encantadora do que viu e querendo ainda ver a terra inteira, na sua expressão integral e legítima, terá um livro nacional, verdadeiro nas suas afirmações evitando assim os dislates dos compêndios infiéis".

★

Exploração científica no Nordeste

O Nordeste brasileiro, sobretudo na faixa do seu alto sertão, — expressou-se *A Manhã* desta capital — é, talvez, graças ao particularismo do meio físico e humano, um dos maiores campos para estudo científico, de fundo meteorológico, demográfico e biológico em geral.

A própria anormalidade climática, a singularidade do regime pluvial, e a influência do meio florestal e mesológico sôbre o ambiente humano, seriam magníficos problemas a serem focalizados *in loco*, à luz da realidade científica, conjugada à ocorrência dos fatos.

A tese da persistência da prolificidade do nordestino, a despeito da deficiência do seu regime alimentar; as características psicologicas de firmeza, de coragem, de iniciativa e de ambição, reveladas pela população regional, não obstante os vários fatores negativos de caráter geográfico ou etnológico, tudo isso, acrescido dos particularismos econômicos e sociais, constituiria uma vasta esfera de ação, facultada a pesquisas de tal natureza.

O exame da revelação de altos valores humanos, sob vários aspectos, naquele ambiente tão despadronizado de recursos nutritivos, seria também uma fonte de estudos comparativos de excepcional alcance. Outro domínio em que, na esfera pròpriamente comparativa, a ciência nacional encontraria, no Nordeste, um vasto meio de investigação, seria no dos costumes, tradições e usos populares. Neste terreno, como seria ilustrativo por exemplo, o confronto dos dados colhidos naquela região pròpriamente dita, com os dados do norte, do centro e do sul do país! Quanta luz não poderia ser feita em muitos pontos obscuros do nosso mundo historiográfico, se tentássemos uma incursão por aqueles domínios!

E' pena que o Brasil, tão fecundo no seu espírito de solidariedade associativa, já havendo instituído tantas associações de letras ou de finalidades intelectuais, não tenha, ainda congregado os valores que possue, e que se ligam, ao conhecimento de assuntos de pura brasilidade, para, através de uma organização de pesquisas, tentarem o estudo dos problemas fundamentais que acabamos de apontar.

E' verdade que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, favorecido pelo Estado Novo, muito tem feito para lançar as bases de uma organização que venha, de futuro, a servir de apoio à realização que venha de tão alto objetivo. De um modo imediato, ainda se ressente, porém, o Brasil, de um estabelecimento de altos estudos que, abrangendo a totalidade dos assuntos de caráter social, penetre, de fundo os recônditos do nosso passado, revelando-os em tôda sua autenticidade.

Porque não tentarem lembrar — *A Manhã* — os verdadeiros homens de cultura do país, com o concurso, que de certo não lhe faltaria, do próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dar corpo a essa iniciativa, tão rica de sugestões?

★

Se precisar de alguma informação sôbre a geografia do Brasil, dirija-se ao Conselho Nacional de Geografia, que o atenderá prontamente — se a consulta não fôr de caráter sigiloso.

Contribuïção didática

Divisão regional do Brasil

A moderna metodologia geográfica preceitua que o estudo dum país seja feito pelas suas regiões naturais, caracterizada cada qual por certos aspectos gerais dominantes que, por conseguinte, distinguem nitidamente uma das outras.

Já em 1843, o grande MARTIUS fazia notar que "deviam ser tratadas conjuntamente aquelas porções do país que, por analogia da sua natureza física, pertencem umas às outras". Outros mestres, como ANDRÉ REBOUÇAS, ELISÉS RÉCLUS e SAID ALI, procuram fazer o estudo da geografia do Brasil por meio duma divisão regional bem esclarecida. Mas o ensino da nossa geografia continuou ainda por muito tempo a ser feito por unidades políticas isoladas.

A grande repercussão que teve o aparecimento, em 1913, da *Geografia do Brasil,* do professor DELGADO DE CARVALHO, apressou a evolução e, dez anos mais tarde, os programas de ensino secundário, elaborados pelos professores FERNANDO RAJA GABAGLIA e HONÓRIO SILVESTRE, adotaram a divisão proposta por aquele didata, assim estabelecida:

I — Brasil Setentrional (Acre, Amazonas e Pará);
II — Brasil Norte-Oriental (Maranhão), Piauí, Ceará, Rio Grando Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas);
III — Brasil Oriental (Sergipe, Baía, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Minas Gerais);
IV — Brasil Meridional (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul);
V — Brasil Central (Goiaz e Mato Grosso);

Essa divisão, que considera grupos de unidades políticas, não é certamente feita segundo as regiões naturais, rigorosamente, pois as divisas das unidades políticas resultam duma evolução histórica e, como tal, não coincidem, senão excepcionalmente, com os limites naturais. Uma divisão para fins didáticos estatísticos ou administrativos exige, contudo, que as unidades políticas sejam conservadas por inteiro e sòmente uma divisão com finalidades puramente científicas pode conservar rigorosamente as regiões naturais. O problema de ordem prática consiste, portanto, em formar grupos de unidades políticas, os quais se aproximem o mais possível das regiões naturais cientìficamente consideradas.

No tocante à divisão regional, havia no nosso país até 1942, uma situação de verdadeira desordem, tal a disparidade das divisões práticas propostas por vários autores ou adotadas pelas repartições oficiais. Entre estas cumpre destacar aquela já referida divisão adotada no ensino secundário, a que vinha sendo usada no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a elaborada pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças, todas essas três, comparadas uma a outra, agrupando as unidades políticas de modo inteiramente diverso. Ora, para que uma divisão regional, do ponto de vista prático, tenha utilidade, é indispensável que seja considerada única, isto é, adotada por todos, sem o que os dados apresentados pelas regiões não se tornam comparáveis, quando estudadas sob vários aspectos estabelecendo dêsse modo, certa confusão aos professores e estudiosos.

Atendendo aos apelos de vários estudiosos da geografia do Brasil, resolveu o Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, em fins de 1940, atribuir ao Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, órgão executivo central

do Conselho, o encargo de realizar um estudo sôbre o estabelecimento duma divisão regional do Brasil que apresentasse condições satisfatórias para adoção geral.

Pelo diretor dêsse Serviço foi distribuída tal tarefa à Secção de Estudos Geográficos.

Feitos os necessários estudos a respeito da necessidade da fixação duma divisão única, sôbre o conceito de região natural e examinadas as divisões regionais propostas por diversos autores, concluiu o professor FÁBIO MACEDO SOARES GUIMARÃES chefe da referida Secção, em parecer elaborado, pela preferência à divisão da autoria do professor DELGADO DE CARVALHO, então adotada pelo ensino secundário de geografia.[1]

A preferência por tal divisão fundamentou-se no fato de ser a mesma aquela que mais se aproxima duma divisão em regiões naturais, caracterizadas por fatos do domínio da geografia física.

Aprovado pelo Diretório Central em reünião de 3 de fevereiro de 1941, serviu êsse parecer de base a um projeto de resolução que foi apresentado à Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, reünida em julho seguinte. Durante a discussão do projeto, foram examinadas sugestões valiosas, de parte de eminentes geógrafos brasileiros, como sejam os professores EVERARDO BACKHEUSER, DELGADO DE CARVALHO, FERNANDO RAJA GABAGLIA e outros. Os debates versaram especialmente, sôbre a consideração de Maranhão e Piauí, duma parte, e de Sergipe e Baía, de outra, como regiões distintas.

Pela resolução n.º 72, de 14 de julho de 1941, aprovada unânimemente pela Assembléia, ficou mantida a divisão em cinco grandes regiões, conforme o projeto original modificadas porém as suas denominações e subdivididas as regiões Nordeste e Leste em duas partes cada uma. Tal subdivisão teve em mira atender às características peculiares aos Estados de Maranhão e Piauí e também aos de Sergipe e Baía.

E' a seguinte a resolução:

Resolução n.º 72, de 14 de julho de 1941

Fixa o quadro de divisão regional do Brasil, para fins práticos, promove a sua adoção pela Estatística Brasileira e dá outras providências.

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuïções;

Considerando que a divisão do Brasil em regiões, tal como é presentemente adotada pela Estatística Brasileira, necessita de revisão e atualização que as tornem mais consentâneas com as características geográficas naturais, de conformidade com os mais recentes conhecimentos do território nacional;

Considerando que a fixação de uma divisão regional deve ser fundada em cuidadosos estudos geográficos em que se tomem na devida consideração os fatores da geografia física e da geografia humana, de maneira que se agrupem elementos territoriais homogêneos;

Considerando que a divisão regional do país é tanto mais útil quanto melhor refletir as condições do meio ambiente;

Considerando, porém, que, para atender às conveniências práticas, há necessidade de reduzir-se o número das regiões territoriais do país, e, ao mesmo tempo, de não se desmembrar qualquer unidade federada;

Considerando a vantagem inestimável, para a administração, de se generalizar a maneira uniforme de se proceder a pesquisas e a trabalhos geográficos de qualquer natureza;

---

[1] Ver *Rev. Brasileira de Geografia*, ano 3, n.º 2.

Considerando o apêlo formulado pela Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística em sua resolução n.º 108, de 21 de março de 1941, no sentido de ser apresentada uma proposta de divisão regional que permita a solução definitiva dêste assunto sob o ponto de vista prático;

Considerando, enfim, que o IX Congresso Brasileiro de Geografia solicitou encarecidamente ao Conselho que promovesse, sob sua orientação, estudos sôbre a delimitação científica das regiões naturais do Brasil, dentre os quais avulta a pesquisa acêrca da fisionomia do território nacional, principalmente em relação à sua flora;

Resolve:

Art. 1.º — São estabelecidas como normas gerais para a fixação dum quadro de divisão regional do Brasil, destinada a utilização práticas, as seguintes:

a) Agrupamento de unidades federadas realmente ligadas por ocorrências geográficas dominantes e características, e que apresentem aspectos comuns formadores de conjuntos peculiares;

b) Indivisibilidade de qualquer unidade componente, de maneira que seja localizada na região em que apareça preponderantemente;

c) Fixação de um número reduzido de regões para se efetuar a divisão.

Art. 2.º — Fica fixado, para fins práticos e uso dos órgãos do Conselho Nacional de Geografia, o seguinte quadro de:

Divisão regional do Brasil

1.ª — *Região Norte,* com o Território do Acre e os Estados do Amazonas e Pará;

2.ª — *Região Nordeste,* compreendendo duas partes; o *Nordeste Ocidental,* com os Estados do Maranhão e Piauí; e o *Nordeste Oriental,* com os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas;

3.ª — *Região Leste,* compreendendo duas partes: o *Leste Setentrional,* com os Estados de Sergipe e Baía; e o *Leste Meridional* com os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e o Distrito Federal;

4.ª — *Região Sul,* com os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

5.ª — *Região Centro-Oeste,* com os Estados de Goiaz e Mato Grosso.

Art. 3.º — Ao Conselho Nacional de Estatística deverá ser esta enviada com a solicitação de a examinar, afim de que seja também adotada na Estatística Brasileira.

Art. 4.º — Adotado pelos Conselhos dirigentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o quadro da divisão regional, providenciará o presidente dêsse Instituto a sua generalização em todo o país, para o que promoverá a expedição de atos do poder público que se tornarem convenientes ou necessários.

Art. 5.º — A Repartição Central do Conselho realizará estudos a respeito da delimitação das cinco grandes regiões naturais do país, determinando, para êsse fim, pesquisas e observações locais, quer diretamente, quer mediante os Diretórios Regionais e Municipais do Conselho, por meio de inquéritos adequados, nos quais a flora será observada de maneira especial.

A divisão regional aprovada foi ainda objeto de exame por parte da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, que determinou a sua adoção na Estatística Brasileira, a partir de 1.º de janeiro de 1942, por meio da seguinte resolução:

Resolução n.º 225, de 26 de julho de 1941

Manifesta o aplauso do Conselho à nova divisão regional do Brasil fixada pelo Conselho Nacional de Geografia e da outras providências a respeito.

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuïções, e,

Considerando o que dispôs a resolução n.º 108, da Junta Executiva Central, sobretudo na parte referente à conveniência, para os interêsses da administração, em geral, e da estatística, em particular, da uniformização dos vários critérios ora prevalecentes quanto à divisão regional do Brasil;

Considerando que a Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, tendo em vista o apêlo formulado a êsse respeito pela Junta Executiva Central, fixou em sua resolução n.º 72, de 14 de julho de 1941, o quadro de divisão regional do Brasil, para fins práticos, encarecendo ainda a sua adoção pelo sistema estatístico do país;

Considerando que, por outro lado, a referida Assembléia estabeleceu, em sua resolução n.º 77, de 17 de julho de 1941, as normas a que deverá obedecer a divisão regional das diversas unidades federadas, segundo critérios uniformes e obedientemente a princípios de sistematização e racionalidade;

Resolve:

Art. 1.º — Fica adotada na Estatística Brasileira, para prevalecer a partir de 1.º de janeiro de 1942, o novo quadro de divisão regional do país, fixado pelo Conselho Nacional de Geografia na resolução n.º 72, de sua Assembléia Geral.

Art. 2.º — O Conselho Nacional de Estatística aplaude as normas estabelecidas na resolução n.º 77, da mesma Assembléia, para a divisão regional das unidades federadas, segundo as particularidades geográficas dos seus diversos municípios, e recomenda expressamente aos vários órgãos regionais do sistema sob sua jurisdição que, solidàriamente com os órgãos da ala geográfica, promovam os estudos e providências necessários à integral execução do que dispõe a mesma resolução n.º 77.

Art. 3.º — E' anexado à presente resolução, para melhor conhecimento dos órgãos integrantes do sistema estatístico do Instituto, o texto das relações ns. 72 e 77 da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia.

Após o pronunciamento dos dois Conselhos, dirigiu-se a presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ao Sr. Presidente da República, submetendo à consideração de Sua Excelência uma proposta, no sentido de ser generalizado o uso, pelos serviços públicos, da divisão regional adotada pelo Instituto.

Levando em consideração a proposta, o Sr. Presidente da República determinou que fôssem ouvidos os órgãos interessados, entre os quais o Conselho Técnico de Economia e Finanças. Êsse Conselho, que organizara em 1939 uma divisão do Brasil em "zonas geo-econômicas", bem fundamentada quanto à atual situação econômica do país, resolveu, com grande desprendimento e elevado espírito de cooperação, adotar a mesma divisão regional que o Instituto, reconhecendo que uma divisão baseada em fatos da geografia física tem a vantagem de ser mais estável.

Assim devidamente considerado o assunto, resolveu o Sr. Presidente da República determinar que fôsse adotada nos serviços públicos a divisão regional organizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mandando expedir a circular n.º 1, de 31 de janeiro último, da Secretaria da Presidência da República.

E' o seguinte o texto da circular, publicada no *Diário Oficial* de 4 de fevereiro dêsse ano:

Circular N.º 1/42

Senhor Ministro:

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, tendo presente sugestão que lhe apresentou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, resolveu determinar que, para os trabalhos e estudos procedidos por êsse Ministério, nos quais não se imponha uma peculiar divisão do território nacional, se adote a organizada pelo referido Instituto, transcrita em seguida:

I — *Região Norte*: Território do Acre e Estados do Amazonas e Pará;

II — *Região Nordeste*: dividida em duas partes: *Nordeste Ocidental*: Estados do Maranhão e Piauí e *Nordeste Oriental*: Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas;

III — *Região Leste*: dividida em duas partes: *Leste Setentrional*. Estados de Sergipe e Baía e *Leste Meridional*: Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal;

IV — *Região Sul*: Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

V — *Região Centro-Oeste*: Estados de Goiaz e Mato Grosso.

Aproveito o ensêjo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de e'evada consideração e distinto aprêço. Em 31 de janeiro de 1942. — *Alberto de Andrade Queiroz*, secretário da Presidência da República, interino. (Expedida a todos os Ministérios).

Abolida, portanto, de modo feliz, em 1942, a diversidade que anteriormente imperava quanto à divisão regional do Brasil, com a adoção dum único quadro regional, aceito pelos órgãos interessados, torna-se necessário que todos os estudiosos colaborem na sua difusão. Os professores de geografia, em especial, têm excelentes oportunidades de difundí-lo entre seus alunos, por êle orientando o ensino da geografia pátria.

Convém notar-se que a atual divisão não difere, substancialmente, daquela que até 1942 fôra usada nos programas oficiais do ensino secundário. As únicas modificações se referem às denominações e à sub-divisão de algumas regiões, permanecendo sempre a divisão fundamental em 5 grandes regiões:

a) Em vez das antigas denominações "Brasil Setentrional", "Brasil Norte-Oriental", etc., passam a ser empregadas as seguintes designações: Região Norte, Região Nordeste, Região Leste, Região Sul e Região Centro-Oeste.

b) No estudo particular das regiões Nordeste e Leste, devem ser consideradas duas sub-divisões: o Nordeste sub-dividido em duas partes (Nordeste Ocidental e Nordeste Oriental) e o Leste sub-dividido também em duas partes (Leste Setentrional e Leste Meridional).

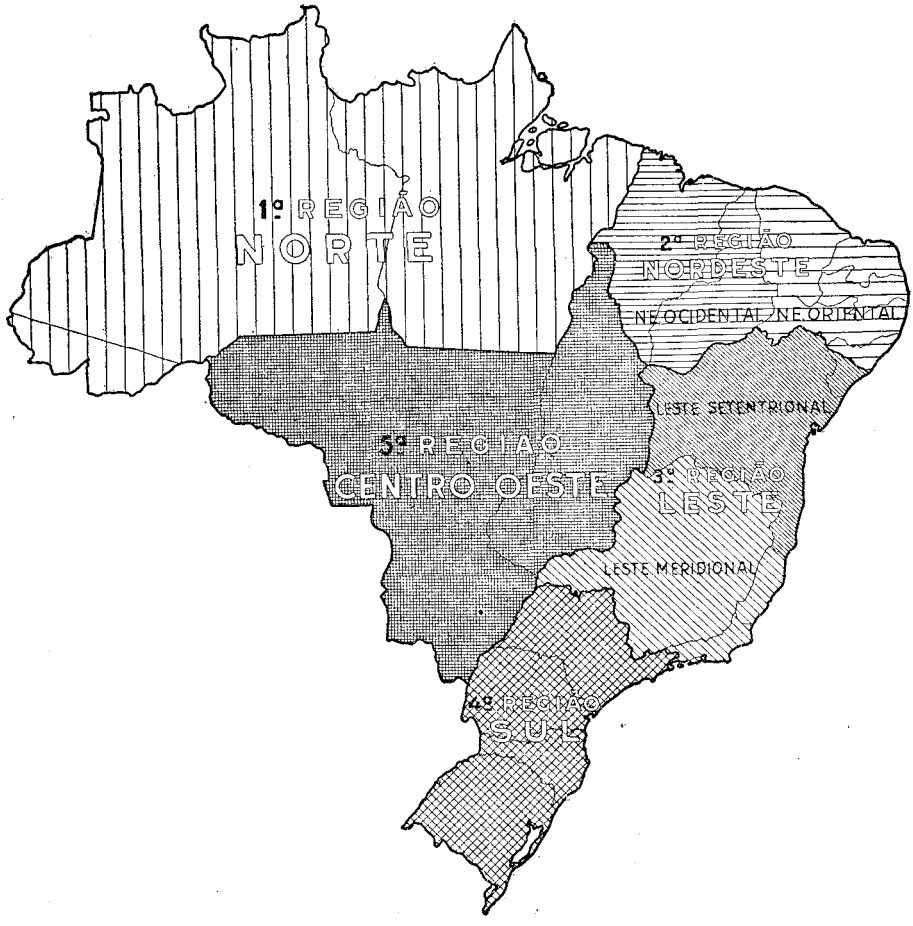
A necessidade dessas sub-divisões impôs-se pela situação especial dos Estados de Maranhão e Piauí, dum lado, e de Sergipe e Baía, de outro, como zonas de transição. Embora tenham sido considerados como fazendo parte da grande região Nordeste, apresentam Maranhão e Piauí, alguns aspectos amazônicos, além de outros que são peculiares a essas duas unidades.

Fato análogo se dá em relação a Baía e Sergipe.

Para certos estudos especiais, haverá, pois, vantagens em considerarem-se êsses dois grupos isoladamente. Ao serem agrupados pelas regiões os dados referentes ao Brasil, os quadros estatísticos deverão considerar, além das totais referentes às regiões Nordeste e Leste, sub-totais relativos às partes em que as mesmas se subdividem, tal como se pode observar, por exemplo, no quadro anexo a êste comentário. As designações "Nordeste Ocidental", "Nordeste Oriental", etc., podem à primeira vista causar estranheza.

Convém, porém, notar-se que elas equivalem respectivamente, dum modo sintético, às expressões: "parte ocidental do Nordeste", "parte oriental do Nordeste", etc.

O Conselho Nacional de Geografia ao divulgar na secção didática do seu *Boletim* a "Divisão Regional do Brasil, aprovada para fins práticos e estatísticos, a qual foi elaborada sob sua responsabilidade, prontifica-se a atender às consultas de professores e estudantes da geografia do Brasil sôbre quaisquer pontos que lhes pareçam necessários aos seus estudos.



Cartograma da divisão regional do Brasil para fins práticos, elaborada pelo Conselho Nacional de Geografia e aprovada pelo govêrno federal.

★

O Serviço Central de Documentação Geográfica do Conselho Nacional de Geografia é completo, compreendendo Biblioteca, Mapoteca, Fototeca e Arquivo Corográfico, destinando-se êste à guarda de documentos como sejam inéditos e artigos de jornais .Envie ao Conselho qualquer documento que possuir sôbre o território brasileiro.

Distribuïção da área do Brasil por Unidades Federadas e regiões

REGIÕES	UNIDADES FEDERADAS	ÁREAS DAS UNIDADES			ÁREAS DAS REGIÕES	
		KM²	% do BRASIL	% da REGIÃO	KM²	% do BRASIL
	Acre	148 027	1,74	4,44		
	Amazonas	1 825 997	21,46	54,72		
	Pará	1 362 966	16,01	40,84		
NORTE					3 336 990	39,21
	Maranhão	346 217	4,07	35,45		
	Piauí	245 582	2,89	25,15		
NORDESTE OCIDENTAL					591 799	6,96
	Ceará	148 591	1,75	15,22		
	Rio Grande do Norte	52 411	0,61	5,37		
	Paraíba	55 920	0,66	5,73		
	Pernambuco	99 254	1,17	10,16		
	Alagoas	28 571	0,33	2,92		
NORDESTE ORIENTAL					384 747	4,52
NORDESTE					976 546	11,48
	Sergipe	21 552	0,25	1,75		
	Baía	529 379	6,22	42,97		
LESTE SETENTRIONAL					550 931	6,47
	Espírito Santo	44 684	0,52	3,63		
	Rio de Janeiro	42 404	0,50	3,44		
	Distrito Federal	1 167	0,01	0,09		
	Minas Gerais	592 863	6,97	48,12		
LESTE MERIDIONAL					681 118	8,00
LESTE					1 232 049	14,47
	São Paulo	247 239	2,90	29,88		
	Paraná	199 897	2,35	24,16		
	Santa Catarina	94 998	1,12	11,48		
	Rio Grande do Sul	285 289	3,35	34,48		
SUL					827 423	9,72
	Goiaz	661 140	7,77	30,92		
	Mato Grosso	1 477 041	17,35	69,08		
CENTRO-OESTE					2 138 181	25,12
BRASIL		8 511 189	100,00		8 511 189	100,00

NOTA = Em 9 de fevereiro de 1942 foi criado o território federal de Fernando de Noronha, ficando assim elevado a 2 o número de territórios brasileiros. No presente quadro, a área de Fernando de Noronha está incluida na de Pernambuco.

★

Concorra para que o Brasil seja cartogràficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.

Programas de geografia

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo

Visando difundir, entre os professores a maneira como estão estruturados os programas de geografia dos vários institutos de ensino superior do país, publicamos a seguir, como contribuïção inicial, os programas de geografia física, geografia humana e geografia do Brasil, correspondentes às várias séries da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

GEOGRAFIA FÍSICA

— A cadeira de geografia física da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, dirigida pelo professor João Dias da Silveira, funciona na 1.ª e na 2.ª séries do curso sendo ministradas, semanalmente, duas horas da aulas teóricas e uma hora de seminário à 1.ª série. À 2.ª série, são reservadas três horas para aulas teóricas e uma hora para trabalhos de seminário, de acôrdo com o seguinte programa:

1.ª SÉRIE

RELÊVO DO SOLO

GENERALIDADES

1 — Estudo das formas do terreno como parte da geografia física. Importância dêsse estudo para a interpretação da païsagem; 2 — As formas do terreno. Sua origem. O ciclo geológico: litogênese, orogênese e gliptogênese. A variedade dos agentes geológicos e sua influência geomorfológica; 3 — Classificação geral das topografias. Base da classificação. Morfologias esculturais fluvial, desértica, g acial e litorânea. Morfologia estrutural. Noção da erosão diferencial. O relêvo vulcânico.

TOPOGRAFIA FLUVIAL

4 — A observação das correntes e as leis gerais da evolução fluvial; 5 — Vale. Estudo dos diferentes tipos e dos vários progressos de evolução. As torrentes. Perfil lingitudinal; seus processos de evolução. Fenômenos de captações. Perfil transversal; processos de evolução. Tipos de perfís tranversais. Estudo dos meandros e dos vales dissimétricos; 6 — O aluviamento. Leis gerais. Os planos aluviais. Terraços; 7 — Teoria do ciclo da erosão. Exposição e crítica. Outras teorias. Idéias de Penk. Nível de cristas; 8 — Relêvo poríclico. Interpretações contrárias à teoria do ciclo de erosão; 9 — Influências litológicas e de casos típicos (topografias caástica e granítica etc.); 10 — Influências climáticas nas formas próprias da topografia fluvial.

2.ª SÉRIE

11 — Topografias estruturais. Generalidades. Tipos de estrutura e bases de suas influências 12 — Topografia concordante. Formas primitivas e derivadas; característica e evolução; 14 — Topografias de dobramentos. Estudo das dobras. Formas primitivas e derivadas; característica e evolução. Charriages; 15 — Estruturas discordantes e movimentos de conjunto. Tipos de discordância. Topografias resultantes de movimentos generalizados; 16 — Formas epigênicas e fósseis; 17 — Estudos das formas estruturais evoluídas; 18 — Maciços antigos. Estudo das formas rejuvenescidas.

TOPOGRAFIAS CLIMÁTICAS

18 — Influência do clima nas formas do relêvo. Estudo geral; 20 — Relêvo desértico. Noção de deserto. Agentes de evolução do relêvo; formas de acumulação e de erosão. Tipos de desertos, ciclo de areismo; 21 — Topografia glacial. Glaciação e nivação: Formas de glaciação local e de glaciários regionais; formas de erosão e de acumulação. Evolução da topografia glacial. Estudo detalhado do vale de glaciação.

TOPOGRAFIAS VULCÂNICAS

22 — Natureza particular do relêvo vulcânico, sua distribuïção geográfica. Formas de construção e derivadas. Influências nas topografias; 23 — Litorais. Agentes de evolução dos litorais e mecanismo de suas ações. Acumulação nos litorais. Ciclos dos litorais; 24 — As costas. Bases para classificação. Descrição dos principais tipos. Estudos da evolução das costas; 25 — Conclusões. Interpretação do relêvo dentro de seu aspecto dinâmico. A paisagem geográfica e sua evolução. Os grandes ciclos.

Ao lado dêsses cursos teóricos são realizados seminários e aulas práticas para tôdas as turmas.

2.ª SÉRIE

CLIMATOLOGIA

INTRODUÇÃO

1 — A climatologia. Notícia histórica. Métodos e objetivos. Disposição dos estudos climáticos; 2 — Conceito de clima. As diversas tendências dentro da climatologia. Escolas modernas. O tempo; 3 — Relações da climatologia com outras disciplinas. Importância geográfica do estudo dos climas.

1.ª parte — FATORES E ELEMENTOS DO CLIMA.

4 — Fatores cósmicos. Radiação solar. Forma e movimentos da Terra. Ciclo dos fatores cósmicos; 5 — Fatores geográficos. Ação das águas e das terras; os mares, pântanos e lagos; climas continentais e climas oceânicos. Ação do relêvo; altitude e exposição. Ação das correntes marinhas. Ação da vegetação, etc.; 6 — A temperatura. Distribuïção da temperatura média. Estudo das variações. Isotermo e cartas isotérmicas. Regimes térmicos. Zonas de KÖPPEN; 7 — Pressão atmosférica. Distribuïção geográfica da pressão atmosférica. Relação com outros fatores. Ciclones e anticiclones; estrutura e deslocamento. Circulação atmosférica. Regimes de ventos. Estudo particular dos ventos alíseos monções, brisas, principais locais e dos ventos; 8 — Umidade. A água na atmosfera. Índices. Repartição geográfica da umidade. Formação e tipos de nuvens. As precipitações; Índices e regimes pluviométricos; A neve; Relações das precipitações com os fatores cósmicos e geográficos. Relação dos índices e a pressão; 9 — Tipos de tempo. As perturbações atmosféricas. Mecanismo das ações ciclonais. Deslocamento dos ciclones e anticiclones e as conseqüência para o tempo. Interpretação de BERKENES. Estudo da pressão na América do Sul.

2.ª parte — TIPOS DE CLIMA

10 — Bases de classificações dos tipos de clima. A classificação de DE MARTONNE e a de KÖPPEN. Modificações; 11 — Climas quentes. Característicos gerais; papel dos fatores cósmicos. Tipos fundamentais e secundários. Influências locais. Climas quentes de altitude; 12 — Climas de monção. Característicos gerais. Tipos fundamentais e secundários. Distribuïção geográfica e zonas de transição; 13 — Climas temperados. Temperado sem inverno; tipos fundamentais secundários. Temperamentos sem inverno; tipos fundamentais e tipos secundários. Climas temperados degradados. Climas temperados com inverno; tipos fundamentais e variedades. Zonas de transição; 14 — Climas frios e polares. Influência da latitude e da altitude. Tipos fundamentais e variedades; 15 — Climas desérticos. Desertos quentes e desertos frios; 16 — Clima de montanhas. Aspectos gerais. Compartimentos climáticos na montanha. Clima alpino; 17 — Conclusões gerais; a carta climática do globo.

GEOGRAFIA HUMANA

— A cadeira de geografia humana, cuja direção está confiada ao professor PIERRE MONBEIG, funciona na 1.ª e na 2.ª séries do curso de geografia e história. Semanalmente são reservadas à 1.ª série, duas horas de aulas teóricas e uma hora de trabalhos de seminário, sendo essas aulas ministradas de acôrdo com o seguinte programa:

1.ª SÉRIE

Geografia das populações (repartições, estudos demográficos, migrações internas e externas): *geografia das comunicações* (introdução geral, transportes marítimos, portos, navegação aérea); *geografia da colonização* (tipos de colonização, problemas de contactos, problemas de geografia política, grandes impérios coloniais); *Trabalhos práticos* — Geografia econômica (produtos agrícolas básicos como trigo, arroz, vinha e culturas de regiões tropicais).

2.ª SÉRIE

Geografia da colonização, Geografia econômica. O primeiro semestre será consagrado à conclusão do curso iniciado em 1942 sôbre a *geografia das comunicações* (estradas de ferro. estradas de rodagem). No segundo semestre serão estudadas as matérias primas da grande indústria (carvão, ferro, petróleo, cobre, borracha e algodão); *geografia humana* (tipos de povoamento rural e urbano, a casa, aglomeração e dispersão, morfologia do povoamento, geografia urbana); *Seminário* — Estudos sôbre a geografia humana e econômica da América Ibérica; Trabalhos práticos. Os gêneros de vida. Exemplos regionais, como complemento das aulas teóricas.

GEOGRAFIA DO BRASIL

É catedrático dessa cadeira o professor Aroldo de Azevedo. Funciona êle ùnicamente na 3.ª série do curso de geografia e história. São ministradas quatro horas de aulas teóricas por semana, sendo o seu programa assim organizado:

3.ª SÉRIE

Serão dados simultâneamente três cursos, correspondentes a três aulas semanais, a saber: 1.º curso — O "CONTINENTE" BRASILEIRO: vista de conjunto. AMAZÔNIA: a planície amazônica. Guiana Maranhense. ZONA DOS COCAIS: estado geral; 2.º curso — LITORAL E PLANALTOS ORIENTAIS: Recôncavo baïano. A região do São Francisco. Chapada Diamantina e Espinhaço. A zona da Mata Mineira. O sul de Minas. O vale do Paraíba. Litoral oriental. A cidade do Rio de Janeiro. Triângulo Mineiro; 3.º curso — REGIÃO MERIDIONAL: Estudo regional. REGIÃO CENTRAL: Estudo regional.

O último dêsses cursos será dado pelos alunos, em aulas completadas pela crítica e correção do professor da cadeira.

SEMINÁRIO — Nas aulas de seminários (uma vez por semana) além de esclarecimentos, discussões, consultas, etc., serão feitas especialmente RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS, seguidas de crítica e comentários.

O primeiro será dedicado ao estudo das *viagens científicas ao Brasil,* sendo dividido em 14 aulas, nas quais serão comentadas as obras de Spix e Martius, Saint-Hilaire, Wied-Neuwied, Agassiz, Burton, Florence, etc.

O segundo semestre será dedicado a estudos de *geografia geral do Brasil,* sendo dividido, também em 14 aulas, nas quais serão escolhidos: 1. A estrutura e o relêvo do Brasil; 2. Morfologia do Brasil tropical atlântico; 3. O Atlântico sul; 4. Aspectos fisiográficos do litoral brasileiro; 5. Os grandes fatores do clima brasileiro; 6. As grandes paisagens botânicas do Brasil; 7. Os elementos da natureza e a luta dos homens no Brasil; 8. Evolução étnica do Brasil; 9. O efetivo humano e sua distribuïção no Brasil; 10. Os ciclos econômicos do Brasil; 11. A vida econômica brasileira; 12. A evolução econômica do café no Brasil.

PESQUISAS E EXCURSÕES — A cadeira orientará as pesquisas individuais dos alunos na elaboração de monografias de caráter variado, tanto de geografia física como de geografia regional do Brasil.

Caso haja verba, a cadeira promoverá excursões com o objetivo de estudar um certo aspecto geográfico ou uma zona bem caracterizada.

★

Assine a "Revista Brasileira de Geografia" para receber em sua casa a melhor publicação periódica sôbre a geografia do Brasil.

Quadro geral da administração pública brasileira *

Administração federal

PODER EXECUTIVO:

Presidente da República: Dr. GETÚLIO DORNELES VARGAS.

Ministro de Estado da Aeronáutica: Dr. JOAQUIM PEDRO SALGADO FILHO.

Ministro de Estado da Agricultura: Dr. APOLÔNIO DE SALES.

Ministro de Estado da Educação e Saúde: Dr. GUSTAVO CAPANEMA.

Ministro de Estado da Fazenda: Dr. ARTUR DE SOUSA COSTA.

Ministro de Estado da Guerra: General EURICO GASPAR DUTRA.

Ministro de Estado da Marinha: Vice-almirante HENRIQUE ARISTIDES GUILHEM.

Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores: Dr. ALEXANDRE MARCONDES FILHO (Interino).

Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. OSVALDO ARANHA.

Ministro de Estado do Trabalho, Indústria e Comércio: Dr. ALEXANDRE MARCONDES FILHO.

Ministro de Estado da Viação e Obras Públicas: General JOÃO DE MENDONÇA LIMA.

Coordenador da Mobilização Econômica: Ministro JOÃO ALBERTO LINS DE BARROS.

Dr. JOÃO CARLOS VITAL, Coordenador Interino.

PODER JUDICIÁRIO:

Supremo Tribunal Federal:

PRESIDENTE: Ministro Eduardo Espínola.

VICE-PRESIDENTE: José Linhares.

MINISTROS: Antônio Bento de Faria, Castro Nunes, Lauro Ferreira de Camargo, Orosimbo Nonato da Silva, Goulart de Oliveira, Aníbal Freire, Barros Barreto, Valdemar Falcão e Filadelfo de Azevedo.

PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA: Dr. Gabriel de Resende Passos.

Supremo Tribunal Militar:

PRESIDENTE: Almte. Raul Tavares.

VICE-PRESIDENTE: Almte. José Machado de Castro e Silva.

MINISTROS: Gen. Raimundo Barbosa, Gen. Almério de Moura, Gen. Manuel Rabelo, Almte. João Francisco de Azevedo Milanez, Brigadeiro do Ar Amílcar Sérgio Veloso Pederneiras, Dr. João Vicente Bulcão Viana, Dr. Mário Augusto Cardoso de Castro, Dr. João Pacheco de Oliveira, Dr. Washington Vaz de Melo.

PROCURADOR: Dr. Valdomiro Gomes Ferreira.

ADMINISTRAÇÕES LOCAIS

ALAGOAS:
Major Ismar de Góis Monteiro (Interventor).

AMAZONAS:
Dr. Álvaro Botelho Maia (Interventor).

BAÍA:
Cel. Renato Pinto Aleixo (Interventor).

CEARÁ:
Dr. Francisco Meneses Pimentel (Interventor).

ESPÍRITO SANTO:
Capitão João Punaro Bley (Interventor).

GOIAZ:
Dr. Pedro Ludovico Teixeira (Interventor).

MARANHÃO:
Dr. Paulo Martins de Sousa Ramos (Interventor).

MATO-GROSSO:
Dr. Júlio Strubling Müller (Interventor).

MINAS GERAIS:
Dr. Benedito Valadares Ribeiro (Governador).

PARÁ:
Dr. José Carneiro da Gama Malcher (Interventor).

PARAÍBA:
Dr. Rui Carneiro (Interventor).

PARANÁ:
Dr. Manuel Ribas (Interventor).

PERNAMBUCO:
Dr. Agamemnon Sérgio de Godói Magalhães (Interventor).

PIAUÍ:
Dr. Leônidas de Castro Melo (Interventor).

RIO DE JANEIRO:
Capitão-Tenente Ernani do Amaral Peixoto (Interventor).

RIO GRANDE DO NORTE:
Dr. Rafael Fernandes Gurjão (Interventor).

RIO GRANDE DO SUL:
General Osvaldo Cordeiro de Faria (Interventor).

SANTA CATARINA:
Dr. Nereu de Oliveira Ramos (Interventor).

SÃO PAULO:
Dr. Fernando Costa (Interventor).

SERGIPE:
Coronel Augusto Maynard Gomes (Interventor).

DISTRITO FEDERAL:
Dr. Henrique de Toledo Dodsworth (Prefeito).

TERRITÓRIO DO ACRE:
Cel. Luiz Silvestre Gomes Coelho (Governador).

---

* Êste quadro indica os titulares em exercício em janeiro corrente, devendo, mensalmente, ser êle revisto.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:

PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Dr. Getúlio Dorneles Vargas.

GABINETE CIVIL DO PRESIDENTE DA REPÚPLICA: (Sede: Palácio do Catete). — Chefe do Gabinete Civil e Secretário da Presidência da República: Dr. Luiz Fernandes Vergara. — Substituto do Secretário da Presidência da República: Dr. Alberto de Andrade Queiroz. — DIRETORIA DO EXPEDIENTE: Diretor: Dr. José de Queiroz Lima. — Adjunto do Diretor: Dr. Darcí Carmo Diniz. — SERVIÇOS AUXILIARES:

GABINETE MILITAR DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Chefe do Gabinete Militar: Gen. Firmo do Nascimento Freire. — Sub-Chefe do Gabinete Militar: Cap. de Fragata Otávio Figueiredo de Medeiros. — SERVIÇO DE SEGURANÇA DOS PALÁCIOS PRESIDENCIAIS: Chefe: Major Floriano de Matos Vanique. — SERVIÇO RÁDIO-TELEGRÁFICO:

COMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO DO MÉRITO: (Sede: Palácio do Catete). — PRESIDENTE: Ministro Ataulfo Nápoles de Paiva. — SECRETÁRIO: Dr. Fernando Nilo de Alvarenga. — MEMBROS: Gen. Firmo do Nascimento Freire, Dr. Gabriel de Resende Passos, Dr. Afonso Pena Júnior e Dr. Rodolfo Augusto de Amorim Garcia.

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL: (Sede: Palácio do Catete). — PRESIDENTE: Dr. Getúlio Dorneles Vargas. — COMISSÃO NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES: (Sede: Palácio do Catete). — PRESIDENTE: Gen. Firmo do Nascimento Freire. — COMISSÃO ESPECIAL DE REVISÃO DAS CONCESSÕES DE TERRAS NA FAIXA DAS FRONTEIRAS: (Sede: Palácio do Catete). — PRESIDENTE: Dr. Fernando Antunes.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO: (Sede: Palácio do Trabalho, 6.º). — PRESIDENTE DO D.A.S.P.: Dr. Luiz Simões Lopes. — CONSELHO DELIBERATIVO: PRES.: Dr. Luiz Simões Lopes. — DIVISÕES DO D.A.S.P.: DIRETORES: de Organização e Coordenação: Moacir Ribeiro Briggs; — de Orientação e Fiscalização do Pessoal: Paulo de Lira Tavares; — de Estudos de Pessoal: Mário Bittencourt Sampaio; — de Seleção: Astério Dardeau Vieira; — de Aperfeiçoamento: Mário Paulo de Brito; e Encarregado do expediente da D.M.: Lucílio Briggs Brito. — SERVIÇOS AUXILIARES DO D.A.S.P. — REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO:

CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO: (Sede: Palácio Itamaratí). — PRESIDENTE: Ministro Plenipotenciário Antônio Camilo de Oliveira. — SECÇÕES DO CONSELHO: OBSERVADORES DOS ESTADOS NO CONSELHO:

CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR: (Sede: Av. Presidente Wilson, 231). — DIRETOR GERAL: Ministro Joaquim Eulálio do Nascimento e Silva. — CONSELHO PLENO: JUNTA DE COORDENAÇÃO: CÂMARA DE INTERCÂMBIO COMERCIAL, CRÉDITO, CÂMBIO E PROPAGANDA: CÂMARA DE PRODUÇÃO, CONSUMO E TRANSPORTES: CÂMARA DE TARIFAS ADUANEIRAS E ACORDOS COMERCIAIS: COMISSÕES MISTAS: SECRETARIA:

CONSELHO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA: (Sede: Av. Graça Aranha, 39, 9.º e 10.º). — PRESIDENTE: Ten-Cel. Mário Pinto Teixeira da Cunha.

CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO: (Sede: Av. Presidente Wilson, 164 — 9.º). — PRESIDENTE: Gen. Júlio Caetano Horta Barbosa. — COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO: DIVISÕES DO CONSELHO: GABINETE DA PRESIDÊNCIA E SECRETARIA DO CONSELHO:

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA: (Sede: Palácio Tiradentes). — PRESIDENTE: Major Antônio José Coelho dos Reis. — SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO: CONSELHO NACIONAL DE IMPRENSA:

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: (Sede: Pr. Mauá, 7 — 11.º). — PRESIDENTE: Embaixador José Carlos de Macedo Soares. — SECRETÁRIO GERAL: Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas. — DIRETOR DA SECRETARIA: Dr. Alberto Martins.

COLÉGIOS DIRIGENTES:

Conselho Nacional de Estatística:
Sede: Pr. Mauá, 7 — 11.º.
SECRETÁRIO GERAL: Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas.

Conselho Nacional de Geografia:
Sede: Av. Augusto Severo, 4.
SECRETÁRIO GERAL: Dr. Cristóvão Leite de Castro.

Serviço Nacional de Recenseamento:
Sede: Av. Pasteur, 404.
DIRETOR: Dr. José Carneiro Filipe.

Comissão Censitária Nacional:
Sede: Av. Pasteur, 404.
PRESIDENTE: Dr. José Carneiro Filipe.

ÓRGÃOS TÉCNICAMENTE SUBORDINADOS:

Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Av. Graça Aranha, 26, 10.º).
DIRETOR: Dr. Heitor Bracet.

Serviço de Estatística Econômica e Financeira (Ministério da Fazenda. R. Luiz de Camões, 68).
DIRETOR: Dr. João de Lourenço.

Serviço de Estatística da Produção (Ministério da Agricultura. Av. Presidente Wilson).
DIRETOR: Dr. Alberto Ribeiro de Cerqueira Lima.

Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Palácio do Trabalho).
DIRETOR: Osvaldo Gomes da Costa Miranda.

Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Ministério da Educação e Saúde. Pr. Mauá, 7, 11.º).
DIRETOR: Dr. M. A. Teixeira de Freitas.

REPARTIÇÕES CENTRAIS DE ESTATÍSTICA, na esfera regional:

AMAZONAS: Departamento Estadual de Estatística.
Sede: Manaus.
Diretor: Júlio Benevides Uchoa.

PARÁ: Departamento Estadual de Estatística.
Sede: Belém.
Diretor: Adelino de Vasconcelos

MARANHÃO: Departamento Estadual de Estatística.
Sede: São Luiz.
Diretor: Djalma Fortuna.

PIAUÍ: Departamento Estadual de Estatística.
Sede: Teresina.
Diretor: João Bastos.

CEARÁ: Departamento Estadual de Estatística.
Sede: Fortaleza.
Diretor: Tomaz Gomes da Silva.

RIO GRANDE DO NORTE: Departamento Estadual de Estatística.
Sede: Natal.
Diretor: Anfilóquio Câmara.

PARAÍBA: Departamento Estadual de Estatística.
Sede: João Pessoa.
Diretor: Sisenando Costa.

PERNAMBUCO: Departamento Estadual de Estatística.
Sede: Recife.
Diretor: Paulo Acioli Pimentel.

ALAGOAS: Departamento Estadual de Estatística.
Sede: Maceió.
Diretor: Manuel Diegues Júnior.

SERGIPE: Departamento Estadual de Estatística.
Sede: Aracajú.
Diretor: João Carlos de Almeida.

BAÍA: Departamento Estadual de Estatística.
Sede: Salvador.
Diretor: Afrânio de Carvalho.

ESPÍRITO SANTO: Departamento Estadual de Estatística.
Sede: Vitória.
Diretor: Armando D. Rabelo.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO: Departamento Estadual de Estatística.
Sede: Niterói.
Diretor: Francisco Steele.

ESTADO DE SÃO PAULO: Departamento Estadual de Estatística.
Sede: São Paulo.
Diretor: Djalma Forjaz.

PARANÁ: Departamento Estadual de Estatística.
Sede: Curitiba.
Diretor: Lauro Schleder.

SANTA CATARINA: Departamento Estadual de Estatística.
Sede: Florianópolis.
Diretor: Virgílio Gualberto.

RIO GRANDE DO SUL: Departamento Estadual de Estatística.
Sede: Pôrto Alegre.
Diretor: Mem de Sá.

MATO GROSSO: Departamento Estadual de Estatística.
Sede: Cuiabá.
Diretor: Gervásio Leite Pereira.

GOIAZ: Departamento Estadual de Estatística.
Sede: Goiânia.
Diretor: F. Balduíno Santa Cruz.

MINAS GERAIS: Departamento Estadual de Estatística.
Sede: Belo Horizonte.
Diretor: Hildebrando Clark.

DISTRITO FEDERAL: Departamento de Geografia e Estatística.
Sede: Rio de Janeiro.
Diretor: Sérgio Nunes de Magalhães Júnior.

TERRITÓRIO DO ACRE: Departamento de Geografia e Estatística.
Sede: Cruzeiro do Sul.
Diretor: Raimundo Nobre Passos.

TRIBUNAL DE CONTAS: (Sede: Av. Almirante Barroso, 81).

PRESIDENTE: Dr. Rubem Machado da Rosa.

CORPO DELIBERATIVO:

MINISTÉRIO PÚBLICO:

CORPO ESPECIAL:

SECRETARIA DO TRIBUNAL:

DELEGAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS:

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

MINISTRO DE ESTADO: Dr. Joaquim Pedro Salgado Filho.

GABINETE DO MINISTRO: (Sede: R. México, 74-7.º).

Chefe do Gabinete do Ministro: Ten.-Cel. Dulcídio Espírito Santo Cardoso.

Consultor Jurídico: Dr. Valdemar da Silva Moreira.

DIRETORIA DA AERONÁUTICA CIVIL — (Sede: Ponta do Calabouço).

DIRETORIA DO MATERIAL — (Sede: R. Visconde de Itaboraí, 80).

DIRETORIA DO PESSOAL — (Sede: R. México, 74-2.º).

DIRETORIA DE ROTAS AÉREAS — (Sede: R. México, 74-7.º).

ESTADO MAIOR DA AERONÁUTICA — — (Sede: R. México, 74-8.º). — Fôrça Aérea Brasileira.

SERVIÇO DE FAZENDA DA AERONÁUTICA — (Sede: R. México, 74).

COMANDO DE ZONA: Sedes em Belém, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Pôrto Alegre.

Brigadeiros do Ar:

Major Brigadeiro Armando T. Trompowsky, Chefe do Estado Maior da Aeronáutica.

Amílcar Sérgio Veloso Pederneiras, Ministro do Supremo Tribunal Militar — Pr. da República, 123.

Eduardo Gomes, Comandante da 2.ª Zona Aérea e Diretor de Rotas Aéreas — Sede: Base Aérea de Recife — Aer. Santos Dumont.

Gervásio Duncam de Lima Rodrigues, Comandante da 4.ª Zona Aérea — Sede: Base Aérea de São Paulo.

Fernando Vítor do Amaral Savaget, Membro da Comissão de Requisições.

Antônio Guedes Muniz, Diretor da Fábrica Nacional de Motores — Baixada Fluminense.

Heitor Varady — Comandante da 3.ª Zona Aérea — Sede: Base Aérea dos Afonsos.

Coronéis:

Fábio de Sá Earp, Comandante da 5.ª Zona Aérea — Sede: Base Aérea de Pôrto Alegre.

Antônio Appel Neto, Comandante da 1.ª Zona Aérea — Sede: Base Aérea de Belém.

Ajalmar Vieira Mascarenhas, Diretor do Pessoal da Aeronáutica — R. México, 74-4.º.

Carlos Pfaltzgraff Brasil, Sub-Chefe do Estado Maior da Aeronáutica — R. México, 74-5.º.

Ivan Carpenter Ferreira, Diretor do Material da Aeronáutica — R. Visconde de Itaboraí, 80-1.º.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA:

MINISTRO DE ESTADO: Dr. Apolônio Jorge de Faria Sales.

CONSULTORIA JURÍDICA: (Sede: Edifício do Ministério. R. da Misericórdia).

CENTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISAS AGRONÔMICAS: (Sede: Edifício do Entreposto da Pesca. Pr. 15 de Novembro).

Diretor Geral: Dr. Heitor Vinicius da Silveira Grilo.

Instituto de Química Agrícola — (Sede: R. Jardim Botânico, 1024).

Instituto de Ecologia Agrícola — (Sede: R. Jardim Botânico, 1008).

Instituto de Experimentação Agrícola — (Sede: Edifício do Ministério. R. da Misericórdia).

Instituto Nacional de Óleos (Sede: Av. Maracanã).

Escola Nacional de Agronomia — (Sede: Av. Pasteur, 404).

Escola Nacional de Veterinária — (Sede: Av. Pasteur, 404).

Laboratório Central de Enologia — (Sede: R. da Misericórdia).

CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO DAS EXPEDIÇÕES ARTÍSTICAS E CIENTÍFICAS NO BRASIL: (Sede: R. Jardim Botânico, 1008). — Presidente: Francisco de Assis Iglésias.

CONSELHO FLORESTAL FEDERAL: (Sede: R. da Misericórdia). — Presidente: Dr. José Mariano Filho.

CONSELHO NACIONAL DE CAÇA: (Sede: Edifício do Entreposto da Pesca — Pr. 15 de Novembro). — Presidente: Dr. Alberto Rêgo Lins.

COMISSSÃO DE EFICIÊNCIA: (Sede: R. da Misericórdia). — Presidente: Luiz Guimarães Júnior.

COMISSÃO NACIONAL DO GASOGÊNIO. — Presidente da Comissão: Ministro da Agricultura.

CONSELHO NACIONAL DA PESCA: (Sede: Edifício do Entreposto da Pesca. Pr. 15 de Novembro). — Presidente: Dr. Joaquim Rodrigues.

COMISSÃO DE CONTROLE DA PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE BANANAS: (Sede: Santos — Estado de S. Paulo). — Presidente: Dr. Júlio Tôrres.

CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS — (Sede: Av. Graça Aranha, 15-4.º). — Presidente: General Cândido Mariano da Silva Rondon.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO: (Sede: Edifício do Ministério). — Diretor Geral: Dr. José Solano Carneiro da Cunha.

DIVISÃO DO PESSOAL.

DIVISÃO DE MATERIAL.

DIVISÃO DE ORÇAMENTO.

DIVISÃO DE OBRAS.

SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES.

TESOURARIA.

BIBLIOTECA.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO ANIMAL: (Sede: R. Mata Machado). — Diretor Geral: Dr. Mário de Oliveira.

Instituto de Biologia Animal: (Sede: Av. Maracanã, 222). — Diretor: Dr. Argemiro de Oliveira.

Divisão de Fomento da Produção Animal — (Sede: R. Mata Machado). — Diretor Dr. Mário Teles.

Divisão de Defesa Sanitária Animal: (Sede: R. Mata Machado). — Diretor: Dr. João Cláudio de Lima.

Divisão de Caça e Pesca: (Sede: Pr. 15 de Novembro). — Diretor: Dr. Ascânio Faria.

Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal: (Sede: R. Mata Machado). — Diretor: Dr. Belisário Távora.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL: (Sede: Av. Pasteur, 404). — Diretor: Dr. Luciano Jaques de Morais.

Divisão de Fomento da Produção Mineral. Diretor: Dr. Glycon de Paiva Teixeira.

Divisão de Geologia e Mineralogia. Diretor: Dr. Aníbal Alves Bastos.

Divisão de Águas. Diretor: Dr. Antônio José Alves de Sousa.

Laboratório da Produção Mineral. Diretor: Dr. Mário Abrantes da Silva Pinto.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO VEGETAL: (Sede: Edifício do Ministério). — Diretor Geral: Dr. Carlos de Sousa Duarte.

Divisão de Fomento da Produção Vegetal: Diretor: Dr. Franklin Ribeiro Viegas.

Divisão de Defesa Sanitária Vegetal: Diretor: Dr. Nestor Barcelos Fagundes.

Divisão de Terras e Colonização: Diretor: Dr. José de Oliveira Marques.

PRIMEIRA COMISSÃO ESPECIAL REVISORA DE TÍTULOS E TERRAS: (Sede: Edifício do Ministério).

SECÇÃO DE SEGURANÇA NACIONAL: (Sede: Edifício do Entreposto da Pesca). — Diretor: Dr. Artur Eugênio Magarinos Tôrres Filho.

SERVIÇO DE ECONOMIA RURAL: (Sede: Edifício do Entreposto da Pesca). — Diretor: Dr. Artur Eugênio Magarinos Tôrres Filho.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA PRODUÇÃO: (Sede: R. da Misericórdia). — Diretor: Dr. Alberto Ribeiro de Cerqueira Lima.

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE FARINHAS: (Sede: R. México, 90). — Diretor: Dr. Álvaro Simões Lopes.

SERVIÇO FLORESTAL: (Sede: R. Jardim Botânico, 1008). — Diretor: Dr. Francisco de Assis Iglésias.

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA: (Sede: Edifício do Ministério). — Diretor: Dr. Itagiba Barçante.

SERVIÇO DE METEOROLOGIA: (Sede: Edifício do Entreposto da Pesca). — Diretor: Dr. Francisco Xavier Rodrigues de Sousa. — Instituto Central.

SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIO: (Sede: Edifício do Ministério). — Superintendente: Dr. Arquimedes Lima Câmara.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS: (Sede: Av. Graça Aranha, 15-4.º). — Diretor: Coronel Vicente de Paulo Teixeira da Fonseca Vasconcelos.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

GABINETE DO MINISTRO:

Sede: Edifício Rex, 16.º — Chefe do Gabinete: Dr. Carlos Drummond de Andrade — 22-5588.

BIBLIOTECA NACIONAL:

Sede: Av. Rio Branco, 219/239. — Diretor: Dr. Rodolfo Augusto de Amorim Garcia — 22-6199.

CASA DE RUI BARBOSA:

Sede: R. São Clemente, 134. — Diretor: Dr. Américo Lourenço Jacobina Lacombe — 26-2548.

COLÉGIO PEDRO II:

INTERNATO — Sede: Campo de São Cristóvão, 177. — Diretor: Dr. Clovis do Rêgo Monteiro — 28-2538.

EXTERNATO — Sede: Av. Marechal Floriano, 80. — Diretor: Dr. Fernando Antônio Raja Gabaglia — 43-1904.

COMISSÃO DE EFICIÊNCIA:

Sede: R. México, 168-10.º. — Presidente: Heitor Pedro de Farias.

COMISSÃO INSPETORA DOS SERVIÇOS PSIQUIÁTRICOS:

Sede: R. Méxiço, 90-3.º — 22-4377.

COMISSÃO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO:

Sede: R. Álvaro Alvim, 31-19.º. — Presidente: Dr. Euclides de Medeiros Guimarães Roxo — 42-7952.

COMISSÃO DO PLANO DA UNIVERSIDADE DO BRASIL:

Sede: R. do Ouvidor, 169-6.º — Presidente: Ministro Gustavo Capanema — 43-6520.

COMISSÃO NACIONAL DO ENSINO PRIMÁRIO:

Sede: Pr. Marechal Âncora.
Presidente: Professor Everardo Backheuser — 42-7712.

CONSELHO NACIONAL DE CULTURA (Não instalado):

CONSELHO NACIONAL DE DESPORTOS:

Sede: Edifício Rex, 16.º. — Presidente: Ministro Gustavo Capanema — 42-9744.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO:

Sede: R. do Ouvidor, 169-6.º. — Presidente: Dr. Reinaldo Porchat — 22-6817.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Não instalado).

CONSELHO DE PROTEÇÃO AOS PSICOPATAS (Não instalado).

CONSELHO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL:

Sede: R. México, 90. — Presidente: Ministro Ataulfo Nápoles de Paiva — 42-5754.

DELEGACIAS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO (Não instaladas).

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO:

Sede: R. Almirante Barroso, 72-3.º. — Diretor: Joaquim Bittencourt Fernandes de Sá — 42-5727.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA CRIANÇA:

Sede: Av. Rui Barbosa, 12-3.º. — Diretor: Dr. Olímpio Olinto de Oliveira — 25-5201.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO:

Sede: Edifício Rex, 14.º — Diretor: Dr. Abgar Renault — 42-1481.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAÚDE:

Sede: Pr. Marechal Âncora. — Diretor Geral: Dr. João de Barros Barreto — 42-0708.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE:

Sede: Recife — Pernambuco. — Diretor: Dr. Antônio Vicente de Andrade Bezerra.

FACULDADE DE MEDICINA DA BAÍA:

Sede: Salvador — Baía. — Diretor: Dr. Edgar Rêgo Santos.

FACULDADE DE MEDICINA DE PÔRTO ALEGRE:
Sede: Pôrto Alegre — R. G. do Sul. — Diretor: Dr. Raul Moreira da Silvá.

INSTITUTO BENJAMIM CONSTANT:

Sede: Av. Pasteur, 350. — Diretor: Dr. João Alfredo Lopes Braga — 26-9512.

INSTITUTO NACIONAL DE CINEMA EDUCATIVO:

Sede: Pr. da República, 14-1.º. — Diretor: Prof. A. Roquete Pinto — 43-9809.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS:

Sede: Pr. Marechal Âncora. — Diretor: Dr. Manuel Bergström Lourenço Filho — 42-7951.

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO:

Sede: Av. Rio Branco, 219-/239. — Diretor: Dr. Augusto Meyer — 42-5254.

INSTITUTO NACIONAL DE SURDOS-MUDOS:

Sede: R. das Laranjeiras, 232. — Diretor: Dr. Armando Paiva de Lacerda — 25-5730.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL:

Sede: Pr. Marechal Âncora. — Diretor: Dr. Gustavo Barroso.

MUSEU IMPERIAL:

Sede: Petrópolis — Estado do Rio. — Diretor: Dr. Alcindo de Azevedo Sodré.

MUSEU NACIONAL:

Sede: Quinta da Boa Vista. — Diretora: D. Heloísa Alberto Tôrres — 28-7010.

MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES:

Sede: Av. Rio Branco, 199. — Diretor: Professor Osvaldo Teixeira — 42-4355.

OBSERVATÓRIO NACIONAL:

Sede: Morro de S. Januário. — Diretor: Dr. Sebastião Sodré da Gama — 28-6129.

SECÇÃO DE SEGURANÇA NACIONAL:

Sede: Pr. Mauá, 7-10.º. — Diretor: Dr. Fernando Magalhães.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO:

Sede: Edifício Rex, 16.º. — Diretor: Dr. Vítor Nunes Leal — 22-8335.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE:

Sede: Pr. Mauá, 7-11.º. — Diretor: Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas — 43-0632.

SERVIÇO NACIONAL DE TEATRO:

Sede: Av. Graça Aranha, 29. — Diretor: Alexandre Abbadie Faria Rosa — 42-8900.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL:

Sede: Av. Nilo Peçanha, 155-7.º. — Diretor: Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade — 42-7690.

SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO EDUCATIVA:

Sede: R. da Carioca, 45-3.º. — Diretor: Dr. Edgar Roquete Pinto — 42-3435.

UNIVERSIDADE DO BRASIL: Sede: R. do Ouvidor, 169. — Reitor: Professor Raul Leitão da Cunha — 22-0507.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

GABINETE DO MINISTRO:

Sede: Av. Rio Branco. — Chefe: Secretário do Ministro da Fazenda: Dr. Ovídio Paulo de Meneses Gil — 43-1005.

COMISSÃO CONSTRUTORA DO EDIFÍCIO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA:

Sede: Av. Graça Aranha, 19 — Chefe: Dr. Arí Fontoura de Azambuja — 22-0280.

COMISSÃO DE EFICIÊNCIA:

Sede: R. da Candelária, 9-10.º. — Presidente: Júlio Lira Neiva — 43-6927.

COMISSÃO DO ORÇAMENTO:

Sede: Palácio do Trabalho, 6.º. — Presidente: Dr. Luiz Simões Lopes — 42-6911.

CONSELHO TÉCNICO DE ECONOMIA E FINANÇAS:

Sede: R. da Candelária, 9-9.º. — Presidente: Dr. Artur de Sousa Costa.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES (Primeiro):

Sede: R. da Candelária, 9-4.º. — Presidente: José Luiz Batista.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES (Segundo):

Sede: R. da Candelária, 9-5.º. — Presidente: Cornélio Marcondes da Luz.

CONSELHO SUPERIOR DE TARIFA:

Primeira Câmara: Sede: R. da Candelária, 9-4.º. — Presidente: Palvino Campos Rocha. Segunda Câmara: Sede: R. da Candelária, 9-4.º. — Presidente: Sílvio de Magalhães Figueira.

CONTADORIA GERAL DA REPÚBLICA:

Sede: Av. Branco, 9-1.º. — Contador Geral da República: Manuel Marques de Oliveira — 43-2318.

DEPARTAMENTO FEDERAL DE COMPRAS:

Sede: Av. Graça Aranha, 62-11.º. — Diretor Geral: Dr. Fernando Martins Pereira e Sousa — 42-6140.

SECÇÃO DE SEGURANÇA NACIONAL:

Sede: Edifício do Ministério.

DIRETORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL:

Edifício do Ministério. — Diretor Geral: Dr. Romero Estelita Cavalcante Pessoa.

REPARTIÇÕES AUXILIARES E DEPENDENTES DO TESOURO NACIONAL.

DELEGACIAS FISCAIS.

MINISTÉRIO DA GUERRA

GABINETE DO MINISTRO:

Sede: Palácio do Exército, 9.º. — Chefe do Gabinete: Coronel Cândido Caldas — 43-0343.

SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DA GUERRA:

Sede: Palácio do Exército, 8.º. — Secretário Geral: General Valentim Benício da Silva — 43-4123.

DIRETORIA DE INFANTARIA:

Sede: Palácio do Exército (Ala Marcílio Dias, 4.º). — Diretor: General Boanerges Lopes de Sousa — 43-9789.

DIRETORIA DE CAVALARIA, TREM, REMONTA E VETERINÁRIA:

Sede: Palácio do Exército (Ala Marcílio Dias, 4.º). — Diretor Interino: Major Riograndino Kruel — 43-5453.

SUB-DIRETORIA DOS SERVIÇOS DE REMONTA E VETERINÁRIA:

Sede: Palácio do Exército (Ala Marcílio Dias, 3.º). — Sub-Diretor: General Antônio da Silva Rocha — 43-2495.

DIRETORIA DE ARTILHARIA:

Sede: Palácio do Exército, 11.º. — Diretor: General Antônio Fernandes Dantas — 43-0463.

DIRETORIA DE ARTILHARIA DE COSTA:

Sede: Palácio do Exército (Ala Marcílio Dias, 6.º). — Diretor: General Sebastião do Rêgo Barros.

DIRETORIA DE ENGENHARIA:

Sede: Palácio do Exército, 4.º e 5.º. — Diretor: General Raimundo Sampaio — 43-0079.

DIRETORIA DE MOTO-MECANIZAÇÃO E TRANSPORTE:

Sede: Palácio do Exército, 18.º. — Diretor: General Newton de Andrade Cavalcante — 43-8599.

DIRETORIA DO MATERIAL BÉLICO:

Sede: Palácio do Exército, 7.º. — Diretor: General Artur Silo Portela — 43-8746.

DIRETORIA DE RECRUTAMENTO:

Sede: Palácio do Exército (Ala Marcílio Dias, 5.º).

DIRETORIA DE INTENDÊNCIA DA GUERRA:

Sede: Palácio do Exército (Ala Marcílio Dias, 6.º).

DIRETORIA DE SAÚDE DO EXÉRCITO:

Sede: Palácio do Exército, 2.º. — Diretor: General Médico Dr. Afonso de Sousa Ferreira.

DIRETORIA DE FUNDOS DO EXÉRCITO:

Sede: Palácio do Exército (Ala Visconde da Gávea, 2.º). — Diretor: Coronel Alcebíades Simões Pires.

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO

Sede: Palácio do Exército, 6º: — Chefe: General Pedro Aurélio de Góis Monteiro.

ESCOLA DO ESTADO MAIOR:

Sede: Praça General Tibúrcio.
Diretor: Cel. Henrique Batista Teixeira Zott. Tel.: 26-8733.

INSPETORIA DE CAVALARIA, TREM, REMONTA E VETERINÁRIA:

Sede: Palácio do Exército, 12.º. — Inspetor: General José Pessoa Cavalcante de Albuquerque.

INSPETORIA GERAL DO ENSINO DO EXÉRCITO:

Sede: Palácio do Exército. — Inspetor: General Isauro Reguera.

SERVIÇO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO EXÉRCITO:

Sede: Morro da Conceição. — Diretor: General Coelho Neto.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

GABINETE DO MINISTRO:

Sede: Palácio Monroe — Av. Rio Branco. Chefe do Gabinete — 22-3173.

ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO DO ACRE:

Sede: Cruzeiro do Sul — Território do Acre. — Governador Delegado da União.

ARQUIVO NACIONAL:

Sede: Pr. da República, 26. — Diretor: Dr. Eugênio Vilhena de Morais — 22-4441.

COMISSÃO DE EFICIÊNCIA:

Sede: R. Senador Dantas, 1 — Presidente: Dr. Bento Queiroz de Barros Júnior — 43-3240.

COMISSÃO DE ESTUDOS DOS NEGÓCIOS ESTADUAIS:

Sede: Palácio Monroe. — Presidente: Dr. Adroaldo Junqueira Aires — 42-4707.

COMISSÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS:

Sede: Palácio Monroe — 42-8477.

COMISSÃO REVISORA DE DECRETOS-LEIS:

Sede: Palácio Monroe.

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO:

Sede: Palácio Monroe. — Presidente. Dr. Iedo Fiúsa — 22-9933.

CONSULTOR GERAL DA REPÚBLICA:

Sede: R. Senador Dantas. — Consultor Geral: Dr. Hahnemann Guimarães — 42-1727.

CONSULTOR JURÍDICO:

Sede: Palácio Monroe. — Consultor Dr. Fernando Antunes — 22-6831.

CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL:

Sede: Pr. da República, 45. — Comandante: Coronel Aristarco Pessoa Cavalcante de Albuquerque — 22-4455.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO:

Sede: R. Senador Dantas. — Diretor Geral: Dr. Cincinato Galvão Ferreira Chaves — 42-7101.

DIRETORIA DA JUSTIÇA E DO INTERIOR:

Sede: Edifício Rex, 17.º. — Diretor: Dr. Augusto César Lôbo.

IMPRENSA NACIONAL:

Sede: Av. Rodrigues Alves, 1. — Diretor: Dr. Rubens d'Almada Horta Pôrto — 43-8833.

INSPETORIA GERAL PENITENCIÁRIA:

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL:

Sede: R. Evaristo da Veiga, 78-1.º.

JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL:

Sede: R. Dom Manuel, 27/45.

JUÍZO DE MENORES:

Sede: R. dos Inválidos, 152. — Juiz: Dr. Saul de Gusmão — 42-7916.

JUÍZOS DE DIREITO:

JUSTIÇA DO TERRITÓRIO DO ACRE:

Sede: Cruzeiro do Sul — Acre.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL:

Sede: Av. Rio Branco, 241.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL:

Sede: Edifício do Forum. R. Dom Manuel. — Procurador Geral: Dr. Romão Côrtes de Lacerda — 42-6523.

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL:

Sede: R. da Relação. — Chefe de Polícia: Tenente-Coronel Alcides Etchegoyen.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL:

Sede: R. Evaristo da Veiga, 78. — Comandante: Coronel Odílio Denys.

SECÇÃO DE SEGURANÇA NACIONAL:

Diretor: Dr. Augusto César Lôbo.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A MENORES:

Sede: R. São Cristóvão, 482. — Diretor Dr. Meton de Alencar Neto — 28-2378.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DEMOGRÁFICA, MORAL E POLÍTICA:

Sede: Av. Graça Aranha, 26-10.º. — Diretor: Dr. Heitor Bracet — 42-9370.

MINISTÉRIO DA MARINHA

GABINETE DO MINISTRO:

Sede: Cais dos Mineiros. — Chefe do Gabinete: Contra-Almirante Adalberto Landim — 23-2258.

SECRETARIA DA MARINHA:

Sede: Edifício do Ministério. — Diretor: Dr. Rodolfo Graça — 23-6080.

ARSENAL DE MARINHA DA ILHA DAS COBRAS:

Sede: Ilha das Cobras. — Diretor: Contra-Almirante Eng.º Naval Júlio Regis Bittencourt — 23-0551.

ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO:

Sede: (Entrada) Pr. Barão de Ladário. — Diretor Geral: Capitão de Mar e Guerra Oscar de Barros Cavalcante — 23-4110.

AUDITORIA DA MARINHA:

Sede: Edifício do Ministério, 7.º.

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E TOMBAMENTO DOS PRÓPRIOS NACIONAIS:

Sede: Edifício do Ministério, 5.º.

COMISSÃO DE METALURGIA:

Sede: Edifício do Ministério, 5.º.

CONSELHO DO ALMIRANTADO:

Sede: Edifício do Ministério, 3.º. Presidente: Vice-Almirante Henrique Aristides Guilhem.

DIRETORIA DO ARMAMENTO DA MARINHA:

Sede: Cidade de Niterói. — Diretor: Capitão de Mar e Guerra Oscar Pereira de Sousa e Almeida — Niterói, 828.

DIRETORIA DE ENGENHARIA NAVAL:

Sede: Edifício do Ministério, 5.º. — Diretor Geral: Almirante Luiz Pereira das Neves — 23-2070 — R.126.

DIRETORIA DO ENSINO NAVAL:

Sede: Edifício do Ministério, 5.º. — Diretor Geral: Vice-Almirante Joaquim Cordeiro Guerra.

DIRETORIA DE FAZENDA DA MARINHA:

Sede: Edifício do Ministério, 2.º. — Diretor-Geral: Vice-Almirante Raimundo de Melo Braga de Mendonça.

DIRETORIA DE MARINHA MERCANTE:

Sede: Edifício do Ministério, 4.º. — Diretor Geral: Vice-Almirante Álvaro Rodrigues de Vasconcelos.

DIRETORIA DE NAVEGAÇÃO:

Sede: Ilha Fiscal. — Diretor Geral: Vice-Almirante Mário de Oliveira Sampaio — 23-0532.

DIRETORIA DO PESSOAL DA ARMADA:

Sede: Edifício do Ministério, 4.º. — Diretor Geral do Pessoal: Contra-Almirante Mário Hechesher.

DIRETORIA DE SAÚDE NAVAL:

Sede: Edifício do Ministério. — Diretor Geral: Contra-Almirante Médico Dr. Heráclito de O. Sampaio.

ESCOLA DE MARINHA MERCANTE DO RIO DE JANEIRO:

Sede: R. do Rosário, 21/22. — Diretor: Capitão de Mar e Guerra Salustiano Roberto de L. Lessa.

ESTADO MAIOR DA ARMADA.

Sede: Edifício do Ministério. — Chefe: Vice-Almirante Américo Vieira de Melo.

TRIBUNAL MARÍTIMO ADMINISTRATIVO:

Sede: Pr. Sérvulo Dourado. — Presidente: Vice-Almirante Álvaro Rodrigues de Vasconcelos — 43-3728.

Relação dos almirantes em serviço ativo:

VICE-ALMIRANTES:

1 — Henrique Aristides Guilhem,
Ministro da Marinha.
Ministério da Marinha.

2 — Américo Vieira de Melo,
Chefe do Estado Maior da Armada.
João Lira, 35. — Leblon.

3 — Mário de Oliveira Sampaio,
Diretor Geral de Marinha Mercante.
Pr. José de Alencar (Hotel dos Estrangeiros) Apt. 22.

4 — Álvaro Rodrigues de Vasconcelos,
À Disposição do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada do Brasil — Washington, D. C. — EE. UU.

5 — Raimundo de Melo Braga de Mendonça,
Diretor Geral do Ensino Naval.
Pr. Santos Dumont, 104 — Gávea.

CONTRA-ALMIRANTES:

6 — Eduardo Augusto de Brito e Cunha,
Adido ao Gabinete do Ministério da Marinha.
Miguel de Lemos, 10 apt. 301 — Copacabana.

7 — Guilherme Rieken,
Sub-Chefe do Estado Maior da Armada.
São Clemente, 139 — Casa 26 — Botafogo.

8 — Alberto de Lemos Bastos,
Comandante Naval de Leste.
Salvador — Estado da Baía.

9 — Durval de Oliveira Teixeira,
Comandante em Chefe da Esquadra.
Otávio Correia, 286 — Urca.

10 — Arí Parreiras,
Chefe da Comissão de Instalação da Base Naval de Natal.
Natal — Estado do Rio Grande do Norte.

11 — Mário Hecksher,
Diretor Geral do Pessoal.
São Francisco Xavier, 312 — São Francisco Xavier.

12 — Jorge Dodsworth Martins,
Diretor Geral de Navegação.
Sousa Lima, 8 apt. 64 — Copacabana.

13 — Gustavo Goulart,
Comandante Naval do Norte.
Belém — Estado do Pará.

14 — José Maria Neiva,
Comandante Naval do Nordeste.
Recife — Estado de Pernambuco.

15 — Oscar de Frias Coutinho,
Diretor Geral de Fazenda.
Coronel Cabrita, 17 — São Cristóvão.

16 — Luiz Augusto Pereira das Neves,
Diretor Geral de Engenharia Naval.
Praia de Botafogo, 148 — 6. ºandar — apt. 60 — Botafogo.

17 — Heráclito de Oliveira Sampaio,
Diretor Geral de Saúde Naval.
Paissandú, 239 — ap. 22 — Flamengo.

18 — Milcíades Portela Ferreira Alves,
Comandante Geral do Corpo de Fusileiros Navais.
Ilha das Cobras.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ESTADO:

Sede: Av. Marechal Floriano, 196. — Secretário Geral: Embaixador Maurício Nabuco — 43-2820. — DEPARTAMENTO DIPLOMÁTICO E CONSULAR: Chefe: Embaixador Maurício Nabuco. — DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO: Chefe: Ministro Luiz Pereira Ferreira de Faro Júnior — 43-2820.

COMISSÃO DE EFICIÊNCIA:

Sede: Palácio Itamaratí. — Presidente: Ministro Fernando Lôbo — 43-2820.

COMISSÃO NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO DE ENTORPECENTES:

Sede: Palácio Itamaratí. — Presidente: Dr. Roberval Cordeiro de Farias.

SECÇÃO DE SEGURANÇA NACIONAL:

Sede: Palácio Itamaratí. — Diretor: Embaixador Maurício Nabuco.

SERVIÇO DE INFORMAÇÕES:

Sede: Palácio Itamaratí. — Redator-Chefe: Dr. Renato da Costa Almeida.

SERVIÇO JURÍDICO:

Sede: Palácio Itamaratí. — Consultor Jurídico: Dr. Sebastião do Rêgo Barros.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

GABINETE DO MINISTRO:

Sede: Palácio do Trabalho, 8.º — Secretário do Ministro: Dr. Aristides Malheiros.

COMISSÃO DE EFICIÊNCIA:

Sede: Palácio do Trabalho, 5.º.

COMISSÃO DE METROLOGIA:

Sede: Av. Venezuela, 82, 3.º. — Presidente: Dr. Dulcídio A. Pereira.

DELEGACIAS REGIONAIS:

Sede: Capitais dos Estados.

DELEGACIAS DO TRABALHO MARÍTIMO:

Sediadas nos portos.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO:

Sede: Palácio do Trabalho, 8.º. — Diretor: Dr. José Cândido de Lima Ferreira — 22-4191.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO:

Sede: Palácio do Trabalho, 10.º. — Diretor: Dr. Henrique Dória de Vasconcelos — 42-6621.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

Sede: Palácio do Trabalho, 11.º. — Diretor: Dr. Ildefonso d'Abreu Albano — 22-0122.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL:

Sede: Palácio do Trabalho, 3.º. — Diretor: Dr. Francisco Antônio Coelho.

CONSELHO DE RECURSOS DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL:

Sede: Palácio do Trabalho. — Presidente: Ministro do Trabalho.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO:

Sede: Palácio do Trabalho. — Diretor: Dr. Edmundo Perry — 42-5867.

DEPARTAMENTO NACIONAL DO TRABALHO:

Sede: Palácio do Trabalho, 5.º. — Diretor: Dr. Luiz Augusto do Rêgo Monteiro — 42-7500.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA:

Sede: Av. Venezuela, 82. — Diretor: Dr. Ernesto Lopes da Fonseca Costa — 43-1428.

CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO:

Sede: Palácio do Trabalho, 9.º.

SECÇÃO DE SEGURANÇA NACIONAL:

Sede: Palácio do Trabalho, 11.º — Diretor: Dr. Luiz Augusto do Rêgo Monteiro.

SERVIÇO ATUARIAL:

Sede: Palácio do Trabalho, 7.º. — Diretor: Dr. Paulo Leopoldo Pereira da Câmara.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA PREVIDÊNCIA DO TRABALHO:

Sede: Palácio do Trabalho, 4.º.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

GABINETE DO MINISTRO:

Sede: Pr. 15 de Novembro. — Chefe do Gabinete: Dr. Vítor Gustavo de Mascarenhas Tamon. — Consultor Jurídico: Dr. Adauto Cardoso.

COMISSÃO DE EFICIÊNCIA:

Sede: Pr. 15 de Novembro. — Presidente: Raul de Azeredo — 22-7876.

COMISSÃO DE MARINHA MERCANTE:

Sede: Av. Rio Branco, 46, 2.º. — Presidente: Comandante Rodolfo Fróis da Fonseca.

COMISSÃO MISTA BRASILEIRO-BOLIVIANA:

Sede: Corumbá — Mato Grosso. — Chefe da Comissão: Luiz Alberto Whertely.

COMISSÃO DE ACERVO DA BRAZIL RAILWAY COMPANY E OUTRAS EMPRÊSAS:

Sede: Edifício da A Noite. — Superintendente: Coronel Luiz Carlos da Costa Neto.

CONSELHO NACIONAL DE MINAS E METALURGIA:

Sede: Pr. 15 de Novembro. — Presidente: General João de Mendonça Lima.

CONTADORIA GERAL DE TRANSPORTES:

Sede: R. Uruguaiana, 25. — CONSELHO ADMINISTRATIVO: Presidente: Dr. Jurandir Pires Ferreira. — CONSELHO DE TARIFAS E TRANSPORTES:

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO:

Sede: Pr. 15 de Novembro. — Diretor: Dr. Fernando Augusto de Almeida Brandão — 42-8395.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS:

Sede: Pr. 15 de Novembro. — Diretor Geral: Major Landry Sales Gonçalves — 42-2266. — DIRETORIAS REGIONAIS:

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO:

Sede: Av. Graça Aranha, 62.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM:

Sede: Pr. Mauá, 7. — Diretor: Dr. Iedo Fiúsa. — 43-2065.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS E SANEAMENTO:

Sede: Av. Venezuela, 238. — Diretor: Dr. Hildebrando de Araújo Góis — 43-5045.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS E NAVEGAÇÃO:

Sede: Pr. Mauá, 10. — Diretor: Dr. Frederico César Burlamaqui.

FÁBRICA NACIONAL DE MOTORES:

Diretor: Brigadeiro do Ar Antônio Guedes Muniz.

SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA E DE ADMINISTRAÇÃO DO PÔRTO DO PARÁ:

Sede: Belém — Pará. — Diretor: Comandante Francisco Bulcão Viana.

INSPETORIA FEDERAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS:

Sede: Av. Nilo Peçanha, 155. — Inspetor: Dr. Luiz Augusto da Silva Vieira —42-1659.

INSPETORIA GERAL DE ILUMINAÇÃO:

Sede: Av. Graça Aranha, 43. — Inspetor Geral: Dr. Francisco de Sá Lessa.

SECÇÃO DE SEGURANÇA NACIONAL:

Sede: Pr. 15 de Novembro. — Diretor: Dr. Vicente de Brito Pereira Filho — 22-9230.

Administração regional (*)

DISTRITO FEDERAL

PROCURADORIA:

Dr. José Sabóia Viriato de Medeiros, procurador.

SECRETARIA GERAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

Cel. Jonas de Morais Correia Filho, secretário geral.

SECRETARIA GERAL DE FINANÇAS:

Dr. Mário Melo, secretário geral.

SECRETARIA GERAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA:

Dr. Jesuíno Carlos de Albuquerque, secretário geral.

SECRETARIA GERAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:

Dr. Edson Junqueira Passos, secretário geral.

TRIBUNAL DE CONTAS:

Presidente: Cônego Olímpio de Melo. — Vice-Presidente: Dr. Benjamim Guilherme dos Reis Jr. — Membros: Dr. Pedro Firmeza, Dr. Francisco Antônio R. Sales Filho, Dr. Rui Carneiro da Cunha, Dr. Valdomiro de Barros Magalhães, Comandante Átila Soares.

SECRETÁRIO DO PREFEITO:

Dr. Jorge Dodsworth.

AMAZONAS

SECRETARIA GERAL DO ESTADO:

Dr. Rui Araújo, secretário.

CÔRTE DE APELAÇÃO:

Desembargador Artur Virgílio do Carmo Ribeiro, presidente.

CHEFIA DE POLÍCIA:

Dr. Antônio de Oliveira Lima, chefe.

---

* Faltam indicações acêrca dos Estados de Alagoas, Baía, Maranhão, Rio Grande do Sul e São Paulo, as quais não chegaram a tempo.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO:
Dr. Leopoldo Peres, presidente.
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:
Dr. Temístocles Pinheiro Gadelha, diretor.
DIRETORIA DO COLÉGIO AMAZONENSE:
Prof. José Rocha de Machado e Silva, diretor.
DIRETORIA DA FAZENDA PÚBLICA:
Dr. Leopoldo Amorim da Silva Neves, diretor.
DIRETORIA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO:
Prof.ª Eunice Serrano Teles de Sousa, diretora.
FÔRÇA POLICIAL:
Tte.-Cel. João Gentil Barbato, comandante.

CEARÁ

SECRETARIA DA AGRICULTURA E OBRAS PÚBLICAS:
Dr. Rui de Almeida Monte, secretário.
SECRETARIA DA FAZENDA:
Dr. José Martins Rodrigues, secretário.
SECRETARIA DO INTERIOR E DA JUSTIÇA:
Dr. Antônio Manuel de Andrade Furtado, secretário.
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA:
Cap. José Barros de Campos Góis, secretário.
DIRETORIA GERAL DA AGRICULTURA:
Eng. agrônomo Renato Braga, diretor.
DIRETORIA GERAL DO INTERIOR E DA JUSTIÇA:
Dr. Manuel Pio de Farias, diretor.
DIRETORIA GERAL DA POLÍCIA:
Dr. Antônio Catunda de Sabóia, diretor.
DIRETORIA GERAL DO TESOURO:
Dr. Mozart Catunda Gondim, diretor.
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO:
Dr. Eduardo Eleri Barreira, diretor.
DEPARTAMENTO DE CENSURA, DIVULGAÇÃO E PROPAGANDA:
Dr. Fran Martins, diretor.
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA:
Dr. Ramir Valente, diretor.
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:
Pe. José Bruno Teixeira, diretor.
DEPARTAMENTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO:
Dr. Paulo Torcápio Ferreira, diretor.
DIRETORIA DA RECEBEDORIA:
Dr. José Eduardo Espínola, diretor.
DIRETORIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Dr. Paulo Torcápio Ferreira, diretor.
DIRETORIA DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Hider Correia Lima, diretor.
IMPRENSA OFICIAL:
Alfeu Faria de Aboim, diretor.
JUNTA COMERCIAL:
José Cândido Cavalcante Filho, presidente.
POLÍCIA MILITAR:
Dr. Manuel Cordeiro Neto, Comte. geral.

ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE:
Dr. Moacir Ubirajara, secretário.
SECRETARIA DA FAZENDA:
Gentil Dessaune de Almeida, secretário.
SECRETARIA DO INTERIOR:
Dr. Celso Calmon Nogueira da Gama, secretário.
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO:
Dr. Américo Coelho, presidente.
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:
Dr. Placidino Passos, diretor.
DEPARTAMENTO GERAL DE AGRICULTURA:
Dr. Enrico I. A. Ruschi, diretor.
DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Jaime dos Santos Neves, diretor.
CHEFATURA DE POLÍCIA:
Dr. Paulo Tarso Veloso, chefe.
DIRETORIA DA CONSTRUÇÃO DO PÔRTO:
Dr. Eumenes Peixoto Guimarães, diretor.
DIRETORIA DA ESTRADA DE FERRO DE ITAPEMIRIM:
Dr. J. A. Neto Souto, diretor.
DIRETORIA DO FOMENTO:
Dr. Napoleão Fontenele da Silveira, diretor.
DIRETORIA DE OBRAS CIVÍS:
Dr. Hermes Carneiro, diretor.
DIRETORIA DOS SERVIÇOS RODOVIÁRIOS NO NORTE DO ESTADO:
Dr. Dido Fontes de Faria Brito, diretor.
DIRETORIA DE TERRAS:
Edgar Ribeiro de Sousa, diretor.
DIRETORIA DE VIAÇÃO:
Dr. Manuel de Passos Barros, diretor.
SUPERINTENDÊNCIA DO PÔRTO DE VITÓRIA:
Dr. José Tarquínio da Silva, superintendente.

GOIAZ

SECRETARIA GERAL DO ESTADO:
Dr. João Teixeira Álvares Jr., secretário.
TRIBUNAL DE APELAÇÃO:
Dr. Dário Délio Cardoso, presidente.
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO:
Dr. Colemar Natal e Silva, procurador geral.
DIRETORIA GERAL DO D.S.P.:
Odorico Costa, diretor.
DIRETORIA GERAL DE EDUCAÇÃO:
Dr. Vasco dos Reis Gonçalves, diretor.
DIRETORIA GERAL DE FAZENDA:
Dr. José Ludovico de Almeida, diretor.
DIRETORIA GERAL DE POLÍCIA E TRÂNSITO:
Dr. Eurico Viana, diretor.
DIRETORIA GERAL DE SAÚDE:
Dr. José Magalhães da Silveira, diretor.
CHEFIA DE POLÍCIA:
Antônio de Queiroz Barreto, chefe.
DEPARTAMENTO GERAL DE CADASTRO:
Dr. Humberto Ludovico de Almeida, diretor.
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA:
Joaquim Câmara Filho, diretor.
DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:
Abel Soares de Castro, diretor.
DIRETORIA DA DIVISÃO DO PESSOAL:
Hildebrando Veloso do Carmo, diretor.
DIRETORIA DA DIVISÃO DO MATERIAL:
Nicanor Brasil Gordo, diretor.

DIRETORIA DA IMPRENSA OFICIAL:
Garibaldi Teixeira, diretor.
DIRETORIA DO ESCRITÓRIO DE VIAÇÃO E TERRAS:
Dr. Solon Édison de Almeida.

MATO GROSSO

SECRETARIA GERAL DO ESTADO:
Dr. João Ponce de Arruda, secretário.
DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA:
Prof. Francisco Ferreira Mendes, diretor.
DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Hélio Ponce de Arruda, diretor.
CHEFIA DE POLÍCIA:
Dr. Alexandre Ador Filho, chefe.
DIRETORIA DA BIBLIOTECA E ARQUIVO PÚBLICO:
Manuel Soares de Campos, diretor.
DIRETORIA DA IMPRENSA OFICIAL:
Dr. Arquimedes Pereira Lima, diretor.
DIRETORIA DA PRODUÇÃO:
Dr. Pedro Pais de Barros, diretor.
DIRETORIA DE TERRAS E OBRAS PÚBLICAS:
Otávio de Vasconcelos Neves, diretor.
DIRETORIA DO TESOURO:
Cel. Antônio Antero Pais de Barros, diretor.
REPARTIÇÃO DE LUZ E ÁGUA:
Dr. Alberto Aloísio Ador, diretor.
FÔRÇA PÚBLICA:
Cel. Máximo Leví, comte. geral.

MINAS GERAIS

SECRETARIA DA AGRICULTURA:
Dr. Alcides Gonçalves de Sousa, secretário.
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Cristiano Monteiro Machado, secretário.
SECRETARIA DAS FINANÇAS:
Francisco Balbino Noronha de Almeida, secretário.
SECRETARIA DO INTERIOR:
Ovídio Xavier de Abreu, secretário.
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Eng. Odilon Dias Pereira, secretário.
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO:
Dr. Ciro Versiani dos Anjos, diretor.
CHEFIA DE POLÍCIA:
Dr. Luiz Martins Soares, chefe.
DIRETORIA DA IMPRENSA OFICIAL:
Dr. Olinto Fonseca Filho, diretor:
DIRETORIA DA RÊDE MINEIRA DE VIAÇÃO:
Eng. Demerval Pimenta, diretor.
DIRETORIA DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. José Alves de Castilho Júnior, diretor.
FÔRÇA PÚBLICA:
Cel. Alvino Alvim de Meneses, comandante.

PARÁ

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:
Prof. Temístocles Santana Marques, diretor.
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS:
Dr. Homero Cunha, diretor.
DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:
Eusébio de Matos Cardoso, solicitador.
DEPARTAMENTO DE SAÚDE:
Dr. Amintor Virgolino Bastos, diretor.
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA:
Dr. Salvador Rangel de Borborema, diretor.
DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS, TERRAS E AGRICULTURA:
Dr. Antônio Ferreira Celso, diretor.
SERVIÇO DE AGRICULTURA:
Dr. José Hermógenes Barras, diretor.
SERVIÇO DE ÁGUAS:
Dr. Artur Seixas, diretor.
SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO:
Dr. Orlando Guilhon, diretor.
SERVIÇO DE CADASTRO RURAL:
Augusto B. de Araújo.
SERVIÇO DE OBRAS:
Antônio Gomes de Meneses, diretor.
SERVIÇO DE TERRAS:
Dr. Bertino Barbosa Lima, diretor.
BIBLIOTECA E ARQUIVO PÚBLICO:
Dr. Osvaldo Viana, diretor.
MATADOURO DO MAGUARÍ:
João B. de Araújo, diretor.
MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI:
Dr. Carlos Estêvão de Oliveira, diretor.
JUNTA COMERCIAL:
Augusto Matos Pereira, presidente.
POLÍCIA MILITAR:
Cap. João Augusto da Costa, comte.

PARAÍBA

SECRETARIA DE AGRICULTURA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Dr. João Henriques da Silva, secretário.
SECRETARIA DA FAZENDA:
Miguel Falcão de Alves, secretário.
SECRETARIA DO INTERIOR E SEGURANÇA PÚBLICA:
Dr. Samuel Vital Duarte, secretário.
TRIBUNAL DE APELAÇÃO:
Dr. Flodoardo da Silveira, presidente.
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO:
Severino Lucena, presidente.
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E RÁDIO-DIFUSÃO:
Dr. Abelardo Jurema, diretor.
DEPARTAMENTO DE MUNICIPALIDADES:
Dr. Cláudio Oscar Soares, diretor.
Interinamente: Eduardo Costa.
DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO:
Dr. José Semeão Leal, diretor.
DIRETORIA GERAL DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Janduí Carneiro, diretor.
Interinamente: Dr. Plínio Espínola.
CHEFATURA DE POLÍCIA:
Dr. Manuel Ribeiro de Morais, chefe.
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO:
Orlando Almeida, diretor.
DIRETORIA DO FOMENTO DA PRODUÇÃO:
Dr. João Henriques da Silva, diretor.
Interinamente: Dr. Evandro Ribeiro.
DIRETORIA DO TESOURO:
Dr. J. de Santos Coelho, diretor.

DIRETORIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Refarim Rodrigues Martinez, diretor.
IMPRENSA OFICIAL — "A União":
Ascendino Leite, diretor.
SERVIÇO DE ARQUIVO PÚBLICO:
Dr. Ernani Batista, chefe.
SERVIÇO DE BIBLIOTECA:
Joaquim Santiago, chefe.
JUNTA COMERCIAL:
João Celso Peixoto de Vasconcelos, presidente.
ESCOLA DE AGRONOMIA DE AREIA:
Dr. J. Moreira de Melo, diretor.
POLÍCIA MILITAR:
Cel. Elias Fernandes, comandante.

PARANÁ

SECRETARIA DA FAZENDA:
Dr. João de Oliveira Franco, secretário.
SECRETARIA DO INTERIOR, JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA:
Capitão Fernando Flores, secretário.
SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS, VIAÇÃO E AGRICULTURA:
Dr. Ângelo Lopes, secretário.
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA:
Eng. Agrônomo Sandoval Ribas, diretor.
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ESGOTOS:
Eng. Odilon Mäder, diretor.
DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE, PROTOCOLO GERAL E CONTADORIA:
Túlio de Sá Pereira, diretor.
DEPARTAMENTO DO INTERIOR E JUSTIÇA:
Dr. Abílio Peixoto, diretor.
DEPARTAMENTO DE OBRAS E VIAÇÃO:
Eng. Osvaldo Lacerda, diretor.
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA:
Dr. Fausto N. Bittencourt, diretor.
DEPARTAMENTO DO SERVIÇO DE TRÂNSITO:
Arí Correia Lima, diretor.
CONSULTORIA JURÍDICA:
Dr. Amauri Ataíde, diretor.
INSTITUTO DE BIOLOGIA:
Dr. Marcos Enriete, diretor.
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO:
Dr. Carlos Mafra Pedroso, diretor.
DIRETORIA DA DESPESA FIXA:
Haiton da Silva Pereira, diretor.
DIRETORIA DA RECEITA:
Leandro Dacheux do Nascimento Filho, diretor.
DIRETORIA DO TESOURO E PAGADORIA:
José Macedo Sobrinho, diretor.
ADMINISTRAÇÃO DO PÔRTO DE PARANAGUÁ:
Eng. Raul Macedo, superintendente.
ALMOXARIFADO GERAL DO ESTADO:
Rosalino Azambuja Fernandes, diretor.
CAIXA DE AMORTIZAÇÃO:
José de Barros Fonseca, diretor.
JUNTA COMERCIAL:
Frederico Faria de Oliveira, secretário.
SERVIÇO MÉDICO-LEGAL:
Dr. Alô T. Guimarães, diretor.

PERNAMBUCO

SECRETARIA DA AGRICULTURA:
Dr. Manuel Rodrigues Filho, secretário.
SECRETARIA DA FAZENDA:
Dr. José Maciel do Rêgo Monteiro, secretário.
SECRETARIA DO INTERIOR:
Dr. Arnóbio Tenório, secretário.
SECRETARIA DE SEGUARNÇA PÚBLICA:
Dr. Etelvino Lins, secretário.
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Dr. Gercino Malagueta Fontes, secretário.
DIRETORIA GERAL DE EDUCAÇÃO CÍVICA:
Cap. Roberto Pessoa, diretor.
DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA ÀS COOPERATIVAS:
Dr. Costa Pôrto, diretor.
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:
D. Maria do Carmo Pinto Ribeiro, diretora.
DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA, PROPAGANDA E TURISMO:
Manuel de Sousa Barros, diretor.
DIRETORIA DA BIBLIOTECA PÚBLICA E MUSEU:
Dr. Olímpio Costa Filho, diretor.
DIRETORA DE HIGIENE DO INTERIOR:
Dr. Lessa de Andrade, diretor.
DIRETORIA DA IMPRENSA OFICIAL:
Dr. Willy Kewin, diretor.
DIRETORIA DA PRODUÇÃO ANIMAL:
Dr. Renato Farias, diretor.
DIRETORIA DA PRODUÇÃO VEGETAL:
Dr. Djalmá Almir Vanderlei, diretor.
DIRETORIA DE REEDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL:
Milton de Pontes, diretor.
DIRETORIA DE SANEAMENTO:
Dr. Francisco de Paula Dias Fernandes, diretor.
DIRETORIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Dr. Maurício de Abreu, diretor.
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR:
Dr. Barros de Lima, diretor.
INSTITUTO DE PESQUISAS AGRONÔMICAS:
Dr. Paulo Parísio, diretor.
FÔRÇA POLICIAL:
Cel. José Arnaldo Vasconcelos.
INSPETORIA DA POLÍCIA MARÍTIMA:
Dr. Renato Medeiros, diretor.

PIAUÍ

SECRETARIA GERAL DO ESTADO:
Dr. João Osório Porfírio da Mota, secretário.
CHEFATURA DE POLÍCIA:
Ten.-Cel. Evilásio Gonçalves Vilanova, chefe.
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA:
Dr. Fernando Pires Leal, diretor.
DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Dr. Manuel Sotero Vaz da Silveira, diretor.
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA:
Dr. Artur Passos, diretor.
DEPARTAMENTO DA FAZENDA:
Sr. Álvaro Sisifo Correia, diretor.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:
Dr. Anísio Martins Maia, diretor.
DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Paulino Pinto de Barros, diretor.
DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Dr. Raimundo de Areia Leão, diretor.
BIBLIOTECA, ARQUIVO PÚBLICO E MUSEU HISTÓRICO:
Dr. Anísio de Brito Melo, diretor.
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR
Dr. Agenor Barbosa de Almeida, diretor.

RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO:
Dr. Rubem de Campos Farrula, secretário.
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE:
Dr. Rui Buarque de Nazaré, secretário.
SECRETARIA DAS FINANÇAS:
Sr. Valfredo Martins, secretário.
SECRETARIA DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA:
Cel. Agenor Barcelos Feio, secretário.
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Major Hélio de Macedo Soares e Silva, secretário.
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA:
Eng. agrônomo Ademar Lopes da Cruz, diretor.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS:
Dr. Francisco Xavier Rosemburgo, diretor.
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE:
Dr. Raul Quaresma de Moura, diretor.
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:
Dr. Rubem Falcão, diretor.
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA:
Eng. civil Luiz de Sousa, diretor.
DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:
Dr. Hermes Gomes da Cunha.
DEPARTAMENTO DE SAÚDE:
Dr. Adelmo de Mendonça, diretor.
DEPARTAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS:
Dr. Antônio Barcelos, diretor.
DIRETORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E INDUSTRIAIS:
Eng. civil Carlos de Albuquerque Correia Gondim, diretor.

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA GERAL DO ESTADO:
Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo, secretário.
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Eng. Agro. Roberto Bezerra Freire, diretor geral.
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:
Prof. Antônio Gomes da Rocha Fagundes, diretor geral.
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA:
Dr. Édilson Varela, diretor geral.
DEPARTAMENTO DA FAZENDA:
Dr. Cleto Ligório Soares da Câmara, diretor geral.
DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:
Dr. Oto de Brito Guerra, diretor geral.
DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Armando Nogueira China, diretor geral.
CHEFIA DE POLÍCIA:
Cel. André Fernandes de Sousa, chefe.
CONTADORIA GERAL DO ESTADO:
Sr. Boanerges Leitão de Almeida, diretor.
REPARTIÇÃO DE SANEAMENTO DE NATAL:
Eng. Floro Dória da Costa, diretor.
SERVIÇO ESTADUAL DO ALGODÃO E CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS EXPORTÁVEIS:
Eng. Agro. Nilo de Albuquerque Melo, diretor.
JUNTA COMERCIAL:
Sr. Felinto Elísio Manso Maciel, presidente.

SANTA CATARINA

SECRETARIA DA FAZENDA:
Dr. Altamiro Guimarães, secretário.
SECRETARIA DE JUSTIÇA, SAÚDE E EDUCAÇÃO:
Dr. Ivo d'Aquino, secretário.
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA:
Cap. Antônio de Mourão Ratton, secretário:
SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E AGRICULTURA:
Dr. Artur Costa Filho, secretário.
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:
Dr. Elpídio Barbosa, diretor.
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA:
Jornalista Gustavo Neves, diretor.
DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:
Dr. Heitor Blum, diretor.
DEPARTAMENTO DE SAÚDE:
Dr. Jocelyn Fraga, diretor.
DIRETORIA DE ESTRADAS DE RODAGEM:
Dr. Anes Gualberto, diretor.
DIRETORIA DE JUSTIÇA E SAÚDE:
Dr. Arí Mafra, diretor.
DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS:
Dr. Udo Deeke, diretor.
BIBLIOTECA PÚBLICA:
Dr. Carlos da Costa Pereira, diretor.
ECONOMIA E ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO:
Dr. Afonso M. da Veiga, diretor.
FOMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL:
Dr. Fausto Luz, diretor.
FÔRÇA POLICIAL:
Ten.-Cel. Cantídio Regis, diretor.
IMPRENSA OFICIAL:
Jornalista João Batista Pereira, diretor.
PRODUÇÃO ANIMAL:
Dr. César Seara, diretor.
TESOURO DO ESTADO:
Major Otávio de Oliveira, diretor.

SERGIPE

SECRETARIA GERAL:
Dr. Francisco Leite Neto, secretário.
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO:
Dr. Álvaro Fontes da Silva, presidente.

DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA:
Dr. Urbano Lima Neto, diretor.
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:
Dr. José Rolemberg Leite, diretor.
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA:
Sr. João Bezerra, diretor.
DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:
Dr. Jorge Oliveira Neto.
DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Mário Magalhães da Silveira, diretor.
CHEFIA DA POLÍCIA:
Dr. Enoque Santiago, chefe.
DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS:
Dr. José Rolemberg Leite, diretor.
BIBLIOTECA PÚBLICA:
Sr. Epifânio Dória, diretor.
CONSULTORIA JURÍDICA:
Dr. Antônio de Carvalho Neto, consultor.
FÔRÇA POLICIAL:
Cap. Bernardino Dantas, comandante.
IMPRENSA OFICIAL:
Sr. Exupério Monteiro, diretor.
TESOURO:
Sr. Sálvio de Oliveira, diretor.

TERRITÓRIO DO ACRE

SECRETARIA:
Dr. Antenor Cavalcante, secretário.
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO:
Sr. João Coelho de Miranda Fonseca, diretor.
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:
Sr. Humberto Soares da Costa, diretor.
DEPARTAMENTO DE OBRAS E VIAÇÃO:
Dr. Paulo de Carvalho Fontes, diretor.
DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO:
Dr. Pimentel Gomes, diretor.
DEPARTAMENTO DE SAÚDE:
Dr. Vágner Brasiliense Eleutério, diretor.
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA:
Dr. Antenor Cavalcante, diretor.

Administração municipal [*]

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Amazonas

BARCELOS — Agrônomo Raimundo Álvaro Macedo.
BARREIRINHA — Almir Rodrigues da Fonseca.
BENJAMIM CONSTANT — Nélson Noronha.
BOA VISTA — Capitão Temístocles Henriques Trigueiro.
BORBA — Agrônomo Oséias Martins.
CANUTAMA — Teófilo Narciso de Mesquita.
COARÍ — Cap. Alexandre Montoril.
CARAUARÍ — Samuel Prudêncio de Sousa Amaral (interino).
CODAJAZ — Antônio Dejard de Mendonça.
FONTE-BOA — Francisco Barnabé Gomes.
HUMAITÁ — Agrônomo Francisco Fiúsa Lima.
ITACOATIARA — Alexandre José Antunes.
ITAPIRANGA — Perseverando da Trindade Garcia.
JOÃO PESSOA — Almeron Caminha Monteiro.
LÁBREA — João Lopes da Silva.
MAUÉS — Raimundo Gomes de Albuquerque.
MANICORÉ — Dr. Homero de Miranda Leão.
MANAUS — Dr. Antovila Mourão Vieira.
MANACAPURÚ — Nuno Alves de Morais Cardoso.
MOURA — Dr. Luiz de Mesquita Batista.
PÔRTO VELHO — Boemundo Álvares Afonso.
PARINTINS — Cap. Pedro Ferreira de Sousa.
BÔCA DO ACRE — Atílio Cândido Neri.
SÃO PAULO DE OLIVENÇA — Alcides Raposo da Câmara.
SÃO GABRIEL — Agrônomo Ris Ricardo França das Neves.
TEFÉ — Cleto Marques Praia.
URUCARÁ — Vicente Correia Lima.
URUCURITUBA — Jáder Colaço Veras.

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Ceará

ACARAÚ — Raimundo Rocha.
AFONSO PENA — Celso de Castro.
AQUIRAZ — Agrício Correia Lima.
ARACATÍ — João Pôrto Caminha — licenciado.
ARACOIABA — Eduardo de Castro e Silva.
ARARIPE — José Loiola de Alencar.
ASSARÉ — Raimundo Claraval Catonho.
AURORA — Raimundo Raul Correia Lima.
BAIXIO — Luiz Bezerra da Silva.
BARBALHA — Dr. Antônio Lírio Callou.
BATURITÉ — Ananias Arruda.
BOA-VIAGEM — José Rangel de Araújo.
BREJO SANTO — José Matias Sampaio.
CACHOEIRA — Antônio Cornélio Pinheiro Landim.
CAMOCIM — João da Silva Ramos.
CAMPO GRANDE — Dr. Antônio de Amorim Zinet.
CAMPOS SALES — José Augusto Sobrinho.
CANINDÉ — Luiz Magalhães Vieira.
CARIRÉ — Raimundo Elísio da Frota Aguiar.
CASCAVEL — Luiz Benício de Sampaio.
CEDRO — Capitão José Ponce Leão.
CRATEÚS — Antônio de Melo Rosa.
CRATO — Alexandre Arrais de Alencar.
FORTALEZA — Dr. Raimundo de Alencar Araripe.
FRADE — Raimundo Adauto Pinheiro.
GRANJA — Francisco Gonzaga de Sousa.
GUARANÍ — Renato Pessoa de Alencar.
IBIAPINA — Vicente Monte Aragão.
ICÓ — Dr. Danilo Prado.
IGUATÚ — Dr. Manuel Carlos de Gouveis.
INDEPENDÊNCIA — Luiz Nogueira Mota.
IPÚ — Dr. Francisco das Chagas Pinto.
IPUEIRAS — Raul Catunda Fontenele.
ITAPIPOCA — Joaquim Rodrigues Teixeira.
JAGUARIBE — Dr. Francisco Diógenes Nogueira.
JARDIM — José Caminha de Anchieta Gondim.
JUAZEIRO — Antônio Pita.
LAVRAS — Dr. Vicente Férrer Augusto Lima.
LIMOEIRO — Custódio Saraiva de Meneses.
MARANGUAPE — João Facundo Barbosa.
MARIA PEREIRA — Anacleto Adolino de Araújo Chaves.
MASSAPÊS — Demervel Carneiro de Vasconcelos.
MAURITÍ — José Luiz de Andrade.
MILAGRES — Raimundo Alves Pereira.

---

* Faltam indicações sôbre as administrações dos Estados de Alagoas, Baía, Maranhão, Rio Grande do Sul e São Paulo, as quais não chegaram a tempo.

MISSÃO VELHA — Raimundo Gonçalves de Lucena.
MORADA NOVA — Eduardo Girão Sobrinho.
NOVA RUSSAS — Antônio Carvalho.
PACATUBA — Francisco das Chagas Albuquerque Sousa.
PACOTÍ — Alarico Ribeiro Guimarães.
PALMA — Antônio Teles Dourado.
PEDRA BRANCA — João Lins de Sousa.
PENTECOSTE — José Ribeiro Guimarães.
PEREIRO — Humberto Queiroz.
QUIXADÁ — José Queiroz Pessoa.
QUIXARÁ — Enoque Rodrigues.
QUIXERAMOBIM — Dr. Pedro Teles de Meneses.
REDENÇÃO — Valdemar César do Nascimento.
RUSSAS — Manuel Matoso Filho.
SABOEIRO — Manuelito Cândido dos Santos.
SANTA CRUZ — Agrípio Soares.
SANTANA — João Adeodato de Vasconcelos.
SANTANÓPOLE — Aprígio Cruz.
SANTA QUITÉRIA — Francisco de Assís Lôbo.
SÃO BENEDITO — Francisco Júlio Felizola.
SÃO FRANCISCO — Manuel Luiz da Rocha.
SÃO GONÇALO — Adelino da Cunha Alcântara.
SÃO MATEUS — Lauro Alves de Oliveira.
SÃO PEDRO — Carlos José de Morais.
SENADOR POMPEU — Dr. Aloísio Mozart Farias.
SOBRAL — Vicente Antenor Ferreira Gomes.
SOURE — Fausto Dario Sales.
TAMBORIL — Vicente Alves do Vale.
TAUÁ — Joel Marques.
TIANGUÁ — Joaquim Florêncio de Sousa.
UBAJARA — José de Oliveira Vasconcelos.
UNIÃO — Adolfo Rocha.
URUBURETAMA — Júlio Costa Ribeiro.
VÁRZEA ALEGRE — Vicente Honório.
VIÇOSA — Antônio Plutarco de Lima.

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Espírito Santo

AFONSO CLÁUDIO — Aderbal Galvão.
ALFREDO CHAVES — Jamil Saad.
ALEGRE — Dr. Messias L. de Oliveira Chaves
ANCHIETA — Agostinho Ferreira dos Santos.
BAIXO GUANDÚ — Álvaro Rodrigues da Mata.
CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM — Dr. Fernando de Abreu.
CACHOEIRO DE SANTA LEOPOLDINA — César Müller.
CARIACICA — Álvaro Gimenez.
CASTELO — Mário Correia Lima.
COLATINA — Major Anísio P. de Sousa.
CONCEIÇÃO DA BARRA — Vandelino de Matos Lima.
DOMINGOS MARTINS — Otaviano Santos.
ESPÍRITO SANTO — Eugênio P. de Queiroz.
FUNDÃO — Dr. César Agostini.
GUARAPARÍ — Edísio da Costa Cirne.
ICONHA — Bel. Sinval Vieira.
ITAGUASSÚ — Antônio Martinho Barbosa.
ITAPEMIRIM — João Rodrigues Soares.
JOÃO PESSOA — Pedro José Vieira.
MUNIZ FREIRE — Dr. Evandro Peres Domingues.
PAU GIGANTE — Aryton Osvaldo Bonesi.
RIO NOVO — José Braz Mendonça.
RIO PARDO — Alfredo Antônio.
SANTA CRUZ — Dr. Antônio Luiz da Costa.
SANTA TERESA — José da Silva Rosa Bonfim.
SÃO JOÃO DO MUQUÍ — Avides Fraga.
SÃO JOSÉ DO CALÇADO — Ataulfo Virgílio Lôbo.
SÃO MATEUS — Oto de Oliveira Neves.
SERRA — Jonas Faria.
SIQUEIRA CAMPOS — Manuel Alves de Siqueira.
VIANA — Luiz Lírio.
VITÓRIA — Dr. Américo Polí Monjardim.

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado de Goiaz

GOIÂNIA — Prof. Venerando de Freitas Borges.
ANÁPOLIS — Dr. Manuel Demóstenes B. Siqueira.
ANICUNS — Almir Turisco de Araújo.
ARRAIAS (Via Palma) — Beatriz Alves Rêgo.
BELA VISTA — Sebastião Lôbo.
BOA VISTA (Via Boa Vista) — Francisco da Silva Queiroz.
BONFIM — Dr. José Chaves.
BURITÍ ALEGRE — Beltrão Martins Ferreira.
CALDAS NOVAS — Luiz José Pereira.
CAMPO FORMOSO — José da Costa Pereira.
CATALÃO — Alberto de Miranda Storni.
CAVALCANTE (Via Formosa) — Cícero Santos Costa.
CORUMBÁ — André Gaudie F. Curado.
CORUMBAÍBA — Dr. Juvenil Amaral.
CRISTALINA — José Leão de Sousa Pereira.
Dianópolis (Via Palma) — Veríssimo Teixeira da Mata.
FORMOSA — Dr. Amaro Juvenal de Almeida.
GOIANDIRA — Ildefonso Teles.
GOIATUBA — Orlando Rodrigues Borges.
GOIAZ — Zaqueu Alves de Castro.
INHUMAS — Dr. José de Aimatéi e Silva.
IPAMERÍ — Dr. Antônio R. Gomes da Frota.
ITABERAÍ — Dr. Filemon Justiniano Ribeiro.
JARAGUÁ — Antônio de Castro Ribeiro.
JATAÍ — Dr. Júlio Cunha.
MINEIROS — Pedro Arantes.
MORRINHOS — Dr. Guilherme Xavier de Almeida.
NATIVIDADE (Via Peixe) — Oscar Muniz.
PALMA (Via Palma) — André Rodrigues de Araújo.
PALMEIRAS — Dr. Floresto Scarpelli.
PARAÚNA — Epifânio José Bezerra.
PEDRO AFONSO (Via Pedro Afonso) — Pedro Tavares dos Reis.
PEIXE (Via Peixe) — Benevenuto de Queiroz.
PILAR — José Pereira Dutra.
PIRENÓPOLIS — José Augusto Curado.
PIRES DO RIO — Dr. Taciano Gomes de Melo.
PLANALTINA — João Carlos de Alarcão.
PONTALINA — Olivero de Mendonça Ribeiro.
PÔRTO NACIONAL (Via P. Nacional) — Osvaldo Aires da Silva.
POSSE (Via Formosa) — Dr. Arquimedes Vieira de Brito.
POUSO ALTO — Dr. Hermínio Alves de Amorim
RIO BONITO — Dr. Plínio Gayer.
RIO VERDE — Célio Borges Leão.
SANTA MARIA DO ARAGUAIA (Via P. Afonso) — Clotário Nogueira.
SANTANA — Osvaldo Leal de Albuquerque.
SANTA LUZIA — Epaminondas Roriz.
SANTA RITA DO PARANAÍBA — Dr. José Gomes de Lira.
SÃO DOMINGOS (Via Palma) — Domingos Jacinto Pinheiro.
SÃO JOSÉ DO TOCANTINS — José Pereira Filho.
SÃO VICENTE (Via Boa Vista) — Deoclécio de Almeida Valente.
SÍTIO D'ABADIA (Via Formosa) — José Iram Guimarães.
TAGUATINGA (Via Palma) — Camilo Godinho.
BALIZA — Alfredo Carlos da Rocha.

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado de Mato Grosso

AQUIDAUANA — Dr. Manuel Bonifácio Nunes da Cunha.
ALTO ARAGUAIA — Cacildo Hugueney.
ALTO MADEIRA — Francisco Gomes Sobrinho.
ARAGUAIANA — Elisário José de Faria.
BELA VISTA — João Antônio José Maria Caporossi.
CAMPO GRANDE — Demóstenes Martins.

CORUMBÁ — Teodomiro Serra.
CUIABÁ — Manuel Miraglia.
CÁCERES — Dr. Luiz Marques Ambrósio.
DOURADOS — Álvaro Brandão.
DIAMANTINO — Caetano Dias da Silva.
ENTRE RIOS — Oclécio de Sousa Barbosa.
GUARAJÁ-MIRIM — Dr. Carlos Rocha Leal.
HERCULÂNEA — Viriato da Cruz Bandeira.
LAJEADO — Clovis Hugueney.
LIVRAMENTO — Emiliano Monteiro da Silva.
MARACAJÚ — João Pedro Fernandes.
MIRANDA — Nagib Ourives.
MATO GROSSO — Manuel Domingues Júnior.
NIOAQUE — Antônio Francisco Xavier.
PARANAÍBA — Vladislau Garcia Gomes.
PONTA PORÃ — Lídio Lima.
PÔRTO MURTINHO — Mário Teixeira Codorniz.
POXORÉU — Luiz Coelho de Campos.
POCONÉ — Dr. Cid Nunes da Cunha.
ROSÁRIO OESTE — Manuel Loureiro.
SANTO ANTÔNIO — Acindino Pinto Duarte.
TRÊS LAGOAS — Rosário Congro.

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado de Minas Gerais

ABAETÉ — Dr. Orlando Fonseca Lobato.
ABRE CAMPOS — Dr. Sertório de Amorim e Silva.
ÁGUAS BELAS — Bel. Josino Abrantes.
AIMORÉS — Dr. Américo Brasil Martins da Costa.
AIURUOCA — Dr. Antônio Guimarães.
ALÉM PARAÍBA — Luiz de Marca.
ALFENAS — Salomão Barroso (em comissão).
ALPINÓPOLIS — Bel. José de Carvalho Faria.
ALTO RIO DOCE — Maurino Dias do Nascimento.
ALVINÓPOLIS — Bel. Manuel de Araújo Pôrto.
ANDRADAS — Farmc. José Teixeira Magalhães.
ANDRELÂNDIA — Dr. José Gustavo Alves.
ANTÔNIO DIAS — Farmc. Valdemir de Castro.
ARAGUARÍ — Dr. José Jeová Santos.
ARARÍ — Mário Roquete.
ARASSUAÍ — Farmc. Franklin Fulgêncio Alves Pereira.
ARAXÁ — Álvaro Cardoso de Meneses.
AREADO — Dr. Joaquim Ribeiro Pereira.
ARCEBURGO — Adolfo de Sousa Caldas.
ARCOS — Dr. João Vaz Sobrinho.
ASTOLFO DUTRA — Olinto Almada.
BAEPENDÍ — Antônio Alves Ferreira.
BAMBUÍ — Farmc. Sinfrônio Tôrres.
BARBACENA — Bel. José Francisco Bias Fortes.
BARRA LONGA — Bel. Benedito Vasconcelos Lanna.
BELO HORIZONTE — Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira.
BELO VALE — Joaquim Rodrigues da Silva.
BETIM — Raul Saraiva Ribeiro (em comissão).
BIAS FORTES — Bel. Carlos Frederico Lacerda de Araújo César.
BICAS — Geraldo Mosqueira Machado (em comissão).
BOA ESPERANÇA — Dr. Joaquim Vilela.
BOCAIUVA — João Procópio de Carvalho.
BOM DESPACHO — Farmc. Flávio Xavier Lopes Cansado Filho.
BOM JARDIM — Américo Ferreira Pena.
BORDA DA MATA — Raul de Andrade Cobra.
BOM SUCESSO — José Vanderlei Lara.
BONFIM — Emílio Curtiss Lima.
BOTELHOS — Dr. César Monerat Lutterbach.
BRASÍLIA — Manuel Gonçalves Passos.
BRAZÓPOLIS — Dr. Ataliba de Morais.
BRUMADINHO — Dr. Mário Albergaria Santos.
BUENO BRANDÃO — Bel. Roberto Iemini F.º.
BUENÓPOLIS — Herculino França (em comissão).
CABO VERDE — Álvaro Brasiliense Fernandes.
CACHOEIRAS — Domiciano Machado Homem.
CAETÉ — José Nunes Melo Júnior.
CAMANDUCAIA — Benedito Silva Santos.
CAMBUÍ — José Francisco Nascimento (em comissão).
CAMBUQUIRA — Dr. José Ribeiro Laje.
CAMPANHA — Dr. Manuel Valadão.
CAMPESTRE — Benedito Jorge (interino).
CAMPINA VERDE — Dr. Nicodemos de Macedo.
CAMPO BELO — Dr. Antônio de Bastos Garcia (interino).
CAMPO FORMOSO — Dr. Vicente Ribeiro do Vale.
CAMPOS GERAIS — Farmc. Jorge de Paula Meinberg.
CANDEIAS — Dr. Zoroastro Marques da Silva.
CAPELINHA — Jacinto José Ribeiro.
CAPETINGA — José do Nascimento Pimenta.
CARANDAÍ — Dr. Abeilard Rodrigues Pereira Filho.
CARANGOLA — Dr. Valdemar Soares — substituto Dr. Valdemar de Oliveira Resende.
CARATINGA — Bel. José Augusto Ferreira Filho.
CARLOS CHAGAS — Álvaro Faria Vieira.
CARMO DA CACHOEIRA — Farmc. Amintas de Oliveira Vilela.
CARMO DA MATA — Joaquim Afonso Rodrigues.
CARMO DO PARANAÍBA — Farmc. Misael Luiz de Carvalho.
CARMO DO RIO CLARO — Dr. Casimiro de Sena Madureira.
CÁSSIA — Dr. Luciano de Melo Batista.
CATAGUASES — Dr. Joaquim Martins da Costa Cruz.
CAXAMBÚ — Bel. Renato Maurício Silva (em comissão).
CLÁUDIO — Farmc. Custódio Costa.
CONCEIÇÃO — Dr. Otaviano Lapertosa Brina.
CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS — Antônio Nassif Mizziara.
CONCEIÇÃO DO RIO VERDE — Pedro Magalhães Carneiro.
CONGONHAS DO CAMPO — Dr. Alberto Teixeira dos Santos F.º.
CONQUISTA — Carício Borges.
CONSELHEIRO LAFAIETE — Dr. Mário Rodrigues Pereira.
CONSELHEIRO PENA — Dr. Sebastião Anastácio de Paula.
CORAÇÃO DE JESÚS — Caetano Gonçalves de Macedo.
CORDISBURGO — Dr. José Maria Gordiano dos Santos.
CORINTO — Altino de Matos Filho.
COROMANDEL — Dr. Ermiro Rodrigues Pereira.
CRISTINA — Bel. José de Resende Ferraz.
CURVELO — Eng.º Viriato Mascarenhas Gonzaga (interino).
DELFIM MOREIRA — Joaquim Honório de Melo.
DELFINÓPOLIS — Manuel Leite Lemos.
DIAMANTINA — Bel. Luiz Kubitschek Figueiredo.
DIVINO — Dr. Júlio Alves de Sousa.
DIVINÓPOLIS — Bel. Antônio Gonçalves de Matos.
DIVISA NOVA — Farmc. Lázaro Magalhães Rabelo.
DOM JOAQUIM — Valdemar Teixeira.
DOM SILVÉRIO — Farmc. Antônio Nunes Pinheiro Sobrinho.
DORES DE CAMPOS — Ildefonso Augusto da Silva.
DORES DO INDAIÁ — Cornélio Caetano da Silva Guimarães.
ELÓI MENDES — João Batista Ximenes.
ERVAL — Dr. Valdir Laperriére.
ESPERA FELIZ — Joaquim Cabral.
ESPINOSA — José Cangussú.
ESTRÊLA DO SUL —
EXTREMA — Farmc. Olinto Soares.
FERROS — Dr. Júlio de Alvarenga Drumond.
FORMIGA — Carlos Camarão.
FORTALEZA — João de Almeida.
FRANCISCO SÁ — Sr. Antônio Tenório.

FRANCISCO SALES — Dr. José Penha Vilela.
FRUTAL — Dr. Sandoval Henrique de Sá.
GIMIRIM — José Bartolomeu de Oliveira.
GLÓRIA — Cel. Teodoro Pereira do Vale.
GOVERNADOR VALADARES — Eng.º Moacir Paleta de Cerqueira Laje (em comissão).
GRÃO MOGOL — Bel. Lauro Pires de Carvalho (Bel. Antônio Tenório — interino).
GUANHÃES — Jovino de Barros.
GUAPÉ — José Cândido dos Passos Maia.
GUARANÉSIA — Dr. Silvio Gonçalves.
GUARANÍ — Oscar Alves Vieira.
GUARARÁ — Bertoldo Garcia Machado.
GUAXUPÉ — Bel. Antônio Costa Monteiro.
GUIA LOPES — Vicente Rafael Picardi.
GUIRICEMA — Luiz Coutinho.
IBIRACÍ — Timóteo Joaquim de Andrade.
IBIÁ — Dr. Getúlio Portela (em comissão).
INDIANÓPOLIS — Dr. Geraldo Cardoso de Miranda.
INHAPIM — Dr. Guilhermino de Oliveira.
IPANEMA — Dr. Cornélio da Silva Araújo.
ITABIRITO — Dr. José Raimundo Soares Silva.
ITAJUBÁ — Alcides Faria.
ITAMBACURÍ — Bel. Ademar Dias Duarte.
ITAMARANDIBA — Jonas Câmara.
ITAMONTE — Dr. Arlindo Carneiro Pinto.
ITANHANDÚ — Dr. Delfim Pinho Filho.
ITAPECERICA — Dr. Flávio de Oliveira Morais.
ITAÚNA — Dr. Lincoln Nogueira Machado.
ITUIUTABA — Bel. Jaime Veloso Meinberg.
JABOTICATUBAS — João B. Santos Viana.
JACUÍ — João Alves de Vasconcelos (interino).
JACUTINGA — Floriano Sareti.
JANUÁRIA — Sisenando de Oliveira Itabaiana.
JEQUERÍ — Dr. Artur Damásio, licenciado — Dr. Amador Ubaldo Ribeiro — (em comissão).
JEQUITINHONHA — Bel. Hildebrando Martins da Silva.
JOÃO PINHEIRO — Antônio Pereira de Andrade.
JOÃO RIBEIRO — Dr. Américo Cirilo (em comissão).
JUIZ DE FORA — Bel. Rafael Cirigliano, substituto. — Dr. Rubens Ferreira Campos.
LAJINHA — Eurico Machado de Oliveira.
LAGOA DA PRATA — Paulo Fernandes Lobato.
LAGOA DOURADA — Ernesto Resende.
LAGOA SANTA — Bel. Antônio Domício Valadares Vasconcelos.
LARANJAL — Leandro Afonso Rodrigues.
LAMBARÍ — Dr. João Lisboa Júnior.
LAVRAS — Dr. Jacinto Escorza.
LEOPOLDINA — Francisco de Andrade Bastos.
LIMA DUARTE — Nominato de Paiva Duque.
LIBERDADE — Dr. Pitágoras Barbosa Lima (em comissço, subst. José Romano Filho).
LUZ — Alexandre S. de Oliveira Du.
MACHADO — João Vieira da Silva.
MALACACHETA — José Abrantes Reis.
MANGA — Domiciano Pastor Filho — substituto Anfrísio Lima.
MANHUASSÚ — Bel. José Feres.
MAR DE ESPANHA — Dr. José Pereira de Araújo.
MANHUMIRIM — Manuel Nunes da Rosa.
MARIANA — Dr. Josafá Macedo — substituto Dr. Celso Arinos Mota.
MARIA DA FÉ — Dr. José Zaroni, substituto.
MARTINHO CAMPOS — Dr. Olavo Alves Pinto.
MATEUS LEME — Miguel Alves de Andrade.
MATIAS BARBOSA — Olívio de Albuquerque Castro.
MATIPÓ — Dr. Orlando de Abreu Costa.
MEDINA — Dr. Max Veloso Machado — substituto Querubim Cirino da Silva Matos.
MERCÊS — Alziro Augusto Mendes.
MESQUITA — Onésimo Soares Camargo.
MINAS NOVAS — Dr. Francisco Badaró Júnior.
MIRAÍ — Dr. Henrique Alves Pereira.
MONTE ALEGRE — Dr. Nicando Parreira — substituto Leonardo Alessandre.
MONTE AZUL — Leví de Sousa e Silva.
MONTE BELO — Francisco Vencesiau dos Anjos.
MONTE CARMELO — Dr. Geraldo de Campos Valadares.
MONTE SANTO — Dr. Pedro Paulino da Costa.
MONTES CLAROS — Dr. Alfeu Gonçalves de Quadros.
MONTE SIÃO — Farmc. Mário Zucato.
MURIAÉ — Bel. Geraldo Starling Soares.
MUTUM — Bel. Artur Eutrópio.
MUZAMBINHO — Dr. José Januário de Magalhães.
NEPOMUCENO — Dr. Rubens Ribeiro.
NOVA ERA — Farmc. Nélson de Lima Bruzzi.
NOVA LIMA — Bel. Manuel Franzen de Lima.
NOVA PONTE — Otávio Veiga.
NOVA RESENDE — Bel. José Gonçalves de Resende.
OLIVEIRA — Bel. Jaime Pinheiro de Almeida.
OURO FINO — Dr. Francisco Bueno Brandão.
OURO PRETO — Dr. Washington de Araújo Dias — Substituto José da Costa Carvalho Filho.
PALMA — José Barbosa do Amaral.
PARACATÚ — Romualdo Ulhoa Tomba.
PARÁ DE MINAS — Francisco Valadares Ribeiro.
PARAGUASSÚ — Dr. Cristiano Otoni do Prado.
PARAISÓPOLIS — Eng.º Joubert Guimarães.
PARAOPEBA — Dr. Guilherme Mascarenhas Dale.
PARREIRAS — Bel. Uriel de Resende Alvim.
PASSA QUATRO — Artur Tibúrcio Ribeiro.
PASSA TEMPO — Bolivar de Andrade.
PASSOS — Dr. Lourenço Ferreira de Andrade.
PATOS — Clarimundo José da Fonseca Sobr.º
PATROCÍNIO — Dr. José Garcia Brandão.
PEÇANHA — Antônio Augusto da Cunha Pereira (em comissão).
PEDRA BRANCA — Dr. Carlos Ribeiro Filho.
PEDRO LEOPOLDO — Dr. Cristiano Otoni Gonçalves Ferreira.
PEQUÍ — Dr. Oscar Barbosa.
PERDIZES — Dr. João Afonso Sobrinho.
PERDÕES — Samuel Alvarenga.
PIRANGA — João Vilela Soares da Fonseca.
PIRAPETINGA — José Ferreira de Sousa.
PIRAPORA — Arnaldo Gonzaga — substituto Cícero Passos.
PITANGUÍ — Dr. Antônio Malheiros Fiúsa.
POÇOS DE CALDAS — Bel. Joaquim Justino Ribeiro — int.º.
PIÚÍ — Farmc. Rodolfo de Freitas Mourão (em comissão).
POMBA — Bel. José Simões de Araújo Campos.
POMPEU — Dr. Ciro de Campos Cordeiro (em comissão).
PONTE NOVA — Bel. Otávio Martins Soares.
PORTEIRINHA — Dr. Altivo de Assís Fonseca.
POTÉ — Dr. Artur Rausch.
POUSO ALEGRE — Dr. José Antônio Vasconcelos Costa.
POUSO ALTO — Farmc. Alonso Starling Filho.
PRADOS — Getúlio Silva.
PRATA — Dr. Astolfo Araújo.
PRESIDENTE OLEGÁRIO — Dr. Abelardo Baeta Neves.
PRESIDENTE VARGAS — Farmc. João de Oliveira Tôrres.
RAUL SOARES — Dr. Durval Otávio Grossi.
RECREIO — Modesto Faria.
RESPLENDOR — Bel. Alexandre de Alencar.
RESENDE COSTA — Dr. José Vilela Costa Pinto.
RIO BRANCO — Dr. Jorge Carone.
RIO CASCA — Dr. João Camilo Teixeira Fontes.
RIO ESPERA — Teófilo Rodrigues de Miranda.
RIO NOVO — Dr. Júlio Carvalho Guilhon de Oliveira.
RIO PARDO — Odílio Tôrres Costa.
RIO PARANAÍBA — Olímpio Franklin de Castro.
RIO PIRACICABA — Farmc. Felício Araújo.

RIO PRETO — Dr. Dolor Gentil de Ramalho Pinto.
RIO VERMELHO — Dr. Paulo Penido.
SABARÁ — Dr. Homero Machado Coelho.
SABINÓPOLIS — Sebastião de Araújo Abreu.
SACRAMENTO — José Ribeiro de Oliveira.
SALINAS — Bel. Aderbal Pacífico Oliveira.
SANTA BÁRBARA — Bel. Hélio Moreira dos Santos.
SANTA CATARINA — Justino Lisboa Carneiro — substituto Pedro Caetano.
SANTA JULIANA — Farmc. José Pinheiro dos Santos.
SANTA LUZIA — Emílio Bernardo Zeymer — substituto Francisco Lucindo Júnior.
SANTA MARIA DO SUASSUÍ — Dr. Lélio Lara.
SANTA QUITÉRIA — Dr. Eusébio Dias Bicalho.
SANTA RITA DO SAPUCAÍ — Frederico de Paula Cunha.
SANTO ANTÔNIO DO AMPARO — Gustavo Martins.
SANTO ANTÔNIO DO MONTE — Dr. Osvaldo Mendonça.
SANTOS DUMONT — Jaques Gabriel Pansardi.
SÃO DOMINGOS DO PRATA — Nélson de Lelis Ferreira.
SÃO FRANCISCO — Oscar Caetano Gomes.
SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ — Dr. José Ibraim de Carvalho.
SÃO JOÃO DEL REI — Dr. Antônio das Chagas Viegas.
SÃO GOTARDO — Bento Ferreira dos Santos.
SÃO JOÃO EVANGELISTA — Dr. Ademar Pimenta Brant.
SÃO JOÃO NEPOMUCENO — Farm. Agenor Henrique Soares — subst. Dr. Geraldo Henriques Cruz.
SÃO LOURENÇO — Dr. José Celso Valadares Pinto.
SÃO MANUEL — Bel. Francisco de Assís Carvalho.
SÃO ROMÃO — Saint-Clair Fernando Valadares.
SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO — João Pio Figueiredo Westin.
SÃO TOMAZ DE AQUINO — Donizete Santana de Figueiredo.
SAPUCAÍ MIRIM — Vitrúvio Marcondes Pereira.
SENADOR FIRMINO — Cícero Tôrres Galindo.
SERRA NEGRA — Dr. Jorge Simão.
SERRANIA — Dr. Plínio do Prado Coutinho.
SÊRRO — Antônio Honário Pires de Oliveira.
SETE LAGOAS — Dr. José Evangelista França.
SILVESTRE FERRAZ — Dr. Altamiro Coli.
SILVIANÓPOLIS — Júlio Correia Beraldo.
SOLEDADE — Bel. Antônio José Eistemann.
TARUMIRIM — Dr. Raimundo Soares Albergaria Filho.
TEIXEIRAS — Dr. Cláudio José Mariano da Rocha.
TEÓFILO OTONI — Dr. Alfredo Sá (interino).
TIRADENTES — Celestino Rodrigues de Melo.
TIROS — Hélio de Resende Faria Alvim (em comissão).
TOMBOS — Francisco Inácio de Borba.
TRÊS CORAÇÕES — Farmc. Francisco Franqueira.
TRÊS PONTAS — Francisco Ximenes de Oliveira.
TUPACIGUARA — Manuel Ferreira Pontes.
UBÁ — Bel. Levindo Ozanam Coelho.
UBERABA — Bel. Wady José Nassif.
UBERLÂNDIA — Bel. Vasco Gifoni.
VARGINHA — Dr. Manuel Rodrigues de Sousa.
VERÍSSIMO — Rufino Camargo Filho.
VIÇOSA — Bel. João Braz da Costa Val.
VIGIA — Dr. Acúrcio Lucena Pereira.
VIRGÍNIA — Raul da Costa Pinto.
VIRGINÓPOLIS — Francisco Coelho Sobrinho.
VOLTA GRANDE — Bernardino Rocha — substituto Vanir Lima.

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Pará

ABAETÉ — Aristides dos Reis e Silva.
ACARÁ — Anastácio Carlos Sampaio.
AFUÁ — João Lins Guedes Pereira.
ALENQUER — Amadeu Burlamaqui Simões.
ALMEIRIM — Joaquim Barreto de Almeida.
ALTAMIRA — Dr. José Porfírio de M. Neto.
AMAPÁ — Dr. Jurací Barriga Aimoré.
ANAJAZ — Mário Castelo Branco Xavier.
BAIÃO — Tranquilo Agostinho de Brito.
BELÉM — Prof. Abelardo Leão Condurú.
BRAGANÇA — Augusto Correia.
BREVES — Américo Carneiro Brasil.
CACHOEIRA — Luciano Pereira Gomes.
CAMETÁ — Nélson da Silva Parijós.
CAPANEMA — Jorge Travassos da Rosa.
CASTANHAL — Maximino Porpino da Silva.
CHAVES — Arlindo do Amaral Cacela.
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA — Balbino Maranhão.
CURRALINHO — José Chaves de Moura.
CURUÇÁ — Cantídio Alves Guimarães.
FARO — Marcos Bentes de Carvalho.
GURUPÁ — Jacó Marcos de Aben-athar.
IGARAPÉ-ASSÚ — Germano João de Melo.
IGARAPÉ-MIRÍ — Antônio Augusto de Mesquita.
IRITUIA — Júlio de Oliveira.
ITAITUBA — Artur Carneiro Mendes.
JURUTÍ — Américo Pereira Lima.
MACAPÁ — João Ferreira Sá.
MARABÁ — José Oscar de Mendonça Virgolino.
MARACANÃ — Ferrúcio Godofredo Pimentel.
MARAPANIM — José de Sousa Magalhães Jr.
MAZAGÃO — Francisco Domingos de Oliveira.
MOCAJUBA — Manuel de Melo Pompeu.
MOJÚ — Manuel Salomão Cardoso.
MONTE ALEGRE — Dr. Edward Catete Pinheiro.
MUANÁ — Antônio da Costa Azevedo.
ÓBIDOS — Ildefonso Almeida.
OEIRAS — Júlio Monteiro Guedes.
ORIXIMINÁ — Helvécio Imbiriba Guerreiro.
OURÉM — Raimundo Orlando Guilhon.
PONTA DE PEDRAS — Volfando Fontes da Silva.
PORTEL — Raimundo Ferreira Guedes.
PÔRTO DE MÓZ — Dr. Michel Melo e Silva.
PRAINHA — Antônio de Queiroz Teixeira.
SALINAS — Francisco Rodrigues de Assís.
SANTA ISABEL — Dr. Carlos Miguel Damous.
SANTARÉM — Mário de Freitas Guimarães.
SÃO CAETANO DE ODIVELAS — Inácio de Oliveira Santos.
SÃO DOMINGOS DO CAPIM — Raimundo Magno Camarão.
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ — Licurgo de Freitas Peixoto.
SOURE — Dr. Francisco de Castro Ribeiro.
VIGIA — Manuel de Sousa Leal.
VISEU — Demétrio Lauro Juvenal Tavares.

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado da Paraíba

ALAGOA GRANDE — Telésforo Onofre.
ANTENOR NAVARRO — Antônio Espínola Pessoa.
ARARUNA — Dr. Hermano Sá Neto.
AREIA — Dr. Antônio Farias.
BANANEIRAS — Antônio Miranda.
BONITO — José Morais.
BREJO DO CRUZ — Capitão Severino Lira.
CABACEIRAS — Severino Pereira Castro.
CAIÇARA — Alfredo José da Costa.
CAJAZEIRAS — Juvêncio Carneiro.
CAMPINA GRANDE — Vergniaud Vanderlei.
CATOLÉ DO ROCHA — Aristeu Formiga.
CONCEIÇÃO — Dr. João Loureiro.
CUITÉ — Estácio Tavares.
ESPERANÇA — Severino Costa
ESPÍRITO SANTO — Dr. Vileneuve Honório Maia.
GUARABIRA — Sebastião Duarte.
INGÁ — Francisco Lucas Rangel.
ITABAIANA — José Augusto Pinto Ribeiro.
JATOBÁ — Antônio Andrade Neto.
JOÃO PESSOA — Francisco Cícero Melo Filho.
JUAZEIRO — Clovis Nóbrega.
LARANJEIRAS — Arlindo Colaço.
MAMANGUAPE — Dr. José Fernandes.
MONTEIRO — Alcindo Meneses.
PATOS — Pedro Tôrres.
PIANCÓ — Antônio Montenegro.
PICUÍ — Cel. José Maurício da Costa.
PILAR — Severino Bezerra.
POMBAL — José Gregório Medeiros.
PRINCESA ISABEL — Dr. Armando Caminha.
SANTA LUZIA — Dr. Ercílio Rodrigues.
SANTA RITA — Diógenes Chianca.
SÃO JOÃO DO CARIRÍ — Tertuliano de Brito.
SAPÉ — Osvaldo Pessoa.
SERRARIA — Valdemar Leite.
SOUSA — Eronides Ramos.
TAPEROÁ — Capitão Irineu Rangel.
TEIXEIRA — Delfino Costa.
UMBUZEIRO — Dr. Joaquim Montenegro.

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Paraná

ANTONINA — Cap. Custódio Rapôso Neto.
ARAUCÁRIA — Agr. Rubens Dória de Oliveira.
BANDEIRANTES — Bel. Domingos Macedo S. Pereira.
BOCAIUVA — Bel. Anísio Luz.
CAMPO LARGO — Bel. Murilo Camargo.
CARLÓPOLIS — Bel. Júlio Rocha Xavier.
CASTRO — Vespasiano Carneiro de Melo.
CÊRRO AZUL — Prof. Oscar Bassetti.
CLEVELÂNDIA — Antônio Patituci.
CORNÉLIO PROCÓPIO — Bel. Francisco Ferreira Pimpão.
CURITIBA — Eng. Rosaldo Gomes de Melo Leitão.
FOZ DO IGUASSÚ — Major Artur Borges Maciel.
GUARAPUAVA — Henrique Santos.
IMBITUVA — Lauro Santos Correia.
IPIRANGA — Agr. Sílvio Silvestre Staffi.
IRATÍ — Tte. Manuel Alves do Amaral.
JACARÉZINHO — Agr. João Aguiar.
JAGUARIAÍVA — Cap. Aderbal Fortes de Sá.
JOAQUIM TÁVORA — Dr. Alfredo Gabriel.
LAPA — Bel. Peregrino Dias Rosa Filho.
LONDRINA — Major Miguel Balbino Blasi.
MALÉ — Agr. Osvaldo Lombardi Dias.
MORRETES — Aguilar de Morais.
PALMAS — Rutílio Ribas.
PALMEIRA — João Guedes.
PARANAGUÁ — Paulo Cunha Franco.
PIRAÍ — Bernardo Barbosa Miléu.
PIRAQUARA — Vet. Válter Costa Lopes.
PONTA GROSSA — Albarí Guimarães.
PRUDENTÓPOLIS — Dr. Geraldo Ribeiro de Carvalho.
REBOUÇAS — Altair Bittencourt.
RESERVA — Tte. Lázaro Nini de Campos.
RIBEIRÃO CLARO — Eunino Correia de Oliveira.
RIO AZUL — Vicente Bufrem.
RIO NEGRO — Raul de Almeida.
SANTO ANTÔNIO DA PLATINA — Tapir Lopes.
SÃO JERÔNIMO — Heitor Lôbo.
SÃO JOÃO DO TRIUNFO — Anfrísio F. de Siqueira.
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS — Francisco Querino dos Santos.
SÃO MATEUS — Eng. Domingos Cunha Maciel.
SENGÉS — Jesué Jorge.
SERTANÓPOLIS — Bel. Vespertino Fereira Pimpão.
SIQUEIRA CAMPOS — Armindo Saldanha.
TEIXEIRA SOARES — Tte. Luiz dos Santos.
TIBAGÍ — Guataçara Borba Carneiro.
TOMAZINA — Ranulfo Moura.
UNIÃO DA VITÓRIA — Ivaí Martins.
VENCESLAU BRAZ — Agr. Mário Bastos. querque.

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado de Pernambuco

AFOGADOS DE INGAZEIRA — Sebastião de Siqueira Bitú (Secretário, Resp. pelo Exped.).
ÁGUA PRETA — Cap. Francisco Flávio Ibraim de Lira.
ÁGUAS BELAS — Jacó Rodrigues de Melo.
ALAGOA DE BAIXO — Bel. Reginaldo Fernandes Martins.
ALIANÇA — Lourival da Silva Marques.
ALTINHO — Rubens Lemos Barbosa da Silva.
AMARAGÍ — Dr. Plínio Alves de Araújo.
ANGELIM — Francisco da Costa Lima.
BARREIROS — João Coimbra Neto.
BEBEDOURO — João Guilherme de Azevedo Lira.
BELÉM — Jáder de Alemão Cisneiros.
BELMONTE — Afonso Alves de Carvalho.
BELO JARDIM — Artur Pais.
BEZERROS — Romeu Cavalcante de Góis.
BOA VISTA — Florêncio de Barros Filho.
BODOCÓ — Otacílio Rodrigues do Nascimento.
BOM CONSELHO — Major José Pedro da Silva.
BOM JARDIM — Manuel Gonçalves Souto Maior.
BONITO — Major Alfredo d'Agostini.
BUIQUE — José Nunes Vanderlei.
CABO — Dr. Manuel Clementino Cavalcante de Albuquerque.
CABROBÓ — Pedro de Barros Vanderlei Ramos.
CANHOTINHO — Coronel João Nunes.
CARPINA — Major Carlos Afonso de Melo.
CARUARÚ — Manuel Afonso Pôrto Filho.
CATENDE — Bel. Melquíades de Albuquerque Montenegro.
CORRENTES — Major Davino Ribeiro de Sena.
CUSTÓDIA — Ernesto de Queiroz.
ESCADA — Álvaro Xavier Sampaio.
EXÚ — Jerônimo de Sousa Neto.
FLORES — Benedito de Sousa Dantas.
FLORESTA — José Ribeiro Lins.
GAMELEIRA — Manuel Albuquerque Araújo.
GARANHUNS — Dr. Celso Galvão.

GLÓRIA DE GOITÁ — Júlio Carneiro da Silva.
GOIANA — Manuel Simões de Gouveia (Secretário, Resp. pelo Expediente).
GRAVATÁ — Gustavo Veloso Borba.
IGARASSÚ — Tenente Coronel Martiniano de Barros Correia.
IPOJUCA — Pedro de Sousa Leão.
ITAPARICA — Dr. Abílio Lima Costa.
JABOATÃO — Bel. Carlos Barbosa da Paz Portela.
JOÃO ALFREDO — Severino Adrião Gomes da Silva.
JUREMA — João Alves Pereira.
LAGOA DOS GATOS — José Geraldo de Carvalho.
LEOPOLDINA — Mílton Caldas de Meneses.
LIMOEIRO — Dr. José Donino da Costa Lima.
MACAPÁ — Vicente Ferreira de Andrade Cavalcante.
MADRE DE DEUS — Dirceu Valença de Oliveira.
MARAIAL — Péricles Bezerra de Almeida.
MORENO — Henrique Barbosa da Paz Portela.
MOXOTÓ — José Mariano da Nóbrega.
NAZARÉ — Major Severino Mendes de Araújo Pereira.
OLINDA — Bel. Valfrido Patrício Advíncula.
OURICURÍ — José de Oliveira Pessoa.
PALMARES — Pedro Afonso de Medeiros.
PANELAS — José Rufino de Melo e Silva.
PAUDALHO — Dr. João Alves da Luz.
PAULISTA — Cap. José Primo de Oliveira.
PEDRA — Américo Luiz Soares.
PESQUEIRA — Bel. João de Arruda Marinho dos Santos.
PETROLINA — Dr. Pacífico da Luz.
QUEIMADAS — Lupércio Borba Pereira Lima.
QUIPAPÁ — Manuel Gadelha Ribeiro.
RECIFE — Dr. Antônio Novais Filho.
RIBEIRÃO — Mário José de Carvalho.
RIO BRANCO — Tenente Olímpio Marques de Oliveira.
RIO FORMOSO — Amaro Tavares de Albuquerque.
SALGUEIRO — Luiz Soares Diniz.
SÃO BENTO — Antônio Félix da Silva.
SÃO CAETANO — Severiano Ramos.
SÃO GONÇALO — Dr. José Araújo Lima.
SÃO JOAQUIM — Pedro Sérgio de Meneses.
SÃO JOSÉ DO EGITO — Tenente Raimundo Virgolino Urtiga.
SÃO LOURENÇO — Anacleto Alves da Silva.
SERRA TALHADA — José Bené de Carvalho.
SERRINHA — Francisco Filgueira Sampaio.
SERINHAEM — Oscar Cardoso da Fonte.
SURUBIM — Nélson Barbosa.
TAMBÉ — Bel. Simplício Tavares de Melo.
TAQUARETINGA — Severino Cordeiro de Arruda.
TIMBAÚBA — Álvaro Xavier de Morais Coutinho.
TRIUNFO — Luiz Maia.
VERTENTES — Pedro Alcides de Figueiredo Lima.
VICÊNCIA — Geminiano da Cunha Pedrosa.
VITÓRIA — José Aragão Bezerra Cavalcante.

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Piauí

ALTO LONGÁ — Isaac Vilanova e Silva.
ALTOS — Lourenço Saraiva Barbosa.
AMARANTE — Enoque Cícero e Silva.
APARECIDA — Antenor Alves Pereira da Rocha.
BARRAS — José Fortes.
BATALHA — Clovis Melo.
BELÉM — Joaquim Barbosa de Almeida.
BOA ESPERANÇA — Antônio Diniz Chaves.
BOM JESUS — Dario Martins de Araújo Costa.
BURITÍ DOS LOPES — Dácio Almeida.
CAMPO MAIOR — Nei Baumann.
CANTO DO BURITÍ — José Vicente de Moura.
CASTELO — José Cardoso de Sá.
CORRENTE — Dr. Augusto Nogueira Paranaguá.
FLORIANO — Dr. Osvaldo da Costa e Silva.
GILBUÉS — Alcides Mendes da Rocha.
JAICÓS — Frutuoso Jusselino da Silveira.
JERUMENHA — Sebastião Martins de Carvalho.
JOÃO PESSOA — Joaquim Gonçalves Cordeiro.
JOSÉ DE FRUTA — Antônio da Costa Carvalho.
LUIZ CORREIA — Manuel Galvão.
MIGUEL ALVES — Joaquim Dias de Santana.
OEIRAS — Orlando Barbosa de Carvalho.
PARANAGUÁ — Júlio Borges de Macedo.
PARNAÍBA — Dr. Mirocles Campos Veras.
PATROCÍNIO — Helí Bezerra.
PAULISTA — Raimundo Coelho Damasceno.
PEDRO II — Tertuliano Milton Brandão.
PERIPERÍ — Nélson Coelho de Resende.
PICOS — Adalberto de Moura Santos.
PIRACURUCA — Antônio José de Sousa.
PÔRTO ALEGRE — João Francisco de Carvalho.
PÔRTO SEGURO — Raimundo Augusto da Rocha.
REGENERAÇÃO — Francisco de Paula Teixeira Nunes.
RIBEIRO GONÇALVES — Leôncio Dias de Medeiros.
SANTA FILOMENA — Enéias Maia.
SÃO BENEDITO — Gonçalo Benício.
SÃO JOÃO DO PIAUÍ — Raimundo Pereira de Sousa.
SÃO MIGUEL DO TAPUIO — Manuel Evaristo de Paiva.
SÃO PEDRO — João Claro de Sousa.
SÃO RAIMUNDO NONATO — Francisco Antônio da Silva.
SIMPLÍCIO MENDES — José Severiano da Costa Andrade.
SOCORRO — Dr. Clovis Lopes.
TERESINA — Dr. Lindolfo Rêgo Monteiro.
UNIÃO — Felinto do Rêgo Monteiro.
URUSSUÍ — Cicero Coelho.
VALENÇA — Janime Martins Nogueira.

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Rio de Janeiro

ANGRA DOS REIS — Dr. Moacir de Paula Lôbo.
ARARUAMA — Antônio Joaquim Alves Branco.
BARRA DO PIRAÍ — Dr. Paulo da Silva Fernandes.
BARRA MANSA — Dr. Joaquim de Almeida Matos.
BOM JARDIM — Celso Peçanha.
BOM JESÚS DO ITABAPOANA — José de Oliveira Borges.
CABO FRIO — Adolfo Berenger Júnior.
CACHOEIRAS — Mozart Janot.
CAMBUCÍ — Dr. José Batista dos Santos.
CAMPOS — Dr. Saio Brand.
CANTAGALO — Dr. Paulo Barreira de Faria.
CARIVARÍ — Antônio Borges Alfradique.
CARMO — Luiz de Moura Pinheiro.
CASIMIRO DE ABREU — Dr. Valdemar Pimentel Maia Bittencourt.
DUAS BARRAS — Manuel Butterbach Nunes.
ENTRE RIOS — Dr. Valter Gomes Franklin.
ITABORAÍ — Dr. Celso Rocha Nogueira da Silva.
ITAGUAÍ — Vicente Cicarino.
ITAOCARA — Dr. Carlos Moacir de Faria Souto.
ITAPERUNA — Dr. Raul Travassos da Rosa.
MACAÉ — Dr. Télio Barreto.
MAGÉ — Valdemar de Assis Ribeiro.
MANGARATIBA — José Alves de Sousa e Silva.

MARICÁ — Dr. Orlando de Barros Pimentel.
MIRACEMA — Altivo Mendes Linhares.
NITERÓI — Dr. Francisco de Almeida Brandão Júnior.
NOVA FRIBURGO — Dante Laginestra.
NOVA IGUASSÚ — Dr. Ricardo Luiz Xavier da Silveira.
PARAÍBA DO SUL — José Gonçalves Pinto de Resende.
PARATÍ — Marshall Tôrres de Lacerda.
PETRÓPOLIS — Dr. Márcio de Melo Franco Alves.
PIRAÍ — Otávio Teixeira Campos.
RESENDE — Dr. Otacílio de Freitas Assunção.
RIO BONITO — Dr. Ataliba Saragoça Santos.
RIO CLARO — Dr. Oscar Bulcão Viana.
SANTA MARIA MADALENA — Astolfo Erves de Castro.
SANTA TERESA — Mário Augusto Rodrigues.
SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA — Otávio Denys Filho.
SÃO FIDELIS — Dr. Eugênio Osório de Cerqueira.
SÃO GONÇALO — Dr. Nélson Correia Monteiro.
SÃO JOÃO DA BARRA — Mauro Luiz dos Santos.
SÃO PEDRO D'ALDEIA — Manuel Pereira Nunes.
SÃO SEBASTIÃO DO ALTO — José Lengruber.
SAPUCAIA — Paulino Fernandes da Silva.
SAQUAREMA — Segisfredo Rodrigues Bravo.
SUMIDOURO — Dr. Antônio Tôrres de Lima Júnior.
TRAJANO DE MORAIS — Dr. Augusto Lengruber.
TERESÓPOLIS — Dr. Lauro Antunes Pais de Andrade.
VALENÇA — Dr. Osvaldo da Cunha Fonseca.
VASSOURAS — José Henrique Saião Alves Branco.

Relação nominal dos prefeitos municipais do Rio Grande do Norte

AÇARÍ — Ângelo Pessoa Bezerra.
ALEXANDRIA — Manuel Emídio de Sousa.
ANGICOS — Baltasar da Costa Pereira.
APODÍ — Origenes Monte.
AREIA BRANCA — Francisco Ferreira de Araújo.
ARÊS — Major Napoleão de Carvalho Agra.
ASSÚ — Manuel Pessoa Montenegro.
AUGUSTO SEVERO — Luiz de França Tito Jácome.
BAIXA VERDE — Cap. Severino Elias Pereira.
CAICÓ — Inácio de Medeiros Dias.
CANGUARETAMA — Otávio de Araújo Lima.
CARAÚBAS — Aproniano Martins de Sá.
CEARÁ MIRIM — Tte. Cel. Jacinto Tavares Ferreira.
CURRAIS NOVOS — Dr. José Bezerra de Araújo.
FLORES — Antônio Pereira de Meneses.
GOIANINHA — Jerônimo Cabral Pereira Fagundes.
JARDIM DO SERIDÓ — Pedro Isidro de Medeiros.
JUCURUTÚ — Francisco Baldomero Chacon.
LAJES — Francisco de Oliveira Cabral.
LUIZ GOMES — João Germano da Silveira.
MACAÍBA — Major Genésio Lopes da Silva.
MACAU — João Fernandes de Melo.
MARTINS — Antônio Marcelino de Sousa Martins.
MOSSORÓ — Pe. Luiz Mota.
NATAL — Dr. Joaquim Inácio de Carvalho F.º.
NOVA CRUZ — Mário Manso.
PAPARÍ — 1.º Tte. José Evangelista da Silva.
PARELHAS — Florêncio Luciano.
PAU DOS FERROS — Francisco Fernandes Sena.
PEDRO VELHO — Manuel Gadelha de Freitas.
PORTALEGRE — Manuel de Freitas Nobre.
SANTA CRUZ — Odorico Ferreira de Sousa.
SANTANA DO MATOS — Asclepíades Fernandes.
SANTO ANTÔNIO — Lindolfo Gomes Vidal.
SÃO GONÇALO — Major José Vitoriano de Medeiros.
SÃO JOSÉ DE MIPIBÚ — Áureo Tavares de Araújo.
SÃO MIGUEL — 1.º Ten. Adauto Rodrigues da Cunha.
SÃO TOMÉ — Francisco Sérgio de Paiva.
TAIPÚ — Rosendo Leite da Fonseca.
SERRA NEGRA — Descartes Mariz.
TOUROS — Manuel Heródoto de Miranda.

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado de Santa Catarina

ARARANGUÁ — Ten. Rui Stockler de Sousa.
BIGUASSÚ — Alfredo Álvares da Silva.
BLUMENAU — Dr. Afonso Rabe.
BOM RETIRO — Arno Oscar Meyer.
BRUSQUE — Germano Schaefer.
CAÇADOR — Manuel Siqueira Belo.
CAMBORIÚ — Ten. Mário Fernandes Guedes.
CAMPO ALEGRE — Bento de Amorim.
CAMPOS NOVOS — Gasparino Zorzi.
CANOINHAS — Alinor Vieira Côrte.
CONCÓRDIA — Dogollo Goss.
CRESCIUMA — Elias Angeloni.
CRUZEIRO — Newton da Luz Macuco.
CURITIBANOS — Salomão Carneiro de Almeida.
FLORIANÓPOLIS — Dr. Rogério Vieira.
GASPAR — Leopoldo Schramm.
HAMÔNIA — Rodolfo Koffke.
IMARUÍ — Pedro Bittencourt.
INDAIAL — João Maria de Araújo.
ITAJAÍ — Francisco de Almeida.
ITAIÓPOLIS — João Francisco de Assís.
JAGUARUNA — Luiz Schmitz.
JARAGUÁ — Ten. Leônidas Cabral Herbster.
JOINVILLE — Arnaldo Moreira Douat.
LAJES — Vidal Ramos Júnior.
LAGUNA — Giocondo Tasso.
MAFRA — Pedro Kuss.
NOVA TRENTO — Irineu Busnardo.
ORLEANS — José Antunes Matos.
PALHOÇA — Juliano Luchi.
PARATÍ — Itamar Cordeiro.
PÔRTO BELO — Heronido Conceição.
PÔRTO UNIÃO — Helmuth Müller.
RIO DO SUL — Roberto Machado.
RODEIO — Sílvio Scooz.
SÃO BENTO — Joaquim de Sales.
SÃO FRANCISCO — Flodoardo Nóbrega.
SÃO JOAQUIM — Ercílio Vieira Amaral.
SÃO JOSÉ — Pedro Mayvorne.
TIJUCAS — Valério Teodoro Gomes.
TIMBÓ — Teodolindo Pereira.
TUBARÃO — Marcolino Cabral.
URUSSANGA — Zeferino Burigo.
XAPECÓ — Lucínio Córdova.

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado de Sergipe

ANÁPOLIS — Dr. Marco Ferreira.
AQUIDABÃ — Aldon Figueiredo.
ARACAJÚ — José Vieira Garcês.
ARAUÁ — Antônio Francisco do Nascimento.

BUQUIM — Domingos Bispo Ribeiro.
CAMPO DO BRITO — José de Oliva Freire.
CAMPOS — José Joviniano dos Santos.
CANOBA — João Alves de Resende.
CAPELA — Dr. Edélsio Vieira de Melo.
CARMO — José de Aguiar Lemos.
CEDRO — Miguel Seixas.
CRISTINA — Lourival Alves Costa.
DIVINA PASTORA — Carlos Vieira de Melo.
ESPÍRITO SANTO — Vilobaldo Araújo Góis.
ESTÂNCIA — Dr. Arquibaldo Ribeiro da Silveira.
GARARÚ — Nélson Resende Albuquerque.
ITABAIANA — Manuel Francisco Teles.
ITABAIANINHA — Émerson Batista de Sousa.
ITAPORANGA — Dr. Alberto de Oliveira Freire.
JABOATÃO — Antônio Sá Travassos.
JAPARATUBA — José de Matos Teles.
LAGARTO — Manuel Emílio.
LARANJEIRAS — Dr. Francisco Alberto B. Azevedo.
MARUIM — Dr. Gonçalo Prado Rolemberg.
MURIBECA — Manuel Gomes de Sá.
NEÓPOLIS — Eng. Mário Gonçalves.
NOSSA SENHORA DA GLÓRIA — Ulisses Alves de Oliveira.
NOSSA SENHORA DAS DORES — José Barreto de Sousa.
PÔRTO DA FÔLHA — Joaquim Gomes de Almeida.
PROPRIÁ — Martinho Dias Guimarães.
RIACHÃO — Horácio Dantas Góis.
RIACHUELO — Tasso Sobral Garcês.
RIBEIRÓPOLIS — Francisco Sobral.
ROSÁRIO — Otacílio Vieira de Melo.
SALGADO — José Barreto Góis.
SANTA LUZIA — Adelson Silveira Lima.
SANTO AMARO — Alon de Matos Teles.
SÃO CRISTÓVÃO — José Pereira Dantas.
SÃO FRANCISCO — José Machado Tojal.
SÃO PAULO — Maurício Etinger.
SIRIRÍ — Aurélio de Meneses Barreto.
SOCORRO — José de Melo Meneses.

Relação nominal dos prefeitos municipais do Território do Acre

BRASÍLIA — Francisco Custódio Freire, eng. agrônomo.
CRUZEIRO DO SUL — Farmacêutico Mário Lobão.
FEIJÓ — Sr. Raimundo Augusto de Araújo.
RIO BRANCO — Major Manuel Fontenele de Castro.
SEABRA — Manuel Vieira da Cunha.
SENA MADUREIRA — João Câncio Fernandes.
XAPURÍ — Agr. Francisco Coelho Filho.

★

Se lhe interessa adquirir as publicações do Conselho Nacional de Geografia, escreva à sua Secretaria — Praça Getúlio Vargas, 14, Edifício Fco. Serrador, 5.º andar — Rio de Janeiro, D. F., que o atenderá pronta e satisfatòriamente.

Nominata geral das instituïções e certames culturais

Instituïções

De âmbito nacional

Distrito Federal

Academia Brasileira de Ciências, Sede — Escola de Engenharia. Largo de São Francisco. Presidente: Dr. Artur Moses. Publica os "Anais da Academia Brasileira de Ciências".

Associação Brasileira de Educação. Sede — Avenida Rio Branco, n.º 91. Conselho Diretor: Professor Francisco Venâncio Filho, D.ª Branca Fialho, Srs. José Augusto Bezerra de Medeiros e Mário Paulo de Brito. Publica a "Revista de Educação", e patrocina anualmente cursos de férias e o Congresso Nacional de Educação.

Associação Brasileira de Normas Técnicas. Sede — Avenida Pôrto Alegre, n.º 64. Caixa Postal, n.º 1 680. Presidente: Eng.º Paulo Sá.

Automóvel Clube do Brasil. Sede — Rua do Passeio, n.º 90. Presidente: Eng.º Jaime de Castro Barbosa. Publica a revista "A. C. B." e patrocina o Congresso Nacional de Estradas de Rodagem.

Centro de Estudos Arqueológicos. Sede — Rua Chile, n.º 21.

Centro de Estudos Econômicos. Sede — Avenida Presidente Wilson. Presidente: Dr. Luiz Vergara. Tem publicado vários livros sôbre a economia brasileira.

Centro de Estudos Municipais. Sede — Federação Brasileira de Engenheiros. Presidente: Dr. Salo Brand.

Centro Excursionista Brasileiro. Sede — Rua Álvaro Alvim, n.º 24. Presidente: Dr. Raul Pontual. Publica um "boletim".

Círculo de Técnicos Militares. Sede — Rua da Assembléia, n.º 104. Presidente: Tte. Cel. Delso Mendes da Fonseca. Publica o "Boletim do Círculo de Técnicos Militares".

Clube de Engenharia. Sede— Avenida Rio Branco, n.º 124. Presidente: Eng.º J. G. Marques Pôrto. Publica a "Revista do Clube de Engenharia" e executou a "Carta Geral do Brasil" ao milionésimo, por ocasião do Centenário da Independência do Brasil, em 1922.

Clube Naval. Sede — Avenida Almirante Barroso, n.º 180. Presidente: Capitão de Mar e Guerra Sílvio de Noronha. Publica um "boletim".

Federação Brasileira de Engenheiros. Promove a realização dos Congressos Brasileiros de Engenheiros.

Instituto Brasileiro de Cultura. Sede — Edifício do Liceu Português. Rua Senador Dantas. Presidente: General Sousa Doca.

Instituto Brasileiro de História da Arte. Sede — Museu de Belas Artes. Avenida Rio Branco. Presidente: Prof. Osvaldo Teixeira.

Instituto Brasileiro de Mineração e Metalurgia — Sede — Rua 7 de Setembro, 135 — 2.º andar.

Instituto de Ciência Política. Sede — Edifício da Associação Brasileira de Imprensa. Rua Araújo Pôrto Alegre. Presidente: Dr. Pedro Vergara. Publica um "boletim" e realiza conferências semanais.

Instituto de Engenharia Militar. Sede — Rua 7 de Setembro n.º 183. Presidente: General Frutuoso Mendes. Publica a "Revista do Instituto de Engenharia Militar".

Instituto de Estudos Brasileiros. Sede — Edifício da Equitativa. Avenida Rio Branco, 128. Conselho Diretor: Srs. Mário de Basto, Leonídio Ribeiro e Cipriano Amoroso Costa.

Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Sede — Palácio do Ministério da Guerra. Praça da República. Presidente: General Emílio Fernandes de Sousa Doca. Publica a "Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil".

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Sede — Avenida Augusto Severo, 4. Presidente Perpétuo: Embaixador José Carlos de Macedo Soares. Publica a "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" e outras divulgações histórico-geográficas.

Instituto Oceanográfico Brasileiro. Sede — Serviço de Meteorologia. Praça 15 de Novembro. Presidente: Eng.º Francisco de Sousa.

Instituto Técnico Militar. Sede — Avenida Almirante Barroso, 180. Presidente: Capitão de Mar e Guerra Edmundo Rodrigues Pereira. Publica um "boletim".

Museu Simões da Silva. Sede — Rua Visconde Silva, 111. Proprietário: Dr. Antônio Carlos Simões da Silva.

Sindicato Nacional de Agronomia. Sede — Avenida Rio Branco, 183 — 6.º andar, sala 606. Presidente: Eng.º Agrônomo Ulisses Cavalcante Melo.

Sociedade Brasileira de Agronomia. Sede — Avenida Rio Branco, 183 — 6.º andar, sala 606. Presidente: Eng.º Agrônomo Valdemar Raythe de Queiroz Silva. Publica um "boletim".

Sociedade Brasileira de Alimentação. Sede — Edifício Pôrto Alegre. Avenida Pôrto Alegre, 70. Presidente: Prof. Josué de Castro.

Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia. Sede — Faculdade Nacional de Filosofia. Largo do Machado. Presidente: Prof. Artur Ramos. Realiza sôb os seus auspícios um curso anual de antropologia e etnologia.

Sociedade Brasileira de Estatística. Sede — Secretaria Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Praça Mauá — Edifício de "A Noite" — 11.º andar. Presidente Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Sociedade Brasileira de Meteorologia. Sede — Edifício do Entreposto de Pesca. Praça 15 de Novembro. Presidente: Eng.º Francisco de Sousa.

Sociedade de "Amigos de Alberto Tôrres". Sede — Distrito Federal. Avenida Rio Branco. Presidente: Dr. Edgar Teixeira Leite.

Sociedade de "Amigos de Capistrano de Abreu". Sede — Rua Capistrano de Abreu, 45. Conselho Diretor: Srs. Paulo Prado, Rodolfo Garcia, Geni Coelho, Adrião de Abreu, M. Said Ali, Afrânio Peixoto, Edgar Roquete Pinto, Tobias Monteiro, general Tasso Fragoso e Cândido Rondon. Promove a publicação de obras esgotadas e inéditas do seu patrono.

Sociedade de Amigos do Museu Nacional. Sede — Museu Naconal. Quinta da Boa Vista.

Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Sede — Praça da República, 54. Presidente: Almirante Raul Tavares. Publica uma "revista" e promove, trienalmente os Congressos Brasileiros de Geografia.

Sociedade de Estudos Geográficos. Sede — Conselho Nacional de Geografia. Avenida Augusto Severo, 4. Presidente: Eng.º Cristóvão Leite de Castro.

Sociedade Nacional de Agricultura. Sede — Largo de São Farncisco, 3. Presidente: Sr. Artur Tôrres Filho. Publica a "Revista da Lavoura" e edita divulgações agrícolas.

Touring Club do Brasil. Sede — Praça Mauá. Presidente: Sr. Juvenal Martinho Nobre. Publica a revista "Touring" e outras divulgações.

Rio Grande do Norte

Sociedade Brasileira de Folclore. Sede — Natal. Presidente: Dr. Luiz da Câmara Cascudo.

São Paulo

Associação dos Geógrafos Brasileiros. — Presidente: Prof. Pierre Monbeig. Publica um "boletim".

Clube Zoológico do Brasil. Sede — Departamento de Cooperativas — S. Paulo.

Sociedade "Amigos da Flora Brasílica". Sede — Departamento de Botânica do Estado de São Paulo.

Sociedade Numismática Brasileira. Sede — Rua Libero Badaró, 314 — 3.º andar.

Instituto de Estudos Genealógicos de São Paulo. Sede — Praça da Sé, 26/7 — 3.º andar. Publica o "Anuário Genealógico Brasileiro" e a "Revista Genealógica Brasileira".

De âmbito regional

Distrito Federal

Centro Carioca. Praça Tiradentes, 60. Presidente: General Marcelino Ferreira. Promove o Congresso de Brasilidade.

Sociedade de Engenheiros da Prefeitura do Distrito Federal. Sede — Rua Bittencourt da Silva.

Alagoas

Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Sede — Maceió. Mantém a publicação de uma "revista".

Amazonas

Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas. Sede — Manaus. Mantém a publicação de uma "revista".

Baía

Associação Baiana de Agronomia. Sede — Rua da Misericórdia, n.º 19. Salvador.

Instituto de Economia e Finanças da Baía. Sede — Salvador. Mantém a publicação de um periódico e tem divulgado várias contribuïções.

Instituto Geográfico e Histórico da Baía. Sede — Salvador. Publica uma "revista".

Instituto Politécnico da Baía. Sede — Salvador.

Sociedade Baïana de História Natural. Sede — Avenida Sete-Vitórias, 331. Salvador.

Sociedade de Engenheiros da Prefeitura do Salvador. Sede — Salvador.

Ceará

Instituto do Ceará. Sede — Fortaleza. Publica uma "revista", seu órgão oficial.

Sociedade Cearense de Geografia e História. Sede — Fortaleza. Publica uma "revista", seu órgão oficial.

Espírito Santo

Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Sede — Vitória. Publica uma "revista".

Goiaz

Instituto Histórico e Geográfico de Goiaz. Sede — Goiânia. Presidente: Dr. Colemar Natal e Silva. Publica uma "revista".

Mato Grosso

Instituto Histórico e Geográfico de Mato-Grosso. Sede — Cuiabá. Presidente: Dom Aquino Correia. Publica uma "revista", seu orgão oficial.

Minas Gerais

Instituto Histórico e Geográfico Mineiro. Sede — Belo Horizonte.

Instituto Histórico e Geográfico de Ouro Preto. Sede — Ouro Preto. Presidente: Dr. Vicente de Andrade Racioppi.

Museu D. Inocêncio. Sede — Campanha.

Sociedade Mineira de Agricultura. Sede — Belo Horizonte. Presidente: Sr. Benedito Coutinho.

Sociedade Mineira de Belas Artes. Sede — Belo Horizonte.

Sociedade Mineira de Engenharia. Sede — Rua Saturnino de Brito, 89. Diretores-técnicos: Eng.º José de Almeida Campos Júnior, Gusman Jr., Valdemar A. Baeta Neves, Romero de Paoli e Francisco de Assís Brandão. Publica a "Revista Mineira de Engenharia".

Sociedade Rural do Triângulo Mineiro. Sede — Uberaba.

Pará

Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Sede — Belém. Publica uma "revista", seu órgão oficial.

Paraíba

Gabinete de Estudinhos de Geografia e História da Paraíba. Sede — João Pessoa. Publica um "boletim" sob o título de "G.E.G.H.P.".

Instituto Genealógico da Paraíba. Sede — João Pessoa. Presidente: Cônego Matias Freire.

Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. Sede — João Pessoa. Presidente Sr. Ademar Vidal. Publica uma "revista". seu órgão oficial.

Sociedade de Agricultura da Paraíba. Sede — João Pessoa.

Paraná

Associação de Geógrafos Brasileiros. (Secção do Paraná). Sede — Centro de Estudos Bandeirantes. Curitiba.

Círculo de Estudos Bandeirantes. Sede — Curitiba. Publica uma "revista", seu órgão oficial.

Instituto Histórico e Geográfico Paranaense. Sede — Curitiba. Publica um "boletim", seu órgão oficial.

Pernambuco

Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco. Sede — Rua do Riachuelo. Presidente: Prof. Metódio Maranhão. Publica uma "revista", seu órgão oficial.

Sociedade Auxiliadora de Agricultura. Sede — Recife.

Sociedade Pernambucana de Estudos Econômicos. Sede — Departamento Estadual de Estatística — Praça da República. Recife — Pernambuco.

Estado do Rio de Janeiro

Instituto Histórico e Geográfico de Petrópolis. Sede — Petrópolis.

Rio Grande do Norte

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Sede — Natal. Presidente: Dr. Nestor Lima. Publica uma "revista", seu órgão oficial.

Rio Grande do Sul

Associação Sul-Riograndense de Folclore. Sede — Diretoria do Arquivo e Biblioteca Municipal — Pôrto Alegre.

Centro Riograndense de Estudos Históricos. Sede — Cidade do Rio Grande. Publica um "boletim" e outras divulgações especializadas.

Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul. Sede — Pôrto Alegre. Publica o "Anuário da Federação de Associações Rurais do Rio Grande do Sul".

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Sede — Pôrto Alegre. Publica uma "revista", seu órgão oficial.

Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul. Sede — Pôrto Alegre. Publica um "boletim".

Santa Catarina

Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Sede — Florianópolis. Presidente: Desembargador Henrique Fortes. Publica uma "revista", seu órgão oficial.

Sociedade Catarinense de Geografia. Sede — Departamento Estadual de Estatística. Florianópolis.

São Paulo

Centro Acadêmico de Ciências Econômicas. Sede — Escola de Comércio "Álvares Penteado". São Paulo. Presidente: Prof. Horácio Berlus CK.

Instituto de Engenharia de São Paulo. Sede — Libero Badaró, 39 — 12.º andar.

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Sede — Rua Benjamim Constant, 152.

Presidente perpétuo: Dr. José Tôrres de Oliveira. Publica a "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo".

Instituto Histórico e Geográfico de Campinas. Sede — Campinas.

Instituto Histórico e Geográfico de Santos. Sede — Santos.

Sociedade de Amigos da Cidade. Sede — São Paulo. Presidente: Dr. Ubaldo Franco Caubí. Publica várias divulgações sôbre a cidade de São Paulo.

Sociedade de Etnografia e Folclore. Sede — Praça Ramos de Azevedo, 4. São Paulo.

Sociedade Luiz Pereira Barreto. Sede — São Paulo.

Sociedade Paulista de Estudos Históricos. Sede — São Paulo.

Sergipe

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Sede — Aracajú. Presidente: Dr. José Augusto da Rocha Lima. Mantém a publicação de uma "revista" e patrocina o Congresso Sergipano de Geografia e História.

★

Certames

(Congressos, conferências, convenções, cursos, reuniões periódicas e jornadas)

De âmbito internacional

Conferências Mundiais de Educação. Patrocinadas pela Federação Mundial das Associações de Educação, sediada em Washington, sob cujos auspícios foi levada a efeito a 8.ª da série, nesta capital, entre os dias 6 e 11 de agôsto de 1939.

Congressos Científicos Americanos. Patrocinados pela União Pan-Americana, sob cujos auspícios foi levado a efeito, em Washington, o 8.º da série, entre os dias 10 a 18 de maio de 1940.

Congressos da União Postal das Américas e Espanha. Patrocinados pela União Postal das Américas e Espanha, sob cujos auspícios deveria ser levado a efeito nesta capital o 5.º da série, o qual foi adiado *sine die,* por motivo da atual guerra.

Congressos Inter-Americanos de Municipalidades. Patrocinados pela Comissão Panamericana de Cooperações Internacionais, sob cujos auspícios foi levado a efeito o 2.º da série, na cidade de Santiago do Chile, entre os dias 15 e 21 de setembro de 1941.

Congressos Inter-Americanos de Turismo. Patrocinados pela União Panamericana, sob cujos auspícios realizou-se entre os dias 14 e 21 de abril de 1939, o 1.º certame.

Congressos Internacionais de Geografia. Patrocinados pela União Geográfica Internacional, sob cujos auspícios foi levado a efeito na cidade de Amsterdã, o 1.º da série.

Congresso Luso-Brasileiro de História. Patrocinado pela Academia de Ciências de Lisboa, sob cujos auspícios foi levado a efeito como parte integrante do programa comemorativo do Centenário de Portugal.

Congressos Pan-Americanos de Engenharia de Minas e Geologia. Patrocinados pelo Bureau Americano de Minas, sob cujos auspícios foi levado a efeito o 1.º da série durante o mês de janeiro de 1942, em Santiago do Chile.

Congressos Panamericanos de Geografia e História. Patrocinados pelo Instituto Panamericano de Geografia e História, sob cujos auspícios foi realizado o 3.º da série, entre os dias 30 de março a 8 de abril de 1941, não havendo ainda sido levado a efeito o 4.º em face da situação anormal motivada pela guerra.

Reüniões Sul-Americanas de Botânica. A 1.ª Reünião foi levada a efeito nesta capital, tendo sido instalado no dia 12 de outubro de 1938 com a colaboração da Diretoria do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

De âmbito nacional

Conferências Nacionais de Economia. Promovidas pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças, sob cujos auspícios foi levada a efeito a 1.ª da série, nesta capital.

Conferências Nacionais de Legislação Tributária. Patrocinadas pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças.

Conferências Nacionais de Pecuária. Promovidas pela Confederação Rural Brasileira, sob cujos auspícios foi levada a efeito a 2.ª da série, nesta capital, entre os dias 18 e 25 de Julho.

Conferências Nacionais de Saúde. Patrocinadas pelo Serviço Nacional de Educação Sanitária do Ministério da Educação e Saúde.

Congressos Brasileiros de Agronomia. Patrocinados pela Sociedade Brasileira de Agronomia, sob cujos auspícios foi levado a efeito o 2.º da série, nesta capital, entre os dias 3 e 8 de dezembro de 1936.

Congressos Brasileiros de Cultura. Patrocinados pelo Instituto Brasileiro de Cultura, sob cujos auspícios foi realizado, nesta capital, entre os dias 24 e 30 de maio de 1940, o 1.º da série.

Congressos Brasileiros de Educação. Promovidos pela Associação Brasileira de Educação, sob cujos auspícios foi levada a efeito, em Goiânia, entre os dias 19 e 27 de junho de 1942, o 8.º da série.

Congressos Brasileiros de Geografia. De iniciativa da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e patrocinados pelo Conselho Nacional de Geografia, sob cujos auspícios foi levado a efeito o 9.º da série, na cidade de Florianópolis, entre os dias 7 a 16 de setembro de 1940.

Congressos de Brasilidade. Patrocinados pelo Centro Carioca com a colaboração da Liga de Defesa Nacional e do Sindicato dos Educadores Brasileiros, sob cujos auspícios realizou-se em todo o Brasil, o 2.º da série entre os dias 10 e 19 de novembro de 1942.

Congressos de Engenharia e Legislação Ferroviária. Promovidos pela Associacão Brasileira de Engenharia e Legislação Ferroviária, sob cujos auspícios foi realizado, em Belo Horizonte, entre os dias 12 e 18 de outubro de 1940, o 2.º da série.

Congressos de Escritores Brasileiros. Promovidos pela Sociedade de Escritores Brasileiros, sob cujos auspícios deverá ser levado a efeito o 1.º da série em data e local ainda a serem determinados.

Congressos de Urbanismo. Promovidos pela Prefeitura do Distrito Federal, sob cujos auspícios, foi levado a efeito, na cidade do Recife, em 1942, o 2.º Congresso.

Congressos Nacionais de Carburantes. Promovidos pelo Touring Club sob cujos auspícios foi levado a efeito nesta capital, o 1.º certame, entre os dias 25 e 30 de novembro de 1942.

Congressos Nacionais de Estrada de Rodagem. Patrocinados pelo Automóvel Clube do Brasil, sob cujos auspícios realizou-se o 7.º certame, nesta capital, entre os dias 3 a 13 de maio de 1939.

Congressos Nacionais de Hidro-Climatismo. Patrocinados pelo Touring Club do Brasil, sob cujos auspícios foi levado a efeito o 2.º certame, nesta cidade, entre os dias 21 de agôsto e 6 de setembro de 1940.

Congressos Nacionais de Química. Promovidos pela Associação de Química do Brasil, sob cujos auspícios deverá realizar-se na cidade de Curitiba, o 2.º da série, entre os dias 26 e 31 de janeiro de 1943.

Congressos Nacionais de Trânsito. Patrocinados pelo Touring Club do Brasil, sob cujos auspícios foi levado a efeito, nesta capital, no dia 23 de abril de 1939, o 1.º certame.

Congressos Regionais de Economia Rural. Patrocinados pelo Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, sob cujos auspícios foi levado a efeito, na cidade de Fortaleza, no dia 23 de janeiro de 1942, o 2.º Congresso.

Convenções Nacionais de Engenheiros. Patrocinados pela Federação de Engenheiros Brasileiros, sob cujos auspícios foi levada a efeito o 3.º da série, na cidade de Belo Horizonte, entre os dias 27 de julho e 2 de agôsto de 1942.

De âmbito regional

Cursos de Férias. Promovidos pela Associação Brasileira de Educação que reúne, nesta capital anualmente, para tal fim, professores de todos os Estados do Brasil.

Cursos de Inverno. Promovidos pela Casa dos Estudantes do Brasil (Dep. Cultural) sob cujos auspícios foi levado a efeito o 1.º da série, nesta capital, tendo sido estudada a antropologia brasileira.

Exposições Nacionais de Educação, Cartografia e Estatística. Patrocinadas pela Associação Brasileira de Educação e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sob cujos auspícios foi levada a efeito a 2.ª da série na cidade de Goiânia, entre os dias 25 de junho e 16 de julho de 1942.

Jornadas de Economia Rural. Promovidas pelo Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, sob cujos auspícios foi levada a efeito a 2.ª da série na cidade de Belo Horizonte, no mês de dezembro de 1942.

Conferências Inter-Municipais de Economia e Administração. Promovidas pelo govêrno do Amazonas, sob cujos auspícios realizou-se, na cidade de Manaus, a 3 de junho de 1942, a 1.ª Conferência.

Conferências Regionais de Cooperação Inter-Municipal. Promovidas pela Prefeitura Municipal de Pelotas, sob cujos auspícios foi levada a efeito, nessa cidade, em dezembro de 1940, a 2.ª Conferência.

Congressos de História e Geografia de Sergipe. Patrocinados pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, sob cujos auspícios deverá ser levado a efeito em Aracajú, o 1.º da série, entre os dias 13 e 18 de maio próximo.

Congressos de Urbanismo. Patrocinados pelo Centro Carioca, sob cujos auspícios foi levado a efeito, nesta capital, o 1.º certame, entre os dias 20 e 27 de janeiro de 1941.

Congressos das Municipalidades Sergipanas. Promovidos pelo govêrno do Estado de Sergipe, sob cujos auspícios foi levado a efeito, na cidade de Aracajú, o 2.º da série, durante os dias 10 e 15 de novembro de 1942.

Congressos dos Prefeitos Mineiros. Patrocinados pelo govêrno de Minas Gerais, sob cujos auspícios foi realizado o 1.º da série, em Belo Horizonte, entre os dias 25 de julho a 16 de agôsto de 1941.

Congressos Rurais. Promovidos pela Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, sob cujos auspícios foi levada a efeito, no dia 15 de julho de 1928, em Pôrto Alegre, a realização do 12.º certame.

Congressos Sul Rio Grandenses de História e Geografia. Patrocinados pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, sob cujos auspícios foi levado a efeito o 3.º da série, entre os dias 5 a 16 de novembro de 1941, na cidade do Pôrto Alegre.

★

O "Boletim do Conselho Nacional de Geografia" é distribuído gratuitamente aos órgãos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a determinadas instituïções e personalidades, a critério da direção, destinando-se os exemplares restantes, à venda pública.

Noticiário

Da Capital Federal

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

O GENERAL CÂNDIDO RONDON, INSCRITO NO LIVRO DO MÉRITO — Revestiu-se de invulgar brilhantismo a cerimônia realizada no Palácio do Catete, a 19 de novembro do ano findo, da entrega dos diplomas de inscrição no "Livro do Mérito" aos Srs. general CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON, VITAL BRASIL e CARDOSO FONTES.

O imponente ato, realizado no salão nobre daquela casa de despachos da Presidência da República, teve a presença de todos os ministros, generais, almirantes, brigadeiros, ministros do Supremo Tribunal Federal e do Supremo Tribunal Militar, desembargadores, juízes e demais figuras ilustres da sociedade brasileira.

Presidiu a importante reünião o chefe do govêrno que, acompanhado pelos chefes de suas casas, civil e militar, fêz entrega do expressivo documento a cada um dos ilustres brasileiros, sob vibrante salva de palma.

O general RONDON — *"o civilizador do Sertão"*, como foi consagrado pelos valores mais expressivos da geografia nacional, quando da realização da 3.ª Sessão da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia e que agora foi oficialmente consagrado também como ilustre cidadão da pátria, tem assinalados e incalculáveis serviços prestados ao Brasil, como o nosso maior sertanista de todos os tempos.

Descobridor de selvas e almas — selvas ocultas pela distância e inaccessibilidade, almas perdidas pelo preconceito escorraçador e que a coragem do desbravador e a compaixão do catequista respectivamente encorporaram ao tráfego e à civilizacão, como bem definiu o ministro ATAÚLFO DE PAIVA que, como orador da expressiva solenidade citou ainda as palavras com que o Sr. GABRIEL PASSOS, membro da Comissão do Livro do Mérito justificou a inscrição do nome do grande brasileiro entre os beneméritos da pátria ao dizer "homem do sertão brasileiro, descendente da gente brasílica, que fala aos índios a voz mansa de quem os entende e é por êles entendido, homem-símbolo".

★

Conselho de Segurança Nacional

REORGANIZADO O C. S. N. — Dispondo sôbre a nova organização do Conselho de Segurança Nacional, o Sr. Presidente da República assinou o decreto-lei n.º 4 783, de 5 de outubro do último ano, pelo qual definiu as atribuïções do mesmo órgão instituído pelo art. 162 da Constituïção de 10 de novembro de 1937.

O Conselho de Segurança Nacional, que é presidido pelo Presidente da República e constituído pelos ministros de Estado e pelos chefes dos Estados Maiores do Exército, da Armada e da Aeronáutica, tem por objetivo precípuo o estudo de tôdas as questões relativas à segurança nacional, reúne-se, por convocação do Presidente da República, ordinàriamente, uma vez por trimestre, podendo o chefe do govêrno convocar, quando convier, membros dos altos comandos militares e outras autoridades qualificadas.

São órgãos complementares do Conselho de Segurança Nacional: a) a Comissão de Estudos; b) a Secretaria Geral; c) as Secções de Segurança dos ministérios civis; d) a Comissão Especial da Faixa de Fronteiras.

Através da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras, o Conselho de Segurança Nacional exercerá a atribuïção que lhe confere o art. 165 da Constituïção.

Determina o decreto, que a Comissão de Estudos terá ainda, na qualidade de membros eventuais, os presidentes ou diretores de Departamentos, de Conselhos, de Institutos ou de qualquer outro órgão diretamente subordinado ao Presidente da República, os quais serão convocados pelo Vice-Presidente, na direção efetiva, para integrar a Comissão, em determinada sessão ou sessões, podendo votar apenas nas matérias que se relacionem, respectivamente, com os assuntos pertinentes a cada um daqueles órgãos.

Incumbe à Comissão de Estudos: a) fazer o estudo das questões que devem ser submetidas à deliberação do Conselho de Segurança Nacional; b) estudar as questões que lhe forem encaminhadas pelo govêrno ou pelo mesmo Conselho; c) sugerir ao govêrno as providências de execução necessárias à solução das questões, que dependam de mais de um ministério, ou interessem à segurança nacional.

A Secretaria Geral, subordinada diretamente ao Presidente da República, é dirigida pelo secretário geral, que será o chefe do Gabinete Militar da mesma Presidência.

As Secções de Segurança dos ministérios civis são diretamente subordinadas aos respectivos ministros, cabendo, de modo geral, a cada uma delas: a) estudar, no tempo de paz, os problemas que se relacionam com os interêsses da segurança nacional, no âmbito das atribuïções de seus ministérios; b) centralizar, na esfera da competência do Ministério, tôdas as questões relativas à segurança nacional, principalmente as concernentes ao papel que àquele caberá desempenhar em tempo de guerra; c) assegurar, nos assuntos de sua competência, as relações entre o seu Ministério, a Secretaria Geral e outros Ministérios.

Incumbe a cada Secção: a) propor ao respectivo ministro o programa de ação do Ministério em tempo de guerra; b) elaborar os planos de reorganização e de administração que, eventualmente, devam ser postos em prática pelas necessidades de funcionamento do Ministério em tempo de guerra, notadamente a transformação de órgãos existentes, bem como a criação de outros; definir as atribuïções que cabem aos diversos órgãos ministeriais necessários; providenciar acêrca das necessidades de instalação para o bom funcionamento dêstes entre si e fiscalizar o respectivo funcionamento; c) encarregar-se das relações com organizações de ordem privada, afim de assegurar as soluções mais convenientes às questões de interêsse entre elas e o Ministério.

★

Coordenação da Mobilização Econômica

MOBILIZAÇÃO DE TRABALHADORES PARA A AMAZÔNIA — O Sr. coordenador da Mobilização Econômica, com o objetivo de organizar um sistema de recrutamento de trabalhadores para a Amazônia, afim de permitir o incremento da produção da borracha e outros materiais estratégicos, pela portaria n.º 28, de 30 de novembro de 1942, publicada no *Diário Oficial* de 2 de dezembro último, resolveu criar o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (S. E. M. T. A.)

Conforme expediente datado de 30 de novembro do ano passado e publicado no *Diário Oficial* de 10 de dezembro do mesmo ano, foi designado o assistente, engenheiro PAULO DE ASSIS RIBEIRO, para chefe do Serviço Especial da Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia, criado pela portaria n.º 28, de 30 de novembro de 1942.

DISTRIBUÍDAS EM VÁRIAS ÓRGÃOS AS ATIVIDADES DA C.M.E. — O Sr. coordenador da Mobilização Econômica, pela portaria n.º 29, de 30 de novembro do ano próximo passado e publicado no *Diário Oficial* de 2 de dezembro, considerando a necessidade de serem claramente distribuídas as atividades da Coordenação, dentro de um organismo adequado a executá-las, resolveu organizar a aludida entidade que passou a se compor dos seguintes órgãos:

A) Órgãos de *"staff"*, compreendendo: a) Gabinete (Gab.); b) Conselho Consultivo (C.C.); c) Setor Planejamento (S. Pl.); d) Setor Informações (S.I.); e) Órgãos de Estudo; f) Secretaria (S.).

B) Órgãos Executivos, compreendendo: a) Setores de Coordenação; b) Setores de Ação Direta; c) Órgãos Específicos de Produção; d) Órgãos Específicos de Distribuïção.

Definindo as funções dos órgãos acima, determinou ainda, a portaria, a maneira de cada um dêsses órgãos executar suas respectivas tarefas.

ESTAÇÕES RADIOTELEFÔNICAS PARA O SERVIÇO DE MINERAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO SUB-SOLO — Pela portaria n.º 1 045, de 24 de dezembro de 1942, publicada no *Diário Oficial* de 26 do mesmo mês, o Sr. ministro da Viação e Obras Públicas concedeu permissão ao Sr. coordenador da Mobilização Econômica para estabelecer seis estações radiotelefônicas destinadas à transmissão e recepção diária dos boletins de serviço e demais instruções relativas ao serviço de mineração e exploração do subsolo.

Essas estações serão instaladas nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Lavras e Encruzilhada, no Estado do Rio Grande do Sul e Apiaí, no Estado de São Paulo e superintendidas pelo capitão REINALDO RAMOS SALDANHA DA GAMA, interventor na Usina de Chumbo de Apiaí e Concessões do Vale da Ribeira.

★

Departamento Administrativo do Serviço Público

APROVADO O NOVO REGIMENTO — Pelo decreto n.º 11 101 de 11 de dezembro de 1942, o Sr. Presidente da República aprovou o novo Regimento do Departamento Administrativo do Serviço Público, o qual entrou em vigor no dia 1.º do corrente mês.

O D. A. S. P. compõe-se de um Conselho Deliberativo, das Divisões de Organização e Coordenação, de Estudos do Pessoal, de Orientação e Fiscalização do Pessoal, de Seleção, do Material e do Orçamento e dos Serviços de Obras, de Documentação e de Administração.

★

Departamento de Imprensa e Propaganda

SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES OFICIAIS NOS ESTADOS — Considerando a conveniência de melhor disciplinar os serviços de informações oficiais, em todo o país, com o intuito de assegurar a distribuïção de notícias e ensinamentos exatos e convenientes sôbre a administração, política externa, comércio, indústria, educação e saúde, o Sr. Presidente da República assinou na pasta da Justiça, no dia 21 de novembro do ano passado, o decreto-lei n.º 4 985, publicado no *Diário Oficial* de 24 mesmo mês, o qual modifica o decreto-lei n.º 2 557, de 4 de novembro de 1940.

De acôrdo com o referido decreto as funções do Departamento de Imprensa e Propaganda serão exercidas nos Estados com a cooperação dos respectivos governos, que destinarão, anualmente, aos Departamentos de que trata o art. 3.º, verba não inferior a 0,5 % sôbre o valor da receita orçamentária, para cada exercício.

★

Comissão de Defesa Econômica

POSSE DOS MEMBROS DA COMISSÃO — Tomaram posse, no dia 5 de novembro último os membros da Comissão de Defesa Econômica criada pelo decreto-lei 4 807 de 8/10/1942; Srs. general ARTUR SILO PORTELA, ROMERO ESTELITA, ministro PAULO HASSLOCHER, GUILHERME LEITE RUBEM e FERNANDO ANTUNES.

O ato teve lugar no Palácio do Catete, perante o secretário da Presidência da República, Sr. Luiz Vergara.

A Comissão de Defesa Econômica instalou-se no mês de dezembro último no 16.º pavimento do Palácio do Ministério da Guerra, tendo sido eleito seu presidente o general SILO PORTELA.

O Sr. Presidente da República, por despacho datado de 15 de dezembro do ano próximo findo e publicado no *Diário Oficial* de 23 do mesmo mês, aprovou o ato pelo qual o Sr. presidente da Comissão de Defesa Econômica designou o Sr. FERNANDO ANTUNES, para exercer as funções de vice-presidente da mesma Comissão.

Conselho Nacional de Proteção aos Índios

HOMENAGEM AO GENERAL CÂNDIDO RONDON — Em sua sessão de 12 de novembro do ano passado, o Conselho Nacional de Proteção aos Índios prestou uma homenagem ao seu presidente, o general CÂNDIDO RONDON.

Após a leitura do expediente, o conselheiro professor BOAVENTURA DA CUNHA, pedindo a palavra, disse que, como era do conhecimento de todos os conselheiros, foram inscritos no Livro do Mérito os professores CLOVIS BEVILÁQUA, CARDOSO FONTES, VITAL BRASIL, e o general CÂNDIDO RONDON. Quanto aos três primeiros, disse êle, nomes já sobejamente conhecidos, não há necessidade de encômios. "Quanto ao 4.º, porém, êsse nos toca mais intimamente, por se tratar de nosso chefe, pioneiro dos sertões do Brasil e que representa para nós uma glória que levará para o Livro do Mérito o exemplo de uma abnegação e patriotismo invulgares". — Continuando, propõe enviar-se ao Sr. Presidente da República um ofício, para transmitir ao chefe do govêrno, em nome do Conselho, quanto se consideram deveras sensibilizados com êsse ato de justiça, os membros do Conselho. Propôs ainda que os conselheiros comparecessem à cerimônia da inscrição no Livro do Mérito que se realizou no dia 19 de novembro último, no Palácio do Catete.

Em seguida falou o general CÂNDIDO RONDON declarando que, sendo suspeito para opinar sôbre a proposta, achava, entretanto, que só a posteridade poderá fazer o julgamento cabal sôbre a sua vida e sua obra. E que se lhe fôsse permitido falar, no momento de assinar o Livro do Mérito, teria que se referir a todos aqueles que contribuíram para que o nome do antigo chefe das Comissões de Linhas Telegráficas se tornasse credor da confiança pública, por ter concorrido, graças a essa colaboração, para dar ao país o conhecimento do seu interior e de suas extremas fronteiras. "Por isso, — continuou o general RONDON — agradeço de todo o coração as bondosas referências dos distintos colegas, pedindo que êsse voto recaia sôbre todos aqueles que cooperaram para essa obra da República".

Aprovada por aclamação unânime a sugestão do professor BOAVENTURA, voltou a falar o general RONDON fazendo as seguintes considerações:

"Durante 20 anos, o S. P. I. desenvolveu-se, desde sua criação, em 1910, de modo relativamente precário; apesar disso, foi sempre resolvendo as dificuldades que iam aparecendo no seu caminho. Chegou depois a uma crise, que quase o suprimiu definitivamente; e graças a um grupo de ardorosos republicanos, conseguiu o S. P. I. manter-se, quase não funcionando, entretanto, no período de 1930 a 1940, e apenas conservando o que podia, afim de evitar sua extinção. O govêrno revolucionário, que se manifestara, a princípio, sem confiança, pelo desconhecimento, em que se encontrava quanto à obra do S. P. I., passados êsses 10 anos, através do conceito autorizado do chefe da Nação, veio a reconhecer que o S. P. I. era efetivamente um serviço nacional e como tal não devia ser desprezado. Deve-se, portanto, ao apoio decidido que o Dr. GETÚLIO VÁRGAS deu ao S. P. I. o renascimento dêsse Serviço, que hoje é uma realidade na administração pública. Diante do exposto, proponho que o C. N. P. I. se manifeste ao chefe da Nação por um voto de congratulações pela passagem do 5.º aniversário do Estado Novo. Fartamente comemorado, por todo o território de nossa pátria, julgo não dever calar-se o C. N. P. I., por gratidão e justiça ao chefe da Nação, que não deixou extinguir-se o S. P. I." A proposta foi aprovada pelo plenário.

Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico

O Sr. Presidente da República, pelo decreto-lei n.º 5 044, de 4 de dezembro último, publicado no *Diário Oficial* de 7 do referido mês, criou a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico com jurisdição sôbre a zona que compreende os Estados do Amazonas, e do Pará, o Território do Acre, a zona sul do Estado do Maranhão e o norte dos Estados de Mato Grosso e Goiaz.

✶

Conselho Nacional do Petróleo

CURSO ESPECIALIZADO NOS ESTADOS UNIDOS — O Sr. Presidente da República, em despacho de 4 de dezembro de 1942, exarado no ofício n.º 10 562, de 24 de novembro de 1942, do Conselho Nacional do Petróleo, conforme expediente publicado no *Diário Oficial* de 12 do mesmo mês, autorizou a fixar em três mil cruzeiros os ordenados mensais dos seguintes engenheiros que freqüentaram cursos especiazados de petróleo nos Estados Unidos da América do Norte e se acham em desempenho, no referido órgão, de serviços das suas especialidades: LUIZ MEIRA DE VASCONCELOS CHAVES, GEONÍSIO CARVALHO BARROSO, SISENANDO DE MENDONÇA CHAVES e SILVÉRIO MINERVINO ORTIZ.

FUNCIONARIOS DO D.N.P.M. SERVINDO NO C.N.P. — Também em despacho da mesma data exarado no ofício n.º 10 742 do C. N. P., o Sr. Presidente da República, autorizou a permanência, no mesmo Conselho, dos engenheiros AFONSO CESÁRIO DE FARIA ALVIM, PEDRO DE MOURA, NERO PASSOS, DÉCIO SAVÉRIO ODDONE, ALBERTO FREIRE LAVANÉRE VANDERLEI e ANTÔNIO MOREIRA DE MENDONÇA, assim como do almoxarife JOSÉ JOAQUIM VIEIRA, todos do Departamento Nacional de Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

✶

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Gabinete do presidente

MENSAGENS DE ANO NOVO — Por motivo da entrada do Ano Novo, o embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dirigiu ao Presidente Getúlio Vargas a seguinte mensagem:

"Em nome do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e no meu próprio, tenho a honra de apresentar a V. Excia., à entrada do Novo Ano, os votos de felicidade pessoal e prosperidade do govêrno brasileiro no decurso de 1943. A êsses votos permito-me juntar respeitosas congratulações a V. Excia. pelo êxito da atuação técnica desenvolvida em 1942 pelo sistema estatístico-geográfico-censitário nacional, particularmente no que se refere aos importantes encargos que lhe foram confiados tendo em vista os interêsses da segurança e da defesa nacional."

O presidente do I.B.G.E. dirigiu-se também, no mesmo sentido, aos ministros de Estado, ao presidente do D.A.S.P. e ao diretor geral do D.I.P., agradecendo a cooperação prestada para o êxito das iniciativas e realizações de compreensão nacional, postas em prática pela entidade no decurso do ano findo.

Também à imprensa de todo o país, por intermédio do Sr. HERBERT MOSES, presidente da Associação Brasileira de Imprensa, foi dirigida a seguinte mensagem:

"No dia em que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística encerra mais um período fecundo de labor desenvolvido em todo o território do país, sob um alto pensamento construtivo e visando objetivos relacionados com a segurança nacional, é-me sumamente grato transmitir à imprensa brasileira, por intermédio da presidência da A.B.I., com os melhores agradecimentos pela inestimável cooperação que nos tem prestado, sinceros votos de prosperidade para 1943".

Aos presidentes das Juntas Executivas Regionais do Conselho Nacional de Estatística o Sr. presidente do I. B. G. E. expediu a seguinte saudação:

"E'-me grato transmitir Junta Executiva Regional e, por seu intermédio, aos demais órgãos componentes do nosso sistema, no momento em que encerramos com assinalado êxito a jornada de 1942, as mais calorosas congratulações pelas suas fecundas atividades, fazendo votos pelo maior desenvolvimento da estatística regional no decurso de 1943".

PORTARIAS — O Sr. embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, presidente do I. B. G. E., assinou, no dia 3 de dezembro último, no Conselho Nacional de Geografia portarias de admissão dos seguintes funcionários para servirem no mesmo Conselho:
RAFAEL CORREIA LOGULLO, NADIR CORREIA DA SILVA, NEMÉSIO BONATES, CARLOS ELIS BRITO, PAULO DE SOUSA FRANÇA, MOZART AUGUSTO CATARINO e LICÉIA AZEVEDO GOMES, nas funções de auxiliares desenhistas.

Na mesma data assinou, também portarias exonerando, a pedido, o engenheiro AUGUSTO SEABRA MONIZ, do cargo de engenheiro da campanha de coordenadas, e designando o professor FRANCIS RUELLAN para servir, sob o regime de tarefa, como orientador científico das reüniões culturais do C. N. G.

DIVULGAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS DURANTE O ESTADO DE GUERRA — O embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, presidente do I. B. G. E., dirigiu ao Sr. Presidente da República, a seguinte sugestão sôbre a divulgação de dados estatísticos durante o estado de guerra, a qual foi aprovada.

"P.SE-3 238 — 30-9-42 — Senhor Presidente da República — Tendo em vista as circunstâncias especiais da vida nacional, no presente instante, a Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, em recente reünião, deliberou tomar as necessárias providências no sentido de evitar a divulgação, por parte dos órgãos articulados ao Instituto, dos elementos estatísticos que possam ser úteis à ação bélica dos países com que o Brasil se acha em guerra.

2. Nesse sentido, foi aprovada a resolução n.º 139, que tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência, para que se digne julgar da conveniência de serem estendidas a tôdas as repartições que elaboram e divulgam estatísticas as medidas instituídas pelo Conselho Nacional de Estatística.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, presidente".

Despacho: Aprovado. Em 10-10-42. — G. VARGAS.

(D. O. 24-10-942).

★

Conselho Nacional de Estatística

VISITA DO COORDENADOR DA MOBILIZAÇÃO ECONOMICA — Com o objetivo de verificar pessoalmente o andamento dos trabalhos ligados ao serviço de controle das declarações dos *stocks*, o Sr. JOÃO CARLOS VITAL, coordenador interino da Mobilização Econômica esteve no dia 8 de dezembro último, em visita ao Serviço de Sistematização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, instalado à avenida Graça Aranha n.º 182-B.

Recebido pelos Srs. MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS, secretário geral do Instituto; ANTÔNIO TEIXEIRA DE FREITAS, chefe do Serviço de Sistematização, e ALBERTO MARTINS, diretor da secretaria do Instituto, o Sr. JOÃO CARLOS VITAL, que se fazia acompanhar de alguns dos seus auxiliares imediatos, examinou detidamente as inúmeras cifras constantes das declarações de *stocks* até agora feitas. Dadas as condições excepcionais por que o país atravessa, tendo de enfrentar as responsabilidades criadas pela guerra, o coordenador interino entrou em entendimento com o Instituto Brasileiro de de Geografia e Estatística, visando, principalmente, assentar medidas enérgicas, para que as declarações de *stocks* sejam fornecidas dentro da máxima probidade e oportunidade. O Sr. JOÃO CARLOS VITAL discutiu, ainda, diversos detalhes, tendo em vista dotar o comércio e a indústria dos elementos de registro indispensáveis para que possam fornecer algarismos concretos, de acôrdo com a posição real dos seus produtos em *stock*. Dessa forma, os que se afastarem da exata discriminação das suas mercadorias em depósito, estarão prejudicando o esfôrço de guerra do Brasil e assim serão tratados com rigor.

★

Comissão Censitária Nacional

NOMEADO PARA SEU MEMBRO O DIRETOR GERAL DO D. I. P. — Por decreto do Sr. Presidente da República, foi designado para membro da Comissão Censitária Nacional para substituir o Sr. LOURIVAL FONTES, o major ANTÔNIO JOSÉ COELHO DOS REIS, diretor geral do Departamento de Imprensa e Propaganda.

O ilustre militar é um dos vultos de relêvo em nossas classes armadas e tem exercido importantes comissões no Exército e na alta administração do país. Na direção do D. I. P., a sua atuação tem-se feito destacar por várias iniciativas e realizações em prol de maior desenvolvimento cultural do nosso povo e da propaganda do Brasil no exterior.

VISITA DO COORDENADOR INTERINO — Em dezembro, o Sr. João Carlos Vital, coordenador interino, esteve em visita à Comissão Censitária Nacional, onde lhe foi oferecido um almôço pelo Dr. Rafael Xavier, diretor em exercício dêsse órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O Sr. João Carlos Vital percorreu demoradamente tôdas as secções da Comissão, tendo tido oportunidade de examinar os dados estatísticos referentes ao censo econômico, especialmente na parte que interessa à agricultura, pecuária, indústria e comércio, constatando os novos métodos de apuração e registro introduzidos pelos próprios funcionários do Censo em conseqüência dos ensinamentos adquiridos no desenvolver dos trabalhos.

O coordenador interino visitou também a parte mecanográfica e examinou os serviços que competem aos críticos e revisores, vivamente interessado pela riqueza de dados sôbre a nossa economia e que irão ser indispensáveis à coordenação da mobilização nacional o Dr. João Carlos Vital combinou medidas para o aproveitamento imediato das mesmas tendo designado o assistente responsável pelo Setor da Previsão, professor Jorge Filipe Kafuri, para entrar em entendimento com o Dr. Rafael Xavier no sentido de obter os elementos necessários à Coordenação da Mobilização Econômica.

★

Conselho Nacional de Geografia

REÜNIÕES E TERTÚLIAS — A grande repercussão que obteve em todos os círculos científicos e culturais do país, a expressiva reünião de geógrafos e professores de geografia, de 4 de novembro findo, promovida pelo embaixador José Carlos de Macedo Soares, influiu para que o Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, de par com as congratulações tributárias ao preclaro presidente do I. B. G. E., pelo êxito de que se revestiu aquela reünião, determinasse a realização de reüniões plenas de ritmo mensal e de tertúlias semanais, tôdas elas franqueadas a quantos se interessem pelo amplo debate dos assuntos geográficos.

Deliberando a realização dessas reüniões culturais, sob a orientação do Conselho Nacional de Geografia, o seu Diretório Central o fêz visando os seguintes objetivos: congregar geógrafos, professores de geografia, técnicos e profissionáis de geografia em tôrno do Conselho, proporcionando-lhes: conhecimento pessoal mútuo; contacto com as grandes personalidades geográficas brasileiras; contribuïções valiosas sôbre temas geográficos de interêsse e oportunidade; possibilidades de trocas de idéias, em entretimentos culturais adequados; visitas a repartições especializadas e a serviços de geografia; ligação direta com as atividades do Conselho, obtenção de publicações especializadas e, finalmente, orientações, estímulos e colaborações para a realização de trabalhos e estudos.

As reüniões plenas serão de ritmo mensal, obedecendo a um programa sistemático composto de três comunicações produzidas por técnicos de nomeada, não devendo exceder cada uma de meia hora. Essas comunicações obedecerão aos seguintes assuntos: uma sôbre metodologia geográfica, moderna; outra sôbre geografia do Brasil, para o exame de questões controvertidas ou pouco conhecidas, referentes, ao território nacional, considerado no todo ou em parte; e ainda outra sôbre geografia ativa, explicando a organização de repartições especializadas e trabalhos que estas executam de interêsse para a geografia.

As tertúlias semanais destinam-se ao debate de questões geográficas em geral e dos assuntos ventilados nas reüniões plenas semanais, em especial. Têm elas o caráter de seminário. O Conselho Nacional de Geografia dará prèviamente as sugestões e iniciativas das tertúlias. Haverá um orientador científico que imprimirá aos trabalhos feição moderna, além de lhes assegurar unidade e continuïdade. O C. N. G. acaba de designar o professor Francis Ruellan para exercer essas funções.

As perspectivas são sobremodo animadoras, pois, a colaboração trazida às primeiras reüniões pelos geógrafos brasileiros auspiciam que serão brilhantemente colimados os objetivos do Conselho Nacional de Geografia.

1.ª *Reünião Plena*:

Sob a presidência do Sr embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, realizou-se em 30 de dezembro último, na sala "Varnhagem", do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a primeira reünião plena.

A reünião teve caráter solene, comparecendo os vultos de grande destaque na geografia nacional, numerosos professores, estudantes e técnicos. Iniciando a sessão, o Sr. embaixador Macedo Soares convidou para tomarem parte na mesa os Srs. professor Carneiro Filipe, ministro Bernardino José de Sousa, desembargador Carlos Xavier Pais Barreto e Sra. Branca Fialho.

A seguir, o presidente do I. B. G. E., falou sôbre as finalidades da iniciativa do Conselho Nacional de Geografia.

Esclareceu o embaixador Macedo Soares que o certame promovido pelo C. N. G., compreende reüniões culturais, mensalmente, e tertúlias semanais, estas últimas para facilitar maior contacto pessoal, maior aproximação dos estudiosos e interessados na geografia, dado o seu caráter de reüniões mais íntimas.

A todos facilitará o Conselho o aproveitamento do valioso material que possue, além da orientação e estímulo que proporcionará aos estudiosos dos assuntos geográficos. Concluindo, o embaixador Macedo Soares concedeu a palavra ao professor Francis Ruellan cientista de renome internacional, que leu uma comunicação em tôrno da *Metodologia geográfica moderna*, dissertando sôbre a orientação científica das pesquisas geográficas, tema que abordou com inteiro domínio.

Ao concluir o professor Ruellan, o embaixador Macedo Soares prestou uma homenagem aos grandes vultos da geografia que se encontravam presentes, salientando os trabalhos que os mesmos vêm realizando em benefício da ciência geográfica.

Depois o coronel aviador Lísias Rodrigues falou sôbre a região do rio Tocantins, estudando a origem do topônimo dêsse grande afluente da bacia do Amazonas, sua nascente e formador principal.

Por último o engenheiro Francisco de Sousa leu uma comunicação de geografia ativa, sôbre os serviços meteorológicos brasileiros, dos quais é diretor geral, fazendo um histórico das pesquisas meteorológicas no Brasil, iniciadas no século XVII por Marcgraf. Até 1909 estas pesquisas caracterizaram-se por serem de iniciativa individual, esporádicas e limitadas.

Seguiu-se em 1909 o da organização oficial dos serviços meteorológicos, os quais, não obstante, ficaram abandonados à iniciativa dos governos estaduais, dada a grande autonomia dêstes. Finalmente, seguiu-se o período da centralização dos serviços, que se iniciou em outubro de 1941. O orador concluiu salientando as providências que serão necessárias para que o Instituto Nacional de Meteorologia alcance o seu máximo de eficiência.

Antes de ser encerrada a reünião falaram o ministro BERNARDINO JOSÉ DE SOUSA e a professora CHIQUINHA RODRIGUES, que se congratularam com o Sr. embaixador MACEDO SOARES e com o Conselho Nacional de Geografia por mais esta iniciativa cultural.

Encerrando a sessão o embaixador MACEDO SOARES agradeceu o comparecimento de quantos geógrafos, professores, técnicos e alunos acorreram ao seu convite.

1.ª *Tertúlia semanal*:

No dia 5 de janeiro teve lugar no Edifício Moda, onde estiveram situados os serviços cartográficos do Conselho Nacional de Geografia, a primeira tertúlia semanal, nos moldes determinados na resolução adotada pelo Diretório Central do C. N. G.

A primeira reünião dessa natureza, dado o número de professores e geógrafos que a ela compareceram e o interêsse despertado que pode ser inferido pelos constantes e proveitosos debates travados, consagrou como vitoriosa, pela sua objetividade, a idéia posta em prática.

Declarada aberta a reünião pelo seu presidente engenheiro CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO, secretário geral do C. N. G., êste, em breves palavras explicou as finalidades das tertúlias declarando em resumo que essas reüniões semanais promovidas pelo Conselho Nacional de Geografia, visavam trazer a debates assuntos técnicos e científicos de interêsse geográfico. Expôs, em seguida, que tais reüniões, além da utilidade científica, apresentavam a oportunidade de que, entre os geógrafos e professores, fôsse estabelecido u'a maior aproximação cultural, devendo de cada vez, ser feita uma comunicação seguida de debate, por parte dos presentes, sôbre os pontos que o assunto exigisse maiores esclarecimentos.

Após tecer comentários sôbre a eficiência e os sólidos conhecimentos científicos do professor FRANCIS RUELLAN, a cujo cargo foi confiada a supervisão científica das reüniões, declarou inauguradas as tertúlias semanais do C. N. G., dando a palavra ao professor JUNQUEIRA SCHMIDT que passou a abordar o tema: *Regime de chuvas e enchentes no Rio Grande do Sul.*

Começou o professor SCHMIDT por mostrar o grande interêsse do assunto tanto para a geografia como para a meteorologia, estudando o comportamento das massas de ar em relação à formação das chuvas.

A ascensão do ar quente e úmido, leve, sôbre o ar frio e sêco, pesado, constitue uma superfície de descontinuïdade, à qual se dá o nome de "frente polar". A cada ondulação dessa superfície corresponde um ciclone.

Da precipitação que cai num continente, uma parte volta para os oceanos (*run-off*) formando rios e a parte restante volta para a atmosfera por evaporação ou transpiração. O escoamento corresponde aproximadamente a 30% da chuva caída. Os restantes 70% voltam para a atmosfera.

Passou em seguida o professor SCHMIDT a abordar diretamente o assunto de sua comunicação.

O litoral riograndense estende-se entre os paralelos de 29.° e 34.°. Teòricamente o Rio Grande do Sul fica no limite dos ventos de leste (entre o equador e o paralelo de 30.°) e os ventos de oeste (entre 30° e 60°). Estas direções gerais são profundamente modificadas pelo relêvo e por outros fatores. A influência do continente faz com que os ventos de oeste soprem de sudoeste e do sul; os ventos de leste passam a soprar de nordeste e às vêzes até de noroeste.

As massas do ar frio provenientes do sul, encontram a primeira resistência orográfica na Serra Geral, que atravessa o estado de leste para oeste. As chuvas são, de modo geral, igualmente distribuídas, pois a região considerada fica na trajetória das massas de ar frio. Apesar disso, nota-se a influência do relêvo nas variações pluviométricas. Os maiores totais de chuva são ao nordeste coincidindo com as maiores altitudes do relêvo.

Os totais mensais de chuva são maiores no outono, inverno e primavera. A variação do nível dos rios confirma esta observação.

Considerando a bacia do Guaíba, da qual os rios mais importantes são o Jacuí e o Taquarí — declarou o professor SCHMIDT — que as enchentes no baixo curso, são em geral em setembro ou outubro (primavera, quando há maior constraste entre as massas de ar quente, vindas do norte e as frias vindas do sul) e também em maio. A cidade de Pôrto Alegre é raramente inundada porque há um intervalo entre a enchente no baixo curso do Jacuí e a do Taquarí. Havendo coincidência na fase de enchentes dos dois rios, sendo a saída apenas pelo Guaíba, Pôrto Alegre é inundada. As águas ultrapassando a cota de três metros inundam a cidade; na última enchente a altura da água atingiu 4,63 metros.

Concluindo, — esclareceu ainda o prof. SCHMIDT — as enchentes coincidem com as atividades das massas de ar no outuno e na primavera; As chuvas são de modo geral bem distribuídas, havendo apenas variações locais sem grande importância.

Terminada a comunicação, o professor SCHMIDT declarou-se à disposição de quem desejasse esclarecimentos acêrca do assunto.

Iniciados os debates o professor HILGARD STERNBERG perguntou se a varialibilidade dos ventos não se explicaria pelo deslocamento da faixa de alta pressão, de acôrdo com o movimento aparente do sol. Respondeu o professor SCHMIDT que todos os fenômenos da atmosfera estão sujeitos a êste fator, porém, ainda há a considerar os reflexos das perturbações resultantes do encontro entre as massas de ar frio e as de ar quente.

O professor STERNBERG perguntou, ainda se há uma estação de maior calmaria. A resposta foi afirmativa, tendo o professor SCHMIDT esclarecido que esta se verifica no verão, quando há ascensão de massas de ar.

O professor STERNBERG continuando suas indagações, pediu esclarecimentos sôbre a equação do ciclo hidrológico da agua, perguntando se nela não haveria lugar para a água que se combina químicamente. Declarou o autor da comunicação que se trata de uma quantidade mínima, que pouco influe.

O professor FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES, intervindo nos debates, indagou porque foi omitida na fórmula acima citada a

água que se infiltra. O professor SCHMIDT respondeu que se trata da água que volta aos rios.

Em seguida tomou a palavra o professor F. RUELLAN que mostrou o interêsse de certos estudos de meteorologia para a geografia geral. Declarou que em uma sessão não pôde ser esgotado o estudo do clima. Foi apenas a primeira de uma série de comunicações futuras sôbre o clima do Brasil. Haveria interêsse, por exemplo, em discutir diante de cartas a repartição das chuvas do R. G. do Sul, cartas anuais e por estações. Também poder-se-ia estudar a localização das massas de ar em diferentes momentos e os tipos de tempo.

Quanto à hidrologia, acrescentou que as cheias do R. G. do Sul mereceriam um estudo a parte que poderia ser feito pelo professor SCHMIDT, ou por outro, na impossibilidade dêste. Do ponto de vista da geomorfologia, seria interessante o estudo da influência do aluvionamento desordenado de um rio sôbre um outro.

O professor SCHMIDT pediu novamente a palavra para dar um esclarecimento a respeito da inundação de maio de 1941 no R. G. do Sul. A massa vinda do sul, avançou lentamente até encontrar um obstáculo no relêvo. Esta massa ficou estagnada. A massa vinda do norte passou por cima do ar frio e condensou sua umidade. O mau tempo continuou enquanto não veio u'a massa de ar frio suficientemente forte para por em circulação a massa estagnada. Perdurando vários dias esta situação, provocou a enchente comcomitante dos dois grandes rios Taquarí e Jacuí.

Pedindo a palavra o coronel LÍSIAS RODRIGUES propôs que se incluísse entre os assuntos para novas comunicações "o movimento das massas frias para o nordeste", que, segundo SAMPAIO FERRAZ teriam influência decisiva no regime de chuvas daquela região. O professor RUELLAN concordou com a sugestão e mostrou as vantagens dêste estudo; acrescentou que neles deveriam ser aplicadas fórmulas novas como as de DE MARTONNE sôbre o "índice de aridez".

O engenheiro LEITE DE CASTRO pediu ao professor SCHMIDT que transformasse em texto a sua comunicação afim de que pudesse ser ela publicada pela *Revista Brasileira de Geografia*. Comunicou que a próxima reünião seria a 12 de janeiro e que atendendo à sugestão do professor RUELLAN o professor SCHMIDT falaria sôbre o "Estado do repartição das chuvas e tipos de tempo em relação às massas de ar". Anunciou que estavam abertas as inscrições para comentários. Dito isto, entrou na segunda fase da reünião, que foi o debate em tôrno da comunicação do coronel LISIAS RODRIGUES realizada a 30 de dezembro findo sôbre "A fixação do critério para a determinação do principal formador de um rio".

O coronel RENATO RODRIGUES PEREIRA, declarou que tem estudado freqüentemente êste assunto, na qualidade de consultor técnico de questões de fronteiras do Ministério das Relações Exteriores. Procedeu em seguida à leitura de um trecho de um seu parecer.

O coronel RODRIGUES PEREIRA considerou como aceitáveis os princípios de FERREIRA DA SILVA acrescentando que, em geral, se deve dar maior importância; ao volume das aguas, levando também em conta o fator tradição. E' pois ao volume das águas que o autor dá mais importância; apesar dos defeitos que êste critério apresenta, acrecentou que as medições devem ser feitas na época da estiagem própria a cada braço. Passou em seguida a estudar a importância dos perfís longitudinais dos rios para a determinação do seu ramo principal. O coronel RODRIGUES PEREIRA leu em seguida a opinião de outros autores sôbre o assunto. Deu como exemplos o trabalho de limites com a França sôbre o rio Oiapoque e a fixação dos limites com a Colômbia, terminando por dizer que LAPPARENT dava grande importância ao traçado dos perfís longitudinais dos rios.

O engenheiro LEITE DE CASTRO comentando a exposição que acabara de ser feita, mostrou a dificuldade em ser estabelecida uma solução — definitiva ao problema discutido. Os elementos com que se conta são muito precários. E' sua opinião que sempre quando possivel deve ser usado o critério do volume da água. Porém não o volume da água fixado num determinado instante e sim u'a média, ou seja "o regime da vazão".

O professor RUELLAN tomando a palavra deu uma vista de conjunto sôbre o assunto: O problema é o de determinar num sistema fluvial qual é o rio principal e quais os afluentes.

Método de pesquisa — E' preciso acompanhar o rio da jusante para montante e procurar resolver o problema em cada confluente (isto colocando no caso de explorador). Vamos estudar o problema sob dois aspectos, o de geografia física e humana.

Geografia física.

1 É uma questão hidrográfica e hidrológica.

Definição — O rio principal é o que tem maior débito médio. O periodo a considerar é o de, no minimo, um ano para que as variações por estações sejam consideradas. As vêzes êste prazo não é suficiente, como no caso do nordeste. Estes métodos hidrográficos não são praticáveis no periodo de exploração, exigem observatórios fixos providos de um pessoal experimentado. E' um método para lugares habitados, a ser feito com rios como o São Francisco ou o Paraiba. O problema que o coronel LISIAS teve que enfrentar é diferente, é o de explorador que teve de tomar decisões com elementos pouco numerosos. Veremos portanto qual o critério a ser seguido ao se subir um rio.

2 Sendo a descarga média de um rio principal, por definição, superior à de seus afluentes, seu trabalho de erosão linear também deve ser superior ao daqueles. Êste tem, pois, um declive mais fraco que o de seus afluentes e é capaz de conter os perfís dêstes.

Êste critério tem a vantagem de ser utilizado ainda durante as explorações.

Há casos em que o rio principal não é o de declive mais fraco; isto se dá quando os perfís longitudinais ainda são profundamente afetados por acidentes estruturais. E' o caso de um relêvo muito dobrado do tipo alpino.

No caso de estrutura falhada, os rios, ao longo da falha, podem ter um perfil mais doce do que os rios de direção normal ao plano de falha, sem serem entretanto, rios principais. Um rio que desce da montanha tem a desvantagem de ser forçado a realizar uma grande erosão (caso dos afluentes do Paraíba ao descerem a Mantiqueira).

Nas estruturas tabulares quando há rejuvenescimento, a forte erosão descobre rochas duras; caso muito freqüente no Brasil onde a influência de lençóis basalticos e diabásicos sôbre os perfís longitudinais é considerável.

E' preciso notar que esta exceção não afeta a regra se, em lugar de considerar apenas a região do confluente, comparar-se a totalidade dos perfís lingitudinais considerados.

A solução geomorfológica não é perfeita, daí ser necessária a intervenção da geologia, que é mais segura quando bem interpretada.

3 A geografia humana — pode ter voz ativa na determinação do rio principal, mas com uma consideração que é condição essencial: E' quando se trata da conservação de um nome consagrado pelo uso popular.

No interior do Brasil o problema é diferente, trata-se de lugares novos onde os nomes foram dados arbitràriamente e podem ser renovados em proveito da ciência.

Tratando-se de mudar o nome, os únicos argumentos válidos são os que se referem direta ou indiretamente à comparação das descargas ou perfís.

Resta o cumprimento; é um problema mais delicado.

Em resumo, se o nome é consagrado por uma longa história, deve ser conservado, mesmo porque, êle permanecerá, mau grado a geografia. Se o nome pode ser mudado é preferível fixá-lo depois de conhecidas as descargas médias ou na falta destas pelo declive dos perfís longitudinais e, finalmente, pelo comprimento do rio e extensão por êle drenada, tomando sempre as precauções por nós indicadas.

O engenheiro LEITE DE CASTRO dando por encerrada a sessão marcou como programa para a próxima tertúlia — o comentário do professor SCHMIDT e como tema de debate "O formador principal de um rio".

A MISSÃO SALESIANA E OS ÍNDIOS CHAVANTES — No salão "Miguel Couto", no Silogeu Brasileiro, promovida pelo Centro de Estudos Geográficos do S. G. E. F., realizou-se no dia 25 de novembro do ano passado, a conferência do padre HIPÓLITO CHOVELON sôbre os índios Chavantes.

O conferencista, que pertence à Missão Salesiana do Rio das Mortes, percorreu demoradamente a região compreendida entre os rios Araguaia e aquele rio, conseguindo, segundo declarou, avistar-se com os Chavantes, que dominam aquela região, embora não tenha podido parlamentar com os mesmos.

Em sua conferência, documentada com projeção cinematográfica, o padre HIPÓLITO CHOVELON transmitiu importantes observações em tôrno dos aludidos índios, deixando magnífica impressão.

DIRETÓRIO CENTRAL — No transcurso do mês de dezembro de 1942, o Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia realizou normalmente duas reüniões, a primeira a 2 e a segunda a 21 do referido mês.

O acontecimento marcante da primeira foi o empossamento do ministro HEITOR LIRA como membro do Diretório, na qualidade de delegado do Ministério das Relações Exteriores. O novo membro foi saudado pelo engenheiro CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO, secretário geral do Conselho, o qual depois de ressaltar as virtudes intelectuais e funcionais do novo par, frisou a feliz coincidência e a significação de ser êle recebido na casa a 2 de Dezembro, data do nascimento e da coroação de D. Pedro II. Como é do conhecimento de todos, o ministro HEITOR LIRA publicou um valioso, trabalho sôbre a vida do grande monarca, cuja obra estudou com notável brilho.

O novo membro respondeu à saudação hipotecando o melhor dos seus esforços em bem servir ao Conselho.

O engenheiro MOACIR SILVA, consultor técnico do Conselho, presente à reünião, comunicou à casa que naquela data o ministro da Viação baixara uma portaria designando uma comissão que estudará a organização da Secção de Estatística dos Transportes e Viação daquele Ministério, a qual constituirá mais uma repartição central do quadro executivo da estatística brasileira, na fórma instituída pelo I.B.G.E.

Compareceu também aos trabalhos da sessão o professor FRANCIS RUELLAN, professor de geografia da Faculdade Nacional de Filosofia, que veio oferecer ao Conselho a sua colaboração valiosa e desinteressada na grande obra geográfica que o Brasil está realizando.

Na ordem do dia, o Diretório aprovou duas resoluções, que tomaram os ns. 116 e 117, respectivamente "aprovando o regimento interno da Biblioteca Geográfica Brasileira" e "determinando a realização de reüniões de geógrafos e professores de geografia".

A propósito desta ultima resolução, o professor DELGADO DE CARVALHO chamou a atenção para o fato de que ela previa a função de um orientador científico para as reüniões, propondo então para exercê-la o professor FRANCIS RUELLAN que acabara de oferecer os seus serviços ao Conselho. A proposta foi unânimemente aceita.

Na reünião que se realizou a 21 de dezembro foi apresentado o expediente trocado entre o Dr. GABRIEL PASSOS, procurador geral da República, e o embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, presidente do I.B.G.E., no qual êste respondeu a uma consulta feita pelo primeiro sôbre a questão da duplicidade de nomes de localidades brasileiras.

O secretário geral levou ainda ao conhecimento da casa o teor de um ofício do Sr. ministro da Justiça encaminhando uma sugestão apresentada ao govêrno federal sôbre a mudança de nomes em idiomas do Eixo dados a localidades e logradouros públicos do país. Foi igualmente lida a resposta que o presidente do Instituto deu sôbre o assunto.

Ao ensejo, o coronel LÍSIAS AUGUSTO RODRIGUES formulou um apêlo para que fôsse restabelecido o antigo nome da cidade goiana de Pedro Afonso, que se denominava Rio do Sono, topônimo êsse que é o único conhecido no lugar e cuja origem está ligada a uma bela lenda.

Em seguida, o secretário geral convidou todos os presentes para a reünião de geógrafos e professores de geografia do dia 30 de dezembro e explicou como serão realizadas daí por diante as reüniões, que se dividirão em reüniões mensais e tertúlias semanais.

Ainda com a palavra, o secretário geral exibiu algumas figurinhas em côres, distribuídas nas caixas de sabonetes Eucalol, chamando a atenção para o caráter geográfico das mesmas e a boa orientação metodológica. Ficou então aprovado um voto de congratulações com a emprêsa que fabrica o aludido sabonete e deliberou-se oferecer a colaboração do Conselho para a organização de coleções de figurinhas referentes à geografia brasileira.

O Dr. PÉRICLES DE MELO CARVALHO discorreu, a seguir, minuciosamente, sôbre o problema da colonização da Amazônia, frisando a importância e oportunidade do recente decreto do govêrno da República que criou o Serviço de Abastecimento do Vale do Amazonas, para cuja diretoria foi nomeado o engenheiro HENRIQUE DÓRIA DE VASCONCELOS. Concluiu salientando o útil auxílio prestado pelos Diretórios Regionais e Municipais do Conselho.

Passando-se à ordem do dia, foi dada a palavra ao engenheiro FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES, chefe da comissão julgadora do concurso de monografias de aspectos municipais, promovido pelo Conselho para 1942, que fêz um relatório detalhado sôbre o valor das monografias apresentadas, o critério adotado no julgamento e as três primeiras monografias classificadas.

O presidente congratulou-se com a comissão julgadora pela eficiência e justeza com que se estava desincumbindo de sua tarefa, e propôs que o assunto fôsse resolvido em definitivo na próxima reünião, quando estariam julgadas tôdas as monografias. A proposta foi aceita.

Foi, finalmente, aprovada uma resolução, que tomou o n.º 118, "dispondo sôbre o encerramento do exercício orçamentário de 1942".

CONCURSO DE MONOGRAFIAS DE ASPECTOS MUNICIPAIS. Coube ao Diretório do Conselho Nacional de Geografia, de acôrdo com a resolução da Assembléia Geral do Conselho, o encargo de julgar, em última instância, o "Concurso de Monografias de Aspectos Municipais" do ano de 1942, o primeiro da série dêsse certame cultural de iniciativa do Conselho Nacional de Geografia, após o exame minucioso de cada uma delas pela Secção de Estudos Geográficos do S. G. E. F.

Melhor do que as próprias pelavras falam os números para exprimir a grande repercussão e os excelentes resultados obtidos, pois, apesar de alguns Estados, não poderem, em face da carência de transporte, enviar em tempo suas contribuïções, atingiu ao expressivo número de 154, o total de monografias referentes a municípios brasileiros.

Dispondo o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, órgão executivo central do Conselho de uma secção técnica de estudos e pesquisas geográficas, confiou à mesma, tão importante tarefa. Para êsse fim foi constituída uma comissão sob a direção do respectivo chefe professor FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES auxiliado pelo professor JOSÉ VERÍSSIMO DA COSTA PEREIRA, membro da Comissão Diretora da Biblioteca Geográfica Brasileira.

Integrou ainda a referida comissão, além dos dois geógrafos antes citados, os professores LÚCIO DE CASTRO SOARES, encarregado de estudos, LINDALVO BEZERRA DOS SANTOS e Sr. PEDRO GEIGER.

O julgamento geral dessa comissão que foi já aprovada pelo Diretório Central, em sessão de 4 de janeiro em curso, chegou aos seguintes resultados:

1.º Prêmio — VÍTOR ANTÔNIO PELUSO JÚNIOR — *Lajes, a Rainha da Serra* — Santa Catarina.

2.º Prêmio — JOSÉ FERNANDES LOUREIRO — *Contribuïção à geografia da Praia do Leste* — Paraná; WASHINGTON PELUSO ALBINO — *Pequenos rios — Alma de uma civilização rural* — Minas Gerais; ARTUR JARDIM DE CASTRO GOMES — *Monografia histórico-corográfica do município Francisco Sá* — Minas Gerais; JOÃO BATISTA DE JESÚS — *Monografia de Cruz das Almas* — Baía; GABRIAL PINTO DE ARRUDA — *Monografia do município de Cáceres* — Mato Grosso; JOÃO JOSÉ DOS SANTOS — *Dados para a geografia do município de Bocaiuva* — Minas Gerais; FRANCISCO CIMINO e CLEMENTINO C. FILHO — *Pirangi — Monografia Histórico-corográfica* — São Paulo; JOSÉ MARINHO DE ARAÚJO — *Corografia do município de Rio Preto* — Minas Gerais; ADELFO MONJARDIM — *O Pico Frei Leopardi* — Espírito Santo; ORLANDO DE OLIVEIRA VAZ — *O município de Ubá e uma curiosa questão de limites com o município de Rio Branco* — Minas Gerais.

3.º Prêmio — ALBERTO DE CARVALHO —*Monografia do município de Lavras* — Minas Gerais; JOSÉ OLIVEIRA LISBOA — *Breves dados históricos do município de Carinhanha* — Baía; TOBIAS LEAL TUPINAMBÁ — *Monografia histórico-corográfica do município de Montes Claros* — Minas Gerais; LEÔNIDAS DE ANDRADE CÂMARA — *Monografia do município do Coração de Jesús* — Minas Gerais; PEDRO RAMALHO DA SILVA — *Monografia do município de Vitória* — Pernambuco; FIRMINO ALVES BARRETO — *O pôrto de Corrumuxatiba* — Baía; BENEDITO PEREIRA DA SILVA — *Monografia geográfica do município de Guanhães* — Minas Gerais; ANTÔNIO LOPES DE FARIA SOBRINHO — *Município de Glória* — Minas Gerais; CARLOS GARCIA DE QUEIROZ — *Monografia geral do município de Herculano* — Mato Grosso; JOSÉ ALCÍ PAIVA — *Monografia do município de Aracoiaba* — Ceará; ADAIL COELHO MAIA e AGENOR M. A. COSTA — *Monografia do município de São João do Piauí* — Piauí; RODOLFO DE ALMEIDA — *Monografia do município de Formiga* — Minas Gerais; NAIR DE OLIVEIRA — *Monografia do município de Formiga* — Minas Gerais; JOSÉ BANDEIRA DA MOTA — *Monografia do município de Pirapora* — Minas Gerais; VÁLTER SPALDING — *Monografia do município de Pôrto Alegre* — Rio Grande do Sul; VICENTE NASCIMENTO JÚNIOR — *As Serras da Prata e do Feiticeiro* — Paraná; LUIZ PALMIER — *Município de São Gonçalo — Distrito de Neves* — Rio de Janeiro; ISAURINO DO VALE — *Monografia do município de Itaúna* — Minas Gerais; MESSIAS PEREIRA DONATO — *Monografia da cidade de Guanambi* — Baía; JOEL MODESTO DE SOUSA — *Monografia do município de Morro do Chapéu* — Baía.

4.º Prêmio — JOSÉ MARIA DE CAMPOS — *Monografia do município de Andradas* — Minas Gerais, grau 59; FAUSTO PAULO WERNER — *Aspectos zootécnicos do município de Machado* — Minas Gerais; IDALINA NEVES VIEIRA — *Monografia do município de Caietité* — Baía, grau 59; JOSÉ MÍLTON CURSAGE — *Monografia do município de Mesquita* — Minas Gerais, grau 59; SAINT-CLAIR FERNANDES VALADARES — *Município de São Romão* — Minas Gerais; EUSÍNIO DE FIGUEIREDO BRASIL — *Estudo histórico e geográfico do Catú* — Baía; ADAUTO SOARES MONTEIRO — *As furnas do Catete* — Rio de Janeiro; EDMIDES MARINHO DA SILVA — *Município de Mesquita* — Minas Gerais; AUTON ARAGÃO — *Estudos para formação da monografia do município do Ipú* — Ceará; AURELIANO NESTOR VEADO — *Monografia sôbre o distrito de Vespasiano* — Minas Gerais; ENÉIAS CAMARGO — *Monografia geográfica do município de São Carlos* — São Paulo; VÁLTER FIGUEIREDO MOTA — *Monografia do município de Itamonte* — Minas Gerais; FERNANDO DE PAULA ANTUNES — *Monografia do município de Dom Silvério* — Minas Gerais; ALICE DE CARVALHO ABREU — *Monografia do município de Paripiranga* — Baía; MANUEL AUGUSTO SAPUCAIA — *Monografia do município de Cachoeira* — Baía; CELESTINO JOSÉ COELHO — *Monografia do município de Mesquita* — Minas Gerais; JOÃO BATISTA MEILLER — *A tôrre e o vale do rio Peixe no município de Marília* — São

Paulo; João Pereira Calado — *Monografia do município de Lagoa dos Gatos* — Pernambuco; João de Castro — *Monografia do município de Alagoinhas* — Baía; Robério Pinto de Azevedo — *Monografia do município de Itiúba* — Baía; Odilardo Uzeta Rodrigues e Ermezindo Mendes — *Monografia geográfica do muncipio de Maragogipe* — Baía; Floriz Fernandes de Faria — *Município de Angical* — Baía; Raimundo Vieira de Sousa Sobrinho — *Município de Rio Casca* — Minas Gerais; Moacir de Miranda Gomes — *Monografia sôbre o município de Ouro Fino* — Minas Gerais; Guilherme Hippert — *Monografia do município de Paraíba do Sul — Rio de Janeiro;* Elísio Pinheiro Mourão — *Monografia geográfica do município de Barra* — Baía; Antônio Dias Andrade — *Monografia do município de Itaberaba* — Baía; Auton Aragão — *Estudo informativo para feitura da monografia do município de Cratéus* — Ceará; Samuel Portela Veloso — *Monografia do município de Jaicós* — Piauí; Pedro Ferreira de Assis — *O Jaburú (rio que serve a dois Estados)* — Ceará; Benedito Silva Santos — *Município de Camanducaia* — Minas Gerais; Timóteo Cardoso Pinto — *Monografia do município de Extrema* Minas Gerais; José Lopes Pereira — *Estradas do município de Dores de Campos* — Minas Gerais; T. Franco Guimarães — *O município de Santo Antônio da Platina* — Paraná; Maria do Rosário Fernandes — *Monografia sôbre o povoado de Dom Serafim* — Minas Gerais; Álvaro Feitosa Vitório — *Monografia do distrito de Chapada* — Mato Grosso; Carmélia Diniz — *Monografia estatístico-corográfica sôbre o município de Altinho* — Pernambuco; Antônio Marçal Nogueira — *Monografia geográfica e estatística de Poços de Caldas* — Minas Gerais; Luiz Antônio Garcia da Silveira — *Piraí — monografia da cidade* — Rio de Janeiro; Bonifácio Camargo Gomes — *A Serra Bodoquena* — Mato Grosso; Auton Aragão — *Estudo informativo para a feitura de uma monografia do município de Ipueiras* — Ceará; José de Sousa Brandão — *Cidade de Luiz Correia* — Piauí; Adolfo Alves Barreto — *Breve monografia do município de Mundo Novo* — Baía; José Júlio de Freitas Coutinho Filho — *Monografia do município de Ipiranga* — Minas Gerais; José de Abreu Paiva — *Dados gerais do município de Pedra Branca* — Minas Gerais; José Carvalho de Sousa — *Descrição do município de Jaguarari* — Baía; Hermínio Rocha — *Município de Paulista* — Piauí; Carlos Diniz Braga — *Monografia sôbre o município e comarca de Betim* — Minas Gerais; Fernando Nogueira Dantas — *Município de Irará* — Baía; Maria Expedita Padilha Mendonça — *Monografia referente à parte física e divisional, etc.* (*Ribeirão*) Pernambuco.

5.º Prêmio — M. Nicodemo de Araújo — *Monografia do município de Acaraú* — Ceará; João Climaco R. de Azevedo Silva — *Monografia do município de Água Preta* — Pernambuco; João Batista Loureiro — *Monografia sôbre a descrição de limites e economia do município de Alto Longá* — Piauí; Laurentina Vilanova e Silva — *Monografia sôbre a descrição geral do município de Alto Longá* — Piauí; Maria Raquel de Figueiredo — *Monografia do município de Aquidabã* — Sergipe; Magnólia Agostini — *Monografia do município de Areado* — Minas Gerais; Alice Prado — *Monografia dos rios e serras do município de Areado* — Minas Gerais; Valdemiro Otaviano de Araújo — *Monografia dos distritos do município de Barra* — Baía; Joaquim Raulino Sampaio — *Monografia do município de Barreiras* — Baía; Modestino Melo — *Monografia geográfica do município de Belo Vale* — Minas Gerais; Antônio Lima Quadros — *Aspectos geográficos do município de Boa Nova* — Baía; Leôncio Silva — *Município de Bom Jardim* — Rio de Janeiro; Tranquilino Joaquim dos Santos — *Monografia do município de Bom Sucesso* — Baía; Eduardo Augusto Vieira — *Monografia do município de Bom Sucesso* — Baía; Cristóvão Gomes de Melo — *Monografia do município de Buriti dos Lopes* — Piauí; Agnelo da Cruz Prates — *Monografia corográfica do município de Cajobi* — São Paulo; João Alves de Resende — *Monografia dos aspectos geográficos do município de Canhoba* — Sergipe; João Clarenon Farias — *Aspectos gerais do município de Caravelas* — Baía; Armindo Ferreira da Silva — *Notícias sôbre a flora do município de Condeúba* — Baía; Anor Inácio de Almeida — *Monografia geográfica do município de Delfinópolis* — Minas Gerais; Geraldo Lara — *Estudo da geografia do município de Divinópolis* — Minas Gerais; Ildefonso A. Silva — *As divisas do município de Dores de Campos* — Minas Gerais; Eustáquio Blesa Serrano — *Monografia do município de Encruzilhada* — Baía; Oscar da Silva Reis — *Estudo geral da sede do município de Entre Rios* — Baía; Floro Gomes de Sá — *Monografia do município de Floresta* — Pernambuco; Sebastião Goulart de Sousa — *Monografia do rebanho bovino do município de Formiga* — Minas Gerais; Manuel Abrão Filho — *Município de Gimirim — comarca de Machado* — Minas Gerais; Auton Aragão — *Estudos para a formação de u'a monografia do município de Independência* — Ceará; Antônio Isaías Coelho — *Município de Itabaianinha* — Sergipe; Geraldo Campos Moreira — *Monografia sôbre o rio São João* — Minas Gerais; América Marques de Freitas — *As vias de comunicações do município de Jaboticatubas* — Minas Gerais; Temístocles Emílio de Carvalho — *Dados Históricos do município de Lagarto* — Sergipe; Gustavo Adolfo — *Monografia do município de Luz"* — Minas Gerais; Ana Lina de Jesús Araújo — *Monografia do município de Mesquita* — Minas Gerais; Raimundo Nonato Carneiro — *Monografia de aspectos da geografia municipal* — Piauí; João Alves — *Monografia municipal do município de Miranda* — Mato Grosso; Válter Pires Rebouças — *Monografia do município de Mutuípe* — Baía; Zilda de Oliveira — *Monografia de Nepomuceno* — Minas Gerais; José Maria Lemos — *Monografias* (*Nova Resende*) — Minas Gerais; Frutuoso José da Silva — *Monografia do município de Pôrto Seguro* — Piauí; Alípia Alves — *Monografia do município de Poté* — Minas Gerais Vicentina Matos — *Monografia do distrito de Valão* — Minas Gerais; Genésio Florentino Lima — *Monografia de Princesa Isabel* — Paraíba; Joaquim Guimarães Júnior — *Monografia do município de Riacho de Santana* — Baía; Irene Meneses Lins — *Monografia referente à parte industrial do município de Ribeirão* — Pernambuco; Guimar Batista Ribas — *Monografia referente à potamologia do município de Ribeirão* — Pernambuco; Isaura de Figueiredo Costa — *Traços monográficos sôbre o município de Ribeirão* — Pernambuco; Otacílio Vieira de Melo — *Corografia do município de Gonzaga* — Sergipe; Antônio Teodoro de Andrade — *Município de Santa Inez* — Baía; Domingos Rodrigues Lima de Ornellas — *Município de Santa Luzia* — Minas Gerais; Luiz Prisco de Braga — *Município de São Domingos do Prata* — Minas Gerais; Helena Ribeiro Santos — *Monografia do Povoado Salinas* — Piauí; Maurício Ettinger — *Município de São Paulo* — Sergipe; João José Caxito — *Descrição do ribeirão Confins, no distrito da vila de Arinos, em o município de São Romão* — Minas Gerais; José Pereira

— *Distrito da cidade de São Romão* — Minas Gerais; José Pereira Leite — *Distrito do Capão Redondo, município de São Romão* — Minas Gerais; Maria da Glória Venceslau — *Aspecto geral da cidade de Sapucaí Mirim* — Minas Gerais; Adolfina Vieira da Silva Marcondes — *A questão de limites municipal no conjunto interestadual de Sapucaí Mirim* — Minas Gerais; João Batista Teixeira — *Limites de Jaboticatubas com Caeté* — Minas Gerais; Vitrúvio Marcondes Pereira — *Reserva florestal e seu valor econômico de Sapucaí Mirim* — Minas Gerais; Helvécio de Andrade e Silva — *Estrutura, relêvo e sub-solo do município de Sapucaí Mirim* — Minas Gerais; Maria José Ribeiro e Silva — *Produção do município de Sapucaí Mirim* — Minas Gerais; Manuel P. Ponciano — *Excerptos para u'a monografia de Sumidouro* — Rio de Janeiro; José de Sousa Oliveira — *Monografia do município de Uauá.*

★

DELEGACIA DO NORTE — A Delegacia do Norte do Conselho Nacional de Geografia, sediada na cidade do Salvador, capital do Estado da Baía e dirigida pelo engenheiro Oscar Carrascosa, vem desenvolvendo proveitoso programa de trabalhos, de acôrdo com as normas traçadas pelo Conselho Nacional de Geografia.

Dentre as últimas tarefas levadas a efeito por aquele órgão regional, destaca-se a que decorreu da sua atuação junto às autoridades encarregadas do censo local em 1940, tendo entre outros serviços prestados, colaborado para que fôssem pelas respectivas prefeituras, elaboradas monografias histórico-geográficas dos seguintes municípios baianos:

Afonso Pena, com 9 páginas; Angical, com 11 páginas; Areia, com 9 páginas; Alagoinhas, com 12 páginas; Alcobaça, com 7 páginas; Andaraí, com 6 páginas; Belmonte, com 11 páginas; Brejões, com 9 páginas; Barreiras, com 7 páginas; Bonfim, com 9 páginas; Brumado, com 12 páginas; Boa Nova, com 11 páginas; Barra de Estiva, com 8 páginas; Brotas, com 8 páginas; Baixa Grande, com 6 páginas; Bom Jesús da Lapa, com 10 páginas; Bom Sucesso, com 7 páginas; Barra, com 13 páginas; Catú, com 7 páginas; Canavieiras, com 9 páginas; Castro Alves, com 8 páginas; Cipó, com 6 páginas; Conceição de Feira, com 8 páginas; Caravelas, com 8 páginas; Conde, com 7 páginas; Camamú, com 7 páginas; Cotegipe, com 8 páginas; Carinhanha, com 9 páginas; Casa Nova, com 6 páginas; Cairú, com 8 páginas; Chique-Chique, com 7 páginas; Conquista, com 10 páginas; Cruz das Almas, com 8 páginas; Djalma Dutra, com 14 páginas; Encruzilhada, com 12 páginas; Entre Rios, com 6 páginas; Esplanada, com 6 páginas; Euclides da Cunha, com 14 páginas; Feira de Santana, com 6 páginas; Guanambí, com 7 páginas; Itapira, com 8 páginas; Irará, com 11 páginas; Irecê, com 6 páginas; Itambé, com 8 páginas; Itiúba, com 8 páginas; Itapicurú, com 6 páginas; Itabuna, com 6 páginas; Itaparica, com 10 páginas; Itaquara, com 5 páginas; Inhambupe, com 11 páginas; Ituassú, com 9 páginas; Itirussú, com 6 páginas; Itararé, com 7 páginas; Jandaíra, com 5 páginas; Jequiriçá, com 5 páginas; Jaguaquara, com 9 páginas; Jacobina, com 9 páginas; Juazeiro, com 9 páginas; Laje, com 8 páginas: Livramento, com 8 páginas; Lençóis; com 9 páginas; Monte Alegre, com 5 páginas; Mundo Novo, com 8 páginas; Monte Alto, com 8 páginas; Macaúbas, com 11 páginas; Mucurí, com 15 páginas; Morro do Chapéu, com 10 páginas; Maragogipe, 9 páginas; Mucugê, com 3 páginas; Maracás, com 14 páginas; Monte Santo, com 12 páginas; Mutuípe, com 9 páginas; Maraú, com 6 páginas; Nazaré, com 14 páginas; Paripiranga, com 9 páginas; Paramirim, com 8 páginas; Prado, com 5 páginas; Pombal, com 9 páginas; Poções, com 8 páginas; Queimadas, com 8 páginas; Rio Real, com 7 páginas; Rio Novo, com 9 páginas; Rio Preto, com 11 páginas; Riacho de Santana, com 10 páginas; Rui Barbosa, com 9 páginas; Santo Antônio de Jesús, com 7 páginas; Santana, com 11 páginas; Santa Teresinha, com 7 páginas; Santa Inez, com 9 páginas; São Gonçalo, com 9 páginas; São Félix, com 5 páginas; Santo Amaro, com 44 páginas; Saúde, com 8 páginas; São Filipe, com 12 páginas; Santo Inácio, com 9 páginas: Santo Sé, com 12 páginas; Seabra, com 10 páginas; Soure, com 5 páginas; Serrinha, com 6 páginas; Tucano, com 9 páginas; Uauá, com 7 páginas; e Una, com 9 páginas.

Ainda a Delegacia do Norte do Conselho Nacional de Geografia está elaborando os verbetes locais para o *Vocabulário Geográfico* que está sendo organizado pelo Conselho. Os topônimos respectivos estão sendo colhidos nos mapas municipais elaborados em observância ao decreto-lei n.º 311, já atingindo a quantidade de 2 841 verbetes coletados, assim distribuídos: 150 fichas de A a Z, referentes a municípios; 549 fichas de A a Z, alusivas a distritos; 1 402 fichas de A a Z, correspondentes a povoados; 500 fichas de A a C, de serras, morros, lagoas e cachoeiras; e 240 fichas de A a B, de rios e riachos, sendo estas últimas sujeitas a retificações.

Ainda estão em estudo e organização, cêrca de 4 700 verbetes.

★

CARTA GEOGRÁFICA DO BRASIL — O Conselho Nacional de Geografia, pelo decreto-lei federal n.º 237, de 2 de fevereiro de 1938, ficou encarregado pelo Govêrno da União de elaborar uma Carta Geográfica do Brasil, na escala de um por milhão. Em 1922, em comemoração ao Centenário da nossa Independência, foi publicada pelo Clube de Engenharia a primeira edição provisória dessa Carta, que obedece às Convenções internacionais da Carta do Mundo. A Carta representa o Brasil em 50 fôlhas, no formato 0,68 m — 0,80 m, figurando em côres próprias e gradativas as regiões elevadas e as submarinas. O Conselho agora vai atualizar a Carta. A Carta Geográfica de um país, além de ser um documento básico, é uma demonstração de atividade e de cultura. Para elaborá-la, o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, do Conselho, onde estão centralizados os trabalhos, necessita coligir documentos que resultaram de trabalhos de campo, de reconhecimentos e levantamentos territoriais, de viagens e pesquisas, de serviços topográficos e geodésicos, enfim, de todo o esfôrço empreendido no sentido de colhêr informações e dados exatos sôbre o território brasileiro. A colaboração dos serviços oficiais, das emprêsas particulares e dos profissionais e particulares constitue um dever cívico. É, portanto, ato meritório enviar ao Conselho Nacional de Geografia (Praça Getúlio Vargas, 14, 5.º andar — Edifício Serrador — Distrito Federal — BRASIL) mapas, croquís, descrições, publicações, informações, dados fotografias, numa palavra, qualquer elemento que documente com exatidão o território brasileiro. Fazer isto é servir ao BRASIL.

★

Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica

TRANSFERÊNCIA PARA O MINISTÉRIO DA VIAÇÃO — O Sr. ministro da Viação e Obras Públicas pela portaria n.º 970, de 3 de dezembro do ano findo, atendendo ao que dispõem os §§ 2.º e 3.º do art. 2.º do decreto lei n.º 1 360, de 20 de junho de 1939, e o art. 2.º da resolução n.º 127, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, realizado em Goiânia, em 9 de julho do mesmo ano, designou o engenheiro JOAQUIM LICÍNIO DE SOUSA ALMEIDA, o consultor técnico MOACIR MALHEIROS FERNANDES SILVA e o oficial administrativo JÚLIO XAVIER DA SILVA MOURA para, em comissão, sob a presidência do primeiro, estudarem a organização dos serviços de estatística de transportes, comunicações e obras públicas: elaborarem o ante-projeto da criação do "Serviço de Estatística dos Transportes, Comunicações e Obras Públicas", a ser subordinado àquele Ministério, e que constituirá a sexta repartição central do quadro executivo da estatística brasileira, na forma instituída pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística segundo o estabelecido no decreto-lei n.º 1 360 e, finalmente, entrarem em entendimento com o referido Instituto, demais Serviços Centrais de Estatística, e Departamento Administrativo do Serviço Público, afim de que o aludido ante-projeto apresente homogeneidade com os demais serviços federais de cuja padronização se cogita presentemente.

PORTARIAS DO DIRETOR — O engenheiro CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO, diretor do S. G. E. F., baixou, em dezembro último, as portarias nos. 12 e 13, respectivamente, datadas de 9 e 14 daquele mês designando, pela primeira, o auxiliar-desenhista Sr. JOSÉ OSVALDO FOGAÇA para responder pelo expediente da 1.ª Secção do mesmo Serviço, durante os impedimentos do respectivo chefe e do chefe da 3.ª Secção, e, pela segunda designando o engenheiro FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES, chefe da Secção de Estudos Geográficos, Estatística Territorial e Cartografia Estatística (4.ª) do referido Serviço, para prestar os esclarecimentos solicitados pela Divisão de Aperfeiçoamento do Departamento Administrativo do Serviço Público, sôbre a divisão regional das Unidades Federadas Brasileiras.

SECÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES — O Conselho Nacional de Geografia afim de atingir as finalidades culturais a que se destina dispõe, em sua repartição central — O Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica — de uma secção intitulada de Documentação e Informações destinada a coletar quanto possa contribuir para tornar o nosso país melhormente conhecido, tanto em seus aspectos fisiográficos, como pelas peculiaridades reveladas por sua gente.

Com êsse intuito esforça-se por aproveitar todos os documentos informativos que lhe estejam no alcance, e guardá-los metòdicamente, agrupados conforme a categoria respectiva.

Para tal fim, atua por meio da *Biblioteca* e *Hemeroteca* especializadas, em que se acolhem livros e publicações periódicas, da *Mapoteca*, em que de igual modo prepondera a cartografia do território nacional, em seu conjunto, ou em qualquer área parcial, a *Fototeca*, na qual se reúnem aspectos característicos das paisagens e dos tipos brasileiros, e, feito centro de convergência dos outros setores componentes da Secção, o *Arquivo Corográfico*, para o qual se canalizam as contribuïções esparsas, como sejam, pequenos folhetos, recortes de jornais e revistas, enfim tôda documentação conservada em arquivo e que por sua natureza não possa figurar na *Biblioteca* nem na *Hemeroteca*.

Consoante lhe compete à missão regulamentar, o Arquivo recebe de várias procedências e ordena racionalmente, de acôrdo com o respectivo plano de classificação adotado, depois de cuidadoso exame, os documentos avulsos, distribuidos por pastas, em que também consta a indicação das páginas de livros e revistas, que versem o mesmo tema, assim como de fotografias e mapas mencionados pelo devido número de ordem.

Desta maneira, dispõe a Primeira Secção do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica de elementos com que possa atender às solicitações das outras Secções, e, além dessa função, que lhe constitue o principal fundamento, permite a utilização de quanto possue por estudiosos que lhe freqüentam a sala de leitura.

MOVIMENTO DE CONSULTAS DO ARQUIVO COROGRÁFICO DURANTE O MÊS DE DEZEMBRO DE 1942 — Durante o mês de dezembro de 1942 12 pessoas consultaram o Arquivo Corográfico, registrando-se 33 consultas.

As regiões consultadas foram as seguintes: Rio de Janeiro (E16), 2 consultas; Mato Grosso, (E9), 3 consultas; Brasil (B), 14 consultas; Goiaz (E7), 1 consulta; Minas Gerais (E10), 8 consultas; Geografia Universal (U), 1 consulta; Piauí (E15), 1 consulta; Baía (4), 1 consulta.

CARTEIRA DA DIVISÃO TERRITORIAL — Compete à Carteira o controle permanente da documentação relativa à execução dos decretos-leis federais n.º 311, de 2 de março de 1938, que dispõe sobre a divisão territorial, e n.º 3 599, de 6 de setembro de 1941, que dispõe sôbre a nomenclatura ferroviária do país. Consta êste controle de diferentes e minuciosos confrontos e exames, de tôda a documentação decorrente da execução dêsses decretos.

Quanto à documentação relativa à divisão territorial, partiram os trabalhos do decreto regional, que executou o primeiro dos decretos-leis mencionados, prosseguiram pela documentação intermediária até a lei qüinqüenal, que fixou a divisão territorial de 1.º de janeiro de 1939 a 31 de dezembro de 1943.

Continuaram os estudos pelos mapas municipais, pelas respectivas interpretações de divisas e pelas delimitações dos perímetros urbanos e suburbanos das sedes circunscricionais até a legislação judiciária posterior.

Com referência à documentação ferroviária os trabalhos foram iniciados pelo relatório da Comissão Revisôra de cada unidade federada em confronto com a *Nomenclatura das Estações das Emprêsas Filiadas*, em tráfego mútuo e dos que com estas mantêm tráfego direto, edição de 1939, revista e corrigida pela Contadoria Geral de Transportes, os mapas municipais respectivos e a relação das estações ferroviárias do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, cedido à Carteira pela Secção de Estatística da Divisão Econômica do referido Departamento.

★

Departamento Nacional do Café

FILIADA AO I.B.G.E. A SUA SECÇÃO DE ESTATÍSTICA — Realizou-se, no dia 23 de novembro último, a assinatura do têrmo de acôrdo de filiação da Secção de Estatística do Departamento Nacional do Café ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O ato foi presidido pelo embaixador José Carlos de Macedo Soares, presentes os Srs. Jaime Fernandes Guedes, Noraldino Lima e Raimundo Mendes Sobral, respectivamente, presidente, diretor e superintendente do D. N. C.; diretores de estatística de todos os Ministérios e representantes dos Estados Maiores do Exército, Marinha e Aeronáutica, que integram a Junta Central do I. B. G. E.; chefes de Serviço e funcionários do D. N. C.

Após a assinatura do acôrdo, falaram o Sr. Segismundo Melo, chefe da Secção de Estatística do Departamento, e o Dr. Teixeira de Freitas, secretário geral do Instituto, os quais acentuaram o significado do acôrdo. Por último, usou da palavra o embaixador José Carlos de Macedo Soares, que se referiu à brilhante atuação do Sr. Jaime Guedes à frente do D. N. C. e, ao concluir, se congratulou com a direção do Departamento Nacional do Café e com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística pelos altos objetivos do acôrdo concluído.

★

Instituto Nacional do Mate

SUA REORGANIZAÇÃO — Com o objetivo de dar uniformidade à organização dos Institutos autárquicos controladores da economia, de forma que sigam todos a mesma orientação, o D.A.S.P., conforme a Exposição de Motivos n.º 2 920 de 20 de outubro de 1942, publicada no *Diário Oficial* de 26 do mesmo mês, encaminhou ao Sr. Presidente da República um projeto de decreto-lei em que, além de outras providências, altera os arts. 3.º, 4.º § 1.º, 7.º, 11 e 16 do decreto-lei n.º 3 937, de 13 de dezembro de 1941, que reorganizou o Instituto Nacional do Mate.

Concordando com as modificações propostas, o Sr. Presidente da República assinou, em 23 de outubro último, o decreto-lei n.º 4 870, que consubstancia a nova organização do Instituto.

★

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

CURSO DE METEOROLOGIA — Foram reservadas para o Ministério da Aeronáutica 30 bôlsas de estudo para um curso de treinamento nos métodos mais aperfeiçoados de observação meteorológica, em Medellin, na Colômbia, ao fim do qual uma certa proporção dos alunos que mais se tiverem destacado será designada para receber uma bôlsa de estudo, de um ano, nos Estados Unidos.

Os candidatos que satisfizerem as condições estabelecidas, serão submetidos a um exame de seleção, que será regulado em instruções a serem baixadas posteriormente.

O prazo para os pedidos de inscrição encerrou-se no dia 4 de janeiro do corrente ano.

Os candidatos selecionados para as bôlsas de Medellin, que pretenderem candidatar-se ao curso a ser feito nos Estados Unidos, deverão satisfazer as seguintes condições: a) falar correntemente o inglês; b) submeter-se a cursos de revisão de cálculo integral e diferencial e física, cursos êsses que também poderão fazer os demais interessados e qualificados.

Durante o curso preliminar em Medellin, os estudantes receberão 100 dólares americanos, mensais, para os gastos de subsistência, além dos vencimentos pagos de acôrdo com o Código de Vencimentos e Vantagens da Aeronáutica.

O curso terá início na primeira quinzena de fevereiro dêste ano.

PLANO AEROVIÁRIO DA AMAZÔNIA — No memorial em que a "Defense Supplies Corporation" e "Rubber Reserve Company", por intermédio da embaixada dos Estados Unidos da América do Norte, submeteram à consideração do Sr. ministro da Aeronáutica o plano aeroviário da Amazônia, proferiu o despacho seguinte, conforme expediente publicado no *Diário Oficial* de 4 de dezembro último: "Aprovado. Diante das promessas feitas, aguardamos sua concretização, sobretudo no fornecimento de material à Panair, e à criação de suas novas linhas. Esta concessão é feita à "Defense Supplies Corporation", por companhia que escolher para fins oficiais, e enquanto durar o estado de guerra".

ESCOLA DE ESPECIALISTAS DE AERONÁUTICA — Atingiu a soma de 43 o número de candidatos aprovados no concurso de admissão ao curso de especialistas, que teve início no dia 2 de janeiro dêste ano, conforme relação nominal publicada no *Diário Oficial* de 12 de dezembro do ano próximo passado e retificação inserida no do dia 22.

NAVEGAÇÃO AÉREA BRASILEIRA S. A. — O Sr. ministro da Aeronáutica, pela portaria n.º 171, de 3 de dezembro último, aprovou os itinerários e horários, que com a mesma baixou, das linhas aéreas Rio de Janeiro - Teresina - Belém e Rio de Janeiro - Recife, da Navegação Aérea Brasileira S. A.

FISCALIZAÇÃO ADUANEIRA DOS TRANSPORTES AÉREOS — Pelo decreto n.º 11 107, de 16 de dezembro último, foi aprovado o regulamento para a fiscalização aduaneira dos transportes aéreos no país.

★

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

DESDOBRADO O SEU QUADRO DE FUNCIONÁRIOS — Pelo decreto-lei n.º 5 000, de 27 de novembro do ano próximo findo, publicado no *Diário Oficial* de 4 de dezembro último, foi desdobrado o Quadro Único do Ministério da Agricultura, em Quadro Permanente e Quadro Suplementar.

No Quadro Permanente, figuram os cargos isolados e de carreira, de existência permanente, assim como as funções gratificadas, e no Quadro Suplementar os cargos isolados e de carreira, de existência transitória.

UM APÊLO AOS PREFEITOS — O conhecimento oportuno dos municípios, é da maior importância para o govêrno e de conseqüências benéficas para as populações. Só com êsse conhecimento podem as autoridades traçar, com segurança, planos de trabalho tendentes a resolver problemas que nos afligem ou encetar campanhas de maior vulto.

Os municípios constituem a chave de todo o trabalho estatístico, dependendo, pois, de seus dirigentes grande parte do êxito necessário à apuração final.

O Ministério da Agricultura apela, dessa forma, para os prefeitos municipais no sentido de remeterem, com a maior urgência possível, todos os boletins ou questionários enviados, periòdicamente, ou em qualquer circunstância, sem prejuizo, já se vê, da exatidão das informações.

O Ministério da Agricultura considera muito importante o esfôrço dos Srs. prefeitos nesse sentido, reconhecendo serem muitas vêzes enormes as dificuldades encontradas para a execução do trabalho. E', por isso mesmo, uma colaboração patriótica da maior relevância. A maioria dos municípios remete, com regularidade exemplar, todos os questionários, enquanto que outros, por qualquer razão, não procedem de igual maneira, impossibilitando, em muitos casos, a conclusão de serviços urgentes. Êste apêlo estende-se a todos quantos devem fornecer dados e informações aos diversos órgãos do Ministério.

★

Departamento da Produção Mineral

CONSIDERADAS PÚBLICAS DE USO COMUM AS ÁGUAS DE DOIS CURSOS — Em obediência ao disposto nos parágrafos 1.º e 2.º do art. 5.º do decreto-lei n.º 2 281, de 5 de junho de 1940, em edital publicado no *Diário Oficial* de 11 de dezembro último, a Divisão de Águas do Departamento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura faz ciente aos interessados que considera públicas de uso comum, do domínio do município de Magé, Estado do Rio de Janeiro, as águas do curso dágua conhecido na região por "Chiqueiro", ao longo de tôda a sua extensão, o qual é afluente da margem direita do curso Andorinhas-Magé-Magé.

Segundo nota publicada abaixo do referido edital, foi consultado o mapa municipal organizado em observância ao decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938, no qual não existe denominação para o curso dágua em aprêço.

Por outro edital publicado no *Diário Oficial* do dia 14 ainda de dezembro próximo passado, a mesma Divisão divulga que também considera públicas de uso comum, do domínio federal, na parte marítima, e do domínio do município do Rio de Janeiro, na parte restante, as águas do curso dágua denominado "Cassambé" ao longo de tôda a sua extensão, o qual tem nascente e seu curso no mesmo município, desaguando na lagoa da Jacarepaguá.

PROVA DE HABILITAÇÃO PARA INSPETOR ESPECIALIZADO — Na Divisão de Seleção do D.A.S.P. realizou-se, no dia 20 de dezembro do ano findo, a segunda parte da prova de habilitação para inspetor especializado extranumerário mensalista do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

ADQUIRIDA A BIBLIOTECA DO CIENTISTA EUSÉBIO DE OLIVEIRA — Ao falecer o geólogo EUSÉBIO DE OLIVEIRA, que é um dos maiores nomes da geologia nacional e também do continente, deixou uma valiosa biblioteca, constituída durante seus longos anos de estudos e de trabalho. Para evitar a dispersão, ao mesmo tempo possibilitar aos seus técnicos maior cabedal de estudos e conhecimentos, resolveu o Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura adquirir os livros deixados pelo saüdoso cientista.

Dentro das possibilidades orçamentárias, o D. N. P. M., autorizado pelo então ministro da Agricultura, Sr. FERNANDO COSTA, após a devida avaliação dos livros e publicações, fêz a aquisição da maioria dos mesmos, tendo outras repartições do Ministério adquirido também várias obras. Posteriormente, todos os livros e publicações foram reünidos na Biblioteca do D. N. P. M.

Agora, o Sr. Presidente da República, vem de autorizar ao Ministério a compra do restante da biblioteca do notável técnico brasileiro, completando, assim, a biblioteca do Departamento.

Os livros e publicações deixadas pelo Dr. EUSÉBIO DE OLIVEIRA, em sua totalidade, foram avaliados em Cr$ 49 502,00 por uma comissão designada pelo ministro FERNANDO COSTA e composta pelos Drs. OTÁVIO BARBOSA, então diretor da Divisão de Fomento da Produção Mineral; engenheiro de minas GÉRSON DE FARIA ALVIM e D. DOLORES IGLÉSIAS, bibliotecária do Departamento Nacional da Produção Mineral.

NOMEAÇÃO DE TÉCNICOS — Pelo Sr. Presidente da República foi aprovada a exposição de motivos do D. A. S. P. relativo à admissão dos Srs. GILVAN PONTUAL RANGEL MOREIRA e PAULO AUGUSTO DE CARVALHO, como contratados, na função de classifcador e avaliador especializados, de quartzo, na Divisão de Fomento do Departamento Nacional da Produção Mineral.

★

Conselho Florestal Federal

SUGERIDA A MODIFICAÇÃO DO CÓDIGO FLORESTAL — Na sessão realizada pelo Conselho Florestal Federal no dia 27 de novembro do ano recém findo, esteve presente o Sr. ROBERTO FORQUIM WERNECK, membro do Conselho Florestal do Estado de Minas Gerais. Respondendo a uma saüdação do presidente, o Sr. ROBERTO FORQUIM WERNECK fêz uma exposição detalhada sôbre os trabalhos que vem realizando o Conselho Florestal daquele Estado, salientando as dificuldades observadas para a aplicação de penalidades por infrações florestais, conforme prevê o Código Florestal. Aproveitando a oportunidade, renovou o pedido, já feito pelo Conselho de Minas Gerais, no sentido de ser estudada a possibilidade de fazer algumas modificações no Código Florestal para que a execução seja mais prática e a aplicação das penalidades mais simples. O conselheiro LUCIANO PEREIRA DA SILVA, depois de fazer o histórico do Código Florestal, desde a formação da Comissão Elaboradora, até o presente momento, declara-se convencido, embora com grande pesar, de que enquanto as infrações forem da alçada do Poder Judiciário, o Código não será cumprido eficientemente. Fêz ciente ao Sr. ROBERTO WERNECK que o govêrno está tomando providências, conforme projeto de decreto-lei já elaborado em que a

questão florestal é encarada enèrgicamente. O conselheiro ALFEU DOMINGUES, falando sôbre a matéria, declarou que uma cópia do projeto de decreto-lei citado foi remetida ao coordenador da Mobilização Econômica. Sôbre a matéria falaram ainda os conselheiros JOSÉ MARIANO FILHO, JOSÉ PALHANO DE JESÚS e MILETO ÁLVARES DE SOUSA COUTINHO.

AO SERVIÇO FLORESTAL COMPETE DELIMITAR AS ÁREAS DE FLORESTAS PROTETORAS — Na sessão de 27 de novembro do ano recém-findo, o Conselho Florestal Federal aprovou, conforme publicação no *Diário Oficial* de 17 de dezembro do mesmo ano, o parecer do Sr. JOSÉ PALHANO DE JESÚS no processo n.º 2 142 do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura e referente ao pedido feito pela Estrada de Ferro Central do Brasil no sentido de ser-lhe dada permissão para "tirar lenha nos quilômetros 40, 50 e 56 do ramal do rio do Ouro, prometendo respeitar "as marcações e outras exigências que forem feitas, para defesa dos mananciais".

Atendendo a que partes das florestas alí situadas protegem importantes mananciais, foi de opinião o relator que devem ser as mesmas, por decreto, classificadas "protetoras" e, portanto, não sujeitas à exploração intensiva, tanto mais por pertencerem à União.

Enquanto, porém, não se der essa classificação, estão as aludidas florestas incluídas, legalmente, na categoria das de "rendimento", nos têrmos do art. 7.º do Código Florestal, combinado com o art. 10 e, assim sendo, o Serviço Florestal deverá tratar de delimitar naquela região as áreas que devam ser declaradas, por decreto, de florestas protetoras, fiscalizando em seguida a exploração da parte restante nos têrmos dos arts. 37, 38, 44 e 45, em tudo o que couber no caso de emergência considerado.

"Verificada a urgência do caso — conclue o relator — o Ministério da Agricultura poderá ainda autorizar, desde logo, a exploração fora das zonas de florestas protetoras, prèviamente indicadas pelo Serviço e isso enquanto se tratar da demarcação e levantamento das plantas que deverão acompanhar o decreto de classificação; sendo de esperar que para os trabalhos topográficos, a estrada interessada não negará o valioso concurso do seu numeroso corpo técnico".

★

Conselho Nacional de Caça

COLETA DE ANIMAIS SILVESTRES, OU SEUS PRODUTOS PARA FINS DIDÁTICOS — O diretor da Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura assinou a seguinte portaria, publicada no *Diário Oficial* de 5 de dezembro último:

"PORTARIA N.º 353 — de 16 de novembro de 1942.

O diretor, ouvido o Conselho Nacional de Caça, resolve baixar as seguintes instruções para coleta de animais silvestres ou seus produtos, para fins didáticos:

Art. 1.º — O colecionamento de animais silvestres ou seus produtos para fins didáticos só poderá ser realizado mediante licença especial da Divisão de Caça e Pesca e dentro do período de permissão da caça fixado na respectiva portaria, para estabelecimento do ensino oficial ou fiscalizado pelo govêrno.

Parágrafo único — A licença especial, de que trata o presente artigo será equiparada à de caçador profissional, só devendo ser concedida a brasileiros ou a estrangeiros idôneos que residam no país há mais de cinco anos e a juízo da Divisão de Caça e Pesca.

Art. 2.º — O pedido de licença especial, referido no artigo anterior, deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

a) prova de encomenda feita pelo estabelecimento de ensino e de estar êste nas condições do art. 1.º desta portaria;

b) prova de nacionalidade do caçador e do cumprimento das exigências do parágrafo único do art. 1.º desta portaria;

c) relação, por espécie, do número dos animais a serem colecionados, com a declaração da região onde vai ser feito o colecionamento ou do roteiro da caçada respectiva, a juízo da Divisão de Caça e Pesca.

Art. 3.º — Todo o material colecionado deverá ser enviado à Divisão de Caça e Pesca que pedirá o exame do mesmo por técnico do Museu Nacional ou especialistas por êste indicados e autorizará a respectiva entrega ao caçador interessado.

§ 1.º — O Museu Nacional poderá reter para suas coleções, sem qualquer onus, exemplares que representam formas novas ou primeira ocorrência.

§ 2.º — O caçador interessado, tendo recebido o material, de conformidade com êsse artigo, fica obrigado a apresentar à Divisão de Caça e Pesca, dentro do prazo de 90 dias, comprovantes da entrega dêsse material às instituições destinatárias.

Art. 4.º — A Divisão de Caça e Pesca terá a faculdade de condicionar a licença de colecionamento aos interêsses do Museu Nacional, com a exigência de exemplares que sejam trazidos para o mesmo sem qualquer onus.

Art. 5.º — Desde que sejam obedecidas as exigências desta portaria, poderá a Divisão de Caça e Pesca autorizar o caçador a manter mostruários e estoques para exposições.

Parágrafo único — A alienação do material que constitua o mostruário ou o estoque referidos neste artigo, dependerá de autorização prévia da Divisão de Caça e Pesca.

Art. 6.º — Para o embarque do material colecionado será necessário a respectiva guia de trânsito fornecida pela Divisão de Caça e Pesca.

Art. 7.º — A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a de n.º 206, de 10 de julho de 1942. — ASCÂNIO FARIA, diretor".

★

Serviço de Proteção aos Índios

O ACERVO DA COMISSÃO RONDON — A atuação da Comissão Rondon, durante 40 anos, no interior do Brasil, constitue o mais notável feito da atual geração brasileira em prol da integração do nosso *interland* na vida nacional.

O valioso acervo da Comissão, constituído de preciosos estudos e pesquisas sôbre a geografia, a flora, a fauna e sôbre os indígenas das nossas fronteiras e sertões, inclusive o material colhido e instrumental, encontrava-se sob a guarda do Ministério da Guerra, e agora, irá passar para o da Agricultura, conforme entendimento entre os dois órgãos da administração federal, aprovado pelo Sr. Presidente da República.

Solicitando a autorização do chefe do govêrno para a transferência, acentuou o Sr. ministro da Agricultura:

"O Conselho Nacional de Proteção aos Índios e o Serviço de Proteção aos Indios ora fazendo parte do Ministério da Agricultura, são, sem nenhuma dúvida, no nosso conjunto administrativo, os departamentos mais em condições de prosseguir e completar os trabalhos efetuados no grande sertão brasileiro por aquela Comissão, tanto mais quanto à testa do Conselho se encontra o grande sertanista patrício general CÂNDIDO RONDON, e nesse Conselho assim como no Serviço de Proteção aos índios funcionam discípulos e auxiliares da grande escola sertanista nacional de que foi êle mestre, chefe e animador".

Na peregrinação pelo interior do Brasil, reuniu a Comissão Rondon vasto arquivo técnico, resultado de trabalhos topográficos, astronômicos, botânicos, geológicos e zoológicos. Só a missão de linhas telegráficas publicou 70 volumes com as observações colhidas. Juntaram-se 15 grossos álbuns fotográficos, onde surgem o noroeste e o oeste brasileiro, povoados pelos indígenas. Dessas fotos restam também os negativos, assim como se conservam valiosas películas cinematográficas. Foram feitas várias escavações preciosas, como a do rio Trombetas, sendo encontrados objetos e vestígios de antigos aldeamentos localizados em suas margens. Com os elementos topográficos e astronômicos obtidos, foi levantada pelo coronel JAGUARIBE DE MATOS a carta de Mato Grosso, já pronta e prestes a se publicar.

Integraram a Comissão, naturalistas, botânicos, geólogos e etnógrafos do Museu Nacional.

A propósito da transferência do acervo da Comissão para o Ministério da Agricultura, o general CÂNDIDO RONDON fêz as seguintes declarações à imprensa:

"O acervo da Comissão Rondon não interessa diretamente ao Ministério da Guerra, pois o Exército tem seu próprio serviço topográfico. O mesmo não acontece, porém, com o Ministério da Agricultura, cujo Serviço de Proteção ao índio se beneficiará com o material recolhido. O Conselho Nacional de Proteção aos índios já propôs ao D.A.S.P. estudos etnológicos, etnográficos, antropológicos baseados no acervo. E também o início de pesquisas no próprio sertão. Nas viagens a se realizarem serão localizados os aldeamentos indígenas, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, focalizando-se tanto as populações condensadas como as esparsas.

E, por último, em grande trabalho final, será futuramente constituída uma carta itinerária de todos os aldeamentos. Essa carta facilitará nosso contacto com o índio e abrirá o interior do país aos brasileiros.

★

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

PROGRAMA DE ENSINO DA GEOGRAFIA — O Sr. GUSTAVO CAPANEMA, ministro da Educação e Saúde, em portaria baixada a 11 de junho de 1942, determinou que se executem novos programas das disciplinas de linguas e de ciências do curso ginasial do ensino secundário.

Destacamos dos anexos constantes à mesma portaria a parte alusiva ao programa de geografia, que é o seguinte:

Programa de Geografia

Primeira Série

Geografia Física e Humana

Unidade I. — A TERRA NO ESPAÇO: — 1. Idéia do universo. 2. O sistema solar. 3. A terra e a lua: forma, dimensões, movimentos. 4. Círculos e zonas terrestres; coordenadas geográficas. 5. Orientação. 6. Representação da terra; globos e cartas.

Unidade II. — ESTRUTURA DA TERRA: — 1. A crosta terrestre. 2. Os continentes, os oceanos e máres, os litorais. 3. A atmosfera e os climas. 4. Águas correntes e lagos.

Unidade III. — OS GRUPOS HUMANOS: — 1. População; raças. 2. Nações. 3. Cidades. 4. Migrações e colonização. 5. Linguas e religiões; as atividades culturais. 6. A habitação e a alimentação.

Unidade IV. — A CIRCULAÇÃO: — 1. Os meios de transporte. 2. Os meios de comunicação.

Unidade V. — A AGRICULTURA. 1. Evolução da vida agrícola. 2. A produção vegetal. 3. A produção animal.

Unidade VI. — A INDÚSTRIA E O COMÉRCIO. — 1. Histórico da indústria e do comércio. 2. A produção industrial. 3. O comércio interno e internacional. 4. Os principais centros industriais e comerciais do mundo.

Segunda Série

Geografia dos continentes

Unidade I. OS CONTINENTES: — 1. Características dos continentes; dados comparativos. 2. As regiões polares.

Unidade II. — A AMÉRICA.
Unidade III. — A EUROPA.
Unidade IV. — A ÁFRICA.
Unidade V. — A ÁSIA E A AUSTRALÁSIA.
Unidade VI. — A OCEANIA.

De cada uma das partes do mundo far-se-à o seguinte estudo: 1. Estrutura física. 2. Regiões naturais; divisões políticas. 3. Populações e raças. 4. Linguas e religiões. 5. Cidades principais. 6. A vida cultural. 7. Recursos econômicos.

Programa de Geografia do Brasil

Terceira Parte

Geografia Física e Humana do Brasil

Unidade I. — O ESPAÇO BRASILEIRO: — 1. Descrição geral. 2. O relêvo. 3. O litoral. 4. O clima. 5. Águas correntes, formações lacustres.

Unidade II. — A POPULAÇÃO BRASILEIRA: — 1. Raças. 2. Línguas e religiões. 3. Distribuïção e densidade da população. 4. As fronteiras. 5. Imigração. 6. Colonização. 7. A habitação e alimentação.

Unidade III. — ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA: 1. A organização constitucional. 2. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios, os Municípios. 3. Os serviços públicos.

Unidade IV. — O SISTEMA DE VIAÇÃO: — 1. Os transportes; estradas de rodagem; estradas de ferro; navegação marítima e fluvial; a aviação. 2. As comunicações: correios, telégrafos, telefone, rádio.

Unidade V. — A PRODUÇÃO AGRÍCOLA: — 1. Solos agrícolas. 2. Os principais produtos de origem vegetal. 3. Criação de animais; produtos de origem animal. 4. Defesa da produção agrícola.

Unidade VI. — A INDÚSTRIA E O COMÉRCIO: — 1. Evolução industrial e comercial do país. 2. As principais indústrias nacionais. 3. O comércio interno e o comércio externo.

Quarta Série

Geografia regional do Brasil

Unidade I. — A DIVISÃO REGIONAL: — 1. Conceito de região natural. 2. As regiões brasileiras.

Unidade II. — A REGIÃO NORTE. Unidade III. — A REGIÃO NORDESTE. Unidade IV — A REGIÃO LESTE. Unidade V. — A REGIÃO SUL. Unidade VI. — A REGIÃO CENTRO-OESTE.

De cada uma das regiões brasileiras far-se-á o seguinte estudo: 1. Descrição física. 2. Povoamento; população. 3. Divisões; cidades. 4. A vida cultural. 5. Recursos econômicos.

A EQUIPARAÇÃO OU RECONHECIMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SECUNDÁRIO — Dispondo sôbre a equiparação ou reconhecimento dos estabelecimentos de ensino secundário, o Sr. ministro da Educação e Saúde assinou a seguinte portaria, publicada no *Diário Oficial* de 5 de dezembro último:

"Portaria ministerial n.º 312, de 30 de novembro de 1942.

O ministro de Estado da Educação e Saúde resolve:

Art. 1.º A equiparação ou reconhecimento dos estabelecimentos de ensino secundário será concedido, com relação ao curso ginasial ou aos cursos clássico e científico, sob regime de inspeção preliminar ou de inspeção permanente.

Art. 2.º A concessão da equiparação ou reconhecimento, assim como a definição da natureza da inspeção própria a cada caso reger-se-ão, até que a matéria seja regulamentada, de conformidade com as instruções ministeriais expedidas sob a vigência da legislação anterior de ensino secundário.

Art. 3.º A equiparação ou reconhecimento dos estabelecimentos de ensino secundário que, de acôrdo com o art. 3.º do decreto-lei n.º 4 245, de 9 de abril de 1942, e com o disposto na portaria ministerial n.º 228, de 27 de agôsto de 1942, passarem à categoria de colégio, será concedido, quanto aos cursos clássico e científico, sob regime de inspeção preliminar.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1942. — GUSTAVO CAPANEMA."

CURSOS CLÁSSICOS E CIENTÍFICOS — Pelo Sr. Presidente da República, foi assinado, na pasta da Educação e Saúde, o decreto- lei n.º 5 024, de 3 de dezembro último, publicado no *Diário Oficial* de 14 do mesmo mês, alterando a redação do art. 8.º, n.º 1, e do art. 12 do decreto-lei n.º 4 245, de 9 de Abril de 1942.

De acôrdo com a nova redação do art. 12, serão ministradas, êste ano, nos colégios, a primeira e a segunda série do curso clássico e do curso científico.

Aos alunos habilitados na quarta série do curso fundamental assegurar-se-á, a partir de 1943, o direito de matrícula na primeira série do curso clássico ou do curso científico.

INSTRUÇÕES PARA OS EXAMES DE ADMISSÃO À SÉRIE GINASIAL — O diretor do Departamento Nacional de Educação, pela portaria n.º 681-A, de 30 de novembro do ano passado, publicada no *Diário Oficial* de 14 de dezembro último, expediu instruções para os exames de admissão à 1.ª série ginasial no ano letivo de 1943.

De acôrdo com a referida portaria, continuam em vigor os programas anexos à portaria n.º 479, de 30 de novembro de 1940, do mesmo diretor geral, executada a parte referente a ciências naturais, a qual fica suprimida. São igualmente dispensados os seguintes pontos:

No programa de matemática: sistema monetário brasileiro.

No programa de geografia: principais acidentes da geografia física dos continentes.

Os exames de admissão poderão ser realizados em dezembro ou em fevereiro. Em qualquer destas épocas, as inscrições estão abertas indistintamente aos candidatos que satisfizerem às condições previstas nos arts. 31 e 32 do decreto n.º 4 244.

De acôrdo com o disposto no art. 87 dêsse decreto-lei, é vedada a cobrança de qualquer taxa aos candidatos inscritos em exames de admissão sendo igualmente isenta de taxa a expedição de certificado de aprovação.

★

Conselho Nacional de Educação

CONSTITUIÇÃO DE SUAS COMISSÕES — No dia 23 de dezembro próximo passado, conforme ata publicada no *Diário Oficial* de 28 do referido mês, realizou-se a sessão de instalação da quarta reünião extraordinária do ano, do Conselho Nacional de Educação, sob a presidência do Sr. conselheiro CESÁRIO DE ANDRADE.

Submetida ao plenario, pelo presidente, a constituição das diversas comissões que deverão funcionar na referida reünião extraordinária, foi a mesma aprovada contra o voto do Sr. conselheiro JURANDIR LODI.

São as seguintes as aludidas comissões:

Legislação: Professores — REINALDO PORCHAT (substituído em sua ausência pelo professor SAMUEL LIBÂNIO), EDGAR SCHNEIDER, BENÍ CARVALHO, JURANDIR LODI e CESÁRIO DE ANDRADE.

Ensino Superior: Professores — REINALDO PORCHAT (substituído em sua ausência pelo professor JOSUÉ D'AFONSECA), EDGAR SCHNEIDER, CESÁRIO DE ANDRADE, PARREIRAS HORTA e LOURENÇO FILHO.

Ensino Secundário: Professores — ISAÍAS ALVES, LEONEL FRANÇA, AMOROSO LIMA, JÔNATAS SERRANO e JOSUÉ D'AFONSECA.

Ensino Profissional: Professores — PAULO LIRA, SAMUEL LIBÂNIO e ISAÍAS ALVES.

Regimentos: Professores — SAMUEL LIBÂNIO, LEITÃO DA CUNHA e OLIVEIRA NETO.

★

Museu Histórico Nacional

NOVA TURMA DE MUSEOLOGISTAS — A 2 de dezembro do ano findo, no Museu Histórico, teve lugar a solenidade de entrega dos diplomas a mais uma turma de 25 musiologistas que acabam de concluir o respectivo curso técnico.

A sessão foi presidida pelo Sr. GUSTAVO BARROSO, diretor e professor daquele estabelecimento. Dando início à cerimônia, falou a oradora da turma, senhorita FERNANDA PRAXEDES RAMOS, seguindo-se na tribuna o paraninfo, Sr. GUSTAVO BARROSO.

A turma de musiologistas que recebeu diploma foi a seguinte: *Rute Ferreira Mathews, Pedro Cybão Moreaux, Florinda Delgado Stamato, Edyllis Freitas Bokle, Divaldo de Aguiar Lopes, Olga Alexander, Maria José Gonçalves Machado, Liliano Robischez Ramos, Gilda Maria Baena Machado Silva, Helena Cavalcante, Nanci Domingues de Paula Barreto, Fernanda Praxedes Ramos, Maria Cecília Moreira Pena, Miriam Marques Caminha, Cármen Correia Quadros, Maria Teresa Guimarães de La Rocque, Maria Madalena da Cunha Mac Dowell, Gilda Marina de Almeida, Elisa Otoni, Amélia Pereira, Maria Eugênia de Almeida Cunha, Leda Machado Câmara, Cármen de Hannequim Gomes, Beatriz Maria de Resende Martins e Léia Nascimento Angyone Costa.*

★

Museu Nacional

EXPEDIÇÕES CIENTÍFICAS — Pelo decreto- lei n.º 5 132 de 24 de dezembro de 1942, assinado nas pastas da Educação e Saúde e da Fazenda e publicado no *Diário Oficial* de 28 do mesmo mês, o Sr. Presidente da República abriu o crédito especial de Cr$ 60 000,00 ao Ministério da Educação e Saúde para atender a despesas com expedições científicas e com a realização de cursos de especialização em ictiologia, sob a orientação do Museu Nacional.

SECÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO E DE EXTENSÃO CULTURAL — Alterando os §§ 1.º e 2.º do decreto-lei n.º 2 974, de 23 de janeiro de 1941, que reorganizou o Museu Nacional, o Sr. Presidente da República assinou, na pasta da Educação e Saúde, o decreto-lei n.º 5 010, de 30 de novembro de 1942, publicado no *Diário Oficial* de 2 de dezembro último.

De acôrdo com o novo diploma legal, os aludidos parágrafos foram substituídos pelos seguintes:

"§ 1.º As Divisões terão chefes designados pelo diretor, dentre os funcionários da carreira de naturalistas do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde.

"§ 2.º A Secção de Administração e a Secção de Extensão Cultural terão chefes designados pelo diretor, dentre funcionários do Ministério da Educação e Saúde.

"§ 3.º Se os funcionários escolhidos para as chefias estiverem lotados noutros órgãos do Ministério da Educação e Saúde que não no Museu Nacional, a designação será feita de acôrdo com o art. 35 do decreto-lei n.º 1 713, de 28 de outubro de 1939".

MATERIAL BOTÂNICO DA SUÉCIA PARA O BRASIL — Colhemos no último número do *Boletim do Museu Nacional* a informação de que esta instituïção científica acaba de receber da Suécia 100 exemplares de líquens do Brasil e de outros países da América do Sul, material êsse que foi alí classificado e preparado para herbário pelo botânico sueco REGNELL.

O cientista REGNELL, que esteve por algum tempo radicado no Brasil, onde procedeu a curiosos e importantes estudos sôbre a flora brasileira, tendo residido na cidade de Caldas durante anos, deixou ao "Naturhistoriska Ritomuseet", de Estocolmo, um legado, para o fim especial de continuar as explorações botânicas e remeter duplicatas de herbário ao Museu Nacional.

Em cumprimento, pois, dessa cláusula, foi que veio para o Brasil tão rico material botânico.

★

Observatório Nacional

COMO ESTÃO ORGANIZADOS OS SEUS SERVIÇOS — Na reforma de 1921 do Observatório Nacional, o professor HENRIQUE MORIZE, remodelando o aparelhamento daquele Observatório e, provendo-o de alguns instrumentos novos, fixou as principais diretrizes de trabalho para êsse instituto. Mas, naquela época, o govêrno não julgou oportuno atender à solicitação daquele cientista para que se ampliasse, na mesma medida, o quadro do pessoal técnico da repartição. Estabeleceu-se assim, após aquela reforma, uma certa desproporção entre o vulto de trabalho que a nova instalação permitia executar e o número de técnicos disponíveis para tal execução.

Foi grande mérito do atual govêrno, dada a nítida compreensão das possibilidades culturais do país, fazer frente àquela situação. A reforma de 1940 penetrou, profundamente, na estrutura daquele instituto. O quadro do pessoal foi aumentado, novos programas de estudos astronômicos foram projetados e os diversos serviços reativaram-se.

O Serviço da Hora, que, na época da reforma anterior, atendia apenas às necessidades do público, com eventuais e precárias aplicações aos trabalhos geográficos emancipou-se de sua modesta finalidade para transformar-se num trabalho científico especulativo, que visa não só prover às exigências da geodesia e da navegação, como também colaborar com o Serviço Internacional da Hora, nas delicadas pesquisas referentes à variação das longitudes terrestres.

O escopo do *Anuário* foi grandemente ampliado com o enriquecimento de dados astronômicos úteis ou indispensáveis, sobretudo quanto ao número de posições de estrêlas fundamentais calculadas, em efemérides, para uso dos engenheiros geógrafos e dos navegantes. A escassez ou, mesmo, a interrupção de nossas comunicações com os observatórios europeus não alterou, como era de recear, o ritmo dos trabalhos de cálculo astronômico para a confecção do *Anuário*, porque, graças às providências da reforma, dispõe-se, agora, de auxiliares em número quase suficiente para atender às necessidades criadas com a desorganização, pela guerra, da cooperação astronômica internacional. Nas condições em que nos achavámos, talvez tivesse de ser interrompida a publicação do *Anuário*, o que teria acarretado sérios entraves aos diversos nacionais, à navegação, ao vasto programa de operações geográficas posto já em execução pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, etc.

A preparação dos novos elementos introduzidos no quadro já foi iniciada, com o fito de torná-los aptos a prestar serviço em rodízio completo, sendo, de esperar que as observações das estrêlas duplas e de cometas possam, breve, ser reiniciadas.

Os serviços de magnetismo terrestre, a sismologia, continuam a funcionar com a máxima regularidade, em cooperação com o Coast and Geodetic Survey, do govêrno americano, e com o Department of Terrestrial Magnetism, da Carnegie Institution.

✶

Universidade do Brasil

LICENCIADOS EM GEOGRAFIA E HISTÓRIA PELA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA — Com solenidade, realizou-se, no dia 23 de dezembro último, a cerimônia da colação de grau dos licenciados de 1942 da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil.

Colaram grau os concluintes dos cursos de Geografia e História, Letras neo-latinas, Pedagogia, Letras clássicas, História Natural, Ciências Sociais, Química, Matemática, Física, Filosofia, Letras Anglo-germânicas e Desenho.

São os seguintes os licenciados em Geografia e História:

Eloísa de Carvalho, Luci Guimarães de Abreu, Maria da Penha Bastos Mendes, Laís Hasselmann, Hélio de Alcântara Avelar, Gilda de Andrade Pinto, Mariam Tiomno, Talita de Oliveira, Sara Colcher, José Alves de Morais. Ligia Quadros Junqueira; Léia Lerner; Graziela Machado de Lima Brandão; Cina Steinwartz; Fanni Raquel Koifman; Alcias Martins Ataide; Regina Pinheiro Guimarães Espínola; Pedro Freire Riveiro; Fanny Drebtchensky; Clara Blanck; Léia França Veloso.

✶

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Conselho Técnico de Economia e Finanças

COMISSÃO ORGANIZADORA DAS CONFERÊNCIAS FINANCEIRAS — Na décima sessão da Comissão Organizadora das Conferências Financeiras, realizada no dia 5 de dezembro último sob a presidência do Sr. LUIZ SIMÕES LOPES, ficou estabelecido dirigir-se uma circular aos Estados e municípios, marcando o dia 15 de janeiro, como prazo máximo para a resposta aos quesitos formulados aos mesmos, por uma circular anterior sôbre as normas aprovadas pelo decreto-lei 2 416.

Reconhecendo a necessidade de se levar ao conhecimento de todos os Estados e municípios do Brasil, em tôdas as suas minúcias, os resultados e normas de ordem administrativa e financeira, o presidente propôs que se promovesse a publicação, não só dos trabalhos de ordem técnica, da Secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças, como também os pareceres dados sôbre esta matéria na Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais.

✶

MINISTÉRIO DA GUERRA

NOVO REGULAMENTO DO ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO — O *Diário Oficial* de 14 de novembro findo inseriu, na íntegra, o decreto n.º 10 790, baixado pelo govêrno federal a 9 daquele mesmo mês, o qual aprovou o Regulamento da Escola do Estado Maior do Exército.

SITUAÇÃO DOS RESERVISTAS QUE SERVEM NAS COMISSÕES INTERNACIONAIS DE LIMITES — O Sr. ministro da Guerra, em aviso expedido a 17 de novembro findo determinou que, os reservistas do exército, em serviço permanente nas Comissões de Limites Internacionais têm a encorporação adiada enquanto servirem nas citadas Comissões ou até que se imponha a encorporação total dos de suas respectivas classes.

Escola Técnica do Exército

CURSO DE MECÂNICA DO SOLO — A Escola Técnica do Exército, sob o comando do tenente-coronel HUGO AFONSO DE CARVALHO, organizou e deu início, sob o aspecto de conferências e práticas de laboratórios, a cursos de extensão universitária. Para inaugurar êsses cursos, o que teve lugar no dia 1.º de dezembro do ano findo, foi escolhido o de "Mecânica de Solos", e convidado para dirigí-lo o Sr. ODAYE GRILO, chefe da secção de solos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de S. Paulo que, comissionado por êste Instituto, estudou as questões referentes à mecânica dos solos na Alemanha e Estados Unidos, países onde esteve durante cêrca de dois anos.

Nesses últimos dez anos o estudo da terra como elemento estrutural a que se deu o nome de mecânica dos solos, mereceu especial atenção, procurando-se verificar o seu comportamento como elemento de construção.

Os principais problemas a serem abordados serão:

a) estudos dos solos de fundação, de forma a prever as solicitações que os mesmos podem suportar, com segurança, e as deformações ou recalques com que se devem contar, em virtude das modificações na estrutura dos mesmos, ou da ação das cargas correspondentes às construções;

b) estudo da estabilidade dos maciços de terra, interessando principalmente o projeto das barragens de terra e dos grandes aterros, seja no que diz respeito à técnica da construção, seja quanto à segurança do maciço;

c) estudo da estabilização dos solos como base ao estudo da construção das estradas, visando não só o estabelecimento de camadas de base, capazes de resistir a ação combinada das cargas e dos agentes comuns de destruïção, como também a construção de superestruturas rodoviárias baratas, capazes de garantir um tráfego econômico, independentemente das condições do tempo, sendo assim o problema da estabilização encarado com grande importância.

Principalmente no que diz respeito à estabilização de estradas, é simplesmente grandioso o desenvolvimento conseguido pela técnica dos solos, em especial nos Estados Unidos da América do Norte e na Alemanha, países, êsses — o primeiro com uma grande rêde de muitas centenas de milhares de quilômetros de estradas de rodagem para pavimentar e conservar, interessando-se grandemente em resolver a questão das pavimentações de baixo custo — e ambos com uma grande rêde de auto-estradas em construção, em que foi empregada pavimentação de alto custo (concreto de cimento), cuja integridade deve ser garantida por tempo longo.

O curso ministrado pelo engenheiro ODAYR GRILO e que tem como assistente o major JURACY CAMPELO, abordará os diferentes problemas, anteriormente referidos, do estudo dos solos. Consta de uma série de conferências só-

bre cada assunto, em que serão detalhadas as bases teóricas fundamentais, e de trabalhos de laboratório, em que são examinados os métodos de ensaios prescritos pelos laboratórios oficiais de diferentes países e os que a prática tem aconselhado entre nós.

★

MINISTÉRIO DA MARINHA

"ARQUIVO DA MARINHA" — O Arquivo da Marinha que é atualmente dirigido pelo Sr. FERNANDO DIAS VIEIRA, vem de reencetar a publicação do interessante e valioso periódico *Anais* cuja circulação estava, ha já algunm tempo, interrompida.

Os dois primeiros números dessa nova fase dos *Arquivos do Ministério da Marinha*, que têm como redator o Sr. L. J. DE BRITO REIS, inserem curiosas e úteis contribuïções históricas.

★

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

ASSISTÊNCIA ÀS ADMINISTRAÇÕES DOS ESTADOS E TERRITÓRIOS — O Sr. ministro da Justiça e Negócios Interiores, considerando o crescente desenvolvimento dos negócios de interêsse público, que exigem uma permanente comunicação entre o govêrno da União e as administrações dos Estados e Territórios e que as grandes distâncias dificultam o conhecimento, nas sedes dessas administrações, de assuntos tratados na capital da República, e viceversa, instituiu no seu gabinete, pela portaria n.º 6 044, de 26 de novembro de 1942, publicada no *Diário Oficial* de 3 de dezembro do mesmo ano, uma secção especialmente destinada a assistir às aludidas administrações, que o desejarem, no encaminhamento dos assuntos do seu interêsse nas repartições situadas no Distrito Federal, e a informá-las das matérias de interêsse geral.

A referida secção tem a designação de "Serviço de Informação", abreviadamente "S. I." e ficará sob a chefia de um oficial de gabinete e orientação direta do titular da pasta.

★

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

COMISSÃO BRASILEIRA DEMARCADORA DE LIMITES — *Nomeação* — O Sr. ministro das Relações Exteriores por portaria de 10 de dezembro último, exonerou LAURO SILVA das funções de oficial da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 1.ª Divisão, nomeando-o, por outra portaria, para exercer as mesmas funções na mesma Comissão — 2.ª Divisão.

★

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

RECOLHIMENTO DE RENDAS — O Sr. ministro do Trabalho, Indústria e Comércio baixou, uma portaria a 21 de dezembro do ano findo, determinando, em face do que dispõe o art. 17 § 1.º regimento aprovado pelo dec. n.º 3 139, de de dezembro de 1938, que os recolhimentos das rendas do Instituto Nacional de Tecnologia, provenientes dos trabalhos a que se referem as portarias ns. 148, de 16 de setembro de 1939, e 869, de 17 de outubro de 1942, obedeçam às seguintes normas:

As importâncias serão recolhidas aos cofres públicos pelos interessados, mediante guias de recolhimento, expedidas pelo Instituto.

Os recolhimentos far-se-ão, no Distrito Federal, à Tesouraria do Departamento de Administração dêste Ministério, e nos Estados, às Delegacias Fiscais, Agências Fiscais e Coletorias Federais.

Ficam revogados os dispositivos das portarias ns. SCm-148, de 16 de setembro de 1939, e 869, de 17 de outubro de 1942, que colidirem com as presentes disposições.

CURSO DE FORMAÇÃO DE METROLOGISTAS — Pelo Sr. Presidente da República, conforme decreto n.º 10 476, de 23 de setembro do ano passado na pasta do Trabalho, aprovou o regulamento do Curso de Formação de Metrologistas do Instituto Nacional de Tecnologia.

O ministro de Estado, considerando que o art. 17 do decreto n.º 3 139 de 8 de outubro de 1938 prevê nos seus §§ 1.º e 2.º o pagamento dos ensaios e análises realizados pelo Instituto Nacional de Tecnologia por conta de terceirós;

Considerando que êsses ensaios dão origem a publicações técnicas cuja distribuïção se fazia até hoje gratuitamente mediante simples pedido dirigido àquele Instituto;

Considerando que dessa forma de distribuïção resulta muitas vêzes o fato de se esgotarem as edições sem que os mais interessados possam conseguir exemplares das publicações feitas, conforme se tem verificado em inúmeros casos de pedidos que não podem ser atendidos;

Considerando mais que o pagamento daqueles ensaios e análises teve seu preço fixado pela portaria SCm-148 de 16 de setembro de 1939 a qual entretanto não cogitou das publicações questionadas; e tendo em vista ainda, o que expôs o diretor do Instituto Nacional de Tecnologia, resolve:

I — As publicações do Instituto Nacional de Tecnologia, reservada, a juízo do diretor, uma parte da edição afim de ser distribuida gratuitamente às entidades nacionais interessadas, às entidades estrangeiras com as quais se faça permuta, às bibliotecas, etc. poderão ser expostas à venda pelos preços constantes da tabela anexa a esta portaria.

II — O produto da venda será recolhido ao Tesouro Nacional, forma prevista pela portaria SCm.-148, de 16 de setembro de 1939.

★

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESTATÍSTICA DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — O Sr. ministro da Viação e Obras Públicas, no dia 3 de dezembro do ano findo, assinou a seguinte portaria, publicada no *Diário Oficial* de 4 do mesmo mês:

"PORTARIA N.º 970, de 3 de dezembro de 1942.

O ministro de Estado, atendendo ao que dispõem os §§ 2.º e 3.º do art. 2.º do decreto-lei n.º 1 360, de 20 de junho de 1939 e o art.

2.º da resolução n.º 127, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, realizada na cidade de Goiânia, em 9 de julho do corrente ano.

RESOLVE, designar o engenheiro (DNEF-DNER), classe N, JOAQUIM LICÍNIO DE SOUSA ALMEIDA, e consultor técnico, padrão N, MOACIR MALHEIROS FERNANDES SILVA, e o oficial administrativo, classe K, JÚLIO XAVIER DA SILVA MOURA, todos do Quadro I do Ministério, para, em comissão, sob a presidência do primeiro:

a) estudarem a organização dos serviços de estatística de transportes, comunicações e obras públicas, previstos nos dispositivos citados;

b) elaborarem o ante-projeto da criação do "Serviço de Estatística dos Transportes, Comunicações e Obras Públicas", a ser subordinado a êste Ministério, e que constituirá a sexta repartição central do quadro executivo da estatística-brasileira, na forma instituída pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, segundo o estabelecido no decreto-lei n.º 1 360, citado;

c) entrarem em entendimento com o referido Instituto, demais Serviços Centrais de Estatística e Departamento Administrativo do Serviço Público, afim de que o aludido ante-projeto apresente homogeneidade com os demais serviços estatísticos federais, de cuja padronização se cogita presentemente.

Rio de Janeiro, em 3 de dezembro de 1942. — JOÃO DE MENDONÇA LIMA."

COMUNICAÇÕES TELEFÔNICAS — O Sr. Presidente da República assinou, a 29 de dezembro findo na pasta da Viação o decreto-lei n.º 5 144, estabelecendo normas para o exercício, pelos Estados, do poder de legislar sôbre as comunicações telefônicas e adotando outras providencias pertinentes ao mesmo assunto.

★

Departamento Nacional de Obras e Saneamento

SANEAMENTO DAS VÁRZEAS PANTANOSAS DO RIO CABO VERDE E SEUS AFLUENTES — Pelo Sr. Presidente da República foi aprovado, no dia 27 de novembro de 1942, conforme expediente publicado no *Diário Oficial*, de 4 de dezembro do mesmo ano, o parecer do Ministério da Viação e Obras Públicas sôbre a exposição de motivos n.º 1 402, de 27 de novembro também do ano passado, em que JESSÉ JARTYR, agrimensor, residente no sul de Minas Gerais, pede privilégio por 10 anos, com isenção de impostos, auxílio financeiro e empréstimo de maquinismos, para execução dos trabalhos de saneamento das várzeas pantanosas do rio Cabo Verde e seus afluentes, naquele Estado.

Em seu ofício ao Presidente da República declara o titular da Viação:

"Conforme pondera o Departamento Nacional de Obras e Saneamento nos ofícios de fls. 9, 11 e 29 a 31, trabalhos de engenharia hidráulica e de saneamento de interêsse geral, como os pleiteados, devem obedecer a um plano de conjunto que nunca poderá ser estabelecido pelos interessados e não convém sejam objeto de exploração particular ou de privilégio de qualquer espécie, cabendo a sua iniciativa aos poderes públicos, e aos particulares apenas a conservação dos de caráter secundário, realizados em suas propriedades. De resto, é êsse o disposto no art. 2.º, alínea a, do decreto-lei n.º 2 367, de 4 de julho de 1940 que atribue ao D. N. O. S.:

Estudar, projetar, executar, fiscalizar e conservar as obras de saneamento empreendidas pelo govêrno federal; dando amplitude em todo o território nacional a êsses serviços, pela transformação da Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense no atual Departamento".

NÚCLEO DE ESTUDOS E OBRAS DA AMAZÔNIA — Pela portaria n.º 629, de 4 de novembro de 1942, o Sr. ministro da Viação e Obras Públicas, constituiu, no Departamento Nacional de Obras de Saneamento, o Núcleo de Estudos e Obras da Amazônia, com sede na cidade de Belém, Estado do Pará, destinado a realizar os estudos necessários à elaboração dos projetos definitivos para o saneamento da região amazônica, especialmente nas cidades de Belém e Manaus e outros centros de maior densidade demográfica.

Pela mesma portaria, aprovou o titular da Viação as instruções definindo as atribuïções do Núcleo, as quais são as seguintes:

a) efetuar os estudos necessários à elaboração dos projetos para o saneamento da região amazônica, especialmente nas cidades de Belém e Manaus e outros centros de maior densidade demográfica;

b) fazer a locação das obras, de acôrdo com os respectivos projetos;

c) fiscalizar os trabalhos em andamento;

d) fiscalizar a conservação dos trabalhos realizados;

e) intervir na execução de obras e explorações industriais que possam prejudicar os trabalhos em andamento ou influir no regime dos cursos dágua, dando imediato conhecimento ao diretor do Departamento;

f) organizar e instalar, de acôrdo com as necessidades, postos de observações hidropluviométricas;

g) procurar melhorar as normas e processos de trabalho adotados propondo ao diretor do Departamento as modificações que julgar convenientes;

h) comunicar, semanalmente ao diretor as principais ocorrências, acompanhadas de boletins com o andamento dos diferentes trabalhos de estudos e obras, e enviar, mensalmente, uma descrição geral da marcha dos serviços;

i) representar o Departamento Nacional de Obras de Saneamento, dentro dos limites de suas atribuïções, junto aos governos estaduais, prefeituras municipais, empreiteiros e tarefeiros;

j) organizar os boletins de medição dos trabalhos executados, requisitando às autoridades competentes o respectivo pagamento;

l) organizar a fôlha de pagamento do "Pessoal de Obras" e requisitar o devido pagamento.

Quaisquer instruções complementares que se tornarem necessárias, para o perfeito desenvolvimento dos trabalhos, serão baixadas pelo diretor do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, observadas as disposições do decreto n.º 5 915, de 4 de julho de 1940, no que forem aplicáveis".

O Núcleo será constituído do seguinte pessoal técnico - administrativo, designado pelo diretor do Departamento Nacional de Obras e Saneamento dentre os serventuários do mesmo Departamento: 1 engenheiro-chefe; 1 engenheiro-ajudante; 1 auxiliar de escritório e de pessoal para obras cuja tabela é a seguinte:

1 auxiliar de engenheiro com a diária de Cr$ 30,00; 1 topógrafo com a diária de Cr$ 30,00; 1 motorista com a diária de Cr$ 20,00; 2 feitores com a diária de Cr$ 16,00; 4 trabalhadores com a diária de Cr$ 14,00 e 8 trabalhadores com a diária de Cr$ 12,00.

As despesas com o pessoal para obras correrão por conta do crédito especial aberto pelo decreto-lei n.º 4 375, de 15 de junho de 1942, durante a sua vigência, e posteriormente, à conta das dotações orçamentárias próprias.

★

Departamento Nacional de Portos e Navegação

DESIGNAÇÃO — O diretor do Departamento Nacional de Portos e Navegação, do Ministério da Viação e Obras Públicas, pela portaria n.º 120, de 3 de novembro de 1942, publicada no *Diário Oficial* de 5 do mesmo mês designou o engenheiro, classe M, CLOVIS DE MACEDO CÔRTES, para estudar as condições de navegabilidade do rio Grande, no Estado de Minas Gerais, entre Ribeirão Vermelho e Capetinga.

CURSO DE MECÂNICA DOS SOLOS — O diretor do Departamento Nacional de Portos e Navegação, pela portaria n.º 128, de 17 de dezembro último, designou o engenheiro classe N, do Quadro I do Ministério da Viação e Obras Públicas, AUGUSTO HOR-MEYLL para, sem prejuízo de suas funções na 2.ª Divisão do aludido Departamento, assistir ao curso de mecânica dos solos, professado na Escola Técnica do Exército pelo engenheiro ODAIR GRILO, transmitindo, posteriormente, aos demais engenheiros do Departamento um resumo das preleções.

COMISSÃO DE ESTUDOS E OBRAS DO PÔRTO DE CABO FRIO — Pela portaria n.º 129, de 17 de dezembro do ano passado, o diretor do Departamento Nacional de Portos e Navegação, tendo em vista a resolução do ministro da Guerra, publicada no *Diário Oficial* de 11 do mesmo mês, tornou sem efeito a portaria n.º 125 que designou o engenheiro classe L, do quadro I, do Ministério da Viação e Obras Públicas, HUMBERTO BERUTTI AUGUSTO MOREIRA, para substituir o engenheiro classe K, JOAQUIM PYRRHO DE ANDRADE, na chefia da Comissão de Estudos e Obras do Pôrto de Cabo Frio.

Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas

ENCORPORADA À IMPRENSA NACIONAL A SUA OFICINA GRÁFICA — Pelo decreto n.º 11 109, de 16 de dezembro de 1942, foi encorporada à Imprensa Nacional a oficina gráfica da Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas a qual fôra omitida na relação do art. 1.º do decreto-lei n.º 2 130, de 12 de abril de 1940, que determinou a encorporação das oficinas e serviços gráficos federais à Imprensa Nacional.

★

Instituïções particulares

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS

CENTENÁRIO DA MORTE DE GALILEU E DO NASCIMENTO DE NEWTON — No dia 22 de dezembro próximo passado, sob a presidência do professor ARTUR MOSES, a Academia Brasileira de Ciências realizou a sua última sessão do ano.

A reünião foi dedicada à comemoração do centenário da morte de GALILEU, do nascimento de NEWTON e do primeiro enunciado do Princípio de Conservação da Energia, assuntos respectivamente tratados pelos acadêmicos ÁLVARO ALBERTO, INÁCIO M. AZEVEDO DO AMARAL e JOSÉ PANTOJA LEITE.

★

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO

CURSO DE FÉRIAS — Como ocorre há vários anos, a Associação Brasileira de Educação, realizará durante o corrente mês e o de fevereiro próximo, o seu quarto Curso de Férias para o professorado primário dos Estados. Atendendo à dificuldade dos meios de transportes, o Curso de 1943 não será, êste ano, de aulas diretas, mas de aulas radiofônicas, estendendo-se assim a todos os professores do interior que já se habituaram com a iniciativa da Associação Brasileira de Educação. Como os Cursos anteriores, o de 1943, será patrocinado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e Departamento Nacional da Criança, tendo a A. B. E. pedido a cooperação do Serviço Nacional da Rádio-Difusão do Ministério da Educação e do Serviço de Difusão Cultural da Prefeitura do Distrito Federal, para o efeito da irradiação.

O Curso foi inaugurado no dia 7 do corrente mês.

★

BIBLIOTECA MILITAR

"PREMIO TAUNAY" — A Biblioteca Militar do Ministério da Guerra, em homenagem à memoria do Visconde de TAUNAY, cujo centenário de nascimento será comemorado em fevereiro próximo, resolveu instituir, permanentemente, o "Prêmio Taunay", destinado ao melhor trabalho inédito sôbre a história de nosso país.

A iniciativa merece o mais completo apoio, uma vez que vem estimular as contribuïções e pesquisas em tôrno dos nossos feitos militares, pois, se são conhecidos os acontecimentos marcantes, detalhes e episódios, também de grande valor, continuam ignorados ou não se encontram ainda suficientemente esclarecidos.

Incalculável é o manancial de contribuïções que se encontram à espera dos pesquisadores, precisamente por se encontrarem esparsas. Instituindo o "Prêmio Taunay", a Biblioteca Militar fará convergir para o assunto o interêsse dos nossos estudiosos, que poderão realizar, assim, uma obra completa, facilitando o conhecimento, por parte do grande público, de importantes episódios da vida militar brasi-

leira, cujos reflexos se fizeram sentir ou êles próprios diretamente atuaram nas transformações por que tem passado o Brasil, completando, desta maneira, a própria história nacional .

★

CENTRO EXCURSIONISTA BRASILEIRO

ATIVIDADES EM DEZEMBRO — O Centro Excursionista Brasileiro realizou, durante o mês de dezembro findo, excursões aos seguintes lugares; Cabo Frio, entre os dias 5 e 6; Teresópolis. (Polegar) entre os dias 12 e 13; Garrafão, entre os dias 19 e 20; Arpoador, no dia 27.

Nessas excursões foram feitas difíceis escaladas e pesquisas nos lugares visitados.

★

CÍRCULO DE ESTUDOS MUNICIPAIS

"LEVANTAMENTOS AEROFOTOGRAMÉTRICOS" — A convite do Círculo de Estudos municipais, o major ADIR GUIMARÃES, do Serviço Geográfico e Histórico do Exército, e membro da Comissão Executiva Central, do Conselho Nacional de Geografia, encarregada dos trabalhos da atualização da Carta Geral do Brasil ao milionésimo, realizou na sede daquela entidade, uma oportuna conferência versando sôbre "Levantamentos aerofotogramétricos", assunto de sua especialidade.

Focalizando, de início, a importância da fotografia aérea como documento geográfico, o conferencista acentuou sua esplêndida contribuïção ao conhecimento do município, de um modo geral, e os marcantes serviços que pode prestar à administração pelas valiosas informações que encerra para os estudos dos detalhes referentes ao cadastro, urbanização, saneamento, delimitação das zonas urbana, suburbana e rural; culturas, estatística, reconhecimento de estradas, caminhos, etc..

A seguir, passou a fazer amplas observações acêrca dos requisitos indispensáveis que devem ser considerados para a obtenção de boas fotografias aéreas, capazes de permitir sua utilização imediata como fotocarta.

Prosseguindo, o major ADIR GUIMARÃES, após evidenciar a contribuïção da estereoscopia à restituïção das fotografias tiradas segundo a técnica aerofótica da aerofotogrametria fez minuciosa e segura explanação quanto aos recursos, histórico, desenvolvimento e a aplicação prática da aerofotogrametria nos trabalhos de levantamento regular.

Situando o caso brasileiro em face dessa técnica, o conferencista, aduziu decisiva argumentação em favor do seu maior emprêgo no país, pelas vantagens que o processo oferece sôbre a topografia clássica.

A respeito, o abalizado técnico fêz ainda considerações de grande alcance, encarecendo o fomento de sua aplicação aos nossos trabalhos, e finalizou formulando um apêlo às auridades competentes, no sentido de serem levantadas oportunamente as restrições que atualmente pesam sôbre a livre obtenção de fotografias aéreas que tão bons serviço podem prestar à geografia e à estatística brasileiras.

Durante a sua aplaudida conferência o major ADIR GUIMARÃES reforçou tudo que afirmou exibindo documentos e sugestivas ilustrações.

★

CLUBE DE ENGENHARIA

ELEIÇÃO DO NOVO PRESIDENTE — Sob a direção do engenheiro J. G. MARQUES PÔRTO, vice-presidente no exercício de presidente, realizou-se, a 1 de dezembro do ano findo, uma sessão extraordinária do Clube de Engenharia, para eleição do presidente efetivo que exercerá o mandato até março de 1943.

Aberta a sessão, foi proposto pelo engenheiro LUIZ RODOLFO que a eleição fôsse feita por aclamação indicando para exercer o cargo vago, o engenheiro MARQUES PÔRTO que vinha exercendo a vice-presidência do Clube, tendo êsse último declarado que, em face de disposição estatutária, a eleição deveria ser feita por escrutínio secreto.

Estabelecida discussão em tôrno do assunto, vários sócios apoiados pelos demais, manifestaram-se sôbre a esplêndida atuação do engenheiro MARQUES PÔRTO, no exercício de vice-presidente, sendo, entretanto, por fim, respeitada a disposição dos estatutos, com a realização do escrutínio secreto.

Procedida a eleição, verificou-se haver obtido 26 votos o engenheiro JOÃO GUALBERTO MARQUES PÔRTO, havendo obtido um voto, o engenheiro PINHEIRO GUEDES.

O Sr. MARQUES PÔRTO passa a presidência da sessão ao Sr. LUIZ PINHEIRO GUEDES, que proclama eleito presidente o Sr. JOÃO GUALBERTO MARQUES PÔRTO.

O Sr. MARQUES PÔRTO, reassumindo a presidência, agradeceu a honra que lhe foi conferida, declarando que procurará pautar seus atos pelos do exemplo dado pelo saudoso presidente SAMPAIO CORREIA.

Havendo vaga de 1.º vice-presidente, é eleito para a mesma o Sr. LUIZ ONOFRE PINHEIRO GUEDES, por 28 votos, havendo um voto na Sra. CÁRMEN PORTINHO.

E' eleito 2.º vice-presidente o Sr. AUGUSTO DE BRITO BELFORD ROXO, havendo um voto no Sr. JERÔNIMO MONTEIRO. O Sr. JOÃO ORTIZ propõe que seja eleito na vaga de suplente de 2.º vice-presidente, o Sr. LUIZ RODOLFO.

Procedida a eleição, verificaram-se 28 votos no Sr. LUIZ RODOLFO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE FILHO e um voto no Sr. JOÃO ORTIZ MONTEIRO.

O Sr. presidente proclamou os nomes dos eleitos, sob aplausos gerais.

EM MEMÓRIA DE SAMPAIO CORREIA — Prestando justa e significativa homenagem à memória do insígne engenheiro brasileiro JOSÉ MATOSO SAMPAIO CORREIA, falecido em 17 de novembro último, o Clube de Engenharia que foi, por duas vêzes, presidido pelo ilustre profissional e homem público, além de grandes e sentidas manifestações de pesar tributadas por ocasião do passamento daquele grande brasileiro, também sócio benemérito daquela instituïção, determinou que a *Revista*, seu órgão oficial, dedicasse um número especial "em memória de SAMPAIO CORREIA".

Êsse número que é o correspondente aos meses de novembro e dezembro do ano findo, já está sendo distribuído, contendo abundante noticiário e ensaios biográficos do homenageado.

✶

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

MOVIMENTO DE DEZEMBRO — "DIA DA AMÉRICA" — CENTENÁRIO DE TAUNAY — Durante o mês de dezembro último foi o seguinte o movimento das diversas secções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:

Biblioteca: Obras oferecidas, 63; encadernações e reencadernações, 150; revistas nacionais e estrangeiras recebidas, 58; catálogos de bibliotecas nacionais e estrangeiras recebidos, 10. *Arquivo*: Documentos consultados 120. *Mapoteca*: Mapas consultados, 15. *Museu Histórico;* Visitantes, 61, *Sala pública de leitura;* Consultas, 257. *Secretaria*: Ofícios, cartas e telegramas recebidos, 130; ofícios, cartas e telegramas expedidos, 180.

O expediente do Instituto começa às 12 horas e encerra-se às 16 horas, salvo aos sábados quando termina às 14 horas.

Os trabalhos ordinários do Instituto, no corrente ano, terão início a 14 de abril, em comemoração ao "Dia das Américas", data em que deveria fazer uma conferência o embaixador AFRÂNIO DE MELO FRANCO, ùltimamente falecido, não tendo sido ainda designado o novo orador daquela solenidade.

Antes dessa data haverá uma sessão especial consagrada à efeméride do centenário de nascimento do visconde de TAUNAY, a 22 de fevereiro próximo, na qual fará uma conferência o Sr. VANDERLEI DE ARAÚJO PINHO.

✶

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

FOLCLORE GOIANO — Presidida pelo professor ARTUR RAMOS, reuniu-se, a 9 de dezembro do ano findo, a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia.

A ordem do dia constou de uma conferência sôbre as "Demonstrações folclóricas de Goiânia", pelos professores RENATO ALMEIDA e LUIZ HEITOR CORREIA DE AZEVEDO. A palestra foi ilustrada com um filme cinematográfico com a audição de discos musicais especialmente gravados em Goiânia.

✶

SOCIEDADE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO

CASA DE ANCHIETA — O govêrno federal, pelo decreto-lei n.º 5 123, de 21 de dezembro último, transferiu, gratuitamente, à Sociedade Brasileira de Educação o domínio pleno do terreno situado à avenida Henrique Valadares, na capital da República, e constituído dos lotes nos. 104, 105 e 106 da Esplanada do Senado, o qual será exclusivamente utilizado para a construção da "Casa de Anchieta", destinada ao culto dos grandes vultos da Companhia de Jesús, que, no Brasil, se consagraram à catequese e educação dos indígenas.

No caso de reversão do imóvel ao patrimonio da União, esta poderá manter a mesma finalidade.

✶

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

DEBATE DE DOIS TEMAS ESTATÍSTICOS — A Sociedade Brasileira de Estatística realizou, a 22 de dezembro último, mais uma das suas sessões.

Os Srs. PAULO LEOPOLDO PEREIRA DA CÂMARA e CÉSAR CANTANHEDE debateram, respectivamente, os temas: "Observações sôbre inflação e custo de vida" e "Estatística ferroviária".

✶

SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO

NOVA DIRETORIA — Durante o mês de dezembro último, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro levou a efeito duas reüniões.

Na primeira efetuada no dia 3, foram lidos e aprovados várias propostas de novos sócios, tendo após, o general UCHOA CAVALCANTE, feito uma comunicação acêrca do recente trabalho editado pelo Conselho Nacional de Geografia, de autoria do professor FRANCIS RUELLAN, sôbre os métodos de ensino da geografia. A segunda parte da reünião foi dedicada à recepção de novos sócios e à leitura de um trabalho bio-bibliográfico onde, pelo Sr. JOÃO RIBEIRO GONÇALVES, foi estudada a figura do cientista ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA.

A outra reünião do mês realizada pela prestigiosa instituïção foi a assembléia geral ordinária, efetuada a 29, para a eleição de nova diretoria que regerá os destinos da Sociedade no biênio 1943-1945.

Aberta a sessão, na forma estatutária foi efetuada a votação secreta. Procedida a apuração, verificou-se o seguinte resultado:

Presidente, ministro almirante RAUL TAVARES; 1.º vice-presidente, ministro BERNARDINO JOSÉ DE SOUSA; 2.º vice-presidente, Dr. TACIANO ACIOLI MONTEIRO; 3.º vice-presidente, general EMÍLIO FERNANDES DE SOUSA DOCA; secretário geral, Sr. CARLOS DOMINGUES; 1.º secretário, Sr. JOÃO RIBEIRO MENDES; 2.º secretário, EPITÁCIO MONTEIRO PESSOA; tesoureiro, ALBERTO COUTO FERNANDES; orador, desembargador CARLOS XAVIER PAIS BARRETO. Para os cargos do conselho diretor foram eleitos os Srs. general ARTUR PINHEIRO DA SILVA, general HELIODORO DE MIRANDA, general JOSÉ VIEIRA DA ROSA, general SALVADOR BARBALHO UCHOA CAVALCANTE, coronel JAGUARIBE GOMES DE MATOS, major FREDERICO AUGUSTO RONDON, major MANUEL CARLOS DE SOUSA FERREIRA, comandante CÉSAR FELICIANO XAVIER, comandante LUIZ ALVES DE OLIVEIRA BELO, engenheiro CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO, FRANCISCO DE SOUSA BRASIL, Sr. HERBERT CANABARRO REICHARDT, Sr. JOSÉ MATOSO MAIA FORTE, Sr. MÁRIO RODRIGUES DE SOUSA, Sr. MURILO DE MIRANDA BASTO, Sr. PAULO JOSÉ PIRES BRANDÃO, Srs. FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA e JOSÉ JOAQUIM DA TRINDADE FILHO. Comissão de Contas: Sr. JOSÉ VANDERLEI DE ARAÚJO PINHO, Sr. RANDOLFO CHAGAS, Sr. RODRIGO OTÁVIO FILHO, FEIJÓ BITTENCOURT, e coronel LUIZ MARIANO DE BARROS FOURNIER. Para a Comissão de redação da *Revista*: Sr. CARLOS DOMINGUES, Sr. ALBERTO COUTO FERNANDES, Sr. ALEXANDRE EMÍLIO SOMMIER, professor A. S. OLIVEIRA JÚNIOR.

Certames

X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA

A Comissão Organizadora Central do X Congresso Brasileiro de Geografia continua recebendo constantes adesões de geógrafos de todos os pontos do país e renovadas manifestações de apoio, por parte das altas autoridades federais e estaduais.

O certame próximo, que é o X da série iniciada pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, deverá ser levado a efeito, entre os dias 7 e 16 de setembro próximo futuro, na cidade de Belém, capital do Pará, patrocinado pelo Conselho Nacional de Geografia, sob cujos auspícios também foi levado a efeito o IX Congresso na cidade de Florianópolis, o qual tão grande repercussão cultural e científica alcançou em todo o país, como poderá ser inferido através dos dois primeiros volumes dos seus *Anais* já publicados e que estão sendo distribuídos gratuitamente a quantos aderiram ao conclave de Florianópolis.

Dado os excelentes resultados colhidos em proveito da geografia nacional e do entusiasmo como decorreram os trabalhos dêsse último Congresso, é justo esperar que a próxima reünião geográfica de Belém alcance o mesmo êxito.

Dispondo de delegações regionais em tôdas as Unidades Federadas, a Comissão Organizadora central vem recolhendo apreciável número de adesões.

No Estado de Santa Catarina o número de aderentes, até o fim de dezembro último, já se apresentava animador, contando-se entre os mesmos, órgãos da administração pública, instituïções e personalidades.

A Delegação Regional de São Paulo tem, igualmente, adotado providências, tudo indicando que a terra bandeirante se faça representar no X Congresso, com o brilhantismo com que concorreu aos anteriores, o mesmo acontecendo quanto aos outros Estados, onde as respectivas delegações e delegados vêm tomando oportunas providências.

No Pará, a Delegação Regional, além dos necessários trabalhos de propaganda e recolhimento de adesões, levados a efeito com reais proveitos, já iniciou os estudos preparatórios para a realização do Congresso no Palácio Arquiepiscopal, havendo presidido os trabalhos preliminares, na qualidade de presidente de honra, o próprio arcebispo D. JAIME CÂMARA, que assegurou a colaboração de todos os sacerdotes, propondo ainda que fôsse convidado o arcebispo D. ANTÔNIO LUSTOSA para participar das reüniões.

Atendendo à atual deficiência de meios de transportes e outras dificuldades decorrentes do estado de guerra em que se encontra o país, a Comissão Organizadora Central acaba de baixar uma resolução prorrogando para 30 de abril do corrente ano, o prazo de entrega das teses, memórias, monografias e outros trabalhos que se destinem ao X Congresso Brasileiro de Geografia.

A adesão não obriga o aderente a comparecer nem a apresentar trabalho à reünião, assegurando-lhe, entretanto, êsse direito, como também o de gozar de tôdas as vantagens conferidas aos demais congressistas.

Uma dessas vantagens consiste no recebimento gratuito dos *Anais* do Congresso que encerrarão as teses, memorias, monografias comunicações e outras contribuïções geográficas.

A quota mínima de adesão é apenas de Cr$ 35,00, devendo essa importância, acompanhada do respectivo "boletim", ser enviada à Comissão Organizadora Central, à Praça da República n.º 54 — 2.º andar, ou às delegações e delegados regionais nos Estados.

✶

I CONGRESSO NACIONAL DE CARBURANTES

No dia 25 de novembro último, realizou-se, nesta capital, a instalação do 1.º Congresso Nacional de Carburantes. Ao importante certame, que foi promovido pelo Touring Club do Brasil, compareceram técnicos de renome integrando delegações de quase tôdas as regiões do país. Entre os assuntos focalizados no Congresso, todos de grande atualidade e importância para os interêsses vitais do Brasil, mereceram demorados estudos os problemas que dizem respeito às nossas possibilidades de proteção do petróleo, do álcool-motor, carvão de pedra, gás pobre, gás comprimido, xistos betuminosos e dos óleos vegetais.

✶

I CONGRESSO DE ESCRITORES AMERICANOS

A Sociedade dos Escritores Brasileiros, com sede em São Paulo, está promovendo, provàvelmente para setembro próximo, a realização do I Congresso de Escritores Americanos, em local que será designado pela maioria das instituïções congêneres do continente.

Êsse Congresso deverá estruturar o "Código Inter-Americano dos Direitos da Profissão de Escritor", organizando anualmente a Antologia Americana, para maior divulgação da literatura do continente; delinear os planos da criação da *Revista Inter-Americana*, que será o órgão oficial do organismo internacional formado após o Congresso, assentar as bases que permitam a publicação simultânea em tôdas as nações americanas dos livros selecionados que aparecem em qualquer país do continente.

✶

II CONGRESSO INTER-AMERICANO DE MUNICÍPIOS

O QUE FICOU DELIBERADO — O II Congresso Interamericano de Municípios que esteve reünido em Santiago do Chile, entre os

dias 15 a 21 do mês de setembro de 1941, recomendou, entre outros, a adoção das seguintes medidas: coordenação da planificação local por meio de corpos regionais administrativos, e nos países de territórios extensos, o estabelecimento de zonas como meio de tornar mais compreensiva a planificação territorial; o saneamento de bairros velhos e a reconstrução das vivendas insalubres, saneando as usinas e oficinas que constituam inconveniente público; criação de hospitais para atender profissionais vitimados por acidentes do trabalho, de enfermos profissionais instalados, de maneira que possam concorrer para a reeducação dos mesmos; organização dos serviços de urgência nas maternidades, com pessoal médico técnico permanente; dotação nos orçamentos municipais de verbas especiais para a profilaxia da anquilostomia, nos países onde grassem endemias; criação de escolas profissionais destinadas à proteção e educação da infância desvalida; celebração do Dia Panamericano (14 de abril) em todos os municípios das Américas; consagrar praças e ruas com os nomes de heróis americanos; divulgar da maneira mais ampla e popular a história e as instituições da América.

Naquela reünião ficou também decidido que o III Congresso Interamericano de Municípios se reünisse em uma das metrópoles americanas seguintes: Rio de Janeiro, Buenos Aires, Lima ou México.

★

II CONGRESSO NACIONAL DE QUÍMICA

II CONGRESSO NACIONAL DE QUÍMICA — Na cidade Curitiba, sob a presidência de honra do Sr. Presidente da República, terá lugar de 26 a 31 dêste mês, o Segundo Congresso Nacional de Química.

Já estão inscritos mais de setenta trabalhos científicos e tecnológicos apresentados pelo Laboratório da Produção Mineral, Instituto Nacional de Tecnologia, Instituto de Pesquisas Tecnológicas, Associação Brasileira de Normas Técnicas, Instituto do Açúcar e do Álcool, bem como por químicos de Pernambuco, Paraíba, Baía, Campos, Distrito Federal, Paraná e Rio Grande do Sul. Na mesma época reünir-se-á o Conselho Diretor da Associação, sendo empossado como presidente, o professor Teodureto de Arruda Souto, catedrático de química tecnológica geral da Escola de São Paulo.

★

Das Unidades Federadas

ALAGOAS

Instituto Histórico e Geográfico

— Sob a presidência do Sr. Ezequias Rocha, esteve reünido, a 2 de dezembro findo, o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, afim de comemorar o seu 73.º aniversário de fundação.

O professor L. Lavenére, secretário perpétuo da instituïção, procedeu à leitura do relatório, tendo após, tomado posse como membro efetivo, o Sr. Ciridião Durval e Silva.

Durante a sessão, que se revestiu de solenidade, usaram da palavra vários oradores, sendo encerrada, a mesma com uma hora de arte.

★

BAÍA

Comissão Revisora do Quadro Administrativo e Judiciário do Estado

O Sr. Interventor federal no Estado da Baía, baixou, a 30 de dezembro último, ato que foi inserto no *Diário Oficial* local, do dia 31 daquele mês, constituindo a Comissão Revisora do Quadro Territorial Administrativo e Judiciário do Estado.

Eis, na íntegra, como está redigido o referido ato:

"Em atenção aos dispositivos do decreto-lei federal n.º 311, de 3 de março de 1938, que dispõe sôbre os estudos e sugestões para a revisão do Quadro Territorial, Administrativo e Judiciário do Estado, a processar-se em 1942, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, como também os dispositivos referentes à nomenclatura de cidades e vilas, a seguinte Comissão Revisora do Quadro Territorial, Administrativo e Judiciário do Estado: um representante do Diretorio Regional de Geografia, um representante da Junta Executiva Regional de Estatística, o diretor do Departamento das Municipalidades, o diretor do Departamento de Geografia do Estado e o delegado do Norte do Conselho Nacional de Geografia, devendo ser iniciados os trabalhos logo após a designação dos referidos membros".

Secretaria de Viação e Obras Públicas

LABORATÓRIO DE SOLOS — Por iniciativa do Sr. Delsuc Moscoso, então secretário da Viação e Obras Públicas do Estado da Baía, foi inaugurado em fins de novembro último, o Laboratório de Solos da Diretoria de Estradas de Rodagem daquele Estado.

Instituto Geográfico e Histórico

DOADO UM TERRENO — O Sr. Elísio de Carvalho Lisboa, prefeito municipal de Salvador, baixou, a 22 de dezembro findo, o decreto lei n.º 101, pelo qual doou ao Instituto Geográfico e Histórico da Baía, mediante escritura pública, a área de cento e noventa e um metros quadrados de terreno de propriedade da prefeitura daquela capital, sito à avenida Joana Angélica, zona de S. Pedro.

GOIAZ

Instituto Histórico e Geográfico

No dia 15 de dezembro findo, sob a presidência do Sr. Colemar Natal e Silva, esteve reünido o Instituto Histórico e Geográfico de Goiaz.

A sessão foi dedicada à memoria do professor F. Ferreira dos Santos Azevedo, que foi sócio fundador daquela instituïção cultural.

★

MINAS GERAIS

Escola Superior de Agricultura de Viçosa

DIPLOMADA MAIS UMA TURMA DE AGRÔNOMOS, TÉCNICOS E ADMINISTRADORES — No dia 16 de dezembro último, realizou-se, em Viçosa, a solenidade da colação de grau dos agrônomos de 1942 e entrega dos certificados aos técnicos agrícolas e administradores rurais que terminaram o curso na Escola Superior de Agricultura de Viçosa.

À cerimônia compareceram os Srs. E. P. KEELER, adido agrícola à embaixada americana e representante do embaixador JEFFERSON CAFFERY, escolhido para paraninfo dos novos agrônomos; Dr. JOSÉ MONTEIRO MACHADO, representante do ministro da Agricultura, Dr. APOLÔNIO SALES, paraninfo dos técnicos agrícolas e Dr. JOSÉ DE MELO SOARES DE GOUVEIA, assistente técnico de agricultura, junto à Secretaria da Agricultura, do Estado de Minas Gerais.

Falaram o diretor interino da Escola, Dr. GERALDO CARNEIRO, o agrônomo FILADELFO BRANDÃO, orador da turma, o Dr. JOSÉ MONTEIRO MACHADO, pelo ministro APOLÔNIO SALES, e o Sr. E. P. KEELER, em nome do embaixador JEFFERSON CAFFERY.

Escola de Engenharia

DIPLOMADOS OS ENGENHEIROS DE 1942 — Sob a presidência do professor MÁRIO CASASSANTA, reitor da Universidade de Minas Gerais, realizou-se no dia 19 de dezembro do ano findo, a cerimônia da colação de grau dos engenheiros de 1942. Foi o orador da turma o engenheirando NEWTON CAVALIERI, tendo também discursado o professor ÁLVARO ASTOLFO DA SILVEIRA, paraninfo.

São os seguintes os novos engenheiros pela U. M. G.: ADOLFO HERBSTER DE GUSMÃO, ALBERTO PASSOS S. TIAGO, ANÍBAL DE ANDRADE RESENDE, ARMANDO GOMES DE MORAIS, CARLOS GOMES, D'ARTAGNAN DE LEMOS RACHE, EDÉSIO ALVES CARNEIRO, EULER ROCHA, FELISBERTO NEVES, HEITOR BARBOSA MASCARENHAS, HELVÉCIO DE AVELAR MARQUES, LAGO JOSÉ DE CASTRO VALÉRIO, JOÃO ALFREDO DE CASTILHO, JOÃO DUARTE DE MACEDO, JOSÉ AFONSO WERNECK, JOSÉ ALBERTO ÁLVARES, JOSÉ ANDRADE, JOSÉ GUIMARÃES MORAIS, MARTINS P. DE ARAÚJO MÍLTON, NEWTON CAVALIERI, PEDRO NATALINO DE PÁDUA *e* WILSON MOREIRA BORGES.

Escola Superior de Agricultura de Lavras

EXCURSÕES DE PESQUISAS E ESTUDOS — A diretoria da Escola Superior de Agricultra de Lavras, Estado de Minas Gerais, tendo em vista que a educação profissional moderna não se ministra sòmente nas salas de aula e sim no campo, vem proporcionando aos alunos daquela Escola, constantes e proveitosas excursões, visando, dêsse modo, que os futuros agrônomos colham observações que completem os seus conhecimentos teóricos.

Uma das últimas dessas excursões foi levada a efeito, à cidade de Viçosa, onde está situado um outro importante estabelecimento de ensino agrícola.

Os excursionistas, em número de 22, foram chefiados pelo Dr. ALCEBÍADES G. CARTAXO, lente de química-agrícola da ESAL, tendo passado por Ouro Preto, onde visitaram a tradicional Escola de Minas e Metalurgia, por Ponte Nova, a grande cidade do Zona da Mata, e, na volta, também por Belo Horizonte, onde estiveram na Fazenda da Gameleira, Feira Permanente de Animais e Escola Superior de Veterinária do Estado de Minas.

Dessa excursão os estudantes vieram muito bem impressionados, notadamente com o excepcional acolhimento que tiveram na Escola Superior da Agricultura de Viçosa, cujos professores e alunos se desdobraram em atividades afim de que os mesmos aproveitassem o máximo.

Automóvel Clube de Minas Gerais

ELEITA A NOVA DIRETORIA — Com a presença de grande número de associados, reüniu-se, no dia 23 de dezembro último, a assembléia geral ordinária do Automóvel Clube, para prestação de contas do Diretório que terminou o seu mandato e eleição do Conselho Deliberativo para o exercício de 1943.

Dirigiu os trabalhos o professor Dr. J. DE MELO TEIXEIRA, tendo a assembléia, depois da leitura do relatório e da apresentação das contas, aprovado, por unanimidade, um voto de agradecimento e louvor à administração do clube, pelo magnífico êxito de sua gestão.

Feita a eleição, ficou assim constituído o Conselho Deliberativo para o ano corrente:

Presidente — Dr. ÁLVARO BATISTA DE OLIVEIRA 1.º vice-presidente — Dr. MÁRIO WERNECK DE ALENCAR LIMA. 2.º vice-presidente — Dr. FERNANDO SOUSA MELO VIANA. 1.º secretário — RENATO VIANA MARTINS. 2.º secretário — comandante OTÁVIO MONTEIRO MACHADO. 1.º tesoureiro — Dr. J. ÁVILA OLIVEIRA. 2.º tesoureiro — Dr. ERNESTO MACHADO COELHO. Diretores — ALFREDO BERUTO, Dr. ELISEU LABORNE E VALE, Dr. LAURO FERREIRA e Dr. WILLER DE MAGALHÃES PINTO.

Comissão de Contas: efetivos — Dr. ANTÔNIO MOURÃO GUIMARÃES, Dr. CRISTIANO GUIMARÃES, e Dr. ESTÊVÃO PINTO.

Suplentes — AFONSO FERREIRA PAULINO, Dr. CÉLIO DE CASTRO e Dr. TANCREDO MARTINS.

Comissão de informações — ALBERTO BROCHADO, ANTÔNIO SALVADOR DE CASTILHO, Dr. ANTÔNIO A. PEREIRA DA ROCHA, Dr. AUGUSTO COUTO, Dr. BLAIR FERREIRA, professor JAVERT DE SOUSA LIMA, professor J. DE MELO TEIXEIRA, professor LEONTINO CUNHA, Dr. RAUL FRANCO DE ALMEIDA e SÍLVIO COUTINHO.

Centro Acadêmico da Escola de Agricultura de Lavras

DEPARTAMENTO AGRÔNOMICO — Na recente reforma dos estatutos do Centro Acadêmico da Escola Superior de Agricultura de Lavras, Estado de Minas Gerais, foi determinada a criação do Departamento Agronômico, que constará de três secções seguintes: Agronomia, Zootecnica e Engenharia Rural.

As duas primeiras secções já iniciaram os seus trabalhos com reais proveitos.

Instituto Histórico e Geográfico

— Presidido pelo professor ANÍBAL MATOS, o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais realizou, a 26 de dezembro do ano findo, a sua última reünião do ano de 1942.

Dando início aos trabalhos, o professor ANÍBAL MATOS fêz um relato das atividades da instituïção durante o ano, através do qual se verificou que o Instituto realizou 15 reüniões onde foram desenvolvidos interessantes e oportunos trabalhos.

O Sr. SALOMÃO DE VASCONCELOS fêz uma comunicação sôbre o próximo lançamento de duas contribuïções históricas de sua autoria: *Um grande brasileiro esquecido* (JOÃO DE SOUSA BARRADAS) e *Memória sôbre a casa de Marília.*

O professor ANÍBAL MATOS comunicou também que o Sr. MARTINS DE ANDRADE está elaborando um estudo histórico e bio-bibliográfico de JOSÉ ELÓI, TEÓFILO e CRISTIANO OTONI.

Por proposta dos Srs. SALOMÃO DE VASCONCELOS e GERALDO DUTRA DE MORAIS foi apresentado o nome do escritor paulista Dr. TAVARES PINHÃO, para membro correspondente do Instituto.

O historiador JOSÉ MARINHO DE ARAÚJO ofereceu ao Instituto um estudo sôbre a *Luz Elétrica em Santa Rita de Jacutinga,* separata da *História do Rio Preto,* de sua autoria.

Por proposta dos Srs. ANÍBAL MATOS e FRANCISCO M. DE CARVALHO, foi apresentado o nome do escritor e pregador Sr. JOSÉ P. DE SOUSA para membro correspondente do Instituto no Estado do Rio.

O Sr. COPÉRNICO PINTO COELHO congratulou-se com a administração do Instituto que, com tanto carinho, assiduidade e esfôrço, vem dando à instituïção uma vida brilhante de realizações, não só no campo cultural e histórico, como também no sentido de realizar uma obra de civismo e patriotismo enaltecendo as grandes figuras da nacionalidade.

Deverá realizar-se em meados do mês de janeiro uma excursão pelo São Francisco para visita de estudos a várias localidades do norte do Estado.

O professor ANÍBAL MATOS apresentou ao Instituto novos capítulos de sua obra *Arqueologia de Minas Gerais,* em que vem trabalhando há perto de dez anos. A nova obra do presidente do Instituto está sendo ilustrada pelo autor com desenhos a bico de pena.

Sociedade Mineira de Agricultura

REFLORESTAMENTO DA ZONA SERVIDA PELA RÊDE MINEIRA DE VIAÇÃO — O Sr. ARISTÓTELES DE FARIA ALVIM fêz, em uma das sessões realizadas pela Sociedade Mineira de Agricultura, no mês de dezembro findo, uma interessante comunicação sôbre a devastação das matas situadas na zona servida pela Rêde Mineira de Viação.

As observações do Sr. FARIA ALVIM, que foram colhidas numa viagem empreendida através dos municípios situados ao longo daquela ferrovia, ensejaram-lhe a oportunidade de solicitar o início de uma campanha em prol do reflorestamento, por parte da Federação das Indústrias, campanha essa que devia receber, também, o apoio da Sociedade Mineira de Agricultura.

Sociedade Mineira de Engenheiros

Presidida pelo engenheiro JOSÉ DE ALMEIDA CAMPOS JÚNIOR, realizou-se a 15 de novembro último, uma reünião mensal da Sociedade Mineira de Engenheiros.

Dentre os assuntos tratados figurou uma proposta no sentido da Sociedade aderir ao X Congresso Brasileiro de Geografia, e outra, sugerindo que, em face do atual estado de guerra, fôsse iniciado um curso de engenharia militar aos profissionais engenheiros.

Ambos êsses assuntos foram levados em cosideração.

I Concurso de Fotografias de Belo Horizonte

Está marcado para realizar-se no mês de março vindouro o I Concurso de Fotografias de Belo Horizonte, patrocinado pela prefeitura municipal local.

Os trabalhos apresentados serão expostos no salão do Cassino Pampulha, 15 dias após a terminação do prazo para sua entrega, o que se verificará a 20 de fevereiro dêste ano.

As fotografias concorrentes deverão focalizar:

Aspectos (vistas ou detalhes) da cidade de Belo Horizonte; aspectos (vistas ou detalhes) do bairro da Pampulha; realizações da atual administração municipal e instantâneos-figuras.

A comissão julgadora ou o juri do certame compor-se-á de 9 (nove) membros, recrutados entre jornalistas, fotógrafos e intelectuais de Belo Horizonte, sob a presidência de um representante do prefeito local.

"Jornada da Economia Rural"

Em Belo Horizonte, na sede da Sociedade Mineira de Agricultura, foi levada a efeito, no mês de dezembro findo uma "Jornada da Economia Rural", com o objetivo de difundir temas de grande interêsse agrícola. A iniciativa obteve o mais completo êxito, sendo as conferências assistidas por grande número de agricultores.

Nessa sessão de instalação, que foi presidida pelo Dr. ALCIDES GONÇALVES DE SOUSA, secretário da Agricultura de Minas Gerais, fêz uma conferência o Dr. JOSÉ MARIA BARBOSA, chefe do Serviço de Econômia Rural do Ministério da Agricultura, no Estado, desenvolvendo o tema "O aproveitamento racional das terras nas regiões montanhosas". Falando sôbre o solo, sua composição e perfís, e os processos mais eficientes de defesa dos terrenos contra a erosão, passou a examinar as condições peculiares dos terrenos mineiros.

Depois de fazer uma exposição sôbre os métodos modernos de conservação e melhoramento das terras, cujo esgotamento vem causando sensíveis prejuízos à nossa economia, com a diminuïção progressiva da produção agrícola, acentuou a importância de que se reveste o trato racional das terras para que o cansaço e o esgotamento não malbaratem o esfôrço dos nossos agricultores.

Encerrando a sessão, o secretário da Agricultura, depois de agradecer o convite que lhe fêz a Sociedade Mineira de Agricultura para presidir a instalação da "Jornada de Economia Rural", referiu-se à conferência do Dr. JOSÉ MARIA BARBOSA, cujo trabalho técnico elogiou. o orador, falando sôbre a classificação dos terrenos, afirmou que encarecia eloqüentemente a significação teórica dessa matéria, acrescentando, entretanto, que descria de qualquer aplicação prática dessa teoria, visto que, nos Estados Unidos, para que se alcançassem reais proveitos, muitos anos se gastaram em estudos e trabalhos além de muito dinheiro que se consumiu.

Nas reüniões seguintes, falaram o Dr. ALCIDES GONÇALVES, sôbre "Produção e distribuïção em tempo de guerra"; o Dr. NESTOR GIOVINE sôbre "Defesa sanitária dos rebanhos bovinos em Minas", e o Dr. JOSÉ CARNEIRO FILHO, sôbre "Industrialização dos produtos da pecuária".

★

PARANÁ

Museu Paranaense

EXCURSÃO CIENTÍFICA AO LITORAL PARANAENSE — Promovida pelo Museu Paranaense, com a colaboração da Secção de Zoologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, foi levada a efeito no mês de dezembro último, uma excursão científica ao litoral do Estado do Paraná, visando proceder a pesquisas e estudos.

A Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo forneceu ao professor PAULO SAWAYA, que chefiou a delegação paulista, material de laboratório e de pesquisa necessário.

Integrou a delegação do Museu Paranaense os Srs. LOUREIRO FERNANDES, seu diretor, pelas secções de Etnografia e Geografia; professor CARLOS STELFELD, pela secção de Botânica; padre MOURE e seu assistente, Sr. RODOLFO LANGE, pela secção de Zoologia, e mais um técnico daquele Museu.

Associação dos Geógrafos Brasileiros

(Núcleo de Curitiba)

Realizou-se, a 21 de dezembro findo, a reünião ordinária mensal do núcleo de Curitiba, da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Pelo professor FRANCISCO VILLANUEVA foi lido o relatório das atividades do núcleo no ano findo, sendo o mesmo aprovado com pequenas emendas. Teve lugar, em seguida, a eleição da nova diretoria, que deverá reger os destinos da Associação no ano corrente. Feita a apuração dos votos verificou-se o seguinte resultado: presidente, professor FERNANDO CORREIA DE AZEVEDO; secretário, professor ARTUR BORGES DE MACEDO; tesoureiro, Sr. OSVALDO LACERDA (reeleito). A nova diretoria foi empossada imediatamente.

No dia 4 de janeiro andante, houve uma reünião especial na sede do Círculo de Estudos Bandeirantes, para entrega dos trabalhos distribuídos aos associados e que, reünidos, irão formar a monografia de Curitiba.

★

PERNAMBUCO

Carta Geográfica do Estado

O secretário da Viação e Obras Públicas de Pernambuco ao ser consultado sôbre a elaboração de uma novo mapa daquele Estado, prestou, em 28 de dezembro findo, o seguinte esclarecimento acêrca do assunto, firmado no respectivo processo oriundo do Gabinete da Interventoria (papeleta 2 550).

"E' de tôda conveniência o levantamento da nova carta do Estado. Mas êste serviço deverá ser feito por uma comissão especialmente organizada para êsse fim, com recurso bastante para um trabalho de precisão que as cartas anteriores não têm. Quando o govêrno entender oportuno, poder-se-á cuidar do assunto, entregando-se a chefia ao autor da sugestão que é uma das mais brilhantes figuras da engenharia nacional.

As despesas anuais de tal comissão devem orçar por Cr$ 100 000,00."

Aproveitamento das quedas dágua

Vários rios pernambucanos possuem algumas quedas dágua, não em quantidade numerosa e de grande potência, mas que, uma vez estudadas e conseqüentemente aproveitadas, poderão concorrer bastante para beneficiar a florescente indústria local.

Situando-se elas nas zonas do agreste e da mata, o município de Bonito, por exemplo, conta com cinco cachoeiras no rio Serinhaém e quatro no rio Una das quais sòmente uma foi até agora aproveitada.

Em outros municípios, industriais de açúcar e de tecidos já aproveitaram as que beneficiavam as suas propriedades estando, entretanto, a maioria delas inaproveitadas.

Considerando principalmente, a atual crise de combustível decorrente do estado de guerra, o interventor AGAMEMNON MAGALHÃES, baixou o ato n.º 1 173, criando uma comissão para proceder a estudos e sugerir providências acêrca do aproveitamento das cachoeiras e quedas dágua dos rios daquele Estado, visando a utilização do potencial hidro-elétrico dos mesmos.

A Comissão, que ficou subordinada à Secretaria de Agricultura, sendo presidida pelo respectivo titular, já iniciou os seus trabalhos.

★

SANTA CATARINA

Instituto Histórico e Geográfico

No dia 3 de dezembro do ano findo, sob a presidência do desembargador HENRIQUE FONTES, reüniu-se o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. No expediente foram lidos telegramas expedidos a propósito das comemorações do centenário de nascimento do ilustre catarinense LACERDA COUTINHO, as quais foram levadas a efeito com brilhantismo no dia 15 do mesmo mês. Também foi lido um ofício da Sra. CHIQUINHA RODRIGUES, solicitando a cooperação do Instituto em prol da criação da Academia de Mulheres do Brasil, e de remessa de livros.

★

RIO GRANDE DO NORTE

Instituto Histórico e Geográfico

Sob a presidência do Sr. ALDO FERNANDES, interventor federal interino no Rio Grande do Norte e sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico local, esteve êste reünido para dar posse ao seu novo sócio major JÔNATAS DE MORAIS CORREIA.

Discursaram os Srs. ALDO FERNANDES, NESTOR LIMA e o homenageado.

★

RIO GRANDE DO SUL

Criado o Instituto Tecnológico

O Sr. interventor federal no Rio Grande do Sul, pelo decreto-lei n.º 282, de 11 de dezemro do ano próximo findo, criou o Instituto Tec-

nológico do Rio Grande do Sul, anexo à Escola de Engenharia da Universidade de Pôrto Alegre, o qual será regido pelo regulamento baixado com o mesmo decreto, e assinado pelos secretários de Estado dos Negócios das Obras Públicas e dos Negócios da Educação.

Dividido o Estado em onze regiões escolares

O Sr. interventor federal no Rio Grande do Sul, baixou em 23 de dezembro findo, o decreto n.º 645, que alterou a divisão do território daquele Estado para efeito de administração escolar.

Com as modificações introduzidas pelo citado decreto ficou o Rio Grande do Sul dividido em onze regiões escolares assim organizadas:

1.ª Região — sede Pôrto Alegre — município da capital;

2.ª Região — sede Novo Hamburgo — municípios de São Leopoldo, Taquara, São Francisco de Paula, Montenegro, Caí;

3.ª Região — sede Taquarí — municípios de Triunfo, São Jerônimo, General Câmara, Venâncio Aires, Lajeado, Estrêla, Arroio do Meio, Encantado, Guaporé;

4.ª Região — sede Caxias — municípios de Farroupilha, Garibaldi, Bento Golçalves, Alfredo Chaves, Prata, Antônio Prado, Flores da Cunha, Vacaria, Bom Jesús;

5.ª Região — sede Pelotas — municípios de Rio Grande, São José do Norte, Santa Vitória, Jaguarão, Arroio Grande, Erval, Pinheiro Machado, Piratiní, Cangussú, São Lourenço;

6.ª Região — sede Cachoeira — municípios de Rio Pardo, Santa Cruz, Candelária, Sobradinho, São Sepé, Caçapava, Encruzilhada;

7.ª Região — sede Passo Fundo — municípios de Soledade, Caràzinho, José Bonifácio, Getúlio Vargas, Lagoa Vermelha, Sarandí;

8.ª Região — sede Santa Maria — municípios de São Pedro, Júlio de Castilhos, Santiago, Jaguarí, São Vicente, Dom Pedrito, Bagé, São Gabriel, Lavras;

9.ª Região — sede Cruz Alta — municípios de Ijuí, Santo Ângelo, Santa Rosa, Palmeira, Iraí, Tupanciretã, São Luiz;

10.ª Região — sede Uruguaiana — municípios de Alegrete, Rosário, Livramento, Quaraí, Itaquí, São Borja, São Francisco de Assís;

11.ª Região — sede Pôrto Alegre — municípios de Gravataí, Santo Antônio, Osório, Viamão, Tôrres, Guaíba, Tapes, Camaquã, Canoas.

Museus e Arquivo Histórico do Estado

Em comemoração ao 5.º aniversário do Estado Novo e da gestão do Dr. COELHO DE SOUSA na Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, foi reaberto, em Pôrto Alegre, no dia 11 de novembro do ano passado, o Museu e Arquivo Histórico daquele Estado.

Fechado há muitos anos, o então Museu Júlio de Castilhos, não obstante a incontestável riqueza da suas coleções, tinha sua existência ignorada da maioria dos próprios riograndenses.

O govêrno estadual, visando o desenvolvimento cultural de seus administrados, resolveu dotar o Museu dos melhoramentos indispensáveis ao seu funcionamento, restaurando e ampliando as suas coleções e, ainda, estimular nos particulares o interêsse em fazer doações ao Museu enriquecendo-o, assim, com as suas dádivas.

Entre as secções do Museu, merece destaque especial a mapoteca, pelo alto valor dos documentos que possue, por tratarem de fixação de limites. A mapoteca foi recomposta, fichada e está sendo catalogada de acôrdo com os processos modernos, trabalhos que estiveram a cargo da Sra. LAURA CEPOLLARO, arquivista, e do professor RIVADÁVIA COELHO que tem a seu cargo a secção do Arquivo Histórico.

Doação de mapas antigos

A família do general CANROBERT DE LIMA COSTA, doou recentemente, valiosa coleção de mapas antigos do Brasil que pertenceram àquele militar, ao Museu Júlio de Castilhos do Rio Grande do Sul.

A valiosa oferta, que caba de ser entregue ao referido Museu, é constituída de mapas gerais do Brasil, dos Estados e de vários municípios, bem como plantas e levantamentos de fronteira. A direção do Museu Júlio de Castilhos incluiu essas peças cartográficas em seu catálogo, sob a rubrica "Coleção General Canrobert".

Federação das Associações Comerciais

O Sr. Presidente da República, pelo decreto n.º 11 116, de 21 de dezembro de 1942, concedeu à Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, a prerrogativa do art. 3.º, alínea *e* do decreto-lei n.º 1 402, de 5 de julho de 1939, para o fim de colaborar com o poder público como órgão técnico consultivo do Estado no estudo e solução dos problemas que se relacionem com os interêsses econômicos pela mesma coordenados.

★

SÃO PAULO

Defesa da flora e da fauna paulista

O Sr. interventor federal em São Paulo, assinou a 25 de novembro do ano findo, um decreto-lei, criando mais uma reserva florestal naquele Estado que se situará no distrito de Presidente Epitácio, do município de Presidente Venceslau.

A área reservada para tal fim, abrange aproximadamente 246 840 hectares, julgada necessária pelo govêrno para conservação da flora e da fauna locais.

O futuro parque florestal paulista limita-se ao norte com o rio Paraná e ribeirão Anhumas ou Prata; ao sul com o rio Paranapanema; a leste com o espigão divisor das vertentes dos rios Paraná e Paranapanema, e com o ribeirão da Cachoeira do Estreito; a oeste com o rio Paraná.

Divisa: Começam as divisas na barra do ribeirão da Cachoeira do Estreito com o rio Paranapanema; daí, pelo rio Paranapanema abaixo, até a sua barra no rio Paraná; daí, pelo rio Paraná acima, até a barra do ribeirão Anhumas ou Prata; daí por êste ribeirão acima, até as suas cabeceiras; daí por uma reta com o rumo sul até encontrar o espigão divisor das vertentes dos rios Paraná e Paranapanema; daí, à direita por êste espigão até frontear a cachoeira do ribeirão Cachoeira do

Estreito e por êle abaixo, até a sua barra ao rio Paranapanema, ponto de partida. Essas divisas e confrontações constam do memorial descritivo e planta, aprovados e rubricados pelo secretário da Agricultura e procurador do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado.

Escola de Sociologia e Política de São Paulo

SOCIOLOGIA DA VIDA RURAL — Após terminar uma série de conferências, as quais foram realizadas em S. Paulo, regressou em dezembro último ao Rio o professor T. LYNN SMITH, analista agrônomo da embaixada americana, e que é apontado como uma das maiores figuras dos Estados Unidos em sua especialidade, sendo autor de vários livros de grande repercussão, entre os quais a *Sociologia da Vida Rural*, ora sendo traduzido pela Casa do Estudante do Brasil.

O recente curso realizado em S. Paulo pelo professor T. L. SMITH, foi levado a efeito por solicitação da Escola de Sociologia e Política.

Os seus resultados já se fizeram sentir pois os alunos graduados por aquela Escola já iniciaram os primeiros estudos práticos que estão sendo feitos em várias zonas do interior do Estado paulista.

Associação dos Geógrafos Brasileiros

Realizou-se a 30 de novembro último, mais uma reünião administrativa da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Na primeira parte, além da aceitação de novos, associados, ficou resolvida a adesão da sociedade ao "Bureau of American Ethnology" da "Smithsoniam Institution". Deliberou-se ainda, que no ano em curso uma reünião, em cada grupo de quatro, será dedicada a assuntos de geografia física e geologia.

A seguir, foi lido e aprovado o relatório da diretoria referente ao ano que terminou. Por êle verificou-se que foram aceitos 15 novos sócios, realizando-se 17 reüniões e 24 palestras, sendo favorável a situação financeira da agremiação. Estiveram em funcionamento os núcleos de Curitiba e Amparo e a sociedade está preparando um estudo coletivo para ser enviado ao X Congresso Brasileiro de Geografia.

Depois de ficar consignado em ata um voto de agradecimento ao Srs. SÍLVIO DE ALMEIDA AZEVEDO, pelos serviços prestados à testa da tesouraria, passou-se à eleição dos novos dirigentes para o ano de 1943, tendo sido eleitos: presidente, professor PIERRE MONBEIG; secretário geral, professor AROLDO DE AZEVEDO; tesoureiro, professor ODILON NOGUEIRA MATOS; comissão consultiva: Dr. RUBENS BORBA DE MORAIS, professor JOÃO DIAS DA SILVEIRA, professor FERNANDO MARQUES DE ALMEIDA e diretor do *"Boletim"* da A. G. B. professor OTÁVIO BARBOSA. Também ficou deliberado que o professor JOSÉ RIBEIRO DE ARAÚJO FILHO passaria a auxiliar o secretário geral em suas atribuïções.

Clube Zoológico do Brasil

No sala de conferências do Departamento de Assistência ao Cooperativismo de São Paulo, realizou-se, a 11 de dezembro findo, mais uma reünião científica promovida pelo Clube Zoológico do Brasil, sediado naquele Estado.

Na ordem do dia ocupou a tribuna o Sr. PAULO SAWAYA, professor de fisiologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o qual fêz uma comunicação sôbre assunto zoológico.

SERGIPE

Escola Normal

CÁTEDRA DE HISTÓRIA DO BRASIL E DE SERGIPE — Na Escola Normal "Rui Barbosa", da capital sergipana realizou-se, a 21 de dezembro findo, o concurso para preenchimento do cargo de lente catedrático de história do Brasil e de Sergipe daquele educandário.

II Congresso das Municipalidades Sergipanas

Com o objetivo de serem coordenadas medidas administrativas visando o estudo e solução dos problemas financeiro, econômico, educacional, sanitário e legislativo, nos quais são idênticos os interêsses do Estado e dos municípios, o Sr. interventor federal coronel AUGUSTO MAYNARD GOMES promoveu, entre 10 a 15 de novembro último, a realização do 2.º Congresso das Municipalidades Sergipanas.

O certame mereceu todo o apoio das autoridades municipais que aproveitaram o ensejo para o estudo, em conjunto, de temas da maior relevância para as edilidades, troca de sugestões e impressões, combinação de medidas nos assuntos de interêsses afins, além do contacto pessoal entre os responsáveis pela administração dos municípios e técnicos do govêrno federal e do Estado.

Também não foi esquecida a situação em que se encontra o país, sendo transmitidas aos prefeitos sugestões e orientação no que diz respeito às precauções e providências que devem ser postas em prática em conseqüência do estado de guerra.

Tomaram parte no Congresso o secretário geral do Estado, chefes de serviços, todos os prefeitos e o secretário e membros do Conselho Regional de Geografia.

Os problemas, cujo estudo havia sido determinado no decreto de convocação do conclave, mereceram amplo debate, sendo focalizados os seus mais variados aspectos. Com relação às finanças públicas, foram aprovadas soluções sôbre a elaboração dos orçamentos municipais, meios práticos para tornar mais eficiente a arrecadação dos impostos estaduias e municipais, estabelecendo cooperação entre ambos os fiscos.

A padronização das posturas municipais também despertou vivos debates, sendo resolvido que fôsse constituída uma comissão para rever a legislação e respeito, expurgando-as dos erros existentes, e elaborar um código padrão a ser adotado em todos os municípios.

Em tôrno do reflorestamento, fomento da agricultura e pecuaria, vários trabalhos foram apresentados, inclusive sôbre as espécies vegetais mais convenientes ao meio, desenvolvimento da ensilagem, melhores sistemas de forragem, organização de cooperativas locais ou regionais para o fomento da produção, aperfeiçoamento da cultura do algodão no Estado, combate à saúva, propaganda nos campos e fazendas dos modernos processos de agricultura, desenvolvimento da fruticultura e da avicultura para melhoria da alimentação, fixação do tipo de gado que melhor convém ao Estado, êxodo dos trabalhadores rurais, etc.

O prefeito de Laranjeiras dissertou sôbre as medidas a serem adotadas para o desenvolvimento do comércio inter-municipal, sendo também estudadas a eficiência das caixas eco-

nômicas, necessidade de melhoramento e construção das estradas de rodagem, tendo o Dr. José de Oliveira Neto apresentado uma tese preconizando a necessidade da elaboração de planos qüinqüenais de obras de engenharia nos municípios sergipanos.

Merece todo o destaque o que resolveu o Congresso sôbre a educação e saúde.

Postas em foco várias soluções para os problemas do ensino primário e rural, decidiu o Congresso que os municípios contribuiriam com a quota de 10% da sua renda bruta, para a educação ficando tôda a orientação educacional a cargo exclusivo do Departamento de Educação.

Nos seus mais variados e importantes detalhes descutiram-se os temas relacionados com a Saúde Pública, tendo os congressistas, também fixado uma quota sôbre a renda dos municípios para o custeio dos serviços da saúde.

Outro ponto que motivou acurados estudos dos prefeitos foi o que diz respeito aos limites inter-municipais, sendo assentadas medidas para a sua fixação definitiva. Também os assuntos relacionados com a estatística foram assentados no Congresso, inclusive para a melhoria dos registos demográficos e uniformização da sua coleta, dissertando sôbre o assunto o Dr. Válter Cardoso, chefe do Serviço de Bio-Estatística do Departamento de Saúde Pública.

★

Dos municípios

Baurú — (S. Paulo)

CONCLUSÃO DAS OBRAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA CIDADE — A Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, em sessão realizada a 15 de dezembro findo, aprovou, por unanimidade, o projeto de decreto-lei da prefeitura municipal de Baurú, Estado de São Paulo, pelo qual ficará autorizada aquela a contrair, com o govêrno do Estado, um empréstimo de Cr$ 2 500 000,00, destinado à conclusão das obras de abastecimento de água àquela cidade.

Campos — (Rio de Janeiro)

TOPÔNIMOS DE NOVAS RUAS E PRAÇAS — O Sr. Salo Brand, prefeito municipal de Campos, Estado do Rio de Janeiro, usando das atribuïções legais que lhe são conferidas, e

Atendendo a que há urgente necessidade, no interêsse geral, de ser regularizada a nomenclatura de várias ruas e logradouros públicos da cidade;

Atendendo a que essa atribuïção do poder público municipal deve ser atualmente desempenhada de acôrdo com a legislação federal, quanto à escolha dos nomes a serem, por essa forma homenageados;

Atendendo a que é de tôda conveniência ser designada uma comissão, constituída de representantes de classes do município, para proceder aos estudos necessários,

Resolveu, pela portaria n.º 42 de 12 de dezembro último, constituir uma comissão, composta dos doutores Manuel Alberto Barbosa Guerra, pela Sociedade Fluminense de Medicina e Cirurgia Sílvio Pelico Fontoura, pela Associação de Imprensa Campista, e Gastão Machado, pela Academia Campista de Letras, para apresentar à administração municipal, além de outras sugestões julgadas necessárias, a indicação, nos têrmos da lei, dos nomes que deverão ser dados às novas ruas e logradouros públicos da cidade.

Flores — (Maranhão)

LIGEIRA MONOGRAFIA SÔBRE O MUNICÍPIO — O Departamento Estadual de Estatística do Estado do Maranhão vem elaborando interessantes comunicados que são dados a público mimeografados.

Abordam êsses comunicados, parceladamente, variados aspectos econômicos e geográficos maranhenses, notadamente o que diz respeito à vida das suas municipalidades.

O comunicado abaixo, por exemplo, que é o de n.º 61 da série, refere-se ao município de Flores. Trata-se de uma contribuïção sucinta; entretanto, nela encontramos os dados pelos pelos quais se pode inferir a vida econômico-administrativa e a geografia dessa comunidade maranhense.

Categoria da sede — Cidade. Data da investidura — 10 de abril de 1924. Divisão Judiciária — Comarca, abrangendo os têrmos de São Francisco e São José dos Matões. Superfície — 1 705 km². População — (censo de 1940) 17 362 (com a densidade média de 10 habitantes por km²) Limites — Flores limita-se com os municípios de São José dos Matões, Caxias e com o Estado do Piauí. Distância da capital em linha reta — Rumo SSE — 322 km. Distância da capital por via normal de transporte — 451 km. Tempo relativo gasto em viagens para a capital: 17 horas. Altitude — 65 m. Latitude S — 5°05,43". Longitude W/G — 42°49'08". Clima — Quente, sêco e relativamente salubre. Estações — Inverno: de janeiro a maio. Verão: de junho a dezembro.

Renda da prefeitura no qüinqüênio 37/41:

1937	96:220$000
1938	77:604$000
1939	97:959$000
1940	61:452$000
1941	90:852$000

Renda da coletoria estadual no último qüinqüênio 37/41:

1937	222:537$000
1938	201:107$000
1939	260:427$000
1940	247:218$000
1941	365:759$000

Histórico — Flores antiga povoação de Cajazeiras. Vila criada com a denominação atual por decreto n.º 50, de 22 de dezembro de 1890. Desmembrada do 2.º distrito do município de São José dos Matões. Instalada a 20 de maio de 1891. Cidade por lei estadual n.º 1 139, de 10 de abril de 1924.

Lavoura — É no município, a mais importante das atividades. Conquanto praticada ainda pelos métodos rotineiros, é bastante promissor o seu futuro.

Entre os seus principais gêneros de produção, salientam-se o arroz, o algodão, o milho, o feijão, a mandioca e a cana de açúcar.

Principais agricultores — Cana de açúcar: *Agostinho Martins de Araújo, Antônio José de Lima e José Simão Pedreiras;* Arroz: *Luiz de França Araújo, João Joca de Assunção, Justino de Oliveira Costa, Honorina Silva, João de Oliveira Costa e Manuel Carlos da Silva;* Algodão: *João de Assunção e Pedro Falcão Lopes.*

Pecuária — A criação ocupa o segundo lugar entre as principais atividades do meio.

O seu rebanho está assim constituído: bovinos — 12 500; suínos — 13 000; Caprinos — 20 000; lanígeros — 800; equinos — 4 000; asininos — 1 800; muares — 1 200; total de cabeças — 53 300.

Principais criadores — *Luiz Pereira da Silva, Lídia Lima Lopes, Antônio de Oliveira Costa, Antônio José de Lima, Agostinho Araújo, José Simão Pedreiras, Otávio de Moura Costa, João Joca de Assunção, Dr. Eurípedes de Aguiar e herdeiros de Joaquim M. Assunção.*

Comércio — O município de Flores, que fica à margem do Parnaíba, recebe dêste importante escoadouro da riquza maranhense, grandes vantagens em benefício do seu comércio. Por outro lado, a estrada de ferro São Luiz-Teresina, serve vantajosamente à comuna, no transporte da sua produção.

Flores fica em frente a Teresina, capital do vizinho Estado do Piauí, com que mantém transação de todos os gêneros.

Principais firmas comerciais: *Urbano Martins, Carmina Monteiro, Maria Madalena, José de Sá, Pedro Falcão Lopes, Rodolfo Teixeira, João Joca Assunção e Luiz Firmino de Sousa.*

Transporte — Há, no município, linhas de navegação fluvial com serviço até o alto sertão e transportando gêneros até o pôrto de Parnaíba, na foz dêste rio.

Flores fica à margem da E. F. S. T. de que se serve para o comércio com a capital.

Indústria — Conta o município com as pequenas indústrias: açucareira, extração de amêndoas oleaginosas e beneficiamento de arroz e algodão.

Religião — Município católico, conta Flores com um templo na sede, a igreja de São José e um outro na povoação Varjota, a capela de N. S. da Conceição. Há na comuna 2 festividades por ano e 3 congregações religiosas.

Não há culto protestante ou centro espírita, na cidade.

Justiça — O seu aparelhamento judiciário está assim constituído: 1 juiz de direito, 3 suplentes, 1 promotor público e 2 tabeliães de notas e anexos.

Polícia — A ordem é mantida no município por 1 delegado de polícia, 1 suplente de delegado, 11 sub-delegados e 22 inspetores de quarteirão.

A sua prisão tem capacidade para 8 detentos e o seu destacamento policial compõe-se de 4 soldados da Polícia Militar.

Flores, como divisão policial, pertence à 5.ª zona, com sede em Caxias.

Comunicação — Telégrafo — Possue uma estação telegráfica em comunicação com Caxias numa distância de 65 km. Correios: com uma agência postal expedindo e recebendo malas para todo o município.

Instrução — O ensino público está bem ministrado. Conta o município com 3 escolas estaduais e 6 municipais.

A população escolar é de 481 alunos.

Considerações gerais — Flores pertence ao 6.º distrito sanitário com sede em Caxias.

O valor dos gêneros exportados diretamente pelo município subiu, em 1941, a 1 905 contos.

★

Laranjeiras — (Sergipe)

OPORTUNO ESCLARECIMENTO DO DIRETORIO MUNICIPAL DE GEOGRAFIA — Teve expressiva repercussão a atitude do Diretório Municipal de Laranjeiras, Sergipe, retificando a situação geográfica da mesma cidade, quando lhe foi atribuída a qualificação de sertaneja, numa biografia de João Ribeiro, publicada nesta capital.

Damos a seguir, na íntegra, a representação do Diretório Municipal de Geografia de Laranjeiras a propósito do assunto:

"O Diretório Municipal de Geografia de Laranjeiras, Sergipe, reünido aos 28 dias do mês de julho findo, congratulou-se com a ilustrada redação da *A Manhã*, pela publicação, em suplemento de 12 de julho do corrente ano, da brilhante e completa biografia de João Ribeiro, onde com pena de mestre foi focalizado em múltiplos setores da atividade intelectual o grande laranjeirense, já como filólogo, historiador, musicista, pintor, já como poliglota,

critico, patriota e até como SERTANEJO. Como filólogo e historiador escreveu inúmeras obras didáticas, que têm sido como a presença do mestre através dos anos entre os discípulos. Tendo nascido no *atelier* do seu velho pai, pintou sublimes quadros, onde em vivas côres concretizou idéias, pensamentos do genial cérebro. Como poeta escreveu:

"Mar que te agitas num eterno anseio,
Alma de flor, de luz que me sorrí,
Recebe, acolhe no teu casto seio,
Guarda contigo os versos que escreví..."

Como patriota, — assim escreveu: "Oh! que saudades tenho da terra em que nasci..."

Como crente assim manifestou-se: "Nossa Senhora da Guia, sempre bela e admirável. Fitei-a mais de uma vez, esperando que seu influxo imponderável me guie nas tempestades da vida".

O Diretório Municipal de Geografia, entretanto, pede vênia para não congratular-se com o grande órgão carioca sôbre o título de sertanejo atribuído ao nosso patrício João Ribeiro, por ter nascido na cidade sertaneja de Laranjeiras. Não porque seja êste título desairoso, porém, por não ser expressão da verdade geográfica. A cidade de Laranjeiras dista de Aracajú, capital de Sergipe, vinte e quatro quilômetros e está edificada à margem direita do Cotinguiba, célebre rio que recebe o influxo das marés, água salgada, sendo navegável até a capital e deu nome a tôda uma região, a mais fértil, ubérrima e maior produtora de açúcar em todo o Estado: ao norte limita-se a sete quilômetros com o Sergipe, rio que, dá nome ao Estado, e ao sul limita-se a quatro quilômetros com o rio Madre de Deus, sendo suas terras ainda banhadas por diversos córregos e riachos como Tramandaí, Sendengue, São Paulo e Sapucaí. Latitude 10°48,20". Longitude 37° 10,25". Superfície 222 quilômetros quadrados. — População 1 231 habitantes. Intelectualmente Laranjeiras sempre foi considerada a Atenas sergipense. Comercialmente foi sempre considerada a Baía de Sergipe por seu comércio com o Rio, Baía e até Europa, entrando em seu pôrto navios, sumacas, patachos, brigues, *cutters* de 120 toneladas. Nas noites silenciosas e tristes os seus habitantes ouvem o bramido do oceano quebrando-se contra os rochedos e as praias arenosas do litoral e ao romper da aurora ouvem os apitos das fábricas da capital despertando os laboriosos operários para a labuta da vida.

O Diretório Municipal de Geografia, desta cidade, convencido que êste asunto é da sua alçada, pede vênia para, não se conformando com título de sertaneja atribuído a Laranjeiras seja feita uma retificação pela ilustrada redação da *A Manhã*, em bem da verdade geográfica.

Da cooperação de todos os elementos sociais dependem a vitória da verdade e a glória da Pátria, cujos objetivos induziram o Diretório Municipal de Geografia de Laranjeiras ante a presença do grande e vibrante paladino da imprensa carioca *A Manhã*.

F. A. Bragança de Azevedo, prefeito municipal e presidente do Diretório, Luiz de Araújo Pedrosa, secretário do Diretório; padre Filadeifo Jônatas de Oliveira, Gervásio de Sá Barreto, Armando Barreto, membros do Diretório."

★

Livramento — (Rio Grande do Sul)

MANTIDOS OS LIMITES ENTRE LIVRAMENTO E BOM PEDRITO — A Prefeitura Municipal de Dom Pedrito, no Rio Grande do Sul, aproveitando o ensejo de estar sendo feita a revisão de limites territoriais dos municípios do Estado, para o qüinqüênio 1944-1948, enviou uma representação ao Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia, pleiteando a modificação dos limites com o município de Livramento, os quais passariam pela vertente principal do Arroio Upamarotí, ao invés de pelo banhado das Goiabeiras, como atualmente.

O prefeito do município de Livramento, tomando conhecimento da pretensão da prefeitura de Dom Pedrito, compareceu a uma das sessões daquele Conselho perante o qual apresentou razões contrárias ao que pleiteava Dom Pedrito, acrescentando que os limites atuais não comportam quaisquer dúvidas e que os habitantes da região em causa têm o seu principal mercado em Livramento.

O Diretório Regional deliberou manter os atuais limites.

★

Manaus — (Estado do Amazonas)

ADRIANÓPOLIS, NOVO TOPÔNIMO DE UM BAIRRO — O Sr. Antóvila Rodrigues Mourão Vieira, prefeito do município de Manaus, atendendo aos têrmos de um memorial que lhe foi dirigido, firmado por vários intelectuais maranhenses, entre os quais o próprio interventor federal naquele Estado Sr. Álvaro Maia, assinou um ato determinando a mudança do nome da Vila Municipal, situada naquela cidade para *Adrianópolis*, como homenagem ao educador manauense Adriano Jorge, que reside naquele bairro.

★

Palmeiras — (Rio Grande do Sul)

DIVISÃO DE DOIS DISTRITOS — O interventor federal no Rio Grande do Sul, general Cordeiro de Faria, assinou um decreto, recentemente, dividindo em duas zonas, cada um, dos distritos de Santa Teresinha e Redenção, no município de Palmeira. A primeira zona do distrito de Santa Teresinha tem a sua sede na vila do mesmo nome e a segunda, na vila de Cresciuma.

★

Perdões — (Minas Gerais)

NOVA PLANTA CADASTRAL — A prefeitura municipal de Perdões está adotando providências visando o levantamento de uma nova planta cadastral da cidade.

★

Pôrto Seguro — (Piauí)

SUBORDINAÇÃO ECLESIÁSTICA — D. Severino Vieira, bispo do Piauí, baixou recentemente a seguinte portaria determinando os limites da paroquia do município de Pôrto Seguro:

"Aos que esta Nossa portaria virem, paz e bênção do Senhor.

Fazemos saber que, devendo as freguesias terem certos os seus limites para maior facilidade do serviço paroquial e tendo chegado ao Nosso conhecimento a notícia de que pairam dúvidas sôbre a posição do município de Pôrto Seguro, em relação às freguesias de Floriano e Jeromenha; considerando, então, que a permanência de tais dúvidas certamente trará prejuízos espirituais aos habitantes dêsse município; considerando que êsse estado de dúvida redunda também na dúvida da jurisdição paroquial e por isso expõe à nulidade os sacramentos; considerando que o município de Pôrto Seguro fica mais próximo da freguesia de Jeromenha, e, portanto, de mais fácil acesso para as visitas paroquiais; como é do Nosso dever pastoral velar pelo bem dos Nossos caros diocesanos. Resolvemos, por esta presente Nossa portaria, declarar o aludido município pertencente à paroquia de Jeromenha, à qual de fato ficará pertencendo daquí por diante. E assim se cumpra".

✶

Salvador — (Baía)

IV CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE — O prefeito municipal da cidade do Salvador, capital do Estado da Baía, pelo decreto que tomou o n.º 181 nomeou o engenheiro OSCAR CARRASCOSA, o Sr. JORGE CALMON, o professor FRANCISCO CONCEIÇÃO MENESES e o padre MANUEL BARBOSA, para sob a sua presidência constituírem a comissão encarregada de promover os necessários estudos para organização da entidade que deverá tomar a seu cargo a confecção do programa de comemorações a serem realizadas na passagem do IV Centenário da fundação daquela cidade.

DIVISÃO DE URBANISMO E CADASTRO — O Sr. ELÍSIO DE CARVALHO LISBOA, prefeito municipal do Salvador, capital do Estado da Baía, em decreto assinado no dia 18 de dezembro findo, designou o engenheiro FERNANDO DE ALMEIDA BAGGI para substituir o chefe da Divisão de Urbanismo e Cadastro da Diretoria de Urbanismo e Cadastro daquele Prefeitura enquanto durar o impedimento dêste.

PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE — Pelo Departamento Administrativo do Estado da Baía foi aprovado um projeto de decreto-lei da prefeitura da cidade do Salvador instituindo um plano de urbanização para a mesma capital. O plano deverá ser executado em três anos, com a despesa anual de um milhão e duzentos mil cruzeiros.

✶

Santo Antônio do Amparo — (Minas Gerais)

CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE POUSO — O Sr. Gustavo Martins, prefeito municipal do município de Santo Antônio do Amparo, Minas Gerais, comunicou telegràficamente, em 2 de dezembro último, haver iniciado nessa data, os serviços de construção do campo de pouso local, para aterrissagem de aviões, o qual fica situado em terrenos da Fazenda da Lagoa.

✶

São Gabriel — (Rio Grande do Sul

OBRAS DE SANEAMENTO — O Interventor Federal no Rio Grande do Sul, em data de 21 de dezembro findo, baixou o decreto-lei n.º 292, abrindo o crédito especial de Cr$ ..... 2 900 000,00 destinado à conclusão das obras de saneamento da cidade de São Gabriel daquele Estado.

Essa medida governamental foi adotada de acôrdo com a resolução n.º 3 402, votada pelo Departamento Administrativo local.

✶

São Jerônimo — (Paraná)

MUDANÇA DA SEDE DO MUNICÍPIO — Na reünião de 18 de agôsto do ano findo, da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, conforme ata publicada no *Diário Oficial* de 21 do mesmo mês, na ordem do dia a Comissão tomou conhecimento do projeto de decreto-lei da Interventoria no Paraná dispondo sôbre a mudança da sede do município de São Jerônimo (pro. n.º 683-42), tendo resolvido opinar pela aprovação do parecer da secretaria do Conselho Nacional de Geografia no sentido do município aguardar a oportunidade para, em 1943, rever a sua divisão municipal e distrital.

✶

Uberlândia — (Minas Gerais)

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL — O Sr. VASCO GIFONI, prefeito municipal de Uberlândia, assinou, a 17 de dezembro findo, o decreto-lei n.º 68, mandando adquirir, mediante concorrência pública ou administrativa, livros para a Biblioteca Pública Municipal local, no valor de Cr$ 3 500,00.

✶

Vacaria — (Rio Grande do Sul)

REÜNIÃO DOS SUB-PREFEITOS — Na Prefeitura Municipal de Vacaria, realizou-se no dia 30 de novembro último, uma reünião de todos os sub-prefeitos do município, Srs. JOAQUIM CLAUDINO GOULART, HERCOLINO FINARDI, DARCÍ SANTOS, OTAVIANO ALVES PEREIRA, CELSO

GONZAGA, PEDRO PAIM BOEIRA, OTÍLIO LISBOA BOEIRA, JUVENAL PAIM LEMOS e ANTÔNIO ARAPONGA PAIM, para tratar de diversos assuntos.

A reünião foi presidida pelo prefeito municipal, major DORNELES FILHO, que iniciou os trabalhos fazendo uma longa exposição dos trabalhos que vem desenvolvendo no município.

Após o sub-prefeito do 5.º Distrito, Sr. JOAQUIM CLAUDINO GOULART, ter feito uma saudação ao prefeito, cada sub-prefeito expôs as necessidades mais urgentes de seu distrito, apresentando sugestões sôbre a maneira mais eficiente de resolvê-las.

Novamente com a palavra, o Sr. JOAQUIM GOULART falou sôbre a manifestação de aplauso e solidariedade que será prestada ao major DORNELES FILHO, no dia 1.º de fevereiro próximo, data em que completará cinco anos de sua administração. A seguir os sub-prefeitos fizeram entrega ao major DORNELES FILHO da quantia de 6 000 cruzeiros, que, somada às já arrecadadas, atinge a mais de 40 000 cruzeiros, destinados à construção do *hangar* municipal.

Por último, falou o prefeito congratulando-se pela cooperação e espírito de solidariedade de seus auxiliares.

★

O Conselho Nacional de Geografia é constituído pelo "Diretório Central" na Capital Federal, por um "Diretório Regional" em cada capital de Estado e por um "Diretório Municipal" em cada Prefeitura.

Bibliografia

Apontamentos bio-bibliográficos de geógrafos brasileiros contemporâneos

Professor Everardo Adolfo Backheuser

Filho de João Carlos Backheuser, brasileiro filho de alemão e de D. Joaquina Eugênia de Gouveia Backheuser, Everardo Adolfo Backheuser nasceu em 23 de maio de 1879, na cidade de Niterói, capital do Estado do Rio de Janeiro. Em 1886, contando portanto 7 anos de idade, iniciou os estudos primários num colégio particular dirigido por uma sua tia, situado no bairro de Santa Rosa, naquela mesma cidade. Nesse modesto educandário permaneceu até o ano de 1889, quando foi julgado apto para iniciar o curso secundário no então Ginásio Nacional (atual Externato Pedro II), onde matriculou-se em 1889, para, sete anos após, ou seja no ano de 1896 conquistar as láureas de bacharel em letras, tendo sido o orador da turma. No ano seguinte matriculou-se na Escola Politécnica do Rio de Janeiro recebendo, em 1899, o título de engenheiro geógrafo e obtendo no ano imediato o "prêmio Gomes Jardim" (medalha de ouro) por ter sido classificado entre os dois primeiros alunos do curso fundamental, graduando-se dois anos após (1901) engenheiro civil. No mesmo ano em que conquistou êsse último diploma, Backhauser obteve o título de bacharel em ciências físicas e matemáticas, tendo. no ano de 1913, colado grau de doutor em ciências físicas e naturais.

Durante sua vida acadêmica empenhou-se em várias campanhas cívicas e culturais, ora comunicando entusiasmo e convicções através das colunas de jornais e revistas, onde compareceu freqüentemente, ora tomando parte ativa nas tertúlias de sociedade literárias e científicas e mesmo nos debates campais dos comícios públicos. Em uma dessas campanhas, no ano de 1899, foi preso por haver sido chefe de um movimento reivindicador acadêmico.

Mesmo antes de concluir o seu curso superior já era professor, pois tendo sido, em 1896, nomeado interinamente preparador de mineralogia da Escola onde estudou — a Politécnica — manteve-se provisòriamente nesse cargo até o ano de 1903 quando foi nomeado titular efetivo. Aliás desde os 14 anos exerceu o magistério particular, como explicador de várias matérias do curso secundário.

Aquele cargo público marcou, porém, o início da sua carreira de professor naquela Escola, onde sucessivamente foi: professor interino da 2.ª Secção, geometria descritiva, construção, arquitetura e higiene, em 1907; professor extraordinário efetivo de mineralogia, geologia e botânica, em 1911; professor catedrático de mineralogia e geologia, em 1914 e, finalmente, professor em disponibilidade ativa, em virtude do tempo e de bons serviços prestados ao ensino, em 1925.

Em outros educandários tem sido: professor e examinador de geografia, em 1927, e examinador de história natural, em 1920, no Colégio Pedro II. Na Prefeitura do Distrito Federal: examinador do concurso de geografia da Escola Normal, em 1929; organizador dos primeiros ensaios da "Escola Nova", em cinco escolas primárias, 1928/1929; diretor do Museu Pedagógico Central, 1929/1930; e diretor do Instituto de Pesquisas Educacionais, 1936/1937. No Estado do Rio de Janeiro: — examinador de aritmética na Escola Normal de Niterói 1906/1907; e professor catedrático da Escola Técnica Fluminense, na cadeira de mineralogia, em 1934. Foi também professor de geologia e botânica, 1930/1931, no Instituto Geográfico Militar, do Ministério da Guerra na cidade do Rio de Janeiro.

No ensino particular tem exercido os seguintes cargos: professor de admissão de alunos ao Colégio Pedro II e Escola Normal de Niterói, em 1894; professor de matemática e ciências físicas e naturais no curso de preparatórios pertencente a um "núcleo de letras" existente na cidade de Niterói de 1896 a 1901; professor de física no primeiro ginásio feminino carioca "Ginásio Brasileiro", 1899/1900; professor de química e geologia no curso Jacobina, 1909/1923; professor e fundador de um curso de preparatórios para candidatos à Escola Politécnica, 1912; professor de história natural no Instituto de Ensino Secundário, 1927; fundador, diretor e professor de materiais de construção na Escola Técnica Fluminense de Niterói, 1922/1925; diretor e professor do Curso Superior de Geografia da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, 1926; professor de pedagogia no Instituto Católico de Ensino Superior, 1933; professor de medidas e experiências pedagógicas no curso da Confederação Católica Brasileira; e atual professor de geografia do Brasil no Instituto Santa Úrsula e de geografia humana na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica e presidente da Comissão Nacional de Ensino Primário (1939).

Tem se distinguido ainda o professor BACKHEUSER no exercício de várias comissões, como seja a de membro e presidente da Comissão de Instrução, Saúde e Obras Públicas na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, de 1910 a 1915; a de delegado do govêrno federal e presidente do 2.º Congresso Nacional de Instrução, 1911; a de membro da Comissão de Revisão do Regulamento de Obras da Prefeitura do Distrito Federal, 1909; chefe da Comissão da Carta Geológica do Distrito Federal, 1918; chefe do Gabinete de Experiências de Materiais de Construção do Distrito Federal, 1924; criador e chefe da divisão de Geologia do Distrito Federal, 1923; secretário da Prefeitura do Distrito Federal 1909/1910; deputado à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (1910/ 1916); membro e secretário da Comissão do Ministério do Interior que estudou o "Problema da habitação popular", em 1904; membro do Conselho Superior do Clube de Engenharia, 1919/1936; iniciador e co-fundador da Sociedade Brasileira de Ciências, atual Academia Brasileira de Ciências, 1916; vice-presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, 1927 a 1934; co-fundador da Associação Brasileira de Educação, 1924; fundador e presidente da Cruzada Pedagógica pela "Escola Nova", 1928/1930; fundador e presidente da Associação Fluminense de Professores Católicos, 1928; fundador e presidente da Associação de Professores Católicos do Distrito Federal, 1931, e da Confederação Católica Brasileira de Educação, 1933; presidente da Comissão Organizadora do 1.º Congresso Católico Brasileiro de Educação, 1934; patrono da Hora Pedagógica do Crato, no Ceará, e do Clube de Ciências da Escola Normal de Ubá, em Minas Gerais, 1932; membro da Academia Fluminense de Ciências e Artes Educativas (1936) e da Academia de Educação do Rio de Janeiro, 1935; consultor técnico da Secção XXXVII — (Geografia do Litoral), do Conselho Nacional de Geografia. Exerceu, ainda os seguintes cargos: de engenheiro ajudante da Prefeitura do Distrito Federal, 1903; auxiliar técnico da Estrada de Ferro Sapucaí, em 1896; engenheiro ajudante da Leopoldina Railway, 1902; e engenheiro chefe da Prefeitura do Distrito Federal, até se aposentar em 1934.

Tem sido ainda o professor EVERARDO BACKHEUSER distinguido em vários postos honoríficos internacionais, contando-se dentre êsses: membro do "Comité Lingüístico (Lingva Komitato) do Esperanto, com sede em Paris, 1909; membro da Academia Internacional Esperantista, 1916, também sediada em Paris, membro honorário da Sociedade de Geografia e Estatística de Francfort sôbre o Reno, 1926; membro correspondente da Sociedade de Geografia de Berlim, 1928. No país é êle também membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1927), do Ceará (1926) e do Espírito Santo (1927). Atuou como membro dos seguintes congressos: delegado oficial do govêrno brasileiro no Congresso Internacional do Frio, reünido em Paris, no ano de 1908; no Congresso Internacional de Estradas de Rodagem igualmente reünido naquela cidade e no mesmo ano, do qual foi vice-presidente; como representante da Prefeitura do Distrito Federal no Congresso de Higiene; membro do 4.º Congresso Internacional de Esperanto reünido em Dresden, em 1908, e no de Geografia, em Berlim, 1928. Dentre os muitos Congressos realizados no país e em que tomou parte, contam-se: 2.º Congressos de Instrução, reünido em Belo Horizonte, no ano de 1911, do qual foi presidente; 2.º Congresso de Óleos, realizado em São Paulo, 1924; 8.º Congresso de

Esperanto, levado a efeito no ano de 1927, em Vitória; 8.º Congresso Brasileiro de Geografia (1927) em Vitória, do qual foi vice-presidente; Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em 1929, nesta capital. Foi agraciado pelo govêrno da República Alemã (1925) e recebeu de SS. o Papa Pio XI a cruz "Pro-ecclesia et pontifice" (1938).

A atividade cultural do professor Backheuser além da consubstanciada nas páginas dos seus livros se vem desenvolvendo ainda através das colunas de jornais e revistas, sendo um dos colaboradores da *Revista Brasileira de Geografia*. Recentemente debateu e prestou esclarecimentos técnicos e científicos acêrca da divisão regional do Brasil, procedida pelo Conselho Nacional de Geografia, a qual foi ùltimamente adotada pelo poder público. Viajou por quase todos os Estados brasileiros procedendo a pesquisas e conclamando prosélitos para as causas educacionais e cívicas pelas quais se vem batendo.

Os primeiros trabalhos científicos do professor Backheuser são contribuïções à geologia, especialização de sua cátedra na Politécnica. Foi, dêsse modo, através dos estudos geológicos que êle, começou, perfuntoriamente, a se interessar pela geografia física e posteriormente pela antropogeografia e a geopolítica, sendo êste último ramo, atualmente, assunto de sua predileção.

Quando lecionava naquela escola, segundo êle próprio declarou em um dos seus livros, não lhe sobrava o tempo necessário para se dedicar com afinco aos outros ramos da ciência geográfica, além do da matéria que lecionava, embora conhecesse, em leitura apressada, as obras dos clássicos de geografia.

Mas — "há sempre em tudo na vida um mas" — mas tendo sido o professor Backheuser, em 1926 (ano que fixou grande transformação em sua vida cultural) envolvido nos acontecimentos políticos da época, viu-se forçado a deixar, por disponibilidade, sua cátedra, por haver sido, pouco antes, detido e remetido como prisioneiro político para a ilha Rasa (1925).

A primeira página que, à guisa de prefácio escreveu, êle próprio, no pórtico do seu livro *Notas prévias* (A estrutura politica do Brasil), obra essa em grande parte escrita na prisão, contém, ao lado de outras observações interessantes, a causa que determinou a evolução científica do antigo catedrático de geologia e mineralogia da Politécnica, no âmbito geral da ciência geográfica.

Aquele ano assinalou, pois, essa transformação. É que havendo o professor Backheuser encontrado na ilha Rasa um trabalho de Ratzel (*Politische Geografie*) em mãos de um seu companheiro de reclusão — o professor José Oiticica — passou a estudar com absoluto método e a meditar melhor sôbre a obra dêsse clássico da antropogeografia. A leitura do trabalho de Ratzel feita por quem já estava familiarizado com a cátedra de um dos mais importantes ramos da geografia, produziu o efeito de "um banho por dentro", para usar aquí suas próprias expressões. Dias inteiros à sombra da tôrre do Farol ou entre blocos das rochas das encostas escarpadas, sentindo a frescura da brisa ligeira, meditava, Ratzel nas mãos, sôbre a estrutura política do Brasil. Essas outras palavras do professor Backheuser definem bem que foi aquele grande geógrafo alemão quem lhe franqueou novos horizontes para os modernos estudos de que o *Notas prévias* representa o marco inicial.

A sua extensa ficha bibliográfica, sem contar as obras de caráter político e de ficção literária assim se apresenta:

I) LIVROS E OPÚSCULOS

1904 — *Habitações populares*. Impr. Nacional, 8.º de 146 ps.
1903 — *Brazilio*, em esperanto, Paris. Liv. Hachete, 8.º de 28 ps.
1916 — *Os cristais; fatos e hipóteses*, Rio. 44 ps.
1916 — *Sambaquis do Distrito Federal*, Rio. "Revista Didática da Escola Politécnica", 8.º de 30 ps.
1916 — *Teoria dos magmas telúricos*, Rio, 8.º de 18 ps.
1918 — *A faixa litorânea do Brasil meridional. Ontem e hoje*, Rio, 8.º de 210 ps.
1924 — *Caderneta de reconhecimento prático das rochas e glossário de têrmos geológicos*, Rio, Livraria Científica, 8.º de 308 ps. (Obra premiada pela Escola Politécnica).

1925 — *Poesia, ciência e idealismo*. Discurso de recepção na Academia Fluminense de Letras, Rio.
1925 — *Pela unidade nacional* (Discurso de paraninfo na Escola Politécnica). Rio, 8.º de 54 ps.
1926 — *Contribuïção para a geografia do Distrito Federal*, Rio, Prefeitura do Distrito Federal, 8.º de 32 ps. com um mapa em sete côres.
1926 — *A estrutura política do Brasil. Notas prévias*, Rio, Mendonça Machado & Cia. 4.º de 222 ps.
1933 — *Problemas do Brasil*, Rio, Edit. Omnia, 8.º de 176 ps.
1933 — *Aritmética na Escola Nova*, Rio, Livraria Católica, 8.º de 156 ps.
1933 — *O que o Brasil pode esperar da obra vicentina*, Rio, 8.º de 16 ps.
1934 — *Técnica da pedagogia moderna*, Rio, Civilização Brasileira, Editora, 8.º de 312 ps. (2.ª edição).
1935 — *Os fatores da unidade nacional*, Rio, 8.º de 16 ps.
1935 — *O papel do mestre na Escola Nova*. Rio. Ed. da C. C. B. E., 8.º de 16 ps. de 16 ps.
1937 — *La Nouvelle concepcion de la geographie*. Edição de "Scientia", París.
1941 — *Ensaio de biotipologia educacional*, Pôrto Alegre, 8.º, 297 ps.
1942 — *Manual de pedagogia moderna* (Biblioteca Vida e Educação), Pôrto Alegre, Liv. Globo, 8.º 406 ps.
1920 — *Minha terra e minha vida*, (Niterói há cinqüenta anos...), Rio de Janeiro, 8.º, 208 ps.
1942 — *Geopolítica e geografia política*, Separata da "Revista Brasileira de Geografia", Rio . Conselho Nacional de Geografia.

II) TRABALHOS INSERTOS EM REVISTAS: [1]

1918 — *Sambaquis do Distrito Federal*, Conferência realizada na Escola Politécnica e publicada na "Revista Didática da Escola Politécnica", abril 1918, ps. 5/32.
1920 — *Sucinta notícia sôbre o aspecto físico, geológico e mineralógico do Distrito Federal*, "Revista do Brasil", São Paulo.
1920 — *O Brasil surgindo das ondas* (História do Brasil antes do Brasil ter história). Revista do Brasil, São Paulo.
1921 — *Pedras de construção*, Revista Brasileira de Engenharia.
1923 — *Pedras preciosas: a esmeralda*, Revista do Ensino, São Paulo.
1926 — *O descascamento das rochas gneissicas da região do Rio de Janeiro*, Revista Brasileira de Engenharia.
1926 — *A nova concepção da geografia*, "Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro".
1928 — *A paisagem política e cultural do Estado do Rio de Janeiro*. "Revista da Sociedade de Geografia". (Tomo XXXII).
1934 — *A nova concepção da geografia* (em alemão), "Geographische Wochenschrifft" Berlim.
1940 — *Contribuïção para o estudo da conquista antropogeográfica da baixada e maciço fluminenses*, trabalho apresentado ao IX Congresso Brasileiro de Geografia (Conceito da Terra Fluminense) (I — *Nota preliminar*, II — *À guisa de introdução* (povoamento do solo), III — *A viação fluminense no século XVIII*, IV — *Irradiação ferroviária fluminense*, V — *Regiões naturais fluminenses*, VI — *Nota adicional*), "Revista do Clube de Engenharia" do Rio de Janeiro, setembro 1940.
1941 — *Caxias, verdadeiro duque*, Conferência. "Revista do Clube Militar", Rio.
1941 — *Novos rumos à pedagogia Brasileira* "Revista Brasileira", n.º 1.
1941 — *Fronteiras da geologia e da geografia e a unidade desta ciência*, (Conferência pronunciada no Departamento Nacional de Produção Mineral). "Revista Brasileira de Geografia", n.º 3, ano III.
1942 — *Geopolítica e geografia política*, "Revista Brasileira de Geografia", n.º 1, ano IV, 1942.

---

[1] Relação muito incompleta, faltando, entre outras indicações, a enumeração de 5 memórias apresentadas ao 8.º Congresso Brasileiro de Geografia e os trabalhos insertos em várias revistas nacionais e estrangeiras de que não conseguimos indicação.

Registos e comentários bibliográficos

Sôbre livros

FORTUNATO PIMENTEL — *Aspectos Gerais de Uruguaiana* (1843-1943 comemorativo ao 1.º centenário do município) — Livraria Continente — Pôrto Alegre, 1942. 362 ps.

Ao comemorar o primeiro centenário da fundação de sua sede, o município de Uruguaiana surge, na obra que lhe dedicou o Sr. FORTUNATO PIMENTEL, com as suas peculiaridades regionais, desde a fundação promovida pelo govêrno republicano, em luta contra o Império.

A DOMINGOS JOSÉ DE ALMEIDA, quando geria as pastas do Interior e da Fazenda, atribue-se a iniciativa das primeiras providências, de que deveria resultar a escolha, à margem do Uruguai, e demarcação da área destinada à povoação raiana, que, ao cessar a revolução farroupilha, já contava "mais de cem casas habitadas".

Depois da pacificação, o general triunfante que seria o DUQUE DE CAXIAS, incumbiu A. M. ALBINO DE CARVALHO, de levantar-lhe a planta, a primeira em que lhe figuraria o traçado das ruas.

A tragédia de 1865 perturbou-lhe a evolução, embora lhe imprimisse realce histórico aos anais, em que gravou gloriòsamente o episódio da rendição incondicional do exército invasor aos aliados.

D. Pedro II podia ufanar-se de outra vitória naquelas paragens, onde se reconciliou com o govêrno britânico, ao receber de seu enviado especial, ministro THORNTON, as expressões de pesar pelas violências geradoras da questão CHRISTIE, alí definitivamente encerrada de maneira honrosa.

Vila, por lei provincial de 29 de maio de 1846, alcançou os foros de cidade a 6 de abril de 1874, e decorridos dez anos, emparceirou-se com as libertadoras, que não mais contavam um só escravo em seu território, antecipando-se, por um quatriênio, às conseqüências da Lei de 13 de Maio.

Provida de abastecimento dágua, que retira do Uruguai o volume destinado à usina purificadora, e de rêde de esgotos, incluiu, entre os seus melhoramentos, a iluminação elétrica, obtida por meio de máquina a vapor e motor *Diesel*, que desenvolvem respectivamente 550 e 660 H.P.

Favorecido pela fertilidade do solo, em geral plano, que se dilata por 6 955 km², grandemente calcáreo, além de provido de nitrogênio e potássio, o município acompanha o florescimento da sua sede, pela expansão da pecuária, nutrida por excelentes forrageiras, da agricultura, que tanto contribue para a maior colheita de arroz, como do trigo, do milho e alfafa.

O Posto Zootécnico da Fronteira, localizado em Uruguaiana, orienta a melhoria dos rebanhos, para os quais mantém reprodutores de fina estirpe.

Resultante de tais atividades, o município prospera, como evidenciam as estatísticas citadas pelo autor, que se esforçou por enfeixar em um só volume as informações mais interessantes a respeito.

Pena é que a apresentação da obra a tenha de algum modo prejudicado, ao intercalar páginas de publicidade remunerada entre as que registam informações de valia, embora sem método, referentes à região fronteiriça, onde se encontraram, em 1938, os Presidentes GETÚLIO VARGAS e general AGUSTIN JUSTO, para assistirem à ceremônia da colocação das duas pedras fundamentais da ponte internacional, entre o Brasil e a República Argentina, através do rio histórico. V.C.F.

★

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE — *Arquivos — Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo* — 330 ps.

Fartamente ilustrado com interessantes e raras fotografias, estampas, mapas e cartogramas, foi distribuído, em dezembro último, o segundo número de *Arquivos*, semestrário da Prefeitura Municipal do Recife, elaborado pela sua Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo.

Havendo posto em circulação o número inicial correspondente ao 1.º semestre de 1942, em julho dêsse ano, a D. E. P. T. da comuna recifense, antes mesmo de expirar 1942, entregou ao público o 2.º volume de *Arquivos*. Essa particularidade que não parece constituir, à primeira vista, motivo de relêvo, merece entretanto, uma nota à parte, pois o bem elaborado plano de trabalho consubstanciado nas belas páginas dêsse documentário, o vulto das suas magníficas e selecionadas contribuïções culturais e artísticas, a riqueza e o esmero das suas magníficas ilustrações e, enfim, o arranjo técnico que presidiu sua elaboração, denunciam o grande e meritório esfôrço feito para que a sua circulação normal não fôsse interrompida nestes duros tempos de guerra.

Aqui, no Distrito Federal, não chegaria a ser um acontecimento tão gritante, mas, na capital pernambucana, a manutenção do rítmo regular de um periódico do porte dêsse que o Sr. SOUSA BARROS, criou e dirige, representa qualquer cousa de notável.

Todo Recife — seu faustoso, heróico e agitado passado e o seu presente promissor — está brilhantemente refletido nas páginas do periódico editado pela sua prefeitura. Quem quer que corra os olhos nas atraentes páginas de *Arquivos* mergulha naturalmente os olhos no passado para imaginar que o Sr. NOVAIS FILHO, está realizando alí uma obra cultural parecida com aquela tentada por NASSAU.

Nascido sob a égide de artistas, intelectuais e cientistas, o burgo nassauviano veio até os dias do prefeito NOVAIS FILHO realizando os altos desígnios de cultura que presidiram o seu surgimento como núcleo populacional.

Êste documentário, cuja segunda contribuïção agora nos veio de lá, exibe magnificamente, a vida da prestigiosa capital nordestina. C. P.

★

R. TOURNIER (Dominicano) *Lá longe, no Araguaia* — Tradução de Soares de Azevedo — Prelazia Domicana de Conceição do Araguaia — 1942 — Editora Vera Cruz Ltda. Rio de Janeiro — 197 ps.

Os religiosos, a quem tocou o encargo de exercer o seu sacerdócio nas regiões ainda escassamente povoadas do Brasil, cuidaram desde cedo de registar em escritos o resultado de suas observações, mais ou menos sagazes.

Assim, desde os jesuítas que madrugaram na catequese dos índios por vêzes hostís aos portugueses, constituem os missionários os informantes fidedignos, que não raro são os primeiros a revelar peculiaridades regionais, que se lhe deparam nas jornadas incessantes, através dos sertões impervios.

Acorde com os seus predecessores, o padre R. TOURNIER, da missão dominicana, não quis deixar em silêncio o que observou *Lá longe, no Araguaia*, titulo que adotou para o seu interessante livro, trazido a vernáculo pelo escritor SOARES DE AZEVEDO.

Não é pròpriamente uma obra de objetivos geográficos, embora contenha valiosos informes a respeito do vale araguaiano e adjacências, inclusive um "Mapa das Missões Dominicanas no Brasil".

Singela narrativa de viagem, começa pròpriamente em Uberaba, para onde se dirigiu D. SEBASTIÃO TOMAS em companhia de D. DOMINGOS CARREROT, bispo de Pôrto Nacional, instado para oficiar na sagração do seu colega, promovido a bispo de Conceição do Araguaia.

Tinham jornadeado longamente por terra, do extremo setentrional ao meridional da província dominicana. Iriam, depois da cerimônia festiva, empreender a viagem de regresso, de que se fez atilado cronista o padre TOURNIER.

Pela ferrovia, alcançaram a última estação, donde prosseguiram, de automóvel, por Campinas, atualmente bairro de Goiânia, e Goiaz, que ainda mantinha as regalias de capital do Estado, até Leopoldina, à margem direita do Araguaia, pôrto escolhido para a descida ao som das águas.

Aparelharam-se convenientemente, mas o infortúnio lhes rondava os passos.

E assim, quando seguiam pelo braço direito do rio, que forma com o ocidental, a extensa ilha do Bananal, não tardaram em perder grande parte da bagagem e víveres.

Tinham percorrido apenas sessenta quilômetros a contar da bifurcação e daí por diante redobraram-se-lhes as provações, referidas minuciosamente, em estilo ameno, pelo escritor que apóia as suas afirmativas em apropriada documentação fotográfica. V.C.F.

★

ENGENHEIRO GASTÃO CÉSAR BIERRENBACK DE LIMA — *Guia Geográfico das Localidades do Estado de São Paulo* — I. B. G. E. — Conselho Nacional de Geografia Diretório Regional — Estado de S. Paulo — Boletim N.º 1 — São Paulo — 1942 — 44 ps.

O engenheiro civil GASTÃO CÉSAR BIERRENBACK DE LIMA organizou o *Guia Geográfico das Localidades do Estado de São Paulo*, que constitue o Boletim N.º 1, do D.R.G. daquela unidade política.

O *Guia*, de grande interêsse prático, encerra numa primeira coluna, o nome das localidades, em ordem alfabética, na segunda a natureza, (bairro, povoado, vila, estação, etc.), na terceira as abreviações das estradas que as servem, vindo numa quarta coluna a altitude conhecida e na quinta e última, as referências complementares, abrangendo a indicação do Município a que pertence, as distâncias em relação aos centros adiantados mais próximos, a situação relativa, etc.

O guia compreende 44 páginas e numa reedição espera-se que tenham desaparecido as falhas porventura verificadas na primeira tiragem do trabalho do Sr. BIERRENBACK DE LIMA J.V.C.P.

★

ACÁCIO PEREIRA DIAS — *Terra de Cantagalo — Diário Oficial* — Niterói — 1942 — 403 ps.

Trata-se de um subsídio para a História do Município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro.

O trabalho obedece ao seguinte sumário: Suas origens. — Parte histórica a partir do período colonial até a República Nova. Tábua cronológica de todos os governos do município. Resumo histórico de cada distrito. Vultos cantagalenses.

A contribuïção pròpriamente dita abrange 331 páginas, sendo as 35 anteriores dedicadas a Homenagens, Parecer, Prefácio e "Duas Palavras".

J. V. C. P.

★

IX CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA — *Anais* — Volume II — Trabalhos da Primeira e Segunda Comissões (*Geografia Matemática — Cartografia e Geografia Física*). Conselho Nacional de Geografia — Serviço Gráfico do I. B. G. E. — Rio de Janeiro, D. F. — 1942 — 748 ps.

O Conselho Nacional de Geografia, em cumprimento da Resolução n.º 72 baixada pelo seu Diretório Central, acaba de editar o II volume dos *ANAIS* do IX Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em Florinópolis, capital de Santa Catarina, de 7 a 16 de setembro de 1940.

A publicação foi feita sob a direção da Comissão de redação, composta dos Srs. Ministro BERNARDINO JOSÉ DE SOUSA, Engenheiro CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO e Dr. ALEXANDER EMÍLIO SOMMIER.

O grosso volume de 748 páginas, acha-se primorosamente impresso em papel assetinado e constitue mais uma prova da excelência do Serviço Gráfico do I. B. G. E.

Enriquece o volume vários *clichés*, alguns mapas e vários e importantíssimos quadros estatísticos, como os que se seguem ao quadro do regime das chuvas no Nordeste Brasileiro, num período de 25 anos (de 1914 a 1938) e que serviram de base à elaboração do trabalho insertos nos *ANAIS*, de autoria de F. E. MAGARINOS TÔRRES sob o título "Contribuïção para o Estudo do Regime das Chuvas no Nordeste Brasileiro".

Os trabalhos da 1.ª Comissão, (Geografia Matemática — Cartografia) acham-se publicados na seguinte ordem:

Coronel RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA DEMARCAÇÕES DA LINHA GEODÉSICA APAPORIS — TABATINGA; Professor ALÍRIO HUGUENEY DE MATTOS — SÔBRE AS PROJEÇÕES MAIS ADEQUADAS; Engenheiro BENEDITO QUINTINO DOS SANTOS — BASES GEODÉSICAS; MANUEL BENEDITO LEME DIAS — LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS A BÚSSOLA DE MÃO E PODÔMETRO; Engenheiro G. C. BIERRENBACK DE LIMA — CHAPAS DISTINTIVAS DOS MARCOS GEODÉSICOS: Engenheiro G. C. BIERRENBACK DE LIMA — CÓDIGO DE ESPECIFICAÇÕES TE'CNICAS PARA GEODÉSIA E TOPOGRAFIA; Engenheiro LAURO DE ANDRADE SAMPAIO — EM TÔRNO DA CARTA GEOGRÁFICA DA BAÍA; Tenente-Coronel DJALMA POLÍ COELHO — A REPRESENTAÇÃO PLANA DO BRASIL MEDIANTE 7 SISTEMAS DE COORDENADAS CONFORMES DE GAUSS; Engenheiro GUILHERME WENDEL — FÓRMULAS EMPÍRICAS DA DECLINAÇÃO MAGNÉTICA; Capitão de Mar e Guerra LUCAS ALEXANDRE BOITEUX — A MARINHA DE GUERRA NA CARTOGRAFIA NACIONAL; Contribuïção do Ministério das Relações Exteriores — COLETÂNEA DAS COORDENADAS GEOGRÁFICAS DAS FRONTEIRAS DO BRASIL.

O índice dos trabalhos da 2.ª Comissão (Geografia Física) — é o que se segue:

Capitão de Mar e Guerra BRAZ DIAS DE AGUIAR — TRABALHOS DA COMISSÃO BRASILEIRA DEMERCADORA DE LIMITES — PRIMEIRA DIVISÃO — NAS FRONTEIRAS DA VENEZUELA E GUIANAS BRITÂNICAS E NEERLANDESA, DE 1930 A 1940; Capitão JOSÉ GUIOMARD SANTOS — O PONTO MAIS MERIDIONAL DO BRASIL; Professor AFRÂNIO PEIXOTO — CLIMAS DO BRASIL; Engenheiros F. E. MAGARINOS TÔRRES e JOAQUIM DE SAMPAIO FERRAZ — CONTRIBUÏÇÃO PARA O ESTUDO DO REGIME DAS CHUVAS DO NORDESTE BRASILEIRO (memória apresentada pela secção de pluviometria e inundações da Divisão de Águas do Ministério da Agricultura); Engenheiro J. DE SAMPAIO FERRAZ — LIGEIRO ESBÔÇO DE ALGUNS ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA CLIMATOLOGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO; Engenheiro SALOMÃO SEREBRENICK — CLASSIFICAÇÃO METEOROLÓGICA DOS CLIMAS DO BRASIL; Engenheiro LUCAS R. JUNOT — ESTUDO DA TEMPERATURA DA CIDADE DE SÃO PAULO; Engenheiro A. ALVES DE ALMEIDA — FATORES GEOLÓGICOS E TELÚRICOS DOS CLIMAS E MICROCLIMAS; Engenheiro AXEL LÖGFREN — ASPPECTOS PARCIAIS DA FISIOGRAFIA BRASILEIRA; Padre BALDUINO RAMBO, S. J. — ESTUDOS FISIOGRÁFICOS DE AVIÃO; Engenheiro GÉRSON DE FARIA ALVIM — O SERVIÇO GEOLÓGICO E MINERALÓGICO NO PASSADO, NO PRESENTE E NO FUTURO; Engenheiro ANTÔNIO JOSÉ ALVES DE SOUSA — REGIME DOS CURSOS DE ÁGUA NO BRASIL, (PELA DIVISÃO DE ÁGUAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA) Professor FRANCISCO JOSÉ R. DE OLIVEIRA — SÍNTESE POTAMOGRÁFICA DO ESTADO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO; Sr. JOSÉ MATOSO MAIA FORTE — A BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO; Engenheiro G. C. BIERRENBACK DE LIMA — SUGESTÕES SÔBRE A NOMENCLATURA DOS CURSOS DE ÁGUA E SUAS DENOMINAÇÕES; Sra. ANTONIETA DE PAULA SOUSA — LIGEIRO ESTUDO SÔBRE A SERRA DO MAR NO NORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO; Professor JOÃO DIAS DA SILVEIRA — ITATIAIA; Professor GERALDO SAMPAIO DE SOUSA — NOTAS PARA O ESTUDO DAS ILHAS DA BAÍA DE GUANABARA; Engenheiro J. DE SAMPAIO FERRAZ — CONSULTORIA DE CLIMATOLOGIA; Engenheiro ERNESTO SIXT — CINQÜENTA ANOS DE OBSERVAÇÕES EM CAMPINAS; Srs. J. S. DA FONSECA HERMES e MURILO DE MIRANDA BASTO — LIMITES DO BRASIL (descrição da linha divisória). J. V. C. P.

★

COMISSÃO CENSITÁRIA NACIONAL — *Sinopse preliminar dos resultados demográficos, segundo as unidades federadas, da Federação e os municípios* — Rio de Janeiro — 1941.

E' com justificada ansiedade que estão sendo aguardados os resultados gerais e definitivos do Recenseamento Geral do país, levado

a efeito em setembro de 1940. Operação de grande envergadura, o último censo — o 5.º realizado no Brasil — superou consideràvelmente em número de indagações os levados a efeito anteriormente.

O de 1872 efetuado ainda no regime imperial indagou, ùnicamente, o estado da população naquela época. O efetuado em 1890, quando se iniciava o regime republicano, também não foi, em finalidades, além do primeiro, o mesmo acontecendo quanto ao levado a efeito em 1900, que foi o terceiro da série dos censos nacionais.

No ano de 1920 foi efetuado o 4.º censo nacional sendo investigados além da situação demográfica do país, os números pertinentes às atividades agrícolas e industriais.

O quinto recenseamento, êsse cujos dados estão sendo agora meticulosamente apurados, não se ateve sòmente ao plano de trabalho das operações anteriores, abrangeu êle três censos distintos e simultâneos — o demográfico, o econômico e o social— de inquéritos complementares, como sejam os relativos à materia prima, a climatologia e a epidemiologia, retrospecto econômico e cultural, prospecção técnico-econômica e social dos municípios e, finalmente, sôbre o custo de vida.

Quanto ao resultado da operação demográfica a *Sinopse Preliminar*, que é a primeira publicação da Comissão Censitária Nacional, apresenta os primeiros dados apurados segundo as unidades políticas e os municípios.

Explicando a maneira pela qual foram computados os números constantes dêsse opúsculo, cujos resultados ainda são passíveis de alteração, a Comissão Censitária, informa que os dados alí inscritos não resultam da apuração direta dos boletins de família e individuais, operação necessàriamente longa e laboriosa. São simplesmente somas dos números de pessoas recenseadas", constantes das cadernetas dos agentes-recenseadores.

Tais números compreendem indistintamente: 1) as pessoas residentes em cada domicílio e nele presentes no dia do censo; 2) as pessoas não residentes no domicílio, mas nele presentes no dia do censo; 3) as pessoas residentes no domicílio porém dele ausentes no dia do censo.

A apuração dos boletins, que se vem processando em ritmo acelerado, discrimina as três classes de moradores; a soma das classes 1 e 2 indicará a população presente ou de fato, e as das classes 1 e 3, a população residentes ou de direito.

O número de 41 565 083 "pessoas recenseadas", deduzindo das cadernetas dos agentes-recenseadores, parece que deve exceder, quer à população de fato, quer à de direito, que a apuração definitiva irá fixar. Isso porque nos dados da *Sinopse*, as pessoas temporária ou acidentalmente ausentes de seu domicílio habitual mas presentes no Brasil, figuram duas vêzes. Todavia, a essas duplicações contrapõem-se os resultados das regiões posteriormente levadas a efeito para, por meios diretos, corrigir as falhas reveladas pelos primeiros cômputos, de modo que a cifra provisória não deve estar muito afastada daquela que exprimirá a verdadeira população do Brasil em 1.º de setembro de 1940.

A população atual, evidentemente maior do que a recenseada naquela data, pode ser estimada em cêrca de 43 500 000, no fim de 1942.

Com essa publicação, cuja edição atinge quantidade reduzidíssima, foi distribuido, em anexo, o "cartograma da densidade demográfica do Brasil, segundo a divisão municipal e os resultados preliminares do censo de 1940". O trabalho cartográfico foi executado no Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica.

C. P.

★

NOTÍCIA SÔBRE O RECENSEAMENTO GERAL DE 1940 — *Serviço Nacional de Recenseamento* — Serviço Gráfico do I.B.G.E. — Rio de Janeiro — 1942.

O Sr. Rafael Xavier, Presidente interino da Comissão Censitária Nacional e, conseqüentemente, diretor do Serviço Nacional de Recenseamento, mandou editar, por ocasião do expressivo certame Exposição "Estado Nacional" levado a efeito durante o mês de novembro último, dois interessantes opúsculos, ambos sob o título *"Notícia sôbre o Recenseamento Geral de* 1940", os quais encerram informações de grande e marcante interêsse sôbre a última operação censitária nacional.

Embora sejam iguais os textos dêsses dois bem elaborados folhetos, que foram destinados à larga distribuïção pública no recinto da Exposição, variam as suas respectivas capas. Apresenta um deles elegante cartograma, da densidade demográfica do Brasil segundo as unidades federadas impresso em côres, e o outro, obedecendo às mesmas normas quanto à impressão apresenta, entretanto, o cartograma da densidade populacional do país, por município.

Como se infere logo, os folhetos *"Notícias sôbre o Recenseamento Geral de* 1940", a começar pelas suas respectivas capas, apresentam, de logo, substancial interêsse para o estudo dos vários problemas atinentes à nossa população.

No texto dessa curiosa contribuïção do S. N. R., encontram-se ao lado de sucinto histórico sôbre os censos anteriores e detalhes explicativos sôbre a maneira pela qual foram procedidas as operações demográfica, econômica e social, informações de mais alta importância e atualidade, como sejam os resultados inicialmente apurados o censo demográfico.

★

J. S. DA FONSECA HERMES E MURILO DE MIRANDA BASTO — *Limites do Brasil* — Descrição Geográfica da linha divisória — (Memória) apresentada ao IX Congresso Brasileiro de Geografia, realizado na cidade de Florianópolis, em setembro, 1940 — Rio de Janeiro 1942.

Nenhum manancial se equipara ao do Itamaratí, em matéria referente aos limites do Brasil, a cuja fixação racional se dedicaram os mais eminentes cooperadores do seu prestígio.

Bem fizeram o ministro J. S. DA FONSECA HERMES e cônsul MURILO DE MIRANDA BASTO, a quem os arquivos da chancelaria brasileira, franqueados sem restrições, permitiram a elaboração da Memória, que apresentaram ao IX Congresso Brasileiro de Geografia reünido em Florianópolis, sob o título de "Limites do Brasil — Descrição Geográfica da Linha Divisória".

Como tivessem ao alcance os dados mais preciosos, oficialmente homologados, puderam apresentá-los pela primeira vez em conjunto, para assinalar os pontos extremos do território nacional.

E a descrição geográfica, em cada segmento, completa-se com a referência às linhas que por ventura se lhe encontrem ao flanco, de uma ou de outra banda, conforme consta da respectiva discriminação. Segue-se-lhe o resumo histórico da demarcação, acompanhado das características da poligonal raiana e coordenadas dos seus vértices ou pontos merecedores de exata determinação.

Desta maneira, são estudadas as linhas fronteiriças que interessam ao Uruguai, à Argentina, Paraguai, Bolívia, Perú, Colômbia, Venezuela, Guiana Britânica, Guiana Neerlandesa, Guiana Francesa, em longo percurso de 16 423 549,425 metros, ao longo de rios, como de divisões de águas ou linhas geodésicas.

Embora sintético ao extremo, pois que em opúsculo de 135 páginas condensa informes que se acham dispersos por dezenas de volumes impressos e relatórios, que não vieram ainda a lume, o ensaio proporciona aos estudiosos dos assuntos fronteiriços cabais esclarecimentos isentos de qualquer suspeição, pois que foram colhidos na própria fonte, mediante pesquisas cuidadosas e sagazes. V.C.F.

★

Bibliografia Geral Portuguesa — Vol. I — Século XV — Lisboa.

E' geralmente sabido o substancial interêsse que representam as contribuïções históricas portuguesas para o estudo da nossa própria História. Repetido pelos nossos mais antigos historiadores, êsse conceito, por fôrça do uso, já passou a constituir lugar comum nas letras dos modernos historiadores.

Como informação de suma importância para os escritores brasileiros, colhemos no último número da excelente revista portuguesa *Ocidente*, aqui chegado em fins de dezembro de 1942, a notícia de que foi lançado, em Lisboa, o volume inicial da *Bibliografia Geral Portuguesa*, que enfeixa informações referentes ao século XV.

Não havendo chegado ao Brasil tão útil e valiosa obra, o que nos impede de fazer uma apreciação própria sôbre a mesma, passamos, a seguir, para as nossas colunas uma nota assinada por A. G., iniciais de um colaborador daquele periódico, onde a primeira contribuïção da *Bibliografia Geral Portuguesa* é apreciada.

"Está publicado o 1.º volume desta obra de excepcional valor, que nos vem revelar uma riqueza bibliográfica, de que muitos nem suspeitariam. Em longa Introdução de 80 páginas, o ilustre acadêmico, Sr. Dr. QUEIROZ VELOSO, diretor da Comissão organizadora, faz a história da iniciativa e estuda com minúcia a paleotipografia portuguesa e a evolução dos trabalhos bibliográficos em Portugal, citando os mais importantes, a que se refere com muito saber. O estudo dos incunábulos portugueses, desde o Pentateuco de Faro, é feito pela primeira vez com largo desenvolvimento, o mais completo possível. Consta êste 1.º volume de 400 páginas, contém à descrição rigorosa de 38 obras, sendo 28 incunábulos, com tôdas as edições seguintes, e depois Cartas de D. João II e de D. MANUEL I escritas até fins de 1 500. Numerosas gravuras, notas e informações ilustram a relação das espécies tornando o inventário de máxima utilidade e clareza. Os índices, muito bem organizados, coroam o mérito da *Bibliografia*, justo motivo de glória para a Academia das Ciências, que em 1930 se decidiu a executá-la com o brilho e proficiência que neste volume exuberantemente se manifestam".

★

GIORGIO MORTARA — *Los Factores Demográficos del Crecimento de las Poblaciones Americanas en los últimos cien años.* — Imprenta de la Universidad de Cordoba — República Argentina — 1942 — 37 pp.

O opúsculo do professor MORTARA contém 37 páginas e obedece ao seguinte sumário: 1 — O aumento da população da América de 1840 a 1940. — 2 As lacunas e as deficiências dos dados sôbre o crescimento natural. 3. — O crescimento migratório — Comprovação recíproca das estatísticas dos países de imigração e dos de emigração . Determinação do excedente das imigrações sôbre as emigrações e do excedente dos nascimentos sobre os óbitos na América. — 4. — Cálculo da taxa média geométrica anual de crescimento da população e determinação de seus componentes: natural e migratório. Decomposição do aumento total da população americana em aumento natural dependente da imigração e aumento imigratório. — 5. — Comparação com a Europa e com a União Soviética. — 6. — Cálculos para cada um dos países em particular: Argentina, Brasil. 7 — Estados-Unidos, Canadá, 8. Cálculos para o conjunto dos da língua espanhola; comparações, também com o cálculo para o pais da língua portuguesa. 9. — Natalidade e mortalidade nestes países. 10. Epílogo. *Apêndice*: Os fatores de aumento da população dos Estados-Unidos de 1840 a 1940. — J. V. C. P.

★

JOHN LYON RICH — *"The face of South America"* — (A face da América do Sul) American Geographical Society — New York — 1942.

Êste livro apresenta um panorama da América do Sul tal como um viajante a vê do ar. As plantações nas plancies costeiras da Guiana; os largos estuários do delta do Amazonas,

com seus canais sinuosos e suas ilhas cobertas de matas; as savanas e cerrados da "região sêca" brasileira; os planaltos cafeeiros do sudeste do Brasil; os penhascos íngremes dos Andes; os ondulados desertos de nitratos do Chile; os cabos alcantilados da costa peruana; os vales cercados de montanhas de Quito e Bogotá — estes e muitos outros aspectos são expostos ao leitor.

Em 1939, o Dr. RICH, que é professor de geologia da Universidade de *Cincinnati*, fez um vôo pelas rotas comerciais em tôrno da América do Sul. Durante a viagem êle tomou mais de 900 fotografias aéreas. cêrca de um têrço das quais, juntas com algumas vistas tomadas do solo, são reproduzidas neste volume. O texto interpreta detalhadamente as formas terrestres e líquidas, os aspectos da vegetação e os trabalhos do homem que aparecem nas fotografias.

As fotografas e os textos proporcionam um fundo para melhor compreensão de muitos dos problemas contemporâneos da América do Sul — problemas de uso da terra, de desenvolvimento dos sistemas de transportes e dos recursos minerais, da dominação da pobreza e das doenças. Estes problemas "não se apresentam com seu impacto direto ao viajante casual que gasta alguns dias nas principais cidades... As cidades, como as flores de uma planta, dependem daquilo que está atrás delas para a sua vida e a sua alimentação. Elas podem ser belas, e, como no caso de algumas capitais, podem ser mais bem acabadas do que o permitiriam os recursos que a cercam pròpriamente, mas elas são, no final das contas, alimentadas pelas regiões que as rodeiam. E êste aspecto do conjunto que o viajante do ar é capaz de ver melhor que os outros".

"The face of South America" é particularmente recomendado para leitura suplementar e estudo nos cursos escolares de Geografia Geral ou de Geografia ou Economia da América do Sul. Mapas roteiros na escala de .... 1:5.000.000 mostram onde foi tirada cada fotografia e a direção em que a câmara estava dirigida. As referências a assuntos no índice foram preparadas com perfeição e cuidado de modo a permitir aos interessados em fisiografia, geologia, revestimento vegetal, ou no estudo do aproveitamento e das modificações do meio natural pelo homem, achar convenientemente figuras que representem exemplos característicos. (Tradução do comunicado da Américan Geographical Society).

★

MELVILLE J. HERSKOVITS, PROFESSOR DE ANTROPOLOGIA DA NORTHWESTERN UNIVERSITY — Edit: HARPO & BROTHERS — New York — 1941 — *Myrth of the Negro Past* (*O Mito do passado Negro*).

Uma chocante verdade, resultante de 20 anos de laboriosas pesquisas de antropologia e outras ciências, é oferecida pelo A. dêste livro para provar que as crenças populares referentes à inferioridade cultural do negro são um mito. No "Myth of the Negro past", a herança cultural do negro é analisada de um modo novo e realista, tendo tido o seu A. a desusada vantagem de um extenso campo de estudo entre tribus negras da África, América Central e do Sul e Índias Ocidentais. E êle usa o seu conhecimento para consubstanciar a hipótese que busca diminuir o preconceito de raça nos Estados Unidos que tem impedido a apreciacão do passado das civilizações negras na sua verdadeira luz.

Incluido neste completo inquérito está também um exame crítico daquelas porções de trabalhos que têm tido a mais larga circulação sôbre os problemas responsáveis pela descriminação do contacto quotidiano entre negros e brancos. O Dr. HERSKOVITS tira proveito de um esclarecedor e convincente cabedal de dados científicos, sem os quais os estudantes de padrões culturais e homens práticos que procuram moderar as tensões raciais não podem reconhecer as causas profundas que geraram as situações presentes.

MELVILLE J. HERSKOVITS é autor de diversos volumes sôbre várias fases da vida do negro. Êste volume, o primeiro de uma série sôbre o negro na América, está sob os auspícios da Carnegie Corporation e foi editado pelo Dr. GUNNAR MYRDAL. (Tradução do comunicado distribuído pela casa editora).

★

Climate and Man (*O Clima e o Homem*) — *Yearbook of Agriculture* (*Anuário de Agricultura*) — 1941 — M. S. Department of Agriculture — Washington, D. C. — 1941.

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América do Norte dedicou o último número do seu conhecido e útil anuário, referente ao ano de 1941, ao estudo do clima, focalizando a matéria em função das variadas atividades agro-pecuárias, sendo os distintos capítulos da lavra de distinguidos especialistas de marcado prestígio técnico nos assuntos que versam. No livro estão enfeixadas em suma, excelentes monografias onde encontramos magníficos ensinamentos teóricos, sôbre a meteorologia moderna e de climatologia aplicada.

Os seus 85 capítulos que se alongam através das 1428 páginas da obra, constituem, por sua vez 85 trabalhos representando cada um deles, contribuïções do mais alto valor e teor científico, sem falar nos vários quadros estatísticos, mapas, diagramas e outras ilustrações que concorrem para que *Climate and Man*, se apresente como trabalho de indispensável leitura aos profissionais da agronomia e mesmo aos cientistas e técnicos dos problemas da meteorologia.

Além da matéria pròpriamente dita encontrará o leitor dêste interessante livro, extensa lista bibliográfica onde estão indicados os livros de que se utilizaram os autores dos capítulos para confeccionar suas respectivas contribuïções.

Completa a excelência da obra bem organizados índices de autores e de assuntos, os quais torna tôda a matéria de fácil e imediata consulta.

★

LORENZO DAGNINO PASTORE — *Geografia Economica Nacional* — Tomo V — Minería — Buenos Aires — 1942 — 305 ps.

O Sr. HUMBERTO M. BERNADELLI, doutor em ciências econômicas, publicou o Tomo V — Minería — correspondente à recompliação de trabalhos, lições e conferências do professor titular da matéria na Faculdade de Ciências Exátas, Físicas e Naturais, engenheiro LORENZO DAGNINO PASTORE.

O volume, não ilustrado, encerra 305 páginas e, segundo o prefácio, é a resultante do conhecimento direto de uma grande parte da riqueza mineira argentina, de um contínuo apêgo aos problemas vitais da economia argentina e de largas leituras especializadas.

O trabalho que foi oferecido pelo autor, com expressiva dedicatória, será, na *Revista Brasileira de Geografia*, oportunamente, comentado por um dos membros da Comissão Diretora da Biblioteca Geográfica Brasileira. U. V. C. P.

★

JULIO F. GUILLEN Y TATO — *Monumenta Chartografica Indiana* — 1.º vol. — (*Regiones del Prata y Magallánica*) — Publicação da Secção de Relações Culturais do Ministério de Assuntos Exteriores — Madrí, 1942.

Esta monumental obra, cuja primeira contribuïção acaba de ser lançada em Madrí, será constituída de trinta volumes nos quais além de grande número de ilustrações várias, serão dados à estampa quinze mil mapas documentais do seu texto.

Editada sob os auspícios do Ministério de Assuntos Exteriores e sob a direção da Secção de Relações Culturais, a majestosa obra, quando forem publicados todos os seus volumes, apresentar-se-á como o mais rico repositório histórico das antigas Provincias ou Vice-reinados ultramarinos que estiveram sob o domínio da Espanha. Será ela, enfim, um primoroso conjunto descritivo e totalmente ilustrado de quantas plantas, cartas ou mapas se encontram sob a guarda dos arquivos oficiais e mesmo particulares espanhóis.

Como está planificado o trabalho, conterá êle informações relativas ao continente de Norte a Sul, desde o Alasca ao Cabo de Horn e terras insulares anexas, como também muitas regiões do Pacífico até as ilhas Filipinas.

Êste primeiro volume que constitue a 1.ª contribuïção da grande obra e vem de ser solenemente exposto, em 11 de outubro findo, véspera do "Dia da Espanidade", no Palácio de Santa Cruz em Madrí, contém tão sòmente a décima parte do que já está elaborado, redigido e no prelo, pois, encerra êle exclusivamente matérias alusivas à região do Prata e do estreito de Magalhães, não chegando êste primeiro tomo a constituir sequer a centésima parte da obra planejada. Essas informações são bastantes para que se possa inferir a importância da tarefa acometida tanto ao seu autor Sr. JÚLIO GUILLEN, como ao Sr. PEDRO NOVO Y FERNANDEZ CHICARRO, de cuja lavra é o bem documentado prólogo do substancioso trabalho.

Com o aparecimento dos volumes restantes de obra tão monumental quão importante como essa, cujo término está previsto para o ano de 1947, ficarão os historiadores e geógrafos possuïdores de um rico manancial onde poderão fazer seguras indagações àcêrca da atuação espanhola no descobrimento, conquista e colonização do novo mundo.

A reproduução em fototípia, processo que exclue a retícula e permite observar até o menor detalhe e ler qualquer topónimo ou legenda, honra, sobremodo, a arte gráfica espanhola, especialmente a casa Houser y Menet, de Madrí, impressora de "Monumenta Chartográphica Indiana".

A primeira edição do primeiro volume da obra foi sòmente de 500 exemplares numerados cujo n.º 1 foi exposto naquele dia. Contém êsse 110 lâminas em negro, sendo 32 duplas e 17 em côres.

★

A fotografia é um excelente documento geográfico, desde que se saiba exatamente o local fotografado. Envie ao Conselho Nacional de Geografia as fotografias panorâmicas que possuir, devidamente legendadas.

Sôbre mapas

Mapa do Município de Pôrto União — Santa Catarina, executado pelo cartógrafo MÍLTON LEHMKUHL. Litografia Boehm, Joinvile.

Trata-se de um mapa desenhado na escala de 1:200 000, organizado pelo cartógrafo MÍLTON LEHMKUHL e impresso a côres na Litografia Boehm, Joinville, Estado de Santa Catarina.

Existe na Mapoteca do Conselho Nacional de Geografia o original de um mapa do mesmo município de Pôrto União, na escala de ..... 1:100 000 que, durante a campanha dos mapas municipais de 1938/40, foi elaborado pelo topógrafo LUIZ FERRARI e desenhado por OSCAR SCHMIDT, obediente às normas traçadas pelo decreto-lei n.º 311.

Comparando os dois mapas do mesmo município, verificamos que o executado pelo Sr. LEHMKUHL é uma redução do anterior, na escala de 1:100 000. Não há dúvida que se trata de uma redução menos cuidada, pois julgamos que a simplificação dos traços excedem do necessário para uma redução de 1:2.

Todavia, o mapa presente, em formato de mais fácil manuseio, preenche, mesmo com essa menor precisão, uma sensível lacuna para os fins estatísticos e mesmo geográficos.

Temos, por isso, a elogiar a iniciativa do Sr. MÍLTON LEHMKUHL em prover os serviços público e particular de mapas que satisfazem plenamente as diversas necessidades. — P. G.

★

Êste "Boletim", a "Revista Brasileira de Geografia" e as obras da "Biblioteca Geográfica Brasileira" encontram-se à venda nas principais livrarias do país e na Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia — Praça Getúlio Vargas, 14 - Edifício Fco. Serrador, 5.º andar — Rio de Janeiro, D. F.

Contribuições

bibliográficas especializadas

Achegas para uma bibliografia da "pororoca" amazônica

AMORIM, Aníbal — *Viagens pelo Brasil* — Livraria Garnier, Rio, Paris s/data. — Ver pgs. 117/119 — parte em que trata das "Pororocas" e as causas determinantes.

ANÔNIMO — *Os Estados Unidos do Brasil* — (sua História, seu povo, Comércio, Indústria e Recursos — The South American Inteligence Co. — London 1919 — Pg. 11.

ANÔNIMO — *OS Mistérios da Amazônia* — Artigo redacional — *In* "A Gazeta de S. Paulo", 8/6/1941. Ver parte que trata sôbre a "Pororoca".

ANÔNIMO — *A Pororoca* — Comentário redacional *In* "Correio da Manhã", — Rio, 17/1/37.

ARARIPE JÚNIOR — *A Pororoca* — In "Páginas Brasileiras" — Antologia organizada por Nélson Costa. Livraria Jacinto, Rio, 1938 — Pgs. 124/127.

AULETE — *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* — 2.º volume. Pg. 574.

AIRES DE CAZAL, Manuel — *Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do Brasil* — Nova edição. Rio de Janeiro, 1833. 2.º vol. Pgs. 230/256/296.

BARBOSA RODRIGUES — *Explorações e Estudos do vale do Amazonas* — Relatório apresentado ao Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Tipografia Nacional, Rio, 1875 — Ver parte relativa ao Rio Capim. Pgs. 11/21 — com ilustrações.

BELMAR, A. de — *Voyage aux Provinces Brèsilennes du Pará et des Amazones en* 1860, *precedé d'un rapide coup doeil sur le littoral du Bresil* — Tradução francesa — Londres, 1861. Ver pg. 69 — cap., "Le Pororoca".

BERREDO, Bernardo Pereira de — *Anais Históricos do Estado do Maranhão* — 2.ª edição, Maranhão, 1848 — Pg. 11.

BRAGA, Teodoro — *Noções de Corografia do Estado do Pará* — Belém, s/data. Pg. 50.

BRANNER, John C. — *Geologia Elementar* — Livraria Francisco Alves, Rio, 1915. Ver pag. 71, o cap.: "O Trabalho das Ondas das Marés".

BRANNER, John C. — *O Macaréu do Amazonas, In* "Omnibus" — Rio de Janeiro de 1940.

BRANNER, John — *The pororoca or bore of the Amazon* — *In* revista "Science" — vol. IX — nov. 1884 — Pgs. 488-489.

CARLSON, Fred A. — *Geography of Latin America* — Mac — Millan, Co. — New York, 1940. Pgs. 281/282.

CARVALHO, Delgado de — *O Rio Amazonas e sua bacia* — *In* "Revista Brasileira de Geografia", ano IV — n.º 2 — Abril-Junho de 1942. Ver pg. 343 — "A Pororoca".

CHERMONT DE MIRANDA, Vicente — *Glossário Paraense ou Coletânea de Vocábulos Peculiares à Amazônia, especialmente à ilha de Marajó* — Pará, 1906.

COSTA PEREIRA, José Saturnino da — *Apontamentos para a Formação de um Roteiro das Costas do Brasil* — Tip. Nacional, 1848 — Ver trecho "Pororoca", pg. 222.

DENIS, Fernando — *Brasil* — H. Garnier, Rio — Paris, s/data. Ver pgs. 154/155 — Cap. "Pororoca".

DENIS P. — *Geographie Universelle* — Publié sur direction de P. VIDAL DE LA BLACHE ET L. GALLOIS — Tomo XV — "Amerique du Sul" por P. DENIS, parte 1.ª, pgs. 115/116.

DURANT, Abbé — *Bulletin de la Societé de Geographie de Paris,* Vol. II — 1871 — Ver pág. 321.
— *Enciclopédia Britânica* — "A New Survey of Universal Knowfedge". Vol. I, London, 1941. Pg. 733.

FIGNIER, Louis — *La Terre et les Mers* — Paris, 1872. Ver pgs. 498/502.

FIGUEIREDO, Cândido — *Novo Dicionário da Língua Portuguesa.* 4.ª edição — 2.º volume. Pg. 467.

FRÓIS ABREU, Sílvio — *Terra das Palmeiras* — Rio 1931 — pg. 10.

GAROLLO G. A. Lorenzi — *Dizionario Geográfico Universale* — Mannuals Hoepli Milano — pg. 1520.

GUSMÃO, Saladino de — *Riquezas e Segredos da Amazônia* — Rio de Janeiro, 1937. Pgs. 52/53, com uma ilustração mostrando a esquadra de PINZON acossada pela "Pororoca".

HOMEM DE MELO, Barão e HOMEM DE MELO, Dr. Francisco — *Atlas do Brasil* F. Briguiet & Cia. Rio, 1919. Pg. 38.

INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO DO BRASIL — *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* — Rio, 1922. 1.º vol. — Pgs. 65/66.
— *Larousse du XX. Siecle* — Lib. Larbousse — vol. 5.º — Paris — Ver pg. 716.

LE COINTE, Paul — *L'Amazone Bresilienne* — Paris, 1922 — 1.º volu. Pgs. 167/181. — Ver no capítulo "Delte au estuaire de l'Amazone"; parte sôbre a "Pororoca".

LE COINTE — *Notice sur la carte du cours de l'Amazone.* — *In* "Annales de Geographie", n.º 86, de 15 de março de 1907 — Paris. Ver parte sôbre a "Pororoca".

LIMA, Hildebrando — *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* — Civilização Brasileira, s/4, Rio, 1939. Pg. 818.

LISBOA, Eng.º Alfredo — *Portos do Brasil* — Inspetoria Federal de Portos, Rios e Canais — 2.ª edição, Imprensa Nacional — Rio, 1926. Pgs. 71/72 e também 22.

MARAJO', Barão de — *As Regiões Amazônicas* —Estudos corográficos dos Estados de Goiaz, Pará e Amazonas. Lisbôa, 1895. Pgs. 361/368.

MACEDO, Joaquim de — *Notions de Chorographie du Brésil* — Leipzig, 1813. Pg. 89.

MAGALHÃES, Álvaro — *Enciclopédia do Curso Secundário* — Livraria Globo, Porto-Alegre — 1942 — Ver parte "Geografia" de autoria do Prof. RENÉ PERROT, pg. 318.

MARTONNE, Emm. De — *Traité de Geographie Physique* — Livraria Armando Colin, Paris, 1929 1.º Vol. — pg. 376.

MENDES, Amando — *Vocabulário Amazônico — Estudos* — Sociedade Impressora Brasileira — São-Paulo, 1942. Pgs. 78/79.

MENESES, Pimentel Jr. — *A Geografia Física* — J. R. Oliveira & Cia. — Rio, s/data. — Ver pg. 150, cap.: "Pororoca ou Macaréu".

MORAIS, Raimundo de — *À Margem do Livro de Agassis* — Companhia de Melhoramentos — São Paulo, s/data. pg. 22.

MORAIS, Raimundo de — *Anfiteatro Amazônico* — Companhia de Melhoramentos, Rio — S. Paulo, sem data. Ver cap. XVI: — "O Encontro das Águas", pgs. 180/189.

MORAIS, Raimundo de — *Meu Dicionário de Coisas Amazônicas* — Rio, 1931 — Pg. 99.

MOREIRA PINTO, Alfredo — *Dicionário Geográfico do Brasil* — Rio de Janeiro, 1899 — 2.º vol. — pg. 278.

PAIS LEME, Dario — *Terminologia Físico-geográfica do Brasil* — A. Coelho Branco — Rio, 1938 — pg. 89.

PALMEIRA, Tte. Coronel João — *A Pororoca* — *In* "Folha da Manhã" — Recife, 23 de julho de 1940.

PEREGRINO, Júnior — *Histórias da Amazônia* — Livraria José Olímpio, Rio, 1936 — Ver vocabulário no fim do volume e referência no texto.

PINTO, Augusto Otaviano — *Hidrografia do Amazonas e seus Afluentes* — Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1930 — Pgs. 64/68. Capítulos: "A pororoca da bacia Amazônica e "A pororoca no Rio Gamá".

RAJA GABAGLIA, Fernando Antônio — *As Fronteiras do Brasil* — Rio de Janeiro, 1916. Pgs. 123/125.

RAJA GABAGLIA — *Leituras Geográficas* — Livraria Briguiet & Cia. — Rio de Janeiro, 1933. Ver Capítulo: "A Pororoca", com ilustração. Pg. 151.

RECLUS, Elisée — *Estados Unidos do Brasil — Geografia, Etnografia, Estatística* — Garnier Rio, 1900 — Ver pgs. 60/63.

RECLUS, Elisée — *Nouvelle Geographie Universelle* — vol. XIX — "Amerique du Sul" — Paris, 1894. Ver pg. 143.

SAMPAIO, Teodoro — O Tupi na Geografia Nacional — 3.ª edição, Baía, 1928 — pg. 295.

SAINT-ADOLPHE J. C. R. Milliet de — *Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil* — Paris, 1863. pg. 44.

SELLIN, A. W. — *Geographia Geral do Brasil* — Livraria Clássica de Alves & Cia., Rio, 1889 — Ver pgs. 24/25.

SILVA CASTRO, Dr. Francisco da — *Fenômeno da Pororoca* — In "Diário do Grão-Pará", 8 de Março de 1800 — Belém-Pará.

SOUSA, Bernardino José de — *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil* — 4.ª edição da Onomástica Geral da Geografia Brasileira. Vol. 164 da coleção brasileira — Companhia Editora Nacional — pg. 324.

SOUSA, Cônego Francisco Bernardino de — *Lembranças e curiosidades do vale do Amazonas* — Paris, 1873 — Ver pgs. 126/127 — "A pororoca dos rios Juruá e Capim"; pg. 219 — "Primeiro fenômeno da Pororoca à margem direita do rio Ramos"; pg. 210 — "Pororoca no rio Purús".

SOUSA, Cônego Francisco Bernardino de — *Comissão do Madeira, Pará e Amazonas* — Rio, Tip. Nacional — 1874. pgs. 24/25.

SOUSA, Eng.º Joaquim de — Trabalho *in* "Revista Brasileira de Engenharia", ano II, tomo 3.º

SOUSA SILVESTRE, Honório de — *Bacia do Amazonas* — Contribuïção especial para a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro — Rio de Janeiro, 1923 — pgs. 12/13.

TAUNAY, Hippolyte et DINIS, Ferdinand — *Le Brésil au Histoire Moeurs, usages et contumes des Habitans de ce Royame* — 5.º vol. — Paris, 1822. Pg. 303.

VALLAUX, Camille — *Geographie Generale des Mers* — Librairie Felix Alcan, Paris, 1933. Ver pgs. 390/392 "Le Kalema et le pororoca".

VÁRZEA, Afonso — *A Geografia da Amazônia* — 4.ª aula do Curso de Estudos da Amazônia organizada pela Prefeitura do Distrito Federal, em fevereiro de 1942. — *In* "A Manhã" — 1/2/1942.

VASCONCELOS, Capitão M. I. Nóbrega de — *Comandante do Aviso "Jutaí"* — Relatório apresentado ao Ministro da Marinha, em 2 de março de 1865. — R. de Janeiro.

VEIGA CABRAL, Mário da — *Geografia da América* — 1.ª edição Livraria Jacinto, Editora. pg. 35.

VIEGAS, Raimundo Nonato — *Pororoca* — Abaeté-Pará — original existente no Arquivo Corográfico do Conselho Nacional de Geografia.

WALLACE, Alfredo Russel — *Travels on the Amazon and Rio Negro* — Londres, s/data. Ver página 89 e seguintes e "Pororoca".

WAPPAEUS, J. E. — *A Geografia do Brasil* — Refundida. Rio, 1887.

★

Use o serviço de informações do Conselho Nacional de Geografia para dissipar suas dúvidas e completar os seus informes sôbre a geografia em geral e a geografia do Brasil em especial.

Retrospecto geográfico

e cartográfico

"Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro"

Índice analítico das matérias insertas

I

(Anos de 1885 a 1893)

FISIOGRAFIA

Geologia

Geral:

Carta itinerária e geológica de São Paulo. Fac. II, ano 1886, pg. 112.

Terra, o pêso da — Fasc. II, ano 1886, pg. 124.

Geologia dinâmica:

Crosta terrestre, um abatimento da — Fasc. II, ano 1887, pg. 140.

Erupção vulcânica no Kentucky. Fasc. III, ano 1887, pg. 219.

Fenômenos plutônicos na América. Fasc. IV, ano 1886, pg. 317.

Terremotos e as culminações lunares, relação entre os — Fasc. I, ano 1890, pg. 36.

Tremores de terra na América do Sul. Fasc. III, ano 1887, pg. 215

Paleontologia:

Ossadas fósseis — Baía — Fasc. I, ano 1890, pg. 40.

Grutas:

Lapa do Brejo-Grande, a — (Baía) Notícia sôbre essa caverna explorada por Joseph Mawson. Fasc. II, ano 1886, pg. 102.

Orografia

Geral:

Andes, a Cordilheira dos — Fasc. I, ano 1888, pg. 69.

Continentes, altura média dos — A. Tells. Fasc. II, ano 1890, pg. 83.

Relêvo das terras, novo sistema de figurar, o — Fasc. I, ano 1891, pg.77.

Montes, Colinas:

Anhumas, Morro de — (Minas Gerais). Fenômenos geológicos. Fasc. II, ano 1887, pg. 134.

Picos:

Picos altos do Brasil, os — Orville Derby. Fasc. III, ano 1889, pg. 69.

Vales:

Amazonas, o Vale do — Miguel Ribeiro Lisboa. Fasc. IV, ano 1889, pg. 236.

Rio Doce, o Vale do — William John Steans. Fasc. III, ano 1888, pg. 213.

Rio Grande, o Vale do — Orville Derby. Fasc. IV, ano 1885, pg. 291.

Hidrografia

Oceanografia:

Abrolhos, o banco de coral no canal dos — Barão de Tefé. Fasc. IV, ano 1887, pg. 261.

Atlântico, as correntes do — Fasc. II, ano 1886, pg. 122.

Atlântico, sondagens no Oceano — Fasc. I, ano 1887, pg. 76.

Mediterrâneo, o — Sua maior profundidade Fasc. I. ano 1890, pg. 35.

Oceanos, a profundidade média dos — Fasc. II, ano 1890, pg. 87.

Ondas, o emprêgo do óleo para aplacar as — Frederico Correia da Câmara. Fasc. I, ano 1888, pg. 34. Fasc. II, ano 1888, pg. 83.

Panamá, o istmo e o canal do — Fasc. II, ano 1886, pg. 120.

Rios:

Amazonas. Torquato Tapajós. Fasc. IV, ano 1889, pg. 221.

Amazonas, a bacia do — Fasc. I, ano 1887, pg. 67.

Amazonas, as correntes do — e o fenômeno da "pororoca". Torquato Tapajós. Fasc. III, ano 1891, pg. 161.

Amazonas, comunicação do — com o rio da Prata pelo Tocantins, Mortes e Araguaia. Correia de Morais. Fasc. IV, ano 1886, pg. 298.

Amazonas, viagem no — (Tabatinga, Cucuí, São Joaquim e Macapá). Torquato Tapajós. Fasc. II, ano 1892, pg. 118.

Araguaia e Tocantins, navegação do — José Negreiros A. Sarinho. Fasc. II, ano 1887, pg. 124.

Branco, o rio — Exploração — Gustavo Suckow. Fasc. IV, ano 1891, pg. 276.

Danúbio para o Reno, o desvio das águas do — Fasc. I, ano 1887, pg. 78.

Doce, o rio — Descrição. Luiz d'Alincourt. Fasc. II, ano 1890, pg. 62.

Iguassú, viagem ao rio — Paraná — Visconde de Taunay. Fasc. I, ano 1888, pg. 7.

Ituxy, o rio — Conferência — Coronel A. R. Pereira Labre. Fasc. II, ano 1888, pg. 117.

Javari, viagem de exploração às nascentes do — Episódios — Barão de Tefé. Fasc. III, ano 1888, pg. 169.

Jutaí, o rio — Exploração. 1875. C. Barrington Brown. Fasc. II, ano 1886, pg. 81.

Lourenço de Albuquerque, o rio — João Correia de Morais. Fasc. II, ano 1890, pg. 73.

Madeira, o Alto — João Pinkas. Fasc. IV, ano 1887, pg. 269.

Madeira, o alto e a sua ligação ao Mamoré. João Pinkas. Fasc. III, ano 1885, pg. 259. Fasc. IV, ano 1885, pg. 343.

Madeira, o rio e seus afluentes. Juan Francisco Velarde. Fasc. III, ano 1886, pg. 165.

Madre Dios e Acre, os rios — (Bolívia). A R. Pereira Labre. Fasc. II, ano 1888, pg. 102.

Manso, o rio — Exploração — 1803 — José Pais Falcão das Neves. Fasc. II, ano 1885, pg. 125.

Mortes, o rio das — confluentes do Araguaia. Fasc. I, ano 1886, pg. 47.

Mortes, o rio das — Exploração. José Feliciano Rodrigues de Morais. Fasc. III, ano 1889, pg. 150.

Parnaíba e Tocantins, os rios — Documentos. Fasc. I, ano 1886, pg. 31.

Parnaíba, o rio — Benjamim Franklin de Albuquerque Lima. Fasc. I, ano 1887, pg. 32.

Patos, o rio dos — Paraná. O Salto — Visconde do Rio Branco — Fasc. II, ano 1886, pg. 104.

Piratininga, o rio — Memória de uma viagem do Pará a Cuiabá em 1819. Antônio Peixoto de Azevedo. Fasc. I, ano 1885, pg. 25.

Rio do Globo, os maiores — Fasc. III, ano 1886, pg. 260.

São Francisco, o rio — Antônio Plácido Amarante. Fasc. III, ano 1887, pg. 161.

São Francisco, o rio — Melhoramentos. Fasc. I, ano 1888, pg. 61.

Sucuriú, o rio — Exploração. Pimenta Bueno. Fasc. I, ano 1885, pg. 9.

Tocantins e Parnaíba. Documentos. Fasc. I, ano 1886, pg. 31.

Trombetas, o rio — Exploração — A. M. Gonçalves Tocantins, Fasc. I, ano 1891, pg. 3.

Urubú, a cachoeira do — Rio Ipojuca. (Pernambuco). Fasc. III, ano 1889, pg. 165.

Xingú, o rio — Exploração — Carlos Von den Steinen. Fasc. I, ano 1887, pg. 95. Fasc. III, ano 1888, pg. 189.

Xingú, o rio — Exploração. Pimenta Bueno. Fasc. III, ano 1885, pg. 235.

Xingú, o rio — Exploração. Fasc. II, ano 1888, pg. 136.

Xingú, o rio — Homenagem tributada aos seus exploradores. Fasc. I, ano 1885, pg. 57.

Lagos e Lagoas:

Lagos na Suíça, a profundidade dos — Fasc. III, ano 1887, pg. 219.

Ilhas:

Fernando de Noronha, a ilha de — Fasc. II, ano 1889, pg. 121.

Oceânia, Nova Ilha na — Fasc. IV, ano 1886, pg. 317.

Golfos, Baías, Portos:

Antonina, o Pôrto de — Barão de Tefé. Fasc. II, ano 1886, pg. 107.

Bertioga, o — Pôrto de Santos, Barão de Tefé, Fasc. I, ano 1886, pg. 23.

Paranaguá, a Baía de — José Carlos de Carvalho. Fasc. IV, ano 1886, pg. 293.

Climatologia

Geral:

Clima da cidade do Rio de Janeiro, o — João Evangelista de Lima. Fasc. IV, ano 1886, pg. 277.

Clima na Europa, o resfriamento do — Fasc. I, ano 1891, pg. 73.

Climatologia no Brasil. F. M. Draenert. Fasc. I, ano 1888, pg. 3.

Meteorologia no Brasil, a — João Evangelista de Lima, Fasc. I, ano 1887, pg. 3.

Naufrágio do "Rio Apa" e a previsão do tempo — Fred. Maurício Draenert. Fasc. I, ano 1888, pg. 26.

Observações no Rio de Janeiro, média dos — (2.º, 3.º e 4.º trimestres de 1888 e 1.º trimestre de 1889). Fasc. III, ano 1888, pg. 231. Fasc. IV, ano 1888, pg. 234. Fasc. IV, ano 1889, pg. 46.

Observações feitas em Cuiabá — Mato Grosso. Fasc. IV, ano 1888, pg. 328.

Observações feitas no Radio — Mato Grosso. Fasc. IV, ano 1888, pg. 236.

Chuva:

Temporais, os — Lencaster. Fasc. III, ano 1892, pg. 194.

Tempestades na Rússia, velocidade das — Fasc. III, ano 1891, pg. 221.

Vento:

Ciclones e a tempestade — Paquete "Rio Apa". Fred. Correia da Câmara. Fasc. IV, ano 1888, pg. 309.

Vento, a velocidade do — no alto da Tôrre Eiffel. Fasc. IV, ano 1889, pg. 201.

Diversos

"Andes au Pará, des". — Livro de Marcel Monnier. Fasc. II, ano 1890, pg. 83.

Guiana central e o seu futuro — Henry Condriau. Fasc. I, ano 1892, pg. 68.

Regiões de terra e água, as — Oscar Leal. Fasc. I, ano 1893, pg. 3.

Regiões polares da terra, as — Fasc. IV. ano 1891, pg. 87.

Stemagrafo de Lamarche e Tournier, o — Paula Freitas. Fasc. II, ano 1888, pg. 97.

Stemagrafo de Lamarche e Tournier. Fasc. I, ano 1887, pg. 105.

GEOGRAFIA MATEMÁTICA

Astronomia e Cosmografia:

Cometas de 1887, os — Fasc. II, ano 1887, pg. 139.

Horas em diferentes pontos do Globo. (Tabelas comparativas). Oliveira Catrombi. Fasc. I, ano 1885, pg. 55.

Horas nos Estados Unidos, Regulamentação das — Fasc. III, ano 1889, pg. 169.

Meteorito de Bedengó, o — José Carlos de Carvalho. Fasc. II, ano 1888, pg. 150. IV, ano 1888, pg. 333. Fasc. I, ano 1888, pg. 59. Fasc. III, ano 1888, pg. 233. Fasc. II, ano 1887, pg. 120.

Meteorito de Otusuca ou Tocumari. Fasc. III, ano 1888, pg. 237.

Planetas e cometas, novos — Fasc. III, ano 1887, pg. 182.

Planeta Libussa, o — Fasc. II, ano 1887, pg. 139.

Planetas, novos — Fasc. II, ano 1888, pg. 161.

Venus, a passagem de — Fasc. I, ano 1888, pg. 64.

Altimetria:

Determinação da altura de diversas localidades na parte NO do Rio Grando Sul. Maximiliano Beschoren. Fasc. II, ano 1889, pg. 113.

Pontos:

Posições geográficas da província de Mato Grosso. Fasc. I, ano 1885, pg. 51.

Posições geográficas da província de São Paulo. Fasc. II, ano 1889, pg. 96.

Distâncias. (Cabo de Santa Maria ao Oiapoque). Oliveira Catrambi. Fasc. I, ano 1885. pg. 53.

Distâncias comparadas pelo canal de Paranaguá. Fasc. III, ano 1886, pg. 259.

Distâncias (Portos do Amazonas. Pará-Perú) Oliveira Catrambi. Fasc. I, ano 1885. pg. 54.

Distâncias. (Território das Missões). Fasc. I, ano 1892, pg. 79.

Geodésia:

Meridiano inicial, o — Paula Freitas. Fasc. II, ano 1885, pg. 161.

Teonivel, o — Tristão Franklin de Almeida Lima. Fasc. IV, ano 1887, pg. 310.

GEOGRAFIA HISTÓRICA E HISTÓRIA

Curiosidades histórico-geográficas:

Aldeamento de Nossa Senhora dos Anjos de Itambacurí.. Minas Gerais. Fasc. II, ano 1889, pg. 127.

Altura dos Monumentos. Fasc. II, ano 1887, pg. 135.

Cidade abandonada no interior da Baía, a — Aristides de Sousa Espindola. Fasc. IV, ano 1892, pg. 250.

Convento da Penha, o — Espírito Santo. Fasc. II, ano 1892, pg. 81.

Descoberta dos Martírios (Mato Grosso) José Manuel de Siqueira. Fasc. I, ano 1886, pg. 3.

Fundação da aldeia de S. João de Queluz em 1802. Fasc. I, ano 1890, pg. 11.

Vultos históricos:

Almirante Mouchez. Fasc. III, ano 1892, pg. 191.

Caramurú na História e na legenda. João Manuel Pereira da Silva. Fasc. IV, ano 1891, pg. 241.

Cristóvão Colombo e o descobrimento da América, João Manuel Pereira da Silva. Fasc. I, ano 1891, pg. 22. Fasc. II, ano 1891. pg. 92.

Cristóvão Colombo, Memória de Pinheiro Chagas sôbre — Fasc. I, ano 1892, pg. 62.

Elisée Reclus — Sessão extraordinária para sua recepção, Fasc. I, ano 1893, pg. 32.

Explorador Henrique Duveyrier, o — Fasc. III, ano 1892, pg. 190.

Fernão de Magalhães. João Manuel Pereira da Silva. Fasc. III, ano 1892, pg. 161.

Primitivos navegadores do Amazonas, os — Exploração de Pedro Teixeira. Barão de Tefé. Fasc. IV, ano 1885, pg 285.

Primitivos navegadores do Amazonas, os — Trecho da Memória "Eldorado" Barão de Tefé. Fasc. I, ano 1885, pg. 43.

Rio Xingú, o — Homenagem tributada aos seus exploradores. Fasc. I, ano 1885, pg. 57.

Um explorador brasileiro (Barão de Tefé) Jurien de la Gravière. Fasc. I, ano 1892, pg. 56.

Viajante africano John Augusto Otomba Payne. Fasc. III, ano 1886, pg. 230.

Expedições e roteiros:

Comissão de exploração em Mato Grosso. Fasc. II, ano 1888, pg. 154. Fasc. III, ano 1889, pg. 117.

Estrada do Pakiri — Mato Grosso. Roteiro. João do Esprito Santo Barbosa. Fasc. I, ano 1891, pg. 9.

Exploração científica na América do Sul. Fasc. II, ano 1887, pg. 138.

Exploradores brasileiros. Região desconhecida de Mato Grosso. Fasc. II, ano 1888, pg. 121. Fasc. IV, ano 1888, pg. 332. Fasc. II, ano 1889, pg. 100. Fasc. III, ano 1889, pg. 170. Fasc. II, ano 1890, pg. 77.

Exploradores brasileiros. Resultado geral da Comissão Pires Ferreira. Fasc. III, ano 1890, pg. 98.

Exploração em Mato Grosso e Amazonas. Fasc. III, ano 1889, pg. 152.

Viagem de exploração às nascentes do Javarí Episódios — Barão de Tefé. Fasc. III, ano 1888 pg. 169.

História:

Descobrimento da América e os supostos precursores de Colombo. Vicente Grossi. Fasc. IV, ano 1891, pg. 270.

Descobrimento do Brasil. Augusto de Carvalho. Fasc. I, ano 1893, pg. 56.

Escravidão no Brasil, a extinção da — Fasc. II, ano 1888, pg. 149.

Naufrágio do "Rio Apa" e a previsão do tempo. Fred. Maurício Draenert. Fasc. I, ano 1888, pg. 26.

República do Cunany, a — (No terreno litigioso das Guianas). Fasc. IV, ano 1886, pg. 315. Fasc. II, ano 1888, pg. 159. Fasc. III, ano 1890, pg. 80. Fasc. III, ano 1890, pg. 169.

República de Cunaní, a pseudo. Fasc. III, ano 1891 pg. 224.

★

GEOGRAFIA POLÍTICA

Limites

Interestaduais:

Fronteiras de Mato Grosso, Goiaz e Pará, com as possessões espanholas — Informações oficiais (1785). Luis de Albuquerque Pereira e Caceres. Fasc. II, ano 1885, pg. 97.

Fronteira ocidental de São Paulo, a — Fasc. III, ano 1885, pg. 219.

Limites de São Paulo, os — Fasc. II, ano 1885, pg. 199.

Limites entre o Ceará e Rio Grande do Norte. José Leão. Fasc. IV, ano 1888, pg. 286.

Internacionais:

Amazonas e a França, o — Torquato Tapajós. Fasc. IV, ano 1891, pg. 255.

Limites do Brasil com a Guiana Francesa. Refutação a Henri Coudreau — Paula Freitas. Fasc. III, ano 1891, pg. 180.

Limites do Brasil com Venezuela. Barão de Parima, Fasc. II, ano 1887, pg. 81.

Fronteiras do Paraguai e República Argentina, as — Fasc. I, ano 1888, pg. 68.

Fronteiras contestadas entre a França e o Brasil, as — Fasc. I, ano 1887, pg. 73.

Limites das Guianas Francesas. Fasc. II, ano 1890, pg. 79.

Terreno contestado entre a França e o Brasil e a Missão Coudreau, o — Sant'Ana Nery. Fasc. III, ano 1891, pg. 193.

Território contestado entre a França e o Brasil, o — Fasc. I, ano 1886, pg. 44. Fasc. II, ano 1886, pg. 186.

Território contestado no Norte do Brasil, o — Fasc. I, ano 1891, pg. 76.

★

GEOGRAFIA ECONÔMICA

Generalidades

Geral:

Necessidades de reformas econômicas. Fasc. IV, ano 1888, pg. 302.

Situação financeira dos Estados Unidos. Fasc. II, ano 1887, pg. 136.

Viação

Ferroviária:

Alagoas Railway-Relatório do engenheiro Francisco José Gomes Calaça. Fasc. IV, ano 1888, pg. 273.

Estrada de Ferro Brasil — Central — Interoceânica. Fasc. IV, ano 1888, pg. 294.

Estradas de ferro do norte do Brasil. José Leão. Fasc. II, ano 1891, pg. 49.

Estradas de ferro do Pacífico. Fasc. III, ano 1886, pg. 261.

Estradas de ferro no Brasil. Fasc. III, ano 1888, pg. 242.

Estradas de ferro no Brasil em 1885. Fasc. II, ano 1886, pg. 118.

Estradas de ferro do Madeira a Mamoré. JULIO PINKAS. Fasc. III, ano 1886, pg. 211.

Tranvias da Capital do Império. Fasc. II, ano 1889, pg. 122.

Tranvias do Município Neutro. Fasc. III, ano 1888, pg. 244.

Tranvias nos Estados Unidos. Fasc. I, ano 1892, pg. 75.

Viação férrea no Brasil em 1888. Fasc. II, ano 1889, pg. 123.

Caminhos e rodovias:

Estrada do Pakiri — Mato Grosso — (Roteiro). Fasc. I, ano 1891. pg. 9.

Fluvial:

Comunicação do Amazonas com o rio da Prata pelo Tocantins, Mortes e Araguaia. Correia de Morais. Fasc. IV, ano 1886, pg. 298.

Navegação do Araguaia e Tocantins. José Negreiros A. Sarinho. Fasc. II, ano 1887, pg. 124.

São Paulo — O Mogi-Guassú e a Companhia Paulista de Navegação. Fasc. II, ano 1890., pg. 95.

Marítima

Baía de Paranaguá. José Carlos de Carvalho. Fasc. IV, ano 1886, pg. 293.

Bertioga, o — (Pôrto de Santos) Barão de Tefé. Fasc. I, ano 1886, pg. 23.

Farol da Barra de São Francisco do Sul, o — José Carlos de Carvalho. Fasc. III, ano 1886, pg. 251.

Farol de São Francisco, o — João Justino de Proença. Fasc. I, ano 1887, pg. 22.

Pôrto de Antonina, o — Barão de Tefé. Fasc. II, ano 1886, pg. 107.

Comunicações

Telegráfica:

Cabos telegráficos na América, os — Fasc. III, ano 1886, pg. 258.

Cabos telegráficos submarinos, os — Fasc. I, ano 1887, pg. 110.

Linha telegráfica entre Pará e Amazonas. Fasc. II, ano 1890, pg. 81.

Linhas telegráficas no Brasil, as — Fasc. II, ano 1888, pg. 161.

Telégrafos e Vias férreas no Brasil em 1892. Fasc. I, ano 1893, pg. 70.

Rêde telegráfica no Brasil, a — Fasc. II, ano 1889, pg. 124.

Rêde telegráfica no Brasil, a — Fasc. II, ano 1886, pg. 117. Fasc. I, ano 1887, pg. 71.

Produção

Geral:

Produtos das províncias do Brasil. Fasc. III, ano 1888, pg. 240.

Mineral:

Fontes de águas gasosas na Paraíba do Sul. Fasc. III, ano 1887, pg. 215.

Minas do Assuruá, as — Fasc. IV, ano 1886, pg. 310.

Mineração no Brasil. Fasc. III, ano 1887, pg. 215.

Ouro nas Guianas. Fasc. I, ano 1888, pg. 67.

Petróleo do Bakú, o — Fasc. III, ano 1887, pg. 221.

Produção aurífera em Venezuela. Fasc. II, ano 1888, pg. 160.

Riquezas minerais do Brasil. Fasc. II, ano 1887, pg. 133.

Riquezas minerais e florestais do Brasil. Fasc. I, ano 1892, pg. 74.

Vegetal:

Árvores de leite no Brasil, as — Fasc. III, ano 1887, pg. 213.

Café Brasileiro, o — Fasc. III, ano 1887, pg. 212.

Cultura da ramie, a — Fasc. II, ano 1887, pg. 134.

Cultura das vinhas, a — Fasc. II, ano 1887, pg. 133.

Frutos oleosos do Brasil. Fasc. II, ano 1889, pg. 126.

Grama de Pernambuco. Fasc. III, ano 1887, pg. 214.

Plantações de café na Guatemala, as — Fasc. III, ano 1892, pg. 195.

Animal:

Pesca da Baía, a — Antônio Alves Câmara. Fasc. I, ano 1889, pg. 17.

Comércio

Geral:

Amazonas. Notícia sôbre as cartas comerciais dessa região. Fasc. II, ano 1889, pg. 137.

Movimento do pôrto em 1889. Rio de Janeiro. Fasc. I, ano 1889, pg. 72.

Indústria

Geral:

Aguardente de café. Fasc. III, ano 1887, pg. 213.

Engenhos centrais no Brasil. Fasc. III, ano 1888, pg. 241. Fasc. II, ano 1889, pg. 125.

Indústria do papel em Itú. São Paulo. Fasc. III, ano 1889, pg. 117.

Indústria do trigo, a — Fasc. II, ano 1887, pg. 134.

Indústria nacional no Amazonas. Fasc. I, ano 1887, pg. 69.

Indústria sacarina — Engenho Central de Quissamã. Fasc. IV, ano 1886, pg. 307.

Novas indústrias no Ceará. Fasc. III, ano 1887, pg. 213.

★

GEOGRAFIA HUMANA

Generalidades

Geral:

Criminalidade na Europa. Fasc. I, ano 1889, pg. 52.

Religião:

Ídolo amazônico, o — Manuel Francisco Machado. Fasc. IV, ano 1891, pg. 281.

Doenças:

Causas dos falecimentos no Rio de Janeiro em 1886 (Geografia médica) João Pires Farinha. Fasc. I, ano 1887, pg. 65.

Causas dos falecimentos no Rio de Janeiro no 1.º trimestre de 1887. (Geografia médica) João Pires Farinha. Fasc. II, ano 1887, pg. 130.

Causas dos falecimentos no Rio de Janeiro no 2.º trimestre de 1887. (Geografia médica) João Pires Farinha. Fasc. III, ano 1887, pg. 210.

Causas dos falecimentos no Rio de Janeiro, no 3.º trimestre de 1887, (Geografia médica) João Pires Farinha, Fasc. IV, ano 1887, pg. 312.

Causas dos falecimentos no Rio de Janeiro, no ano de 1887 (Geografia médica) João Pires Farinha. Fasc. I, ano 1888, pg. 53.

Causas dos falecimentos no Rio de Janeiro, no 1.º trimestre de 1888. (Geografia médica) João Pires Farinha. Fasc. II, ano 1888, pg. 147.

Causas dos falecimentos no Rio de Janeiro, no 2.º trimestre de 1888. (Geografia médica) João Pires Farinha. Fasc. III, ano 1888, pg. 229.

Causas dos falecimentos no Rio de Janeiro, no 3.º trimestre de 1888. (Geografia médica) João Pires Farinha. Fasc. IV, ano 1888, pg. 320.

Causas dos falecimentos no Rio de Janeiro, no 4.º trimestre de 1888. (Geografia médica) João Pires Farinha. Fasc. I, ano 1889, pg. 44.

Mortalidade de algumas cidades da Europa, a — Fasc. II, ano 1887, pg. 142.

Etnografia

Geral:

Desenvolvimento da raça européia no século XIX, o Fasc. II, ano 1886, pg. 90.

Índios:

Cherentes, os — Informações sôbre as tribus existentes no Piauí em 1827. Joço da Cunha Lustosa. Fasc. I, ano 1886, pg. 36.

Índios da América, os — Oscar Lima. Fasc. III, ano 1892, pg. 180.

Divisão e distribuïção das tribus indígenas do Brasil. Paulo Ehreinreich. Fasc. I, ano 1892, pg. 3.

Índios Coroados em Mato Grosso, os — Catequese. Antônio José Duarte. Fasc. I, ano 1887, pg. 48.

Tribus da Guiana Francesa, as 53. Fasc. I, ano 1891, pg. 73.

Geografia linguística

Geral:

Volapuck, o — Lingua Universal. J. Pinkas. Fasc. III, ano 1887, pg. 187.

Linguagem dos Coroados Bororós, a — Ximeno Villeroy. Fasc. II, ano 1891, pg. 81.

Toponímia:

América, origem do Nome. Fasc. I, ano 1889, pg. 51.

Brasil, origem do nome. Jules Marcou. Fasc. II, ano 1889, pg. 121.

Neologia e neografia geográfica do Brasil. Tristão de Alencar Araripe. Fasc. II, ano 1885, pg. 129.

População

Geral:

Extensão e população comparada dos principais Estados. Fasc. III, ano 1887, pg. 220.

População da Alemanha, a — Fasc. I, ano 1887, pg. 78.

População da Bélgica, a — Fasc. IV, ano 1888, pg. 337.

População da Bósnia e Herzegovina, a — Fasc. I, ano 1887, pg. 77.

População da Capital Federal em 1890, a — Fasc. I, ano 1893. pg. 72.

População da França e da Alemanha, a — Fasc. III, ano 1886, pg. 262.

População da França em 1891, a — Fasc. III, ano 1891, pg. 220.

População da Viçosa, Ceará, a — Fasc. IV, ano 1888, pg. 337.

População das grandes cidades, a — Fasc. II, ano 1887, pg. 143.

População das grandes cidades, a — (1880-1890) — Fasc. III, ano 1891. pg. 221.

População das Índias britânicas, a — Fasc. I, ano 1887, pg. 77.

População de Chicago, a — Fasc. III, ano 1890, pg. 168.

População de Londres, a — Fasc. III, ano 1891, pg. 220.

População de Nova Gales do Sul, a — Fasc. I, ano 1887, pg. 78.

População de São Paulo, a — Fasc. II, ano 1887, pg. 143.

População do Ceará, a — Fasc. IV, ano 1888, pg. 336.

População do Chile, a — Fasc. I, ano 1887, pg. 78.

População do Distrito Federal em 1890, a — Fasc. I, ano 1893, pg. 76.

População do Japão, a — Fasc. I, ano 1889, pg. 52.

População do Municipio Neutro, a — Favila Nunes. Fasc. I, ano 1889, pg. 27.

Povoamento da Amazônia, o — Amazonas. Sant'Ana Neri. Fasc. III, ano 1887, pg. 193.

Estatística demográfica:

Nascimentos em França, os — Fasc. II, ano 1886, pg. 121.

Colonização:

Imigração alemã em 1885. Fasc. II, ano 1886, pg. 119.

Imigrantes no Brasil no 2.º trimestre de 1887, movimento de — Fasc. III, ano 1887, pg. 208.

Imigrantes no Brasil no 3.º trimestre de 1887, movimento de — Fasc. IV, ano 1887, pg. 314.

Imigrantes no Brasil no ano de 1887, movimento de — Fasc. I, ano 1888, pg. 50.

Imigrantes no Brasil no 1.º trimestre de 1888, movimento de — Fasc. II, ano 1888, pg. 145.

Imigrantes no Brasil, no 2.º trimestre de 1888, movimento de — Fasc. III, ano 1888, pg. 227.

Imigrantes no Brasil no 3.º trimestre de 1888, movimento de — Fasc. IV, ano 1888, pg. 322.

Imigrantes no Brasil durante o ano de 1888, movimento de — Fasc. II, ano 1889, pg. 111.

Imigrantes no Brasil de 1885 a 1889, movimento de — Fasc. IV, ano 1890, pg. 30.

Imigrantes no Brasil em 1891, movimento de — Fasc. I, ano 1892, pg. 71.

Imigração nos Estados Unidos. República Argentina e Brasil, a — Fasc. I, ano 1886, pg. 118.

★

Instituïções

Nacionais:

Estações Agronômicas. Tarquino de Sousa Filho. Fasc. IV, ano 1888, pg. 259.

Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco. Fasc. II, ano 1886, pg. 115.

Observatório Meteorológico de São Luiz em Itú — São Paulo. Fasc. II, ano 1890, pg. 78.

Repartição Central de Meteorologia (Rio de Janeiro). Fasc. II, ano 1888, pg. 130.

Repartição Hidrográfica do Brasil. Fasc. II, ano 1888, pg. 128.

Sociedade de Geografia do Amazonas. Fasc. III, ano 1888, pg. 237.

Sociedade de Geografia Econômica de Minas Gerais. Fasc. I, ano 1890, pg. 32.

Observátorio Astronômico e Meteorológico de Goiaz. Fasc. I, ano 1889, pg. 47.

Estrangeiras:

Observatório Astronômico de Camaldulis (Itália). Fasc. III, ano 1887, pg. 221.

Instituto de Geografia de Gotha. Fasc. III, ano 1886, pg. 263.

Sociedade Astronômica Internacional. Fasc. IV, ano 1889, pg. 262.

Sociedade de Legislação comparada de Paris. Fasc. III, ano 1889, pg. 180.

Sociedade de Geografia de Cristiânia. Fasc. I, ano 1890, pg. 33.

Societá Americana da Itália — (Nápoles) Fasc. I, ano 1891, pg. 75.

★

Certames

Nacionais:

Congresso Nacional de Geografia em 1890. Fasc. III, ano 1889, pg. 181.

Estrangeiros:

Congresso de Americanistas. Fasc. IV, ano 1888, pg. 316.

Congresso de Geografia de Nantes, Questionário do — Fasc. I, ano 1886, pg. 41.

Congresso de Marselha. Fasc. III, ano 1891 pg. 224.

Congresso de Paris em 1889. Fasc. III, ano 1889, pg. 179,

Congresso de Washington. Fasc. II, ano 1886, pg. 125.

Congresso Geográfico de Berna. Fasc. III, ano 1891, pg. 223.

Congresso Geográfico de Madrid. Fasc. III, ano 1892, pg. 194.

Congresso Geográfico de Rochefort. Fasc. III, ano 1891, pg. 222.

Congresso Geológico Internacional de Salzburgo. Fasc. IV, ano 1888, pg. 297.

Congresso Internacional de Americanistas de Berlim, em 1889. Fasc. III, ano 1890, pg. 158.

Congresso Internacional de Ciências Geográficas, em 1889. Fasc. II, ano 1889, pg. 102. Fasc. III, ano 1889, pg. 178.

Exposição de Geografia de Nantes. Fasc. II, ano 1886, pg. 119.

Exposição de Geografia Sul-Americana. Paula Freitas. Fasc. I, em 1889, pg. 3.

Exposição de Geografia Sul-Americana. Fasc. III, ano 1889, pg. 175. Fasc. I, ano 1888, pg. 56.

Exposição de Produtos das Possessões Inglesas. Fasc. II, ano 1886, pg. 124.

Exposição nos Estados Unidos em 1892. Fasc. I, ano 1890, pg. 37.

Exposição Sul-Americana promovida pela Sociedade de Geografia de Berlim. Fasc. II, ano 1886, pg. 127.

Reunion Coloniale — Paris. Fasc. I, ano 1890, pg. 35.

★

Diversos

Do Brasil:

Brasil na Europa, O — Fasc. I, ano 1889, pg. 53.

Brasil, O — Conferência de James Wells na Praça do Comércio de Londres. Fasc. III, ano 1887, pg. 183.

Brasil, O — Suas condições presentes. Fasc. I, ano 1888, pg. 65.

Ceará. Notícia sôbre esta província. Fasc. III, ano 1887, pg. 193.

Espírito Santo, Província do — Francisco Manuel da Cunha. Fasc. I, ano 1890, pg. 16.

Estatística do Brasil. Livro de Favila Nunes. Fasc. IV, ano 1888, pg. 375.

Imprensa periódica. Fasc. II, ano 1887, pg. 142.

Mato Grosso, Região desconhecida de — (Exploradores brasileiros) Fasc. II, ano 1888, pg. 121 — Fasc. IV, ano 1888, pg. 332 — Fasc. II, ano 1889, pg. 100 — Fasc. III, ano 1889, pg. 170, Fasc. II, ano 1890, pg. 77.

Pará e Amazonas em 1888. Fasc. I, ano 1890, pg. 38.

Planalto Central, o — (Comissão Exploradora) Fasc. III, ano 1892, pg. 196.

Rio de Janeiro, o Estado do — Divisão Administrativa, superfície, etc. Favila Nunes. Fasc. III, ano 1892, pg. 183.

Rio Grande do Sul, provincia do — Alfredo Nogueira. Fasc. IV, ano 1887, pg. 241.

São Paulo, Província de — Sinopse geográfica. Fasc. II, ano 1889, pg. 81.

Do estrangeiro:

Bolívia, A República da. — Alexandre Haag. Fasc. III, ano 1886, pg. 191.

Canadá, O. Fasc. II, ano 1890, pg. 79.

Chile, As novas províncias do. Fasc. I, ano 1888, pg. 68.

Consulado de Caiena, O. Fasc. III, ano 1891, pg. 317.

Gran-Chaco, Viagem através do. República Argentina. A. Thoar. Fasc. II, ano 1889, pg. 126.

Guiana Central e o seu futuro, A. Henry Coudreau. Fasc. I, ano 1892, pg. 68.

Panamá, O istmo e o canal de. Fasc. II, ano 1886, pg. 120.

Venezuela, Notícia Geográfica. Fasc. I, ano 1890, pg. 25.

América Central (pacto de união) Guatemala, Costa Rica, Honduras, Nicaragua e S. Salvador. Fasc. III, ano 1890, pg. 169.

América do Sul, Viagem à. Fasc. I, ano 1888, pg. 65.

América do Sul, Viagens na. Fasc. II, ano 1888, pg. 156.

América do Sul, Viagens e explorações na — Fasc. III, ano 1887, pg. 217.

Andes au Pará, Des. Livro de Marcel Monnier. Fasc. II, ano 1890, pg. 83.

Argentina, O Brasil e a República. Carta de Gustave Pichard. Fasc. I, ano 1886, pg. 44

Moments de Geographie, Les. Fasc. IV, ano 1889, pg. 258.

Prêmios conferidos a exploradores modernos. Fasc. I, ano 1886, pg. 46.

Progresso da Geografia. Fasc. I, ano 1886, pg. 42.

Stimagrafo de Lamarche e Tournier-Paula Freitas. Fasc. II, ano 1888, pg. 97.

Stimagrafo de Lamarche e Tounier. Fasc. I, ano 1887, pg. 105.

(Continua no próximo número)

★

Se quiser receber as obras da "Biblioteca Geográfica Brasileira", escreva à Secretaria do Conselho Nacional de Geografia solicitando sua inscrição como assinante.

A cartografia brasileira nos periódicos estrangeiros

I

(1836 - 1885)

1836 — *Plan of the rivers Ucayali and Amazon from the Mission of Sarayacu to the rio Negro, from the observations of Lieut. Wm. Smyth and Mr. Fredk. Lowe.* 1835. (1:2 200 000) Inset: Continued fron the map of. Spix and Martius to Para. (1:7 000 000). "Journ. Royal Geogr. Soc.," 6 (1836) 22.

1853 — *The rio Negro, from observations made in the years* 1851 *and* 1852, ALFRED R. WALLACE. (1:6 200,000). Inset. Enlargend map of the river Uaupes branch of the rio Negro. (1:2 500 000) "Journ. Royal Geogr. Soc." 23 (1853) 212.

1857 — *Esquisse du Brésil où sont indiquées les limites successives de la première, découverte et les divers emplacements attribués par les prétentions Espagnoles et Portugaises à ligne de démarcotion de leurs domaines d'outremer. M. d'Avezac.* 1857 ..... (1:28 000 000). (2) Esquisse des bouches de l'Amazone et des côtes voisines pour servir à la recherche de la situation véritable de la rivière de Vicent Pizon, par M. AVEZAC. 1857. (1:5,500,000). "Bull. Soc. de Geogr. de Paris", IV, 14 (1857) 548.

Karte von den Central-Regionen Süd-Amerika's nach dem in den Jahren 1853-1855 *publicirtem Castelnau'schen Atlas gezeichnet von A.* PETERMANN. (1:4 000 000) "Petermanns Mitt", 3(1857) 238, pl. 10.

1858 — *Der Stromlauf des Paraguay oberhalb des Einflusses in den Paraná, nach der Aufnahme des Lt. Page.* (1:1 000 000). "Zeitschr. für allg. Erdkunde", II, 5 (1858) pl. 4.

1860 — *Karte des Jacuhy Thales mit den deutschen Colonien in der südbraslianischen Provinz Rio Grande do Sul. Aufgenommen* 1859 *Vom K. Sachs, Oberlientenant Woldemar Schultz. Originalzeichnungen Osthalfte in* 1:300 000. *Westhalfte in* 1:600 000. *Der östlichste Theil zwischen Porto Alegre und der Küste nach einer handschriftlichen in den Jahren* 1857-1858 *in* 1:160 000, *ausgeführten Aufnahme des K. Bras.* MAJORS J. M. PEREIRA DE CAMPO. 1:1 000 000. "Zeitschr. für allg. Erdkunde", II, 9 (1860) pl. 2.

— *Karte der Küste der Capitania de São Paulo, nach einer MS. Karte der Marine Bibliothek zu Rio Janeiro.* copirt von Lt. WOLDEMAR SCHULZ. 1:1 000 000. "Zeitschr. für allg. Erdkunde, II, 9 (1860) pl. 3.

1861 — *Carte du litoral du Brésil entre Baia et Rio-Janeiro.* (1:8 500 000) "Tour du Monde," 4 (1861) 26.

Carte réduite du cours inférieur del'Amazone d'après les cartes marines, levées en 1844 par Mr. TARDY DE MONTRAVEL. (1:5 500 000)" Tour du Monde," 4 (1861) 370.

Stromkarte des Rio de São Francisco, reducirt nach der Aufnahme des Ingenieurs WILH. FERD. HALFELD, ausgeführt 1852-54, in 1:712 500, *mitgetheilt von Lt. Woldemar Schultz.* 1:2,000,000. Inset: Unterer Lauf des Rio Paranahyba reducirt nach den Aufnahmen von Jauffret, PEPEIRA UND DE CAMPOS, 1853-54. 1:2,000,000. "Zeitschr. für allg. Erdkunde," II, 10 (1861) pl. 2.

1862 — *Brazil. Map of the rivers Arinos, Juruena, and Tapajos, to accompany the notes* of W. CHANDLESS. 1862. (1:7 750 000). "Journ. Royal Geogr. Soc." 32 (1862) 268.

1863 — *Karte der brasilianischen Provinz Minas Gerais. aufgenommemn auf Befehl der Provinzialregierung in den Jahren* 1836-1855, *mit Benützung älterer Karten und neuerer Vermessungen und Beobaschtungen, unter, specieller Leitung des Civil* — Ingenieurs H. G. F. HALFELD, *entworfen und gezeichnet von* FRIEDRIC WAGNER. 1:2 000 000. "Ergänzungsheft n.º 9 zu Petermanns Mirt." (1863) 42.

1866 — *Traversée de l'Amérique du Sud par* PAUL MARCOY (a) *Carte N.º* 11. (1:1,150,000). *p.* 83. (b) *Carte n.º* 12 (1:1,100,000). p. 118. (c) *Carte N.* 13. (*Système des lacs et des canaux du rio Japura,*) (1:1 100 000). *p.* 138. "Tour du Monde", 14 (1866).

— *Aufnahme des oberen São Francisco und Rio das Velhas. Brasilien, von* EMMANUEL LIAIS. 1:720 000 "Petermanns Mitt.," 12 (1866) 440, pl. 17.

1867 — *Traversée de l'Amérique du Sud par* PAUL MARCOY. (a) CARTE *N.º* 14 (*Systeme des lacs et des canaux du rio Japura.*) (..... (1:1 125 000). pg 111. (b) *Carte n.º* 15 (*Système des lacs des canaux du rio Japura*). ..... (1:1 100 000). pg. 131. *Carte n.º* 16. (..... (1:125 000). pg. 147. *"Tour du Monde",* 15 (1867).

— *Traversée de l'Amérique du Sud par* PAUL MARCOY (a) *Carte n.º* 17, *dressée en* 1860 *déaprès les dernières notions acquises.* (*Carte des affluentes inexplorés di Haut-Amazone*). (1:8 800 000), pg. 106. (b) *Carte du Bas-Amazone* (1:5 000 000). p. 123 "Tour du Mon de", 16 (1867).

— *Die deutschen Colonien im Urwald der brasilianischen Provinz Rio Grande do Sul,* und R. *Hensel's Reiseroute über die Serra Geral im Jahre* 1865 *Nach den von* HENSEL *gesammelten Originalquellen, nach dem Tagebuch seiner*

Reise und mit Benutzung der Küsrenaufnahme von MOUCHEZ *und den Karten* von WOLDEMAR SCHULTZ. *gezeichnet* von B. HASSENSTEIN. 1:1 000 000. "Zeitschr. Gesell. für Erdkundu zu Berlin", 2 (1867) pl. 3.

— *DerAmazonen Strom innerhalb des brasilianischen Gebietes, nach den durch die Brasilianische Regierungs-Expedition aufgenommenen Stromkarten reducirt* von H. KIEPERT. 1:2,000,000. *Insetss* (1) *Vergleichung der neuen Stromvermessung mit den früheren Aufnahmen von* HERNDON, 1851, *und* SMYTH & LOW, 1835. 1:5 000 000. (2) *Rio Grande, Nebenfluss des R. São Francisco*, 1859, *aufgenommen von* H. W. F. HALFELD. 1:1 000 000. "Zeitschr. Gessell. für Erdkunde zu Berlin", 2 (1867) pl. 5.

— *Aufnahme der Flüsse Purus und Aquiry durch* W. CHANDLESS, 1864-1865. *Nach den Engl. Originalkarten* (in "Journ. R. G. S." vol. 36), *zusammengestellt* von A. PETERMANN. ..... 1:3 500 000. *Insets* (1) *Vergleichende Übersicht der Aufnahmen von* CHANDLESS. ..... 1:14 000 000 (2) *Vereinigung des Purûs mit dem Amazonenstrom nach dem Aufnahmen von* PAUL MARCOY, 1861. 1:3 500 000". "Petermanns Mitt"., 13 (1867) 280, pl. 10.

1863 — *Parties du cours de l'Amazone et de ses grands tributaires visitées par Mr.* AGASSIZ *en* 1865. (1:8 000 000) "Tour du Monde" 18 (1868) 242, 243.

1869 — *Map of the river Juruá for an estimated distante of 980 geographical miles from its mouth, hy* W. CHANDLESS. (1:865 000). "Journ. Royal Geogr. Soc.", 39 (1869) — 296.

1870 — *Map of the rivers Canumá, Abacaxis, and Maué-Assú and its tributaires, Brazil. Reduced from the original map by* W. CHANDLESS. 1:1 100 000.*Insets Sket c h map showing the connection of the rivers Canumá, & Ci, with the river Amazon.* (1:6 336 000) "Jurn. Royal Geogr. Soc.," 40 (1870) 419.

1872 — *Skethc map of vicinity of Monte Alegre and Erere (Scale not determined.) "Journ. Amer Geogr. Soc.,"* 3 (1872) 231.

— *Carte physique du Brésil oriental, par* EMM. LIAIS 1:6 500 000. "Bull. Soc. de Geógr. de Paris," VI, 4 (1872) 672.

1873 — *Karte des Madeira Stromes zwischen den Schnellen St. Antonio und Guajara-Merim, nebst der projectirten Eisenbahn, astronomisch bestimmt und aufgenommen von den Ingenieuren* JOS. KELLER UND FRANZ KELLER. 1:1 000 000 "Petermanns Mitt.," 19 (1873) 440, pl. 21.

1875 — EMIL ODEBRECHT'S *Aufnahme des oberen Itajahy Assú ausgefuhrt im Auftrage der Verwaltung der Colonie Blumenau in der brasilianischen Provinz Sta. Catharina wahrend der Monate Marz, April un Mai,* 1874. *Nach dem Original in* 1:80,000 *auf die Halfte reducirt von* RICHARD KIEPERT. 1:160,000. *Inset: Der bisher aufgenommene Theil des Rio Itajahy Assú mit der Colonie Blumena uim Mastabe von* 1:775 000. 1:775 000. "Zeitschr. Gessel. fur Erdkunde zu Berlin," 10 (1875) pl. I.

1876 — *The valleys of the Tibagy and Ivahy, of the Paraná, south Brasil, by* T. P. BIGG-WITHER 1:1 250 000. pg. 263. (2) *Route map of journey through north-east Brazil, by* JAMES W. WELLS. (1:3 168 000). pg. 309", "Journ. Royal Geogr. Soc.," 46 (1876).

1877 — *Map of the Madeira and Purus, from and official Brazilian MS. map, communicated by* G. E. CHURCH. 1:3 000 000". Peogr. (1:30 000). "Le Globe", 17 (1878) 49.

1878 — *Plan approximatif de Cuyaba* (1878). (1:30,000). "LeGlobe", 17 (1878) 49.

Carta originale della Guiana orientale colle foci dll'Amazzone, secondo i rilievi di GIULIO CREVAUX, 1877, *e le esplorazioni anteriori, costrutta e disegnata da* GUIDO CORA. 1:4 500 000. "Cosmos", 5 (1878) I, pl. I.

Das untere Flussgebiet des Itajahy mit den Colonien Blumenau, Itajahy-Brusque, etc., von HENRY LANGE. 1:500,000. (2) *Skizze der Mundung des Itajahy Flusses.* 1:15 000. "Ann. Hydrogr. und. Marit. Meteorol.," 6 (1878) 540.

Karte der Kolonie Dona Francisca (in Brasilien). 1:90,000 *Insets*: (1) *São Bento.* ..... 1:60 000. (2) *Die Kolonie São Bento.* 1:180 000. (3) *Joinville.* 1:15,000. "Mitt. Geogr. Gesell." in Hamburgo" (1876-77). pl. I.

1879 — *Map of a portion of South America, showing the position and extent of the old river deposit on the Amazon, east of Tabatinga.* (1:9 000 000). "Quart. Journ. Geol. Soc.", 35 (1879) 776, pl. 38.

Schizzo originale dei viaggi di G. CREVAUX *nel bacino dei fiumi Oyapock, Jary e Paru,* 1877-79, *di* GUIDO *Cora,* 1:4 500 000. "Cosmos", 5 (1879) pl. 6.

Bassin inférieur de fleuve Itajahy, avec les colonies de Blumenau, d'Itajahy-Busque, etc., par HENRY LANGE. 1:500 000. "Bull. Soc. de Géogr. de Paris", VI, 18 (1879) 496.

1880 — *Régions des différents Curare ao nord des Amazones, par le* Dr. CREVAUX. 1880/2. 1:25 000 000. "Bull. Soc. de Géogra. de Paris". VI, 19 (1880) 480.

Dr. JULES CREVAUX'*Reise auf dem Maroni und Yary,* 1877. 1:5 200 000. "Globus", 37 (1880)

Karte des oberem Rio Uruguay mit den angrenzenden Theilen der Municipien Passo Fundo, Palmeira und Sto. Angelo, Provinz Rio Grande do Sul, von MAZ BESCHOREN. 1879. 1:800 000. "Seitschr. Gessell, fur Erdkunde zu Berlin", 15 (1880) pl. 4.

1882 — *Die Unterlaufe der Flusse Trombetas, Yamundá Urubú. Uatumá und Capim. Reducirt nach den* 1875 *von* J. BARBOSA RODRIGUES *aufgenommenen und in* 1:750,000 *herausgegebenen Karten auf den Maasstab.....* 1:1 100 000. 1:1 100 000. "Zeitschr. Gessell. fur Erdkunde zu Berlin", 17 (1882) pl. 7.

1884 — *Fiume I-guassú.* (1:80 000). "Boll. Soc. Geogr. Italiana", 21 (1884) 947.

Reisen des *Mr* WIENER *zwischen Guayaquil und Pará* (1:18 400 000). "Globus", 45 (1884) 82.

1885 — *Roraima and Kukenam Mts. and the surrouding country. Surveyed by* Mr. H. J. PERKINS *under the direction of* Mr. EVERARD IM THURN, 1885. (1:525 000). *"Timehri",* 4 (1885) 256.

1885 — *Les prairies de la Guyane. Croquis par* M. H. A COUDREAU. *Voyages de* 1881 *à* 1885. 1:7 500 000. "Bull. Soc. de Géogr. d'Est.," 7 (1885) 824.

(Continua no próximo número)

★

Bibliografia estrangeira sôbre o Brasil

I

(1508 - 1649)

1508 —

ITINERARIU PORTUGALESIU — e Lusitania in Indiã & in/ de in Occidentem & demun ad aquilonem./ — (2.º título); — Itinerarivm Portugallensium Vlisbona i Indiam nec / non in Occidentem ac Setemptrione: ex Vernaculo sermone / in latinum traductum. Interprete Archangel o Madrignano Medio/ — lanense Monacho Carevallensi. / — (no fim) Opera Suprema manus imposita est Kalendis quintilibus. Ludovico gal — / liar rege huius urbis iclite sceptra regete. Iulio seculo potifice maxi — / ma orthodoxã fide feliciter moderate: anno nuãe salutis. MDVII (1508). In-fol. de II fls. prels. e LXXVII pp. de texto, com 1 Mapa.

1519 — ENCISO, Martin Fernandez de

Suma de geografphia q/ trata de todas las partidas & Prouincias del mundo: especial delas indi — / as. & trata largamete del arte de mare / ar: juntamete con la esphera en romãce; / con el regimieto del sol &del norte por donde los / mareãtes se pueden regir & gournar enel marear. Assi mesmo va/ puesta la cosmgraphia por derrotas y alturas: por donde los pi-/lotos sabrã de o en adelãte muy mejor q. asta aqui yr a descobrir / las tierras q. ouire de descobrir. nue/ usamente hecha. / Con preuilegio real./ por Martin fernãdez denciso (de Enciso).

Fue / impressa en la nobilissima & muy leal ciudad de Seuilla por Ja —/ Hcbo crõberger alemã enel d' la encarnacion de nuestro senõr, de mil & quinientos & diez & neue. / (1519).

In-fol. peq. letra gothica, 1 fl. de tit. e 75 fls. nums.

1532 — GRYNEU, Simão

Novvs orbis re-/gionvm ac insvlarvm ve-/ teribus incognitarvm, uná cum tabula cosmographica, & / aliquot aliis consimilis argumenti libellis, quorum / omnium catalogus sequenti patebit pagina. / His accessit copiosus rerum limorabilium index. / Impressum Parisiis apud Antonium Angerellum, impensis Ioannis Parui & Galeoti à Prato. Anno ..... M.D.XXXII (1532) VIII Kalen. Nouembris. — In-fol. 25 fls. n. mums. 514 pp. e 1 mappa.

1532 — GRYNEU, Simão

Novvs orbis regio — / nvm ac insularvm veteribvs incognitarvm, / uná cum tabula cosmographica, & Aliquot alijs consimilis / argumenti libellis, quorum omnium catalogus / sequenti patebit pagina. / His accessit copiosus rerum memorabilium index. / Fata uiam inuennient / — Basileae, apvd Io. Hervagium, mense Martio, anno M.D.XXXII (1532), Infol. de 24 fls. n. mums. 584 pp e 1 charta.

1534 — GRYNEU, Simão

Die New welt /der Landschaften so bis her allen Altwelt beschrybern vnbekant Jungst aber von / den Portugalesern vnnd Hisponiern in Niedeh-genglichen Meer herfunder etc. — Gedruck zu Strassburg durch Georgen Ulrick von Andra / am vierzehenden tag des Merzens. — An. M.D.XXXIIII (1534).

1537 — GRYNEU, Simão

Ibidem da la. edição / adiecta est hvic postremae editioni / Nauigatio Caroli Caisaris auspicio instituta. / Brasileae, apud Io. Hervagivm Mense Martio. Anno M.D.XXXVII (1537). In-fol. 24 fls. n. nums. 599 pp. gravs. e maps.

1555 — GRYNEU, Simão

Ibidem. — Basileae, apud Io. Hervagivm, 1555, in-fol. com chartas. (Edição mais completa).

1562 — GARETIUS, Joannis, VILLEGAIGNON, Nicolas Durand de

Ad Articvlos Calvinianoe, — De Sacremento Eucharistiae traditionis, ab eius Ministris in Francia Antarctica euulgatae Responsiones, Per Nicolaum Villagagnonem Equitem Rhodium — Ioannis Garetii. — Louaniensis de uera praessentia corporis Christi in Sacramento Eucharistiae, Classe. IX contra Sacramentariam pestem, ex omnibus faré Ecclesiasticis perpetuó auctoribussummo studio collectae. Adiecta insuper ak calcem decima Classis Christum suae Ecclesiae adesse eamq. in fidem nec errasse, nec errare posse, estendens. — Cum duabus indicibus copiosissimis; quorum alterum in froonte: alterum vero a tergo voluminis posuimus, ut unusquisq; suo tractatui inseruiret. — Cum Privilegiis. Venetiis, apud Gasparem Bindonum. — MCLXII, (1562) — in-8.º — 36 pp. n. nums. de epist. e indice — Liv. 1.º 250 pp. e Liv. 2.º 520 pp.

1566 — GOES, Damian de

Choni — / ca do Felicissimo Rei Dom Ema — / nvel, Composta per Damiam de /Goes, dividida em qvatro partes, / das quaes esta he ha primeira / (Grav. com as armas portuguezas). Foi vista, & approuada per ho R. P. F. Emanuel da veiga examinador dos liuros. / Em Lisboa em casa de Françisco correa, impressor do serenissi-/mo Cardeal Infante, ahos x v i j

dias do Mes de Julho de 1566. / Esta taxada esta primeira parte no regno em papel a duzentos, & cinquoenta reaes, & fora delle / segundo ha distancia dos lugares onde se vendee etc. & has outras tres partes pelo mesmo /modo naquillo em que forem taxadas. / com priuilegio Real. /.

Lisboa, em casa de Francisco Correa, impressor do serenissimo Cardeal Infante, 1566 — 1567, in-fol. 2 fls. n. mums. e 107 fls. nums.

1567 — FEYRABEND-FRANCK

NEUVE Welt / das ist / Warnhafftige Beschreibungen aller Schomen Historien von erfindung vi / ler vabekanten Konigreichen Landschafften Insulen vund / Steden von Derselbigen gelegenhelt wessen Bratichen sitten Religion Kunsten / von handtierungen Auch allerley gewechsz Metallen Specerey en vnd / anderer Wahrsoo von jnen in vnsere Lande gefuhrt vnd gebracht werd en / ... Durch Virich Schmidt von Straubigen vnd anden mehr so/ in einer Person gegnwerting gewesen. — Gedruckt zu Frankfurt am Mayn. Anno 1567, in-fol. tit. pref 110, 26, 50 fls. num, por 3 vezes.

1570 — GIRAVA, Hieronimo

"La Cosmographis, / y Geographia.", / — del S. Hieronimo Girava / Tarragones. / En la qual se contiene la Descripcion de todo el mundo, / y de sus partes, y particularmente de las undias, v / tierra nueua. Islas de Espana, y de las otras partes del/mundo; con la nauegacion, longitud, latitud, gran — / deza, y circuito de todas ellas. / Con Tablas, e instrumentos, que dan á entender la altura del Polo, / ansi de dia, / como de noche. / Con Pri- (uma gravura) vilegio./.

En Venetia, por Iordan Zileti, y su compañero. MDLXX (1570), In-4.º.

1576 — GANDAVO, Pero de Magalhães de

Historia da prouincia sãcta Cruz a qué vulgar, mete chamamos Brasil feita por Pero de Magalhães de Gandauo dirigida ao muito Ills. sñor. Dom Lionis Pra. gouernador que foy de' Malaca & das mais partes do Sul da India. (Arm. dos Pereiras). (In-fine): Impresso em Lisboa, na officina de Antonio Gonsaluez. Anno de 1570. — In-4.º de 48 fls. nums. com 2 estps. interc. no texto.

1590 — HULSIUS-SCHMIDEL

Vierte Shiffart. — Warhaffitige Historien einer wunder baren schiffart, velche Ulrich Schmidel von Straubiag, von A. 1534 bisz A. 1554 in American oder Newenswelt, bey Brasilia vna Rio del la Plata gethan. — Norimbergae, 1590, in-4.º.

1591/92 — IANE, John

The last voyage of Master Thomas Candish of Trimley into the South sea; written by M. John Iane & (1591-92).

1598 — HAKLUYT, Richard

The / Principal navi / gations, voiages, traffiqves and disco / veries of the English Nation, made by Sea, or ouer land. to the remote and farthest di-/ stant quarter of the Earth at any time within / the compasse of these 1500 years. Deuided / into three souerall Volumes, according to the / positions of the Regions, whereunto / they were directed, — This first Volume containing the woorthy Discoueries, / & c. of the English toward the North and Northeast by sea. / as of Lapland, Scrikfinia, Corelia, & By Richard Hakluyt, Master of / arts, a and sometimes Student of Christ-/ Church in Oxford. / Imprinted at London by George / Church in Oxford. / imprinted at London by George / Bishop, Ralph Newberie / and Robert Bark r. / 1.º vol. — 1598. / In-fol 12 fls. nums. 619 pp. nums. e gravs.; — 2.º vol. — 1599, in-fl. 1.ª parte 8 fls. n. nums. e 312 pp.; 2.ª parte, 204 pp.

1599 — FLORENTIUS, Arnoldus

Delineatio ominium orarum totitus Astralis partis Americae, dicaae Peruvianae, á R. de la Plata. Brasiliam, Pariam & Castellam auream... Exopt. Lusitanicis cartis hydrographicis delineata atq. emendata. Arnoldus Florentius á Langren author & sculptor. (1599).

1599 — HEEDE, Michiel Joostens van

Discovrs ende Beschrijvinge van het groot Eylandt Canaria, ende Gomera, midts gaders het innemen, ende verlaten van dien. Alles ghetrouwelije met grooten aerbeyt, wtdiversche Journaliers by een ghevrocht, ende vergadert. Door Michiel Joostns van Heede, Schrijver op de Armade vande E. Heeren des nederlants Staates, ghedestineert op Westen, onder Tbvel ende commandement E. Jonc Heer Pieter van der Doest, als Admiral Generael. Begrijpende alle de courssen ghedaen in den Zeewaert, van daghe tot daghe, beghinende vanden XXV Meze 1599 tot op den tiendden Septembris dezelven Jaers, stils novs. (Vilhêta).

1601 — HERRERA, Antonio de

Historia Gene/ ral de los Hechos / delos Castellanos / enlas Islas i tierra fi/rme del Mar oceano esc/rita por Antonio de / Herrera Comonista / maior de sv Md. delas / Indias y sv coronis: / ta de Castilla / En quatro Decadas desde el Ano de / 1492. hasta eld de 1531. / Decada primeira / Al Rey Nuestro señor. — En Madrid: en la Emplenta Real. 1601, in-fol. 4 Decadas em um só volume.

1607 — GARCIA, Fr. Gregorio

Origen de los Indios de el / Nvevo Mvndo, e Indias / Occidentales: / Aueriguado con discurso de opiniones por el Padre / Presentado Fray Gregorio Garcia de la / ordem de Predicadores. / Tratanse en este libro / varias cosas, y puntos curiosos, tocantes a di- / uersas ciencias y facultades, con que se haze va- / ria historia, de mucho gusto para el ingenio / y entendimiento de Hombres º / agudos y curiosos / Dirigido al Angelico Dotor Santo Thomas / de Aquino. / Com privilegio, / en casa de Pedro Patricio Mey. º / junto a San Martin. / M.DC, VII (1607). / in-8.º tit 13 fls. perls. 535 pp. nums. e 12 fls. n. nums. de Tabla.

1609 — GUERREIRO, P. Fernão

Relaçam annal das Covsas qve fezeram os padres da Companhia de Jesvs nas partes da India Oriental, & en alguas outras da Conquista deste reyno no anno 606 & 607, & do processo da conuersão, & christandade da-

quellas partes Tirada das cartas dos mesmos padres que de á vierão: pelo padre Fernão Guerreiro da Companhia de Jesv natural de Almodouar de Portugal. — Lisboa, Pedro Crasbeeck, Anno M.DCIX (1609). — In-12, 1 fl. n. num. e 204 pp. de Texto.

1614 — IARRIC, P. Pierre

Troissieme partie de l'histoire des choses plvs memorables advenves tant ez Indies Orientales, qu'autres pais de la descouverte des Portugais, en l'establissement & progrez de la foy chrestienne, & catolique: et principalement de ce que les religieux de la Compagnie de Iesvs y ont faict & enduré pour la mesme fin; despuis l'an 1600 jusques'a 1610. Par le p. Pierre Dv Iarric, & Bovrdevs par S. Millanges, 1614, in-4.º de 6 ff. 1067 pp. mais 18 ff. n. nums.

1615 — EVREUX, Padre Yves D.

Voyage au Brésil executé dans des années 1612 et 1613 par le P. Yves d'Evreux, religieux capucin, publié avec une introduction et des notes par M. Ferdinand Denis, Conservateur á la Bibliothéque Sainte Geneviéve (Segue-se) : — Svitte de l'histoire des choses memorables ad uenues en Maragnan es annees 1613 & 1614 Second traité. — Paris, Imprimerie de François Huby MDCXV (1615) avec privilege du Roy. — in 4.º 456 pp.

1615 — IARRIC, P. Pierre

Thesavrus rervm indicarvm in quo chist. ac cathol. religionis ortus, progressus, incrementa & .... .. recesetur. Opus nunc primum a M. Matthia Martines e gallico in latinum sermonem translatum. — Coloniae Agripinae, sumptib' Petri Henningij, 1615, 3 tomos em 4 vols. in 8.º, com gravs.

1622 — GOMEZ, Duarte

Discvrso sobre los comercios de las dos Indios, donde se tratam materias importantes de Estado y guerra.... Avtor Dvarte Gomez, natural de la ciudad de Lisboa. — 1622, in-4.º.

1625 — HAWKINS, Richard

The observations of Sir. R. Hawinds, Knight, in his voyage into the South Sea. — An. Dom. 1593. — Em: "Puchas his pilgrimes", 1625, tomo, pp. 1367-1415.

1625 — GUERREIRO, P. Bartholomeu

Jornada Dos Vassalos da Co/ roa de Portvgal, pera se/ recuperar a Cidade do Saluador, na Bahyra de todos os / Santos, tomada pollos Olondezes, a oito de Mayo / de 1624, & recuperada ao primeiro de / Mayo de 1625. / Feita pollo Padre Bertolamev / Guerreiro da Companhia de Jesv / Com todas as licenças necessárias. Em Lisboa, Por Mattheus Pinheiro. / Anno de 1625 / Impressa á custa de Francisco Aluavez liureiro. Vendese em / sua casa, defronte da Missericordia. — in-8.º, 74 fls. nums. e 1 grav.

1625 — FIGUEIREDO, M.

Hydrographia· Exame de Pilotos no qual se contem as regras que todo o piloto debe guardar em suas navegações assi no sol, variação da agulha, como no cartear, com algumas regras da navegação de leste a oeste, com mais o aureo numero, epactas, mares e altura da estrella polar; com roteiro de Portugal para o Brasil, Rio da Prata, Guiné, Santo Thomé, Angola e Indias de Portugal para o Brasil, Rio da Prata, Guiné, Santo Thomé, Angola e Indias de Portugal e Castella.

Em Lisboa, reimpressa por Vicente Alvarez. Anno 1625 in-4.º tit., 3 fls. prels. Texto 50 pp. 84 38 45 — 7 fls. n. nums.

1627 —

JESUITAS — Lettere annve d'Etiopia, Malabar, Brasil, e Goa. — Dall'Anno 1620 fin al 1624. Al molto Rev. in Christo P. Mvtio Vitelleschi Preposito Generale della Compagnia di Giesv. —In Roma, Per Francisco Corbelleti. MDCXXVII (1627). In 12.º, 344 pp.

1629 — HULSIUS

Teil XXI. — Beschreibung der volkomensten Landtschaff Brasilian Americae, vnd derolselben Inwohner u. Sitten item was Gestalt der schone Portus Totos los Sanctos sampt der Statt Salvator in anno 1624... item wie dies spanische Silber Flotta in der Insul Cuba 1628... crobert und in Hollandt eingebracht worden. — Mit Titelkupfer und 5 Tafeln (1 karte) Franckfurt a. M. 1629 — in-4.º, retr. de Pedro Helnio, 131 pp. div. gravs. e mappas.

1627 — HONDIUS, H.

Accuratissima / Brasiliae / Tabula. / Amstelo / dami /Henricur excudit. / 1630.

1634 — HERCKMANS, Elias

Der/Zee-Vaert Lof/Handelende/vande gedenckwaerdighste Zee-/vaerden met de daeraenklevende op en onder/ ganghen der voornaemste Heerschappi-jen/ der gantscher Werel d:/ Zedert haere beginselen tot op den/dagh van hyden / In VI boecken/ Beschreven. Door E. Herckmans. / Tot Amsterdam bij Jacob Pieterss Wachter op den Dam, 1634 in-fol., 10 fls., n. nums. 236 pp., 4 fls. n. nums. gravs, tit. grav.

1639 — GRON, H. Gr.

Consideratien / als / Dat de Negotie op Brasil/ Behoort open gestelt te worden / onder Articulen hier na beschreven / door Ior. H. Gr. Gron. / Gedruckt in t'Iaernons Heeren 1639 in- n.º. — 11 pp.

1640 — GUELEN, Augusto de

Brieve relation / de l'Etat / De Phernambvcq. / Dedie a l'assemblée de XIX. pour /la tresnoble Compagnie d (West- Inde. /Par Avgvste de Gvelen. / A Amsterdam, / Chez Louys Eizevier 1640. / in-4.º, 44 pp.

1640 — GUELEN, Augustus van

Kort-Merhael / Vanden Staet / van / Fernambvc, / Toege-eygent de E. Heeren Gecommitteerde / ter Vergae-deringhe, vande Negenthiene, inde Geo-/ ctroyeerde West-Indische Compagnie, ter Camere van / Amstelredam. / Door Augustus van Guelen. /Wt het Francois int Nederduytsch vertaelt. / T'Amsterdam, / Ghedruckt in 't Jaer ons Heeren / 1640, / in-4.º, 30 pp. — (Asher, n.º 156).

1642 — GUERREIRO, P. Bartholomeu

Gloriosa Coroa d'esforçados religiosos da Companhia de Jesu mortos polla fé catholica nas conquistas dos Reynos da Coroa de Portugal. Composta pelo P. Bertholomev Guerreiro da mesma Companhia. Em Lisboa, com todas as licenças necessarias por Antonio Alvarez, impressor del Rey nosso Sñor. Anno 1642. — In-42 6 fls. n. nums. de ded. e prol. e 736 pp. nums. Indice e errata 7 fls. n. nums.

1642 — GROTIUS, Hugo

Dissertatio de Origine gentivm americanarvm. — 1642 1643, 2 partes em 1 vol., in-8.º.

1648 — GOLIJATH, Cornelius

Perfecte caerte der gelegentheit van olinda de Pharnambuco. (Sic) Maurits-Stadt ende't Recciffs. — Amsterdam, Claes Iansz. — visscher. Anno 1648, 1 folha de 0,52 — 0,58.

1645 —

ILLUSTRISSIMO HEROI — Joanni Mauritio, Comite Nassaviae, & Cum post supremam terra marique Brasiliae in Occidentali India Praefectuoram Belgarum nimine gestam, desideratissimus Patriae redderevit. Lugduni Batavorum, 1645. in-fol.

1649 —

INSTELLINCE (Do) — van de / Generale Compagnie, / ghemaechkt in / Portugael / na Brasil, / toelatinge /met de Acte van Sijn / Maiesteyt, / Gepasseert den 10 Meert, 1649. / Gedruckt tot Amsterdam, / voor de Wedulwe van Francoys Lief-houdt, Boeck-verkoopster op den / Dam in't Groot Boeck. — In 4.º, 24 pp.

1649 — JOOSTEN, Jacques

De kleyne wonderlijcke werelt, bestaende in dese ..... Landen als: Turckyen, Hungaryen Poolen, Ruslant, Bohemen, Oostenrijck, Duytschlant, Hispanien, Vrankrijck, Italien, Engelant, het Landt van Beloften, het Hieuwe Jeruzalem en Brasilien. — Besckreven en doorreyst van Jacques Joosten, Tolk to Amsterdan.

Amsterdam, Dirk Uitenbrock, s. d. (1649), in- n.º 4º, XVI — 80 pp. retr. do A., 8 estps. e mappas.

Mapoteca central do C. N. G.

CATÁLOGO GERAL

(MAPAS DE N.os 1 a 100)

Mapa N.º 1 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º B. 20 — Roraima) — Escala de 1:1.000.000 — dt. 1922 — com 0,m680 x 0,m462 — Edit. Clube de Engenharia — (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G — Berlim.

Mapa N.º 2 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º B. 22 — Cayenne) — Escala de 1:1.000.000 — dt. 1922 — com 0,m680 x 0,m462 — Edit. Clube de Engenharia — (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa N.º 3 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º A. 19 — Uaupés) — Escala de 1:1.000.000 — dt. 1922 — com 0,m680 x 0,m462 — Edit. Clube de Engenharia — (Edição provisória) — Imprs. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa N.º 4 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º A. 20 — Rio Branco) — Escala de ..... 1:1.000.000 — dt. 1922 — com 0,m685 x 0,m462 — Edit. Clube de Engenharia — (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reiner (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa N.º 5 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º A. 21. — Alto Trombetas) — Escala de... 1:1.000.000 — dt. 1922 — com 0.m685 x 0,m462 — Edit. Clube de Engenharia — (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. Berlim.

Mapa n.º 6 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º A. 22 — Amapá) — Escala de 1:1.000.000 — 1922 — com 0,m683 x 0,m462 — Edit. Clube de Engenharia — (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 7 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º A. 26 — Rochedos de S. Pedro e S. Paulo) — Escala de 1:1.000.000 — dt. 1922 — com 0,m683 x 0,m462 — Edit. Clube de Engenharia — (Edição provisória) — Impr.Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. Berlim.

Mapa n.º 8 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. A. 19 — Içá) — Escala de 1:1.000.000 — dt. 1922 — com 0,m685 x 0,m462 — Edit. Clube de Engenharia (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 9 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. A. 20 — Manaus) — Escala de ..... 1:1.000.000 — dt. 1922 — com 0,m684 x 0,m463 — Edit. Clube de Engenharia — (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 10 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. A. 21 — Santarém) — Escala de ..... 1:1.000.000 — dt. 1922 — com 0,m682 x 0,m462 — Edit. Clube de Engenharia — (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 11 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. A. 22 — Pará) — Escala de 1:1.000.000 — dt. 1922 — com 0,685 x 0,m464 — Edit. Clube de Engenharia — (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 12 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. A. 23 — S. Luiz) — Escala de ..... 1:1.000.000 — dt. 1922 — com 0,m683 x 0,m464 — Edit. Clube de Engenharia (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 13 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. A. 24 — Fortaleza) — Escala de ..... 1:1.000.000 — dt. 1922 — com 0,m682 x 0,m462 — Edit. Clube de Engenharia — (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 14 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. A. 25 — Fernando Noronha) — Escala de 1:1.000.000 — dt. 1922 — com 0,m683 x 0,m462 — Edit. Clube de Engenharia — (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapã n.º 15 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. B. 18 — Javarí) — Escala de ..... 1:1.000.000 — dt. 1922 — com 0,m678 x 0,m463 — Edit. Clube de Engenharia — (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 16 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. B. 19 — Juruá) — Escala 1:1.000.000 — dt. 1922 — dm. 0,m677 x 0,m462 — Edit. Clube de Engenharia — (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 17 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. B. 20 — Purús) — Escala 1:1.000.000 — dt. 1922 — dm. 0,m678 x 0,m462 — Edit. Clube de Engenharia —(Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 18 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. B. 21 — Tapajós) — Esc. 1:1.000.000 — dt. 1922 — dm. 0,m677 x 0,m 462 — Edit. Clube de Engenharia — (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 19 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. B. 22 — Araguaia) — Esc. 1:1.000.000 — dt. 1922 — dm. 0,m677 x 0,m462 — Edit. Clube de Engenharia (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 20 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. B. 23 — Teresina) — Esc. 1:1.000.000 — dt. 1922 — dm. 0,m677 x 0,m462 — Edit. Clube de Engenharia (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 21 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. B. 24 — Jaguaribe) — Esc. 1:1.000.000 — dt. 1922 — dm. 0,680 x 0,m464 — Edit.

Clube de Engenharia — (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 22 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. B. 25 — Paraíba) — Esc. 1:1.000.000 — dt. 1922 — dm. 0,m677 x 0,m462 — Edit. Clube de Engenharia — (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 23 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. C. 18 — Contamana) — Esc. ..... 1:1.000.000 — dt. 1922 — dm. 0,m670 x 0,m463 — Edit. Clube de Engenharia — (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 24 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. C. 19 — Acre) — Esc. 1:1.000.000 — dt. 1922 — dm. 0,m670 x 0,m462 — Edit. Clube de Engenharia — (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 25 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. C. 20 — Madeira) — Esc. 1:1.000.000 — dt. 1922 — dm. 0,m670 x 0,m 462 — Edit. Clube de Engenharia (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 26 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. C. 21 — Juruena) — Esc. 1:1.000.000 — dt. 1922 — dm. 0,m670 x 0,m460 — Edit. Clube de Engenharia (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 27 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. C. 22 — Tocantins) — Esc. 1:1.000.000 — dt. 1922 — dm. 0,m670 x 0,m462 — Edit. Clube de Engenharia (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 28 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. C. 23 — Rio S. Francisco) — Esc. 1:1.000.000 — dt. 1922 — dm. 0,m670 x 0,m460 — Edit. Clube de Engenharia (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 29 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. C. 24 — Aracajú) — Esc. 1:1.000.000 — dt. 1922 — dm. 0,m672 x 0,m464 — Edit. Clube de Engenharia (Edição provisória) Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 30 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. C. 25 — Recife) — Esc. 1:1.000.000 — dt. 1922 — dm. 0,m670 x 0,m462 — Edit. Clube de Engenharia (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 31 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. D. 20 — Guaporé) — Esc. 1:1.000.000 — dt. 1922 — dm. 0,m657 x 0,m462 — Edit. Clube de Engenharia — (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 32 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. D. 21 — Cuiabá) — Esc. 1:1.000.000 — dt. 1922 — dm. 0,m657 x 0,m462 — Edit. Clube de Engenharia (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 33 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. D. 22 — Goiaz) — Esc. 1:1.000.000 — dt. 1922 — dm. 0,m660 x 0,m462 — Edit. Clube de Engenharia — (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 34 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. D. 23 — Carinhanha) — Esc. 1:1.000.000 — dt. 1922 — dm. 0,m660 x 0,m463 — Edit. Clube de Engenharia — (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 35 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. D. 24 — Baía) — Esc. 1:1.000.000 — dt. 1922 — dm. 0,m657 x 0,m462 — Edit. Clube de Engenharia — (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 36 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. E. 21 — Corumbá) — Esc. 1:1.000.000 — dt. 1922 — dm. 0,m645 x 0,m 462 — Edit. Clube de Engenharia — (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 37 — Carta Geral do Brasil (Fl. S. E. 22 — Paranaíba) — Esc. 1:1.000.000 — dt. 1922 — dm. 0,m645 x 0,m463 — Edit. Clube de Engenharia — (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 38 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. E. 23 — Belo Horizonte) — Esc. ..... 1:1.000.000 — dt. 1922 — dm. 0,m645 x 0,m462 — Edit. Clube de Engenharia (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 39 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. E. 24 — Mucurí) — Esc. 1:1.000.000 — dt. 1922 — dm. 0,m645 x 0,m462 — Edit. Clube de Engenharia (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 40 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. F. 21 — Rio Apa) — Esc. 1:1.000.000 — dt. 1922 — dm. 0,m628 x 0,m462 — Edit. Clube de Engenharia (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 41 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. F. 22 — Paranapanema) — Esc. ..... 1:1.000.000 — dt. 1922 — dm. 0,m630 x 0,m461 — Edit. Clube de Engenharia — (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer — (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 42 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. F. 23 — Rio de Janeiro e S. Paulo) — Esc. 1:1.000.000 — dt. 1922 — dm. 0,m628 x 0,m463 — Edit. Clube de Engenharia (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. Berlim.

Mapa n.º 43 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. F. 24 — Vitória) — Esc. 1:1.000.000 — dt. 1922 — dm. 0,m627 x 0,m463 — Edit. Clube de Engenharia (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 44 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. F. 26 — Trindade) — Esc. 1:1.000.000 — dt. 1922 — dm. 0,m627 x 0,m463 — Edit. Clube de Engenharia (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 45 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. G. 21 — Asunción) — Esc. 1:1.000.000 — dt. 1922 — dm. 0,m606 x 0,m462 — Edit. Clube de Engenharia (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 46 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. G. 22 — Curitiba) — Esc. 1:1.000.000 — dt. 1922 — dm. 0,m608 x 0,m463 — Edit.

Clube de Engenharia (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 47 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. G. 23 — Iguape) — Esc. 1:1.000.000 — — dt. 1922 dm. 0,m608 x 0,m463 — Edit. Clube de Engenharia (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 48 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. H. 21 — Uruguaiana) — Esc. 1:1.000.000 dt. 1922 — dm. 0,m585 x 0,m462 — Edit. Clube de Engenharia (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 49 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. H. 22 — Pôrto Alegre) — Esc. ..... 1:1.000.000 — dt. 1922 — dm. 0,m582 x 0,m462 — Edit. Clube de Engenharia (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 50 — Carta Geral do Brasil (Fl. n.º S. I. 22 — Lagoa Mirim) — Esc. 1:1.000.000 — dt. 1922 — dm. 0,m658 x 0,m 462 — Edit. Clube de Engenharia (Edição provisória) — Impr. Dietrich Reimer (Ernst Vohsen) — A. G. — Berlim.

Mapa n.º 51 — Das rêdes de triangulação — Esc. 1:850.000 — sem data — dm. 0,m637 x 0,m470 — Edit. Comissão Geográfica e Geológica do Estado de Minas Gerais — Impr. Litografia Hartmann (Juiz de Fora) — 3 côres.

Mapa n.º 52 — Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º 33 — Extrema) — Esc. 1:1.000.000 — dt. 1929 — dm. 0,m620 x 0,m419 — Impr. Secção Cartográfica da Companhia Melhoramentos — S. Paulo — Caxias e Rio.

Mapa n.º 53 — Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º 35 — Cambuí) — Esc. 1:100.000 — dt. 1930 — dm. 0,m619 x 0,m419 — Impr. Secção Cartográfica da Companhia Melhoramentos — S. Paulo, Caxias e Rio.

Mapa n.º 54 — Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º 17 — Itajubá) — Esc. 1:100.000 — dt. 1926 — dm. 0,m618 x 0,m593 — Impr. Secção Cartográfica da Companhia Melhoramentos S. Paulo, Caxias e Rio.

Mapa n.º 55 — Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º 14 — Soledade) — Esc. 1:100.000 — dm. 0,m620 x 0,m419 — Impr. — sem indicação da casa impressora.

Mapa n.º 56 — Carta Geográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º 13 — Pouso Alto) — Esc. 1:100.000 — dt. 1923 — dm. 0,m622 x 0,m419 — sem indicação da casa impressora.

Mapa n.º 57 — Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º 12 — Bocaina) — Esc. 1:100.000 — dt. 1923 — dm. 0,m620 x 0,m419 — sem indicação da casa impressora.

Mapa n.º 58 — Carta Topográfica do Estado Minas Gerais (Fl. n.º 10 — Rio Preto) — dt. 1899 — Esc. 1:100.000 — dm. 0,m620 x 0,m419 — sem indicação da casa impressora.

Mapa n.º 59 — Carta Cartográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º 7 — Baependí) — Esc. 1:100.000 — dt. 1897 — dm., 0,m621 x 0,m419. — sem indicação da casa impressora.

Mapa n.º 60 — Carta Cartográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º 5 — Aiuruoca) — Esc. 1:100.000 — dt. 1897 — dm. 0,m619 x 0,m419 — sem indicação da casa impressora.

Mapa n.º 61 — Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º 9 — Lima Duarte) Esc. 1:100.000 — dt. 1899 — dm. 0,m620 x 0,m419 — sem indicação da casa impressora.

Mapa n.º 62 — Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º 15 — Juiz de Fora). — Esc. 1:100.000 — dt. 1924 — dm. 0,m620 x 0,m527 — Edit. Secção Cartográfica da Companhia Melhoramentos São Paulo, Caieiras e Rio.

Mapa n.º 63 — Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º 18 — Além Paraíba) — Esc. 1:100.000 — sem data da impressão. — dm. 0,m617 x 0,m450 — Edit. Secção Cartográfica da Companhia Melhoramentos — S. Paulo, Caieiras e Rio.

Mapa n.º 64 — Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º C — Luminarias) — Esc. 1:100.000 — dt. 1897 — dm. 0,m619 x 0am419 — sem indicação da casa impressora.

Mapa n.º 65 — Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º 4 — Carrancas) — Esc. 1:100.000 — dt. 1895 — dm. 0,m618 x 0,m419 — sem indicação da casa impressora.

Mapa n.º 66 — Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º 3 — Ibertioga) — Esc. 1:100.000 — dt. 1895 — dm. 0,m619 x 0,m419 — sem indicação da casa impressora.

Mapa n.º 67 — Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º 16 — Palmira) — Esc. 1:100.000 — dt. 1924 — dm. 0,m620 x 0,m418 — Edit. Secção Cartográfica da Companhia Melhoramentos — S. Paulo, Caieiras e Rio.

Mapa n.º 68 — Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º 20 — Cataguases) — Esc. 1:100.000 — dt. 1926 — dm 0,m618 x0,m419 — Edit. Secção Cartográfica da Companhia Melhoramentos — S. Paulo, Caieiras e Rio.

Mapa n.º 69 — Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º 19 — Palma) — Esc. 1:100.000 — dt. 1926 — dm. 0.420 x 0,m617 — Edit. Secção Cartográfica da Companhia Melhoramentos — S. Paulo, Caieiras e Rio.

Mapa n.º 70 — Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º 8 — Lavras) — Esc. 1:100.000 — dt. 1898 — dm. 0,m620 x 0,m419 — sem indicação da casa impressora.

Mapa n.º 71 — Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º 2 — S. João D'El Rei) — Esc. 1:100.000 — dt. 1895 — dm. 0,m620 x 0,m419 — sem indicação da casa impressora.

Mapa n.º 72 — Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º 1 — Barbacena) — Esc. 1:100.000 — dt 1895 — dm. 0,m620 x 0,m419 — sem indicação da casa impressora.

Mapa n.º 73 — Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º 21 — Remédios) — Esc. 1:100.000 — dt. 1926 — dm 0,m620x0,m419 — Edit. Secção Cartográfica da Companhia Litográfica. — Ipiranga (São Paulo e Rio).

Mapa n.º 74 — Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º 22 — Ubá) — Esc. 1:100.000 — dt. 1927 — dm. 0,m618 x 0,m419 — Edit. Secção Cartográfica da Companhia Litográfica. — Ipiranga(São Paulo e Rio).

Mapa n.º 75 — Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º 23 — Muriaé) — Esc. 1:100.000 — dt. 1927 — dm. 0,m616 x 0,m419 — Edit. Secção Cartográfica da Companhia Litográfica Ipiranga — (São Paulo e Rio).

Mapa n.º 76 — Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º 11 — Oliveira) — Esc. 1:100.000 — dt. 1922 — dm. 0,m620 x 0,m419 — sem indicação da casa impressora.

Mapa n.º 77 — Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º 32 — S. Tiago) — Esc. 1:100.000 — dt. 1929 — dm. 0,m620 x 0,m419 — Edit. Secção Cartográfica da Companhia Melhoramentos — São Paulo, Caieiras e Rio.

Mapa n.º 78 — Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º 27 — Lagoa Dourada) — Esc. 1:100.00 — dt. 1930 — dm. 0,m618 x 0,m419 — sem indicação da casa impressora.

Mapa n.º 79 — Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º 26 — Piranga) — Esc. 1:100.000 — dt. 1930 — dm. 0,m618 x 0,m419 — sem indicação da casa impressora.

Mapa n.º 80 — Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º 25 — Viçosa) — Esc. 1:100.000 — dt. 1930 — dm. 0,m618 x 0,m419 — sem indicação da casa impressora.

Mapa n.º 81 — Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º 24 — Carangola) — Esc. 1:100.000 — dt. 1927 — dm. 0,m737 x 0,m419 — sem indicação da casa impressora.

Mapa n.º 82 — Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º 36 — Bonfim) — Esc. 1:100.000 — dt. 1930 — dm. 0,m622 x 0,m420 — Edit. Secção de Cartografia da Imprensa Oficial — (Belo Horizonte — Minas Gerais — Brasil).

Mapa n.º 83 — Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º 34 — Itabirito) — Esc. 1:100.000 — dt. 1929 — dm. 0,m620 x 0,m419 — Edit. Secção Cartográfica da Companhia Melhoramentos São Paulo, Caieiras e Rio.

Mapa n.º 84 — Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º 29 — Ouro Preto) — Esc. 1:100.000 — dt. 1928 — dm. 0,m619 x 0,m420 — Edit. Secção Cartográfica da Companhia Melhoramentos São Paulo, Caieiras e Rio.

Mapa n.º 85 — Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º 28 — Ponte Nova) — Esc. 1:100.000 — dt. 1928 — dm. 0,m620 x 0,m420 — Edit. Secção Cartográfica da Companhia Litográfica Ipiranga — (São Paulo e Rio).

Mapa n.º 86 — Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º 30 — Manhuassú) — Esc. 1:100.000 — dt. 1929 — dm. 0,m617 x 0,m419 — Edit. Secção Cartográfica da Companhia Ipiranga (São Paulo e Rio).

Mapa n.º 87 — Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais — (Fl. n.º 31 — Caparaó) — Esc. 1:100.000 — dt. 1929 — dm. 0,m620 x 0,m419 — Edit. Secção Cartográfica da Companhia Melhoramentos São Paulo, Caieiras e Rio.

Mapa n.º 88 — Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º 39 — Belo Horizonte) — Esc. 1:100.000 — dt. 1932 — dm. 0,m622 x 0,m420 — Edit. Secção Cartográfica da Companhia Melhoramentos São Paulo, Caeiras e Rio.

Mapa n.º 89 — Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º 37 — Lajinha) — Esc. 1:100.000 — dt. 1931 — dm. 0,m622 x 0,m419 — Edit. Secção de Cartografia da Imprensa Oficial — Belo Horozonte — Minas Gerais — Brasil.

Mapa n.º 90 — Carta Topográfica do Estado de Minas Gerais (Fl. n.º 38 — Aimorés) — Esc. 1:100.000 — dt. 1931 — dm. 0,m417 x 0,m620 — Edit. Secção de Cartografia da Imprensa Oficial — Belo Horizonte — Minas Gerais — Brasil.

Mapa n.º 91 — Carta Topográfica do Estado de S. Paulo — (Fl. de Rifaina) — Esc. 1:100.000 — dt. 1914 — dm. 0,m520 x 0,m552 — edit. Comissão Geográfica e Geológica do Estado do S. Paulo. — Impr. Secção Cartográfica Duprat & Cia. — São Paulo.

Mapa n.º 92 — Carta Topográfica do Estado de S. Paulo (Fl. Igarapava) — Esc. 1:100.000 — dt. 1930 — dm. 0,m523 x 0,m550 — Edit. Comissão Geográfica e Geológica do Estado de S. Paulo — Impr. Secção Cartográfica da Companhia Litográfica Ipiranga — (São Paulo e Rio).

Mapa n.º 93 — Carta Topográfica do Estado de S. Paulo (Fl. Guaíra) — Esc. 1:100.000 — dt. 1930 — dm. 0,m523 x 0,m550 — Edit. Comissão Geográfica e Geológica do Estado de S. Paulo — Impr. Secção Cartográfica Ipiranga (S. Paulo e Rio).

Mapa n.º 84 — Carta Topográfica do Estado de S. Paulo (Fl. Guaraci) — Esc. 1:100.000 — dt. 1930 — dm. 0,m522 x 0,m550 — Edit. Comissão Geográfica e Geológica do Estado de S. Paulo — Impr. Secção Cartográfica da Companhia Litográfica Ipiranga (São Paulo e Rio).

Mapa n.º 95 — Carta Topográfica do Estado de S. Paulo (Fl. de S. Sebastião do Paraíso) — Esc. 1:100.000 — dt. 1920 — dm. 0,m517 x 0,m550 — Edit. Comissão Geográfica e Geológica do Estado de S. Paulo — Impr. Secção Cartográfica do Estabelecimento Gráfico Weiszflog Irmãos — S. Paulo e Rio.

Mapa n.º 96 — Carta Topográfica do Estado de S. Paulo (Fl. Orlândia) — Esc. 1:100.000 — dt. 1912 — dm. 0,m518 x 0,m553 — Edit. Comissão Geográfica e Geológica do Estado de S. Paulo — sem indicação da casa impressora.

Mapa n.º 97 — Carta Topográfica do Estado de S. Paulo (Fl. Orlândia) — Esc. 1:100.000 — dt. 1929 — dm. 0,m518 x 0,m550 — Edit. Comissão Geográfica e Geológica do Estado de S. Paulo — Impr. Secção Cartográfica da Companhia Litográfica Ipiranga — São Paulo e Rio.

Mapa n.º 98 — Carta Topográfica do Estado de S. Paulo (Fl. Barretos) — Esc. 1:100.000 — dt. 1928 — dm. 0,m515 x 0,m553 — Edit. Comissão Geográfica e Geológica do Estado de S. Paulo — Impr. Secção Cartográfica da Companhia Litográfica Ipiranga — São Paulo e Rio.

Mapa n.º 99 — Carta Topográfica do Estado de S. Paulo — (Fl. Olímpia) — Esc. 1:100.000 — sem data — dm. 0,m582 x 0,m550 — Edit. Instituto Astronômico e Geográfico do Estado de S. Paulo.

Mapa n.º 100 — Carta Topográfica do Estado de São Paulo — (Fl. Muzambinho) — Esc. 1:100.000 — dt. 1932 — Edit. Instituto Astronômico e Geográfico do Estado de S. Paulo.

(Continua no próximo número)

Relação das edições do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

A Estatística da Produção no Estado de Minas Gerais — (Joaquim Ribeiro Costa).

A Estatística no Estado Moderno — Georgio Mortara).

Alguns Conceitos Básicos de Estatística — (Milton da Silva Rodrigues).

Anuário Estatístico do Brasil — Ano V — 1839/1940 — (Preço do exemplar: 60$000).

Anuário Estatístico do Distrito Federal — 1938.

A Primeira Exposição Nacional de Educação e Estatística.

Atlas do Ensino no Brasil.

"Brazil — 1938".

Brazilian Statiscal System.

Coleções de Decretos-Leis sôbre o Recenseamento.

Convenção Nacional de Estatística.

Decreto n.º 946, de 7 de julho de 1936.

Decreto-lei n.º 1 200, de 17 de novembro de 1396.

Decreto-lei n.º 237, de 2 de fevereiro de 1938.

Decreto-lei n.º 969, de 21 de dezembro de 1938.

Decreto-lei, n.º 311, de 2 de março de 1938.

Decreto-lei n.º 2 141, de 16 de abril de 1940.

Decreto-lei n.º 4 181, de 16 de março de 1942.

Divisão Territorial do Brasil — 2.ª Edição — (Preço do exemplar: 30$000).

Educação e Estatística.

Educação e Saúde — (Comunicados da Repartição Central de Estatística do Ministério da Educação e Saúde).

Esquema Estrutural do I.B.G.E.

Esquema Fundamental do I.B.G.E.

Estatística do Ensino.

Estatísticas Educacionais.

Instruindo e Divulgando — (Comunicados da Associação Brasileira de Educação).

Legislação Orgânica do Sistema Estatístico Geográfico Brasileiro.

Mapa do Brasil — (Apergaminhado).

Município de Santa Teresa — (Monografia estatístico-descritiva).

Normas de Apresentação da Estatística Brasileira — (Resolução n.º 75, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística).

O Brasil e o Distrito Federal.

O I.B.G.E. e a Educação — 1.º Volume.

O I.B.G.E. e a Educação — 2.º Volume.

O I.B.G.E. e a Ortografia.

O I.B.G.E. e o Município.

Prontuário de Legislação — Volume I.

Prontuário de Legislação — Volume II.

Prontuário de Legislação — Volume III.

Quadros Retrospectivos — (Separata do Anuário Estatístico do Brasil — 1939/1940).

Relatório do Presidente do I.B.G.E. — ano de 1937.

Relatório do Presidente do I.B.G.E. — ano de 1938 — Esgotada.

Relatório do Presidente do I.B.G.E. — ano de 1939.

Relatório do Presidente do I.B.G.E. — ano de 1940.

Relatório do Presidente do I.B.G.E. — ano de 1941.

Resoluções da Assembléia Geral do C.N.E. — Volume I — 1936 — Esgotada.

Resoluções da Assembléia Geral do C.N.E. — Volume II — 1937.

Resoluções da Assembléia Geral do C.N.E. — Volume III — 1938.

Resoluções da Assembléia Geral do C.N.E. — Volume IV — 1939.

Resoluções da Assembléia Geral do C.N.E. — Volume V — 1941.

Resoluções da Junta Executiva Central do C.N.E. — Volume I — 1937 — Esgotada.

Resoluções da Junta Executiva Central do C.N.E. — Volume II — 1938.

Resoluções da Junta Executiva Central do C.N.E. — Volume III — 1939.

Resoluções da Junta Executiva Central do C.N.E. — Volume IV — 1940.

Resoluções da Junta Executiva Central do C.N.E. — Volume V — 1941.

Sinopse Estatística do Brasil.

Sinopse Estrutural e Funcional do Estado Brasileiro.

Situação Física — (Separata do Anuário Estatístico do Brasil — 1939/1940).

Situação Demográfica — (Separata do Anuário Estatístico do Brasil — 1939/1940).

Situação Econômica — (Separata do Anuário Estatístico do Brasil — 1939/1940).

Situação Cultural — (Separata do Anuário Estatístico do Brasil — 1939/1940).

Situação Social — (Separata do Anuário Estatístico do Brasil — 1939/1940).

Situação Administrativa e Política — (Separata do Anuário Estatístico do Brasil — 1939/1940).

Statistika Resumeto.

Urbo Salvador.

DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

"Blocos diagramas", por Delgado de Carvalho.

"Caxambú", eng.º Virgílio Correia Filho — Separata do n.º 3, ano II, da "R.B.G." — Esgotada.

"Coleção de fotografias de aspectos geográficos do Brasil", 1.ª série.

"Divisão Regional do Brasil", prof. Fábio Macedo Soares Guimarães — Separata, aumentada, do n.º 2, ano III, da "R.B.G."

"Ensino da Geografia no Curso Secundário", prof. Jorge Zarur — Separata do n.º 2, ano III, da "R. B. G.".

"Geografia e Educação", coletânea de artigos publicados na "R. B. G.".

"Geografia Humana do Brasil", por Pierre Deffontaines.

"Geografia e sua influência sôbre o urbanismo", eng.º Jerônimo Cavalcanti — Separata n.º 4, ano II, da "R.B.G." — Esgotada.

"Geopolítica e geografia política", prof. Everardo Backheuser — Separata do n.º 1, ano IV, da "R.B.G." — Esgotada.

"Goiânia", monografia ricamente ilustrada contendo, selecionados trabalhos geográficos e históricos sôbre a nova capital de Goiaz.

"Goiânia" — Como surgiu o nome da nova capital do Estado de Goiaz? — por Carlos Pedrosa.

"Levantamento agro-geológico do Estado de São Paulo", eng.º José Setzer — Separata do n.º 1, ano III, da "R.B.G."

"Metodes modernes de l'enseignement de la Géographie" (Les), prof. Francis Ruellan.

"Redivisão política do Brasil", Dr. Teixeira de Freitas — Separata do n.º 3, ano III, da "R.B.G." — Esgotada.

"Revista Brasileira de Geografia" — Ano I — 1939 — Nos. 1, 2, 3 e 4. Ano II — 1940 — Nos. 1, 2, 3 e 4. Ano III — 1941 — Nos. 1, 2, 3 e 4. Ano IV — 1942 — Ns. 1, 2, 3 e 4.

"Tipos e aspectos do Brasil", 1.ª edição — Esgotada.

"Tipos e aspectos do Brasil", 2.ª edição, aumentada.

"Vultos da Geografia do Brasil", 1.ª edição — Esgotada.

"Vultos da Geografia do Brasil", 2.ª edição, aumentada.

★

Colabore com êste "Boletim" que é bibliográfico, enviando-lhe livros de sua autoria ou disponíveis em duplicatas, e que ofereçam interêsse geográfico.

Lista de publicações

Biblioteca central do C. N. G.

Publicações entradas durante o ano de 1942

Livros nacionais:

— AARÃO REIS, Daví Pena — *Geografia do Brasil* — Folheto 2 (Geografia Política e Econômica) — 23 x 16 cm. — (para uso dos candidatos às 4.ª e 5.ª séries para o art. 100, 3.ª série ginasial, 2.º ano propedêutico, candidatos a concursos a repartições públicas, inclusive o Itamaratí) — Composto e impresso nas oficinas gráficas — Rua Alzira — Rio de Janeiro — 1939 —83 páginas.

— ACADEMIA CARIOCA DE LETRAS — *Publicações* (Relato do 2.º Semestre de 1941) — Gráfica Sauer — Rio de Janeiro — 1942 — 57 páginas.

— ACADEMIA CARIOCA DE LETRAS — Publicações (Relato do 2.º Semestre de 1941) — 25 x 17 cm. — Gráfica Sauer — Rio de Janeiro — 1941 — 187 páginas.

— AFONSO CELSO — *O Visconde de Ouro Preto* — Edição da Livraria Globo — 1939 — 436 páginas.

— AFONSO RUI — *A Primeira Revolução Social Brasileira* (1798) — Vol. 217 da Série 5.ª — Brasiliana — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 1942 — 279 páginas. — Destacam-se do seu sumário os seguintes capítulos: O problema econômico da Colônia — O município como célula condensadora da nacionalidade e reivindicações nativistas — Baía de 1798 — A cidade do Salvador no fim do século XVIII — Homens e coisas — Costumes e usos de uma época.

— AGUIAR, Dr. Aristeu Borges — *Mensagem* apresentada ao Congresso Legislativo na 2.ª Sessão da 13.ª Legislatura em 7 de Setembro de 1929, pelo Sr. Presidente do Estado do Esprito Santo — Sem indicação da casa impressora — Vitória — 1929 — 243 páginas.

— AGÊNCIA MUNICIPAL DE ESTATÍSTICA, INFORMAÇÕES E PUBLICIDADE DO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO — (Baía) — *Dados Descritivos, Históricos e Estatísticos de Santo Amaro* — Oficinas gráficas do "O Popular" — São Félix — Baía — Edição ilustrada — 96 páginas.

— AGÊNCIA DE DIFUSÃO E PUBLICIDADE LTDA. — *Pirassununga* — (Monografia do Município, editada e coordenada pela autora) — Rio de Janeiro — Edição ilustrada com um mapa em separado — 104 páginas.

— AGUIAR, Pinto de — *Função Dinâmica das Bibliotecas* — Imprensa Regina — Baía — 1942 — 39 páginas.

— ALENCAR, J. de — *La Vidvineto* — Romano — El la Portugala Lingvo Esperantigis L. C. Porto Carreiro Neto Lingvokomitatano — 19 x 13 cm. — "Brazila Ligo Esperantista" — Rio de Janeiro — 1941 — 87 páginas.

— ALFREDO RODRIGUES, Osmar Almeida de — *O atol das Rocas* — Separata da "Revista Marítima Brasileira" de Maio-Junho de 1940. — Edição ilustrada com vários mapas e fotografias fora do texto — 23 x 16 cm. — Sem indicação da casa impressora — Rio de Janeiro — 1940 — 50 páginas.

— ALMEIDA PAIS LEME, Pedro Taques de — *História da Capitania de S. Vicente* — Com um escorço biográfico do autor por Afonso de E. Taunay. — 19 x 14 cm. — Comp. Melhoramentos de São Paulo — 176 páginas.

— ALMEIDA, Plínio de — *A Grande Mensagem* — ("Programa para o futuro urbano da cidade de Santo Amaro") — 23 x 16 cm. — Imprensa Oficial — Santo Amaro — Baía — 1942 — 52 páginas.

— ALTAIR, Jacanã — *A Lenda da Vitória Régia* — 18 x 12 cm. — Companhia Melhoramentos de São Paulo — 79 páginas.

— ALTAVILA, Jaime de — *História da Civilização do Brasil* — (Resumo Histórico) — (1.ª Edição) — 19 x 14 cm. Tipografia Alagoana — Maceió — 1934 — 120 páginas.

— *Atlas econômico do Estado de São Paulo* — 32 x 46 cm. — Fartamente ilustrado com cartogramas — Tip. Siqueira — São Paulo — 1940 — 83 páginas.

— *Atlas econômico do custo da produção e da rentabilidade agrícola no Estado de São Paulo em 1939* — Edição com ilustração cartográficas — 32 x 46 cm. — Tip. Siqueira — São Paulo — 1940 — 48 páginas.

— ALVES, Isaías — *Educação e Saúde na Baía na intervenforia Landulfo Alves* — (abril 1938 — junho 1939) — 23 x 16 cm. — Gráfica Editora Limitada — Baía — 1939 — 165 páginas.

— ALVES, Manuel — *Brdsil e as Nações do Mundo* — (História, Grandeza e População comparadas com o Brasil) — 20 x 14 cm. — Edição ilustrada com muitas gravuras — Edição do autor — Rio de Janeiro — 1942 — 219 páginas — Trata do seguinte: América — Europa — Rússia Asiática — A'sia A'frica — Grandeza das Nações do Mundo comparada com o Brasil.

— ALVES, Landulfo — *4 anos de govêrno* — (Discurso) — Edição do D. E. I. P. — Baía — 1942 — 37 páginas.

— AMARAL FONTOURA — *Programa de Sociologia* — Edição da Livraria Globo — Pôrto Alegre — 1942 — 443 páginas.

— ANDRADE, Gilberto Osório — *Um complexo antropogeográfico* — (Lineamentos para uma geografia total da Amazônia) — Tese apresentada pelo autor no concurso para provimento da 2.ª cadeira de Geografia do Ginásio Pernambucano — 23 x 15,5 cm. — Composto e impresso nas oficinas gráficas do "Diário da Manhã" — Recife — Pernambuco — Brasil — 1940 — 273 páginas.

— ALVES TEIXEIRA, Emílio — *A mina de cobre de Camaquã* — Rio Grande do Sul — Boletim 49 da Divisão de Fomento da Produção Mineral — 23 x 16 cm. — Departamento Nacional da Produção Mineral — Rio de Janeiro — 1941 — 47 páginas — Histórico. Situação da mina — Topografia e geologia — Descrição da Mina Velha — Os filões de cobre. Mineralização — Outras considerações.

— ANDRADE, Teófilo de — *O rio Paraná no roteiro da Marcha para o Oeste* — 22 x 15 cm. — Irmãos Pongetti — Rio de Janeiro — 1941 — 165 páginas.

— ALVES TEIXEIRA, Emílio — *Generalidades sôbre cobre no Rio Grande do Sul* — Boletim 48 da Divisão de Fomento da Produção Mineral — 23 x 16 cm. — Com ilustrações fotográficas — Departamento Nacional da Produção Mineral — Rio de Janeiro. — 1941 — 36 páginas — Situação das áreas cupríferas — Geologia das regiões cupríficas — Tipos de jazidas — Mineralização — Análises.

— AMARAL, Braz do — *Fatos da Vida do Brasil* — 23 x 16 cm. — Composto e impresso nas oficinas da Tipografia Naval — Baía — 1942— 264 páginas — Contém o seguinte sumário: A Conspiração Republicana da Baía de 1798 — Os grandes mercados de escravos africanos. As tribus importadas — Sua distribuição regional — A Sabinada.

— AMARAL, José Alves do — *Resumo cronológico e noticioso da Província da Baía desde o seu descobrimento em 1500* — 2.ª ed. — Revista e anotada por Teixeira Barros — Imprensa Oficial do Estado — Baía — 1922 — 495 páginas.

— ANDRADE FURTADO — *O País de Amanhã* — 19 x 13 cm. — D. E. I. P. — Fortaleza — 1942 — 26 páginas.

— *Anuário Estatístico do Estado* — Rio Grande do Sul — 28 x 19 cm. Departamento Estadual de Estatística — Rio Grande do Sul — 1941 — 207 páginas.

— AQUINO, Radler de — *A questão da hora legal no Brasil* — Of. Gr. da Liga Marítima Brasileira — Rio de Janeiro — 1912 — 13 páginas.

— ARAÚJO OLIVEIRA, Gabriel Mauro de — *Salitre no Piauí* — Boletim 47 da Divisão de Fomento Agrícola — 23 x 16 cm. — Com ilustrações fotográficas e cartográficas — Departamento Nacional da Produção Mineral — Rio de Janeiro — 1940 — 91 páginas.

— ARAÚJO OLIVEIRA, Gabriel Mauro de — e LISBOA, Moacir — *Amianto no Brasil* — Boletim n.º 45 — Divisão de Fomento da Produção Mineral. 23x16 cm. — Com ilustrações fotográficas — Departamento Nacional da Produção Mineral — Rio de Janeiro — 1940 — 41 páginas — Origem do amianto — Pesquisa de amianto — Processo de mineração de amianto — Jazidas e ocorrências de amianto no Brasil.

— ARAÚJO, Oscar Egídio de — *Uma Pesquisa de Padrão de Vida* — Suplemento ao Vol. LXXX da "Revista do Arquivo Municipal" — 23 x 16 cm. — Departamento de Cultura — São Paulo — 1941 — 181 páginas — Destacam-se do seu sumário os seguintes capítulos: A Classe Operária e a mortalidade infantil — Habitação — Alimentação.

— ARQUIVO NACIONAL — Ministério da Justiça Negócios Interiores — Elenco das publicações e dos documento originais ou em reprodução fotográfica, com o respectivo relacionamento, apresentados pelo diretor do Arquivo, em execução de parte do seu programa de colaboração com a C.B.C.P., presidida pelo general Francisco José Pinto. — 28 x 20 cm. — Com ilustrações fotográficas — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1941 — 736 páginas.

— ARRUDA BEHMER, Manuel L. — *Noções gerais sôbre o leite* — Higiene, Controle, Tratamento. Fraude e Análise — 23 x 16 cm. — Com ilustrações fotográficas — Diretoria de Publicidade Agrícola São Paulo — 1941 — 114 páginas.

— ARANHA, José da Silva — *Geografia Seriada* — (Série primária) — Curso de admissão (programa oficial) — 1.ª edição — 23 x 16 cm. — Edição com ilustrações de diversos, inclusive do autor — Livraria Jacinto — Rio de Janeiro — 1940 — 155 páginas.

— ARANHA, Ministro Osvaldo — *Fronteiras e limites* — (A política do Brasil) — Conferência pronunciada a 27 de novembro de 1939, no Palácio Tiradentes, pelo autor, inaugurando as Conferências Comemorativas do Jubileu da República, promovidas pelo Sr. ministro da Guerra — 23 x 16,5 cm. — Composto e impresso na Imprensa Oficial — Rio de Janeiro — 1940 — 21 páginas.

— ARAÚJO, Anacreonte Avila de — *Forrageiras para verão e outono* — Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio — 1940 — 55 páginas.

— ARAÚJO, Anacreonte Avila de — *Forrageiras para inverno e primavera* — Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio — Pôrto Alegre — 1939 — 54 páginas.

— ARAÚJO, Anacreonte Avila de — *Pastagens para suínos* — Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio — Pôrto Alegre — 1939 — 11 páginas.

— ARAÚJO CÉSAR, Benjamim Lenz de — *Origem, formação e fim do mundo* (Tese de concurso para o provimento da cadeira de Geografia e Geofísica e Cosmografia (Complementar), no Instituto de Educação de Campos) — 22 x 15 cm. — Composto e impresso nas oficinas das Artes Gráficas da Escola de Aprendizes Artífices — Campos — Est. do Rio — 1939 — 45 páginas.

— ASSÍS, F. Eugênio — *Dicionário geográfico e histórico do Estado do Espírito Santo* — 23 x 16 cm. — Edição de Vida Capichaba — Vitória E. S. — 1941 — 312 páginas.

— ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE MINAS — *Relatório de 1941*, apresentado pelo presidente Lauro Gomes Vidal à Assembléia Geral Ordinária realizada em 25 de janeiro de 1942 — 23 x 16 cm. — Gráfica Queiroz Breiner Ltda. — Belo Horizonte — 1942 — 111 páginas.

— ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS — *Normas Brasileiras* — Rio de Janeiro — 1942 — 140 páginas.

— ASSÍS CINTRA — *Geografia Política de São Paulo e de Minas Gerais* — Benjamim Costallat & Miccolis Editores — Rio — 115 páginas.

— AUTOMÓVEL CLUBE DO BRASIL — *Relatório da Diretoria* — apresentado à Assembléia Geral Ordinária em 29 de maio de 1942 — Of. Gr. do Jornal do Brasil — Rio de Janeiro — 1942 — 42 páginas.

— AVELINO, Georgino — *Caxias numa síntese emocional* — (Conferência realizada na Escola do Estado Maior do Exército em 29 de agôsto de 1941) — 22 x 15 cm. — Zélio Valverde — Rio de Janeiro — 1941 — 31 páginas.

— AVELINO, Georgino — *Caxias numa síntese emocional* — 21 x 14 cms. — Edição do D.I.P. — Rio de Janeiro — 1942 — 46 páginas — Conferência realizada na Escola do Estado Maior do Exército em 29 de agôsto de 1941.

— AZAMBUJA, Darcí — *Novo Glossário Policial* — Edição da Livraria Globo — Pôrto Alegre — 1937 — 249 páginas.

— AZEREDO RODRIGUES, Osmar Almeida de — *O atol das Rocas* — (Separata da "Revista Marítima Brasileira" de maio-junho de 1940) — Edição ilustrada com vários mapas e fotografias fora do texto — 23 x 16 cm — Sem indicação da casa impressora — Rio de Janeiro — D. F. — 1940 — 50 páginas.

— AZEVEDO, José Mendonça — *Ensino Progressivo de Corografia do Brasil* — Edição ilustrada com vários mapas e texto explicativo — Composto e impresso nas oficinas gráficas do "Jornal do Brasil" — 36 páginas.

— AZEVEDO, Aroldo — *Geografia* — (para a 1.ª série secundária, de acôrdo com o programa oficial) — Volume n.º 66, da 2.ª série — Biblioteca Pedagógica Brasileira — 10.ª Edição ilustrada — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 298 páginas.

— AZEVEDO, Aroldo — *Geografia* — (para a quinta série secundária, de acôrdo com o programa oficial, contendo leituras geográficas de autores escolhidos) — 5.º Edição — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 478 páginas.

— AZEVEDO, Aroldo de — *Geografia* — (para a terceira série secundária) — de acôrdo com o programa oficial — Companhia Editora Nacional — São Paulo — com ilustrações — 345 páginas.

— AZEVEDO, Aroldo de — *Geografia* — (para o curso comercial) — Companhia Editora Nacional — São Paulo, com ilustrações — 369 páginas.

— AZEVEDO SILVA, F. L. de — *Terra Fluminense* — Síntese da civilização brasileira no Estado do Rio de Janeiro — 13 x 19 cm. — Muniz, Est. Gráficos — Rio de Janeiro — 1940 — 321 páginas.

— AIROSA, Plínio — *Dos índices de relação determinativa de posse no Tupí-Guaraní* — Etnografia brasileira e Língua tupí-guaraní — n.º 1 — 23 x 16 cm. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de S. Paulo. 1939 — 94 páginas.

— AIROSA, Plínio — *Poemas brasílicos do Pe. Cristóvão Valente, S. J.* — (Notas e tradução) — Etnografia e Língua Tupí-Guaraní — n.º 2 — Boletins da Fac. de Fil., Ciên. e Letras da Un. de São Paulo — XXIII — 24 x 16 cm. — Impressora Comercial — São Paulo — 1941 — 50 páginas.

— AZEVEDO, Aldo Mário de — *O Serviço de Prevenção contra Acidentes* — 23 x 16 cm. — Edições da Sociedade "Amigos da Cidade" — São Paulo — 1938 — 27 páginas.

— BATISTA, Caio Dias — *Aspectos do Vale do Paraíba e do seu reerguimento no Govêrno Ademar de Barros* — 23 x 19 cm. — Edição com ilustrações cartográficas em côres — Oficinas da Tip. Paulista — Campinas — São Paulo — 1940 — 54 páginas.

— BACKHEUSER, Everardo — *A Estrutura Política do Brasil* — Notas Prévias — Mendonça, Machado & Cia. — 1926 — 217 páginas.

— BACKHEUSER, Ev. — *A Faixa Litorânia do Brasil Meridional* — Hoje e ontem — Besnard Frêres — Rio de Janeiro — 1918 — 207 páginas.

— BACKHEUSER, Everardo — *Breve Notícia* sôbre a Geologia do Distrito Federal — 1926 — 32 páginas.

— BACKHEUSER, Everardo — *Ensino de Biotipologia Educacional* — 20 x 15 cm. — Livraria do Globo — Pôrto Alegre — 1941 — 297 páginas.

— BACKHEUSER, Everardo — *Problemas do Brasil* — (Coleção "Omnia") — Irmãos Pongetti — Rio de Janeiro — 1933 — 173 páginas.

— BACKHEUSER, Everardo e KAFURI, Jorge — *Pela Unidade Nacional* — (Discurso) — Sem indicação da casa impressora — Rio de Janeiro — 1925 — 53 páginas.

— BACKHEUSER, Everardo — *Geopolítica e Geografia Política* — (Separata do n.º 1, Ano IV, da Revista Brasileira de Geografia) — Composto e impresso nas oficinas do Serviço Gráfico do I.B.G.E. — Rio de Janeiro — 1942 — 20 páginas.

— BACKHEUSER, Everardo — *Geopolítica e Geografia Política* — (Separata do n.º 1, Ano IV, da Revista Brasileira de Geografia) — Composto e impresso nas oficinas do Serviço Gráfico do I. B. G. E. — Rio de Janeiro — 1942 — 20 páginas.

— BAILLY, Gustavo Adolfo — *Navegação, Índice Cronológico da Legislação Brasileira* — 1889 — 1941 — 23 x 16 cm. — Comissão de Marinha Mercante — Rio de Janeiro — 1941 — 72 páginas.

— BAILLY, Gustavo Adolfo — *Bandeira e Hinos* — Capítulo da *Nova Geografia Econômica do Brasil* (a sair) — 23 x 16 cm. — Editora A. Coelho Branco F.º — Rio de Janeiro — 1942 — 49 páginas.

—BARBOSA, Carlos e FISCHER, G. J. — *Ensaio de adubação de fumo na Baía* — (Boletim n.º 1 do Instituto de Experimentação Agrícola) — 23 x 16 cm. — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas — Rio — 1941 — 52 páginas.

BARBOSA LIMA SOBRINHO — *Problemas econômicos e sociais da lavoura canavieira* — 23 x 17 cm. — Impresso nas oficinas de Pimenta de Melo & Cia. — Rio de Janeiro — 1941 — 182 páginas — Sumário: O lavrador, antes da usina — As usinas e os fornecedores — A limitação da produção e o fornecimento das canas — A lei 178 — Absorção de quotas de fornecedores — Grande e pequena propriedade — Grande e pequena exploração — A lei da concentração e a agricultura — A concentração e a cana de açúcar — Outros exemplos — Concentração capitalista e concentração latifundiária — Relatividade da economia da concentração — Números e fatos do Brasil — Prevalecimento de interêsses políticos sociais — A situação do operariado — As soluções projeto — A definição do fornecedor — O fundo agrícola — Outras medidas — Estatuto da Lavoura Canavieira — Decreto-lei 3 de 21 de novembro de 1941.

— BARREIROS, Tito Lívio — *A Concessão Ford e o Governador Dionísio Bentes* — Of. Gr. do Instituto Lauro Sodré — Belém — 1928 — 184 páginas.

—BARROS FOURNIER, Tenente Coronel — *A mudança da Capital dos Estados Unidos do Brasil para o Planalto Central* — (Conferência) — Of. Gr. do "Gin. 7 de Setembro" — Rio de Janeiro — 1925 — LXI páginas.

— BARROS, Ulpiano de — *Relatório da Diretoria do Domínio da União* — Referente ao exercício de 1941 — apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Artur de Sousa Costa — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1942 — 298 páginas.

— BARROSO, Gustavo — *As Colunas do Templo* — Civilização Brasileira, Rio — 1932 — 358 páginas.

— BASTIDE, Roger — *Psicanálise do Cafuné* — Coleção Caderno Azul — n.º 2 — 19 x 14 cm. — Editora Guaira Limitada — Curitiba — 1941 — 74 páginas.

— BASTOS, Humberto — *Açúcar & Algodão* — Casa Ramalho — Maceió — 1938 — 140 páginas.

— BASTOS RIBEIRO, Maria José — *Maranhão de Outrora* — (Memórias de uma época — 1819-1924) — 19 x 14 cm. — Composto e impresso nas oficinas do "Jornal do Comércio" — Rio de Janeiro — 1942 — 274 páginas.

— BECKERT, Arnaldo Isidoro — *Irradiação do Calor* — (Tese) — Tip. João Haupt & Cia. — Curitiba — 1928 — 68 páginas.

— BEHRING, Francisco — *A Geografia no Brasil* — Contribuïção para o problema cartográfico no Brasil — Sem indicaçao da casa impressora — Rio de Janeiro — 1901 — 45 págins.

— BEZERRA DE FREITAS — *Fontes da Cultura Brasileira* — Edição da Livraria Globo — 1940 — 191 páginas.

— BEZERRA, Felte — *A Doutrina possibilista em Geografia Humana* — 23 x 16 cm. — (Separata da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico" de Sergipe) Oficinas da Imprensa Oficial Aracajú — Sergipe — 1941 — 7 páginas.

— BECKMAN, Iwar — *O Problema do Trigo e a época de Semear no Sul do Estado* — Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio — Pôrto Alegre — 1939 — 15 páginas.

— BERCKMANN, Iwar — *Dois Novos Trigos* — (Conferência) — Sec. de Agr., Ind. e Comércio — Rio Grande do Sul — 1942 — 10 páginas.

— BETHLEM, Capitão Hugo — *O ideal de Pátria no Escotismo* — Est. Graf. "Apolo" — Rio de Janeiro — 1940 — 31 páginas.

— BOERGER, Alberto — *As Perspectivas da Cultura do Trigo no Brasil* — (Conferência) — Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio — Rio Grande do Sul — 1940 — 29 páginas.

— BOTELHO DE MAGALHÃES AMÍLCAR A. — *Pelos Sertões do Brasil* — 2.ª edição ilustrada — 19 x 13 cm. Vol. 195 da Série 5.ª — Brasiliana — Oficinas da Emprêsa Gráfica da "Revista dos Tribunais " Companhia Editora Nacional — São Paulo — 1941 — 506 páginas.

— BOUCHARDET, Mario — Em derredor do Instituto do Açúcar e do Álcool — Tomo I — A propósito do Estatuto da Lavoura Canavieira — Composto nas oficinas da Papelaria Império — Rio Branco — Minas Gerais — 1942 — 298 páginas.

— BOITEUX, Henrique — *Santa Catarina no Exército* — 2 volumes — 24 x 16 cm. — Com ilustração fotográficas — Biblioteca Militar — Rio de Janeiro — 1942 — 992 páginas.

— BOITEUX, Henrique — *Santa Catarina no Exército* — (2 volumes) — Volumes 51 e 52 da Biblioteca Militar — Rio de Janeiro — 1942 — 991 páginas.

— BOITEUX, Henrique — *Madeiras de Construção de Santa Catarina* — 24 x 17 cm. — Edição ilustrada do Departamento Estadual de Estatística — Florianópolis — 1942 — 107 páginas — O trabalho acima, que é um vocabulário das madeiras de construção que possue o Estado de Santa Catarina, contém o parecer do Nono Congresso Brasileiro de Geografia.

— BIDDLE, George — *Novos Rumos na Arte Americana* — Tendência para a Socialização — Apoio do Govêrno Federal — Publicação do Instituto Brasil-Estados Unidos — Rio de Janeiro — 16 páginas.

— BÔLSA DE MERCADORIAS E VALORES DA BAÍA — *Estatística Geral da Exportação dos Produtos do Estado da Baía* — Ano 1941 — 26 x 40 cm. — Tipografia Naval — Salvador — 1941 — 38 páginas — Em resumo, contém o seguinte: Animais e seus produtos — Minerais e seus produtos — Vegetais e seus produtos.

— BONDAR, Gregório — *Notas entomológicas da Baía* — (Separata da Rev. Entomologia, vol. 8, fasc. 1-2, março 1938). — 24 x 16 cm. — Escolas Profissionais Salesianas, — São Paulo — ? — 24 páginas.

— BONDAR, Gregório — *Notas Biológicas sôbre Bruchideos Observados no Brasil* — Separata dos Arquivos do Instituto de Biologia Vegetal — Vol. 3 — n.º 1 — 27 x 18 cm. — Tip. do "Jornal do Comércio" — Rio de Janeiro — 1937 — 44 páginas.

— BONDAR, Gregório — *Portador do Cacau* — (Separata de Rodriguésia) — 23 x 16 cm. — Instituto de Cacau da Baía — ? — 8 páginas.

— BONDAR, Gregório — *Insetos Nocivos e Moléstias do Coqueiro* — Tipografia Naval — Baía — 1940 — 160 páginas.

— BONDAR, Gregório — *Notas entomológicas da Baía* — VIII — Rio de Janeiro — 1941 — 48 páginas.

— BONDAR, Gregório — *As cêras no Brasil e o Licuri — Cocos coronata Mart. na Baía* — (Boletim n.º 11 do Instituto Central de Fomento Econômico da Baía) — 23 x 16 cm. — Tipografia Naval — Baía — 1942 — 84 páginas — Destacam-se do seu sumário os seguintes capítulos: A química da cêra — A cêra animal — A cêra vegetal — A cêra de palmeiras — Processos de extração da cêra vegetal — A cêra de carnaúba — O licuri cocos coronata Mart.

— BONDAR, Gregório — *Rumos da Lavoura no Estado do Espirito Santo e Culturas Tropicais na Baía* — (Boletim n.º 10 do Instituto Central de Fomento Econômico da Baía) — 23 x 16 cm. — Tipografia Naval — Baía — 1942 — 40 páginas — Destacam- se do seu sumário os seguintes capítulos: Fatores de produção agrícola — Clima — Geologia e solos — Fase atual dos mercados consumidores — Plantas Oleiferas — O coqueiro — O dendezeiro — Café — Chá — Cacau — Plantas Fibrosas — Plantas feculentas.

— BONDAR, Gregório — *Palmeiras do Gênero Cocos e Descrição de duas espécies novas* — (Boletim n.º 9 do Instituto Central de Fomento Econômico da Baía) — 23 x 16 cm. — Tipografia Naval — Baía — 1941 — 53 páginas — Sumário: Considerações sôbre a classificação de Palmeiras de genero Cocos — Identificação das espécies — Coco de vaqueiro no Estado da Baía — Coco de quarta, no Estado do Espírito Santo — Uma nova imponente palmeira brasileira — Nova, graciosa e futurosa palmeira capichaba.

— BONDAR, Gregório — *Notas entomológicas da Baía* — VII — 24 x 16 cm. — Rev. de Entomologia, vol. 12, fasc. 1-2, julho de 1941 — Sem indicação da casa impressora — Rio de Janeiro — 1941 — 303 páginas.

— BORNE, Júpiter — *A cultura do Azevém* — Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio — Pôrto Alegre — 1939 — 7 páginas.

— BOTELHO, João da Costa — *1.º Centenário do nascimento de Machado de Assis* — Discurso no Instituto Histórico do Pará — 24 x 16 cm. — Instituto Histórico e Geográfico do Pará — Belém — 1941 — 32 páginas.

— BUFFREM, Vicente — *Rebouças* — Edição da Agência Municipal de Estatística da Prefeitura de Reboucas — Paraná — Oficinas gráficas Irmãos Guimarães — Curitiba — 14 páginas.

— BURTON, Rochard F. — *Viagens aos planaltos do Brasil* — (1868) — 1.º Tomo — De Rio de Janeiro a Morro Velho — Tradução de Américo Jacobina Lacombe — Edição ilustrada — Vol. 197 da Série 5.ª — Brasiliana — 19 x 13 cm. — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 1941 — 477 páginas.

— BRAGA, Ten. Cel. I. E. Valério — *Finalidades do Estudo da Estatística* — Noções Gerais — Conferência feita pelo autor na Escola de Estado Maior — 24 x 17 cm. — Com ilustrações gráficas — Impresso na E.E.M. — Rio — 1940 — 59 páginas — Médias — Emprêgo das Médias-Gráficas — Estereogramas — Números índices — Dados sôbre a Organizacão e Disposições Normativas da Estatística Brasileira.

— BRAGA, Teodoro — *História do Pará* — Resumo Didático — 18,5 x 13,5 cm. — Com ilustrações fotográficas — Cia. Melhoramentos de S. Paulo — S. Paulo — ? — 163 páginas — Tratado de Tordesilhas — Os donatários e Capitanias — O índigena — A conquista do Maranhão — O comércio e a indústria.

— BRASILIANO, Rubio — *O Rio Grande do Sul e a Cisplatina* — Livraria do Globo — Pôrto Alegre — 1935 — 170 páginas.

— BRAÚLIO SILVADO, Américo — *Relatório Geral da Primeira Comissão Magnética Brasileira* — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1909 — 385 páginas.

— BRITO FREIRE — *Viagem da Armada* (Edição comemorativa do Tri-centenário da Restauração de Portugal) — 24 x 16 cm. — Instituto Histórico e Geográfico de Santos — São Paulo — 1940 — 83 páginas.

— BRITO, Pedro Torquato Xavier de — *Instrução sôbre o Reconhecimento dos Rios* (Tradução do Francês pelo ...) — Tip. Pinheiro & Cia. — Rio de Janeiro — 1886 — 21 páginas.

— BOUÇAS, Valentim F. — *Independência Econômica* (Separata de "Os Grandes Problemas Nacionais)" — 25 x 19 cm. — D.I.P. — 1942 — 83 páginas.

BROWN, Isaac — *O Normotipo Brasileiro* — Editora Guanabara — Rio de Janeiro — 1934 — 207 páginas.

CABRAL, Osvaldo R. — *Medicina, Médicos e Charlatães do Passado* — Edição do Departamento Estadual de Estatística — Santa Catarina — 1942 — 292 páginas.

— CALDAS, J. Tupí — *Mineralogia e Geologia* — Edição da Livraria Globo — Pôrto Alegre — 1933 — 349 páginas.

— CALASANS, José — Aracajú — *Contribuïcão à história da Capital de Sergipe* — 22 x 17 cm. — Sem indicação da casa impressora — Aracajú — Sergipe — 1942 — 96 páginas — Destacam-se do seu sumário os seguintes capítulos: Política açucareira — Santo Antônio de Aracajú — As causas da mudança — A mudança — A nova Cidade.

— CALMON, Pedro — *A Princesa Isabel "A Redentora"* — Vol. 207 da Série 5.ª — Brasiliana — 19 x 13 cm. — Cia. Editora Nacional. — São Paulo — 1941 — 348 páginas — Destacam-se do seu sumário os seguintes capítulos: Gaston de Orleans — Razões de Estado — No govêrno uma mulher — Mães escravas — A questão dos bispos — Outra vez Regente — As camélias da liberdade — Naquela serena Europa — A secessão antecipada — A borrasca da abolição — A política de Isabel — 15 de Novembro de 89 —A morte do Imperador — Um dever final.

— CALOGERAS. João Pandiá — *"Res Nostra..."* — Estabelecimento Gráfico Irmãos Ferraz — São Paulo — 1930 — 290 páginas.

— CÂMARA CASCUDO, Luiz da — *Vaqueiros e Cantadores* — Edição da Livraria Globo — Pôrto Alegre — 1939 — 274 páginas.

— CANEDO, Gregoriano — *Sugestões ao projeto de Decreto-lei de Reorganização dos Serviços da Diretoria do Imposto de Renda* — 23 x 16 cm. Associação Comercial de Minas — Belo Horizonte — Minas Gerais — 1942? — 44 páginas.

— CARNEIRO, Edison — *Negros Bantus* — Civilização Brasileira S/A — Rio de Janeiro — 1937 — 187 páginas.

— CARNEIRO, Edison — *Religiões Negras* — Civilização Brasileira — Rio de Janeiro — 1936 — 188 páginas.

— CARVALHO, Afonso de — *Viagem pelo Brasil* (Do Chuí ao Oiapoque) — Editora Guanabara — Rio de Janeiro — 1932 — 223 páginas.

— CARVALHO, Delgado de — *Práticas de Sociologia* — Edição da Livraria Globo — Pôrto Alegre — 1938 — 234 páginas.

— CARVALHO, Delgado de — *Geografia Humana* — Política — Economia — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 1938 — 358 páginas.

— *Blocos Diagramas* — 15 x 12 cms. — Edição do Conselho Nacional de Geografia — Rio de Janeiro — 1942 — 26 páginas.

CARVALHO, Delorme — *A criança brasileira em face das atuais leis nacionais* — (Tese oficial apresentada às "Segundas Jornadas Médicas de Juiz de Fora", em agôsto de 1940 e "Comentários Oficiais" pelo Dr. Olavo Lustosa — 23 x 15 cm. — "Revista Médica Brasileira" — Rio de Janeiro — 1941 — 267 páginas.

— CARVALHO, Delorme — *O Ensino de Puericultura nas Escolas Primárias, Secundárias e Profissionais* — (Tese apresentada ao I.º Congresso Nacional de Saúde Escolar, realizado em São Paulo, em 21 — 27 de abril de 1941) — 22 x 14 cm. — Estabelecimento gráfico Cia. Dias Cardoso S. A. — Juiz de Fora — 1941 — 20 páginas.

— CARDOSO, Edmundo — *Um momento da vida do Município de Santa Maria* — Publicação organizada por ... — 27 x 18 cm. — Com ilustrações fotográficas — Of. Gra. da Livraria do Globo — Pôrto Alegre — 1941 — 106 páginas.

— CARVALHO, J. de P. — MENDES, E. G. e GUIMARÃES, M. S. C. & ROSA, C. MARCUS, E. — SAWAYA, P. — SCHREIBER, G. & SCHREIBER, M. R. — *Zoologia n.º 5* — (Boletim n.º XXII da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo — 24 x 16 cm. — Com ilustrações fotográficas — Universidade de São Paulo — 1941 — 312 páginas.

— CARVALHO, M. Cavalcanti de — *Evolução do Estado Brasileiro* — 24 x 17 cm. — A. Coelho Branco F.º (Editor — Rio — 1941. 231 páginas). — Contém o seguinte sumário: O novo Direito Público — Tendências do Estado Brasileiro — Os novos ordenamentos jurídicos — A organização sindical — A organização corporativa — A organização do trabalho — A política social — A instituïção do seguro social — A jurisdição do trabalho — Imigração e mercado do trabalho — Tendências codificadoras da legislação do trabalho — Documentário.

— CARVALHO, Nélson Rodrigues de — *O Duque de Caxias* — Volume avulso da Biblioteca Militar — (Sainete Radiofônico) — 24 x 17 cm. — Biblioteca Militar — Rio de Janeiro — 1941 — 31 páginas.

— CARVALHO, Renato de Miranda — *Coordenadas Geográficas da Quadrícula do Brasil* — Com prefácio do eng. Gérson de Faria Alvim — Boletim n.º 95 do Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério da Agricultura — (Serviço Geológico e Mineral) — Composto e impresso nas oficinas gráficas do Serviço de Publicidade Agrícola — Rio — 1940 páginas.

— CARVALHO, Menelick de — *A Revolução de 30 e o Município* — 19 x 13 cm. — Edição do Departamento de Imprensa e Propaganda — Rio de Janeiro — 1942 — 145 páginas.

CARNEIRO LEÃO, A. — *Planejar e Agir* — 22 x 15 cm. — "Jornal do Comércio" — Rio — 1942 — 227 páginas. Destacam-se do seu sumário os seguintes capítulos: A União e a sua missão educacional em nosso país — O objetivo da geografia e da história na escola brasileira.

— CARVALHO RAMOS, Vítor de — *O Descobrimento de Goiaz e o seu Bi-Centenário* (Notícia Histórica) — Of. Jardim — Uberaba — Minas Gerais — 1925 — 14 páginas.

— CASTRO, Dário Pais Leme de — *Terminologia Físico-Geográfica do Brasil* — Publ. do Tribunal Marítimo Administrativo — Ed. A. Coelho Branco F. — Gráfica Labor — Rio — 102 páginas.

— CASTRO, Eugênio de — *Ensaios de Geografia Linguística* — 2.ª edição aumentada da "Geografia Linguística e Cultura Brasileira" — 19 x 12 cm. — Vol. 201 da 5.ª série — Brasiliana — Cia. Editora Nacional — São Paulo — 1941 — 349 páginas.

— CASTRO, Josué de — *Geografia Humana* — (Estudo da paisagem cultural do mundo) — Prefácio do Professor Preston E. James — Rigorosamente de acôrdo com o programa oficial do 3.º ano seriado — Edição da Livraria Globo — Pôrto Alegre — Com mapas e ilustrações — 232 páginas.

— CASSIANO RICARDO — *Marcha para Oeste* — (A influência da "bandeira" na formação social e política do Brasil) — 2 volumes — 23 x 15 cm. — Edição da Livraria José Olímpio — Rio de Janeiro — 1942 — 564/XXXIX — páginas — Contém o seguinte sumário: Os grupos sociais da colônia — O grupo móvel e a conquista — O índio na sociedade bandeirante — A bandeira e sua origem social — República sem proclamação — Cristãmente e bandeirantemente— A crueldade do bandeirante e a verdadeira técnica da conquista — O sertão na economia da bandeira — O negro tomou parte no bandeirismo? — O grupo em movimento e a hierarquizações das côres — O grupo em movimento e a miscegenação — A bandeira, ensaio de democracia social — Psicologia do grupo em movimento.

— CASTELO, Viana do — *Produção e Comércio do Diamante no Brasil* — (Publicação n.º 1 da Biblioteca "Lauro Jacques" —) — 23 x 16 cm — Gráfica Queiroz Breiner Ltda. — Belo Horizonte — Minas Gerais — 1941 — O Diamante nas eras — Entra o Brasil no Mercado Mundial das Pedras Raras — Reflorescе a Mineração no Brasil, em 1897, mercê da iniciativa de Luiz de Resende.

— CASTRO, Eugênio de — *A Expedição de Martim Afonso de Sousa* — 4.º Centenário da Fundação de S. Vicente — Editor: F. Briguiet & Cia. Rio de Janeiro — 1932 — 62 páginas.

— CASTRO, Josué de — *Alimentação e Raça* — Editor. Civilização Brasileira S. A. — Rio de Janeiro — 1936 — 176 páginas.

— COUTINHO, Rui — *Valor Social da Alimentação* — Civilização Brasileira, S. A. — Rio de Janeiro — 1937 — 357 páginas.

— CASTRO, Josué de — *A Alimentação Brasileira à luz da Geografia Humana* — Edição da Livraria Globo — Pôrto Alegre — 1937 — 176 páginas.

— CERQUEIRA, General Dionísio — *Reminiscências da Fronteira* — F. Briguiet & Cia. — Editores — Rio — 1928 — 271 páginas.

CINTRA, Assís — *Quem foi o verdadeiro fundador da cidade de São Carlos* — (Separata da História da Fundação de São Carlos, do mesmo autor) — 23 x 17 cm. — Estabelecimento Gráfico "Cruzeiro do Sul" — S. Paulo — 1941 — 24 páginas — A fundação da cidade de São Carlos — A doação do Patrimônio.

(Continua no próximo número)

★

Leis e Resoluções

Ementário dos decretos-leis baixados durante dezembro de 1942

Decreto-lei n.º 5 014, de 1 de Dezembro de 1942. Fixa taxas do serviço telegráfico interno. Publicado no "Diário Oficial" de 2 de Dezembro de 1942.

Decreto-lei n.º 5 015, de 1 de Dezembro de 1942. Abre pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr$ 50 000,00 para auxílio ao Segundo Congresso de Brasilidade.

"Diário Oficial" de 3/12/42.

Decreto-lei n.º 5 016, de 2 de Dezembro de 1942. Cria cargos no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 4/12/42.

Decreto-lei n.º 5 017, de 2 de Dezembro de 1942. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr$ 37 200,00, para admissão de extranumerários, na Recebedoria do Distrito Federal.

"Diário Oficial" de 4/12/42.

Decreto-lei n.º 5 018, de 2 de Dezembro de 1942. Altera a forma de provimento dos cargos de Cônsul Privativo do Ministério das Relações Exteriores.

"Diário Oficial" de 4/12-42.

Decreto-lei n.º 5 019, de 2 de Dezembro de 1942. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr$ 29 635 678,30 para liquidação do encontro de contas entre a União e o Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 4/12/42.

Decreto-lei n.º 5.020, de 3 de Dezembro de 1942. Reorganiza os Quadros V, VI, VII, IX e X do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 12/12/42.

Decreto-lei n.º 5 021, de 3 de Dezembro de 1942. Dispõe sôbre funções gratificadas da Comissão de Orçamento.

"Diário Oficial" de 5/12/42.

Decreto-lei n.º 5 022, de 3 de Dezembro de 1942. Restabelece o regime de duração normal do trabalho nos bancos e casas bancárias, suspenso por fôrça da crise de transporte.

"Diário Oficial" de 5/12/42.

Decreto-lei n.º 5 023, de 3 de Dezembro de 1942. Dá nova redação ao art. 7.º da Lei de Falências.

"Diário Oficial" de 5/12/42.

Decreto-lei n.º 5 024, de 3 de Dezembro de 1942. Altera a redação do art. 8.º, n.º 1, e do art. 12, do decreto-lei n.º 4 245 de 9 de Abril de 1942.

"Diário Oficial" de 7/12/42.

Decreto-lei n.º 5 025, de 3 de Dezembro de 1942. Abre ao Ministério da Aeronáutica o crédito suplementar de Cr$ 5 950 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 5/12/42.

Decreto-lei n.º 5 026, de 3 de Dezembro de 1942. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr$ 50 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 5/12/42.

Decreto-lei n.º 5 027, de 3 de Dezembro de 1942. Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a conceder isenção do imposto predial à Associação São Vicente de Paulo, referente ao prédio sito à rua da Passagem n.º 168.

"Diário Oficial" de 5/12/42.

Decreto-lei n.º 5 028, de 3 de Dezembro de 1942. Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo decreto-lei n.º 3 411 de 10 de Julho de 1941.

"Diário Oficial" de 5/12/42.

Decreto-lei n.º 5 029, de 4 de Dezembro de 1942. Considera como guarnições especiais as guarnições de Brasília e Amapá.

"Diário Oficial" de 7/12/42.

Decreto-lei n.º 5 030, de 4 de Dezembro de 1942. Cria a Comissão Executiva da Pesca e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 7/12/42.

Decreto-lei n.º 5 031, de 4 de Dezembro de 1942. Cria uma Comissão Executiva para controlar a produção, o comércio e a exportação dos produtos da mandioca.

"Diário Oficial" de 7/12/42.

Decreto-lei n.º 5 032, de 4 de Dezembro de 1942. Cria uma Comissão Executiva, para controlar a produção, o comércio e a exportação de frutas do país.

"Diário Oficial" de 7/12/42.

Decreto-lei n.º 5 033, de 4 de Dezembro de 1942. Revoga o decreto-lei n.º 3 286, de Maio de 1941.

"Diário Oficial" de 9/12/42.

Decreto-lei n.º 5 034, de 4 de Dezembro de 1942. Autoriza as autarquias — Estrada de Ferro Central do Brasil, Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina, Administração do Pôrto do Rio de Janeiro, Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Pôrto do Pará e Lóide Brasileiro — a requisitarem o material necessário aos seus serviços.

"Diário Oficial" de 9/12/42.

Decreto-lei n.º 5 035, de 4 de Dezembro de 1942. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de ..... Cr$ 5 000 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 7/12/42.

Decreto-lei n.º 5 036, de 4 de Dezembro de 1942. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$ 400 000,00 para remoção do casco do vapor "Britt-Marie".

"Diário Oficial" de 7/12/42.

Decreto-lei n.º 5 037, de 4 de Dezembro de 1942. Cria funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 7/12/42.

Decreto-lei n.º 5 038, de 4 de Dezembro de 1942. Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr$ 76 483,40 para pagamento de gratificação a funcionários do Serviço Nacional de Malária.

"Diário Oficial" de 7/12/42.

Decreto-lei n.º 5 039, de 4 de Dezembro de 1942. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr$ 774.000,00 para pagamento de juros de apólices da Dívida Interna.

"Diário Oficial" de 7/12/42.

Decreto-lei n.º 5 040, de 4 de Dezembro de 1942. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr$ 1 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 7/12/42.

Decreto-lei n.º 5 041, de 4 de Dezembro de 1942. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr$ 2 500,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 7/12/42.

Decreto-lei n.º 5 042, de 4 de Dezembro de 1942. Prorroga por mais 60 dias, sòmente em relação ao art. 50 do decreto n.º 1 137, de 7 de Outubro de 1936, o prazo de que tratam os decretos-leis números 4 333, 4 519, 4 649 e 4 780, respectivamente; de 23 de Maio, 24 de Julho, 2 de Setembro e 2 de Outubro de 1942.

"Diário Oficial" de 7/12/42.

Decreto-lei n.º 5 043, de 4 de Dezembro de 1942. Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo decreto-lei n.º 3 564, de 28 de Agôsto de 1941.

"Diário Oficial" de 7/12/42.

Decreto-lei n.º 5 044, de 4 de Dezembro de 1942. Cria a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (S.A.V.A.), e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 7/12/42.

Decreto-lei n.º 5 045, de 5 de Dezembro de 1942. Fixa a organização da Direção Nacional da Juventude Brasileira e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 8/12/42.

Decreto-lei n.º 5 046, de 5 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de ..... Cr$ 20 000,00, à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 8/12/42.

Decreto-lei n.º 5 047, de 5 de Dezembro de 1942. Dispõe sôbre concessão de licença a ocupante de cargo em comissão.

"Diário Oficial" de 8/12/42.

Decreto-lei n.º 5 048, de 5 de Dezembro de 1942. Dispõe sôbre os proventos da reforma, por invalidez, do Pessoal Subalterno da Armada.

"Diário Oficial" de 8/12/42.

Decreto-lei n.º 5 049, de 7 de Dezembro de 1942. Dispõe sôbre a concessão de ajuda de custo.

"Diário Oficial" de 9/12/42.

Decreto-lei n.º 5 050, de 7 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de .... Cr$ 12 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 9/12/42.

Decreto-lei n.º 5 051, de 7 de Dezembro de 1942. Transforma cargo no Quadro Suplementar do Ministério da Guerra e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 9/12/42.

Decreto-lei n.º 5 052, de 8 de Dezembro de 1942. Orça a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício de 1943.

"Diário Oficial" de 21/12/42.

Decreto-lei n.º 5 053, de 8 de Dezembro de 1942. Destaca a importância de Cr$ 4 777 225,10 para liquidação de dívidas relacionadas (Dívida Pública).

"Diário Oficial" 10/12/42.

Decreto-lei n.º 5 054, de 8 de Dezembro de 1942. Transforma o cargo de Chefe do Serviço de Administração e dá outras providências.

"Diário Oficial" 10/12/42.

Decreto-lei n.º 5 055, de 8 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de .... Cr$ 20 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 10/12/42.

Decreto-lei n.º 5 056, de 8 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de .... Cr$ 19 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 10/12/42.

Decreto-lei n.º 5 057, de 8 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr$ 44 380,00 para liquidação de despesas.

"Diário Oficial" de 10/12/42.

Decreto-lei n.º 5 058, de 8 de Dezembro de 1942. Institue bôlsas de estudos para candidatos aos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização do Departamento Nacional de Educação.

"Diário Oficial" de 10/12/42.

Decreto-lei n.º 5 059, de 8 de Dezembro de 1942. Dispõe sôbre a prescrição das ações de anulação de casamento.

"Diário Oficial" de 10/12/42.

Decreto-lei n.º 5 060, de 9 de Dezembro de 1942. Concede uma pensão vitalícia a D. Maria Augusta Rui Barbosa.

"Diário Oficial" de 11/12/42.

Decreto-lei n.º 5 061, de 10 de Dezembro de 1942. Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro o pagamento do imposto predial da parte do imóvel que menciona.

"Diário Oficial" de 12/12/42.

Decreto-lei n.º 6 062, de 10 de Dezembro de 1942. Fixa o gabarito das construções nas proximidades da Fortaleza de São João.

"Diário Oficial" de 12/12/42.

Decreto-lei n.º 5 063, de 10 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de ..... Cr$ 10 200 000,00 para pagamento à Legião Brasileira de Assistência.

"Diário Oficial" de 12/12/42.

Decreto-lei n.º 5 064, de 10 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr$ 60 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 12/12/42.

Decreto-lei n.º 5 065, de 10 de Dezembro de 1942. Cria uma coletoria federal no município de Poxoréu, no Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

Diário Oficial" de 10/12/42.

Decreto-lei n.º 5 066, de 10 de Dezembro de 1942. Regula a duração normal do trabalho dos empregados do Banco do Brasil S. A..

"Diário Oficial de 11/12/42.

Decreto-lei n.º 5 067, de 11 de Dezembro de 1942. Cria cargos e abre créditos ao Ministério da Fazenda.

"Diário Oficial" de 17/12/42.

Decreto-lei n.º 5 068, de 11 de Dezembro de 1942. Dispõe sôbre a produção de álcool amílico e de óleos leves derivados do petróleo natural.

"Diário Oficial" de 14/12/42.

Decreto-lei n.º 5 069, de 11 de Dezembro de 1942. Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr$ 85 000,00 para atender a despesas com as solenidades de formatura na Universidade do Brasil.

"Diário Oficial" de 14/12/42.

Decreto-lei n.º 5 070, de 11 de Dezembro de 1942. Cria a função gratificada de Secretário do Presidente do Tribunal de Apelação do Distrito Federal e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 14/12/42.

Decreto-lei n.º 5 071, de 11 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de ..... Cr$ 50 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 14/12/42.

Decreto-lei n.º 5 072, de 11 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr$ 49 800,00 para atender às despesas que especifica.

"Diário Oficial" de 14/12/42.

Decreto-lei n.º 5 073, de 11 de Dezembro de 1942. Dispõe sôbre o provimento de cargos do Q. P. do DASP.

"Diário Oficial" de 14/12/42.

Decreto-lei n.º 5 074, de 11 de Dezembro de 1942. Cria o cargo de Diretor, em comissão, padrão P, da Estrada de Ferro Bragança.

"Diário Oficial" de 14/12/42.

Decreto-lei n.º 5 075, de 11 de Dezembro de 1942. Abre, ao Departamento de Imprensa e Propaganda, o crédito suplementar de ..... Cr$ 60 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 14/12/42.

Decreto-lei n.º 5 076, de 11 de Dezembro de 1942. Cede, a título precário e gratuitamente, ao Aero Clube de Três Corações, no Estado de Minas Gerais, a área de terreno que menciona, parte do próprio nacional denominado "Fazenda Atalaia", situado no município de Três Corações, naquele Estado e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 14/12/42.

Decreto-lei n.º 5 077, de 11 de Dezembro de 1942. Modifica a legislação relativa ao Instituto Nacional do Sal e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 15/12/42.

Decreto-lei n.º 5 078, de 12 de Dezembro de 1942. Abre, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de .... Cr$ 30 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 12/12/42.

Decreto-lei n.º 5 079, de 12 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr$ 846 000,00 para obras no pôrto de São Roque.

"Diário Oficial" de 15/12/42.

Decreto-lei n.º 5 080, de 12 de Dezembro de 1942. Cria, no Ministério da Agricultura, a Secção de Fomento Agrícola do Distrito Federal.

"Diário Oficial" de 15/12/42.

Decreto-lei n.º 5 081, de 12 de Dezembro de 1942. Cria o cargo de Diretor, em comissão, padrão P, da Estrada de Ferro Maricá.

"Diário Oficial" de 15/12/42.

Decreto-lei n.º 5 082, de 12 de Dezembro de 1942. Altera o Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica, na parte referente a carreiras, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 17/12/42.

Decreto-lei n.º 5 083, de 12 de Dezembro de 1942. Dispõe sôbre a substituïção de Diretores do Departamento Administrativo do Serviço Público e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 15/12/42.

Decreto-lei n.º 5 084, de 14 de Dezembro de 1942. Dispõe sôbre promoções de segundos tenentes da Aeronáutica.

"Diário Oficial" de 16/12/42.

Decreto-lei n.º 5 084-A, de 14 de Dezembro de 1942
Dá nova redação ao art. 22 e parágrafo único do decreto-lei n.º 1 968 de 17 de Janeiro de 1940.

"Diário Oficial" de 17/12/42.

Decreto-lei n.º 5 085, de 14 de Dezembro de 1942. Prorroga por 90 dias a vigência do decreto-lei n.º 4 588, de 15 de Agôsto de 1942.

"Diário Oficial" de 16/12/42.

Decreto-lei n.º 5 086, de 14 de Dezembro de 1942. Regula a vida escolar dos alunos dos cursos de ensino secundário e superior, encorporados às fôrças armadas, por motivo da guerra.

"Diário Oficial" de 16/12/42.

Decreto-lei n.º 5.087, de 14 de Dezembro de 1942. Autoriza a criação, na Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços Aéreos e de Tele-Comunicações, de uma Carteira de Seguros de Acidentes do Trabalho.

"Diário Oficial" de 19/12/42.

Decreto-lei n.º 5 088, de 15 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr$ 250 000,00 para despesas da Comissão Central de Requisições.

"Diário Oficial" de 17/12/42.

Decreto-lei n.º 5 089, de 15 de Dezembro de 1942. Dispõe sôbre a aplicação do decreto-lei 241, de 4 de Fevereiro de 1938, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 17/12/42.

Decreto-lei n.º 5 090, de 15 de Dezembro de 1942. Estende aos serventuários que menciona o disposto no artigo 3.º do decreto-lei n.º 2 342, ambos de 1940.

"Diário Oficial" de 17/12/42.

Decreto-lei n.º 5 091, de 15 de Dezembro de 1942. Dispõe sôbre o conceito de aprendiz para os efeitos da legislação do ensino.

"Diário Oficial" de 17/12/42.

Decreto-lei n.º 5 092, de 15 de Dezembro de 1942. Reorganiza o Departamento Nacional do Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 17/12/42.

Decreto-lei n.º 5 093, de 16 de Dezembro de 1942. Declara em reorganização o Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva.

"Diário Oficial" de 18/12/42.

Decreto-lei n.º 5 094, de 16 de Dezembro de 1942. Dá nova redação ao art. 13 do decreto-lei n.º 4 859, de 21 de Outubro de 1942 e revoga as disposições constantes do art. 16 do mesmo.

"Diário Oficial" de 18/12/42.

Decreto-lei n.º 5 095, de 16 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr$ 70 994 246,00 para pagamento de notas de papel moeda.

"Diário Oficial" de 18/12/42.

Decreto-lei n.º 5 096, de 16 de Dezembro de 1942. Abre, ao Departamento de Imprensa e Propaganda, o crédito especial de Cr$ 54 000,00 para o fim que especifica.

"Diário Oficial" de 18/12/42.

Decreto-lei n.º 5 097, de 16 de Dezembro de 1942. Abre o crédito especial de Cr$ 187 000,00 para as despesas que especifica.

"Diário Oficial" de 18/12/42.

Decreto-lei n.º 5 098, de 16 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr$ 915 545,00 para atender às despesas com a instalação do Hospital Psiquiátrico, da Colônia Gustavo Riedel, no Engenho de Dentro.

"Diário Oficial" de 18/12/42.

Decreto-lei n.º 5 099, de 16 de Dezembro de 1942. Aprova o regulamento para o despacho consular de aeronaves comerciais.

"Diário Oficial" de 19/12/42.

Decreto-lei n.º 5 100, de 17 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr$ 18 000,00 para pagamento de gratificação de magistério.

"Diário Oficial" de 19/12/42.

Decreto-lei n.º 5 101, de 17 de Dezembro de 1942. Dispõe sôbre o nome dos estrangeiros e brasileiros naturalizados.

"Diário Oficial" de 19/12/42.

Decreto-lei n.º 5 102, de 17 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr$ 25 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 19/12/42.

Decreto-lei n.º 5 103, de 17 de Dezembro de 1942. Dispõe sôbre o crédito suplementar aberto pelo decreto-lei n.º 4 926, de 6 de Novembro de 1942.

"Diário Oficial" de 19/12/42.

Decreto-lei n.º 5 104, de 17 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o créditb especial de cruzeiros Cr$ 172 250,00 para pagamento de contribuïção.

"Diário Oficial" de 19/12/42.

Decreto-lei n.º 5 105, de 17 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr$ 301 683,60 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 19/12/42.

Decreto-lei n.º 5 106, de 17 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr$ 45 400,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 19/12/42.

Decreto-lei n.º 5 107, de 17 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério da Fazenda c crédito suplementar de Cr$ 8 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 19/12/42.

Decreto-lei n.º 5 108, de 17 de Dezembro de 1942. Dispõe sôbre a realização de um concurso entre artistas, para escolha de desenhos dos motivos que devem figurar nas novas notas de papel moeda.

"Diário Oficial" de 19/12/42.

Decreto-lei n.º 5 109, de 17 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito suplementar de .... Cr$ 28 000,00 à dotação que especifica.

"Diário Oficial" de 19/12/42.

Decreto-lei n.º 5 110, de 17 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de Cr$ .... 240 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 19/12/42.

Decreto-lei n.º 5 111, de 17 de Dezembro de 1942. Prorroga a aplicação do crédito especial de Cr$ 6 000 000,00, aberto pelo decreto-lei n.º 3 115, de 13 de Março de 1941.

"Diário Oficial" de 19/12/42.

Decreto-lei n.º 5 112, de 17 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$ 5 500 000,00 para prosseguimento da construção de Estrada de Ferro Santa Catarina.

"Diário Oficial" de 19/12/42.

Decreto-lei n.º 5 113, de 18 de Dezembro de 1942. Cria a 1.ª Companhia de Metralhadoras Anti-Aéreas da 8.ª Região Militar.

"Diário Oficial" de 21/12/42.

Decreto-lei n.º 5 114, de 18 de Dezembro de 1942. Altera o art. 4.º do decreto-lei n.º 4 083, de 4 de Fevereiro de 1942.

"Diário Oficial" de 21/12/42.

Decreto-lei n.º 5 115, de 18 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr$ 400 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 21/12/42.

Decreto-lei n.º 5 116, de 18 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de Cr$ 10 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 21/12/42.

Decreto-lei n.º 5 117, de 18 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr$ 9 100,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 21/12/42.

Decreto-lei n.º 5 118, de 18 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr$ 120 000,00 para pagamento de vantagens que especifica.

"Diário Oficial" de 21/12/42.

Decreto-lei n.º 5 119, de 19 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério da Educação e Saúde o crédito suplementar de Cr$ 59 421,10 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 23/12/42.

Decreto-lei n.º 5 120,
(Não foi assinado em Dezembro).

Decreto-lei n.º 5 121, de 21 de Dezembro de 1942. Dispõe sôbre a regulamentação da recria e engorda de animais de corte, por parte de pessoas físicas ou jurídicas que explorem a indústria de carnes frigorificadas.

"Diário Oficial" de 23/12/42.

Decreto-lei n.º 5 122, de 21 de Dezembro de 1942. Fixa as taxas do serviço Internacional de Imprensa.

"Diário Oficial" de 23/12/42.

Decreto-lei n.º 5 123, de 21 de Dezembro de 1942. Transfere gratuitamente à Sociedade Brasileira de Educação, para o fim de construção da "Casa de Anchieta", o domínio pleno do terreno nacional que menciona, situado na Capital Federal, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 23/12/42.

Decreto-lei n.º 5 124, de 22 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de Cr$ 4 300,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 24/12/42.

Decreto-lei n.º 5 125, de 22 de Dezembro de 1942. Prorroga a vigência de crédito especial aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

"Diário Oficial" de 6/1/43.

Decreto-lei n.º 5 126, de 22 de Dezembro de 1942. Prorroga o prazo referido no parágrafo único do artigo 2.º do decreto-lei n.º 2 618, de 23 de Setembro de 1940.

"Diário Oficial" de 24/12/42.

Decreto-lei n.º 5 127, de 22 de Dezembro de 1942. Concede uma pensão especial à viúva e aos filhos menores de um guarda-civil, vitimado em serviço e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 24/12/42.

Decreto-lei n.º 5 128, de 23 de Dezembro de 1942. Modifica a lei orgânica do Tribunal de Contas.

"Diário Oficial" de 26/12/42.

Decreto-lei n.º 5 129, de 23 de Dezembro de 1942. Autoriza o Ministério da Fazenda a entrar em acôrdo com a Companhia de Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro, Limitada, e respectivas emprêsas associadas, para liquidação de débitos.

"Diário Oficial" de 26/12/42.

Decreto-lei n.º 5 130, de 23 de Dezembro de 1942. Altera o decreto-lei n.º 4 558, de 10 de Agôsto de 1942.

"Diário Oficial" de 26/12/42.

Decreto-lei n.º 5 131, de 24 de Dezembro de 1942. Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar o "Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva", do pagamento do imposto que menciona.

"Diário Oficial" de 28/12/42.

Decreto-lei n.º 5 132, de 24 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr$ 60 000,00 para atender a despesas com expedições científicas e com a realização de cursos, sob a orientação do Museu Nacional.

"Diário Oficial" de 28/12/42.

Decreto-lei n.º 5 133, de 24 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr$ 52 000,00 para atender a despesas do Serviço de Saúde dos Pôrtos.

"Diário Oficial" de 28/12/42.

Decreto-lei n.º 5 134, de 24 de Dezembro de 1942. Dispõe sôbre o funcionamento da Comissão de Controle dos Acordos de Washington.

"Diário Oficial" de 28/12/42.

Decreto-lei n.º 5 135, de 24 de Dezembro de 1942. Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo decreto-lei n.º 3 390, de 7 de Julho de 1941.

"Diário Oficial" de 28/12/42.

Decreto-lei n.º 5 136, de 24 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr$ 29 884 000,00 para subscrição de ações do Banco de Crédito da Borracha S.A.

"Diário Oficial" de 28/12/42.

Decreto-lei n.º 5 137, de 24 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de cruzeiros 211 625,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 28/12/42.

Decreto-lei n.º 5 138, de 24 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito suplementar de .... Cr$ 40 000,00 à dotação que especifica.

"Diário Oficial" de 28/12/42.

Decreto-lei n.º 5 139, de 26 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr$ 16 237 073,10 para melhoramento e aparelhamento da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina.

"Diário Oficial" de 29/12/42.

Decreto-lei n.º 5 140, de 28 de Dezembro de 1942. Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a "Província Brasileira de São Vicente de Paulo" do pagamento do imposto predial dos imóveis que menciona.

"Diário Oficial" de 30/12/42.

Decreto-lei n.º 5 141, de 28 de Dezembro de 1942. Concede pensão especial à viúva e aos filhos menores de Luiz de Andrade, vítima de acidente em serviço.

"Diário Oficial" de 30/12/42.

Decreto-lei n.º 5 142, de 29 de Dezembro de 1942. Dispõe sôbre a desapropriação de terras na parte ocidental da Ilha do Governador.

"Diário Oficial" de 31/12/42.

Decreto-lei n.º 5 143, de 29 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr$ 2 000 000,00 para a Coordenação da Mobilização Econômica.

"Diário Oficial" de 31/12/42.

Decreto-lei n.º 5 144, de 29 de Dezembro de 1942. Estabelece normas para o exercício pelos Estados, do poder de legislar sôbre comunicações telefônicas e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 31/12/42.

Decreto-lei n.º 5 145, de 29 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr$ 23 212,00 (vinte e três mil duzentos e doze cruzeiros), para pagamento das vantagens (Pessoal) que indica.

"Diário Oficial" de 31/12/42.

Decreto-lei n.º 5 146, de 30 de Dezembro de 1942. Prorroga a vigência do crédito especial, aberto para atender às despesas (Serviços e Encargos) da Comissão de Defesa Econômica.

"Diário Oficial" de 30/12/42.

Decreto-lei n.º 5 147, de 30 de Dezembro de 1942. Autoriza medida para atender às dificuldades da lavoura cafeeira dos Estados de São Paulo e Paraná em conseqüência das sêcas e geadas.

"Diário Oficial" de 2/1/43.

Decreto-lei n.º 5 148, de 30 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr$ 9 867 275,00 para execução das obras que especifica.

"Diário Oficial" de 2/1/43.

Decreto-lei n.º 5 149, de 31 de Dezembro de 1942. Dispõe sôbre o pagamento do sêlo em operações do Banco de Crédito da Borracha S.A.

"Diário Oficial" de 4/1/43.

Decreto-lei n.º 5 150, de 31 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito suplementar de Cr$ 3 500 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 4/1/43.

Decreto-lei n.º 5 151, de 31 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério da Aeronáutica, o crédito suplementar de Cr$ 13 847 442,60 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 4/1/43.

Decreto-lei n.º 5 152, de 31 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de Cr$ 10 000,00 à verba que especifica e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 4/1/43.

Decreto-lei n.º 5 153, de 31 de Dezembro de 1942. Autoriza a desapropriação de lotes ou áreas de terras nos Núcleos Coloniais.

"Diário Oficial" de 4/1/43.

Decreto-lei n.º 5 154, de 31 de Dezembro de 1942. Dispõe sôbre a intervenção nas sociedades cooperativas.

"Diário Oficial" de 4/1/43.

Decreto-lei n.º 5 155, de 31 de Dezembro de 1942. Dá nova redação ao art. 3.º do decreto-lei n.º 4 677, de 10 de Setembro de 1942.

"Diário Oficial" de 4/1/43.

Decreto-lei n.º 5 156, de 31 de Dezembro de 1942. Altera o art. 5.º do decreto-lei n.º 4 398, de 24 de Junho de 1942.

"Diário Oficial" de 4/1/43.

Decreto-lei n.º 5 157, de 31 de Dezembro de 1942. Dispõe sôbre a assistência judiciária dos oficiais e praças da Polícia Militar do Distrito Federal.

"Diário Oficial" de 4/1/43.

Decreto-lei n.º 5 158, de 31 de Dezembro de 1942. Concede a Manuel Gonçalves dos Santos uma pensão especial.

"Diário Oficial" de 4/1/43.

Decreto-lei n.º 5 159, de 31 de Dezembro de 1942. Modifica o decreto-lei n.º 4 789, de 5 de Outubro de 1942.

"Diário Oficial" de 5/1/43.

Decreto-lei n.º 5 160, de 31 de Dezembro de 1942. Fixa as autoridades que dispõem de ajudantes de ordem e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 7/1/43.

Decreto-lei n.º 5 161, de 31 de Dezembro de 1942. Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr$ 6 700 000,00 para prosseguimento dos trabalhos de instalação e aparelhamento das Colônias Agrícolas e Núcleos Coloniais e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 7/1/43.

Decreto-lei n.º 5 162, de 31 de Dezembro de 1942. Dispõe sôbre a remodelação dos serviços de bondes no Distrito Federal, revisão dos contratos em vigor, concessão de um aumento condicional de tarifas, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 7/1/43.

Decreto-lei n.º 5 163, de 31 de Dezembro de 1942. Dispõe sôbre a organização do Conselho de Segurança Nacional.

"Diário Oficial" de 7/1/43.

Decreto-lei n.º 5 164, de 31 de Dezembro de 1942. Regula o ingresso no Quadro de Médicos do Serviço de Saúde do Exército dos médicos civis que terminaram ou vierem a terminar os Cursos Especiais de Adaptação cu de Emergência de Medicina Militar e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 7/1/43.

Decreto-lei n.º 5 165, de 31 de Dezembro de 1942. Dispõe sôbre a transferência de sub-tenentes e sargentos para a Reserva e sua convocação para o serviço ativo no posto de 2.º tenente.

"Diário Oficial" de 7/1/43.

★

Íntegra da legislação de interêsse geográfico

Decretos-leis

Decreto-lei n.º 5 015, de 1 de Dezembro de 1942

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr$ 50 000,00 para auxílio ao Segundo Congresso de Brasilidade.

O Presidente da República, usando da atribuïção que lhe confere o art. 180 da Constituïção, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de cinqüenta mil cruzeiros (Cr$ 50 000,00), para atender à despesa (Serviços e Encargos) como auxílio a ser concedido ao Segundo Congresso de Brasilidade.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 1 de Dezembro de 1942, 121.º da Independência e 54.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Gustavo Capanema.
A. de Sousa Costa.

(D. O. 3-12-942)

Decreto-lei n.º 5 132, de 24 de Dezembro de 1942

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr$ 60 000,00 para atender a despesas com expedições científicas e com a realização de cursos, sob a orientação do Museu Nacional.

O Presidente da República, usando da atribuïção que lhe confere o artigo 180 da Constituïção, decreta:

Art. único. Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de sessenta mil cruzeiros (Cr$ 60 000,00), para atender à despesa (Serviços e Encargos) com expedições científicas e com a realização de cursos de especialização em ictiologia, sob a orientação do Museu Nacional.

Rio de Janeiro, 24 de Dezembro de 1942, 121.º da Independência e 54.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Gustavo Capanema.
A. de Sousa Costa.

(D. O. 28-12-942)

*

Legislação das

Unidades Federadas

Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico

BAÍA

Decreto-lei n.º 12 613, de 17 de Dezembro de 1942

Restabelece o nome de Miguel Calmon para o atual Município de Djalma Dutra e dá outras providências.

O Interventor Federal no Estado da Baía, no uso de suas atribuïções e conformidade do disposto no art. 6.º, n.º IV, do Decreto-Lei Federal n.º 1 202, de 8 de Abril de 1939, e

Considerando entre os deveres morais dos governos o de acatar as vozes austeras da justiça histórica e da justiça política;

Considerando que os preitos de admiração e de reconhecimento poderão ser devidamente prestados a vultos eminentes da Pátria, sem desdoiro, humilhação ou ultraje, para outros quaisquer, de inegáveis serviços à Nação;

Considerando mais que se não justifica, a nenhuma luz, a perduração dos efeitos decorrentes do ato governamental, que, em 1930 substituiu o nome do antigo Município de Miguel Calmon, dando-lhe a denominação de Djalma Dutra;

Considerando ainda que o egrégio brasileiro, baïano de nascimento, cuja memória e cujos antecedentes políticos foram assim tão duramente atingidos, naquele sôbre-mencionado ato, não merecia semelhante contumélia, havendo servido à Baía e ao país, com patriotismo e devotamento, em longo tirocínio de estadista e de parlamentar quer como Secretário de Estado, quer como Senador Federal, quer ainda como Deputado Federal em várias legislaturas e Ministro da República, em duas Presidências;

Considerando, também, que não é com o desacato motivado aos que deixam as posições de mando ou perdem o prestígio dos cargos públicos que se opera e consolida a renovação de mentalidade dos regimes;

Considerando, além disto, que a reparação de tamanha iniqüidade antes de importar em solução que a compostura político-administrativa aconselha, representa, primordialmente, uma prova de respeito e uma satisfação impreterível à sociedade baïana;

Considerando, por outro lado, o papel, memorável e o idealismo cívico de um dos legítimos vanguardeiros do movimento político-revolucionário de 1930, Djalma Dutra, que se imortalizou pela renúncia, pela bravura, pela abnegação e pelo patriotismo, impondo-se à consideração de todos os brasileiros, contemporâneos e pósteros, o que tudo junto ensejou, em momento propício ao extravazamento de paixões violentas e de exaltações incoercíveis, a prática do ato merecedor, agora de reformação;

Decreta:

Art. 1.º — E' restabelecido, nesta data, e nome de Miguel Calmon, para o Municpio, Cidade e Têrmo de Djalma Dutra, antigos distrito e vila de Canabrava da Jacobina.

Art. 2.º — E' conferido o nome de Djalma Dutra, paralelamente ao Município, Cidade e Têrmo de Poções, situados na zona sudoestina do Estado.

Art. 3.º — Este decreto entrará em vigor em 1.º de Janeiro de 1944, em obediência ao Decreto-lei Federal n.º 311, de 2 de Março de 1938.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado da Baía, 17 de Dezembro de 1942. (Assinados) — RENATO ALEIXO, Interventor Federal, — *Artur César Berenguer.*

(D. O. — Baía — 19-12-942)

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Decreto-lei n.º 12 632, de 31 de Dezembro de 1942

Institue o "Prêmio Silva Campos", no valor de Cr$ 5 000,00, ao particular que apresentar, até 31 de Dezembro de 1943, a melhor monografia municipal do Estado da Baía.

O Interventor Federal no Estado da Baía, na conformidade do disposto no art. 6.º, n.º IV, do Decreto-Lei Federal n.º 1 202, de 3 de Abril de 1939.

Decreta:

Art. 1.º — Fica instituido o "Prêmio Silva Campos", no valor de Cr$ 5 000,00, ao particular que apresentar, até 31 de Dezembro de 1943, a melhor monografia municipal do Estado da Baía, obediente às normas traçadas pelo Conselho Nacional de Geografia e consideradas as sugestões oferecidas pela Comissão Revisora da Divisão Territorial do Estado, devendo mesmo ser entregue em 2 de Julho do ano subseqüente, ficando seu julgamento a cargo da dita Comissão.

Art. 2.º — A Comissão Revisora da Divisão Territorial do Estado apresentará ao Govêrno as condições do concurso até 15 de Fevereiro de 1943, afim de merecer afinal aprovação.

Art. 3.º — O Govêrno do Estado abrirá, oportunamente, o crédito necessário ao custeio da despesa.

Art. 4.º — O presente Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado da Baía, em 31 de Dezembro de 1942 — RENATO ALEIXO, Interventor Federal — *Paulo Campos Pôrto* — *Artur César Berenguer* — *Guilherme Marback.*

(D. O. Baía — 1-1-943).

★

GOIAZ

Decreto-lei n.º 5 911, de 11 de Julho de 1942

Fixa as divisas do município de Baliza e dá outra providência.

O Interventor Federal, neste Estado, de conformidade com o disposto no artigo 6.º, n.º IV, do decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de Abril de 1939, e

Considerando que conforme comunicação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, constante do ofício n.º CNE-478, de 14 de Fevereiro de 1941, o excelentíssimo senhor Presidente da República houve por bem aprovar o projeto de decreto-lei dêste Govêrno dispondo sobre modificações no Código Judiciário do Estado, e que foi sancionado sob n.º 4 132, de 3 de Março do ano passado;

Considerando que, da parte modificada do referido Código — art. 12, n.º 26 —, consta a inclusão do município de Baliza criado pela lei 91, de 27 de Outubro de 1936, como têrmo judiciário da comarca de Rio-Bonito,

Decreta:

Art.º 1.º — Ficam assim fixadas as divisas do município de Baliza: Começam, com o município de Goiaz, na foz do rio Caiapó no Araguaia e por aquele acima até a foz do ribeirão Piranhas, até a foz do ribeirão Macacos, subindo por êste até a sua cabeceira mais alta, donde segue em linha reta até a serra Negra; por esta afora até o seu ponto terminal, dirigindo-se daí em rumo certo ao Araguaia e seguindo, então, os limites reconhecidos entre os Estados de Goiaz e Mato-Grosso, até o ponto onde tiveram comêço.

Art. 2.º — A instalação do referido município realizar-se-á no dia 7 de Setembro do corrente ano, satisfeitas as exigências legais.

Art. 3.º — O presente decreto- lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio da Interventoria Federal do Estado de Goiaz, em Goiânia, 11 de Julho de 1942, 54.º da República.

Dr. PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA
João Teixeira Álvares Júnior

(C. O. — Goiaz — 23-7-942)

Decreto-lei n.º 6 756, de 26 de Novembro de 1942

Transfere, provisòriamente, a sede do 5.º distrito sanitário de Arraias para a cidade de Palma.

O Interventor Federal do Estado de Goiaz, na conformidade do disposto no art. 6.º, n.º IV, do decreto-lei n.º 1 202, de 8 de Abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica transferida, provisòriamente, para a cidade de Palma, a sede do 5.º distrito sanitário de Arraias, devendo todos os seus funcionários acompanhá-la, cessando essa transferência quando o Govêrno julgar conveniente, por decreto administrativo.

Art. 2.º — O presente decreto- lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado de Goiaz, em Goiânia, 26 de Novembro de 1942, 54.º da República.

Dr. PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA
José Ludovico de Almeida

(C. O. — Goiaz — 2-12-942).

★

PERNAMBUCO

Ato n.º 1 173, de 9 de Setembro de 1942

O Interventor Federal do Estado, no uso de suas atribuïções e tendo em vista o decreto criando, no Ministério de Agricultura, a colonização agro-industrial nas regiões dotadas de cachoeiras e de vastas possibilidades econômicas; considerando que os estudos das quedas dágua são indispensáveis ao preenchimento das exigências do código de águas, para o seu aproveitamento; considerando, finalmente, que o estudo das cachoeiras e quedas dágua do Estado de Pernambuco, para o aproveitamento do seu potencial hidro-elétrico, é providência que se impõe, em face da crise de combustível, Resolve criar, na Secretaria de Viação e Obras Públicas e subordinada ao respectivo titular, a Comissão de Estudos das Quedas Dágua do Estado, constituida por funcionários da Diretoria de Viação e Obras Públicas, correndo as despesas pela verba destinada a estudos técnicos da mesma Diretoria.

(aa) AGAMEMNON MAGALHÃES
Gercino de Pontes

Transcrito do Boletim Técnico da Secretaria de Viação e Obras Públicas: Ano IV — Vol. VII — Jul. Agô. Set. de 1942. Página n.º 13.

Decreto-lei n.º 808, de 11 de Dezembro de 1942

O Interventor Federal no Estado de Pernambuco, na conformidade do disposto no art. 6.º, n.º IV, do decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, decreta:

Art. 1.º — Fica o Govêrno do Estado autorizado a auxiliar com dez mil cruzeiros (Cr$ 10 000.00) a publicação da obra de Piso, que vai ser feita pelo Museu Paulista, sob a direção de Afonso de Taunay, recebendo, em troca, um número de exemplares correspondente àquela quantia.

Art. 2.º — Fica aberto o crédito especial, para aquele fim, correndo as despesas pelos saldos orçamentários.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

(aa) AGAMEMNON MAGALHÃES
Arnóbio Tenório Vanderlei
José do Rêgo Maciel

(D. E. — Pernambuco — 12-12-942).

★

PIAUÍ

Decreto-lei n.º 611, de 23 de Setembro de 1942

Fixa em 16 de Agôsto a data histórica da fundação de Teresina.

O Interventor Federal no Estado do Piauí, na conformidade do disposto no art. 7.º, n.º I, do Decreto-lei n.º 1 202, de 8 de Abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — O dia 16 de Agôsto, data em que o Presidente da antiga Província do Piauí — Conselheiro José Antônio Saraiva — executou oficialmente a lei n.º 315, de 21 de Julho de 1852, é fixado como data histórica da fundação de Teresina, à vista do parecer da comissão nomeada para estudar o assunto, por portaria n.º L/514, de 27 de Julho dêste ano.

Art. 2.º —Revogam-se as disposições em contrário.

O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.

Palácio do Govêrno do Estado do Piauí, em Teresina, 23 de Setembro de 1942; 54.º da República.

LEÔNIDAS DE CASTRO MELO
João Osório Porfírio da Mota

(D. O. — Piauí — 25-9-942).

★

RIO DE JANEIRO

Decreto-lei n.º 668, de 28 de Dezembro de 1942

O Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro, na conformidade do disposto no Art. 6.º, n.º IV, do Decreto-lei Federal n.º 1 202, de 8 de Abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica criada a Comissão de Urbanização de Araruama, composta pelo Secretário da Viação e Obras Públicas, como presidente, do Prefeito Municipal e de um Engenheiro designado pelo Chefe do Govêrno.

§ 1.º — Serão gratuitos, mas considerados relevantes os serviços prestados à Comissão pelo Secretário de Viação e Obras Públicas e pelo Prefeito Municipal.

§ 2.º — O salário ou gratificação de função do Engenheiro, integrante da Comissão, será arbitrado pelo Chefe do Govêrno, mediante proposta do presidente.

Art. 2.º — Compete ao presidente expedir as instruções necessárias ao funcionamento da Comissão.

Art. 3.º — O pessoal será admitido na forma que fôr determinada nas instruções a que se refere o artigo anterior, que regerão ainda o modo de aquisição de material e as demais despesas da Comissão.

Art. 4.º — Incumbe à Comissão:

a) executar o plano de urbanização da cidade de Araruama mandado organizar pelo Estado, na forma do Decreto-Lei n.º 125, de 3 de Agôsto de 1940;

b) demarcar os logradouros públicos do plano, providenciando sôbre o alinhamento, calçamento e saneamento dos mesmos;

c) aprovar os projetos de construção e fiscalizar-lhes a execução;

d) estabelecer, com aprovação do Chefe do Govêrno, condições gerais para alienação e permuta de imóveis pertencentes ao Estado e à Municipalidade;

e) alienar ou permutar, nos têrmos da alínea precedente, os imóveis a que a mesma se refere;

f) tomar, ou propor, conforme o caso, as demais providências necessárias à execução do referido plano.

Art. 5.º — São recursos da Comissão:

a) as importâncias que forem postas à sua disposição pelo Govêrno do Estado ou do Município;

b) os donativos que lhe sejam feitos e quaisquer outros recursos provenientes de sua atividade;

c) o produto da alienação de imóveis pertencentes ao Estado ou à Municipalidade;

d) as quantias correspondentes a taxas de licenças para construções, de alinhamento e calcamento nos logradouros públicos que forem demarcados pela Comissão.

Art. 6.º — O presidente da Comissão representará o Estado nos atos referentes à alienação ou permuta de imóveis e, com autorização expressa do Chefe do Govêrno, nos demais.

Art. 7.º — Fica o Govêrno do Estado autorizado, através da Comissão, a alienar ou permutar os imóveis de propriedade do Estado, situados em Araruama.

Parágrafo único — O numerário proveniente da alienação será arrecadado e aplicado diretamente pela Comissão.

Art. 8.º — Para execução do plano urbanístico, a Prefeitura Municipal de Araruama deverá expedir o necessário ato legal que a autorize a alienar ou permutar imóveis de seu patrimônio, por intermédio da Comissão, entregando produto da alienação à Comissão para aplicá-lo na execução do plano urbanístico.

Art. 9.º — A Comissão organizará mensalmente o balancete da receita e despesa dos serviços a seu cargo, encaminhando-o, devidamente instruído, aos órgãos competentes para a apreciação das contas.

Art. 10 — Nenhum ato que, direta ou indiretamente, se relacione com a execução do plano urbanístico, deverá ser praticado pela administração municipal sem a aquiescência da Comissão.

Art. 11 — Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Os Secretários do Govêrno, da Viação e Obras Públicas e das Finanças assim o tenham entendido e façam executar.

Palácio do Govêrno, em Niterói, 28 de dezembro de 1942.

(aa) *Ernani do Amaral*
Heitor Gurgel
Hélio de Macedo Soares e Silva
Valfredo Martins

(D. O. — Rio de Janeiro — 20-12-942).

★

SERGIPE

Decreto n.º 15 de 8 de outubro de 1941

Convoca o 2.º Congresso das Muncipalidades Sergipanas

O Interventor Federal no Estado de Sergipe, no uso de suas atribuïções legais e atendendo à necessidade de reorganizar as administrações municipais em bases que se compadeçam com os ditames da moderna ciência administrativa;

— considerando a urgência de um estudo geral dos problemas peculiares aos municípios sergipanos;

— considerando que o estudo em comum de tais problemas traz esclarecimentos valiosos à administração;

— considerando, enfim, os ótimos resultados colhidos pelos municípios decorrentes da realização do 1.º Congresso das Municipalidades convocado pelo Interventor Augusto Mainard Gomes.

Decreta:

Art. 1.º Fica convocado o 2.º Congresso das Municipalidades Sergipanas, que se deverá reünir durante a semana de 14 a 21 de dezembro vindouro nesta capital.

Art. 2.º À Secretaria Geral do Estado compete baixar as necessárias instruções para a realização do referido Congresso, distribuindo aos prefeitos as teses que serão estudadas pelo importante certame administrativo.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado de Sergipe, Aracajú, 8 de outubro de 1941, 52.º da República.

Milton Pereira de Azevedo
Francisco Leite Neto.

(D. O. — Sergipe — 9-10-942).

Expediente da Interventoria

Decreto n.º 39 de 26 de junho de 1942

Marca dia para reünião, nesta capital, do 2.º Congresso das Municipalidades Sergipanas e baixa o respectivo Regulamento

O Interventor Federal no Estado de Sergipe, atendendo à necessidade imperiosa de que interessam aos municípios sergipanos;

Considerando que embora vigente o princípio de ordem constitucional que mantém a autonomia dos municípios, cumpre ao Estado prover às administrações municipais visando maior rendimento de trabalho e melhor aproveitamento das rendas públicas;

Considerando que há identidade de interêsses do Estado e municípios no que tange à solução dos problemas financeiros, econômico, educacional, sanitário e legislativo;

Considerando, ainda, que o atual Interventor quando de outra feita dirigiu os destinos de Sergipe convocou, por decreto n.º 82, de 17 de outubro de 1931, o 1.º Congresso das Municipalidades, que, sob a presidência efetiva do Dr. Antônio Manuel de Carvalho Neto, estudou e procurou solucionar os magnos problemas da comunidade sergipana;

Considerando, enfim, a interdependência, que existe entre os problemas estaduais e municipais que urge sejam resolvidos harmônicamente,

Resolve:

Art. 1.º — Fica marcado o dia 19 de novembro do corrente ano para a reünião, nesta capital, do 2.º Congresso das Municipalidades Sergipanas, de acôrdo com as normas estabelecidas no Regulamento que baixa com êste decreto.

Art. 2.º O Congresso durará até o dia 15 de novembro dêste ano.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado de Sergipe, Aracajú, 26 de junho de 1942, 54.º da República.

Augusto Maynard Gomes
Francisco Leite Neto.

Regulamento do 2.º Congresso das Municipalidades Sergipanas

Art. 1.º — O 2.º Congresso das Municipalidades Sergipanas, que se reünirá de 10 a 15 de novembro do corrente ano, tem por objetivo estabelecer normas reguladoras da ação conjunta do Estado e dos Municípios na solução dos problemas administrativos.

Art. 2.º Constituïrão o Congresso:

a) O secretário geral do Estado, que presidirá as sessões ordinárias.

b) O diretor do Departamento das Municipalidades, que será o secretário do Congresso, o advogado, o engenheiro, o condutor-desenhista, o contador e o auxiliar técnico do mesmo Departamento.

c) Os prefeitos municipais, o engenheiro e o Diretor de Estatística e estudos econômicos do Município de Aracajú.

d) Os industriais, agricultores e fazendeiros.

e) Os membros do Departamento Administrativo, consultor jurídico, o chefe de Polícia, o diretor geral do Departamento de Educação, o inspetor geral e o assistente técnico do mesmo Departamento, o diretor do Colégio de Sergipe, da Escola de Comércio e do Instituto Profissional "Coelho e Campos".

f) O diretor do Departamento de Saúde Pública, o do Departamento de Agricultura, do Cooperativismo e do Departamento de Estatística.

g) O diretor do Tesouro.

h) O diretor da Repartição de Obras Públicas, o engenheiro ajudante do mesmo Departamento e o secretário e membros do Conselho Regional de Geografia.

i) O executor do acôrdo celebrado entre o Estado e o Ministério da Agricultura.

j) O presidente da Ordem dos Advogados, secção do Estado de Sergipe presidente da sociedade de Medicina de Sergipe.

k) Os presidentes da Associação Comercial, do Sindicato dos Usineiros, das Cooperativas Sergipanas, dos Sindicatos de Operários da Associação dos Empregados no Comércio.

l) Os funcionários públicos e pessoas gradas que expressamente manifestarem o desejo de figurar como congressista.

Art. 3.º — No dia 10, às 20 horas, no salão de Conferência do Instituto Histórico, será solenemente instalado o Congresso das Municipalidades Sergipanas, sob a presidência de honra do Interventor Federal.

Art. 4.º Apresentadas as teses a estudo e solução do Congresso, reúnir-se-á a 1.ª sessão ordinária em que serão eleitas as comissões por aclamação.

Parágrafo único. A estas comissões serão distribuidas as teses consoantes a respectiva competência.

Art. 5.º São as seguintes as comissões:

a) Finanças públicas.

b) Comércio e indústria.

c) Agricultura, pecuária e avicultura.

d) Vias de comunicação.

e) Polícia rural e repressão à criminalidade.

f) Educação: ensino rural e técnico profissional.

g) Saúde pública.

h) Cooperativismo e crédito rural.

i) Limites inter-municipais.

Art. 6.º — Anunciada a discussão e votação, o secretário fará a leitura do parecer da comissão e da conclusão apresentada.

Parágrafo único. Cada congressista poderá falar durante trinta minutos para defender a tese, dispondo os demais de dez minutos cada um, para discutí-la.

Art. 7.º — As sessões poderão realizar-se de dia ou à noite, com a duração de 3 horas cada, podendo ser suspensas ou prorrogadas.

Art. 8.º — No dia 15 do mês do Congresso, em sessão solene e plenária será encerrado o mesmo, publicando-se o resultado de seus trabalhos.

Palácio do Govêrno do Estado de Sergipe, Aracajú, 26 de junho de 1942.

Augusto Maynard Gomes.

(D. O. — Sergipe — 10-11-942).

★

Íntegra dos decretos, decretos-lei e demais atos de interêsse geográfico

MANAUS

Decreto-lei n.º 188 — de 18 de agôsto de 1942

Dá nova denominação ao bairro Vila Municipal, desta cidade.

O Prefeito Municipal de Manaus, na conformidade do disposto no art. 5.º do decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, decreta:

Artigo único — Passa a denominar-se Adrianópolis o bairro Vila Municipal, desta cidade, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Manaus, 18 de agôsto de 1942.

Antóvila Mourão Vieira
Prefeito Municipal

Amadeu Soares Botelho
Secretário, em comissão.

(D. O. — Amazonas — 18-8-942).

SALVADOR

Decreto-lei n.º 101

Autoriza a doação de um terreno ao Instituto Geográfico e Histórico da Baía.

O Prefeito do Município do Salvador, Estado da Baía:

Na conformidade do disposto no art. 5.º, do decreto-lei Federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939;

Decreta:

Artigo único — Fica o Prefeito do Município do Salvador autorizado a doar mediante escritura pública, ao Instituto Geográfico e Histórico da Baía, a área de 191.m2,00 (cento e noventa e um metros quadrados) de terreno de propriedade desta Prefeitura, à Avenida Joana Angélica, zona de S. Pedro, nesta capital.

Gabinete da Prefeitura Municipal do Salvador, em 22 de Dezembro de 1942.

Elísio de Carvalho Lisboa
Prefeito.

Otávio Junqueira Aires,
Secretário.

Decreto n.º 157

O Prefeito do Município do Salvador, Estado da Baía, no uso de suas atribuïções e com o fim de promover a melhoria do nível cultural da população desta cidade, tendo em vista, particularmente, o elevado alcance cívico e intelectual do estudo da Geografia do Brasil e aproveitando a passagem do 131.º aniversário da abertura da Biblioteca Pública dêste Estado, a qual foi reorganizada por muitos anos dirigida pelo Dr. José de Campos, resolve instituir com a designação de "José Oliveira Campos", um prêmio no valor de.... 1:000$000 (um conto de réis) a ser conferido mediante indicação feita por uma comissão composta de um representante da Prefeitura, do delegado do Conselho Nacional de Geografia para o Norte do Brasil e do diretor da Biblioteca Pública do Estado, ao particular que, no primeiro semestre do corrente ano, tiver com maior assiduidade se dedicado à leitura de obras sôbre Geografia do Brasil existentes na referida Biblioteca.

Gabinete da Prefeitura Municipal do Salvador, em 4 de agôsto de 1942.

Durval Neves da Rocha
Prefeito.

Otávio Junqueira Aires
Secretário.

(D. O. — 4-8-942).

RECIFE

Decreto n.º 324

O Prefeito do Município do Recife, na conformidade do disposto no art. 5.º do decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, decreta:

Art. 1.º — O município do Recife se comporá de um único distrito, dividido em quatro sub-distritos e 15 zonas, de acôrdo com o quadro anexo ao presente decreto.

Parágrafo único — A composição e extensão dos sub-distritos serão as mesmas das antigas zonas administrativas.

Art. 2.º — Constituïrão divisas entre as zonas o roteiro levantado pela Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo e já adotado pelo Estado, no decreto n.º 746 de 16 de junho de 1942, como limites dos atuais cartórios da cidade.

Parágrafo único — A Diretoria de Obras fará, oportunamente, o levantamento das linhas imaginárias, adotadas nessas divisas.

Art. 3.º — Será adotada a terminologia de *quadros* para a definição das atuais zonas urbana, suburbana e rural, criadas com os decretos ns. 76 e 88 de 30 de julho e 5 de setembro de 1938.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Recife, 31 de julho de 1942.

(a) *A. de Novais Filho*
Prefeito

Prefeitura Municipal do Recife

ANEXO DO DECRETO MUNICIPAL NÚMERO 324

No. de ordem	DISTRITO		SUB-DISTRITO	ZONAS		
	Nome	No. de ordem	Nome	No. de ordem	Nome	Bairros e localidades
1	Recife.....	1	Recife, Santo Antônio e São José	1	Recife.....	**Recife** e Brum.
				2	Santo Antônio.....	**Santo Antônio.**
				3	São José.....	**São José, Capanga,** Gameleira. ilhas do Maroim, Joana Bezerra e Fernandinho.
		2	Boa Vista, Santo Amaro, Graça e Encruzilhada	4	Boa Vista.....	**Boa Vista,** ilha do Leite, Pombal (x) e Coelhos.
				5	Santo Amaro.....	**Santo Amaro,** Pombal (x) e Macacheira.
				6	Graça.....	**Graça, Derbí, Capunga, Espinheiro, Aflitos, Tamarindeira** (x), Ponte d'Uchoa e Jaqueira (x).
				7	Encruzilhada.....	**Encruzilhada, Matinha, Hipódromo, Campo Grande,** Campo Alegre, Ponto de Parada, Jacaré e Terreão.
				8	Afogados.....	**Afogados, Areias,** Jiquiá, **Estância,** Piranga, Remédios (x) d Mustardinha.
		3	Afogados, Madalena, Tejipió e Boa Viagem	9	Madalena.....	**Madalena, Tôrre, Prado,** ilha do Retiro, Zumb,, Bonj,, Remédios (x).
				10	Tejipió.....	**Coqueiral, Tejipió,** Totó, Alto do Céu, Alto do Pacheco, Barro e Sancho, Taquar, Azulão Uchoa.
				11	Boa Viagem.....	**Pina, Boa Viagem,** Imbiribeira. Ibura, Setubal e Encanta Moça.
		4	Poço, Casa Amarela, Várzea e Beribere	12	Poço.....	**Poço, Casa Forte, Apipucos, Monteiro, Dois Irmãos,** Alto do Mandú, Santana, Pedra Mole, Macacheira, Parnamirim (x) e Jaqueira (x).
				13	Casa Amarela.....	**Casa Amarela,** Mangabeira, **Arraial,** Brejo (x), Alto José do Pinho, Tamarindeira (x), Parnamirim (x) e Jaqueira (x).
				14	Várzea.....	**Várzea, Caxangá, Iputinga,** Ambolê, Cordeiro e Bomba Grande.
				15	Beribere.....	**Arruda, Beribere, Água Fria** Fundão, Pôrto da Madeira, Sítio do Céu, Alto do Pacoal, Brejo (x), Passarinho, Sítio Dois Unidos e Mombeca.

(x) Bairro ou localidade, cujo território fica compreendido entre duas ou mais zonas.

Nota — Os nomes em negrita são os bairros atuais.

★

Resoluções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Conselho Nacional de Estatística
Assembléia Geral

Ementário das Resoluções n.os 1 a 27 aprovadas no ano de 1936

Resolução n.º 1, de 16 de dezembro de 1936:
Dá regimento aos trabalhos da Assembléia Geral

Resolução n.º 2, de 17 de dezembro de 1936:
Determina, por eqüidade, o pagamento de ajuda de custa, à Delegação do Estado do Rio de Janeiro

Resolução n.º 3, de 29 de dezembro de 1936:
Dá regimento aos trabalhos da Junta Executiva Central

Resolução n.º 4, de 29 de dezembro de 1936:
Dá regimento aos trabalhos das Juntas Executivas Regionais

Resolução n.º 5, de 29 de dezembro de 1936:
Aprova os atos e deliberações da Junta Executiva Central.

Resolução n.º 6, de 29 de dezembro de 1936:
Estabelece o plano do Registo regular da divisão territorial e o da Organização do Atlas Corográfico Municipal do Brasil

Resolução n.º 7, de 30 de dezembro de 1936:
Estabelece as normas gerais para a colaboração dos sistemas estatísticos regionais com o federal.

Resolução n.º 8, de 30 de dezembro de 1936:
Determina as providências que serão solicitados aos poderes públicos, em 1937, para o aperfeiçoamento da estatística brasileira e preparação do recenseamento de 1940.

Resolução n.º 9, de 30 de dezembro de 1936:
Estabelece normas para assegurar a unidade das estimativas demográficas brasileiras.

Resolução n.º 10, de 30 de dezembro de 1936:
Estabelece um plano de cooperação para o aperfeiçoamento da estatística postal-telegráfica e telefônica.

Resolução n.º 11, de 30 de dezembro de 1936:
Fixa diretrizes à iniciativa do Instituto para o fim de desenvolver e dar integral aproveitamento à estatística dos transportes.

Resolução n.º 12, de 30 de dezembro de 1936:
Provê à publicação anual dos resultados gerais da estatística brasileira e a constituïção de um fundo especial para a criação das oficinas gráficas do Instituto.

Resolução n.º 13, de 30 de dezembro de 1936:
Regula a atuação do Instituto no sentido de obter a publicação, regular, pelos Estados e Território do Acre, do Anuário Municipal de Legislação e Administração.

Resolução n.º 14, de 30 de dezembro de 1936:
Fixa o plano prático da campanha estatística de 1937.

Resolução n.º 15, de 30 de dezembro de 1936:
Orienta esforços do Instituto em prol da regularização do Registo Civil e provê à determinação das "Áreas de Registo"

Resolução n.º 16, de 30 de dezembro de 1936:
Fixa o orçamento do Instituto para o exercício de 1937.

Resolução n.º 17, de 30 de dezembro de 1936:
Assenta as medidas preliminares para a regulamentação do uso da franquia postal-telegráfica prevista na cláusula 11, letra h), da Convenção Nacional de Estatística.

Resolução n.º 18, de 30 de dezembro de 1936:
Fixa as condições de filiação, ao Instituto, das instituïções e serviços geográficos.

Resolução n.º 19, de 30 de dezembro de 1936:
Regula a filiação, ao Instituto, dos serviços estatísticos de instituïções privadas e dos mantidos pelos governos municipais.

Resolução n.º 20, de 30 de dezembro de 1936:
Regula a constituïção e o funcionamento do corpo de consultores técnicos do Conselho Nacional de Estatística.

Resolução n.º 21, de 30 de dezembro de 1936:
Determina providências no sentido de harmonizar as estatísticas de produção organizadas por entidades autárquicas, com os levantamentos idênticos divulgados pelo Ministério da Agricultura e repartições ou instituïções estaduais.

Resolução n.º 22, de 30 de dezembro de 1936:
Prescreve aos órgãos do Instituto esforços de propaganda em prol da criação, em cada município, da biblioteca, museu e arquivo municipal.

Resolução n.º 23, de 30 de dezembro de 1936:
Estabelece normas para a uniformização dos dispositivos técnicos dos regulamentos a que obedecem os serviços de estatística das repartições centrais regionais.

Resolução n.º 24, de 30 de dezembro de 1936:
Adia a distribuïção dos prêmios previstos no art. 18, do decreto n.º 1 200, de 17 de novembro de 1936, e dá outras providências.

Resolução n.º 25, de 30 de dezembro de 1936:
Modifica o regimento da Assembléia Geral.

Resolução n.º 26, de 30 de dezembro de 1936:
Dá providências para a observância das cláusulas décima sétima e vigéssima oitava, letra L, da Convenção Nacional de Estatística, e para o cumprimento do disposto no artigo 10, letras F e H, do decreto n.º 1 200, de 17 de novembro de 1936.

Resolução n.º 27, de 31 de dezembro de 1936:
Consigna pronunciamentos diversos da Assembléia Geral relativamente a problemas e iniciativas concernentes ao desenvolvimento da estatística brasileira.

★

Junta Executiva Central

Ementário das Resoluções n.os 1 a 26 aprovadas no ano de 1937

Resolução n.º 1, de 6 de janeiro de 1937:
Determina e regula a concessão de auxílios pecuniários aos representantes dos Estados, de Pernambuco e Rio Grande do Sul, afim de que possam, prolongando a sua permanência no Rio de Janeiro, estudar a organização atual das repartições centrais do Instituto.

Resolução n.º 2, de 17 de janeiro de 1937:
Concede e fixa a ajuda de custa em favor dos técnicos postos à disposição do govêrno de Santa Catarina pelo I. N.E.

Resolução n.º 3, de 1.º de fevereiro de 1937:
Regula a distribuïção do "Anuário Estatístico do Brasil".

Resolução n.º 4, de 16 de fevereiro de 1937:
Regula a admissão e dispensa do assistente do diretor da Secretaria Geral do I.N.E.

Resolução n.º 5, de 1.º de março de 1937:
Estabelece normas especiais para o preparo e impressão do Anuário Estatístico para 1937.

Resolução n.º 6, de 3 de abril de 1937:
Fixa normas práticas para facilitar as relações dos órgãos incumbidos da Campanha Estatística de 1937.

Resolução n.º 7, de 3 de abril de 1937:
Determina providências no sentido de tornar geral e mais ampla em 1937, a assistência técnica do Instituto às repartições regionais de estatística.

Resolução n.º 8, de 3 de abril de 1937:
Dispõe sôbre estágio de funcionários das repartições estaduais de estatística junto às congêneres federais

Resolução n.º 9, de 3 de abril de 1937:
Baixa instruções relativas à estatística do Registo Civil .

Resolução n.º 10, de 16 de abril de 1937:
Estabelece e fixa gratificações de função ao Diretor, encarregados de Serviços da Secretaria Geral e oficial de gabinete do Secretário Geral.

Resolução n.º 11, de 27 de abril de 1937:
Fixa os têrmos das sugestões a serem apresentadas pelo I.N.E. ao Conselho Nacional de Educação.

Resolução n.º 12, de 27 de abril de 1937:
Responde a uma consulta do Conselho Federal do Serviço Público Civil.

Resolução n.º 13, de 2 de maio de 1937:
Formula votos congratulatórios pelo 1.º aniversário do I. N. E.

Resolução n.º 14, de 16 de junho de 1937:
Dispõe sôbre uma representação do I.N.E. ao govêrno do Distrito Federal.

Resolução n.º 15, de 16 de junho de 1937:
Aprova o Regulamento do C. B. G. *ad referendum* da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística.

Resolução n.º 16, de 16 de junho de 1937:
Dispõe sôbre uma representação do I.N.E. ao Conselho Federal do Serviço Público Civil.

Resolução n.º 17, de 25 de junho de 1937:
Estabelece e fixa gratificação mensal ao funcionário que o Instituto designar para organizar os serviços estatísticos do Estado de Mato Grosso.

Resolução n.º 18, de 25 de junho de 1937:
Interpreta o artigo 1.º da "resolução n.º 8, de 3 de abril de 1937 que dispõe sôbre estágio de funcionários das repartições estaduais de estatística junto às congêneres federais.

Resolução n.º 19, de 16 de agôsto de 1937:
Estabelece normas gerais para concessão de ajuda de custa aos funcionários centrais regionais de estatística.

Resolução n.º 20, de 16 de agôsto de 1937:
Abona uma gratificação especial ao pessoal que prestou serviços extraordinários à Secretaria do Instituto durante os trabalhos da 1.ª Sessão Ordinária da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística.

Resolução n.º 21, de 16 de agôsto de 1937:
Constitue Comissões Técnicas Especiais, segundo determinam as "Resoluções" ns. 51, 61 e 65 da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística.

Resolução n.º 22, de 16 de setembro de 1937: Define as aptidões mínimas exigíveis dos candidatos aos lugares efetivos das repartições de estatística integradas no Instituto.

Resolução n.º 23, de 16 de novembro de 1937: Solicita instruções e providências ao govêrno em decorrência da nova ordem política instituída no país.

Resolução n.º 24, de 16 de novembro de 1937: Concede, ao funcionário Rubem Gueiros, a ajuda de custa de 1:500$000 (um conto e quinhentos mil réis), para atender às delegações que lhe foram atribuídas pelo I.N.E.

Resolução n.º 25, de 30 de novembro de 1937: Prorroga até 31 de Dezembro de 1938 o prazo fixado na alínea a) do art. 2.º, da "Resolução" n.º 57, de 17 de julho de 1937, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística.

Resolução n.º 26, de 15 de dezembro de 1937: Sugere ao Govêrno Federal a decretação de disposições orgânicas relativamente à divisão administrativa e judiciária do território nacional.

★

Íntegra das resoluções de interêsse geográfico

Resolução n.º 26, de 15 de dezembro de 1937

Sugere ao Govêrno Federal a decretação de disposições orgânicas relativas à divisão administrativa e judiciária do território nacional.

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística usando das suas atribuições:

No intuito de encaminhar os objetivos da Convenção de 11 de agôsto de 1936 e das "Resoluções" da Assembléia Geral do C.N.E., no que se refere à unificação e racionalização do quadro territorial da República, bem assim à determinação das áreas rurais e urbanas e ao levantamento dos mapas municipais;

Tendo em vista a urgência dessas medidas para que tenham a devida eficiência os trabalhos preparatórios do recenseamento de 1940 e os concomitantes serviços de revisão da "Carta Comemorativa do Centenário da Independência Nacional", encargo êsse que cabe hoje ao Conselho Brasileiro de Geografia;

Considerando, ainda, o que têm revelado as estatísticas nacionais sôbre o enfraquecimento, que se vai generalizando ràpidamente, da organização municipal brasileira, onde já são em grande número as circunscrições de insignificante território e pequena população, cujos limites mínimos já atingem, respectivamente, a 7km² e 175 habitantes, — fato êsse que, evidentemente, está exigindo medidas de ordem geral que revigorem e potencializem a ordem política baseada no princípio de autonomia municipalista:

Resolve:

Art. 1.º — A presidência do Instituto Nacional de Estatística submeterá à consideração do Govêrno da República, acompanhadamente da justificação que lhe parecer conveniente, o alvitre de serem decretadas, quanto antes, com as medidas de emergência necessárias, disposições orgânicas relativamente à divisão administrativa e judiciária do território nacional, tomado em aprêço, quanto possível, o ante-projeto anexo à presente "Resolução".

Art. 2.º — Na representação que capear o aludido ante-projeto, será, também solicitada, justificadamente, a atenção do Govêrno da República para a conveniência de ser planificada desde já a aplicação do salutar princípio de associação dos municípios, constante do art. 29 da Constituïção em vigor, mas, de forma que, em larga interpretação do texto, se institua, com caráter geral, um sistema de consórcios municipais, em têrmos de se conseguirem os objetivos:

a) O fortalecimento do poder municipal — principalmente no que respeita à capacidade de promover os melhoramentos locais — em decorrência da solidarização de todos os municípios existentes ou que vierem a existir dentro de determinados âmbitos territoriais, a serem prévia e estàvelmente fixados, e com amplitude adequada à instituïção virtual do perfeito equilíbrio econômico, social e político nos fundamentos estruturais da Nação;

b) O deferimento aos órgãos administrativos dos "consórcios municipais", de todos os objetivos dos governos comunais relacionados com a execução técnica dos melhoramentos locais, ficando à administração privativa de cada município apenas a conservação dos melhoramentos realizados nos respectivos territórios.

c) A vitalização intensiva dos centros urbanos escolhidos para sedes dos órgãos administrativos dos "consórcios municipais" com a localização neles, de forma sistemática, de todos os elementos (repartições, institutos, serviços, unidades militares, etc), necessários à regionalização da administração federal e estadual, provendo-se, assim, à instituïção rápida de uma rêde de centros poderosos de população social e econômica, agindo simultâneamente, em todo o *interland* brasileiro.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1937, 2.º do Instituto.

Conferido e numerado. — a) *Alberto Martins*, Diretor da Secretaria do Instituto.

Visto e rubricado. — a) *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral.

Publique-se. — a) *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Conselho Nacional de Geografia

Assembleia Geral

Ementário das Resoluções n.os 1 a 14 aprovadas no ano de 1937

Resolução n.º 1, de 11 de julho de 1937:
Dá Regimento aos trabalhos da Assembléia Geral.

Resolução n.º 2, de 12 de julho de 1937:
Dá Regimento aos trabalhos do Diretório Central.

Resolução n.º 3, de 12 de julho de 1937:
Dá Regimento aos trabalhos dos Diretórios Regionais.

Resolução n.º 4, de 12 de julho de 1937:
Dá Regimento aos trabalhos dos Diretórios Municipais.

Resolução n.º 5, de 13 de julho de 1937:
Dispõe sôbre a constituïção e o funcionamento das Comissões Técnicas.

Resolução n.º 6, de 13 de julho de 1937:
Pronuncia-se sôbre a mudança do nome do Instituto Nacional de Estatística para Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Resolução n.º 7, de 13 de julho de 1937:
Adota a ortografia simplificada, considera-a mais conveniente para os trabalhos cartográficos e fixa outras providências.

Resolução n.º 8, de 15 de julho de 1937:
Regula a constituïção e o funcionamento do Corpo de Informantes Municipais.

Resolução n.º 9, de 15 de julho de 1937:
Regula a integração, no Conselho Brasileiro de Geografia, das organizações particulares.

Resolução n.º 10, de 15 de julho de 1937:
Dispõe sôbre as atribuïções de caráter geográfico, que estavam afetas ao Conselho Nacional de Estatística e confirma as resoluções sôbre as mesmas tomadas.

Resolução n.º 11, de 15 de julho de 1937:
Expressa pronunciamentos diversos sôbre problemas e iniciativas relacionadas com a Geografia Brasileira.

Resolução n.º 12, de 17 de julho de 1937:
Regula a constituïção e o funcionamento do Corpo de Consultores Técnicos.

Resolução n.º 13, de 17 de julho de 1937:
Dispõe sôbre o orçamento do Conselho Brasileiro de Geografia para 1938.

Resolução n.º 14, de 17 de julho de 1937:
Prescreve, como empreendimento fundamental do Conselho Brasileiro de Geografia, a atualização da carta geográfica do Brasil, e provê ao seu início imediato.

★

Íntegra das Resoluções n.os 1 e 2

Resolução n.º 1, de 11 de julho de 1937
Dá Regimento aos trabalhos da Assembléia Geral.

A Assembléia Geral do Conselho Brasileiro de Geografia, usando das suas atribuïções e tendo em vista o disposto nos arts. 20 § 1.º letra *a* e 34 do seu Regulamento (Resolução n.º 31, de 10 de julho de 1937, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística);

Resolve submeter os seus trabalhos ao seguinte Regimento:

Art. 1.º — A Assembléia Geral instalará a sua sessão ordinária na Capital Federal no dia 1.º de julho de cada ano, e realizará reüniões em número necessário para a deliberação integral da matéria que ao seu pronunciamento fôr submetida (art. 18 do Regulamento).

§ 1.º — O Conselho Brasileiro de Geografia e o Conselho Nacional de Estatística iniciarão e encerrarão em conjunto as sessões ordinárias anuais das suas Assembléias Gerais.

§ 2.º — Será da competência exclusiva da Assembléia Geral determinar a realização de suas sessões extraordinárias, que serão dedicadas especialmente à comemoração de acontecimentos máximos da Geografia Brasileira.

§ 3.º — Excepcionalmente, em caso justificado, a sessão extraordinária da Assembléia Geral poderá dar-se fora da Capital Federal.

Art. 2.º — O presente Regimento regulará os trabalhos das sessões da Assembléia Geral, qualquer que seja a sua natureza.

Art. 3.º — A Assembléia constituïrá três Comissões: a de Finanças, a de Coordenação e a de Redação.

§ 1.º — Cada Comissão compor-se-á de 5 membros, que elegerão, entre si os respectivos presidente e relator.

§ 2.º — Os membros da Comissão de Finanças serão eleitos dentre os delegados estaduais.

§ 3.º — São os membros da Comissão de Coordenação: um, o Secretário Geral do Conselho; outro, eleito dentre os delegados federais, e três eleitos dentre os delegados estaduais, não pertencentes às outras Comissões.

§ 4.º — Comporão a Comissão de Redação um delegado federal, três estaduais e um das entidades particulares integradas, por eleição.

§ 5.º — Dada a renúncia de membro eleito para qualquer Comissão, preencher-se-á a vaga mediante nova eleição dentre os delegados da mesma categoria, excluídos o renunciante e os membros de Comissão.

Art. 4.º — Presidirá os trabalhos da Assembléia Geral o Presidente do Instituto Nacional de Estatística, presidente nato do Conselho Brasileiro de Geografia (art. 3.º letra *a*, do decreto 1 200 e art. 8.º letra *a* do Regulamento).

§ 1.º — Substituirá o Presidente da Assembléia, em seus impedimentos, o Presidente da Comissão de Coordenação, ou na falta dêste, o Presidente da Comissão de Finanças, ou ainda na sua falta, o da Comissão de Redação.

§ 2.º — Na hipótese de faltarem os quatro simultâneamente, a Assembléia escolherá o seu presidente dentre os delegados presentes, o qual dirigirá os trabalhos da reünião enquanto não comparecer o presidente efetivo ou um dos seus substitutos.

Art. 5.º — Será Secretário nato da Assembléia Geral, o Secretário Geral do Conselho Brasileiro de Geografia.

§ 1.º — Nos seus impedimentos, o Secretário da Assembléia será substituído pelo membro do Diretório Central, para êste fim designado pelo Presidente.

§ 2.º — Um funcionário da Secretaria Geral do Conselho Brasileiro de Geografia, designado pelo Secretário Geral, funcionará sob a direção dêste, como Secretário Assistente, encarregado do serviço de atas, expediente e publicidade da Assembléia.

§ 3.º — Os arquivos da Assembléia Geral ficarão sob a guarda da Secretaria Geral do Conselho.

Art. 6.º — Na reünião inaugural de cada sessão, o Presidente relatará sumariamente as atividades do Conselho, desenvolvidas a partir da sessão anterior; nas reüniões subseqüentes, que serão diárias, será obedecido o horário, bem como o que houver sido aprovado pelo plenário.

Art. 7.º — Segundo as possibilidades financeiras do Conselho, os debates das reüniões da Assembléia serão taquigrafados, ou, pelo menos, anotados em suas linhas fundamentais, de modo a se coligir expressiva documentação para os Anais do Conselho Brasileiro de Geografia.

Art. 8.º — Para que a Assembléia delibere será necessário que esteja presente pelo menos a maioria absoluta dos votantes da delegação federal (nesta incluídos os delegados do Distrito Federal e do Território do Acre) e a maioria absoluta dos votantes das delegações estaduais; e, para que uma proposição em votação seja considerada resolvida pela Assembléia, será igualmente necessário aquele *quorum*.

Art. 9.º — Se o govêrno de uma unidade política regional enviar à Assembléia em vez de um delegado, uma delegação, a chefia desta caberá ao Presidente ou seu suplente, (art. 10 letra *b* do Regulamento), ao qual exclusivamente competirá a vantagem prevista no art. 27 do Regulamento.

§ 1.º — Aos delegados à Assembléia é facultado fazerem-se acompanhar de assessores ou assistentes.

§ 2.º — Cada membro efetivo ou constituinte da Assembléia (art. 10 do Regulamento) poderá designar como seu suplente, um dos membros de delegação ou um dos seus assessores ou assistentes, que, nos seus impedimentos, ficará substabelecido no direito de voto.

§ 3.º — Sem direito de voto, poderão participar dos debates os membros de delegações coletivas, os assistentes ou assessores de delegados ou delegações, o Secretário Assistente da Assembléia, os representantes de instituïções e personalidades especialmente convidados, bem como os Consultores Técnicos, os Informantes Municipais, e quaisquer outros membros do Conselho (art. 19, do Regulamento) que estiverem presentes, sujeitando-se todos, aos limites de tempo estabelecidos para os membros efetivos.

Art. 10 — As deliberações da Assembléia Geral terão a designação de "Resoluções" e serão redigidas em forma articulada, recebendo número de ordem e data, nas condições estabelecidas pelo art. 28 do Regulamento.

Art. 11 — Todo projeto de Resolução apresentado à Mesa será debatido globalmente, em primeira discussão; irá em seguida, com as emendas que receber, à Comissão regimental ou aos órgãos técnicos competentes, cujo parecer será lido, debatido e votado na segunda discussão, passando o vencido à Comissão de Redação, da qual voltará ao plenário para discussão e votação final.

Parágrafo único — Sempre, que um projeto for arguído, fundamentalmente, de infrigir ou derrogar disposições do Regulamento do Conselho Brasileiro de Geografia, poderá a ordem dos trabalhos ser excepcionalmente alterada, afim de que sofra, antes da primeira discussão, o exame e conseqüente pronunciamento da Comissão de Coordenação.

Art. 12 — Sôbre matéria em debate, só será permitido o uso da palavra uma única vez por prazo não excedente de dez (10) minutos em cada discussão, sem prejuízo, entretanto, do direito de serem solicitados e fornecidos esclarecimentos, limitado a três (3) minutos, o prazo para isto.

§ 1.º — O Presidente da Assembléia, encerrada a discussão, em que apenas intervirá para manter a ordem e assegurar a palavra aos oradores, fará rápido resumo da matéria discutida, submetendo-a imediatamente a votos.

§ 2.º — Nessa ocasião os autores do projeto e dos pareceres poderão encaminhar a votação, dispondo para isso do prazo máximo de quinze (15) minutos.

§ 3.º — Se o Presidente quiser discutir qualquer matéria em debate, passará a presidência, pelo tempo que fôr necessário, ao seu substituto legal, ou, na falta dêste, a outro membro da Assembléia à sua escolha.

Art. 13 — O parecer que acompanhar cada projeto em terceira discussão, depois de lido, terá suas conclusões descutidas e votadas por partes, se outro critério não fôr proposto e aprovado.

Art. 14 — As "Resoluções" da Assembléia Geral terão o seguinte preàmbulo, no qual se incluirá a fundamentação que convier:

"A Assembléia Geral do Conselho Brasileiro de Geografia, usando das suas atribuïções .... resolve:".

Art. 15 — As Resoluções aprovadas em terceira discussão terão seu original numerado, conferido e assinado pelo Secretário Assistente visado e rubricado pelo Secretário Geral e mandado publicar pelo Presidente do Conselho.

§ 1.º — A Secretaria Geral promoverá a publicação das Resoluções no *Diário Oficial*.

§ 2.º — Depois de publicadas as Resoluções da Assembléia no órgão oficial, a Secretaria Geral enviará exemplares da respectiva separata a todos os Diretórios Regionais e à Secretaria Geral do Instituto Nacional de Estatística (Art. 28, § 1.º — do Regulamento).

Art. 16 — Na reünião de encerramento de cada sessão da Assembléia, o Secretário Geral do Conselho fará uma apreciação de conjunto sôbre as Resoluções tomadas.

Art. 17 — Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos em plenário.

Art. 18 — As alterações dêste Regimento só poderão ser objeto de Resolução da Assembléia Geral, se a respectiva proposta fôr subscrita, no mínimo, pela maioria dos votantes da delegação federal e pela dos das delegações estaduais.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 1937, ano 2.º do Instituto.

Conferido e numerado. — a) *Fábio de Macedo Soares Giumarães*, Secretário Assistente da Assembléia.

Visto e rubricado. — a) *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho.

Publique-se. — a) *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto e do Conselho.

★

Resolução n.º 2, de 12 de julho de 1937

Dá Regimento aos trabalhos do Diretório Central.

A Assembléia Geral do Conselho Brasileiro de Geografia, usando das suas atribuïções e tendo em vista o disposto nos artigos 20 e 34 do Regulamento,

Resolve dar o seguinte Regimento aos trabalhos do Diretório Central.

Art. 1.º — O Diretório Central, cujos elementos componentes são os definidos no art. 11 do Regulamento, compreenderá três Secções: a de Colaboração Inter-administrativa, a de Coordenação Técnica, e a de Cooperação Internacional (art. 21 do Regulamento).

§ 1.º — Competirão a estas Secções o estudo e o primeiro encaminhamento dos assuntos correlatos, que forem submetidos ao seu exame.

§ 2.º — Será da competência exclusiva do plenário das decisões finais aos assuntos afetos ao Diretório Central.

Art. 2.º — O Diretório e suas Secções reunir-se-ão na sede da Secretaria Geral do Conselho ou na do Instituto Nacional de Estatística.

§ 1.º — As Secções do Diretório reunir-se-ão ordinàriamente uma vez por mês, no 1.º dia útil da primeira, segunda e terceira década respectivamente.

§ 2.º — O Diretório reunir-se-á em plenário sempre que fôr convocado.

Art. 3.º — Para que o Diretório Central possa deliberar, será necessária a presença da maioria absoluta de seus membros.

§ 1.º — Cada membro do Diretório designará um suplente para representá-lo, com direito de voto, nos seus impedimentos.

§ 2.º — A designação de suplente deverá ser comunicada por ofício ao presidente do Diretório e deverá recair sôbre assistente do membro designante, ou diretor ou chefe de repartição ou serviço, de caráter geográfico, subordinado ao mesmo Ministério.

§ 3.º — A deliberação do Diretório sôbre assunto que afete qualquer repartição ou serviço federal, só poderá ser tomada de acôrdo com o voto do delegado técnico, ou seu suplente, do Ministério interessado, que será assistido nos debates pelo chefe, ou seu representante, do serviço diretamente afetado.

Art. 4.º — Para que uma Secção do Diretório possa deliberar, será necessária a presença da maioria absoluta de seus membros efetivos.

§ 1.º — Poderá participar dos trabalhos de uma Secção qualquer membro do Diretório Central.

§ 2.º — As deliberações das Secções do Diretório terão a forma de pareceres.

Art. 5.º — O presidente do Instituto Nacional de Estatística será o presidente nato do Diretório Central (art. 8.º do Regulamento); os presidentes das Secções do Diretório serão eleitos pelo plenário, dentre os demais membros.

§ 1.º — Em seus impedimentos, o presidente do Diretório será substituído pelo mais idoso presidente de Secção presente e, na sua falta, pelo membro eleito na ocasião para presidir aos trabalhos.

§ 2.º — Em seus impedimentos, o presidente da Secção será substituído pelo membro efetivo da Secção, por êle designado para seu substituto eventual, e na falta dêste, pelo mais idoso dos membros presentes da Secção

Art. 6.º — Em cada Secção do Diretório figurarão, além do seu presidente e do Secretário Geral do Conselho, outros membros elei-

tos em plenário, de modo que nenhum dêstes pertença a mais de uma Secção (art. 21.º, § 3.º do Regulamento).

Parágrafo único — As Secções do Diretório terão tanto quanto possível, o mesmo número de membros.

Art. 7.º — As deliberações do Diretório Central constarão de "resoluções", redigidas em forma articulada, recebendo numeração seguida (art. 28 do Regulamento).

§ 1.º — As "resoluções" cuja matéria tiver sua votação terminada, serão redigidas de acôrdo com o que constar em ata, e submetida á aprovação final na sessão imediata.

§ 2.º — Os originais das "resoluções" serão numerados e conferidos pelo Secretário Assistente do Diretório, visados e rubricados e conferidos pelo Secretário Assistente do Diretório, visados e rubricados pelo Secretário Geral e mandados publicar pelo Presidente.

§ 3.º — Em caso de urgência, as "resoluções" poderão ser redigidas, aprovadas e assinadas em uma mesma sessão.

§ 4.º — As "resoluções" do Diretório Central terão o seguinte preâmbulo, com a fundamentação que convier: "o Diretório Central do Conselho Brasileiro de Geografia, usando das suas atribuïções ..... resolve".

§ 5.º — Publicadas as "resoluções" no *Diário Oficial*, serão comunicadas pela Secretaria Geral a todos os Diretórios Regionais e à Secretaria Geral do Instituto Nacional de Estatístistica.

Art. 8.º — O Diretório será secretariado pelo Secretário Geral do Conselho Brasileiro de Geografia, que será auxiliado por um Secretário Assistente, por êle designado para servir no Diretório e nas suas Secções.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 1937, ano 2.º do Instituto.

Conferido e numerado, — *Fábio de Macedo Soares Guimarães*, Secretário Assistente da Assembléia.

Visto e rubricado. — *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho.

Publique-se, — *José Carlos de Macedo Soares*, — Presidente do Instituto e do Conselho.

★

Índice analítico das Resoluções n.os 1 a 129 aprovadas nos anos de 1937 a 1942

Aèrofotogrametria:

Resolução n.º 35, de 20 de Julho de 1938 — Determina ao Diretório Central o estudo de um plano de intensificação no país dos levantamentos territoriais, sobretudo com recursos modernos da aerofotogrametria.

Resolução n.º 127, de 9 de Julho de 1942 — Dispõe sôbre a situação da repartição central do Conselho.

Agradecimentos:

Resolução n.º 44, de 13 de Julho de 1939 — Exprime agradecimentos ao Conselho Nacional de Estatística e à Comissão Censitária Nacional.

Agradecimento:

Resolução n.º 100, de 25 de Julho de 1941 — Consigna um profundo agradecimento ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Ajuda de custas e indenização:

Resolução n.º 19, de 15 de Julho de 1938 — Dispõe sôbre o pagamento da passagem, ajuda de custas e indenização de despesas de estada ao representante especial da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Ante-projetos de Resolução:

Resolução n.º 31, de 20 de Julho de 1938 — Determina a distribuïção prévia dos ante-projetos de Resolução a serem apresentadas à Assembléia Geral.

Anuário Geográfico do Brasil:

Resolução n.º 74, de 15 de Julho de 1941 — Determina a publicação do *Anuário Geográfico do Brasil.*

Aparelhagem técnica:

Resolução n.º 71, de 14 de Julho de 1941 — Determina o concurso do Conselho na aquisição da aparelhagem técnica para as repartições geográficas integradas.

Arquivo Cartográfico Brasileiro:

Resolução n.º 59, de 21 de Julho de 1939 — Constitue uma Comissão Técnica Especial para o estudo das bases da organização do "Arquivo Cartográfico Brasileiro" e das medidas legislativas necessárias à fiscalização oficial da publicação de mapas referentes ao território nacional e dos livros e estudos sôbre geografia do Brasil destinados a escolas.

Arquivos corográficos:

Resolução n.º 86, de 21 de Julho de 1941 — Dispõe sôbre á organização de arquivos corográficos nas repartições regionais de Geografia.

Assembléia Geral:

Resolução n.º 1, de 11 de Julho de 1937 — Dá regimento aos trabalhos da Assembléia Geral.

Resolução n.º 16, de 4 de Julho de 1938 — Amplia a disposição do artigo 4.º e seus paragrafos do Regimento da Assembléia, sôbre a presidência dos trabalhos.

Resolução n.º 31, de 20 de Julho de 1938 — Determina a distribuïção prévia dos projetos de Resolução a serem apresentados à Assembléia Geral.

Associação dos Geógrafos Brasileiros:

Resolução n.º 19, de 15 de Julho de 1938 — Dispõe sôbre o pagamento da passagem, ajuda de custas e indenização de despesas de estada ao representante especial da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Atas de limites:

Resolução n.º 62, de 24 de Julho de 1939 — Propõe um sistema provisório de divisas interestaduais, determina a organização de um atlas de limites e promove a execução do Art. 184 da Constituïção.

Atos dos Diretórios:

Resolução n.º 20, de 16 de Julho de 1938 — Aprova os atos dos Diretórios do Conselho.

Resolução n.º 55, de 21 de Julho de 1939 — Aprova os atos dos Diretórios do Conselho, relativos ao período de 1.º de Julho de 1938 a 30 de Junho de 1939 e consigna aplausos e recomendações.

Resolução n.º 101, de 26 de Julho de 1941 — Aprova os atos do Diretório Central e dos Diretórios Regionais, efetuados no período de 1.º de Julho de 1939 a 30 de Junho de 1941.

Resolução n.º 122, de 9 de Julho de 1942 — Aprova os atos e deliberações dos Diretórios Regionais e Central, referentes ao ano de 1941.

Batismo cultural de Goiânia:

Resolução n.º 85, de 21 de Julho de 1941 — Declara integral solidariedade do Conselho à participação do Instituto no "Batismo Cultural" da nova capital de Goiaz.

Bibliografias geográficas:

Resolução n.º 125, de 9 de Julho de 1942 — Dispõe sôbre a publicação de bibliografias geográficas na Biblioteca Geográfica Brasileira.

Biblioteca Geográfica Brasileira:

Resolução n.º 68, de 12 de Julho de 1941 — Dispõe sôbre a publicação de trabalhos referentes à geografia do Brasil, constituindo a "Biblioteca Geográfica Brasileira".

Resolução n.º 94, de 25 de Julho de 1941 — Dispõe sôbre a publicação de um trabalho na Biblioteca Geográfica Brasileira.

Resolução n.º 109, de 3 de Julho de 1942 — Determina a publicação duma corografia do Brasil, na Biblioteca Geográfica Brasileira.

Resolução n.º 125, de 9 de Julho de 1942 — Dispõe sôbre a publicação de bibliografias geográficas na Biblioteca Geográfica Brasileira.

Boletim de Informações:

Resolução n.º 91, de 23 de Julho de 1941 — Determina a publicação dum boletim mensal de informações.

Campanha altimétrica:

Resolução n.º 102, de 26 de Julho de 1941 — Dispõe sôbre a campanha altimétrica a cargo do Conselho.

Carta Geográfica do Brasil:

Resolução n.º 14, de 17 de Julho de 1937 — Prescreve, como empreendimento fundamental do Conselho Brasileiro de Geografia, a atualização da Carta Geográfica do Brasil, e provê ao seu início imediato.

Resolução n.º 64, de 25 de Julho de 1939 — Dispõe sôbre a impressão da Carta Geográfica do Brasil, ao milionésimo, e de outros mapas.

Cartografia Brasileira:

Resolução n.º 27, de 19 de Julho de 1938 — Constitue uma Comissão Técnica Especial para o estudo das bases de um plano de uniformização da cartografia brasileira.

Catálogo de coordenadas geográficas:

Resolução n.º 80, de 18 de Julho de 1941 — Determina a publicação dum catálogo de coordenadas geográficas.

Código de Especificações Técnicas:

Resolução n.º 116, de 4 de Julho de 1942 — Dispõe sôbre a criação de um Código de Especificações Técnicas que regule a execução dos trabalhos geográficos dentro do país.

Coletânea de Efemérides Brasileiras:

Resolução n.º 58, de 21 de Julho de 1939 — Dispõe sôbre a realização de inquéritos junto aos Diretórios municipais, por intermédio dos Diretórios Regionais, destinados à coleta de elementos para a elaboração do *Dicionário Geográfico e Toponímico Brasileiro* e da *Coletânea de Efemérides Brasileiras.*

Coletânea de fotografias:

Resolução n.º 43, de 8 de Julho de 1939 — Dispõe sôbre a publicação de mapas murais para uso das escolas e de coletâneas de fotografias.

Comissão Censitária Nacional:

Resolução n.º 44, de 13 de Julho de 1939 Exprime agradecimentos ao Conselho Nacional de Estatística e à Comissão Censitária Nacional.

Comissão de Finanças:

Resolução n.º 32, de 20 de Julho de 1938 — Aprova o parecer da Comissão de Finanças referente às contas do Conselho.

Comissão Técnica Especial:

Resolução n.º 27, de 19 de Julho de 1938 — Constitue uma Comissão Técnica Especial para o estudo das bases de um plano de uniformização da cartografia brasileira.

Comissão Técnica de Oceanografia e Limnologia:

Resolução n.º 106, de 26 de Julho de 1941 — Cria a Comissão Técnica de Oceanografia e Limnologia do Conselho.

Comissões Técnicas Permanentes:

Resolução n.º 5, de 13 de Julho de 1937 — Dispõe sôbre a constituïção e o funcionamento das Comissões Técnicas.

Resolução n.º 21 de 16 de Julho de 1938 — Regula o funcionamento das Comissões Técnicas Permanentes.

Resolução n.º 50, de 15 de Julho de 1939 — Elege os membros das Comissões Técnicas Permanentes.

Resolução n.º 66, de 9 de Julho de 1941 — Reelege os membros das Comissões Técnicas Permanentes como medida de exceção e preenche as vagas nelas existentes.

Resolução n.º 177, de 6 de Julho de 1942 — Elege os membros das Comissões Técnicas e lhes sugere temas de estudo.

Resolução n.º 24, de 19 de Julho de 1938 — Recomenda aos Diretórios do Conselho da divulgação de comunicados referentes a assuntos geográficos.

Concurso anual de monografias:

Resolução n.º 88, de 21 de Julho de 1941 — Institue o concurso anual de monografias referentes a aspectos da geografia municipal, como contribuïção do Conselho aos Congressos Brasileiros de Geografia.

Resolução n.º 110, de 3 de Julho de 1942 — Baixa as instruções para a realização em 1943 do concurso anual de monografias de aspectos municipais.

Congratulações:

Resolução n.º 41, de 6 de Julho de 1939 — Exprime congratulações aos Chefes dos Governos da União e das Unidades Federadas pela assinatura das leis gerais fixando a divisão territorial do país e pela comemoração nacional o "dia do Município" a 1.º de Janeiro do ano corrente.

Resolução n.º 49, de 15 de Julho de 1939 — Aprova um voto de congratulações ao Departamento dos Correios e Telégrafos pelos valiosos serviços proporcionados quando se processou a divisão territorial no país.

Resolução n.º 126, de 9 de Julho de 1942 — Exprime congratulações, formula votos e apelos acêrca de acontecimentos de interêsse para a geografia nacional ocorridos no exercício 1941-1942.

Resolução n.º 128, de 10 de Julho de 1942 — Formula congratulações ao Conselho Nacional de Estatística pela unificação dos serviços municipais de estatística e apresenta sugestões.

Congresso Brasileiro de Geografia (X):

Resolução n.º 81, de 18 de Julho de 1941 — Dispõe sôbre a adesão ao X Congresso Brasileiro de Geografia.

Resolução n.º 114, de 3 de Julho de 1942 — Baixa recomendações aos órgãos do Conselho para colaborarem nos trabalhos do X Congresso Brasileiro de Geografia.

Congressos Brasileiros de Geografia:

Resolução n.º 88, de 21 de Julho de 1941 — Institue o concurso anual de monografias referentes a aspectos da geografia municipal, como contribuïção do Conselho aos congressos brasileiros de geografia.

Congressos Nacionais de Geografia:

Resolução n.º 42, de 7 de Julho de 1939 — Prescreve a colaboração do Conselho na realização dos congressos nacionais de geografia, sob os auspícios da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.

Conselho Nacional de Estatística:

Resolução n.º 10, de 15 de Julho de 1937 — Dispõe sôbre as atribuïções de caráter geográfico, que estavam afetas ao Conselho Nacional de Estatística e confirma as resoluções sôbre as mesmas tomadas.

Resolução n.º 44, de 13 de Julho de 1939 — Exprime agradecimentos ao Conselho Nacional de Estatística e à Comissão Censitária Nacional.

Resolução n.º 128, de 10 de Julho de 1942 — Formula congratulações ao Conselho Nacional de Estatística, pela unificação dos serviços municipais de estatística e apresenta sugestões.

Contas do Conselho:

Resolução n.º 56, de 21 de Julho de 1939 — Aprova as contas do Conselho e encarece um refôrço das suas novas verbas no corrente exercício.

Resolução n.º 78, 18 de Julho de 1941 — Aprova as contas do Conselho relativas ao Exercício financeiro de 1.º de Julho de 1940 a 30 de Julho de 1941.

Resolução n.º 108, de 3 de Julho de 1942 — Dispõe sôbre as contas do Conselho relativas ao período de julho de 1941 a Julho de 1942.

Consultores Técnicos:

Resolução n.º 12, de 17 de Julho de 1937 — Regula a constituïção e funcionamento do Corpo de Consultores Técnicos.

Resolução n.º 17, de 12 de Julho de 1938 — Dispõe sôbre o funcionamento do Corpo de Consultores Técnicos do Conselho.

Resolução n.º 48, de 15 de Julho de 1939 — Dispõe sôbre a terminação do mandato dos Consultores Técnicos do Conselho.

Resolução n.º 65, de 9 de Julho de 1941 — Elege o Corpo de Consultores Técnicos Nacionais.

Convenções Cartográficas:

Resolução n.º 119, de 6 de Julho de 1942 — Dispõe sôbre a uniformizacão das Convenções cartográficas referentes à geologia e a petrografia.

Corografia do Brasil:

Resolução n.º 109, de 3 de Julho de 1942 — Determina a publicação duma corografia do Brasil, na Biblioteca Geográfica Brasileira.

Credenciais:

Resolução n.º 95, de 25 de Julho de 1941 — Fixa os documentos credenciais para os delegados regionais à Assembléia e dá outras providências.

Curso de Cartografia:

Resolução n.º 92, de 23 de Julho de 1941 — Dispõe sôbre a realização dum curso de cartografia, anual, destinado à especialização dos desenhistas e cartógrafos das repartições centrais e regionais, integradas no Instituto.

Curso de Informações:

Resolução n.º 112, de 3 de Julho de 1942 — Organiza o Curso de Informações anexo às sessões da Assembléia.

Decretos-lei n.º 237:

Resolução n.º 39, de 20 de Julho de 1938 — Dispõe sôbre a execução dos trabalhos de caráter geográfico preparatórios do Recenseamento Geral da República em 1940, fixados pelo decreto-lei n.º 237, de 2 de Fevereiro de 1938.

Decretos-lei n.º 311:

Resolução n.º 29, de 20 de Julho de 1938 — Recomenda aos Governos Regionais que promovam uma cooperação direta entre as administrações municipais e a regional para a execução de mapas municipais e das plantas das sedes municipais e distritais, determinada pelo decreto-lei nacional n.º 311, de 2 de Março de 1938.

Resolução n.º 60, de 22 de Julho de 1939 — Estabelece normas para o recebimento, aprovação e exposição dos mapas municipais que as Prefeituras apresentarão até 31 de Dezembro do corrente ano, em observância à lei nacional n.º 311.

Resolução n.º 104, de 26 de Julho de 1941 — Dispõe sôbre medidas referentes à execução do decreto-lei n.º 311, de 2 de Março de 1938.

Delegados Regionais à Assembléia:

Resolução n.º 95, de 25 de Julho de 1941 — Fixa os documentos-credenciais para os delegados regionais à Assembléia e dá outras providências.

Departamento Central de Coordenação Geográfica:

Resolução n.º 28, de 19 de Julho de 1938. — Provê à criação do Departamento Central de Coordenação Geográfica.

Resolução n.º 33, de 20 de Julho de 1938. Define a natureza dos serviços afetos à Secretaria Geral do Conselho e provê, provisòriamente, ao seu conveniente desenvolvimento, enquanto não se instalar o Departamento Central de Coordenação Geográfica.

Departamento de Correios e Telégrafos:

Resolução n.º 49, de 15 de Julho de 1939. Aprova um voto de congratulações ao Departamento dos Correios e Telégrafos pelos valiosos serviços proporcionados quando se processou a divisão territorial no país.

Departamento Geral de Estatística. M. Gerais:

Resolução n.º 47, de 15 de Julho de 1939 — Aplaude uma iniciativa do Departamento Geral de Estatística do Estado de Minas Gerais e faz uma recomendação.

Dia do Município:

Resolução n.º 41, de 6 de Julho de 1939 — Exprime congratulações aos Chefes dos Governos da União e das Unidades Federadas pela assinatura das leis gerais fixando a divisão territorial do país e pela comemoração nacional do "Dia do Município", a 1.º de Janeiro do ano corrente.

Dicionário Geográfico Brasileiro:

Resolução n.º 58, de 21 de Julho de 1939 — Dispõe sôbre a realização de inquéritos junto aos Diretórios Municipais, por intermédio dos Diretórios Regionais, destinados à coleta de elementos para a elaboração do *Dicionário Geográfico e Toponímico Brasileiro* e da *Coletânea de Efemérides Brasileiras*.

Resolução n.º 120, de 8 de Julho de 1942 — Baixa instruções para o preparo de contribuições regionais ao *Dicionário Geográfico Brasileiro*.

Diretório Central:

Resolução n.º 2, de 12 de Julho de 1937 — Dá regimento aos trabalhos do Diretório Central.

Resolução n.º 35, de 20 de Julho de 1938 — Determina ao Diretório Central o estudo de um plano de intensificação no país dos levantamentos territoriais, sobretudo com os recursos modernos da aerofotogrametria.

Diretórios Municipais:

Resolução n.º 4, de 12 de Julho de 1937 — Dá regimento aos trabalhos dos Diretórios municipais.

Diretórios Regionais:

Resolução n.º 3, de 12 de Julho de 1937 — Dá regimento aos trabalhos dos Diretórios Regionais.

Resolução n.º 97, de 25 de Julho de 1941 — Estabelece a obrigatoriedade da divulgação entre si das Resoluções aprovadas pelos Diretórios Regionais.

Resolução n.º 103, de 26 de Julho de 1941 — Dispõe sôbre a situação financeira dos Diretórios Regionais de Geografia e dá outras providências.

Resolução n.º 115, de 4 de Julho de 1942 — Dispõe sôbre os serviços de secretaria dos Diretórios Regionais.

Divisão Administrativa:

Resolução n.º 38, de 20 de Julho de 1938 — Sugere instruções a Comissões regionais de Reforma da Divisão Administrativa, relativamente à interpretação do art. 2.º e suas alíneas, da Resolução n.º 2 do Diretório Central.

Divisão Regional das Unidades Federadas:

Resolução n.º 77, de 17 de Julho de 1941 — Estabelece normas a que deverá obedecer a divisão regional das municipalidades federadas brasileiras, para fins práticos, propõe um quadro básico de divisão e dá outras providências.

Divisão regional do Brasil:

Resolução n.º 63, de 25 de Julho de 1939 — Determina o estudo da divisão regional do Brasil e das suas Unidades Federadas e a elaboração de uma obra de divulgação sôbre a região amazônica em geral e o rio Amazonas em especial.

Resolução n.º 72, de 14 de Julho de 1941 — Fixa o quadro de divisão regional do Brasil para fins práticos promove a sua adoção pela Estatística Brasileira e dá outras providências.

Resolução n.º 124, de 9 de Julho de 1942 — Sugere uma nova divisão das Unidades Federadas em zonas fisiográficas, para uso da estatística brasileira, e baixa, provisòriamente e em segunda aproximação, a Divisão Regional do Brasil.

Divisas interestaduais:

Resolução n.º 62, de 24 de Julho de 1939 — Propõe um sistema provisório de divisões interestaduais, determina a organização de um atlas de limites e promove a execução do art. 184 do Constituïção.

Embaixador José Carlos de Macedo Soares:

Resolução n.º 40, de 5 de Julho de 1939 — Aprova um voto de louvor ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares pela publicação da notável obra *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial* de acentuado cunho geográfico.

Estado de Goiaz:

Resolução n.º 107, de 2 de Julho de 1942 — Presta homenagem ao govêrno do Estado de Goiaz.

Estatística brasileira:

Resolução n.º 72, de 14 de Julho de 1941 — Fixa o quadro de divisão regional do Brasil, para fins práticos, promove a sua adoção pela estatística brasileira e dá outras providências.

Resolução n.º 124, de 9 de Julho de 1942 — Sugere uma nova divisão das Unidades Federadas em zonas fisiográficas, para uso da estatística brasileira.

Expedições científicas:

Resolução n.º 111, de 3 de Julho de 1942 — Promove a realização de expedições científicas anuais.

Finanças dos Diretórios Regionais:

Resolução n.º 103, de 26 de Julho de 1941 — Dispõe sôbre a situação financeira dos Diretórios Regionais de Geografia e dá outras providências.

General Cândido Mariano da Silva Rondon:

Resolução n.º 51, de 18 de Julho de 1939 — Atribue ao grande geógrafo e explorador brasileiro General Cândido Mariano da Silva Rondon o título de "Civilizador do Sertão".

Geografia brasileira:

Resolução n.º 11, de 15 de Julho de 1937 — Expressa pronunciamentos diversos sôbre problemas e iniciativas relacionadas com a geografia brasileira.

Geografia do Brasil:

Resolução sôbre a publicação de trabalhos referentes à geografia do Brasil, constituindo a "Biblioteca Geográfica Brasileira".

Geografia do Brasil Holandês:

Resolução n.º 94, de 25 de Julho de 1941 — Dispõe sôbre a publicação de um trabalho na Biblioteca Geográfica Brasileira.

Geografia municipal:

Resolução n.º 88, de 21 de Julho de 1941 — Institue o concurso anual de monografias referentes a aspectos da Geografia municipal, como contribuïção do Conselho aos Congressos Brasileiros de Geografia.

Goiânia:

Resolução n.º 85, de 21 de Julho de 1941 — Declara integral solidariedade do Conselho à participação do Instituto no "Batismo Cultural" da nova Capital de Goiaz.

Grafia dos nomes geográficos estrangeiros:

Resolução n.º 98, de 25 de Julho de 1941 — Dispõe sôbre a grafia dos nomes geográficos estrangeiros.

Guia de observação geográfica:

Resolução n.º 79, de 18 de Julho de 1941 — Provê ao preparo e à distribuïção aos Diretórios Municipais de Geografia dum guia de observação geográfica.

Homenagem:

Resolução n.º 107, de 2 de Julho de 1942 — Presta homenagem ao Govêrno do Estado de Goiaz.

Resolução n.º 113, de 3 de Julho de 1942 — Presta homenagem aos brasileiros devotados à geografia nacional, falecidos durante o exercício de 1941/42.

Informantes municipais:

Resolução n.º 8, de 15 de Julho de 1937 — Regula a constituïção e o funcionamento do Corpo de Informantes Municipais.

Instituïções integradas no Conselho:

Resolução n.º 73, de 15 de Julho de 1941 — Patrocina a concessão da sede no futuro Palácio do Silogeu para as instituïções integradas no Conselho.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

Resolução n.º 6, de 13 de Julho de 1937 — Pronuncia-se sôbre a mudança do nome do Instituto Nacional de Estatística.

Resolução n.º 54, de 20 de Julho de 1939 — Prescreve o referência ao nome do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística nas publicações das repartições e instituïções integradas no seu sistema geográfico e dá outras providências.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:

Resolução n.º 100, de 25 de Julho de 1941 — Consigna um profundo apradecimento ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Instituto Interamericano de Estatística:

Resolução n.º 67, de 9 de Julho de 1941 — Exprime congratulações pela eleição do Dr. M. A. Teixeira de Freitas para Presidente do Instituto Interamericano de Estatística.

Instituto Nacional de Estatística:

Resolução n.º 6, de 13 de Julho de 1937 — Pronuncia-se sôbre a mudança do nome do Instituto Nacional de Estatística para Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Instituto Politécnico de Florianópolis:

Resolução n.º 70, de 14 de Julho de 1941 — Dispõe sôbre a situação dos profissionais diplomados pelo extinto Instituto Politécnico de Florianópolis.

Integração de organizações particulares:

Resolução n.º 9, de 15 de Julho de 1937 — Regula a integração, no Conselho Brasileiro de Geografia, das organizações particulares.

Resolução n.º 22, de 18 de Julho de 1938 — Aprova e enaltece a integração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, da Academia Brasileira de Ciências, do Clube de Engenharia e da Associação dos Geógrafos Brasileiros no sistema geográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Levantamento de Coordenadas Geográficas:

Resolução n.º 83, de 19 de Julho de 1941 — Fixa disposições acêrca da Campanha de Levantamentos das Coordenadas Geográficas que o Conselho vem empreendendo.

Levantamentos Territoriais:

Resolução n.º 35, de 20 de Julho de 1938 — Determina ao Diretório Central o estudo de um plano de intensificação no país dos levantamentos territoriais, sobretudo com os recursos modernos da aerofotogrametria.

Limites intermunicipais:

Resolução n.º 38, de 20 de Julho de 1938 — Sugere instruções às Comissões Regionais de Reforma da Divisão Administrativa, relativamente à interpretação do art. 2.º e suas alíneas, da Resolução n.º 2 do Diretório Central.

Livros escolares sôbre geografia do Brasil:

Resolução n.º 59, de 21 de Julho de 1939 — Constitue uma Comissão Técnica Especial para o estudo das bases da organizaçao do "Arquivo Cartográfico Brasileiro" e das medidas legislativas necessárias à fiscalização oficial da publicação de mapas referentes ao território nacional e dos livros e estudos sôbre geografia do Brasil destinados a escolas.

Localidades brasileiras:

Resolução n.º 99, de 25 de Julho de 1941 — Fixa uma classificação de tipos de localidades brasileiras.

Localidades fronteiriças subordinadas a mais de um Estado:

Resolução n.º 36, de 20 de Julho de 1938 — Sugere medidas a regularizar a situação administrativa das localidades fronteiriças subordinadas a mais de um Estado, formulando um apêlo aos poderes centrais da República no sentido de ser baixado um decreto-lei impondo medidas assecuratórias do bem estar das populações dessas localidades.

Mapas das Unidades Políticas:

Resolução n.º 82, de 19 de Julho de 1941 — Determina a publicação de mapas referentes às Unidades Políticas da Federação.

Mapas municipais:

Resolução n.º 29, de 20 de Julho de 1939 — Recomenda aos Governos Regionais que promovam uma cooperação direta entre as administrações municipais e das plantas das sedes municipais e distritais, determinadas pelo decreto-lei nacional n.º 311, de 2 de Março de 1938.

Resolução n.º 60, de 22 de Julho de 1939 — Estabelece normas para o recebimento aprovação e exposição dos mapas municipais que as Prefeituras apresentarão até 31 de Dezembro do corrente ano, em observância à lei Nacional n.º 311.

Mapas murais:

Resolução n.º 43, de 8 de Julho de 1939 — Dispõe sôbre a publicação de mapas murais para uso das escolas municipais e de coletâneas de fotografias.

Mapas referentes ao território nacional:

Resolução n.º 59, de 21 de Julho de 1939 — Constitue uma Comissão Técnica Especial para o estudo das bases da organização do "Arquivo Cartográfico Brasileiro" e das medidas legislativas necessárias à fiscalização oficial da publicação de mapas referentes ao território nacional e dos livros e estudos sôbre geografia do Brasil destinados às escolas.

M. A. Teixeira de Freitas:

Resolução n.º 67, de 9 de Julho de 1941 — Exprime congratulações pela eleição do Dr. M. A. Teixeira de Freitas para Presidente do Instituto Interamericano de Estatística.

Membros do Conselho falecidos:

Resolução n.º 75, de 16 de Julho de 1941 — Presta sentida homenagem à memoria dos Membros do Conselho falecidos durante o biênio 1939-41.

Monografias corográficas das Unidades Federadas:

Resolução n.º 53, de 20 de Julho de 1939 — Dispõe sôbre a elaboração de monografias corográficas dos territórios das Unidades Federadas.

Monografias corográficas municipais:

Resolução n.º 57, de 21 de Julho de 1939 — Dispõe sôbre o estudo de um plano de elaboração de monografias corográficas municipais.

Monografias de aspectos geográficos municipais:

Resolução n.º 110, de 3 de Julho de 1942 — Baixa as instruções para a realização em 1943 do concurso anual de monografias de aspectos geográficos municipais.

Monografias sôbre assuntos geográficos:

Resolução n.º 47, de 15 de Julho de 1939 — Aplaude uma iniciativa do Departamento Geral de Estatística do Estado de Minas Gerais e faz uma recomendação.

Museu de Geografia do Brasil:

Resolução n.º 87, de 21 de Julho de 1941 — Dispõe sôbre a organização dum Museu de Geografia do Brasil.

Nomenclatura das cidades e vilas:

Resolução n.º 118, de 6 de Julho de 1942 — Baixa recomendações acêrca da revisão dos quadros municipais e distritais, a processar-se em 1943.

Nomenclatura das localidades brasileiras:

Resolução n.º 61, de 24 de Julho de 1939 — Sugere normas quanto à nomenclatura das localidades brasileiras.

Nomes geográficos estrangeiros:

Resolução n.º 98, de 25 de Julho de 1941 — Dispõe sôbre a grafia dos nomes geográficos estrangeiros.

"O Homem e o Brejo"

Resolução n.º 69, de 12 de Julho de 1941. — Dispõe sôbre a publicação do trabalho intitulado *O Homem e o Brejo*, da autoria do eng. Alberto Ribeiro Lamego.

Orçamento:

Resolução n.º 13, de 17 de Julho de 1937 — Dispõe sôbre o orçamento do Conselho Brasileiro de Geografia para 1938.

Resolução n.º 34, de 20 de Julho de 1938 — Fixa o orçamento do Conselho para 1939.

Resolução n.º 46, de 15 de Julho de 1939 — Fixa o orçamento do Conselho para o exercício de 1940.

Resolução n.º 89, de 23 de Julho de 1941 — Dispõe sôbre o orçamento do Conselho para 1942.

Resolução n.º 123, de 9 de Julho de 1942 — Dispõe sôbre o orçamento do Conselho para 1943.

Organizações particulares:

Resolução n.º 9, de 15 de Julho de 1937 — Regula a integração no Conselho Brasileiro de Geografia, das organizações particulares.

Órgãos oficiais:

Resolução n.º 45, de 14 de Julho de 1939 — Determina providências quanto à remessa dos órgãos que publicam os atos oficiais dos Governos da União e das Unidades Federadas para as Secretarias dos Diretórios Regionais e Central, do Conselho.

Ortografia simplificada:

Resolução n.º 7, de 13 de Julho de 1937 — Adota a ortografia simplificada, considera-se mais convenientes para os estudos e trabalhos cartográficos e fixa outras providências.

Palácio do Silogeu:

Resolução n.º 73, de 15 de Julho de 1941 — Patrocina a concessão da sede no futuro Palácio do Silogeu para as instituïções integradas no Conselho.

Plantas das sedes municipais e distritais:

Resolução n.º 29, de 20 de Julho de 1938 — Recomenda aos Governos Regionais que promovam uma cooperação direta entre as administrações municipais e a regional para a execução dos mapas municipais e das plantas nas sedes muncipais e distritais, determinadas pelo Decreto-lei nacional n.º 311, de 2 de Março de 1938.

Presidência dos trabalhos da Assembléia:

Resolução n.º 16, de 4 de Julho de 1938 — Amplia a disposição do art. 4.º e seus parágrafos do regimento das Assembléias, sobre a presidência dos trabalhos.

Publicações do Conselho:

Resolução n.º 90, de 23 de Julho de 1941 — Dispõe sôbre a venda das publicações do Conselho.

Quadros municipais e distritais:

Resoluções n.º 118, de 6 de Julho de 1942 — Baixa instruções e recomendações acêrca da revisão dos quadros municipais e distritais, a processar-se em 1943.

Recenseamento Geral da República:

Resolução n.º 39, de 20 de Julho de 1938 — Dispõe sôbre a execução dos trabalhos de caráter geográfico preparatórios do Recenseamento Geral da República em 1940, fixados pelo Decreto-lei n.º 237 de 2 de Fevereiro de 1938.

Resolução n.º 76, de 17 de Julho de 1941 — Exprime pronunciamentos acêrca do Recenseamento Geral da República de 1940.

Referência ao nome Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

Resolução n.º 54, de 20 de Julho de 1939 — Prescreve a referência ao nome do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística nas publicações das repartições e instituïções integradas no seu sistema geográfico e dá outras providências.

Refôrço de verbas:

Resolução n.º 56, de 21 de Julho de 1939 — Aprova as contas do Conselho e encarece um refôrço de suas verbas no corrente ano.

Região Amazônica:

Resolução n.º 63, de 25 de Julho de 1939 — Determina o estudo da divisão regional do Brasil e das suas Unidades Federadas e a elaboração de uma obra de divulgação sôbre a Região Amazônica em geral e o rio Amazonas em especial.

Regimento da Assembléia Geral:

Resolução n.º 1, de 11 de Julho de 1937 — Dá Regimento aos trabalhos da Assembléia Geral.

Regimento do Diretório Central:

Resolução n.º 2, de 12 de Julho de 1937 — Dá Regimento aos trabalhos do Diretório Central.

Resolução n.º 30, de 20 de Julho de 1938 — Modifica o parágrafo 2.º do art. 2.º do Regimento do Diretório Central.

Regimento dos Diretórios Municipais:

Resolução n.º 4, de 12 de Julho de 1937 — Dá Regimento aos trabalhos dos Diretórios Municipais.

Regimento dos Diretórios Regionais:

Resolução n.º 3, de 12 de Julho de 1937 — Dá Regimento aos trabalhos dos Diretórios Regionais.

Regimento da Assembléia Geral:

Resolução n.º 16, de 4 de Julho de 1938 — Amplia a disposição do art. 4.º e seus parágrafos do Regimento da Assembléia sôbre a presidência dos trabalhos.

Regulamento:

Resolução n.º 15, de 2 de Julho de 1938 — Provê a uma nova redação do art. 1.º do Regulamento do Conselho.

Resolução n.º 25, Dá interpretação à alinea *d* do art. 9.º do Regulamento.

Relatórios:

Resolução n.º 26, de 19 de Julho de 1937 — Torna obrigatória aos Diretórios Regionais e Central a apresentação de relatórios anuais à Assembléia Geral.

Resolução n.º 96, de 25 de Julho de 1941 — Dispõe sôbre os relatórios que os Diretórios Regionais e Central são obrigados a apresentar à Assembléia Geral do Conselho.

Repartição Central do Conselho:

Resolução n.º 127, de 9 de Julho de 1942 Dispõe sôbre a situação da Repartição Central do Conselho.

Repartições geográficas integradas:

Resolução n.º 71, de 14 de Julho de 1941 — Determina o concurso do Conselho na aquisição de aparelhagem técnica para as repartições geográficas integradas.

Resoluções:

Resolução n.º 97, de 25 de Julho de 1941 — Estabelece a obrigatoriedade da divulgação entre si das resoluções aprovadas pelos Diretórios Regionais.

Revisão da divisão territorial:

Resolução n.º 118, de 6 de Julho de 1942 — Baixa recomendações acêrca da revisão dos quadros municipais e distritais, a processar-se em 1943.

Revista Brasileira de Geografia:

Resolução n.º 18, de 12 de Julho de 1937 — Provê à publicação da *Revista Brasileira de Geografia.*

Rio Amazonas:

Resolução n.º 63, de 25 de Julho de 1939 — Determina o estudo da divisão regional do Brasil e das suas Unidades Federadas e a elaboração de uma obra de divulgação sôbre a Região Amazônica em geral e o rio Amazonas em especial.

Secretaria Geral do Conselho:

Resolução n.º 33, de 20 de Julho de 1938 — Define a natureza dos serviços afetos à Secretaria Geral do Conselho e provê, provisòriamente, ao seu conveniente desenvolvimento, enquanto não se instalar o Departamento Central de Conciliação Geográfica.

Serviços de Secretaria dos Diretórios Regionais:

Resolução n.º 115, de 4 de Julho de 1942 — Dispõe sôbre os serviços de Secretaria dos Diretórios Regionais.

Serra do Mar:

Resolução n.º 121, de 8 de Julho de 1942 — Dispõe sôbre a realização de estudos relativos à Serra do Mar.

Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica:

Resolução n.º 28, de 19 de Julho de 1938 — Provê à criação do Departamento Central de Coordenação Geográfica.

Resolução n.º 33, de 20 de Julho de 1938 — Define a natureza dos serviços afetos à Secretaria Geral do Conselho e provê, provisòriamente, enquanto não se instalar o Departamento Central de Coordenação Geográfica.

Serviços Geográficos:

Resolução n.º 22, de 19 de Julho de 1938 — Formula um encarecido apêlo aos Governos Regionais para que se constitua, com presteza, em cada Unidade Federada, um Serviço Geográfico e apresenta sugestões a respeito.

Resolução n.º 52, de 20 de Julho de 1939 — Renova o apêlo formulado pela Assembléia quanto à criação dum serviço geográfico em cada Unidade Federada.

Resolução n.º 129, de 10 de Julho de 1942 — Dispõe sôbre a criação dos Serviços Geográficos Estaduais.

Serviços Municipais de Estatística:

Resolução n.º 128, de 10 de Julho de 1942 — Formula congratulações ao Conselho Nacional de Estatística pela unificação dos Serviços Municipais de Estatística e apresenta sugestões.

Terminologia geográfica

Resolução n.º 84, de 19 de Julho de 1941 — Promove a elaboração de estudos e pesquisas acêrca da terminologia geográfica brasileira.

Territórios estaduais:

Resolução n.º 62, de 24 de Julho de 1939 — Propõe um sistema provisório de divisas interestaduais, determina a organização de limites e promove a execução do art. 184 da Constituïção.

Trabalhos cartográficos:

Resolução n.º 7, de 13 de Julho de 1937 — Adota a ortografia simplificada, considera-a mais conveniente para os trabalhos cartográficos e fixa outras providências.

Trabalhos geográficos:

Resolução n.º 116, de 4 de Julho de 1942 — Dispõe a criação de um Código de Especificações Técnicas, que regule a execução dos trabalhos Geográficos dentro do país.

Trabalhos técnicos e científicos de interêsse geográfico:

Resolução n.º 37, de 20 de Julho de 1938 — Dispõe sôbre a publicação de trabalhos técnicos e científicos de interêsse geográfico.

Uniformização da cartografia:

Resolução n.º 27, de 19 de Julho de 1938 — Constitue uma Comissão Técnica Especial para o estudo das bases de um plano de uniformização da cartografia brasileira. Resolução n.º 93, de 24 de Julho de 1941 — Dispõe sôbre o plano de uniformização cartográfica promovido pelo Conselho.

Uniformização de convenções cartográficas:

Resolução n.º 119, de 6 de Julho de 1942 — Dispõe sôbre a uniformização das convenções cartográficas referentes à geologia e à petrografia.

Venda de publicações:

Resolução n.º 90, de 23 de Julho de 1941 — Dispõe sôbre a venda de publicações do Conselho.

Voto de louvor:

Resolução n.º 40, de 5 de Julho de 1939 — Aprova um voto de louvor ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares pela publicação da notável obra *Fronteiras do Brasil no regime colonial,* de acentuado cunho geográfico.

Zonas fisiográficas

Resolução n.º 124, de 9 de Julho de 1942 — Sugere uma nova divisão das Unidades Federadas em zonas fisiográficas para uso da estatística brasileira.

★

Diretório Central

Ementário das Resoluções n.os 1 a 19 aprovadas nos anos de 1937 e 1938

Resolução n.º 1, de 25 de novembro de 1937:
Solicita providências ao Govêrno da República.

Resolução n.º 2, de 28 de Março de 1938:
Estabelece as instruções gerais previstas pelo art. 16 do decreto-lei n.º 311, de 2 de Março corrente, e sugere providências aos Governos Regionais.

Resolução n.º 3, de 29 de março de 1938:
Estabelece, nos têrmos do decreto-lei n.º 311, de 2 de março corrente, os requisitos mínimos a que as mapas municipais devem satisfazer e as instruções gerais para a fixação das zonas urbanas e suburbanas das sedes municipais e distritais .

Resolução n.º 4, de 13 de abril de 1938:
Autoriza a Secretaria Geral a permitir o estágio em seus serviços, mediante condições que estabelece.

Resolução n.º 5, de 13 de abril de 1938:
Aprova a indicação de Consultores Técnicos Regionais formulada pelo Diretório do Conselho no Estado do Paraná.

Resolução n.º 6, de 13 de abril de 1938:
Aprova a indicação de Consultores Técnicos Regionais formulada pelo Diretório do Conselho no Estado do Ceará.

Resolução n.º 7, de 11 de maio de 1938:
Recomenda aos Diretórios Regionais que se empenhem na instalação dos Diretórios Municipais de Geografia.

Resolução n.º 8, de 9 de junho de 1938:
Fixa o orçamento do Conselho para 1938:

Resolução n.º 9, de 3 de agôsto de 1938:
Aprova a indicação dos Consultores Técnicos Regionais formulada pelo Secretário Geral do Território do Acre.

Resolução n.º 10, de 3 de agôsto de 1938:
Fixa provisòriamente a tabela de gratificações pelos serviços prestados pelos funcionários da Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia em horas fora do expediente normal enquanto não se instalar o Departamento Central de Coordenação Geográfica.

Resolução n.º 11, de 3 de agôsto de 1938:
Concede uma gratificação de seiscentos mil réis mensais a um auxiliar da Delegacia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Norte.

Resolução n.º 11-A, de 18 de agôsto de 1938:
Dispõe sôbre a ida de um delegado do Conselho à Europa para estudar as bases técnicas do plano de intensificação no país dos levantamentos territoriais e as condições da impressão da Carta Geográfica do Brasil, ao milionésimo.

Resolução n.º 12, de 19 de setembro de 1938:
Assenta o padrão, previsto na Resolução n.º 108, do Conselho Nacional de Estatística, para as leis regionais executórias do decreto-lei nacional n.º 311, de 2 de março de 1938.

Resolução n.º 13, de 19 de setembro de 1938:
Autoriza o comissionamento de um funcionário técnico do Instituto para prestar assistência aos trabalhos necessários à execução do decreto-lei nacional n.º 311 no Estado do Maranhão.

Resolução n.º 14, de 5 de dezembro de 1938:
Dispõe sôbre a colaboração técnica do Conselho junto aos sistemas geográficos regionais por intermédio da Delegacia Geral do Instituto.

Resolução n.º 15, de 5 de dezembro de 1938:
Dispõe sôbre uma proposta do Instituto a respeito de inclusão do Distrito Federal nos quadros da divisão territorial da República.

Resolução n.º 16, de 19 de dezembro de 1938:
Fixa um contribuïção do Conselho para a melhoria do aparelhamento do Departamento de Geografia e Estatística do Território do Acre.

Resolução n.º 17, de 23 de dezembro de 1938:
Dispõe sôbre uma proposta do Instituto ao Govêrno Federal para que seja atendida uma solicitação do Estado do Rio Grande do Sul, relativa à execução do art. 16 do decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938.

Resolução n.º 18, de 23 de dezembro de 1938:
Dispõe sôbre a colaboração do Conselho na realização dos festejos do "Dia do Município" na Capital Federal.

Resolução n.º 19, de 23 de dezembro de 1938:
Aprova a indicação de Consultores Técnicos Regionais formulada pelo Diretório do Conselho no Estado do Rio Grande do Norte.

★

Íntegra das Resoluções n.os 1 e 2

Resolução n.º 1, de 26 de novembro de 1937

Solicita providências ao Govêrno da República:

O Diretório Central do Conselho Brasileiro de Geografia, usando das suas atribuïções:

Considerando que a assembléia geral do Conselho Brasileiro de Geografia, em sua Resolução n.º 14, de 17 de julho de 1937, prescreveu, como empreendimento fundamental, a atualização da carta geográfica do Brasil, e, concomitantemente, a elaboração dos atlas corográficos municipais;

Considerando que, de acôrdo com o art. 4.º da mesma Resolução, compete à Presidência do Instituto Nacional de Estatística, providenciar junto aos poderes competentes a concessão dos recursos necessários aos referidos empreendimentos;

Considerando que, na nova ordem constitucional no momento presente, a fixação do orçamento da União compete à Presidência da República, à qual está o Instituto Nacional de Estatística diretamente subordinado;

Considerando que a Junta Central do Conselho Nacional de Estatística, em sua Resolução n.º 23, de 16 de novembro corrente, deliberou solicitar instruções e providências ao Govêrno da República em decorrência da nova ordem política instituída no país, entre as quais se inclue a consignação de um auxílio orçamentário ao Conselho Brasileiro de Geografia, em conformidade com o que propuser o seu Diretório Central;

Considerando finalmente, que deve ser promovida a execução da Resolução da Assembléia Geral, n.º 6, de 13 de julho de 1937:

Resolve:

Art. único. — A Presidência do Instituto Nacional de Estatística solicitará ao Senhor Presidente da República:

I — A mudança do nome do Instituto Nacional de Estatística, conforme as Resoluções do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Brasileiro de Geografia, constituintes do mesmo Instituto;

II — A inclusão no orçamento da União para 1938, como "auxílio" ao Conselho Brasileiro de Geografia de uma verba de 400 contos de réis, destinada ao custeio dos serviços e iniciativas que lhe estão afetos, especialmente a revisão da carta geral do Brasil, ao milionésimo, e a elaboração dos atlas corográficos municipais;

III — A recomendação aos Governos Regionais, e, por intermédio dêstes aos governos municipais, para que acolham com solicitude as iniciativas do Conselho Brasileiro de Geografia referentes ao conhecimento do território local, e em especial, a instalação e o eficiente funcionamento dos respectivos diretórios.

Conferido e numerado. — a) *Fábio de Macedo Soares Guimarães,* Secretário-Assistente.

Visto e rubricado. — a) *Christovam Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho.

Publique-se. — a) *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1937, ano 2.º do Instituto.

★

Resolução n.º 2, de 28 de março de 1938

Estabelece as instruções gerais previstas pelo art. 16 do decreto-lei n.º 311, de 2 de março corrente, e sugere providências aos Governos Regionais.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuïções, especialmente a conferida pelo art. 22 do Regulamento do Conselho;

Considerando o disposto no § 1.º do art. 16 do decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938;

Resolve:

Art. 1.º — A sistematização da divisão territorial de cada Unidade Federada, objetivada na fixação do novo quadro que vigorará, inalteràvelmente, durante cinco anos a partir de 1.º de julho próximo, se baseará na definição, precisa quanto possível, do âmbito territorial dos distritos, obedecidos os seguintes princípios:

a) cada distrito terá suas limitações estabelecidas com precisão a melhor possível;

b) cada distrito compreenderá uma superfície contínua;

c) cada distrito será distinto, havendo a proïbição absoluta de uma faixa de terra, pertencentes a um distrito, estar, a qualquer título, subordinada a outro;

d) os distritos de um mesmo Município deverão se justapor perfeitamente, de modo a formarem uma superfície contínua, de que se constituirá o Município.

Parágrafo único — As superfícies dágua, marítimas, fluviais ou lacustres, não quebram a continuïdade territorial; porém, se elas forem relativamente extensas deverão ser reservadas para divisas intermunicipais ou interdistritais.

Art. 2.º — Na fixação das linhas divisórias, intermunicipais e interdistritais, em geral, serão observadas as seguintes normas:

a) preferências sistemática pelas linhas naturais, fàcilmente reconhecíveis, como, por exemplo: as linhas de relêvo (cristas ou linhas de cumiada de elevações acentuadas, divisor de águas de cursos dágua marcantes, etc.), as linhas médias de superfícies dágua, lacustres, marítimas e sobretudo fluviais;

b) na impossibilidade de uma linha natural, uma linha reta cujos extremos serão pontos naturais fàcilmente reconhecíveis (picos, pontos singulares de relêvo, aflorações, nascentes e confluências de cursos dágua, cascatas e quedas dágua, etc.) e, na falta deles, pontos outros dotados das necessárias condições de fixidez e de fácil reconhecimento (marcos, edificações, pontes, monumentos, etc).

c) a configuração do Município, tanto quanto possível, deverá atender a uma relativa harmonia das suas duas dimensões, devendo ser evitados as formas anômalas, os estrangulamentos e alongamentos exagerados.

Art. 3.º — No novo quadro territorial de cada Unidade Federada a descrição sistemática dos limites municipais e das divisas interdistritais, será feita por municípios, dispostos em ordem alfabética, observado o seguinte:

a) Os limites de cada Município serão descritos integralmente:

1) a descrição se fará por trechos correspondentes às confrontações existentes (município do mesmo Estado, Estado, Território do Acre, Distrito Federal, Oceano ou País);

2) o sentido da descrição será o "dextrorsum", isto é, o sentido da marcha dos ponteiros do relógio;

3) o ponto de partida da descrição será o mais ocidental início de confrontação do Município;

4) a descrição do trecho do limite de um Município referente à confrontação com outro Município do mesmo Estado, será, invertido o sentido, rigorìsamente a mesma do trecho correspondente no limite dêste outro Município.

b) As divisas interdistritais de cada Município serão descritas, trecho a trecho, e não distrito por distrito, afim de ser evitada duplicidade de descrição, dispensada a descrição dos trechos da divisa distrital, que coincidirem com os limites municipais:

1) cada trecho será titulado pelas suas confrontações, ou seja, "divisa entre os distritos A e B";

2) a ordem de sucessão das descrições das divisas interdistritais e o sentido da descrição de cada divisa serão livres.

3) na descrição de cada divisa interdistrital haverá o cuidado de se definirem precisamente os seus pontos terminais.

c) Na descrição dos limites municipais e das divisas interdistritais será usada linguagem apropriada, simples, clara e precisa, sendo recomendados;

1) o uso de uma terminologia geográfica correta, classificados os acidentes com propriedades;

2) o uso preferencial dos topônimos locais dos acidentes, evitados os nomes de propriedades e de pessoas.

d) A descrição sistemática dos limites municipais das divisas interdistritais de cada município será acompanhada de um pequeno "croquis" esquemático e elucidativo da configuração do Município, suas confrontações e sua divisão distrital.

Parágrafo único — Para clareza da interpretação dêste artigo, integra-se nesta Resolução, em anexo, um exemplo concreto: a descrição dos limites municipais e das divisas interdistritais do Município de Figueira do Estado de Minas Gerais, acompanhado do respectivo *croquis* acima referido.

Art. 4.º — No novo quadro territorial deverão ser evitadas as designações extensas para as circunscrições e respectivas sedes, sendo absolutamente vedada a existência de mais de uma cidade ou vila com a mesma denominação, no mesmo Estado.

Art. 5.º — Bem caracterizados os distritos, que terão dupla natureza, administrativa e judiciária, a divisão administrativa do Estado, na lei geral prevista pelo art. 16 do decreto-lei n.º 311, será definida nos têrmos do art. 3.º desta Resolução, e, quanto à divisão judiciária, pela relação das comarcas e têrmos com a referência dos têrmos e municípios que os constituírem respectivamente.

Art. 6.º — Os trabalhos da sistematização da divisão territorial, a serem executados em cada Estado por uma Comissão Especial (Resolução n.º 36, de 14 de março corrente, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística), determinando entendimentos constantes e especializados com as Prefeituras Municipais, recomendam:

a) que o Govêrno de cada Estado promova, com a maior presteza, a instalação em cada Município da Agência Municipal de Estatística e do Diretório Municipal de Geografia, uma e outro previstos na organização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

b) que a legislação estadual, referente ao cumprimento do art. 16 do decreto-lei n.º 311, preveja a constituição em cada Município de uma comissão de tres membros, o Agente de Estatística, um representante do Diretório de Geografia e um de livre escolha do Prefeito, comissão que será o órgão local de ligação com a administração estadual, não só para execução das disposições do decreto-lei n.º 311, de 2 de março corrente, como para as do decreto-lei n.º 237, de 2 de fevereiro último, que regula o preparo do Recenseamento Geral da República em 1940.

Art. 7.º — Para boa marcha e normalização dos trabalhos da revisão do quadro teritorial, recomenda-se:

a) que a Comissão estadual promova inicialmente um apanhado da situação, consultando a opinião dos Prefeitos e de demais autoridades interessadas sôbre a criação ou extinção de municípios e distritos e coletando mapas e outras documentos relacionados com o assunto;

b) de acôrdo com os dados geográficos e cartográficos, estatísticos e outros, coligados pela Comissão estadual, esta organizará um plano de sistematização do quadro territorial, mantido quanto possível o quadro atual, e publicará êste plano para receber sugestões;

c) finalmente, de posse das sugestões e críticas do quadro publicado, e de acôrdo com os estudos que tiver empreendido, a Comissão organizará o seu parecer definitivo, apresentando ao Govêrno estadual o resultado dos seus trabalhos.

Art. 8.º — A Junta Executiva Regional de Estatística e o Diretório Regional de Geografia de cada Estado representarão ao Govêrno respectivo sôbre a necessidade da instituïção de um serviço de cartografia, anexo à comissão técnica especial incumbida dos trabalhos da sistematização da divisão territorial.

Rio de Janeiro, 28 de março de 1938, ano 3.º do Instituto.

Conferido e numerado. — a) *Júlio Agostinho de Oliveira,* Secretário-Assistente em exercício no impedimento do efetivo.

Visto e rubricado — a) *Christovam Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho.

Publique-se. — a) *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

*

Diretórios Regionais

AMAZONAS

Íntegra das Resoluções n.os 1 a 5

Resolução n.º 1:

O Diretório do Conselho Brasileiro de Geografia no Estado do Amazonas, em sua reünião de hoje, usando da faculdade, que lhe confere o art. 23 do Regulamento baixado em virtude do art. 5.º, do decreto n.º 1 527, de 24 de março de 1937, pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e aprovado pela Resolução n.º 15 de 16 de julho, do mesmo ano, da Junta Executiva Central do referido Instituto; e,

Considerando vantajosa a proposta sôbre a necessidade de ser imediatamente iniciada uma coleção de documentos, mapas e obras referentes à Geografia dêste Estado, resolve:

Artigo único — Fica o Prof. Agnelo Bittencourt, Secretário dêste Diretório, encarregado de iniciar e, logo, organizar um Arquivo e uma Biblioteca, de documentos, mapas, obras, etc. que se ocupem dêste Estado, afim de servirem de subsídio aos estudos, que aquele Conselho tem em vista.

Manaus, 3 de fevereiro de 1938.

a) *Marcionilo Lessa,* Presidente; *Agnelo Bittencourt,* Secretário.

Resolução n.º 2:

O Diretório do Conselho Brasileiro de Geografia no Estado do Amazonas, em sua reünião de hoje, usando da faculdade que lhe confere o art. 23, do Regulamento baixado, em virtude do art. 5.º, do decreto n.º 1 527, de 24 de Março de 1937, pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e aprovado pela Resolução n.º 15 de 16 de junho do mesmo ano, da Junta Executiva Central do referido Instituto; e,

Considerando o que ficou aprovado em sessão ordinária, de hoje, deste Diretório, referente ao levantamento minucioso de uma carta hidrográfica do Estado;

Considerando que os pilotos do Amazonas, grandes conhecedores práticos, de todos os acidentes da imensa rêde fluvial, que trafegam, podem ser eficientes colaboradores do assunto, resolve:

Art. 1.º — Fica o Presidente dêste Diretório autorizado a solicitar, do Sr. Capitão dos Portos do Amazonas e Acre, seus bons ofícios no sentido de obter, dos pilotos fluviais do Estado e de cada rio uma *carta de navegação,* extensa e minuciosa, indicativa de curvas, profundidades, pedras, baixios, ilhas, embocaduras de lagos e afluentes, tudo que possa ser assignalado em prol da navegação e conhecimento das terras marginais.

Art. 2.º — Uma cópia de cada carta apresentada será extraída, na Secretaria dêste Diretório, e enviada ao Conselho, no Rio de Janeiro.

Manaus, 3 de fevereiro de 1938.

a) *Marcionilo Lessa,* Presidente; a) *Agnelo Bittencourt,* Secretário.

Resolução n.º 3:

O Diretório do Conselho Brasileiro de Geografia no Estado do Amazonas, em sua reünião de hoje, usando da faculdade que lhe confere o art. 23, do Regulamento baixado em virtude do art. 5.º do decreto n.º 1 527, de 24 de março de 1937, pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e aprovado pela Resolução n.º 15 de 16 de junho do mesmo ano, da Junta Executiva Central, do referido Instituto; e,

Considerando que o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas possue alguns mapas geográficos inéditos e de reconhecido valor de levantamentos parciais de alguns rios do Estado, trabalhos êsses que foram postos à disposição dêste Diretório, pelo Presidente daquele Instituto;

Considerando, ainda, a necessidade da impressão e divulgação desses mapas, quer por êste Diretório, quer pelo Conselho Brasileiro de Geografia, resolve:

Artigo único — Solicitar, do Departamento de Estatística, por intermédio da Secretaria Geral do Estado, duas cópias autenticadas de cada uma das cartas geográficas que lhe sejam apresentadas, devolvidas os originais ao seu proprietário, destinando uma dessas copias a êste Diretório, e outra ao Conselho Brasileiro de Geografia.

Manaus, 3 de fevereiro de 1938.

a) *Marcionilo Lessa,* Presidente; a) *Agnelo Bittencourt,* Secretário.

Resolução n.º 4:

O Diretório do Conselho Brasileiro de Geografia no Estado do Amazonas, em sua reünião de hoje, usando da faculdade que lhe confere o art. 23, do Regulamento baixado e, em virtude do art. 5.º, do decreto n.º 1 527, de 24 de março de 1937, pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e aprovado pela Resolução n.º 15 de 16 de junho, do mesmo ano, da Junta Executiva Central do referido Instituto; e,

Atendendo à necessidade de regularizar os trabalhos dêste Diretório, como dos Diretórios Municipais, que lhe são articulados, o que sòmente se conseguirá à vista dos respectivos Regulamentos, Regimentos internos e demais Resoluções da Assembléia Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, resolve;

Artigo único — Solicitar, do Govêrno do Estado, por intermédio de sua Secretaria Geral, a inpressão do Regulamento do Conselho Brasileiro de Geografia, que foi inserto no *Diário Oficial* da República, de 6 de novembro de 1937; bem asim, as Resoluções, de número 1 a 14 (Regimentos), estampadas no mesmo *Diário* de 29 de outubro do mesmo ano.

Manaus, 3 de fevereiro de 1938.

a) *Marcionilo Lessa,* Presidente; a) *Agnelo Bittencourt,* Secretário.

Resolução n.º 5:

O Diretório do Conselho Brasileiro de Geografia no Estado do Amazonas, em sua reünião de hoje, usando da faculdade, que lhe confere o art. 23 do Regulamento baixado em virtude do art. 5.º, do decreto n.º 1 527, de 24 de março de 1937, pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e aprovado pela Resolução n.º 15, de 16 de junho, do mesmo ano, da Junta Executiva Central do referido Instituto; resolve:

Artigo único — Solicitar do Govêrno do Estado, por intermédio de sua Secretaria Geral, o fornecimento de papel para ofício, cartões e envelopes timbrados para o expediente dêste Diretório, conforme o pedido e os modelos apresentados.

Manaus, 3 de fevereiro de 1938.

a) *Marcionilo Lessa,* Presidente; a) *Agnelo Bittencourt,* Secretário.

Retrospecto de

legislação geográfica

Decretos e Decretos-leis relativos à mineração

Decreto n.º 288, de 29 de março de 1890. Regula a transferência de lavras.

Decreto n.º 6 336, de 21 de janeiro de 1907. Cria o Serviço Geológico do Brasil.

Decreto n.º 6 336, de 21 de janeiro de 1907. Abre o crédito de 250:000$ para despesas de estudos geológicos.

Decreto n.º 8 359, de 9 de novembro de 1910. Reorganiza o Serviço Geológico e Mineralógico.

Decreto n.º 8 476, de 28 de dezembro de 1910. Abre crédito de 51:797$980 para despesas do Serviço.

Decreto n.º 9 212, de 15 de dezembro de 1911. Novo Regulamento do Serviço Geológico e Mineralógico.

Lei n.º 2 933, de 6 de janeiro de 1915. Regula a propriedade das minas.

Decreto n.º 11 448, de 20 de janeiro de 1915. Novo Regulamento do Serviço Geológico-Mineralógico.

Decreto n.º 11 604, de 9 de junho de 1915. Abre crédito para o Serviço Geológico.

Lei n.º 4 265, de 15 de janeiro de 1921. Estatue sôbre propriedade das minas.

Decreto n.º 15.211, de 28 de dezembro de 1921. Regulamento da propriedade das minas.

Decreto n.º 15 997, de 31 de março de 1923. Regulamento da propriedade das minas.

Lei n.º 4 972, de 6 de novembro de 1925. Autoriza a abrir crédito para o Serviço Geológico e Mineralógico.

Decreto n.º 17 373, de 7 de julho de 1926. Abre o crédito acima.

Decreto n.º 23 266, de 24 de outubro de 1933. Suspende até ulterior deliberação, o registo de manifestos de mina e interpreta o dec. 20 223, de 31.

Decreto n.º 20 223, de 17 de julho de 1931. Suspende todos os atos de alienação de qualquer jazida mineral.

Decreto n.º 20 799, de dezembro de 1931. Retifica o decreto n.º 20 223.

Decreto n.º 21 757, de 23 de agôsto de 1932. Dá interpretação ao dec. n.º 20 223.

Decreto n.º 22 096, de 16 de novembro de 1932. Estende ao serviço de mineração em geral as disposições do dec. n.º 20 465, de 31, com as modificações do dec. n.º 21.081, de 32 (regime das Caixas de A. e P.).

Decreto n.º 23 016, de 28 de julho de 1933. Cria a Diretoria Geral de Produção Mineral, no Min. da Agricultura.

Decreto n.º 23 184, de 5 de outubro de 1933. Retifica o art. 3 § 1 do decreto n.º 23 016.

Decreto n.º 24 642, de 10 de julho de 1934. Aprova o Código de Minas.

Decreto n.º 24 673, de 11 de julho de 1934. Cria taxas.

Decreto n.º 23 936, de 27 de fevereiro de 1934. Sujeita a condições as autorizações de pesquisas e lavras dadas de conformidade com o decreto n.º 20 799.

Decreto n.º 94, de 10 de setembro de 1935. Prorroga prazo do decreto n.º 24.642.

Decreto n.º 585, de 14 de janeiro de 1936. Regula as áreas para autorização de pesquisas e concessões de lavras.

Decreto n.º 1 657, de 18 de maio de 1937. Faculta a ampliação das limitações de que trata o decreto n.º 585.

Decreto-lei n.º 66, de 14 de dezembro de 1937. Declara em vigor, com as modificações resultantes dos preceitos constitucionais, o Código de Minas.

Decreto-lei n.º 366, de 11 de abril de 1938. Encorpora ao Código de Minas, novo título em que se institue o regime legal das jazidas de petróleo.

Decreto-lei n.º 938, de 8 de novembro de 1938. Sujeita à autorização do Govêrno o funcionamento das sociedades, com fins de mineração.

Decreto-lei n.º 1 376, de 27 de junho e 1 594, de 13 de setembro de 1939. — Modificações ao Código de Minas.

Decreto-lei n.º 1 985, de 29 de janeiro de 1940. Aprova o Código de Minas.

Decreto-lei n.º 2 081, de 8 de março de 1940. Modificações ao Código de Minas.

Decreto-lei n.º 2 266, de 3 de junho de 1940. Modificações ao Código de Minas.

Decreto-lei n.º 2 778, de 12 de novembro de 1940. Modificações ao Código de Minas.

Decreto-lei n.º 3 094, de 5 de março de 1941. Dispõe sôbre as fontes de águas minerais, termais e gasosas.

Decreto-lei n.º 3 553, de 25 de agôsto de 1941. Modificações ao Código de Minas.

Decreto-lei n.º 3 772, de 29 de outubro de 1941. Modificações ao Código de Minas.

*